MUSSOLINI

PIERRE MILZA



MUSSOLINI

PIERRE MILZA

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela Editora Nova Fronteira participações S.A. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.
Texto revisto pelo novo Acordo Ortográfico

Editora Nova Fronteira participações S.A.
Rua Nova Jerusalém, 345 – Bonsucesso – 21042-235
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (21) 3882-8200 – Fax: (21) 3882-8212/8513
http://www.novafronteira.com.br

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M613m Milza, Pierre
Mussolini / Pierre Milza ; tradução de Gleuber Vieira e Alessandra Bonrruquer. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2011.
(História mundial)

Tradução de: Mussolini

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-209-3381-7

1. Mussolini, Benito, 1883-1945. 2. Chefes de Estado - Itália - Biografia. 3. Fascismo - Itália - História. 4. Itália - Política e governo, 1914-1945. I. Título. II. Série

CDD: 923.245
CDU: 929:32(45)

Produção
Adriana Torres
Ana Carla Sousa

Produção Editorial
Phellipe Marcel

Revisão
Luana Luz

Produção de Ebook
S2 Books


Coleção Nova Fronteira

História Mundial



Minha Mocidade, Winston S. Churchill
Hitler, Joachim C. Fest
Memórias da Segunda Guerra Mundial, Winston S. Churchill
Stalin, Dmitri Volkogonov
Churchill, Roy Jenkins
Roosevelt, Roy Jenkins
Roosevelt e Hopkins, Robert Sherwood
Grandes Homens do Meu Tempo, Winston S. Churchill
Don Quixote Americano, Richard Powell
Nápoles, 1944, Norman Lewis
Paz em Paris, 1919, Margaret MacMillan
Eureka! 100 Grandes Descobertas Científicas do Século XX, Rupert Lee
Tempos Muito Estranhos, Doris Kearns Goodwin
História da Guerra Fria, John Lewis Gaddis
Homens em Armas, Evelyn Waugh
Oficiais e Gentlemen, Evelyn Waugh
Rendição Incondicional, Evelyn Waugh
Franco, Caudilho da Espanha, Paul Preston
A China de Deng Xiaoping, Michael E. Marti
Vidas Históricas: Winston S. Churchill, Stuart Ball
Almirante Canaris, Misterioso Espião de Hitler, Richard Bassett
Paz em Berlim, 1945, Charles L. Mee, Jr.
Os Sete Chefes do Império Soviético, Dmitri Volkogonov
De Gaulle, Éric Roussel
A Estrada para Fornovo, Fernando Lourenço Fernandes
A Vida de Disraeli, André Maurois
Os Três Grandes. Churchill, Roosevelt, Stalin, Jonathan Fenby
Uma História dos Povos de Língua Inglesa (*condensada*), Winston S. Churchill

Lawrence da Arábia, Malcolm Brown
Churchill, Hitler e a "Guerra Desnecessária," Patrick J. Buchanan
Mussolini, Pierre Milza

Sumário

Capa
Coleção Nova Fronteira
Folha de rosto
Ficha catalográfica
Sumário
Prólogo
1 . O Duce no Auge do Regime
2. Os Círculos do Poder
3. O “Homem do Consenso”
4. Árbitro da Europa
5 . Da Guerra da Abissínia ao Pacto de Aço
6. A Radicalização do Regime
8. Último Ato
9. Epílogo
Bibliografia
Créditos

Prólogo

Este livro é resultado de longa caminhada pela história da Itália contemporânea e do fascismo. A partir do instante em que pensei seriamente em escrever um livro sobre Mussolini, surgiu a questão do "modelo" a seguir. Deveria, sob a capa de uma biografia do Duce, refazer por outro ângulo de abordagem uma história da Itália fascista, adicionando subsídios mais recentes da historiografia italiana e internacional? Não tendo que me justificar diante de um areópago científico para o qual havia muito o gênero biográfico era sinônimo de romance ou trabalho de "popularização," não tive qualquer escrúpulo em descartar esta escolha.

Evidentemente, não podia pensar num simples relato dos acontecimentos, ou ver pelo anedótico malicioso, pois o risco nesta direção talvez fosse maior para o personagem de que eu iria tratar do que para outro (Roosevelt, Robert Schuman ou Franco!). Nem por isso escolhi passar a borracha em aspectos pessoais e mesmo íntimos do chefe fascista e ver no homem que dirigiu por mais de vinte anos os destinos da Itália apenas o homem público. Claro que me preocupei em apresentar uma interpretação o mais justa possível do fenômeno mussoliniano e em relacionar o destino individual de meu "herói" com o contexto do qual ele é produto, sem cair em um determinismo fora de tempo. De qualquer forma, parece-me que, para compreender o "mussolinismo," pegar o significado de certas atitudes, de determinadas decisões do ditador, não basta fazer referência ao meio em que interagiu, às forças que apoiaram suas iniciativas, à sua cultura política, bem como aos acontecimentos mais importantes aos quais esteve ligado antes de chegar ao poder e passar, ele próprio, a causar os acontecimentos. Importa olhar o peso que possam ter "as coisas da vida" no comportamento de um indivíduo que não era imune ao aleatório de uma existência comum.

Para captar as múltiplas facetas do personagem, hoje dispomos de grande quantidade de documentos e de inúmeras publicações. Não existe aspecto da vida pública e privada – ou quase não há – do chefe da Itália fascista que não esteja público e dissecado. Ainda hoje, as dúvidas que subsistem quanto ao número e à identidade de suas conquistas amorosas, aos filhos que teve em relações extraconjugais e às circunstâncias de sua morte abastecem na Itália um filão editorial aparentemente inesgotável. Além dessa literatura menor, historiadores acadêmicos e jornalistas de talento conjugam o esforço de nos oferecer um panorama completo dos círculos de poder e da gente mais próxima em torno do ditador romagnol. Vale dizer que poucas zonas de sombra restam na vida deste personagem e que as fontes documentais que fundamentam suas biografias, como as de outras figuras importantes do regime, têm sido examinadas sob todos os ângulos.

Portanto, após ter lido e anotado a maior parte desses livros – a começar pela *summa* inacabada à qual De Felice dedicou mais da metade de sua vida – não seria o caso de abandonar um requisito essencial para o historiador, qual seja o recurso direto às fontes e, sobretudo, aos arquivos? Evidentemente não se punha esta indagação, mas já

não me era possível ver ou rever tudo. Era preciso, pois, fazer uma escolha, que foi facilitada pela familiaridade anterior com os arquivos italianos e pelo substancial auxílio que me foi prestado por Mario Serio, por muito tempo diretor do arquivo central do estado em Roma, e por seus colaboradores – em particular a doutora Giovanna Tosatti – pelos quais tenho profundo reconhecimento.

Entre as fontes que consultei, uma delas merece menção especial. Trata-se dos arquivos da secretaria particular do Duce (*Segreteria particolare del Duce*) e mais especificamente da "correspondência sigilosa" (*carteggio riservatto*). Estes, reunidos ao longo de vinte anos por diferentes pessoas que estiveram à frente da secretaria particular de Mussolini (Alessandro Chiavolini, Osvaldo Sebastiani e Nicolo De Cesare) – e que, de certa forma, constituem o arquivo "secreto" de Mussolini – ocupam uma centena de caixas que examinei muito bem. Nelas há grossas pastas sobre praticamente todos os personagens importantes do regime, cada uma contendo a correspondência entre o interessado e o Duce, notas redigidas por este último ou por seu secretário particular, relatórios oriundos dos diversos serviços de polícia ou dos prefeitos, cartas endereçadas a Mussolini por outros dirigentes fascistas em guerra aberta com o titular do registro, recortes da imprensa, denúncias visando esta ou aquela autoridade, ou, ao contrário, testemunhos a favor etc. Dediquei muitos dias em Roma a examinar exaustivamente essas fontes, com o objetivo principal – além do que se poderia visar a propósito de certos episódios da vida do Duce (cartas se candidatando ao cargo de mestre-escola, seus "documentos militares," os registros de sua baixa no hospital ao ser ferido em 1917 etc.) – de descobrir como funcionava no dia a dia o "sistema Mussolini" e como o ditador usava os homens que o cercavam e lidava com suas rivalidades.

Já se passou mais de meio século do desaparecimento trágico do último ditador romano. "César de carnaval" para uns, estadista genial para seus admiradores de ontem (entre eles Churchill, Roosevelt e Gandhi) ou de hoje, o ex-diretor do *Avanti!* suscitou, com o passar do tempo, todas as nuances possíveis de idolatria e ódio. No momento em que se encerra o século que viu nascer e morrer todas as formas imagináveis de ditaduras, fossem de "direita" ou de "esquerda," autoritárias ou totalitárias, terroristas e sanguinárias ou moderadamente repressivas, pode-se indagar o lugar na hierarquia dos tiranos contemporâneos que ocupa aquele homem que "inventou" o fascismo. Para tanto, dispomos, ao contrário dos que tiveram que analisar há trinta anos a importância histórica do personagem, de suficiente perspectiva proporcionada pelo tempo, se não para banalizar os crimes dos quais se revela culpado ou cúmplice – afinal, até que ponto foi um aliado de Hitler? – ao menos para examinar na devida proporção alguns desses crimes, à vista do que sabemos sobre os cometidos por Stalin, Franco, Pinochet ou Pol Pot, e até mesmo sobre os desvios de nossas democracias quando se permitiram "excessos" nas guerras coloniais e nas práticas purificadoras da eugenia.

Não tenho dúvida de que meu argumento leva alguns a identificar um "revisionismo" latente. Como se a tentativa histórica aplicada ao período contemporâneo pudesse ser entendida de outra forma que não uma série de "verdades" estabelecidas e depois "revistas" à luz de novas fontes, de novas indagações, de novas revelações referentes ao século em que vivemos. Não se trata de reabilitar o "assassino de Matteotti" e o companheiro de viagem do nazismo, mas de focalizar um destino que marcou incontestavelmente este século na Europa e que sintetiza as esperanças enganadoras – aquelas da revolução social e da nação triunfante – as contradições e os erros criminosos.

1

O Duce no Auge do Regime

Na história da Itália fascista, os anos de 1929 a 1934 assinalam o apogeu de um regime solidamente instalado no poder que se beneficia do apoio, ainda que passivo, do povo e cuja importância no cenário internacional crescera consideravelmente depois da Primeira Guerra Mundial. Para Mussolini, que se tornara ditador todo-poderoso de um estado que muitos países europeus consideravam um modelo alternativo e mais bem-ajustado às necessidades do momento do que o da democracia liberal, esses anos são de coroamento. Sua instalação no Palazzo Venezia em setembro de 1929 revela sua vontade de demonstrar que era de fato o nº 1 do regime.

O cenário

Embora à testa de diferentes ministérios, o Duce, depois de longo tempo, fixara como ponto central da atividade governamental o Palazzo Chigi, tradicionalmente sede do primeiro-ministro. Mas a construção do Palazzo Chigi era modesta e inadequada para a proliferação burocrática que caracterizou o novo regime, além de não ser propícia ao jogo de cena idealizado pelo ditador. O Palazzo Venezia atendia melhor aos imperativos da liturgia fascista. Lugar algum se prestava melhor para as grandes comemorações orquestradas pelo novo César.

Mussolini passou a desfrutar de um local de prestígio, certamente não tão grandioso quanto o Quirinal, onde residiam o soberano e sua corte, porém lugar de passagem, das atividades diárias de uma multidão.

A parte nobre do prédio, onde se desenvolvia a atividade de Mussolini voltada para o público – e às vezes a de natureza privada – ficava no primeiro andar. Seu epicentro era a *Sala del Mappamondo*, como era conhecida, pois lá esteve exposto por muito tempo um dos mais antigos, se não o primeiro, globo terrestre de madeira. Todos os visitantes recebidos por Mussolini nesse imenso aposento de vinte metros de comprimento por treze de largura e treze de altura ficavam impressionados com a fria imponência do local, pela decoração discreta e pela quase ausência de móveis.

À direita da sala *del Mappamondo* ficava a sala *del Concistoro*, que Mussolini rebatizou como sala *delle Battaglie* (e mandou recobrir as paredes com afrescos de combates vitoriosos dos exércitos italianos na Primeira Guerra Mundial) e a sala *Regia*, que podia receber até duas mil pessoas e que o Duce usava para reunir os dirigentes nacionais e provinciais do partido. Do outro lado do gabinete presidencial, as "dependências do Duce" compreendiam quatro cômodos principais: a sala *delle Fatiche di Ercole* (sala dos Trabalhos de Hércules), a sala *Filippo Lippi*, a sala *delle Armi* (sala das Armas) e a sala *del Papagallo* (sala do Papagaio), onde se realizavam as longas

reuniões noturnas da cúpula suprema do partido e do estado e que por essa razão passou a ser a sala do Grande Conselho.

Uma das quatro entradas do palácio conduzia a um elevador que permitia o acesso aos "aposentos particulares" do Duce e, em especial, ao apartamento Cibo, nome de um sobrinho do papa Inocêncio VII que o decorara. Lá Mussolini recebia as favoritas do momento, principalmente Claretta Petacci, pois admiradoras e amantes ocasionais tinham só uma breve visita ao "gabinete de trabalho" do grande homem.

Aparência física

Quando deixou o Palazzo Chigi para se instalar no Palazzo Venezia, Mussolini acabava de fazer quarenta e sete anos. O tempo já deixara suas marcas. Tinha engordado apesar do regime alimentar que os problemas gástricos lhe impunham. A calvície progredira, desnudando um crânio dolicocéfalo do qual não deixaria de se orgulhar na hora do grande delírio racista. O homem era troncudo e de porte médio (para a época), mas seu corpo conservara a robustez, assim como uma agilidade que não perdia ocasião de demonstrar diante das câmeras. A exibição do corpo com o busto nu, forte, disposto a todas as proezas e exercícios físicos, fazia parte dos meios empregados para vender a imagem de personagem fora do comum. Na verdade, Mussolini forçava a natureza a fim de aparentar o que não era, um atleta completo, expoente em todas as atividades esportivas. Era uma tentativa de mostrar-se praticante de todos os esportes, fazendo uso de uma familiaridade com os movimentos básicos de cada modalidade e demonstrando eficiência diante dos fotógrafos e dos operadores do *cinegiornale*.

Só depois dos trinta anos e quando passou a ter meios, Mussolini pôde se iniciar nas diversas modalidades de exercícios físicos, se tornar esgrimista temido e cavaleiro razoável. Aprendeu a pilotar avião, dirigir moto, aparecer ao volante de um carro de corrida ou de uma lancha sem causar vexame.

A exibição física do ditador deixou-o mais próximo, mais intimamente ligado a seu povo do que foram, em outras terras, Hitler, Salazar ou Franco.

A autópsia realizada no cadáver de Mussolini após sua execução pelos *partigiani* em abril de 1945 revelou a inexistência de uma verdadeira úlcera no estômago e, no entanto, o líder da Itália fascista sofreu por mais de vinte anos fortes dores gástricas que o obrigavam a interromper suas atividades por vários dias. É preciso levar em conta também o desgaste do organismo, já perceptível quando beirava os cinquenta anos, resultante dos excessos da juventude, das privações durante o exílio na Suíça, das temporadas na prisão e das noites insones no jornal ou em reuniões políticas. O fato é que o morador do Palazzo Venezia devia observar uma dieta drástica. Trocara as bebidas fortes e o café por leite, camomila e laranjadas que gostava de tomar geladas. Comia pouco e banira o cigarro de sua vida. Na encenação que fez de sua própria pessoa, os dons foram menos exaltados que o esforço, a coragem e a vontade de chefe.

Levando esse tipo de vida, Mussolini estava consciente do poder de sedução que podia exercer tirando proveito de certos traços de sua aparência. Para começar, seu olhar sério, naturalmente voluntarioso, com dois olhos penetrantes e negros que pareciam imensos, ativos, sempre prontos para saltar das órbitas. O que mais impressionava seus interlocutores era seu olhar, e raros foram os que, no relato de seu primeiro encontro

com o Duce, deixaram de mencionar-lhe o magnetismo. Ator nato, aprendeu muito bem a jogar com seu olhar, a "rolar os olhos" em seus contatos com o "mar de gente," a projetar o queixo para acentuar a aparência viril e voluntariosa. Fez da própria calvície um trunfo. Raspando o que restava de seus cabelos para deixar a fronte grande e vigorosa bem visível, criou – e muitas autoridades o imitaram – a moda das "cabeças à romana."

Seu talento oratório contava com a mesma disposição calculada para seduzir, menos pelo conteúdo dos discursos do que pela forma e, sobretudo, pelo gestual que acompanhava o verdadeiro corpo a corpo com a multidão em qualquer aparição do Duce diante de um grande público.

O comportamento e o caráter

Não é fácil captar a real personalidade do homem que por mais de vinte anos governou a Itália fascista. Sobre sua origem rude, herança do meio provinciano em que cresceu e da célula familiar dominada pela personalidade rigorosa do pai, atuaram influências ora agravadas, ora, ao contrário, atenuadas.

Nem as lições de comportamento mundano transmitidas por alguns de seus assessores, como o diplomata Mario Pansa no princípio de seu reinado e Margherita Sarfatti, nem o convívio prolongado com o *establishment* romano conseguiram apagar completamente os modos rudes adquiridos por Mussolini na infância e na adolescência. Toda a vida conservou algo do "galo da aldeia," do *cafone* que fora dos dezesseis aos vinte e cinco anos: beberrão, fanfarrão, sempre atrás de um rabo de saia, violento no falar e no agir, naturalmente grosseiro na intimidade e desajeitado nos hábitos elementares da vida em sociedade. Era um homem complexo e contraditório. Sua obsessão pelo detalhe não o impedia de, dia após dia, tratar de um sem-número de questões, de ler dezenas de documentos fazendo as devidas anotações e de ter a percepção global dos problemas de governo. À medida que a política externa passou a influir nos problemas internos, deixou para outros a administração de rotina. Mas lhe faltava continuidade na condução dos negócios. Ciclotímico, era sujeito ao desânimo e a crises depressivas, seguidos de períodos de euforia nos quais se inclinava a confiar exclusivamente em sua "intuição" e a ignorar as dificuldades.

Com sua brutalidade natural e seu temperamento irascível e violento, Mussolini criou uma imagem que coincide com a do "chefe guerreiro" que fazia de si mesmo. Seus acessos de raiva eram temidos por todos, e seus ressentimentos podiam ser duradouros.

Mas Mussolini não era um tirano cruel e exterminador como Hitler ou Stalin, ou mesmo Franco, dos quais as biografias são quase unânimes em salientar a insensibilidade. Seus acessos de raiva logo se acalmavam e chegava a lamentar as consequências quando alguns esquadristas empedernidos cumpriam as ameaças ao pé da letra.

Mas o fim publicitário não explica tudo. Os arquivos da secretaria do Duce, não destinados ao público e menos suspeitos que o escrito pelos cronistas oficiais, contêm inúmeros testemunhos (cartas de agradecimento, notas diversas, relatos de audiências) da atenção que Mussolini dispensava aos pequenos de seu povo (segundo ele, os grandes desapareceram depois de dez ou quinze anos da era fascista).

Igualmente ambígua era sua aparente magnanimidade com determinados adversários

políticos e suas famílias. À família de Matteotti, por exemplo, Mussolini destinou durante anos grandes somas de dinheiro. Após o desaparecimento do dirigente socialista, coube à sua mãe gerir o confortável patrimônio imobiliário que a família Matteotti possuía em Polesine. Excelente administradora, ela se desincumbiu muito bem dessa tarefa. Quando morreu, alguns anos após o assassínio de Matteotti, foi a viúva do deputado de Rovigo que assumiu o encargo. Sua inexperiência e as manobras fraudulentas de certos representantes do fascismo local arruinaram o patrimônio e causaram a Velia Matteotti e seus três filhos profundo sofrimento.

Segundo vários relatos e principalmente pelo que revelam entrevistas que deu entre dezembro de 1943 e abril de 1945 ao jornalista Carlo Silvestri, seu antigo colaborador no *Avanti!* e um de seus acusadores mais ferozes na questão Matteotti, Mussolini alegava os subsídios concedidos regularmente à viúva da vítima para se defender da acusação de ter ordenado a morte do dirigente reformista. No curso dessas entrevistas, dadas num momento em que, derrotado e reposto à força por Hitler à testa do governo fascista, se preocupando em fugir às culpas e valorizar seu passado de homem de esquerda, Mussolini procurava salvar sua imagem. Quem, perguntou a Silvestri, socorreu a viúva de Matteotti e seus filhos quando estavam passando necessidades? Quem permitiu que estes últimos prosseguissem e concluíssem seus estudos? Quem lhes proporcionou meios para tratamento quando estavam gravemente doentes?

A família

Depois de instalar seu clã em Villa Torlonia, Mussolini posa como *pater familias* modelo. As fotos da época, difundidas pelos múltiplos canais da propaganda fascista, o apresentam como pai feliz: ora rodeado por dona Rachele e os cinco filhos, ora acompanhando um ou outro em seu passeio de bicicleta, ou com o mais novo, Romano, no pescoço de seu cavalo, ou ainda entre os dois mais velhos, Vittorio e Bruno, em uniforme fascista ou em traje de piloto. O objetivo é óbvio. Trata-se de mostrar que o Duce não se contenta em exortar os italianos a adotar comportamento visando ao crescimento da população da Basilicata – tema do famoso "discurso da Ascensão" em maio de 1927 – e que ele mesmo se orgulha de ser um chefe de família numerosa, unida e feliz.

A realidade era muito diferente. Já vimos que foram precisos sete anos para que Rachele e os filhos fossem autorizados a se juntar ao chefe do clã em Roma. Antes da chegada da família à Villa Torlonia os contatos entre Mussolini e os seus se resumiram a algumas visitas do Duce a Milão. Mussolini sentia-se à vontade longe da família, mas não pôde adiar indefinidamente sua transferência para Roma. No Palazzo Venezia, onde o Duce passava a maior parte de seu tempo, dona Rachele e os filhos eram praticamente proibidos de ficar. Em quatorze anos, lá estiveram apenas duas vezes, para assistir mais comodamente aos desfiles militares das janelas que davam para a praça. Ela mandava sozinha no campo doméstico e não se imiscuía na vida pública do ditador, e sua primeira aparição oficial aconteceu em 1930, no casamento de Edda com Galeazzo Ciano. Ele conduzia a seu bel prazer sua vida pessoal, desde que suas atividades extraconjugais se limitassem a simples aventuras que Rachele imputava, sem constrangimento, ao carisma e à virilidade de seu cônjuge e aos quais atribuía, ou fingia atribuir, importância

secundária.

> O que atraía as mulheres, creio – escreveu ela – era à primeira vista seu olhar, o mesmo olhar de que também fui vítima quando era bem jovem. Em seguida, o porte e a voz, grave, melodiosa, "envolvente," como alguém definiu. Mas, uma vez consumada a conquista, o que lhes restava era sua rudeza. Como todos os italianos, achava que o sexo feminino não devia passar de um certo nível na escala social e que seu papel devia se limitar ao ambiente doméstico. Fiel a seus princípios, nunca se apegava e tratava essas pobres infelizes como meros objetos.

Em compensação, Rachele era capaz de manifestar terrível ciúme quando testemunhava as investidas menos discretas desta ou daquela representante do belo sexo, como por exemplo nos bailes folclóricos de Predappio ou quando a aventura se transformava em ligação amorosa duradoura e conhecida por todos. Por razões distintas, três mulheres foram, dessa forma, objeto de sua profunda aversão e alvo de sua vingança: Ida Dalser, sua concorrente em concubinagem e maternidade; Margherita Sarfatti, a amante-mentora, colaboradora e confidente mais atenta do Duce ao longo dos dez primeiros anos do regime; e Clara Petacci, jovem, ardente e influente companheira da idade madura, embora, tratando-se desta última, Rachele só viesse a tomar conhecimento das ligações que mantinha com seu marido depois de 25 de julho de 1943.

Fato raríssimo em se tratando de homem latino, Mussolini não parecia ser excessivamente possessivo em suas relações com as parceiras sexuais. Sabia de algumas ligações passageiras – e discretas – de Margherita Sarfatti, assim como de uma possível aventura extraconjugal de dona Rachele com um administrador de Villa Carpena sem, ao menos aparentemente, ficar perturbado. Foram principalmente as aventuras sentimentais de sua filha mais velha, a preferida, a filha dos dias difíceis, a que mais se parecia com ele, que lhe causaram problemas. Em Forlì, nos dois anos antes de sua designação para o *Avanti!*, dedicou à filha mais velha uma adoração beata, que podia causar surpresa por partir de um personagem tão rude quanto ainda era, naquela época, o futuro líder da Itália fascista. Tarde da noite, ao voltar das reuniões políticas ou de intermináveis discussões com os companheiros de partido, ele se detinha alguns momentos junto ao berço de Edda, quando não se dedicava ao prazer de fazê-la dormir ao som do violino.

Portanto, parece que Edda, mais do que seus irmãos, identificou no pai modelo com o qual às vezes se identificava, outras vezes colidia mais violentamente. Ora ela se conformava com a imagem ideal que o ditador fazia da "filha de César," ora, ao contrário, lutava com unhas e dentes para afirmar sua própria personalidade. Foi assim que, em agosto de 1925, quando tinha pouco menos de quinze anos, Edda salvou uma amiga de afogamento em uma praia de Cattolica, o que lhe valeu uma medalha de prata e uma carta oficial de congratulações assinada pelo Duce. Ela foi uma das primeiras italianas a dirigir um automóvel, a usar calça comprida, a aparecer em "traje esporte" (saia curta, maiô de banho com braços e pernas à mostra), abraçando uma tendência que, no seio do movimento fascista, se recusava, já naquela época, a aceitar a mulher no papel tradicional de esposa e mãe.

A pouca inclinação para os estudos, manifestada desde cedo e que levava seus pais a chamá-la de *cavallina matta* (eguazinha desmiolada), não era o que mais preocupava o

líder da Itália fascista. A impulsividade e o temperamento quase radical da filha desde então já constituíam problema. Ele a via muito apaixonada, muito disposta a se mostrar independente e com uma personalidade rebelde, de modo que acreditava que se entregaria, na primeira oportunidade, a uma louca aventura sentimental. Candidatos não faltavam, atraídos talvez menos pelo encanto um tanto rude da jovem do que pela esperança de poderem tirar proveito de sua posição. Mussolini também se empenhava em manter Edda a salvo de pretendentes que considerava de moral duvidosa ou indignos de aspirar ao título de genro do Duce. Desde que deixou Santa Annunziata para regressar a Milão, Edda foi alvo de assídua vigilância policial convenientemente ordenada pelo ditador, a fim de lhe fornecer relatórios periódicos sobre os passos de sua filha. Também deu ordens para que suas cartas fossem abertas e entregues ao chefe de sua secretaria particular, Chiavolini. Durante o verão de 1928, Edda teve um breve caso sentimental com um jovem chefe da estação de Cattolica, com quem se encontrou na praia de Riccione e em outros locais menos frequentados. Informado pelo comissário de polícia da cidade, Mussolini determinou que o jovem fosse imediatamente transferido para a Sicília.

É fácil deduzir que Edda não gostava de se ver vigiada desta forma e ser afastada de seus cortejadores. Em vez de submeter-se à vontade paterna, intensificou seus flertes provocadores, sempre reagindo com extrema aspereza às medidas policiais que punham fim a suas aventuras. Assim, ele decidiu casar a "eguazinha desmiolada" o mais rápido possível, seguindo o conselho da irmã Edvige, que ficou com a missão de encontrar para Edda um marido digno da "filha de César."

Como Edvige falhara em sua missão, foi a Arnaldo, irmão do Duce, que Mussolini confiou o encargo de arranjar um marido que conviesse a Edda. Depois de algumas sondagens no meio aristocrático, para onde se orientava a preferência do Duce – a imprensa americana chegou a lhe atribuir a intenção de casar a filha com o príncipe herdeiro Umberto – Arnaldo foi posto, por um deputado siciliano, na pista de um pretendente que parecia corresponder a todas as expectativas. Tratava-se do jovem Galeazzo Ciano, então com vinte e seis anos e que, depois de tentar em vão o jornalismo, tinha abraçado a carreira diplomática.

No fim de 1929, Galeazzo ainda não fora além de modesto adido na legação italiana em Shanghai, mas as ligações políticas e familiares lhe permitiam antever uma carreira rápida e brilhante. Seu pai era justamente o almirante Costanzo Ciano, Conde de Cortellazzo, herói da Grande Guerra e ministro das comunicações, um *self-made man* como Mussolini, filho de um caixeiro-viajante e que galgara todos os degraus da escala social graças a seus atos heroicos e, posteriormente, a seu alinhamento com o fascismo. Fiel entre os fiéis, foi dos que, na questão Matteotti, não hesitaram em apoiar o chefe do governo e o estimularam a resistir. Depois do atentado de Zamboni, o Duce o designara secretamente seu sucessor eventual, fechando os olhos para as circunstâncias em que, em poucos anos, acumulara grande fortuna em Livorno, onde era proprietário, entre outras coisas, do principal jornal diário local, *Il Telegrafo*.

Galeazzo não possuía as mesmas qualidades do pai. Tão ambicioso quanto ele, não tivera que batalhar para vencer as primeiras etapas, as mais duras da ascensão social. Era inteligente e não lhe faltavam nem elegância nem um certo mérito, mas seu caráter superficial, sua natural lassidão e as lacunas de sua cultura não o capacitavam a almejar papel de destaque. Em compensação, o porte distinto, o físico avantajado e a conversa

cativante, enfim, todo esse brilho que emanava de sua pessoa lhe permitia conquistar com facilidade as mulheres. Edda, que ainda não chegara aos vinte anos, ficou atraída por seu fascínio e se deixou seduzir desde o primeiro encontro, que aconteceu no fim de janeiro de 1930, por ocasião de uma recepção oferecida por uma amiga comum, Resy Medici, para comemorar o regresso de Galeazzo da China, transferido para a embaixada da Itália junto à Santa Sé.

O encontro fora precedido por longo esforço de aproximação por parte das duas famílias. De fato, Mussolini acolhera com entusiasmo a sugestão que lhe fizera seu irmão. Enquanto a possibilidade de uma união com um representante da velha aristocracia romana lhe parecia pouco desejável, agradava ao Duce a ideia de casar a filha com o herdeiro de um velho companheiro de luta, cujo acesso à nobreza era bem recente – Costanzo Ciano fora feito conde pelo Rei Vittorio Emanuele por serviços excepcionais prestados à pátria na Grande Guerra.

Mas nem Benito nem Rachele desejavam impor à filha uma união que a desagradasse. Realmente queriam que Edda fizesse a escolha. Afinal, ela não andara se encontrando em certa época com um tal Kiko, com o qual, ao que consta, planejara fugir? Portanto deviam agir com prudência, com um pé em cada canoa. Edda, no verão de 1929, foi convidada pela Condessa Ciano e sua filha para ir a Levanto. As duas se referiram elogiosamente ao jovem adido da legação, lhe mostraram fotografias e cartas de Galeazzo e arriscaram algumas sondagens discretas que não pareceram impressionar a *cavallina matta*. Em seguida, houve um breve encontro na Ópera Real de Roma, em dezembro de 1929. Galeazzo acabara de regressar de Shanghai e estava acompanhando a mãe e a irmã no teatro, em uma apresentação do Barbeiro de Sevilha. Edda também estava presente, em companhia do pai e de dona Rachele e, no intervalo entre os atos, foi até o camarote da condessa para cumprimentá-la, quando mal teve tempo de reparar em seu futuro esposo, que Mussolini mandara chamar a seu camarote para falar sobre a situação na China. Mas o pouco que viu agradou e, quando o reencontrou no fim de janeiro, na recepção de Resy Medici, o interesse foi tal que, alguns dias mais tarde, ela mesma anunciou triunfalmente a seu pai que decidira se casar com o filho de seu amigo Costanzo.

O casamento foi resolvido a toque de caixa. Já Galeazzo foi à Villa Torlonia para pedir a mão da filha mais velha do Duce. Bem pouco à vontade em seu terno cinza e sem saber exatamente como começar sua fala, teve de enfrentar um Mussolini mais sério que nunca, preso à cadeira, os olhos fixos nos papéis que cobriam a mesa de trabalho até o instante em que pareceu se aperceber da presença do jovem diplomata. O noivado oficial teve lugar alguns dias mais tarde na mais estrita intimidade e o casamento religioso foi celebrado em 24 de abril. Na véspera, Mussolini e Rachele, que tinham horror a recepções oficiais, tiveram de receber na Villa Torlonia mais de quinhentos convidados importantes, entre os quais uns cinquenta membros do corpo diplomático, jornalistas, representantes do mundo político e membros da aristocracia e da cúria romana.

Após a cerimônia, o casal partiu em viagem de núpcias para Capri, e Mussolini fez questão de acompanhá-los de carro até Rocca di Papa, a uns trinta quilômetros da capital, "para poder chorar em paz no momento do adeus." O prazer de ter encontrado para Edda um marido que correspondia plenamente aos seus desejos não era suficiente para compensar a dor da partida. Vivera por muitos anos afastado dessa filha rebelde e caprichosa, sempre disposta a contrariá-lo em suas breves estadas em Milão, em Villa

Carpena ou à beira do mar, mas que era seu alter-ego e com a qual convivera nos derradeiros anos de sua juventude. Justamente agora, quando poderia desfrutar um pouco a presença em Roma de sua filha mais velha e pudera constatar que ela se tornara adulta, chegou a hora de ela deixar a casa paterna e seguir seu próprio destino. Desde logo começou a sentir uma inveja surda daquele genro janota, de quem não perdia oportunidade para realçar os méritos, sabendo da pouca consistência encoberta pela conversa brilhante e pelos modos principescos. Não era mais hora de ficar elaborando um balanço preciso de virtudes e defeitos do herdeiro dos Cianos. Mal terminada a "lua de mel," o casal partiu para Shanghai, onde Galeazzo seria o cônsul-geral, primeira etapa de uma carreira que, em poucos anos, o levaria à direção da diplomacia italiana.

A partida de Edda em nada modificou o relacionamento de Mussolini com os outros filhos. Absorvido pela imensidão de suas tarefas, delas fazia pretexto para se furtar aos contatos com Vittorio e Bruno, como mais tarde aconteceu com Romano e sua irmã menor. Não se tratava apenas de serem diferentes de Edda e dele próprio, mas o fato é que perdera o hábito e, sem dúvida, o prazer dos atos e palavras que, sobretudo em um país como a Itália, estão culturalmente ligados à figura do pai. Tanto quanto podia, fugia das reuniões e dos ágapes familiares e falava pouco quando estava à mesa. Raramente mantinha uma conversa longa com os filhos, ou simplesmente os contemplava com uma reprimenda um pouco severa ou um pescoção, para pelo menos demonstrar interesse por seu comportamento ou por seu trabalho. Não participava de suas brincadeiras e no máximo dava alguns chutes em uma bola ou trocava algumas raquetadas no tênis ou no pingue-pongue e logo desaparecia.

As mulheres

Poucos memorialistas que desfrutaram da proximidade do dono da Itália fascista não alardearam seu apetite sexual e a atração que exercia sobre o belo sexo. Rachele e Edvige, por exemplo, dedicaram, cada uma, um capítulo às relações de Mussolini com as mulheres. O donjuanismo mussoliniano fazia parte da panóplia de sinais, aos olhos do italiano do povo, da imagem do super-homem.

Na verdade, a vida amorosa do Duce não constituía segredo de estado na Itália fascista. Sabe-se que houve amantes, que algumas tiveram lugar importante em sua vida e que a Sala do Mappamondo não servia apenas para receber visitantes estrangeiros e autoridades fascistas. As *barzellette* que circulavam em Roma e em toda parte quase sempre tinham como alvo as aventuras erótico-sentimentais do ditador e ninguém se perturbava com os rumores que corriam a propósito das ligações que ele supostamente mantinha com esta ou aquela personalidade feminina pertencente à alta sociedade romana ou ao mundo artístico. Por exemplo, atribui-se a ele um caso com a atriz Alida Valli que não passa de pura fantasia, e se fala, sem qualquer fundamento, de relações que iam além da política com a esposa do chanceler austríaco Dollfuss. Mussolini deixava que falassem. Não lhe desagradava parecer o típico macho latino e nada fazia que pudesse comprometer sua imagem.

O livro de memórias de Quinto Navarra contribuiu muito tempo depois para reforçar essa imagem. Segundo afirma o administrador do Palazzo Venezia, ao longo de toda a era fascista e até 25 de julho de 1943, Mussolini recebeu quase todos os dias uma

visitante que experimentava sua virilidade. O camareiro do palácio relata:

> Mulheres de todos os tipos e de todas as condições, se não de todas as idades. Ele parecia preferir as de meia-idade. Preferência pessoal ou capricho do destino? (…) Aliás, nesse campo, o Duce não era difícil, e para mim, que vi dia após dia uma mulher diferente pisar no inviolável gabinete do ditador, foi cada vez mais evidente que beleza não era indispensável a seus amores, confirmando o aspecto efêmero e burocrático que emprestava a essas aventuras espremidas entre duas audiências oficiais e obedecendo regularmente a um horário previamente estabelecido. Porém, jamais dedicava às mulheres mais tempo do que às siderúrgicas ou aos camponeses. Os arquivos da secretaria particular do Duce revelam indiretamente vestígios desses encontros privados. As folhas que registram as audiências, cuidadosamente preservadas, indicam a cada meia hora o nome e a condição de cada visitante e deixam um vazio quase sempre no fim da tarde, coincidindo perfeitamente com o que nos revela Navarra sobre os hábitos do patrão. As "senhoras visitantes" eram introduzidas na Sala do Mappamondo, de onde saíam uns dez minutos mais tarde, sem que nada em seu traje indicasse que tivesse acontecido entre ela e o chefe do governo algo mais que uma troca de palavras amáveis. Faltava a Navarra a perspicácia para descobrir no tapete ou nas almofadas fofas que cobriam o banco de pedra qualquer pista (um grampo de cabelo ou algum outro objeto) denunciando que o encontro não tinha sido tão platônico quanto se podia imaginar à vista da forma irretocável com que deixavam a sala as hipotéticas "amantes" do chefe do governo.

Quanto às *groupies* declaradas, elas não provocavam automaticamente uma reação erótica em seu ídolo, seja porque seu encanto não funcionava, seja porque o Duce tinha na cabeça algum outro projeto amoroso ou até mesmo porque estivesse simplesmente absorvido por outro tipo de preocupação, ou ainda, porque as "damas visitantes" podiam experimentar algum remorso tardio em defesa de sua virtude. As que não se detinham diante desses obstáculos deviam guardar do encontro a lembrança de um ataque rápido, brutal e explosivo. Mussolini não se comprazia com as lentas manobras preliminares e nem com os langores e efusões *post coitum*. O fato de nem mesmo tentar oferecer a suas admiradoras "um café, um licor ou mesmo um pedaço de bolo" era o que mais escandalizava o condescendente Navarra. As representantes da típica sociedade romana – na maioria burguesas, lembrando que Mussolini conservava um certo complexo em relação às pessoas que exibiam títulos – não eram necessariamente mais bem-tratadas. Só tinha direito a uma atenção um pouco mais especial a favorita do momento. Alguns nomes emergem da longa lista de "amigas" do Duce, como, por exemplo, dois casos bem diferentes, os de Romilda Ruspi e de Magda Fontanges.

A primeira residia na Villa Torlonia, no prédio reservado ao uso do proprietário do lugar. Mussolini, que gostava de percorrer as alamedas do parque a cavalo, não demorou a reparar em duas mulheres, ambas muito bonitas, e as cortejou assiduamente e Romilda não permaneceu muito tempo insensível. Seu marido, que ficara preocupado com o caso, foi declarado louco e submetido pela polícia a diversos aborrecimentos até que ocorreu a separação legal e a guarda dos filhos foi finalmente atribuída à esposa adúltera. Pouco

tempo depois, Romilda deu à luz um terceiro filho, cuja paternidade atribuiu ao Duce. Para se livrar dela, este último lhe deu um apartamento no Largo Ponchieri em Roma, um posto de gasolina em Littoria e uma renda mensal que a polícia pagou regularmente à jovem ao longo dos anos. Magda Fontanges pertencia a outro mundo. Ex-atriz, jornalista do *Le Matin*, enviada especial do jornal parisiense em Roma e grande admiradora do Duce, foi com o objetivo específico de se tornar sua amante que pediu para ser recebida por Mussolini, obtendo sua concordância. Tomando conhecimento por intermédio de seu serviço de informações das ligações que a jornalista supostamente mantinha com o Deuxième Bureau, além de logo ter se cansado com a incômoda admiração que ela manifestava por sua pessoa, o Duce mandou que fosse gentilmente conduzida até a fronteira, com uma recompensa de 15 mil liras como acerto de contas. Porém, Magda, que se dizia apaixonada por seu herói e parecia um pouco desequilibrada mentalmente, não viu as coisas dessa forma. Inicialmente, tentou se envenenar, depois, em março de 1937, por ocasião da chegada à estação d'Orsay do embaixador de Chambrun – que ela acusava de tê-la denunciado a Mussolini como aventureira e espiã – feriu-o com um tiro de revólver do qual o representante da França em Roma custou a se recuperar. Ao lado desses idílios passageiros e às vezes quase cômicos, existiram mulheres que, em diversos graus, marcaram a vida de Mussolini. Embora suas relações com o Duce não tivessem sido tão apaixonadas quanto as outras duas, Angela Curti fez parte da categoria de amigas de longa duração. Mussolini a conhecera em Milão no começo de 1921, quando ainda era diretor do *Popolo d'Italia*. Filha de um de seus velhos companheiros de luta no partido socialista, a jovem, que era casada, manteve com ele uma ligação que durou até a partida de Mussolini para Roma e que teve seguimento por meio de longa e afetuosa amizade. Quando Mussolini estava de passagem por Milão, a visita que fazia a Angela não era de simples amizade e lhe manifestava o desejo de que fosse a Roma para se encontrarem.

Das mulheres com quem Mussolini manteve longas relações, Angela Curti não foi a que provocou reações mais violentas de Claretta Petacci, tendo em vista a intensidade da relação que, por mais de quinze anos, ligou o líder fascista a Margherita Sarfatti. Claretta alimentava um ciúme feroz da diretora do *Gerarchia*. Entre Benito e Margherita, as relações começaram a deteriorar bem antes que a filha do doutor Petacci se tornasse amante do Duce. A estrela daquela que, durante a segunda metade dos anos 1920, exercera uma espécie de ditadura sobre a cultura fascista começou a se apagar no início da década seguinte, quando, principalmente sob a influência de Farinacci, Mussolini se voltou para um conformismo cultural e ficou em oposição, ponto a ponto, à tendência modernista da qual Margherita Sarfatti era incansável propagandista.

O afastamento que pouco a pouco foi fazendo seus destinos divergirem teve, pois, motivação política. Mussolini acabara de celebrar a paz com a igreja, jogando a cartada da tradição contra o que restava de revolucionário e futurista na ideologia dos *Fasci*.

Rachele passou à ofensiva no início de 1931. Os casos amorosos passageiros de seu marido lhe pareciam toleráveis desde que não fossem objeto de comentários, mas não suportava sua ligação com *la* Sarfatti. Obviamente esta já não era a loura e bela veneziana que seduzira Benito quinze anos antes. Acabara de entrar na casa dos cinquenta. As feições e o corpo já não eram os mesmos. Mas ela representava aquilo que, um tanto conscientemente, fazia Rachele sofrer: não ser mulher elegante, mulher "do mundo" e, sobretudo, a intelectual que exercia sobre o Duce uma influência conhecida por todos.

No princípio de 1931, depois de violenta discussão com Mussolini, ela exigiu que rompesse com Margherita, que a proibisse de publicar qualquer artigo no *Popolo d'Italia* e queimasse na sua frente um grande maço de cartas da amante. O Duce fez o exigido e prometeu fazer tudo que ela quisesse.

Ainda mais insidioso, mais perigoso para Margherita era o ódio que Edda devotava à amante oficial de seu pai. Enquanto Galeazzo permaneceu em seu posto em Shanghai, seus sentimentos não traziam grande reflexo sobre Margherita. Mas quando regressou à Itália, lançou contra a favorita uma ofensiva em grande estilo que não deixou de apressar sua desgraça definitiva. Exerceu influência diretamente sobre Mussolini no momento em que se esboçava a aproximação com a Alemanha e as relações com uma judia constituíam verdadeira afronta a Hitler.

Também em 1932 o chefe do fascismo conheceu aquela que logo iria ocupar lugar de destaque em sua vida, antes de compartilharem um destino trágico treze anos mais tarde. Foi um encontro fortuito do ditador com a jovem Clara Petacci, acompanhada por sua família, numa parada da estrada que liga Roma a Ostia. Havia dez anos a moça alimentava ilimitada admiração pelo líder da Itália. Vivia rodeada de suas fotografias, que recortava das revistas fascistas. Já lhe enviara cartas e poesias que se perderam na torrente de mensagens que chegavam diariamente. Embora o noivo de Claretta, o jovem tenente aviador Federici, estivesse presente, a jovem não se inibiu e se aproximou do automóvel do Duce para lhe manifestar sua admiração. Mussolini achou-a encantadora e convidou-a para visitá-lo no Palazzo Venezia. Ela o visitou algum tempo depois e passou a fazê-lo semanalmente, ainda que seu relacionamento se mantivesse absolutamente platônico e amistoso por quase quatro anos.

Só no verão de 1936 Claretta se tornou amante do chefe do governo. Nesse meio-tempo, tinha casado com o oficial aviador, separado e arranjado um amante, provocando em Mussolini, quando descobriu, violento acesso de raiva. Chamou sua amiga ao Palazzo Venezia, lamentou que ela se entregasse ao primeiro que apareceu "enquanto ele sempre respeitara nela a jovem e a esposa," chamou-a de ordinária e prostituta e por fim a esbofeteou violentamente. Claretta se desmanchou em lágrimas, alegou que tinha um marido infiel e caiu nos braços de seu ídolo.

A cena se desenrolou no momento em que Mussolini estava sob grande tensão e experimentava um isolamento afetivo que os acontecimentos de 1935-1936 tinham agravado fortemente. A guerra da Etiópia, as ameaças das Potências Ocidentais e o embargo consequente, e a incerteza que ainda dominava a orientação da política externa italiana, apesar do imenso regozijo resultante da vitória sobre o Negus e da proclamação do Império, tinham afetado seu equilíbrio nervoso. Enclausurado em sua solidão, procurava encontrar alguém para ouvi-lo. Claretta foi quem se dispôs a fazê-lo naquele momento difícil.

Com vinte e quatro anos quando começou sua ligação com Mussolini, este já com cinquenta e três, a jovem já levava uma vida bastante ociosa, tendo abandonado muito cedo os estudos para se tornar diletante de pintura, poesia e piano. Dirigia seu próprio carro e sabia esquiar muito bem, mas a saúde delicada a impedia de fazer esforços físicos prolongados. A partir de 1936, todas as suas tardes foram dedicadas às visitas ao Duce no apartamento particular do Palazzo Venezia. Chegava entre quatorze e quinze horas pela entrada da via degli Astalli, era introduzida por Navarra no apartamento *Cybo* e se instalava na sala *dello Zodiaco*, passando horas a ler, escutar discos e desenhar modelos

de vestidos que ela mandava confeccionar por costureiras diaristas. Por volta das dezessete, Navarra lhe servia um chá e batia um papo com ela, quando Claretta aproveitava para fazer perguntas sobre as relações de seu amante com outras mulheres, obrigando o fiel camareiro a se enrolar em mil mentiras. Normalmente Mussolini não aparecia antes das dezoito ou dezoito e trinta, quase sempre cansado e apressado.

Bem ou mal, Claretta se contentava com essa existência clandestina e os breves momentos de intimidade que lhe eram concedidos por seu dono e senhor. É verdade que, tão logo o segredo ficou conhecido, a condição de favorita que desde então passou a desfrutar lhe trouxe vantagens. Tal como os filhos do Duce, ela passou a ser alvo de todos que procuravam agradar ao ditador. As fabulosas despesas que fazia nas lojas mais chiques da via Condotti – o costureiro Montorsi, a joalheria Bulgari, Gabriella-Sport na esquina da piazza di Spagna – eram pagas frequentemente por seu irmão Marcello por conta de homens de negócio que assim esperavam fazer acertos vantajosos. O anel ornado com um diamante de doze quilates que Claretta levou para o túmulo lhe fora presenteado por um industrial lombardo que atribuíra à influência da moça junto ao Duce a obtenção de importante contrato. Obviamente, ficava lisonjeada – ela, a desconhecida que durante toda a adolescência devotara verdadeiro culto ao líder da Itália fascista – por ter sido escolhida entre milhares de candidatas e ser amada por seu herói. Mussolini amava apaixonadamente aquela jovem burguesa ociosa e frívola que nada indicava que viesse a ser uma das mulheres mais invejadas da Itália. Embora conservasse um belo aspecto, a idade e o exercício do poder o tinham desgastado prematuramente. Claretta representava juventude, vida, trazia ânimo novo a uma existência que, no plano pessoal, pouco a pouco estiolava no conformismo do quotidiano.

Obviamente, Claretta não podia pretender substituir a Sarfatti no papel de conselheira política e cultural que esta desempenhou durante quase quinze anos. O Duce lhe dissera sem rodeios no início de sua ligação: "Você não vai querer bancar a presidente, não é? Já houve uma mulher que me fez umas bobagens e não tenho a intenção de aguentar uma segunda." Quando chegava a hora de deixar a Sala do Mappamondo e passar algum tempo junto da amante, geralmente não abordava problemas de estado, mas falava de si mesmo, da infância, das lutas políticas na mocidade, da guerra, das mulheres que conhecera e às vezes das que ainda encontrava.

Quando tinha que ir ao teatro para assistir a um espetáculo qualquer ou presidir uma manifestação fascista à qual ela fosse comparecer, exigia que fosse discreta na aparência e nos modos. No verão, quando ia com a família para Riccione, dava um jeito de encontrá-la às escondidas na hora do banho de mar para alguns instantes de cumplicidade, protegidos pelos dois impassíveis agentes policiais encarregados da segurança aproximada do Duce.

Sua condição de favorita era do conhecimento da maioria dos italianos. Claretta recebia todos os dias montes de cartas, vindas de todas as partes da península, solicitando da jovem uma ajuda em dinheiro, um cargo próximo ao chefe do governo, um determinado emprego, uma tabacaria ou uma loja de decoração.

Se é obrigação do biógrafo não se deixar tolher pela armadilha do "psicologismo" e não atribuir importância excessiva ao "particular" na sequência de acontecimentos, grandes e pequenos, que foram decisivos na ação do "grande homem," fica óbvio, entretanto, que, em sua narração, deve levar em conta os raros momentos em que coincidem as inflexões do destino e as evoluções do cenário histórico submetido ao jogo

de forças poderosas. Em 1936, como em 1918-1919, Mussolini sofreu uma reviravolta em sua vida. À tensão que acompanhou a violenta batalha das sanções, à partida de um de seus filhos para a frente de combate na Etiópia e à grave doença de Anna Maria, sucedeu a euforia de uma paixão que, por algum tempo, iria fazê-lo esquecer a proximidade da velhice. Em 1936, como em 1918-1919, é um pouco nesta segunda condição suscitada pelo *innamoramento* que ele iria, na política interna como na externa, pôr a aventura adiante da razão.

——— 2 ———

Os Círculos do Poder

QUANDO O FASCISMO SE PREPARA para o décimo aniversário da Marcha sobre Roma com manifestações culturais das quais as mais carregadas de significado são a publicação, em junho de 1932, do décimo quarto volume da *Enciclopedia Treccani* contendo o verbete "Fascismo" – assinado pelo chefe do governo e escrito pelo filósofo Giovanni Gentile – e a inauguração solene da via dell'Impero, ligando o Coliseu à Piazza Venezia, o regime mussoliniano parece sólida e duradouramente implantado. A oposição interna está reduzida ao silêncio. Os chefes do antifascismo no exílio não cessam de disputar alguns milhares de militantes não desencorajados pelo refortalecimento de uma ditadura que eles acreditaram efêmera, pelas provocações dos agentes da OVRA [*Organização para Vigilância e Repressão do Antifacismo*] ou pela repressão episódica de parte do governo dos países de acolhida. A paz com a Igreja – posta em questão em matéria de educação e controle da juventude – favorece a adesão mais ou menos passiva dos católicos a um regime que oferece ordem, paz social e autoestima com uma política externa que firma a vocação da Itália como potência internacional de primeiro plano.

O preço a pagar – após a promulgação das leis ditas de "defesa do estado" de 1926 complementadas nos anos seguintes por disposições regendo a organização dos poderes públicos, o regime eleitoral, o funcionamento do partido único etc. – é a supressão das liberdades individuais e a eliminação de toda forma de oposição e contestação. O regime monárquico constitucional e parlamentar imposto pelo Piemonte e pela Casa de Savoia aos povos da península em 1861, e que durou até 1922, certamente não era um modelo de democracia liberal. O soberano conservava prerrogativas muito além das simbólicas. A magra elite política dirigente disputava as vantagens do poder e, para conservá-lo, não se opunha, nas eleições muito lentamente estendidas ao grande público, à violência ou às mais indignas práticas clientelistas. Sobre as classes populares, notadamente as rurais, repousara até o início do século o peso do esforço exigido dos italianos para a decolagem industrial do país e a aquisição dos meios necessários a uma política externa de grande potência. Quando, após o fracasso da aventura africana, o povo se recusou a ser o principal suporte de uma política chamada por alguns de "imperialismo dos pobres," o governo respondeu a tiros de canhão e condecorou o general da carnificina com a ordem dell'Annunziata, "por serviços prestados à civilização."

Mas desde o início do século, o regime começara a se liberalizar e se democratizar. Com a era Giolitti houve a integração das massas à vida política, graças ao ensino primário, à alfabetização das áreas rurais e, em 1912, ao sufrágio "quase universal." No momento de sua entrada na guerra, a Itália tinha sérios problemas, mas estava empenhada numa democratização que não se fazia em país algum sem dificuldade e confronto. Dizer que o fascismo só precipitou a evolução para a ditadura que começara

com Crispi trinta anos antes é um contrassenso. O fascismo se beneficiou de circunstâncias ligadas à guerra, aos graves problemas econômicos que a acompanharam e seguiram, ao contágio da revolução bolchevique e ao medo social que dela resultou. Na fraca resistência ao crescimento de seu poder, influiu, claro, a raiz medíocre dos ideais democráticos em boa parte da elite italiana. Mas nem por isso era inelutável a radicalização do viés autoritário da monarquia piemontesa.

O fascismo pertence a outro domínio, que faz da ditadura instaurada por Mussolini em 1922 uma variante do totalitarismo. É, na Europa de entreguerras, a primeira manifestação tangível desse fenômeno próprio do século XX que se define mais por suas práticas que pela ideologia. Ele não é, nem neste momento da narrativa nem dez anos mais tarde, um modelo de totalitarismo comparável ao da Alemanha názi e da União Soviética stalinista no fim dos anos de 1930.

Em capítulo posterior, voltaremos à questão do totalitarismo fascista e seus limites. Por ora, debuxemos suas linhas principais, como prólogo do que nos interessa: como Mussolini faz funcionar um sistema no qual ocupa o centro de comando.

No modelo totalitário descrito e analisado por Hannah Arendt e outros nos anos 1950, está a maioria dos traços que distinguem o regime mussoliniano das formas clássicas de ditadura: a primazia da política sobre a economia, a fusão de público e privado, a subordinação da vida individual e coletiva à supremacia absoluta do estado. E isso, como expõe o historiador Emilio Gentile em seu livro sobre as origens da ideologia fascista, "por meio de um partido único e da mobilização permanente da população, principais instrumentos de uma política de massa fundada sobre a *utilização racional do irracional*, empregando uma mitologia e uma liturgia política cuja função era formar a consciência individual e coletiva segundo um modelo de *novo homem*, privando os humanos de seu individualismo, transformando-os em células da coletividade nacional numa organização capilar de estado totalitário."

Historiadores, sociólogos e cientistas políticos não estão de acordo sobre a semelhança desse "totalitarismo à italiana" ao modelo da escola americana. Se para Franz Neumann, por exemplo, a Itália fascista foi um regime totalitário pouco diferente do názi e do comunista, o italiano Fisichella o considera um "totalitarismo *manqué*," e a própria Hannah Arendt conclui que, ao menos até 1938, o regime mussoliniano foi "uma ditadura nacionalista banal nascida das dificuldades de uma democracia multipartidária."

Sem ir tão longe, Renzo De Felice demonstra no quinto volume de sua monumental biografia do Duce que faltaram ao regime mussoliniano certas características próprias aos totalitarismos, começando pelo recurso sistemático ao terror de massa e ao sistema concentrador. Para manter o compromisso que lhe permitira chegar ao poder, mas também por seu pragmatismo intrínseco, Mussolini jamais desejou passar inteiramente do estado de direito ao estado policial, e menos ainda um controle totalitário do partido sobre o estado. "É certo que ele trabalha," escreve De Felice, "no sentido de uma concentração absoluta do poder no estado e de uma politização total da sociedade civil, mas, ainda aqui, tudo isso foi feito de uma perspectiva que não tinha muito a ver com a do nazismo ou do stalinismo."

Entre os elementos que, na trindade totalitária, permitem distinguir o fascismo italiano dos totalitarismos alemão e russo está a função que teve nos três regimes a personalidade carismática do chefe: decisiva no caso italiano, claramente menos importante para os outros dois, porque nem Stalin nem Hitler tiveram de enfrentar o

desafio da manutenção – ao menos simbólica – de um poder diárquico, imposto a Mussolini até 1943. Essa função é tal que, de vários pontos de vista, pode-se falar de "sistema mussoliniano" para descrever o funcionamento da ditadura instaurada em outubro de 1922 pelo fundador dos *Fasci*. Este capítulo se dedica à descrição desse sistema, que entrará em crise em 1936 e se radicalizará no sentido de um totalitarismo mais acentuado.

A diarquia

"Por vinte anos, o Rei e Mussolini se olharam e vigiaram como dois esgrimistas em guarda no tablado com ferro em punho." Essa fórmula, extraída de uma nota de Dino Grandi em 1944, mostra bem as relações entre o soberano e o Duce durante o *ventennio* fascista. É incontestável que, de início, os dois tinham poucas razões para simpatizar um com o outro. Entre o herdeiro da Casa de Savoia e o filho do ferreiro e dono de café de Dovia, a distância era ainda maior que entre o marechal Hindenburg e Hitler. De um lado, o filho do povo, curioso mas autodidata, extrovertido e narcisista, ator, saltimbanco, histrião em perpétua representação; do outro, o tímido, reservado e complexado "reizinho" – desde sua acessão ao trono sua pequena altura lhe valera o título de *piccolo re*, e Vittorio Emanuele sofria com isso – que é também um homem culto, fala fluentemente inglês e francês, é amante de numismática e história, grande viajante e conhecedor do mundo.

Dos dois "esgrimistas," o mais dissimulado é o herdeiro dos Savoia-Carignanos. Em 1922, ele teve a humilhação de atravessar o "passo de Caudium" do fascismo para salvar sua coroa, e jamais perdoou isso a Mussolini. Assim, tem oculto um golpe secreto de florete que pode aplicar ao menor sinal de fraqueza de seu parceiro: é o que fará sem remorsos em julho de 1943. Até lá, exerce escrupulosamente o pouco poder que lhe é concedido pelo estatuto constitucional de 1848 e pela prática governamental inaugurada pelo Duce, velando ciumentamente pelas aparências e pelo respeito a suas últimas prerrogativas.

Mussolini se expõe mais. Submete-se de boa vontade às regras formais das relações entre soberano e chefe de governo. Duas vezes por semana, impecavelmente vestido em trajes sóbrios, comparece ao Quirinal para apresentar ao rei um detalhado relatório da atividade governamental. Viu-se que, durante a negociação preliminar aos acordos de Latrão, ele informara Vittorio Emanuele sobre o estado das discussões com o Papado quase que de hora em hora. Por ocasião das revistas militares, aceita que o hino real seja tocado antes da *Giovinezza* e que a tropa só o saúde depois de ter saudado o monarca. Mas tem mais dificuldades que ele para refrear sua impaciência e dissimular seus sentimentos. Em caráter privado ou em seu pequeno círculo hierárquico, manifesta frequentemente seu mau humor em relação ao anfitrião do Quirinal, chamado de "vagão vazio," "árvore morta," "homenzinho amargo e desconfiado" e "galinha velha," à qual se devem "arrancar as penas uma por uma para que não estrile."

Logo, os dois se observam e desconfiam um do outro. Olhando um pouco mais de perto, porém, descobre-se que suas relações não são tão más quanto parecem, ao menos até a guerra da Etiópia. Há entre eles mais que diferenças de caráter e cultura. Vittorio Emanuele aprecia em Mussolini qualidades das quais ele mesmo não é desprovido:

precisão, preocupação com detalhes, otimismo, sobriedade, uma memória a toda prova. Preza suas maneiras simples, seu desprendimento e, evidentemente, seu patriotismo, e admira seu talento como organizador e legislador. Como salienta Grandi, mesmo a desconfiança e o menosprezo pelas pessoas de que dão prova aproximam "esses dois solitários prisioneiros de sua solidão."

Mussolini, quando não se abandona aos exageros de linguagem que Ciano tem prazer de relatar em seu Diário, manifesta forte e um pouco condescendente simpatia pelo soberano. "Admito," confiará ele em maio de 1940 ao jornalista Nino d'Aroma, "que ele não é uma águia, mas é dotado de um realismo muito sólido e as raras opiniões que manifesta são todas concretas, práticas e sempre dirigidas a um objetivo preciso. (...) Mesmo que seja frequentemente mesquinho, com seus rancores antialemães e seu anticlericalismo de segunda, o homem tem duas qualidades importantes: um bom senso enraizado, jamais em falta, e sangue-frio."

Até 1936, os atritos entre o Palazzo Venezia e o Quirinal foram relativamente benignos. O mais grave teve lugar em 1928, quando se decidiu, por via legislativa, que o *Gran Consiglio* podia intervir na sucessão tanto do Trono quanto do chefe do governo. No resto do tempo, os assaltos de esgrima se faziam a ponta de florete coberta: nem Vittorio Emanuele nem Mussolini buscavam iniciar uma confrontação cujo resultado parecia arriscado para ambos. O primeiro acabava sempre por aceitar as iniciativas do Duce, incluindo as leis raciais e a decisão de entrar na guerra em 1940, o segundo se atinha às regras não escritas do compromisso de 1922. A Carlo Silvestri, que em uma entrevista com Mussolini em 1943 perguntou se ele já pensara em se desembaraçar de Vittorio Emanuele, o Duce respondeu:

> Creio ter sido sempre um fiel servidor do rei. (...) Diz-se que, depois da Marcha sobre Roma, eu poderia ter instaurado a república italiana. Não. A tentativa teria fracassado, comprometendo o futuro do movimento fascista. O povo não estava de modo algum preparado para um eventual governo republicano, e não se pode esquecer que a monarquia abrira completamente suas portas para o fascismo.

Visão realista das coisas. Não somente o povo não estava "preparado para um governo republicano" como também a monarquia gozava de considerável prestígio. Pretender derrubar uma instituição cuja legitimidade repousava sobre seu considerável papel na unidade e que ao mesmo tempo simbolizava – na pessoa do Rei, comandante das forças armadas – a vitória das armas italianas teria sido mais que arriscado, sobretudo em um momento no qual o regime ainda estava frágil. Mussolini teve a sabedoria de compreender esse fato e esperar que a situação evoluísse.

Foi depois da guerra da Etiópia que as relações entre Mussolini e o soberano começaram a se deteriorar. "Fui eu quem conquistou o Império," declarou aquele mais tarde a Silvestri. "Chega de Vittorio Emanuele! Ele não serve para nada!" Até aqui, não havia divergência política maior entre os dois homens. A ditadura, enquanto servisse aos interesses da monarquia preservando a Coroa de um eventual perigo revolucionário, nada tinha que pudesse desagradar fundamentalmente ao rei. Este, aliás, não era hostil à política externa fascista. Ele sem dúvida a teria preferido menos aventureira, mas, até a campanha da Etiópia, esteve razoavelmente acomodado. A agressão contra o Negus e a

aproximação com a Alemanha resultante da reação dos franco-britânicos a essa violação da lei internacional o levaram a ver a diplomacia dos *Fasci* com um olho mais crítico e a dar notícia do fato.

Para Federzoni, maio de 1936 foi quando o Duce "decretou, em seu foro íntimo, o fim da monarquia." Mas foi principalmente a visita de Hitler e dos chefes názis a Roma, em 1938, que o levou a pensar seriamente não em derrubar Vittorio Emanuele – "ainda aguardo porque o rei tem setenta anos e tenho esperanças de que a natureza me ajudará," disse a Ciano em 17 de julho – mas em preparar a lenta supressão da "diarquia" (termo empregado por Mussolini para designar, não sem escárnio, um sistema no qual o poder estava de fato concentrado em suas mãos). Com a morte de Hindenburg, em agosto de 1934, o chanceler alemão Hitler se tornara também presidente do Reich. Oficialmente, portanto, ele era "chefe de estado," e com esse título foi recebido por Vittorio Emanuele e hospedado no Quirinal. Durante as cerimônias às quais o soberano compareceu, Mussolini tinha de ficar em segundo plano, o que o deixava profundamente mortificado. A humilhação era ainda maior porque os dirigentes názis nada fizeram para ajudá-lo a digerir a afronta. Eles o fizeram compreender claramente que suas relações com o Rei eram indignas de um grande dirigente fascista e pouco compatíveis – por pouco seguras politicamente – com a amizade do Führer.

É óbvio que a ideia de pôr fim à instituição monárquica não foi estranha à criação, pelo voto "espontâneo" do Senado, em 1938, do posto de primeiro Marechal do Império, conferido tanto ao Rei quanto a Mussolini. Em capítulo posterior, retornaremos ao significado dessa iniciativa, na realidade inspirada pela cúpula da hierarquia fascista. Por ora, guardemos somente que ela se inseria em uma estratégia que, na perspectiva da dupla sucessão, visava a concentrar nas mãos de um único homem os poderes – reais e simbólicos – divididos entre os dois protagonistas da "diarquia," e que ela provocou entre Mussolini e o Rei uma crise breve porém intensa, que se transformou em vantagem para o segundo. Apesar disso, o processo de erradicação da monarquia não foi acelerado. Em 1938, as preocupações internacionais tinham precedência sobre os problemas internos. Na perspectiva de uma guerra cada vez mais provável, Mussolini não podia renunciar à parcela da opinião pública ligada à instituição real nem afrontar os chefes militares – notadamente os do exército e da marinha – cuja fidelidade à Coroa estava quase intacta. Assim, decidiu postergar a operação, primeiro até o fim da guerra da Espanha, depois, uma vez resolvida a prova de força contra as democracias, até a vitória do Eixo.

O delfim

De todos os membros do *entourage* do Duce que desejavam o fim da monarquia, o mais interessado era seu genro. Depois de seu retorno da China, em 1933, Galeazzo Ciano conhecera uma ascensão fulgurante, ocupando sucessivamente os cargos de secretário de imprensa de Mussolini e de subsecretário e depois ministro da Imprensa e Propaganda, antes de assumir, em 1936, a direção da diplomacia italiana e entrar para o Gran Conselho. O "menino-prodígio do fascismo" – nas palavras de Edda – tinha apenas trinta anos e surgia como sucessor designado do ditador.

Mussolini não pudera suportar por muito tempo a ausência de sua filha mais velha.

No anúncio de sua segunda gravidez – um primeiro filho nascera em setembro de 1932 – decidiu trazer seu diplomata a Roma o mais rapidamente possível, "aguardando outra destinação." "Depois de mais de trinta meses na China," disse em telegrama a Edda, "um pouco de repouso fará bem a você. Estou satisfeito de que o exterior tenha feito subir a temperatura de seu fascismo. É a única coisa poderosa e original deste século."

Nem Edda nem seu marido pareciam muito ansiosos para retornar à casa paterna. Em Shanghai, viveram uma longa "lua de mel" seguida da fase de adoração beatífica que acompanha a vinda do primeiro filho. No fim da estada, contudo, começaram a surgir as primeiras nuvens. Sob uma aparência branda, Galeazzo escondia um temperamento autoritário e violento que se exprimia em sua vida conjugal por bruscos acessos de cólera pontuados por gestos brutais, ao passo que a "*cavallina matta*," que sempre manifestara caráter rebelde, comportava-se, ao menos no início da união, como esposa submissa e dócil.

Entre os motivos de desavença estava a paixão pelo jogo que desde essa época dominava a filha mais velha do Duce. Para passar o tempo, Edda começara a jogar bridge e pôquer com as esposas dos diplomatas estrangeiros e as damas da alta sociedade chinesa. Em seguida, pôs-se a frequentar os panos verdes durante dias e noites inteiras, apostando e perdendo grandes somas e contraindo dívidas que era necessário honrar. No começo, Ciano resmungava gentilmente e pagava, mais tarde as discussões se tornaram tempestuosas.

O retorno à Itália em nada mudou a situação, pelo contrário. Edda continuou a jogar e perder grandes somas que seus meios pessoais não permitiam saldar. Para evitar cenas domésticas, passou a apelar a Osvaldo Sebastiani, secretário particular de Mussolini, que se tornaria seu confidente e provedor de fundos. Poucas semanas após seu retorno de Shanghai, ela lhe escreveu do hotel Quisinana de Capri:

> Prezado Sebastiani, se possível, gostaria que, sem o conhecimento de meu pai ou meu marido, você me enviasse a soma de 15 mil liras. Tive algumas despesas extraordinárias e preciso de um pouco de dinheiro para pagar a fatura do hotel.

Sebastiani atendeu ao pedido, depois, é claro, de citar o caso a Mussolini, que do mesmo modo aceitou pagar as dívidas posteriores da filha, diretamente ou pelo clássico expediente do *Popolo d'Italia*. Havia em sua atitude o desejo de recuperar, pelo viés dessa cumplicidade tácita, alguma coisa dessa filha que adorava e que estava agora sob uma autoridade que não a sua: um leve "troco" ao jovem aristocrata cheio de si que tinha por genro e pelo qual nutria sentimentos ambíguos. Pois Mussolini sentia ao mesmo tempo ciúmes do afeto que Edda devotava ao marido e admiração pela seriedade com a qual este cumpria a tarefa que lhe fora confiada em seu retorno da China. Evidentemente, Galeazzo não possuía a seus olhos apenas qualidades. Era leviano, cheio de si e muito fanfarrão. Amava o ouropel, as paradas, os belos uniformes, as condecorações e os títulos, e não era nem um pouco um modelo de virtude. Bem verdade que nesse aspecto o Duce não ficava atrás de seu genro, com a diferença de que, às burguesas de meia-idade das quais gostava, o delfim preferia as jovens e belas aristocratas, rapidamente conquistadas, abandonadas e tratadas com a mesma delicadeza dedicada às damas que visitavam o Palazzo Venezia. Ele ficava mais aborrecido com os desvios extraconjugais de Edda e sua

repercussão no país, pois se tratava da imagem pública de seu eventual sucessor. Principalmente porque Mussolini apreciava o dinamismo de Galeazzo e era sensível ao ardor com que seu genro tentava se identificar com ele.

Acima de tudo, Ciano possuía aos olhos do ditador uma qualidade da qual nenhum outro colaborador podia se vangloriar depois da morte de Arnaldo. Ele era da família. Não que Mussolini fosse particularmente adepto do nepotismo, mas, na escolha dos homens destinados aos cargos mais sensíveis, preferia fidelidade a competência. Como bom patriarca romagnol, achava que parentesco era penhor de fidelidade. Foi por isso que, na direção do *Popolo d'Italia*, cujo papel político julgava essencial (tanto na Itália quanto no exterior o diário milanês era considerado reflexo de sua pessoa), pusera o irmão e, após sua morte, o filho de Arnaldo, Vito, nem um nem outro parecendo destinados a se tornarem grandes homens de imprensa. Deu-se o mesmo em relação a Ciano. Seu status de genro lhe serviu de passaporte para queimar etapas no *cursus honorum* e alçar-se, em três anos, ao primeiro plano da nomenclatura fascista.

Após semanas de espera, temperadas pelas insistentes intervenções de Edda – "Faça o que quiser, envie-o para onde quiser, mas dê-lhe algum trabalho!" – Ciano foi nomeado secretário de imprensa do primeiro-ministro, com o posto de ministro plenipotenciário. Jornalista de vocação e profissão, Mussolini conhecia o peso da arma jornalística nas mãos de quem soubesse modelar o sentimento público. Passava boa parte de seu tempo a escrutinar a imprensa regional, nacional e estrangeira, não hesitando em usar a caneta e o telefone para felicitar ou repreender este ou aquele diretor ou simplesmente dar-lhe instruções. A tarefa sendo muito pesada para ser realizada cotidianamente e de maneira exaustiva, decidira, apenas alguns meses após a Marcha sobre Roma, fazer do gabinete de imprensa da presidência do conselho, organismo até então limitado às tarefas de informação e representação, o instrumento de uma política visando a controlar e manipular a imprensa, a agir de maneira a que cada jornal fosse – como estipulava uma circular de 1931 – "órgão de propaganda da italianidade e do regime," a difundir entre as massas as palavras de ordem decididas pelo poder e a censurar toda informação suscetível de causar prejuízo à imagem positiva do fascismo e de seu Capo.

O primeiro secretário de imprensa de Mussolini fora Cesare Rossi, ex-redator do *Popolo d'Italia* e colaborador bastante próximo do Duce. Como seu papel durante o caso Matteotti o levara a pedir demissão e se expatriar na França, Rossi fora substituído pelo conde Capasso Torre di Pastene. Torre não era um fascista de primeira hora, mas tinha o mérito de, em plena crise do regime, ter dirigido o extremamente ortodoxo *Corriere italiano*. Ele permaneceu no cargo até 1928, e foi durante seu reinado que o gabinete de imprensa da Presidência assumiu sua feição definitiva, depois de ter absorvido seu correspondente do ministério do Exterior. Mussolini, não o considerando dócil o bastante, substituiu-o por Lando Ferretti e, três anos mais tarde, por Gaetano Polverelli, ambos fascistas convictos que conseguiram fazer do serviço a cabine de comando da propaganda fascista.

Quando confiou ao genro a direção de seu gabinete de imprensa, Mussolini provavelmente já pretendia transformá-lo em organismo autônomo, no modelo do ministério da propaganda chefiado por Goebbels desde o início do regime názi. Fora levado a essa transformação por diversos artigos publicados em 1933 na revista de Bottai, *Critica fascista*, da qual era um dos leitores mais assíduos, e é verossímil que a

escolha de Ciano estivesse ligada a esse projeto. Em 10 de setembro de 1934, o *Ufficio Stampa* tornava-se oficialmente subsecretariado de Imprensa e Propaganda e, no ano seguinte, era transformado no ministério que, em 1937, daria origem ao famoso ministério da Cultura Popular, o "Minculpop."

Subsecretário ou ministro, Ciano estava entre os raros colaboradores do Duce que tinham com ele contato permanente. Todas as manhãs, a partir das 9 horas, Mussolini recebia primeiro os subsecretários do Interior e do Exterior, o secretário do partido, os comandantes dos *carabinieri* e da segurança pública e o responsável pela imprensa e propaganda, ao qual dava instruções aos jornais e rádios em função do que ficara sabendo de seus interlocutores sobre o "pulso da nação" e os problemas internacionais. Quando entrava na Sala do Mappamondo, no entanto, Ciano já estivera horas sob rajadas de telefonemas, pois Mussolini se levantava de madrugada para ler a imprensa do dia e reagia à menor notícia desagradável.

> Você sabe – confidenciou Ciano a D'Aroma – com esse homem não se pode dormir nem comer. Ele lê tudo. Sabe tudo. Mal você entra em sua sala, ele o metralha com perguntas inesperadas. O embaixador mais minucioso, mais absurdo, vira um paraíso, um anjo, comparado a ele. Ele estraga irremediavelmente o programa de todas as nossas noites. Apesar dos elogios que faz, mesmo Edda está exausta e concorda comigo.

A tal ponto que, em duas ocasiões, o jovem subsecretário de estado pediu a sua esposa para intervir junto ao Duce a fim de que lhe fosse confiado um posto diplomático fora da Itália. Mussolini recusou. No cargo que ocupava com certa competência, e logo com real interesse pelo que lhe fora ordenado fazer, Ciano se tornara indispensável. Mussolini não desejava vê-lo afastar-se nem, principalmente, estar de novo e por longo tempo separado da filha. Galeazzo, que devia tudo a seu sogro e, em determinada época, nutria por ele uma admiração sem limites, sujeitou-se de boa vontade. Mandou preparar, para as noites de vigília – e, diziam, também para receber discretamente suas amantes – um quarto no Palazzo Chigi, bem como uma linha telefônica ligando-o diretamente ao Duce. Pouco a pouco, criou-se entre os dois uma relação de confiança que, bem ou mal, durou até a guerra. Ciano tinha a habilidade de não abusar da situação. Evitava demonstrar excessiva familiaridade com Mussolini, com o qual empregava *Voi*, ao passo que este o tuteava e chamava pelo prenome. Nas audiências, comportava-se como os outros hierarcas, permanecendo em pé diante da mesa de trabalho do Duce, tendo o cuidado de não interrompê-lo e respondendo a suas perguntas tão sucintamente quanto possível. Mussolini apreciava essa reserva, que contrastava com o comportamento social de seu genro. Não que Galeazzo, de temperamento extrovertido e exuberante, fosse propriamente um dissimulado. Simplesmente, a forte personalidade do pai de Edda o impressionava e ele levou bastante tempo para sentir-se à vontade diante dele.

O que não o impedia de aproveitar a influência que começava a ter junto ao ditador. Em setembro de 1934, o novo subsecretário se instalou no confortável Palazzo Balestra, via Veneto, no coração do bairro das embaixadas, onde ficou pouco menos de um ano. Em agosto de 1935, Ciano se engajou na força aérea para participar da campanha da Abissínia e teve de ceder seu lugar a Dino Alfieri. De qualquer modo, essa breve experiência ministerial, aliada aos doze meses de secretário de imprensa da presidência,

permitiu estabelecer sua influência e formar uma clientela que, em breve, constituiria o núcleo do "clã Ciano."

Para esse fim, utilizava não somente o prestígio conferido por seu laço familiar com o Duce e pelo fato de conversar com ele todas as manhãs, mas também, principalmente, a generosidade que sua função permitia. Ao assumir o Gabinete de Imprensa, encontrara o caixa bem-fornido, na previsão dos subsídios a diretores de jornal e redatores cujo zelo agradaria ao poder. Ciano se serviu amplamente – e sem dificuldade obteve o aumento – desses fundos secretos para comprar os serviços de jornalistas, artistas, escritores, intelectuais e mesmo políticos, italianos e estrangeiros, que se distinguiram por sua simpatia pelo fascismo. Chegou ao ponto de pagar um pequeno salário – mil liras por mês – a vários jornalistas debutantes cuja única obrigação era redigir, de tempos em tempos, um artigo que os funcionários do Pallazo Balestra arquivavam, antes de enviá-lo a algum tabloide provinciano com dificuldades para equilibrar o orçamento e pagar seus redatores.

Essa atividade era amplamente consagrada à imagem do Duce e é claro que, em seus dois anos à frente dos serviços de propaganda, Ciano contribuiu mais que qualquer outro para fazer nascer nas massas o culto da personalidade mussoliniana. Mas ele ao mesmo tempo soube tirar grande proveito pessoal de sua função, primeiro porque se tratava de um cargo-chave cuja ocupação podia apenas acelerar sua carreira, e também porque o investimento do jovem ministro – em clientelismo financiado pelos fundos públicos – devia concorrer para sua ascensão posterior.

Ciano não teve de esperar muito para pôr seus beneficiários à prova e constatar que a generosidade não fora inútil. Em agosto de 1935, embarcou para a África Oriental, acompanhado até Nápoles por uma Edda patética e teatral na hora do adeus. Galeazzo não era covarde, mas deve ter se violentado para abandonar o palácio ministerial na via Veneto. Podia ele, contudo, furtar-se a seu dever quando a quase totalidade da hierarquia estava de partida para a Etiópia? Ainda mais ele, o genro do Capo, o filho do herói dos ataques suicidas de surpresa contra a esquadra austro-húngara. Ele, que não cessava de expiar a falta de ter nascido muito tarde para conhecer a prova de fogo. Eis que lhe era dada a ocasião de se redimir de um único golpe desse pecado de juventude.

Mais uma vez, o preço a pagar foi desproporcional. Ciano chegou a Asmara no fim de agosto de 1935, para assumir o comando da 15ª Esquadrilha de Bombardeio, batizada La Disperata em referência a um antigo esquadrão fascista de Florença. As operações contra o famélico exército do Negus tendo começado no início de outubro, foi ao genro do Duce e a seu companheiro de equipe, Alessandro Pavolini, futuro secretário-geral do PNF à época da República de Salò, que coube a "honra" de lançar a primeira bomba sobre a Abissínia. Voltaremos em capítulo posterior a essa guerra desigual e exterminadora. Guardemos por ora que, como para os outros hierarcas e os dois Mussolinis engajados, Vittorio e Bruno, a campanha da Etiópia foi para Galeazzo uma espécie de jogo: perigoso, é verdade (a Disperata teve uma dezena de mortos), mas em nada similar à grande matança de 1915-1918.

Com 132 horas de voo, 32 ações de guerra, das quais 19 de bombardeio, e ações de metralhamento das colunas abissínias em fuga, Ciano não comprometeu o passado da família. Tais missões lhe valeram duas medalhas de prata, o grande colar da Ordem Colonial da Estrela de Itália e a nomeação para o cargo de cônsul (coronel) da Milícia, "por méritos excepcionais." Mas, sobretudo, elas foram valorizadas por uma imprensa

que não esquecia os serviços prestados pelo responsável pela propaganda fascista e praticava desmesuradamente a ênfase apologética. A ponto de, consciente do ridículo da situação e temendo que o Duce se ofendesse com esse excesso de honrarias, Ciano ter pedido a seu sucessor, Dino Alfieri, que instruísse os jornalistas amigos a moderarem seus ditirambos.

No fim de 1935, o genro do Duce obteve uma licença excepcional, oficialmente para uma cirurgia no nariz e de fato porque desejava passar o Natal em família e "tirar satisfações" com Edda, cujas aventuras extraconjugais alimentavam os rumores mais escabrosos. Foi nessa estada em Roma que Ciano soube de sua nomeação para o *Gran Consiglio*, distinção que fazia desse jovem diplomata de trinta e três anos uma das principais personalidades do regime. Seis semanas mais tarde, estava de retorno à Etiópia, a tempo de colher ainda um pouco de glória nessa guerra que inicialmente julgara inútil e perigosa, mas a cujo resultado vitorioso não podia permanecer indiferente. No fim de abril, quando as tropas de Badoglio ainda se achavam a algumas dezenas de quilômetros da capital abissínia, sobrevoou o aeroporto de Addis Abeba, suportando o fogo das baterias e metralhadoras etíopes antes de retomar altitude e jogar sobre a praça principal da cidade um estandarte com as insígnias de sua esquadrilha. Gesto insensato, destinado a acertar de uma vez por todas as contas com seu legendário pai e se pavonear mais tarde nos salões da aristocracia romana. De Asmara, onde recebeu um telegrama admirado de seu sogro – "Estou orgulhoso de seu voo sobre Addis Abeba" – Ciano partiu no fim de maio para a Itália. Em 9 de junho, um mês após a proclamação do Império, soube que Mussolini decidira nomeá-lo ministro do Exterior.

Certamente não foram os sentimentos fascistas de Galeazzo que predispuseram o Duce a torná-lo chefe da diplomacia italiana, equiparado aos "grandes" do regime e, um pouco mais tarde, seu provável sucessor. Ao conhecer Edda, Ciano era um pouco de tudo, menos fascista, e nunca seria mais que um fascista de fachada, de bela aparência, proclamando sua fidelidade ao regime e a seu chefe, mas nutrindo certo desprezo pela velha-guarda esquadrista e sua ideologia pseudorrevolucionária. Sua juventude se passara sem que ele tomasse parte nas lutas políticas do pós-guerra: tinha dezesseis anos na criação dos *Fasci di combattimento* e dezenove na Marcha sobre Roma. Com essa idade, muitos moços da pequena e média burguesia se engajaram nas fileiras de esquadristas, nem que fosse apenas para imitar a epopeia guerreira de seus irmãos mais velhos. Mas Constanzo tinha outras ambições para seu filho. Ele o incitou firmemente a não se ocupar de política e o encaminhou ainda cedo para a carreira diplomática, na qual Galeazzo conviveu com um meio em que os camisas-negras quebradores de cabeças passavam por espantalhos. Nesse contato, adquiriu hábitos sociais, reflexos, ideias que se opunham ao populismo da hierarquia partidária e ao espírito guerreiro que continuava a animar os militantes do primeiro fascismo, homens da geração de seu pai ou pouco mais jovens, que haviam sido intervencionistas em 1914-1915; combatentes valorosos, por vezes soldados de elite, citados e condecorados durante os três anos seguintes; depois pequenos chefes conduzindo seus esquadrões terroristas no assalto aos "inimigos da pátria." Além disso, ainda que sua própria nobreza fosse recente, para ela tendiam suas inclinações fortemente conservadoras. Depois de sua designação como chefe da diplomacia italiana, que desagradou muito, imagina-se, os fascistas de primeira hora, Ciano se tornou uma espécie de coqueluche da aristocracia romana, que via nele um intercessor privilegiado nas relações ambíguas que ela mantinha com o poder. Ele se

deixou prender na armadilha de uma adulação que satisfazia seu ego e seu esnobismo, mas que não tardou a isolá-lo. Detestado pela velha-guarda fascista e, no fundo, desprezado por toda uma parcela do establishment, ele só tinha "amigos" (falava-se, por brincadeira, do CAC e do CADAC, o "clube dos amigos de Ciano" e o "clube dos amigos dos amigos de Ciano") no pequeno mundo de seus beneficiários e cortesãos, apressados em vê-lo tomar no Palazzo Venezia o lugar do Duce decadente e solitário.

Os hierarcas

Detentor de um poder quase ilimitado, Mussolini sabia que não teria podido conquistá-lo sem o apoio dos dirigentes esquadristas. Por duas vezes, em 1920-1922 e durante a crise que se seguiu ao assassínio de Matteotti, a sorte do fascismo fora decidida por sua intervenção direta. Ainda que muitos tenham ameaçado "fazer a revolução" sem ele, o Duce contraiu uma dívida de gratidão que era necessário pagar, assegurando a cada um, como prêmio por sua fidelidade e docilidade, um lugar de primeiro plano no sistema governamental e partidário controlado por ele. A aposta é clara: trata-se não somente de recompensar este ou aquele chefe de grupo tornado potentado local franqueando-lhe acesso à alta hierarquia fascista, mas também de prendê-lo ao regime e a seu chefe com força bastante para que, ao primeiro sinal de sedição – apoiada, por exemplo, no Rei e no exército – entre em jogo novamente o reflexo mobilizador que o conduziu ao poder e, mais tarde, salvou seu governo na crise do outono de 1924.

O bom funcionamento do sistema exige, de um lado, que o Duce disponha de total controle sobre o partido-exército, por intermédio de um secretário do PNF com suficiente autoridade sobre o movimento para neutralizar eventuais rebeliões dos "barões." Do outro, que os postos de responsabilidade concedidos a esses últimos nas altas esferas do aparelho do estado não lhes ofereçam meios materiais ou simbólicos de fazer concorrência ao ditador e, por que não, tomar seu lugar. Daí as frequentes "trocas de guarda" a que Mussolini submeterá sua equipe governamental, bem como os postos-chave da direção do partido, da Milícia, da polícia política e da alta administração. Daí as bruscas mudanças de nomeação, dispensas ou quedas em desgraça mais ou menos justificadas, mais ou menos prolongadas que sofrerão, durante mais de vinte anos, homens saídos do primeiro fascismo, companheiros de primeira hora do fundador dos *Fasci*, tornados "hierarcas" de um regime que os cobre de títulos e honrarias, mas exige deles fidelidade absoluta, obediência cega e aceitação sem réplica das decisões do Duce concernentes a eles.

Quatro personalidades, muito diferentes umas das outras, ocupam com Ciano posição privilegiada: Italo Balbo, o *condottiero* sedutor, cuja imensa popularidade adquirida com os grandes voos transoceânicos fará suficiente sombra ao Duce para que ele o afaste do centro do poder; Giuseppe Bottai e Dino Grandi, os dois "intelectuais" do entourage mussoliniano que, com o genro do ditador, formarão o núcleo do "complô" de 25 de julho; e, em um regime completamente diferente, Achile Starace, o executor sem dramas de consciência, secretário do partido de 1931 a 1939 e grande organizador das "usanças fascistas."

Entre os hierarcas fascistas, Balbo é o único temido por Mussolini, "o único" – murmura ele – "capaz de me matar." Único que tem a audácia de, em público, chamar o

senhor da nova Itália de "tu." Nascido em 1896 perto de Ferrara, em família pequeno-burguesa, Italo Balbo tem um caráter rebelde como o de Mussolini e, também como ele, não seguiu um curso universitário regular. Nutrido por leituras mazzinianas, pertence a essa minoria de jovens republicanos ativistas que, de uma geração a outra, militaram nas fileiras dos Carbonari e depois nos grupos garibaldinos, antes de se engajar, em 1914-1915, na luta intervencionista. Balbo pertence à geração da guerra. Tem pouco mais de dezoito anos quando Mussolini lança seu panfleto antineutralista e, como acabara de se iniciar no jornalismo político, oferece seus serviços ao diretor do *Popolo d'Italia* ainda no começo da campanha. É um jovem magro, de sorriso insolente, cabelos compridos e barbicha arrogante – seus camaradas o chamam de *pizzo di ferro* (cavanhaque de ferro), alcunha que o acompanhará para sempre – quem abre a porta da sala do diretor na via Paolo da Cannobio. Mas não terá tempo de aprender os rudimentos do ofício. Já no início da guerra, alista-se nos Caçadores Alpinos, antes de ingressar em uma unidade oriunda do corpo de elite dos *arditi*.

Percurso clássico e consequente de pequeno-burguês romântico, atraído pelo extremismo de esquerda, que encontra na guerra uma válvula de escape de seu apetite por aventuras heroicas. Diversas vezes citado e condecorado, promovido a oficial, é daqueles aos quais o prosaico retorno à vida civil traduz a humilhação da "vitória mutilada." Daí, Balbo se lançará com paixão na aventura fascista. Retomando a atividade jornalística e seguindo um ciclo universitário em Florença que fará dele "doutor em ciências sociais," une-se às fileiras de Mussolini animado, como tantos outros jovens ex-combatentes, por sentimentos diversos: patriotismo ciumento, desprezo pelos "politiqueiros" e pelos compromissos dos quais se nutre a velha classe dirigente, ódio aos socialistas "inimigos da pátria" e aspiração a uma nova ordem que privilegiará a geração das trincheiras. Quando, no outono de 1920, começa a batalha entre os socialistas e os grupos armados financiados pelos proprietários de terras, ele é, junto com Farinacci, o principal representante do fascismo agrícola e um dos mais violentos entre os *Ras* esquadristas da planície do Po. De Ferrara, sua base operacional, onde reina uma municipalidade socialista em breve reduzida à defensiva, ele lança sobre os campos vizinhos seus esquadrões compostos dos piores elementos do lugar: ex-condenados e marginais de toda espécie, em busca de reabilitação pela violência "patriótica" ou simplesmente de um meio de subsistência, mas também jovens burgueses desocupados, frequentadores de um café da cidade onde se degusta a bebida da moda, o *sherry brandy*, cujo nome, deformado pelo dialeto local para *celibano*, servirá de rótulo à primeira *squadra d'azione* organizada por Balbo. Como prêmio por sua adesão à contrarrevolução, recebe dos grandes proprietários um salário mensal de 1.500 liras que permite a esse jovem diplomado universitário, com dificuldades para se estabelecer, viver em grande estilo e satisfazer seu pendor pela boa vida, pelas belas mulheres e pelos lazeres dispendiosos.

O papel desempenhado por Balbo na reconquista dos campos da Emilia Romagna pelos partidários da ordem – reconquista mortífera para os dois lados e pontuada por enfrentamentos nos quais os esquadristas nem sempre tiveram a última palavra, pelo menos não no início – fez do *Ras* de Ferrara personagem de primeiro plano na hierarquia do jovem partido fascista. Partidário da força, ele luta ao lado de Michele Bianchi e Farinacci pela conquista insurrecional do poder. Talvez a Marcha sobre Roma não tivesse ocorrido sem a determinação desses três, especialmente Balbo. Foi ele quem, em julho de 1922, enquanto Mussolini negociava sua lenta entrada em um segundo

governo Facta, tornou esse acordo impossível ao devastar a Romagna com fogo e sangue. Foi igualmente quem, depois de preparar minuciosamente o cenário militar que levaria à capitulação do Rei, impediu dois dos quadrúnviros, De Bono e De Vecchi, de cederem às pressões dos partidários do acordo. Dois anos mais tarde, foi mais uma vez Balbo quem desempenhou o papel decisivo no "pronunciamento dos cônsules," a invasão dos principais dirigentes esquadristas no gabinete presidencial do Palazzo Chigi, em 31 de dezembro de 1924, e o ultimato a Mussolini para que proclamasse a ditadura.

De todas as dívidas de Mussolini com os hierarcas fascistas, é Italo Balbo quem detém as promissórias mais altas. O *Ras* de Ferrara tem perfeita consciência disso e utiliza essa primazia com ainda maior desenvoltura porque lhe permite satisfazer seu gosto pelo vedetismo. Pois não é ele, aos olhos dos dirigentes e militantes do PNF e também para a massa de simpatizantes do regime, o fascista por excelência, aquele que, tanto antes quanto depois da tomada do poder, fez entrar em sua prática cotidiana as palavras de ordem "*vivere pericolosamente*"? Não é ele, de todos os hierarcas, o que publicamente usa "tu" com o Duce, chama-o de "presidente" e não nutre em sua presença nenhum complexo de inferioridade? O fato de ter se aburguesado como eles, casado com uma condessa e manter uma corte principesca nada retira de seu carisma. Balbo é um *condottiero* da Renascença. Tem deles a magnificência, a arrogância querelante, a generosidade seletiva, a crueldade vingativa em face dos que o desrespeitam. Seu comportamento oscila entre as maneiras de um príncipe e as de um mercenário. Ama o vinho, as mulheres, as piadas de caserna, os contatos viris, as "anedotas" – quando têm por objeto seus rivais no seio do Gran Conselho e são contadas no dialeto de Ferrara. Mas é rigoroso e intransigente na condução dos negócios públicos e sabe tirar partido do imenso capital de popularidade que lhe valeram, na Itália e fora dela, os quatro grandes cruzeiros aéreos transoceânicos que ele mesmo coordenou, o mais espetacular sendo o que termina, em julho de 1933, com o sobrevoo de Chicago e de Nova York pelos vinte e quatro hidroaviões Savoia Marchetti conduzidos pelo jovem ministro italiano da Aviação.

Após ter ocupado os cargos de comandante da Milícia e subsecretário da economia nacional, Balbo recebeu a missão de dotar a Itália de uma força aérea eficiente, primeiro como subsecretário, em 1926, e como ministro cinco anos mais tarde. Tarefa difícil para um homem cuja experiência militar é a das trincheiras e que deve enfrentar a concorrência enciumada de seus colegas do exército e da marinha, mas à qual o antigo *Ras* de Ferrara consagrará toda sua energia, tornando dura a vida dos funcionários da administração central, submetendo as tripulações a um treinamento severo, estimulando a atividade da aviação civil e da indústria aeronáutica e multiplicando as iniciativas que visavam a desenvolver nos italianos o gosto pela aviação. Para isso, não hesita em dar o exemplo, em começar por si mesmo. Aprende a pilotar e não tarda, como escreve um de seus biógrafos, a dirigir a força aérea "da cabine de piloto, e não de seu gabinete."

No longo prazo, isso não pode deixar de incomodar Mussolini seriamente. Ele tem por Balbo simpatia e estima. Sabe o que lhe deve, mas ao mesmo tempo inveja esse homem mais jovem, mais sedutor e, tudo somado, mais conforme ao modelo de "homem fascista." Sabe-se de que importância se revestia a seus olhos a simbologia aérea. Mesmo que tenha aprendido a pilotar e não perca ocasião de se fazer fotografar em uniforme de voo, Mussolini nada tem de herói do céu. O imenso prestígio internacional que Balbo ganhou com seus raides transoceânicos, a acolhida triunfal que o povo

romano lhe reservou em seu retorno da América – em 23 de agosto de 1933, ele desfilou à frente de suas tripulações sob os arcos de Tito e Constantino, recebendo o bastão de marechal do ar com os cumprimentos e um abraço do Duce – e sua popularidade junto ao público da península irritam o chefe do governo fascista. Quando Starace introduz no partido uma verdadeira deificação do Duce e Ciano entra em cena, não há lugar para dois papéis principais nem para dois candidatos ao título de sucessor designado ou presumido do chefe supremo. E o fato de Balbo nada fazer para amenizar seus temores torna Mussolini ainda menos disposto a tolerar essa dupla concorrência. Ele se comporta como um igual do ditador. Multiplica os sinais de independência e não tenta calar os que veem nele um delfim pronto a substituir o fundador dos *Fasci*. Cerca-se, como fará Ciano, de uma corte de beneficiários e pretorianos. Empenha-se em forjar uma dupla imagem de si mesmo que coincide com a identidade ambivalente do fascismo e de seu chefe: de um lado, o guerreiro heroico sempre a postos; do outro, o administrador competente e eficaz. Em resumo, no momento em que alguns creem discernir em Mussolini os primeiros sinais de envelhecimento, Balbo se apresenta em silêncio (ou murmurando para os íntimos) como candidato natural à sucessão.

Portanto, menos de dois meses após tê-lo feito marechal do ar, o Duce decide brutalmente – sem outro motivo confesso que o de fazer uma "troca de guarda" – destituir o antigo *Ras* de Ferrara. Balbo não é, propriamente falando, jogado às feras, mas, em 16 de outubro de 1933, Mussolini comunica a ele sua decisão de reagrupar sob sua própria direção os ministérios da Guerra, da Marinha e da Aviação e nomeá-lo governador da Líbia, em substituição ao marechal Badoglio:

> Neste momento, desejo registrar minha satisfação e aprovação pela obra que você realizou durante os anos nos quais, pela ação direta e pelo exemplo, v. deu à Itália essa força armada do Ar indispensável à sua defesa e à sua capacidade ofensiva.

Balbo acusa o golpe. O governo da Líbia não é um cargo destituído de importância ou prestígio, mas tomaram seu brinquedo e retiraram de sob seus pés o estrado que, aos olhos dos italianos, elevava-o quase ao nível de Mussolini. Em caráter privado, manifesta sua amargura dizendo a De Bono que fora incontestavelmente "despojado," que lhe "puxaram o tapete," e a sua mulher, Emanuela, que estava "ainda mais desgostoso que humilhado." Mas tem o cuidado, principalmente porque ainda não assumiu o cargo, de não tornar públicos seu desapontamento e sua cólera. Há nos arquivos da secretaria particular do Duce um documento curioso, revelador da natureza das relações – marcadas pela desconfiança e pela astúcia – entre os dois dirigentes fascistas e, mais amplamente, da atmosfera de suspeita reinante no círculo do poder. Trata-se de uma das numerosas escutas telefônicas cuja transcrição era regularmente fornecida ao chefe do governo e que reproduz uma comunicação de 5 de novembro entre Balbo e seu homem de confiança em Ferrara, o secretário federal da província, Renzo Chierici. Ambos sabem que estão sendo escutados e o que dizem, especialmente o que Balbo encarrega Chierici de difundir em Ferrara, visa a convencer Mussolini da fidelidade irretocável do ex-ministro da Aviação:

Balbo. Quero contar uma coisa, para que você não saiba esta noite pela Agência

Stefani. E pode contar para minha irmã Maria: não sou mais ministro da Aviação.

Chierici. Mas?

B. Como assim, mas...?

C. Mas você é o quê?

B. Sou governador da Líbia. A notícia será oficial amanhã.

C. Olhe, Italo, se isso o faz feliz, fico contente por você. De qualquer modo, vou deixar a prefeitura e partir com você.

B. Eu desconfiava.

C. Sério, Italo. Pela outra coisa eu não briguei, mas nisso eu insisto.

B. Escute, Enzo, você tem alguma reunião amanhã?

C. Posso pegar o trem amanhã.

B. Pegue o trem. Assim nós poderemos conversar. Outra coisa: eu não poderia ter sido mais bem-tratado.

C. Imagino.

B. Porque, a maneira como ele falou... Ele disse coisas tão amáveis que eu fiquei realmente satisfeito. Você sabe a distinção que ele me deu... o Arco de Tito.

C. Sempre achei que era uma homenagem pela qual você devia passar.

B. Eu não tenho do que reclamar. Naturalmente, deixo aqui, mortificado, minha casa, minha criação. Mas no fundo parto tranquilo e alegre. Não sou desses que batem a porta, ainda mais que estou contente, apesar de um sofrimento sentimental. (...) Mas, bom, eis por que telefonei. Pode acontecer de alguns dos nossos amigos, entre os mais íntimos, alguém possa ver a coisa de maneira menos simpática. Então diga a todos que escrevi, conversei, telefonei etc., que estou satisfeito, estou contente e não tenho queixa de nada. Não quero que eles sejam mais realistas que o rei. (...)

Quando a notícia oficial for transmitida pela Stefani, faça o seguinte: anuncie a coisa aos secretários federais, explicando que eu não poderia ser ministro a vida inteira, que tive satisfações, que meu cargo foi assumido pelo Capo em pessoa, e por isso nada tenho a dizer. (...)

Faça todo mundo entender, com palavras claras. Italo está satisfeito. Ele devia mesmo partir. O momento escolhido foi o melhor possível. O Capo foi pródigo em palavras comoventes. O próprio Capo assume o cargo de ministro e para Italo isso é motivo de orgulho. Além disso, ele obtém uma bela posição no exterior. Em todo caso é uma grande colônia etc. Entendeu?

C. Tudo bem. Estarei aí amanhã à noite.

Entre as razões de Mussolini para afastar Balbo do centro de comando, estava seu projeto de profunda reforma das forças militares, que teria feito dele o chefe do estado-maior geral das forças armadas e de certa forma oficializado sua posição de número dois do regime. E foi exatamente porque temia se ver suplantado por seu impetuoso ministro da Aviação que o Duce decidiu pôr um termo em suas funções e assumir ele mesmo a responsabilidade política e administrativa das três armas. Quanto a Balbo, foi "com a morte na alma" e com raiva que iniciou, em janeiro de 1934, seu exílio dourado em Tripoli. "Mussolini me mandou aqui para morrer de tédio," confidenciará ele a seus seguidores. Assim, para aliviar o tédio, ele ao mesmo tempo se afoga na ação –

realizando, durante os seis anos de seu "proconsulado," uma obra considerável em matéria de colonização, urbanismo e equipamento – e se distrai com os prazeres refinados fornecidos pela "Versalhes do deserto" e pela corte das *Mil e uma noites* que servem de moldura a seu exílio africano.

Afastado do poder, o ex-ministro da Aviação não tarda a se afastar do regime, ao mesmo tempo que se aproxima da monarquia. Quando se estabelece o alinhamento com Hitler, ele não mede palavras para criticar tanto a política externa do Duce quanto as medidas raciais adotadas pelo *Gran Consiglio*, opondo-se a Mussolini e resistindo, tanto quanto pode, à aplicação das medidas antissemitas em Ferrara. Já bastante ligado a Bottai, na véspera da guerra aproxima-se de Grandi, também resolutamente antialemão, ao qual escreve: "Assobie, que eu chego na hora." Imagina-se facilmente de que lado estaria em 25 de julho de 1943 se o destino não tivesse decidido para ele outra saída de cena do fascismo. Em 28 de junho de 1940, seu avião foi abatido por engano nos céus de Tobruk, pela artilharia antiaérea italiana.

Ambos nascidos em 1895, Giuseppe Bottai e Dino Grandi pertencem, como Balbo, à pequena burguesia urbana e seguiram, até a Marcha sobre Roma, trajetórias paralelas, próximas à do futuro *Ras* de Ferrara. O primeiro é filho de um comerciante de vinho romano. Depois dos estudos secundários no liceu Tasso, onde manifesta gosto pronunciado pela cultura clássica e pelas ideias mazzinianas, faz um curso de direito que precisa interromper ao se alistar voluntariamente – ainda não tem vinte anos – na infantaria. Após pertencer a um pelotão da escola de oficiais e combater no Carso e no monte Grappa, ingressa, em 1917, nos batalhões de assalto. Ferido, condecorado, ele também faz parte dessa geração que, depois da lama das trincheiras e da exaltação do combate, retomou sem paixão a vida das salas de aula. Na universidade romana de Sapienza, Bottai conclui seu curso de estudos jurídicos, ao mesmo tempo que debuta no jornalismo. Como muitos outros, é por esse viés que ingressa no domínio mussoliniano. Desde seu primeiro encontro com o diretor do *Popolo d'Italia*, fica fascinado pela personalidade do ex-dirigente socialista, e é com entusiasmo que aceita colaborar em seu jornal. Em março de 1919, ele é, com Rocca e Mario Carli, um dos fundadores do *Fascio* de Roma, e o ano seguinte o encontrará à frente da primeira *squadra d'azione* do Lazio.

Antigo combatente de tropas de assalto, mas também homem da cultura e da pena, Bottai é como que o traço de união entre duas correntes que atravessam o jovem movimento fascista: o arditismo – ele preside a seção romana da associação dos *arditi* da Itália – e o futurismo. Durante os dois anos que precedem a chegada de Mussolini ao poder, ele está presente em todas as batalhas que opõem o esquadrismo romano às organizações políticas e sindicais da esquerda e, durante a Marcha sobre Roma, comanda a coluna que entrará na cidade pela porta de San Lorenzo. Mas é igualmente daqueles que, logo após a vitória do fascismo, defendem a "normalização," o abandono dos métodos violentos e a criação de um estado ético, autoritário, sim, mas fundado em sólida base doutrinária.

É à formação desse corpo doutrinário que Bottai se dedica em *Critica fascista*, revista que funda em 1923 e que conhece certo sucesso no meio dirigente fascista. As teses que desenvolve se opõem às dos partidários do "banho de sangue revolucionário" (Farinacci), do corporativismo integral (Rossoni) ou do estado policial ultraconservador. Bottai surge, desde essa época, sob os traços de um fascista moderado,

certamente grande admirador de Mussolini e fiel entre os fiéis, mas homem de diálogo e reflexão, aspirando à criação, sob a direção do partido único e de seu chefe, de um estado moderno, autoritário, dirigido sem fraqueza nem concessões por uma oligarquia militante e tecnocrática, mas aberto à crítica e à contribuição de todos.

Mussolini não gostava de Bottai. Apreciava sua inteligência, seu talento de organizador e seu amor pelo trabalho, mas desconfiava de seu intelectualismo e de sua tendência a querer submeter o regime a um exame de consciência permanente. Foi por isso que o antigo chefe do esquadrismo romano teve muito que enfrentar o mau humor do Duce e sofrer os efeitos de sua política sinuosa. Ainda assim, até a guerra ele conseguiu se manter na primeira linha da hierarquia, jogando tanto com sua própria ambivalência de fascista crítico e adorador do deus Mussolini quanto com a preocupação deste em manter o equilíbrio entre a intransigência totalitária de um Farinacci ou um Starace e a abertura encarnada pelo diretor de *Critica fascista*. Dessa forma, ele foi, entre todos os hierarcas fascistas, um dos que ocuparam quase que permanentemente posição de primeiro plano no aparelho do estado: subsecretário e depois ministro das Corporações, de 1926 a 1932; presidente do instituto nacional de previdência social, a partir de 1934; governador de Roma, em 1935-1936; primeiro governador civil de Addis Abeba depois da proclamação do Império; e, enfim, ministro da Educação Nacional, de 1936 a 1943.

É bem verdade que o olhar crítico que Bottai dirigia ao regime não pretendia, de modo algum, desestabilizá-lo. Antes procurava reforçá-lo, insuflando-lhe sangue novo, gerindo com prudência os espaços de liberdade intelectual que permitiam às novas gerações exprimir-se e inovar, e Mussolini não era de modo algum insensível a isso. Principalmente porque Bottai, à diferença de Balbo, não queria disputar o primeiro lugar no coração dos italianos e demonstrava, em matéria de ortodoxia ideológica e aplicação das instruções da cúpula, uma obediência sem falhas. Testemunha disso é o zelo com que fez aplicar, pela administração sobre a qual tinha responsabilidade, as diretivas raciais de 1938-1939, ainda que não apreciasse a aproximação com a Alemanha názi.

Dino Grandi também ocupa posição privilegiada na cúpula do poder. De todos os hierarcas fascistas, foi sem dúvida o mais inteligente, o mais brilhante, o que viu primeiro o impasse em que o fascismo deixava seu país. Mussolini não gostava dele, pelas mesmas razões que não gostava de Bottai: ele o considerava um *intellettualissimo* e dizia que era apenas "metade fascista" (*fascista a metà*), mas apreciava o senso de estado e o critério de julgamento desse "fiel desobediente," assim como seu talento diplomático.

Nascido em 1895 e criado em Mordano, perto de Bologna, romagnol como Mussolini, ele também saiu da microburguesia rural: sua mãe era professora, como Rosa Maltoni, e seu pai cultivava uma pequena área de terra. Mas Lino Grandi frequentou o liceu. Sabe um pouco de latim e tem para seu filho ambições maiores que as do ferreiro de Dovia. Dino seguirá, portanto, a escolaridade clássica, antes de começar os estudos em direito que, mesmo interrompidos pela guerra, farão dele advogado. Em outubro de 1914, estudante em Imola e cronista eventual do *Resto del Carlino*, encontra aquele que se tornará o chefe do intervencionismo de esquerda. A partir desse momento, escreverá ele, "eu o segui." Mussolini publicara no *Avanti!* seu famoso artigo "Da neutralidade absoluta à neutralidade ativa e operacional," e o jovem Dino – cujos ideais políticos oscilam entre o mazzinismo e o nacionalismo de inspiração dannunziana – acolhe com entusiasmo a conversão do líder socialista. "É um gênio," comenta, "um mágico ou um

doido," e escreve-lhe uma carta transbordante de ardor patriótico:

> Permita a um jovem – um *solito ignoto* (desconhecido comum) não socialista – exclamar toda a sua admiração por sua obra de coragem e fé. Você terá de lutar contra uma burguesia incapaz de propor ou agir, plena só de retórica e indiferença, contra uma democracia ardilosa, cosmopolita e amante do chicote, contra a nova Igreja socialista, que professa o dogma da covardia e, enfim, contra a massa de imbecis e bestalhões que estarão com você ou contra você.
>
> Mas você terá todos os jovens, os muito moços que, plenos de inquietude e desdém por essa Itália falida, preparam-se, mal despertam para a vida nacional, para o amargo abandono de suas esperanças. É em nome deles que você combate, em nome dessa nova geração de vinte anos que amanhã estará na primeira linha das trincheiras e que se une, com fé e orgulho, aos primeiros irmãos do Risorgimento. Essa batalha é sua e também a deles.
>
> Desejo, portanto, que você seja o primeiro soldado dessa última guerra nacional. Seu, Dino Grandi

Mussolini responde com esta mensagem lapidar:

> Egrégio amigo
> Obrigado pela solidariedade.
> Mas é preciso lutar e deixar-se lapidar. Se necessário.
> Benito Mussolini

Alguns meses mais tarde, após ter provado do *manganello* socialista durante um encontro intervencionista em Massalombarda, Grandi é voluntário para o front. Alistado nos *alpini*, duas vezes medalha de prata, é mantido em serviço após o armistício de Villa Giusti e enviado à Istria para enfrentar uma eventual ofensiva iugoslava. Só será liberado em abril de 1920, muito tarde para participar do nascimento do movimento fascista, ao qual se une em setembro do mesmo ano, decidido a se estabelecer rapidamente em uma organização que vai de vento em popa e parece responder às aspirações de sua geração e sua classe. Concluindo seus estudos de direito, escala rapidamente os degraus esquadristas e se torna, em 1921, secretário regional dos *Fasci* da Romagna, funda o semanário *L'Assalto* e entra para o comitê central do PNF. Nessa época, Grandi é ainda um ativista convicto, o alter ego de Balbo, com o qual organiza os grupos armados do fascismo agrícola que semearão o terror em toda Emilia Romagna.

Eleito deputado em maio de 1921 – ainda não tem vinte e seis anos – Grandi não tarda a mudar seu comportamento. Inicialmente hostil ao pacto de pacificação com os socialistas, pleiteia agora a "normalização" e prefere, com Mussolini, um acerto com a classe política tradicional, o que permitiria ao chefe do movimento fascista tomar a frente de um governo de coalizão e chegar ao poder legalmente. No momento da Marcha sobre Roma, ele já é, no fundo, um fascista "moderado," e assim permanecerá, o que o afastará durante algum tempo do centro do poder.

Mas não por muito tempo: na crise do assassinato de Matteotti, Grandi se mantém prudentemente afastado do espírito de revolta que no interior do partido ameaça a proeminência do Duce e manifesta com suficiente ênfase sua fidelidade ao chefe do

governo – que lutava contra a dupla oposição dos "intransigentes" e dos "derrotistas" – para recair em sua graça, levando-o a lhe confiar o subsecretariado do Interior e, depois, o do Exterior, dos quais o próprio Duce detém as pastas. "Chamei-o para esse cargo," diz Mussolini, "porque preciso de um homem moço que tenha as qualidades necessárias para me dar uma ajuda direta. Se o resultado for positivo, em alguns anos cederei meu lugar a você."

Estamos em maio de 1925, e Grandi deverá esperar quatro anos e meio antes de assumir a frente da diplomacia italiana. A espera não é fácil, porque seu papel no Palazzo Chigi é o de simples executor da "grande política" mussoliniana e, principalmente, porque sua magra renda de subsecretário lhe nega – ainda que tenha se casado em 1924 com uma herdeira da burguesia bolonhesa com dois milhões de liras de dote – a boa vida que julga merecer. Nos arquivos do secretariado particular de Mussolini encontra-se uma longa carta, endereçada a ele em junho de 1929 por seu vice-ministro, na qual Grandi reclama da situação financeira que lhe é causada pelo poder. Mistura de lisonja, familiaridade e audácia reivindicatória, ela define bem as relações ambíguas entre os dois homens. Depois de expor ao Duce sua situação patrimonial, explicar que tivera de fazer um empréstimo para financiar a construção de sua residência romana – uma casa "de dimensões modestas," situada *extramuros*, nas proximidades da porta San Sebastiano – e negar certas insinuações sobre o seu enriquecimento pessoal, ele passa ao núcleo do problema:

> Há quatro anos sirvo meu Duce no Palazzo Chigi e creio que ninguém poderia jamais servi-lo com igual fidelidade. Naturalmente, tenho a esperança de poder servi-lo o mais longamente possível. Aquele que, como eu, trabalha ao teu lado tem consciência de assistir, dia após dia, a uma prodigiosa página da história. E perto de Ti, Presidente, aquele que é bom se torna melhor, o patriota vê seu patriotismo filtrado e purificado, aquele que é inteligente afina seu espírito, até que se torne ao mesmo tempo harmonioso e aristocrático. Se, depois de cinco anos perto de Ti, eu verdadeiramente "construí a mim mesmo," é ao que defino como teu "fascismo pedagógico" que devo. Hoje meu espírito, tornado frio, lúcido e rijo – como Tu queres que ele seja – é suficiente para minha vida. Se olho em volta de mim, sou certamente, entre todos os Teus, aquele que Tu mais "modelaste."
>
> Mas, como a vida é sempre a vida, não creias que tudo isso não tenha exigido, de minha vida de homem que vive sobre a terra, notáveis sacrifícios. Esses sacrifícios me preocupam unicamente porque aqueles que estão destinados a suportar suas consequências são, definitivamente, minha família e meus filhos.
>
> Não estou falando de meus interesses profissionais destruídos. Estou entre aqueles, muito raros, que, chamados ao governo, tiveram a coragem de fechar sua banca, para grande alívio dos advogados de Bologna, Forlì e Ravenna. Em geral, os homens que vão ao governo (mesmo hoje em dia) não fecham seus escritórios, sabendo que a simples "força da inércia" pode indiretamente lhes render o dobro. De outro lado, e Tu o sabes, não me deixei tentar pelas iniciativas jornalísticas, como outros entre teus colaboradores, os quais, se dessa maneira adquiriram em face do regime um instrumento ilusório de

> potência política, asseguraram-se, em troca, no presente e no futuro, uma fonte abundante de ganhos materiais. Fui um herói por isso? Não. Cada um guia seus atos segundo sua própria sensibilidade.

Seguem algumas recriminações precisas. Grandi reclama de receber anualmente, como subsecretário do Exterior, um pouco mais de 40 mil liras, 10 mil liras menos que o necessário para viver decentemente em Roma, e isso enquanto "o excelente senador De Vecchi" se lamenta que "não dá" (*non ce la fa*) com uma remuneração de 260 mil liras e a uso gratuito de um apartamento funcional. Que ao menos o Duce lhe conceda o cargo de embaixador ou o título de secretário-geral da Consulta, com uma remuneração igual à de Contarini, que lhe permita fazer face a seus deveres de representação.

Provavelmente não foram as lamentações do antigo *Ras* de Bologna – simples amostra do espírito cortesão reinante nas altas esferas do poder – que alguns meses mais tarde levaram Mussolini a confiar a Grandi o cargo de ministro do Exterior. A "troca de guarda" decidida em setembro de 1929, no momento em que, com a conclusão dos acordos de Latrão, afirmava-se a estabilização do regime, traduzia de fato, da parte do Duce, a vontade de instalar nos cargos de comando os mais fiéis de seus tenentes. Ela marcava ao mesmo tempo uma preocupação de rejuvenescimento da equipe dirigente. Entre os subsecretários elevados ao cargo de ministro figuravam, ao lado de representantes da velha guarda, como De Bono, as três estrelas ascendentes do fascismo: Balbo na Aviação, Bottai nas Corporações e Grandi à frente da diplomacia, os três com menos de trinta e cinco anos.

Dino Grandi permaneceu um pouco menos de três anos encarregado do Exterior. Entre ele e o chefe do governo as diferenças de caráter e concepção da vida internacional eram por demais intensas para que a dupla formada por eles à frente da diplomacia italiana pudesse se manter por muito tempo. À brutalidade e à agressividade mussolinianas, ao desdém que o Duce professava pelas democracias e pela Liga das Nações, ao projeto imperialista e belicoso que motivava as orientações de sua política externa opunham-se a moderação e a justa percepção da realidade internacional do jovem ministro, sua preocupação em estabelecer relações de boa vizinhança com a Inglaterra e com a França e pôr seu país em um cenário internacional pacífico, organizado em torno da Liga. A imagem do "fascista de cartola" que Grandi conduz de Genebra a Londres e de Berlim a Washington, onde o presidente Hoover o acolhe saudando à romana o representante da nova Itália, não agrada muito o inquilino do Palazzo Venezia. Para Mussolini, o antigo esquadrista de Romagna se aviltara no contato com o establishment internacional, deixara-se corromper pela "atmosfera subversiva" de Genebra. Assim, em 20 de julho de 1932, Mussolini decide sem o menor aviso exonerá-lo de suas funções. A nota que Chiavolini, chefe da secretaria particular do Duce, entrega-lhe em mãos é lacônica e glacial: "Caro Grandi, peço que coloque seu cargo de ministro do Exterior à minha disposição. Amanhã, às oito horas da manhã, irei ao Palazzo Chigi para dar maiores instruções." Grandi cumpre a ordem sem protestos, como fará Balbo quinze meses mais tarde.

Grandi tampouco é objeto de completa desgraça. Ainda que não concorde com sua concepção de relações internacionais, Mussolini aprecia a competência e a habilidade do ministro "demissionário" e se apressa em lhe fornecer um campo de pouso prestigioso: a embaixada de Londres. Tal é, de fato, o método de governo do chefe da Itália fascista.

Jogar com a complementaridade, os antagonismos, mesmo as rivalidades dos homens que formam sua guarda próxima. Mover e demover seus "marechais do Império" ao sabor das flutuações da conjuntura nacional e internacional e das sinuosidades de sua própria política. Reassumir o comando do jogo quando se trata de uma mudança estratégica maior – caso em que pode assumir a responsabilidade de seis ou sete ministérios – depois redistribuir as cartas entre os executantes escolhidos por sua competência e docilidade, mas também porque respondem, no lugar em que são alocados, aos imperativos do momento. No Palazzo Chigi, Grandi era o homem certo quando a Itália ainda procurava estabelecer relações com as potências sob o signo da contemporização e do respeito aos princípios genebrinos. Em Londres, onde permanecerá sete anos com uma missão perfeitamente circunscrita, Mussolini saberá tirar partido da anglofilia de seu embaixador e de suas excelentes relações com uma parcela da classe política inglesa – a começar por Churchill – para limitar os atritos com a Inglaterra durante a campanha da Etiópia e a Guerra Civil Espanhola, e manter, pelo maior tempo possível, o jogo duplo nos teatros europeu e mediterrâneo. Ainda que Grandi não esconda sua hostilidade ao nazismo nem sua reticência em relação à política pró-Alemanha conduzida por Ciano a partir de 1936.

Após a assinatura do Pacto de Aço, que concretiza a aliança ítalo-alemã, Mussolini não tem mais razões para manter em Londres um homem que não cessa de recomendar a aproximação com as democracias. Ele chama seu embaixador, portanto, e confia-lhe o ministério da Justiça, cargo que ocupará até fevereiro de 1943 – com um intervalo militar no front greco-albanês, para onde o Duce envia em 1940 todos os ministros em condições de "pegar em armas" – aguardando substituir Costanzo Ciano na presidência da Câmara e assumir a direção da conjura que levará à queda do governo Mussolini em julho de 1943.

Além do genro de Mussolini e do trio Balbo/Bottai/Grandi, outro personagem teve papel determinante no seio do que se pode considerar o círculo interno do poder: Achille Starace, o inventor do "estilo fascista," grande organizador das práticas destinadas a fazer nascer o "novo homem," aquele que, no decurso de seus oito anos na direção do partido, chamou sobre si toda a zombaria que podiam provocar nos italianos a obrigação de substituir o *Lei* pelo *Voi* na linguagem diária, a introdução do "passo romano" nos desfiles militares, a proibição do café ou ainda a condenação da *pasta*, considerada um alimento "amolecedor" da raça.

Mas não se pode reduzir o papel de Starace a essas mascaradas. Secretário do PNF de 1931 a 1939, esse executante sem problemas de consciência foi durante todo esse período o cão de guarda de Mussolini, a sombra de sua sombra, mas também promotor e mestre de obras da "revolução cultural" fascista. O homem é medíocre, obtuso, intolerante, cheio de si e de uma falta de cultura abismal. Mas não lhe faltam energia nem coragem e, sobretudo, a fidelidade e a idolatria que nutre por seu patrão são ilimitadas. "É um cretino, eu sei" – ri-se este – "mas um cretino obediente."

Starace é homem do sul. Seis anos mais moço que Mussolini, é originário de uma família de comerciantes abastados de Gallipoli, na Puglia. Brutal, litigante, sempre pronto a brigar e a bancar o galo da aldeia, com dezesseis anos ele deixa família e província por Veneza, onde bem ou mal consegue sobreviver, obter um diploma de ciências contábeis e se casar. O serviço militar, cumprido nos *bersaglieri*, tira esse pequeno-burguês ávido por aventuras da monotonia do escritório. Liberado, instala-se

em Milão, flerta com os meios irredentistas e se engaja a fundo na causa intervencionista, antes de ir para o front. A guerra faz dele um verdadeiro herói: "nosso porta-medalhas," dirá Mussolini. Capitão saído da tropa, é cavaleiro da Ordem Militar de Savoia, titular da Cruz de Guerra Francesa com Estrela, duas vezes medalha de prata, quatro vezes de bronze, duas vezes citado por ato de bravura de guerra. Não é preciso dizer que o retorno à vida civil entusiasma muito pouco o ex-contador, e seu ativismo, seu gosto pela violência e sua raiva dos "inimigos da pátria" o levam naturalmente a aderir ao movimento fascista.

Em 1920, ele está em Trento, onde dirige o *Fascio* local e chefia os grupos armados que espalham o terror na região. Nomeado subsecretário do PNF em outubro de 1921, no momento da Marcha sobre Roma ele comanda a região do Trentino e as províncias de Verona, Vicenza e Rovigo. Obedecendo a uma ordem de Mussolini, deixa seu quartel-general em Verona com 1.500 camisas-negras e parte para Milão, onde ocupa a sede do *Avanti!*, assume o comando do lugar e desarma a Guarda Regia. Eleito deputado em 1924 e nomeado inspetor do partido, torna-se novamente subsecretário em 1926, assumindo ao mesmo tempo o cargo de cônsul-geral da Milícia.

É, portanto, um *apparatchik* e um verdadeiro profissional da violência que Mussolini escolhe, em dezembro de 1931, para suceder Giuriati na direção do partido. Como Farinacci, Starace é um *condottiero* da espécie mais feroz, e carrega ainda a reputação de obcecado sexual e perverso. Seu dossiê nos arquivos da secretaria particular de Mussolini contém pastas sobre as orgias – acompanhadas de violência sexual e uso de drogas pesadas – às quais se teria entregue o futuro secretário do PNF durante a campanha eleitoral de 1924 em Lecce. Certos boletins policiais de 1932 levam a malícia ao ponto de remontar as torpezas de Starace aos "precedentes libidinosos" que teriam causado sua expulsão do colégio trinta anos antes. Todas essas acusações devem ser examinadas com prudência, ainda que algumas sejam sustentadas por queixas apresentadas ao procurador do rei ou ao ministro do Interior e que, de todos os hierarcas fascistas, Starace seja de longe o que, antes mesmo de se tornar um dos dirigentes mais influentes e detestados do regime, suscitou o maior número de denúncias e boletins relatando seus desvios, malversações, prevaricações, tráfico de influência e outras ações infames.

As relações entre o Duce e o número um do partido em nada são afetadas por esses rumores. No momento da inflexão totalitária do regime, Mussolini precisa de um homem como Starace para "vestir a Itália em uniforme" e realizar a modelagem do "novo homem." O antigo *Ras* de Trento é suficientemente devotado a sua pessoa para aceitar assumir a responsabilidade e suportar o peso de tudo que a "revolução cultural" do fascismo poderá provocar em matéria de descontentamento ou zombaria. É sintomático que, em todas as *barzellete*, as piadas em que figura – e são incontáveis – Starace seja sempre o pateta, ao passo que Mussolini faz a réplica ideal para evidenciar sua debilidade mental.

Para todo o resto, Starace podia ser visto como exemplo do que o regime esperava da aplicação do "estilo fascista" às massas italianas, a saber, a criação de um indivíduo disciplinado, cegamente fiel ao fascismo e a seu Capo, dotado das qualidades viris e guerreiras que fazem os grandes povos: coragem, resistência, frugalidade etc. Era ainda moço – 42 anos quando assumiu a função – e parecia estar em perpétuo movimento. Como o Duce, praticava assiduamente vários esportes e se submetia a um regime

alimentar severo e a longas jornadas de trabalho. Amante dos uniformes, dos desfiles militares, das paradas que lhe permitiam ostentar suas condecorações, aspirava ser a própria efígie do combatente, modelo de homem fascista para os representantes das novas gerações. Mussolini conhecia seus defeitos e, no fundo, desprezava essa caricatura malfeita de si mesmo, mas a própria rusticidade de Starace garantia, a seus olhos, a perfeita execução das instruções que fornecia e que visavam a modificar o comportamento social e cultural dos italianos.

Sua longevidade nas funções de número um do partido se deveu a essa limitada aliança, bem como à preocupação de Mussolini em fazer contrapeso às tendências críticas representadas por homens como Grandi ou Bottai. Foi necessário muito tempo para que Mussolini, que não carecia de sutileza tática, compreendesse que as gesticulações e inovações (léxicas e outras) de Starace desserviam o regime e então se separasse dele. Em outubro de 1939, quando o secretário do PNF se declarou pela entrada da Itália na guerra ao lado do Reich, ao passo que Ciano se inclinava pela neutralidade, o Duce brutalmente pôs fim a suas funções. Nomeado chefe do estado-maior da Milícia, Starace seria destituído de maneira também brusca em 1941. "A obra realizada por você nesses últimos tempos," escreveu então Mussolini, "não me satisfez. (...) Você terá ainda algo a fazer na reconquista da África oriental." Sem cargo, o inventor do staracismo viveu os últimos anos do fascismo na mais absoluta miséria, multiplicando as demandas de subsídios junto ao secretário do Duce e fazendo fila em Milão por um prato de *minestra*, antes de ser preso, em 28 de abril de 1945, e fuzilado diante do cadáver suspenso de seu ídolo.

Ao lado dessas quatro personalidades emblemáticas do regime (cinco, com Ciano), a cúpula do poder compreende trinta ou quarenta homens cujos nomes figuram, na maior parte do período, na lista de membros do Gran Conselho. Com efeito, é entre os fiéis de primeira hora, em sua maioria representantes do fascismo de raiz, que Mussolini escolhe os principais detentores de postos de comando – ministros, subsecretários, presidentes da câmara e do senado, altos dignitários do partido e da milícia – postos dos quais dispõe a seu bel-prazer, usando as "trocas de guarda" para manter ou refazer o equilíbrio entre os clãs, jogar alternadamente com a moderação e a radicalização ou ainda recompensar méritos, frear ambições excessivas e punir os sediciosos.

Entre os "homens do Duce" cuja trajetória se aparenta àquela de um Balbo, um Grandi ou um Bottai, alguns merecem mais que simples citação. Não que tenham sempre desempenhado papéis consideráveis, mas a própria continuidade de sua presença no entourage do ditador é significativa de um modo de governo que privilegia as relações homem a homem e as práticas clânicas herdadas do esquadrismo.

O mais atípico é provavelmente o marechal da Itália Emilio De Bono. Como Costanzo Ciano – pai de Galeazzo – ele se distingue da imensa maioria dos dirigentes fascistas por sua idade e por pertencer ao quadro de militares de carreira. Nascido em 1886 em uma família da média burguesia lombarda cujos representantes se distinguiram nas guerras de independência contra os austríacos, De Bono já é oficial da ativa e aluno da escola de guerra quando vêm ao mundo homens como Balbo, Grandi e Bottai, e não está muito longe da aposentadoria quando eclode a guerra de 1915-1918, que fará desse militar consciencioso mas sem brilho general de corpo de exército e comandante da ordem militar da Savoia.

Outra característica desse autêntico conservador, simples simpatizante do movimento

fascista em sua versão ativista e revolucionária, é que se inscreve no *Fascio* de Cassano d'Adda, sua cidade natal, somente em julho de 1922. Isso não o impede de figurar no "quadrunvirato" da Marcha sobre Roma nem de ser nomeado por Mussolini para a direção da segurança pública e da Milícia, cargos dos quais deverá se demitir em seguida ao caso Matteotti e às acusações feitas contra ele por Donati. Mesmo inocentado pela justiça mussoliniana, De Bono ficará afastado do centro do poder durante alguns anos. Em 1925, é nomeado governador da Tripolitânia, e somente quatro anos mais tarde faz sua reentrada no governo, como ministro das Colônias, cargo que conserva até janeiro de 1935, data de sua nomeação para o comando das forças armadas italianas na África Oriental.

Substituído por Badoglio em novembro de 1935 e de retorno à metrópole, De Bono – que fará setenta anos – vê-se ao mesmo tempo coberto de honrarias pelo regime, que faz dele marechal da Itália, e confinado a funções de mera representação. Suas relações com Mussolini, que até o momento haviam sido boas, ainda que menos familiares que as dos outros hierarcas – os dois se tratavam por "tu," mas De Bono se dirigia ao Duce chamando-o de "caro presidente" ou "caro capo do governo," ao passo que os outros dirigentes esquadristas diziam "caro Benito," "caro Mussolini" ou simplesmente "Duce" – tendem desde então a se tornar menos estreitas. Muito naturalmente, o marechal da Itália se sente cada vez mais próximo dos meios militares fiéis à monarquia. Progressivamente, afasta-se de um regime cuja evolução lhe parece grotesca – sob a forma do staracismo – e perigosa para a segurança do país. Em 1938, quando Mussolini faz adotar a legislação racial, ele se define ao mesmo tempo como "antissemita" e hostil às medidas contra os judeus e, quando eclode a guerra, alinha-se entre os partidários da manutenção da neutralidade. É lógico, portanto, que na sessão do *Gran Consiglio* que em 25 de julho de 1943 vota a moção Grandi, ele adote uma posição que o conduzirá, dezoito meses mais tarde, ao pelotão de fuzilamento de Verona.

Quanto a Mussolini, seus sentimentos em relação a esse personagem sem grande envergadura, mas leal, afável e amado por seus homens, variam ao sabor das circunstâncias. Ele o trata calorosamente quando precisa dele – notadamente no início da era fascista – e se contenta, no resto do tempo, em instrumentar seu status de alta figura militar, durante tanto tempo que o marechal da Itália acaba por se resignar ao lugar relativamente apagado que lhe foi designado pelo regime. Ao saber, em maio de 1934, que Balbo, então governador da Líbia, pretendia erigir à beira-mar um monumento a seu predecessor, Mussolini o fez saber claramente que estava fora de questão prosseguir com um projeto que apenas "se prestaria ao ridículo," deixando o marechal do ar em situação constrangedora:

> Devo admitir, escreveu Balbo em uma carta datada de 1º de junho, que o molde da obra já está pronto. Não posso, portanto (...) parar o artista, que, além disso, recebeu um generoso sinal. Por outro lado, se você se lembra, anunciei minha intenção durante a Páscoa, e o anúncio passou... sem dificuldade. Deixemos o trabalho prosseguir: antes de instalá-lo sobre as dunas, conversaremos novamente.

Além do mais, acrescenta ele (visando sem dúvida a sua própria glória futura), infinitamente mais ridículo que erigir um monumento a um grande colonizador no lugar

mesmo em que realizou sua obra é batizar ruas e praças com o nome de contemporâneos. E propõe ao Duce o seguinte arranjo:

> Em Tripoli, temos o túnel De Bono, a avenida beira-mar De Bono, a rua De Bono, o castelo De Bono, a escola De Bono e até o nome de De Bono gravado em letras enormes na abóbada do horrendo teatro Miramare! Uma vez o querido camarada *monumentato*, poderei substituir seu nome pelo dos mortos gloriosos.

Mas ele terá de se submeter, pois Mussolini se recusa a erigir uma estátua para seu ministro das Colônias, "muito jovem" (tem sessenta e oito anos) para tal honraria, e exige o adiamento do projeto. "Diante de sua insistência," escreveu Balbo, "fiz o necessário e, ontem, o contrato com o escultor foi rompido. Ficamos com a maquete, para o futuro."

Não haverá futuro para o marechal da Itália. Na véspera da guerra, ele perde a maioria de seus créditos com o chefe supremo. "De Bono," dirá este a Ciano no vigésimo aniversário da fundação dos *Fasci*, "é um velho cretino. Não pelos anos, que podem poupar a inteligência quando existiu, mas porque sempre foi um cretino, e ainda mais agora, que ficou velho."

Mais de acordo com o *cursus honorum* dos principais dirigentes fascistas é o de outro "quadrúnviro" da Marcha sobre Roma: Michele Bianchi. Breve carreira, contudo, a desse filho de médico calabrês, nascido como Mussolini em julho de 1883 e, também como ele, engajado desde cedo nas fileiras do sindicalismo revolucionário. De constituição e saúde frágeis, o homem que receberá as alcunhas de "vestal do fascismo" e "Richelieu do regime" deu seus primeiros passos no jornalismo no *Avanti!*, ao mesmo tempo em que prosseguia seus estudos de direito e participava da ação direta ao lado dos trabalhadores agrícolas da planície do Po. Desde 1912, evolui na esfera imediata de Mussolini e naturalmente participa, dois anos mais tarde, do combate antineutralista, com assento no comitê diretor dos *Fasci* de intervenção. Alistado voluntariamente na declaração de guerra, é mobilizado na infantaria e depois transferido para a artilharia por motivo de saúde, com a graduação de sargento.

Como muitos outros discípulos de Corridoni, Michelino Bianchi (seu pequeno porte e seu aspecto doentio lhe valeram esse diminutivo) sai transformado dos três anos e meio passados no front. O rebelde, extremista de esquerda, inimigo ardoroso dos proprietários de terras e pequeno soldado da guerra de classes se transformou em patriota ardente que agora defende, como o diretor do *Popolo d'Italia*, a união nacional e a eliminação dos "inimigos da classe." Em março de 1919, ele faz parte da magra legião de "sansepolcristas" e, dois anos mais tarde, torna-se primeiro secretário-geral do Partido Nacional Fascista, cargo que abandona em seguida à Marcha sobre Roma, da qual fora um dos organizadores. Esse São Justo em camisa negra não busca desempenhar papéis principais. Ele se reconhece condenado pela doença – uma tuberculose pulmonar que o levará com a idade de quarenta e sete anos – e se contenta em ser "um instrumento fiel nas mãos do Grande Artífice," com o qual, contudo, entra em conflito. Mussolini gosta dele, mas não suporta sua intransigência e julga seu fanatismo perigoso, uma vez superada a ameaça ao regime durante a sedição parlamentar e a revolta dos esquadristas. A partir de 1925, Michelino Bianchi será, portanto,

relegado a funções subalternas: secretário-geral do ministério do Interior, subsecretário dos Trabalhos Públicos de 1925 a 1928 e, por fim, após breve passagem pelo subsecretariado, ministro do Interior até sua morte em fevereiro de 1930.

Três homens – Bastianini, Ricci e Muti – tiveram papel importante no seio do grupo dirigente fascista. Os três pertencem à geração dos mais jovens combatentes da guerra e voltam das trincheiras cobertos de glória e medalhas. Os três militaram nas fileiras do primeiro fascismo e ganharam seus galões à frente de esquadras de ação. Todos, enfim, ocuparam funções governamentais ou exerceram no partido responsabilidades do mais alto nível durante a maior parte da era fascista.

O primeiro nasceu em Perugia em 1899. Alistando-se voluntariamente com dezoito anos, combate com os *arditi* e termina a guerra com o posto de subtenente. Saído da média burguesia rural, está entre os fundadores do movimento fascista na Umbria, que reúne essencialmente antigos combatentes e jovens burgueses de tendência conservadora. Sua ação no seio do esquadrismo de Perugia, bem como a atenção suscitada pelo *Assalto*, semanário fundado por ele em agosto de 1921, permitem-lhe figurar entre os dirigentes mais destacados da organização mussoliniana desde sua fundação; ascender, com Starace e Teruzzi, a secretário-geral adjunto do partido; e ser, no congresso de Nápoles de outubro de 1922, um dos oito responsáveis pela Marcha sobre Roma.

Em 1923, Mussolini faz de Giuseppe Bastianini o secretário-geral dos *Fasci italiani all'estero* (*Fasci* italianos no exterior): função que exerce até 1926 e que consiste em organizar e disciplinar os numerosos grupos fascistas surgidos nas populações emigradas. Deputado por Perugia em 1924, Bastianini terá breve passagem no ministério da economia nacional antes de se juntar definitivamente ao ministério do exterior. Embaixador sucessivamente em Tanger, Lisboa, Atenas e Varsóvia, é chamado em 1936, quando o Duce confia ao genro a direção da diplomacia italiana, para ocupar o cargo de subsecretário do Exterior, função que conservará até outubro de 1939, data de sua nomeação para a embaixada de Londres.

A trajetória de Renato Ricci se inscreve igualmente na esfera de um fascismo provinciano, pequeno-burguês e reacionário. Nascido em 1896 em Carrara, no coração de uma região de forte tradição revolucionária, em 1915 se engaja nos *bersaglieri* e faz uma guerra corajosa que lhe vale duas medalhas de bronze "por valor militar." Esquadrista da primeira safra, participa dos duros enfrentamentos que opõem os representantes do fascismo agrícola aos socialistas das províncias marítimas da Toscana e conhece rápida ascensão no seio do PNF, tornando-se comissário político do partido para a Alta Lunigiana em 1923, deputado no ano seguinte, e em breve presidente da Opera Nazionale Balilla (ONB) – a organização encarregada de educar a juventude e promover o "novo homem" fascista: duro, voluntarioso, física e mentalmente pronto a enfrentar o desafio da guerra. Ricci, esportista consumado, assume a direção entre 1927 e 1937, dirige os *balillas* com mão de ferro e talhando uma reputação (bastante aumentada) de dureza da qual o próprio Mussolini se vale para disciplinar os filhos. "Se vocês não ficarem quietos," costuma dizer, "vou chamar o Ricci." Malvisto por Starace, que o condena por querer fazer da ONB uma organização autônoma, é afastado em 1937. Após dois anos de purgatório, Mussolini o chama novamente, em outubro de 1939, para ser ministro das Corporações e o manterá nessa posição até fevereiro de 1943.

Ettore Muti é ainda mais jovem que seus dois colegas quando eclode a guerra.

Nascido em 1902 em Ravenna, também em família da pequena burguesia (seu pai é funcionário público), tem apenas dezesseis anos quando, para participar do último ano de guerra, falsifica sua certidão de nascimento para se alistar nos *arditi* do III Exército e combater corajosamente no Piave. Em 1919, encontra-se em Fiume, ao lado de D'Annunzio – o comandante o chama de "Gim dos olhos verdes" – e, em breve, entre os admiradores mais entusiastas de Mussolini, que conhece na sede do *Popolo d'Italia*. Esquadrista de choque, ganha no terreno das expedições punitivas seus galões de *Ras* de Ravenna, participa da Marcha sobre Roma e se torna, aos vinte e dois anos, cônsul da Milícia.

Duro entre os duros, combatente heroico de todas as guerras do regime – na campanha da Etiópia é ele quem efetua com Ciano o voo rasante sobre o aeroporto de Addis Abeba – mas também imprevisível, exaltado e mulherengo, Muti terá de esperar a véspera da guerra para chegar a um posto de comando, e não dos menores, pois, em novembro de 1939, Mussolini o nomeia secretário-geral do partido, em substituição a Starace.

Diferente do percurso dos outros hierarcas é o de Luigi Federzoni. Nascido em 1878 em Bologna, em uma família da média burguesia, filho de um ilustre especialista em Dante, ele não foi fascista de primeira hora, combatente das esquadras de ação nem, como Mussolini e muitos outros dirigentes fascistas, revolucionário convertido ao nacionalismo. Jornalista e homem de letras, redator de *Resto del Carlino* e do *Giornale d'Italia*, Federzoni chegou ao nacionalismo pelo viés da literatura e pela convivência com os paladinos da ideia nacional: Oriani, d'Annunzio e, principalmente, Corradini, que o estimulará a candidatar-se a deputado por Roma, em 1913, em uma lista apresentada por seu movimento. Ele é, portanto, um homem do direito, que milita em favor de uma aliança com os liberais e com os católicos, e é desse lado do espectro político que se situa seu intervencionismo. Alistado voluntariamente em 1915, termina a guerra com o posto de tenente, uma medalha de prata e duas cruzes de guerra ganhas no Carso e no Piave.

Em 1919, Federzoni reassume seu cargo de deputado e conduz a luta nacionalista em duas frentes: de um lado, buscando um compromisso com os liberais ligados a Orlando e Salandra, com o objetivo de constituir um governo conservador forte e capaz de enfrentar a ameaça revolucionária; do outro, empenhando-se em moderar o fascismo, cujos métodos terroristas reprova. Mais próximo de Grandi e de De Vecchi que da ala ativista do PNF, não é menos solidário a Mussolini no momento da Marcha sobre Roma e – tornado ministro das Colônias no primeiro governo fascista – defende a fusão com o partido no poder no seio de sua própria organização (a Associação Nacionalista Italiana).

O caso Matteotti dará a esse moderado a chance do papel principal. Em face do aumento da oposição e da secessão parlamentar, Mussolini teve de adotar uma postura discreta e dar garantias a seus adversários. Em 17 de junho de 1924, confia a Federzoni o ministério do Interior, como maneira de afirmar sua vontade de normalização e, de fato, é contra as violências esquadristas e a atividade quase anarquista do fascismo provinciano que se volta, até janeiro de 1925, a ação do antigo dirigente nacionalista. A partir dessa data, em seguida à revolta dos *Ras* e ao discurso belicoso pronunciado pelo Duce no Montecitorio – "um golpe de estado dirigido principalmente contra mim," dirá Federzoni – deverá modificar radicalmente sua política, conduzindo firmemente a repressão contra todos os adversários do regime (principalmente após o atentado de

Zamboni) e dando rédea solta aos dirigentes esquadristas, encorajados em sua ação terrorista pela nomeação de Farinacci para a secretaria-geral do partido. Isso não basta para conquistar a adesão dos intransigentes, reunidos em torno do *Ras* de Cremona e durante algum tempo mestres do jogo. Em novembro de 1926, quando outro nacionalista convertido, o ministro da Justiça Alfredo Rocco, promulga as "leis de defesa do estado," Federzoni deve abandonar o Viminal (sede do ministério do Interior) sob pressão das bases.

Por representar a ala conservadora de apoio ao regime, ser próximo da corte e ter desempenhado importante papel nas conversações preliminares aos acordos com o Papado, Federzoni ainda é útil a Mussolini, e é por isso que este decide mantê-lo no governo, encarregando-o, pela segunda vez e até o fim de 1928, do ministério das Colônias. Definitivamente afastado do centro do poder nessa data, ele conserva não obstante, junto aos meios conservadores e monarquistas, uma influência forte o bastante para que o Duce, sempre preocupado em não romper com a antiga classe dirigente, não o prive nem de honras nem de cargos que conjugam prestígio e remunerações compensadoras. Membro do Gran Conselho, Federzoni exercerá conjuntamente as funções de presidente do Senado (até 1939) e presidente da Academia Italiana.

Eram desse primeiro círculo do poder, englobando altos dignitários do partido e da Milícia, membros do governo, detentores de posições-chave como chefe de polícia ou procônsules encarregados dos territórios de ultramar, homens que, em sua maioria, tiveram uma trajetória comparável à dos principais tenentes de Mussolini. Assim se dá com Attilio Teruzzi, esquadrista de primeira hora, subsecretário do PNF em 1921, subsecretário de estado no ministério do Interior em 1925-1926, depois governador da Cirenaica, chefe do estado-maior da Milícia e, enfim, ministro da África italiana de 1939 a 1943; com Giacomo Suardo, subsecretário da presidência do Conselho de 1924 a 1927 e presidente do Senado a partir de 1939; com Giacomo Acerbo, também antigo combatente, condecorado com três medalhas de prata, dirigente esquadrista nos Abruzzos, subsecretário da presidência do conselho de 1922 a 1924, ministro da agricultura de 1929 a 1935, nomeado em 1943 para o ministério das finanças depois de um longo eclipse governamental; e com outros ainda, talvez trinta ou quarenta no total, que, ao sabor de ventos contrários – ora inclinando-se para a radicalização, ora vertendo para a "normalização" e a moderação – ou simplesmente porque Mussolini não quer vê-los se incrustarem em uma posição, nela tornarem-se populares ou criarem clientelas, serão sucessivamente beneficiários e vítimas das frequentes "trocas de guarda."

O sistema mussoliniano funcionará assim durante mais de vinte anos, segundo uma regra de alternância que responde a um cenário quase imutável: nomeação de um hierarca para este ou aquele ministério, assistido por um subsecretário destinado a ser seu sucessor e, em seguida, ao termo de uma fase ministerial que geralmente não ultrapassa três anos, elevação do subsecretário de estado ao cargo de ministro, o titular do cargo se vendo nomeado para um posto não político ou pura e simplesmente merecedor de um "agradecimento" e restrito a uma função honorífica. Raros são os hierarcas que, como Bottai – ministro das corporações até 1932, depois encarregado da educação nacional entre 1936 e 1943 – escaparão dessa regra e herdarão duas vezes um ministério. O mesmo acontece com os secretários-gerais do partido, geralmente escolhidos para serem instrumentos dóceis da política mussoliniana e cuja substituição frequentemente faz-se acompanhar de um destino infeliz sem retorno.

Os enfants terribles *do regime*

Entre os "homens de Mussolini" chamados a cargos de primeiro plano na equipe governamental ou na hierarquia partidária figuram alguns "rebeldes," ou simplesmente personalidades incontroláveis pelas quais Mussolini, por reconhecimento a serviços prestados e porque ainda pode precisar delas, manifestará relativa indulgência. Cesare Maria De Vecchi, conde de Val Cismon, pertence a essa categoria. Personagem pitoresco, incorrigível autor de gafes, alvo predileto das histórias engraçadas contadas clandestinamente (ele é frequentemente chamado de "conde de Val *Coglione*" pelos inventores dessas *barzellette*), ele ainda assim foi um dos "quadrúnviros" da Marcha sobre Roma em outubro de 1922, e por isso pode se permitir um número maior de besteiras que os hierarcas menos titulados. Mussolini o considera um perfeito imbecil e não esconde o fato, mas tem por esse velho companheiro – na verdade um ano mais novo que ele – uma ternura vaga que só se atenuará no fim do regime.

De Vecchi nasceu em 1884 em Casale Monferrato, na província de Alessandria. Veio de uma família da alta burguesia, muito ligada à monarquia, e conservará durante toda a vida uma fidelidade sem falhas à dinastia reinante. Após sólidos estudos em direito e letras realizados em Turim, abre nessa mesma cidade um escritório de advocacia, adquire clientela burguesa e se agrega ao meio conservador moderado da metrópole piemontesa. Nada o predispõe, portanto, a se unir em 1919 às fileiras de uma organização que contesta a ordem existente.

Como para muitos homens de sua geração, é a guerra que transforma esse burguês essencialmente conformista, ainda que pretenso conhecedor de literatura e belas-artes, em chefe de grupo que aplica sem remorsos a violência terrorista. Mobilizado como tenente de artilharia, passa para as tropas de assalto em 1917 e termina a guerra com duas medalhas de prata e os galões de capitão. Não é por ideologia revolucionária que adere ao fascismo em 1919, mas porque, a exemplo de numerosos oficiais saídos da tropa, sofre como humilhação pessoal os insultos e por vezes a violência de que são vítimas alguns de seus iguais, bem como a maneira com que seu país foi tratado pelos principais organizadores da paz de Versalhes.

Fascista de direita, por oposição aos fascistas de esquerda, antigos socialistas e sindicalistas revolucionários que seguiram uma trajetória comparável à de Mussolini, durante os dezoito meses que precedem a Marcha sobre Roma De Vecchi é ao mesmo tempo ativista, conduzindo com rudeza seus esquadristas de Turim ao assalto dos bastiões socialistas, partidário do compromisso com a classe dirigente que enche o caixa do *Fascio* graças aos subsídios pagos pela liga de industriais e planeja nas costas do Duce a constituição de um governo dirigido por Salandra ou Orlando. Esse jogo duplo não o impede de ser designado, em outubro de 1922, um dos quatro organizadores da ação insurrecional da qual reprova o princípio e denuncia os perigos, mas da qual participa ativamente, o que o autoriza, avalia ele, a reivindicar um lugar de primeiro plano após a Marcha sobre Roma.

Mussolini, que julga De Vecchi ao mesmo tempo pouco seguro e "metido," recusa-lhe o ministério da guerra. Aquele que ele de farra chama "*re di complemento*" (rei da reserva), como se diz oficial da reserva, responsável pelos graves acontecimentos de Turim em dezembro de 1922 (ao menos vinte mortos, a maioria comunistas), vê-se

restrito à posição de subsecretário de estado para a Assistência Militar e as Pensões de Guerra. Ao quadrúnviro ferido de se ver assim relegado a um "desvio" e ao qual reprova o fato de haver pronunciado em Turim um discurso incendiário contra a antiga classe dirigente, Mussolini escreve, em maio de 1923:

> Quis, antes de examinar do ponto de vista do governo seu agora famoso discurso de Turim, que fosse solucionada, de um modo ou de outro, a crise municipal de sua cidade. Agora que ela se resolveu de modo satisfatório, é meu dever dizer que seu discurso de Turim deve ser retribuído com sua demissão de membro do governo. Seu discurso prejudicou gravemente o fascismo, e não menos o governo. Não só internamente, mas no exterior. Você encontrará anexas informações que me chegaram de Paris. Em seguida a um artigo publicado no *Avanti!*, ordenei uma investigação cujo resultado afirma que você se instalou no ministério das Finanças e transformou alguns dos escritórios em apartamento. Isso não me agrada. Não se deve misturar sagrado e profano. Pessoal e nacional.
>
> Além disso, seu gabinete tem gente demais.
>
> O ministro de Stefani, interrogado por mim, disse que seu subsecretário pode ser tranquilamente suprimido, o que permitirá certas economias necessárias. Cada um possui suas qualidades, e você, devo dizer francamente, jamais mostrou, até agora, possuir aquelas essenciais a um homem de governo. Você é um soldado. Um excelente soldado. Como tal, pode prestar, como já fez, serviços de primeira ordem na Milícia. Talvez sua hora de governar venha em um segundo tempo.

Julgado provisoriamente incapaz de "governar," De Vecchi não será expulso da nomenclatura fascista. Ao contrário, o antigo advogado piemontês será talvez o mais titulado dos hierarcas. Tornado nobre pelo Rei durante sua estada na África, nomeado senador em 1923 e "ministro de estado" cinco anos mais tarde, acumulará as mais altas condecorações e vários títulos prestigiosos: presidente do Instituto para a História do Risorgimento, comissário dos Arquivos do Reino, membro da Academia Italiana, doutor em letras e filosofia pela Universidade de Turim (por aclamação) etc. Ao mesmo tempo, vê-se em funções nas quais geralmente se destaca por sua ignorância e pelos conflitos com subordinados e pares. Comandante-geral da Milícia em 1923, entra em conflito com seu ministro, o general Diaz, a respeito da incorporação dos esquadristas nas forças armadas e deve abandonar rapidamente suas funções. Destituído do subsecretariado para as pensões de guerra, é nomeado governador da Somália em outubro de 1923 e conservará esse posto até 1928 – o tempo de se alienar da população nativa por seu comportamento arrogante e seus métodos terroristas.

A única posição na qual De Vecchi pôde se manter durante seis anos sem provocar dano foi a de primeiro embaixador da Itália junto ao Papado. O homem era muito religioso e Pio XI gostava de sua atuação como mediador entre o Duce e a monarquia. Além disso, durante esses seis anos (1929-1935), ele demonstrou um tato que não era verdadeiramente de sua natureza e desempenhou um papel de apaziguamento no conflito que opôs a Ação Católica ao poder fascista. Essa, sem dúvida, é a razão que leva Mussolini a testar novamente suas qualidades de "homem de governo." Em janeiro de

1935, no momento em que, prestes a começarem as hostilidades contra a Etiópia, pareceu-lhe necessário incluir no jogo homens que tivessem a confiança do monarca, ele lhe confia o ministério da educação nacional, com a missão de estender e acelerar o processo de "fascistização da escola."

Recebida com consternação pelo mundo cultural, a nomeação de De Vecchi para a educação testemunha a exiguidade do viveiro no qual Mussolini se distrai escolhendo seus colaboradores. É verdade que a escolha não é completamente fortuita. O Duce se diverte em dizer que tem necessidade de um "incompetente enérgico," alguém que "entre na escola de botas," e o antigo chefe de esquadras de ação de Turim parece perfeitamente adaptado a essa maneira de encarar a formação da juventude. Mas De Vecchi não se contenta em proceder a uma "melhoria do ensino" que passa pela adequação forçada de alunos e professores, a fascistização dos programas e a substituição das ciências humanas clássicas por uma cultura militarizada. Ele se volta contra a autonomia das universidades. Multiplica as engrenagens burocráticas em todos os níveis do ensino e, sobretudo, torna-se odioso a seus colaboradores da Minerva (sede do ministério), que obriga a usarem, como ele, a camisa negra e a estarem no trabalho desde as primeiras horas da manhã. Numerosos são os relatórios e as notas endereçadas a Mussolini por altos funcionários do ministério que se queixam do ministro, dizendo que ele "trata o ministério da educação como tratou a Somália."

Exasperado com essas críticas e com as que emanam ao mesmo tempo do mundo cultural e da hierarquia do partido – Starace e Farinacci lhe são hostis – Mussolini acaba por ceder e demite secamente seu ministro de botas. Em 10 de novembro de 1936, o informa de sua nomeação para governador do Dodecaneso, arquipélago do mar Egeu anexado pelos italianos, e em 1º de dezembro De Vecchi assume suas funções em Rhodes.

O *enfant terrible* do fascismo cedo atrairá nesse novo cargo recriminações e críticas motivadas por seu comportamento de procônsul megalômano. Os diversos relatórios endereçados ao Duce por representantes da administração, por agentes de segurança ou por autoridades militares mostram que De Vecchi impôs ao arquipélago uma espécie de estado de sítio permanente; que não somente a população autóctone, mas igualmente funcionários, militares ou simples cidadãos italianos vivem em uma atmosfera de suspeita e controle minucioso; e que o governador se conduz como um sátrapa oriental, vivendo em um palácio suntuoso, movendo-se de uma ilha a outra a bordo de um "navio de almirante" com escolta, fazendo-se anunciar por salvas de artilharia e sirenes ou passeando por Rhodes em um carro de corrida equipado com um sinal sonoro ruidoso que anuncia a todos a passagem do procônsul. Citemos, entre os numerosos relatórios endereçados ao secretariado particular de Mussolini, este, de abril de 1939, que resume bem o personagem:

> Quando Sua Excelência fazia suas corridas de automóvel pelas ruas da cidade – escreve o correspondente do Duce – queria que todo mundo reconhecesse seu carro e parasse, levantando o braço para fazer a saudação romana; quando isso não acontecia, porque o carro não era conhecido por todos, descia e insultava todo mundo, burgueses e militares, ameaçando com graves represálias os que não parassem e fizessem a saudação romana. Atualmente, retirou a buzina e a substituiu por uma sirene muito estridente para que todos o

reconheçam: infeliz daquele que não para e não o saúda quando passa. (...)
Por tudo isso, é considerado um desequilibrado e malvisto por todos.

Em outubro de 1938, falando com Ciano sobre o antigo *Ras* de Turim, Mussolini dirá: "De Vecchi criou problemas em todos os lugares onde o coloquei. Nunca soube fazer nada," reconhecendo a dificuldade de achar, entre seus antigos tenentes, auxiliares ao mesmo tempo devotados a sua pessoa, fiéis ao regime e competentes dos cargos que lhes eram confiados. Até seu retorno de Rhodes e sua destituição definitiva em 1940, De Vecchi pôde assim se beneficiar das ambiguidades de um sistema de governo fundado na vinculação aos clãs e ao pequeno mundo dos "chefes históricos" do fascismo: sansepolcristas, dirigentes do esquadrismo provinciano e atores principais da Marcha sobre Roma, movidos de cargo em cargo enquanto podiam prestar algum serviço ao regime ou simplesmente neutralizados pela atribuição de cargos honoríficos (em geral financeiramente proveitosos).

Nem todos têm a mesma sorte, nem a mesma prudência, do "conde de Val Cismon." Leandro Arpinati, por exemplo, também saído da nomenclatura esquadrista, conhece desde 1933 as atribulações de uma queda em desgraça que fará desse fascista de primeira hora um excluído e um exilado. Nascido em 1892, nove anos mais novo que Mussolini, Arpinati também é de Emilia Romagna, filho de um modesto dono de cantina socialista. Aprendiz de mecânico desde os doze anos, depois operário de uma fábrica de automóveis em Turim, é finalmente recrutado na véspera da guerra para as Estradas de Ferro do estado, o que lhe permite ao mesmo tempo desfrutar de um emprego estável em Bologna e ser mobilizado no próprio emprego e, portanto, não participar dos combates.

Membro da juventude socialista, depois anarquista individualista, colaborador de *L'Alleanza Libertaria*, de Roma, e *La Lotta di Classe*, de Forlì, então dirigido por Mussolini, Arpinati é considerado um moderado pela polícia do reino. Um relatório de polícia de 1927 traçando seu percurso político o descreve como um antigo "anarquista não perigoso e não militante, um idealista isolado" que, "durante os períodos de greve, nunca deixou seu trabalho e nunca hesitou em desaprovar abertamente aqueles que o fizeram." Intervencionista ardente, conjugando, como vários representantes da esquerda antineutralista, patriotismo e rejeição da ordem social, é com naturalidade que se une a Mussolini desde o início da campanha conduzida pelo *Popolo d'Italia*, e em seu primeiro número o jornal publica um telegrama de apoio redigido por ele e assinado com o pseudônimo Vittorio Neri.

A ideologia contestatória e antiburguesa do fascismo original atraiu esse adversário do estado liberal, pleno de nacionalismo e desejoso de acertar as contas com os "derrotistas" de todos os lados, pertencentes quer ao establishment moderado, quer às diversas facções do socialismo internacionalista. Menos de três semanas após a reunião constitutiva do movimento fascista, está entre os membros fundadores do *Fascio* de Bologna e, logo, à frente dessa organização e das esquadras de ação, cuja primeira operação de envergadura é, em novembro de 1920, o assalto ao Palazzo d'Accursio, em Bologna, sede da prefeitura socialista. Ela será seguida de muitas outras, notadamente de uma "marcha sobre Ravenna" efetuada na companhia de Balbo, Grandi, Caradonna e Marsico, em setembro de 1921, durante a comemoração do sexto centenário de morte de Dante.

Admirado e amado por seus homens por sua coragem e lealdade, pouco interessado

nas vantagens materiais proporcionadas pelo status de chefe de grupo estipendiado pelos fazendeiros – mas, a despeito disso, verdadeiro aliado dos grandes proprietários – Arpinati foi, antes e depois da tomada do poder, um fascista idealista para quem a ideologia mussoliniana representava a concretização de ideais libertários e patrióticos. Por isso via com olhos críticos a evolução do regime para uma "normalização" que interpretava como sinal de aburguesamento. Conduzindo em Bologna, cidade da qual era *Ras* e, a partir de 1926, *podestà*, uma política de "melhoria cultural" de inspiração fascistíssima – construção da Casa del Fascio e do Estádio Littoriale, criação da Universidade Fascista e da revista *Vita Nova*, promoção de numerosas atividades esportivas etc. – singularizou-se rapidamente por sua indisciplina e modo franco de falar, atraindo para si o rancor dos outros hierarcas e admoestações do Duce.

Depois do atentado de 31 de outubro de 1926 em Bologna, seus laços com a família do jovem Anteo Zaniboni, autor do tiro contra o chefe do governo, valeram-lhe ser acusado por seus adversários de cumplicidade com os conjurantes. Ele não teve nenhuma dificuldade em calar seus detratores, e Mussolini julgou com brando rigor o fato de não ter sido capaz de prever o atentado, pois Arpinati fora um dos que o apoiaram com maior vigor durante o caso Matteotti. Ele se declarava frequentemente irritado pelas violentas propostas anticapitalistas e antiburguesas do *podestà* de Bologna e pelo espírito contestatório que animava os fascistas da capital da Romagna. Mas Arpinati, como outros chefes do esquadrismo que pediam – com mais ou menos convicção e força – uma "segunda revolução," representava uma massa de militantes ativistas que poderia ser útil em caso de crise e devia ser poupada enquanto suas críticas não se voltassem contra o número um do regime.

Em setembro de 1929, Arpinati foi chamado por Mussolini para o subsecretariado do ministério do interior, em substituição a Michele Bianchi: posição-chave que fazia do antigo *Ras* de Bologna um dos principais dirigentes do regime e que ele deixaria somente três anos e meio mais tarde, não sem antes ter manifestado sua oposição ao intervencionismo crescente do estado em matéria econômica e social, à ingerência do partido e da Milícia nos negócios públicos, à militarização da sociedade italiana e ao que considerava, após ter lido as provas da entrada "fascismo" na *Enciclopedia Treccani*, uma derivação idealista e plena de retórica da doutrina original à qual dera sua adesão depois da guerra.

A nomeação de Achille Starace para secretário-geral do partido marcou o fim do breve estado de graça de que se beneficiara o ex-militante anarquista. Afastado do cargo em maio de 1933, recolhido a sua propriedade em Malacappa, perto de Bologna, e acusado por seus inimigos – entre eles seu sucessor no Viminal, Buffarini Guidi – de conspirar contra o governo e o partido, ele se viu sucessivamente destituído de suas ações do *Resto del Carlino*, privado de sua pensão de empregado das ferrovias e excluído do PNF, antes de receber, em 26 de julho de 1934, a visita dos *carabinieri* e ser levado algemado à *Questura*, onde lhe anunciaram sua condenação a cinco anos de *confino* nas ilhas Lipari. Autorizado a voltar para a península dois anos mais tarde, Arpinati só deixou sua propriedade em Malacappa para um breve período militar em 1941. Não tendo tomado parte na conjuração de julho de 1943, depois da libertação de Mussolini pelos paraquedistas de Otto Skorzeny foi convocado pelo Duce à Rocca delle Caminate e convidado a assumir a direção do novo governo republicano. Arpinati, que detestava os alemães, recusou, preferindo juntar-se à Resistência e ajudar os oficiais ingleses fugitivos

a escaparem das buscas. O que não o impediu de ser preso por um grupo de *partigiani* comunistas no dia seguinte à libertação de Bologna e fuzilado em 22 de abril de 1945.

Também sob as balas dos *partigiani* terminou, em 28 de abril de 1945, mesmo dia em que Mussolini e Claretta Petacci eram fuzilados em Giulino di Mezzegra, a carreira de Farinacci, o mais incontrolável e mais extremado dos chefes fascistas, o único, além de Balbo, por quem o Duce temia ser derrubado e, contudo, um dos raros a permanecer fiel até o último momento da ditadura.

Como Starace, com quem partilha a cegueira fanática e a incultura, Roberto Farinacci é um homem do sul, transplantado desde a mais tenra idade para o mundo efervescente das províncias setentrionais. Nascido em outubro de 1892 em Isernia, Molise, de pais napolitanos, teve de segui-los ao sabor das atribuições do pai, funcionário de polícia, primeiro a Tortona, na província de Alessandria, e depois a Cremona. Pouco dotado para os estudos, aos dezessete anos também consegue se fazer contratar pelas estradas de ferro do estado como telegrafista auxiliar. Após breve estada em Piacenza, é nomeado para Cremona, onde criará raízes.

Curiosamente, levando-se em conta sua evolução ulterior, é nas fileiras dos socialistas reformistas, representados em Cremona por uma das estrelas do partido, Leonida Bissolati, que o jovem Farinacci debuta como militante, de início ao lado do sindicalismo rural da região, depois, como porta-voz particularmente virulento dos reformistas partidários da entrada da Itália na guerra. Animador, em 1914, da folha antineutralista *La Squilla*, a violência de suas propostas contra os adversários socialistas e católicos da intervenção o fazem notado por Mussolini, que acaba de fundar o *Popolo d'Italia* e torna Farinacci correspondente de seu jornal: primeira etapa de uma colaboração cheia de reviravoltas que vai durar cerca de trinta anos.

Quando começa a guerra, Farinacci se recusa a tirar partido de seu status de empregado da estrada de ferro – que lhe teria permitido escapar da mobilização – e se engaja no exército. Transferido como telegrafista para uma unidade de engenharia, é enviado para a zona de combate, onde permanece pouco mais de um ano, tempo de acumular os sinais que lhe darão a reputação de ex-combatente valoroso: um ferimento, uma cruz de guerra e uma promoção ao posto de cabo obtida no front, equivalente ao livro de honra mussoliniano. Em 1917 retorna a Cremona, logo após a votação de uma lei que impõe a relocação dos ferroviários a seus lugares de atividade. Rapidamente retoma os brutais ataques contra os "derrotistas" e multiplica os artigos insultuosos, especialmente contra o católico Miglioli, a quem, após Caporetto, agride fisicamente em pleno conselho provincial: o que lhe vale ser perseguido, levado à justiça e... declarado inocente por um tribunal que sua profissão de fé patriótica inclina à indulgência.

Ponto comum essencial entre o percurso mussoliniano e o do ferroviário socialista de Cremona é o fato de que os dois estão em cena desde 1917, com a possibilidade de finalizar cuidadosamente uma evolução ideológica que liga a ideia nacional ao projeto revolucionário e reunir uma clientela que mistura feridos e mutilados de guerra recentemente desmobilizados e jovens representantes da classe média seduzidos pelo discurso contestatório, patriótico e violentamente anticomunista do *Popolo d'Italia* e de *La Squilla*. Pelo menos um ano antes da fundação do fascismo, Farinacci já se encontrava no centro de uma constelação local que, estreitamente associada à esfera mussoliniana, conta com antigos combatentes, trabalhadores agrícolas, jovens burgueses e alguns proprietários de terras e se exprime por meio de organizações como a Liga Patriótica ou

o Fascio Antibolchevique. Não é de surpreender que, presente à reunião da praça San Sepolcro, ele tenha aderido ao fascismo desde seu nascimento e, menos de três semanas mais tarde, em Cremona, tenha fundado e se tornado secretário de um *fascio di combattimento* composto majoritariamente de empregados das estradas de ferro.

Membro do comitê central do movimento a partir de setembro de 1919, Farinacci se apoia em seu jornal – rebatizado *Voce del Fascismo Cremonese* – e numa organização local em rápido desenvolvimento para se içar à cúpula da hierarquia partidária. De todos os dirigentes do fascismo original, é ele quem compreende mais rapidamente que o futuro do movimento reside em uma aliança tática com os capitalistas e é sem peso na consciência que recolhe, para sustentar sua organização e seus grupos armados, a subvenção de proprietários e alguns industriais cremonenses, em troca de uma ação terrorista particularmente feroz contra as organizações e prefeituras de esquerda. Eleito deputado em maio de 1921, sua eleição será invalidada um ano mais tarde por não possuir, no momento da eleição, a idade mínima obrigatória (trinta anos) para uma cadeira no Montecitorio. Em outubro de 1922, como vimos, é ele quem, tomando a iniciativa de ocupar os edifícios e serviços públicos de Cremona e Casalmaggiore, desencadeia o processo da Marcha sobre Roma. Em 23 de novembro, quando se torna primeiro-ministro, Mussolini envia a seu "caro, velho e fiel amigo de sempre" uma mensagem que termina com estas palavras: "*alalà* (grito dannunziano equivalente a "hurra") para o fascismo de Cremona e para seu chefe."

Ei-lo entronizado "*duce* de Cremona" pelo fundador do fascismo. Assim permanecerá por toda a duração do regime, a despeito das desgraças repetidas que afetarão sua carreira e dos golpes visando a derrubá-lo dessa base, verdadeiro bastião do fascismo intransigente. Aos trinta anos, Roberto Farinacci é um homem estabelecido, seguro de si, arrogante, fanático e megalomaníaco, tirando sua força do apoio cego de suas legiões e dos leitores de seu jornal *Cremona Nuova*, rebatizado *Cremona Fascista*. Como seu status de *condottiero* não é suficiente para sua vaidade e seu apetite por honrarias e ganhos, se inscreve na faculdade de direito de Modena, obtendo em 1923, ao fim de uma sessão suplementar para ex-combatentes, um título de doutor que lhe permite abrir um escritório de advocacia do qual mais tarde retirará grandes benefícios.

Nos arquivos de Roma, há um "dossiê Farinacci" que explica em que condições foi atribuída ao *Ras* de Cremona a láurea em direito. Em 1930, com efeito, durante um agudo conflito com o antigo secretário-geral do PNF, Mussolini encarregou o senador Piero Alberici de uma enquete a seu respeito, especialmente sobre eventuais prevaricações, havendo rumores, além disso, sobre a maneira pela qual fora "doutorado" por um júri complacente. Favorável a Farinacci, Alberici explicita em seu relatório que, se há pouca coisa a reprovar em sua conduta em matéria de moralidade e enriquecimento pessoal ligado a suas funções, a questão da tese de doutorado deve, por outro lado, ser examinada de perto.

O dossiê comporta um exemplar da "tese" de Farinacci, um opúsculo de trinta e três páginas intitulado "As obrigações naturais do ponto de vista da filosofia do direito e do direito civil," e um exemplar da tese defendida dois anos antes na Universidade de Turim por um certo Morenghi, que o *Ras* de Cremona copiou quase que vírgula por vírgula. Após pesar prós e contras, Alberici conclui que não há razão para rever a decisão do júri e privar Farinacci de seu diploma. Significativa do espírito do tempo, sua argumentação merece ser citada:

> O *onorévole* Farinacci não nega o fato – escreve o senador, explicando que a tese fora fornecida ao deputado de Cremona pelo professor Groppali, que em seguida se tornou seu inimigo – ele nega, por outro lado, saber que a tese fornecida pelo professor Groppali já servira para o doutoramento do advogado Morenghi alguns anos antes. Ele acrescenta que preparara outra tese sobre o tema "A administração do óleo de rícino aos subversivos pelos fascistas não pode ser considerada violência privada, mas simples injúria ou, na pior das hipóteses, ataque ou ameaça leve," mas que, no momento de apresentá-la, o professor Groppali o desaconselhara em razão das ideias políticas do professor de direito penal, Florian, de maneira que, não mais possuindo o tempo necessário para examinar outra questão, ele terminara por ceder à insistência do professor Groppali e aceitar sua oferta. (...)
>
> Considerando: a) que o honorável Farinacci, tendo se engajado convictamente em favor da manutenção da Universidade de Modena, ameaçada pela reforma Gentile, sabia ter o favor do meio universitário (...); b) que a sessão de exame de doutoramento de dezembro de 1923 fora aberta para único benefício dos ex-combatentes fascistas e tinha, pois, condições particularmente vantajosas para Farinacci; c) que era usual, nessa época, servir-se de teses de doutoramento já apresentadas por outros candidatos e que se podia adquiri-las barato, com o conhecimento, se não a tolerância, dos próprios professores da universidade (...); e) que Farinacci provara sua intenção e capacidade de redigir sua própria tese (...), convenhamos que não há por que considerar a questão com severidade e culpá-lo particularmente por um deplorável uso comum cujo fim exigiu, em 1925, a intervenção especial do legislador.

Mussolini não está nem um pouco preocupado em aplicar sanções às práticas universitárias fraudulentas do "*duce* de Cremona" ou aos negócios político-financeiros em que está envolvido. Se o investiga, é com o intuito de reunir suficientes provas de desvio para, se necessário, deixá-lo em situação delicada. As relações entre os dois não cessaram de se deteriorar depois que Farinacci teve de ceder o secretariado-geral do partido a Augusto Turati. O Duce o nomeara para o cargo em fevereiro de 1925, no contexto muito particular da retomada de controle que se seguira ao discurso de 25 de janeiro. Farinacci exercera suas funções com rigor fanático, e Mussolini usara habilmente esse fanatismo repressivo para aterrorizar seus adversários, quebrar a resistência parlamentar e impor as leis liberticidas. Mas, uma vez instalada a ditadura, se apressa em desvencilhar-se de seu tenente, ao qual deve muito, é verdade, mas com o qual não partilha o gosto pela violência gratuita nem a ideia de que o fascismo deve ser uma "revolução permanente." Desde a primavera de 1926, portanto, Farinacci se encontra novamente em seu escritório de advocacia – primeiro em Cremona, depois em Milão – na reserva do partido e excluído do Gran Conselho. Ele não deixará, desde esse momento e nos dez anos seguintes, de lutar em escritos e discursos contra o establishment fascista e com o próprio Mussolini, sendo continuamente chamado à ordem, acumulando ameaças de sanções contra seu jornal – agora chamado *Il Regime Fascista* e de circulação verdadeiramente nacional – e contra si mesmo, admoestado publicamente durante uma reunião da direção do PNF pelo secretário-geral Turati e por

Arnaldo Mussolini. Tudo isso sem outro resultado além da multiplicação de súplicas endereçadas pelo ex-ferroviário socialista ao patrão da nova Itália, num estilo choramingas que contrasta com sua arrogância frente aos outros hierarcas.

Os dossiês do secretariado particular do Duce contêm dezenas e dezenas de cartas, com dez a vinte páginas cada, nas quais o antigo *Ras* de Cremona exala sua amargura, enumera suas realizações e se diz pronto a aceitar qualquer cargo, por pouco que testemunhe de seu retorno às graças do Duce. Mussolini, que conhece sua capacidade de causar danos, mas deve levar em consideração o que Farinacci ainda representa para os fascistas de primeira hora, contenta-se em mantê-lo longe da central de comando e chamá-lo vigorosamente à ordem quando estima que passou dos limites. Como os outros fascistas intransigentes que as necessidades do momento aconselham a manter afastados, ele é de certo modo deixado na reserva, para o caso em que uma mudança brusca da conjuntura política, interna ou externa, torne necessário o retorno dos partidários da estrita ortodoxia fascista.

Seu retorno às boas graças se dá em 1935, quando, preocupado em reunir um consenso tão amplo quanto possível na perspectiva do conflito etíope próximo, Mussolini decide reintegrar Farinacci à alta hierarquia fascista, abrindo-lhe novamente as portas do *Gran Consiglio*. É hora de cerrar fileiras e, como a maioria dos outros hierarcas, o "*duce* de Cremona" é voluntário para a África, onde, após seguir um curso acelerado de pilotagem (para "chegar a Roma antes de Balbo se a sucessão se abrisse" no Palazzo Venezia), combate na mesma unidade aérea de Ciano, Ettore Muti e os dois filhos do Duce: a 15ª Esquadrilha de Bombardeio Disperata. Mas se destaca durante essa campanha apenas por uma aterrissagem forçada em território inimigo, em zona deserta – o que mesmo assim lhe valerá uma medalha de prata "por valor militar" – e pela perda de sua mão direita devido a um "acidente de tiro," na verdade uma pescaria com granada que lhe permitirá obter, em seu retorno à Itália, glória, pensão e carta de mutilado, além do apelido de *Martin Pescatore*, maliciosamente dado por Ettore Muti.

É, portanto, um dirigente fascista reabilitado e reconciliado com o Duce que faz sua reaparição em Cremona na primavera de 1936. Ele passa o ano seguinte na Espanha, encarregado de uma missão pessoal junto a Franco e acompanhado de uma carta que prova seu retorno às boas graças de Mussolini:

> Caro Franco
>
> O portador desta é o camarada deputado Roberto Farinacci, cuja reputação você certamente conhece. É um homem que me segue desde 1914, um dos pioneiros do fascismo, membro do Gran Conselho, lutador de raça, valoroso oficial aviador na guerra africana. Ele me informará sobre a situação da Espanha nacionalista, agora a caminho da vitória, e deve expor a você minhas ideias a respeito do futuro.
>
> Estou certo de que você o acolherá no mesmo espírito de amizade com que eu o apresento. Mussolini.

Nomeado ministro de estado em 1938, o "*duce* de Cremona" deve seu retorno a sua germanofilia militante. Mussolini, que optou pela aliança com Hitler, precisa do apoio dos ultras do fascismo para impô-la aos italianos, e quem melhor que Farinacci para dar o toque de reunir aos antigos esquadristas? Na hora em que Starace procura dar forma

ao mito do "novo homem," o modelo encarnado por Farinacci – combatente fanaticamente ligado ao fascismo e a seu Capo – não é o mais irrealístico, sendo, em todo caso, o que Mussolini escolhe para mostrar aos dirigentes do III Reich. Daí sua crescente influência no seio de uma equipe decisória longe de compartilhar de sua admiração pelo nazismo (o qual, segundo ele, "fez uma verdadeira revolução e não se transformou em ditadura burguesa, como o fascismo") e da virulência de seu antissemitismo.

Os militares

Diante dos altos dignitários do partido e dos membros do governo sucessivamente escolhidos por Mussolini para os diversos cargos governamentais, os chefes do exército representam um contrapoder?

Entre os principais representantes da casta militar – na maioria saídos da classe dirigente tradicional e partidários ostensivos da monarquia – e o dominador da nova Itália impera, desde a Marcha sobre Roma, um compromisso tácito. O exército, ao qual o fascismo deve muito, não se envolverá em assuntos políticos. Diferentemente do papel que lhe fora confiado até 1914 em matéria de manutenção da ordem, ele deixa ao braço armado do partido, constituído pela Milícia, a responsabilidade pelo front interno. Aceita sem queixas ser subordinado a um poder e a um homem que, totalmente desprovido de competência militar, concentra desde 1933 todos os cargos ministeriais em matéria de defesa. Socialmente conservadora e politicamente à direita, sua hierarquia se acomoda bem à evolução do regime e não manifesta a menor oposição à penetração da propaganda fascista nas casernas. Em troca, goza de forte autonomia em relação ao partido, e os generais reconhecem apenas a autoridade do Rei e do Duce, opondo-se vigorosamente a toda ingerência sobre a instituição militar pelos dirigentes do PNF. Os generais exigem e obtêm a Milícia afastada das forças armadas, inclusive em posição subalterna, e consideram, já que não podem ter um dos seus à frente dos ministérios dos quais dependem as três forças, que os subsecretários devem sair de suas fileiras. É um princípio que Mussolini aceita com ainda maior boa vontade pelo fato de desconfiar do aumento de autoridade e poder que o controle – mesmo parcial – do instrumento militar poderia conferir a alguns de seus tenentes. Dos vinte e um subsecretários dos ministérios da guerra, da marinha e da aviação que se sucederão a partir de 1924, encontram-se apenas um membro da alta hierarquia fascista, Balbo, e três deputados e senadores. Todos os outros são de altos postos das três forças cuja nomeação e exoneração dependem somente da decisão do Duce, é verdade, mas que, pertencentes às mesmas instituições, mantêm entre si relações de solidariedade que influenciam fortemente a política de defesa da Itália fascista.

Então, se Mussolini detém nesse domínio a aparência de poder absoluto e tira disso um acréscimo de prestígio aos olhos da hierarquia fascista e das massas italianas, é evidente que essa onipotência é bastante ilusória. Em matéria de organização dos exércitos, escolhas estratégicas e técnicas, armamentos, tudo, em suma, que concorre para a defesa do país e a preparação para a guerra, são os chefes de estado-maior e seus subordinados que tomam as decisões essenciais, e Mussolini as reveste do lacre decisório supremo, sem jamais compreender do que se trata. Para que fosse diferente, teria sido

necessário criar um estado-maior pessoal, capaz de guiá-lo no exame das questões militares: perspectiva que não podia aceitar sem pôr em dúvida o dogma de sua infalibilidade e competência universal.

Mais que chefe militar supremo, Mussolini surge, portanto, como uma espécie de mediador entre as forças armadas e os clãs que estruturam a alta hierarquia militar. Na ausência de um controle político severo, como o exercido na Alemanha pelo poder nacional-socialista, ele pode impor apenas a manutenção do equilíbrio entre os grupos de pressão, o que tem por efeito o imobilismo dos estados-maiores, paralisar todos os esforços de inovação em matéria de doutrina e material e, como consequência, prejudicar gravemente os preparativos de guerra. Desde os primeiros meses do conflito, a Itália pagará caro por essa autonomia excessiva das forças armadas, pela incapacidade dos chefes militares de coordenar a ação das três forças e por sua obstinação – comparável à do estado-maior francês – em conceber os conflitos futuros com os olhos do vencedor de 1918.

Quem melhor encarna esse imobilismo é o marechal Badoglio. Piemontês, nascido em 1871 em família da pequena burguesia rural, Pietro Badoglio já tem uma longa carreira militar quando eclode a Primeira Guerra Mundial. Oficial de artilharia, diplomado pela escola de guerra, combateu na Eritreia após a derrota militar de Adowa em 1896 e, quinze anos mais tarde, na Líbia, na guerra ítalo-turca. Tenente-coronel em fevereiro de 1915, cinco anos mais tarde é general de exército, chefe do estado-maior do exército (em substituição ao general Diaz, que se afastou por motivo de saúde), grã-cruz da Ordem Militar de Savoia e senador do reino.

Inicialmente indulgente em relação ao fascismo, Badoglio não tarda a condenar seus excessos, temendo que conduzam a um processo revolucionário. Na véspera da Marcha sobre Roma, declara que algumas dezenas de prisões e uns minutos de fuzilaria serão suficientes para deter a gente de Mussolini, o que lhe vale ser mantido no purgatório durante alguns meses, antes de ressurgir, aliar-se ao novo regime e obter o cargo de embaixador no Brasil.

De volta à Itália em 1925, Badoglio é nomeado chefe do estado-maior geral e permanecerá no cargo até dezembro de 1940. Nesse período, é também governador da Líbia (1926-1933) e comandante em chefe das tropas italianas na Etiópia após a destituição de De Bono. Sua vitória sobre os exércitos do Negus faz dele marechal da Itália, duque de Addis Abeba, cidadão honorário de Roma e "combatente pelos mais altos ideais da civilização fascista." Coberto de honrarias, é igualmente encarregado da presidência de inumeráveis comitês e comissões, com remunerações atraentes que fazem desse pequeno-burguês um homem rico e cortejado, um igual dos aristocratas de grande envergadura que povoam os salões romanos e os corredores do Quirinal.

Badoglio não é, portanto, um homem de Mussolini e nem mesmo um fascista convertido. Mussolini o detesta e o faz vigiar por seus agentes e especialistas em escuta telefônica. Badoglio tampouco o aprecia, mas joga o jogo, usa luvas de pelica e embala o Duce com as cantigas que este tem vontade de ouvir. Passa mais tempo a fazer intrigas e guerrear verbalmente com seus rivais – Graziani ou Caviglia, que diz dele: "É um cachorro de palha que vai aonde o pedaço de comida for maior" – que a participar de manobras ou controlar os relatórios de seus subordinados. Completamente ultrapassado pela evolução dos armamentos e estratégias militares, busca sobretudo sobreviver, e para isso está pronto a todos os compromissos com o regime e seu Capo, reservando-se

(sem acreditar realmente) para o golpe de graça que lhe será oferecido, em julho de 1943, pela traição dos hierarcas fascistas.

Dez anos mais jovem, Rodolfo Graziani é outra figura de proa da hierarquia militar fascista. Originário da província de Frosinone (sul do Lazio), terminou a guerra de 1915-1918 no posto de major e se destacou nas campanhas africanas, operando de 1921 a 1929 a reconquista da Tripolitana e a ocupação do Fezzan, depois dirigindo as operações sobre o front sul durante a guerra da Etiópia. Homem de personalidade violenta, colérico, passional, comandante disposto ao sacrifício mais que estrategista ponderado capaz de conduzir uma guerra moderna – Badoglio, que o detesta e inveja, define-o como "bom comandante de batalhão" – é adorado por seus homens e goza de certo prestígio junto à opinião pública, mas Mussolini, ao qual por vezes se opõe com certa energia, não o aprecia muito. "Dos dois maus militares que tive de suportar na vida," dirá ele na época da República Social, "Badoglio e Graziani, restou-me o menor."

Poder administrativo e tecnocracia

A pequena legião de hierarcas que, recrutados majoritariamente entre os esquadristas de primeira hora, têm sede no Gran Conselho e assumem alternadamente seu "ciclo" ministerial para em seguida exercerem, ao sabor dos desideratos mussolinianos, altas funções administrativas na Itália ou nos territórios de ultramar, constitui apenas parte da nomenclatura governamental fascista. Até o início dos anos 1930, esta permanece aberta aos homens do partido, e o diretório do PNF conserva função importante como matriz do pessoal dirigente. Grandi, Farinacci, Arpinati, Balbo, Bianchi e muitas outras vedetes do primeiro fascismo, mas também alguns personagens secundários, como Ferruccio Lantini ou Raffaele Riccardi, escalaram seus degraus, passando do status de *federale* (secretário de federação provincial) ao de membro do diretório do partido e, depois, ao exercício de uma função governamental. A partir de 1931, as coisas mudam. Os principais tenentes do Duce continuam, como vimos, a ocupar alternadamente postos de alta responsabilidade, ao passo que a cúpula do poder tende a se fechar às personalidades saídas da hierarquia partidária. Alessandro Pavolini, que em 1939 se tornará ministro da Cultura Popular, é um dos últimos hierarcas a se beneficiar de uma promoção governamental em seguida a um *cursus honorum* no seio do PNF. Bem verdade que, se o partido deixa de ser o viveiro no qual Mussolini escolhe seus colaboradores diretos, o revezamento é agora assegurado pelas corporações. A partir de 1930, com efeito, de vinte e oito presidentes das principais confederações sindicais fascistas, quatorze chegarão a uma função de subsecretário de estado ou ministro.

Essa evolução ilustra a natureza das relações entre o Duce e o Partido Nacional Fascista. De um lado – voltaremos a isso no próximo capítulo – uma ligação orgânica muito forte com uma estrutura destinada a enquadrar o corpo social, modelá-lo no sentido desejado pelo poder e formar uma nova elite dirigente; do outro, a constante preocupação de Mussolini de não dar aos principais dirigentes do partido a possibilidade de contestar sua posição hegemônica, com ou sem a cumplicidade do soberano.

Daí sua tendência mais e mais acentuada de querer governar com a administração. Aguardando a virada totalitária do regime, que, como mostra De Felice, dará a esse

projeto um esboço de realização, desde a Marcha sobre Roma e durante os quinze anos seguintes a administração conserva uma influência considerável. Estreitamente submissa ao poder, é ao mesmo tempo instrumento dócil de sua política e caldeirão em que se elaboram e se impõem centenas e centenas de decisões, as quais exigem de seus preparadores tal competência técnica (econômica, jurídica ou outra) que o papel do dirigente supremo e seus colaboradores imediatos é frequentemente reduzido – do mesmo modo que para as decisões de natureza militar – ao de mediadores entre os altos funcionários e os experts encarregados dos dossiês.

Ao chegar ao poder, Mussolini tinha da administração uma imagem tão negativa quanto a da maioria de seus compatriotas, e mais ainda seus ex-camaradas socialistas. Ele a julgava pletórica, retrógrada, problemática e cheia de incapazes, preguiçosos e corruptos. Contudo, embora tente não aumentar demasiadamente o número de funcionários – quando mais não fosse para não sobrecarregar o orçamento do estado e evitar a colonização da administração por militantes fascistas em busca de sinecuras – tampouco busca "cortar gorduras" da máquina administrativa simplesmente para responder às exigências populistas de sua gente. Discípulo de Roberto Michels, aprendera com seu mestre que a burocracia, preocupada em conservar seus privilégios e seu prestígio, volta-se sempre para o lado do poder que a emprega, e que este tem todo interesse em negociar seu apoio. Portanto, evita proceder, como reclamava ruidosamente a ala intransigente do partido, a uma "depuração" severa da função pública, seguida da "fascistização" drástica de seus quadros. Contenta-se, após impor em 1923 uma reforma de envergadura do aparelho do estado, em frear a progressão dos efetivos, introduzir em certas administrações sensíveis – Interior ou Relações Exteriores – certo número de fascistas fiéis e assegurar a boa vontade dos funcionários concedendo-lhes vantagens diversas.

Essa resistência do aparelho do estado à fascistização, desejada por Mussolini e de certo modo organizada por ele, não deve, contudo, iludir. Não há, nos círculos do poder da Itália fascista, dois mundos estritamente separados: da burocracia e da organização partidária. Com o tempo, pelo jogo de aposentadorias, criação de empregos ou simples adesão, a administração se povoou de titulares da carteira do PNF. De ano em ano, o número de aderentes à Associação Geral Fascista de Funcionários não cessou de crescer, e, a partir de 1929, a *tessera* [a carteirinha] do partido se tornou o viático indispensável para quem desejasse fazer carreira na função pública. Mas, de um lado, a adesão ao partido efetuada por agentes de todos os níveis, formados sob o regime precedente e ligados aos valores liberais, nada revela de suas convicções profundas e, do outro, mesmo entre os funcionários fascistas de estrita obediência, a lealdade ao Duce, como representante supremo do estado, prevalece geralmente sobre qualquer outra forma de aliança.

Concebe-se que, nessas condições, com exceção talvez do breve período de ausência de poder central que se segue ao assassinato de Matteotti, Mussolini tenha continuamente velado para subordinar o partido ao estado; a hierarquia partidária não engajada em funções governamentais à autoridade da alta administração. Nada ilustra melhor essa estratégia que o papel atribuído aos prefeitos em cada província da Península. Das disposições governamentais adotadas desde o fim de 1922 e, sobretudo, da circular aos prefeitos de janeiro de 1927 destaca-se claramente que, no pensamento do chefe do governo, o partido estava subordinado ao estado e que, em caso de litígio ou conflito

entre o prefeito e o secretário da federação provincial do partido, a última palavra deveria pertencer ao primeiro. De novo, não se tratava de haver separação estanque entre a administração central, representada por aquela autoridade, e a organização partidária, encarnada pelo *federale*. Ficava bem claro que o prefeito era um prefeito *fascista*, agindo em nome do *regime* fascista, mas a natureza do regime, evidenciada pelo signatário da circular, não implicava que o *partido fascista* tivesse precedência sobre o representante titular do estado.

A adesão ulterior de numerosos prefeitos ao PNF ou a conversão ao regime de agentes saídos da administração liberal em nada mudaram esse dado fundamental. Nos trabalhos do inglês R.C. Fried e do historiador italiano Emilio Gentile vê-se que, de 1922 a 1929, dos 115 funcionários nomeados por Mussolini, 86 tinham saído do funcionalismo clássico, contra somente 29 vindos do partido e, na metade dos anos 1930, a repartição entre as duas categorias estava equilibrada. A osmose entre as duas estruturas, portanto, progredira nesse domínio como em todos os outros, mas em grau menor que para o conjunto do pessoal encarregado de funções administrativas.

Se o uso que Mussolini faz da máquina burocrática e dos indivíduos que acionam suas engrenagens vai principalmente no sentido do reforço de seu poder, não é exatamente essa a relação que mantém com uma nova categoria de decisores – hoje chamados "tecnocratas" – que, na Itália dos anos 1930, reúne funcionários especializados em questões que exigem grande competência técnica, principalmente nos domínios econômico e financeiro, professores universitários de grande competência e homens de negócios saídos do setor privado. Seu campo de intervenção privilegiado é o da esfera pública da economia, à qual a política fascista de luta contra a crise conferirá, a partir de 1931, um formidável poder de absorção e um papel de condução da economia que se traduz notadamente pelo desenvolvimento de grandes institutos e agências controlados pelo estado: Istituto per la Ricostruzione Industriale (IRI), Istituto Mobiliare Italiano (IMI) etc.

As personalidades com papel importante nesse setor determinante para a condução da política econômica do partido, e por extensão para a da diplomacia fascista, saíam de esferas políticas diversas. Oscar Sinigalia e Agostino Rocca – o primeiro eliminado em 1938 por ser judeu, o segundo discípulo da "revolução gerencial" de James Burnham – eram originalmente fascistas convictos, ao passo que Alberto Beneduce e Arturo Osio tinham saído respectivamente das fileiras da social-democracia e do Partido Popular. Todos, em contrapartida, eram adeptos do primado da técnica sobre a política e se acomodavam perfeitamente bem a um sistema que ligava a economia de mercado ao intervencionismo do estado, desde que este respeitasse os privilégios do capital e garantisse a ordem pública.

O exemplo de Giuseppe Volpi é emblemático do lugar ocupado por certos homens de negócios – cuja carreira se desenrolou sobre as duas vertentes do privado e do público – nos círculos de poder da Itália fascista. Nascido em 1877 em Veneza, em uma família da média burguesia (seu pai era engenheiro civil e combatera em 1859 ao lado de Garibaldi), Volpi é autodidata. Ao sair do liceu, fez estudos em direito, que abandonou rapidamente para se lançar em uma carreira comercial orientada para os Bálcãs, primeiro no negócio de grãos, depois no de importação e exportação. Verdadeiro aventureiro dos negócios, cedo engajado nas frutíferas empresas mineiras, ferroviárias e outras, muito ligado à aristocracia veneziana e ao mundo italiano das altas finanças – gente como

Stringher, Joel e Toeplitz – na véspera da Primeira Guerra Mundial encontra-se à frente de um formidável império industrial e financeiro cuja peça-mestra, a SADE (Società Adriatica di Elettricità), alguns anos mais tarde se tornará uma das "grandes" da indústria elétrica italiana graças à utilização do "carvão branco."

Quando a Itália entra no primeiro conflito mundial, Volpi tem quarenta e cinco anos. Homem de negócios conhecido e rico, encarna o establishment giolittiano, liberal mas preocupado com a preservação da ordem social, afeito à ideia de uma expansão pacífica do capitalismo italiano no Mediterrâneo Oriental, perfeitamente à vontade em um sistema que une estreitamente o mundo dos negócios ao da política. Sua idade e seu status (os chefes de empresas que trabalhavam para o exército ou a marinha estavam temporariamente isentos do serviço ativo) o dispensam de vestir uniforme, mas ele decide se engajar assim mesmo, por cálculo e por patriotismo sincero, e é designado, como subtenente da milícia territorial, para Florença e para o ministério da Guerra (direção-geral da artilharia e da engenharia), com a autorização de residir onde sua "ação será mais eficaz." Permanecerá apenas sete meses no serviço ativo, o tempo de ser reconhecido como voluntário e merecer, uma vez terminada a guerra, a medalha comemorativa da campanha de 1915.

Giuseppe Volpi não tem, portanto, muita coisa em comum com o fascismo original. Grande burguês, muito ligado a Giolitti, ele não precisa reivindicar um "lugar ao sol" como os representantes das camadas sociais que formam o grosso dos batalhões do primeiro fascismo. Suas qualidades de negociador e expert nas questões balcânicas o fazem acompanhar a delegação italiana a Versalhes, depois a Rapallo, em 1920, onde se joga a sorte do novo estado iugoslavo. Em Veneza, ainda que de início tenha participado com outros industriais do financiamento dos *Fasci*, suas relações com o chefe do esquadrismo local, Pietro Marsich, são execráveis e assim permanecerão durante todo o seu protoconsulado na Líbia.

Volpi, que o soberano em breve elevará à dignidade de senador do reino e conde (di Misurata) "por seus grandes serviços ao país," em 1921 se vê indicado por Giolitti ao cargo de governador da Tripolitana, função que deixará em 1925 para assumir, junto a Mussolini, a de ministro das Finanças. No intervalo, o Duce conquistou o poder e venceu as etapas decisivas na implantação da ditadura. Giuseppe Volpi, que se encontrava na capital no momento da Marcha sobre Roma (para uma entrevista com seu ministro das Operações Militares em Tripolitana), foi aparentemente surpreendido pela vitória do fascismo, mas não desfavorável à virada dos eventos. Nem a persistência do terror esquadrista nas províncias ou o assassinato de Matteotti parecem tê-lo chocado particularmente, preocupado que estava com a pacificação da Líbia, a construção do porto Marghera, perto de Veneza, na qual suas empresas estavam intimamente envolvidas, e a gestão a distância das vinte sociedades das quais era presidente ou vice-presidente. Homem da ordem ele fora sob Giolitti e consortes, homem da ordem permanece sob a ditadura dos *Fasci*.

Ministro das Finanças por três anos, Volpi teve, como vimos, uma difícil batalha para manter a balança relativamente equilibrada entre os desideratos do mundo dos negócios – do qual, para todos os efeitos, era o representante – e o voluntarismo monetarista do chefe do governo. Quando deixou o cargo, em 1928, a virada intervencionista do regime já estava bem-estabelecida, e ele mesmo, a despeito de suas profissões de fé liberais, não teve papel pequeno nessa evolução.

Após um intervalo de seis anos, durante os quais se consagra quase inteiramente a seus negócios nacionais e internacionais, encontramos o "doge de Veneza" à frente da Confindustria, a poderosa central patronal que se tornou "fascista" em 1925 e em breve será transformada em verdadeiro organismo de estado. Volpi, como boa parte de seus "camaradas industriais" próximos ao regime, como Conti, Olivetti e Donegani, comporta-se como Janus, consciente da relação de força entre o poder político e o mundo dos negócios. De um lado, explica-nos seu biógrafo, não hesita em adotar o estilo e os ritos marciais do regime, incluindo "os tiques do discurso mussoliniano: as mãos nos quadris, o queixo projetado à frente;" do outro, mantém um diálogo cotidiano com os representantes do governo, quer para impedir o Duce e sua equipe de estender os poderes do estado empreendedor e limitar a autonomia das empresas, quer para cortejar o regime e se antecipar às variações de humor de seu Capo.

Seria possível citar outros exemplos de carreiras reveladoras da osmose permanente entre o centro político do poder e os círculos periféricos nos quais evoluem industriais, financistas, representantes da alta hierarquia administrativa ou militar e dignitários do partido: a de um Guido Jung, por exemplo, banqueiro e ministro das Finanças de 1932 a 1935, a de um Beneduce, administrador da poderosa sociedade financeira Bastogi, chamado à presidência do IRI. Todos esses senhores desempenharam, a partir de 1933-1934, o papel de mediadores entre o estado fascista e os grandes interesses privados, por vezes obrigando Mussolini se não a dividir seu poder, ao menos a levar em conta, na condução de sua política, as opiniões e por vezes as resistências da tecnocracia.

3

O "Homem do Consenso"

O PERÍODO ENTRE OS ACORDOS DE LATRÃO e o início da guerra da Etiópia representa o apogeu da era fascista. Não é isento de dificuldades para o regime, é verdade. A crise econômica atinge a Itália a partir 1930, antes mesmo de Áustria e Alemanha sofrerem o contragolpe do crack de Wall Street. Ela causa uma queda de produção da ordem de 33% e um aumento do desemprego que, a partir de 1932, afeta mais de um milhão de assalariados. As relações com a Igreja e o Papado, que conheceram breve episódio de euforia em seguida à Concordata, deterioram-se bruscamente no início de 1931 em função de problemas com a mobilização da juventude. A estabilidade do regime, contudo, parece pouco afetada por esse acúmulo de nuvens. O partido, solidamente controlado por uma hierarquia devotada a seu Capo e cujos elementos contestadores foram eliminados ou marginalizados, prossegue sua tarefa de conformação e politização das massas.

Os grandes canteiros destinados a modernizar o país e ao mesmo tempo oferecer ao mundo uma imagem favorável do fascismo avançam rapidamente, trate-se da construção ou modernização ferroviária e rodoviária, do "melhoramento" das zonas mais ingratas ou do projeto urbanístico e arqueológico que se propunha a fazer da "Roma de Mussolini" a réplica moderna da antiga capital do Império. Os trens têm a reputação de "chegar na hora" e regridem as "taras sociais" ligadas à industrialização e à urbanização (delinquência, prostituição, suicídio, doenças contagiosas etc.), ao mesmo tempo que diminui o déficit migratório crônico que por meio século caracterizara a situação demográfica do país. É o momento de celebrar o *decennale* (primeiro decênio da era fascista), dos grandes cruzeiros aéreos de Balbo, do triunfo da *squadra azzura* na copa do mundo de futebol e do oficioso terceiro lugar nos jogos olímpicos de Berlim.

Embelezado ou não pela propaganda fascista, esse quadro produz efeitos no sentimento público. Renzo De Felice provocou um pequeno terremoto na Itália dos anos 1970 quando, ao arrepio da historiografia dominante intensamente marcada pela cultura do antifascismo, foi o primeiro a afirmar que, durante os cinco ou seis anos que se seguiram à concordata com o Papado, houve um *consensus* em torno do regime e de seu chefe. Ele não afirmou que a adesão fora unânime ou assumira a forma de uma comunhão fanática entre o povo italiano e o Duce. Explicou somente que, tudo bem-pesado, os italianos estavam mui convenientemente acomodados à ditadura mussoliniana e que, para explicar sua aceitação por um povo com a reputação de cético e crítico, não bastava citar a força de intimidação do aparelho repressivo instaurado pelo ex-*capofila* do socialismo revolucionário.

Expostas em uma Itália atormentada pelos efeitos da desindustrialização, pelo crescimento paralelo dos terrorismos vermelho e negro e pela ameaça real ou imaginária de um golpe de estado orquestrado no exterior, as teses de De Felice criaram viva

polêmica. Acusou-se De Felice de ter fornecido uma espécie de carta de legitimidade ao fascismo, de ter esculpido um "monumento ao Duce" (Mack Smith) ao dizer que o regime tivera o apoio das massas e que isso se devia ao fato de o fenômeno fascista não ser estranho às tradições e à cultura de uma fração importante da sociedade italiana. Diante de tal oposição, foi preciso um dos chefes históricos do antifascismo, o comunista Giorgio Amendola, apoiar a tese do consenso e jogar todo o seu peso no debate para que ele deixasse de ser tão agressivo.

A vinte e cinco anos de distância, a batalha em torno do "consenso" parece surreal. Poucos historiadores do fascismo ainda o questionam, particularmente entre os especialistas italianos do *ventennio nero*. Se há discussão, ela se dá menos sobre a existência que sobre a natureza do fenômeno. Trata-se de aceitação "passiva" ou adesão entusiástica dos italianos ao projeto de Mussolini e seus tenentes mais próximos? Qual o peso respectivo do espontâneo e do fabricado, do desejado e do sofrido nas manifestações de massa de que se alimenta a religião fascista? A que figura, humana ou abstrata, se dirigem os sinais de devoção secular em um país tão fortemente cristão e ligado à Igreja e a seus padres quanto a Itália dos anos 1930? Qual o lugar, erigido em mito e personagem sagrado, ocupado pelo chefe carismático na religião patriótica instaurada pelo novo regime? De que meios, enfim, dispôs ele para se assegurar, ao menos nessa fase de sua história, do apoio maciço da população italiana? Essas são algumas das perguntas que eu gostaria de tentar responder no presente capítulo.

A solidão do poder

Para começar, voltemos para junto do nosso personagem após a longa exploração dos círculos do poder. Em março de 1934, no momento em que se dá o "segundo plebiscito" – a aprovação da lista de deputados designados pelo Gran Conselho por 10.526.504 "*sí*," em pouco mais de 10,5 milhões de votantes, contra 15.201 "*no*" – Mussolini acaba de dobrar o cabo dos cinquenta anos. Conserva uma robustez, uma energia e uma capacidade de trabalho invejadas por vários de seus colaboradores mais jovens, ainda que, em função das necessidades da propaganda, a tendência seja ampliar ao infinito as qualidades físicas e morais do novo César. Se não passa todas as noites debruçado sobre a mesa de trabalho, como dá a entender ao passante tardio a luz sempre acesa na Sala do Mappamondo, pode trabalhar quatorze ou quinze horas seguidas, parando apenas o tempo de engolir o pouco de comida autorizado por seu regime, e se é verdade que boa parte desse tempo é ocupada no exame de questões secundárias, ele é sem dúvida um dos homens de estado de seu século que se consagrou com mais intensa e exclusiva paixão à condução dos negócios públicos. "Eu sou a mula nacional," escrevera ele em 1925 a d'Annunzio, "ando carregado de muitos fardos."

Toda essa ação, no entanto, começa a sentir os efeitos da idade, aos quais se junta a tensão que inevitavelmente acompanha o exercício prolongado do poder ditatorial. Para conservar esse poder, para impor sua vontade às diversas facções e clientelas que disputam os papéis principais no seio de seu círculo próximo e nas esferas dirigentes do partido, é necessário ainda batalhar com firmeza, fazer fracassarem eventuais conjuras, velar para que nenhum hierarca adquira peso suficiente para afetar sua própria autoridade e arbitrar o tempo todo as comissões de experts. Mussolini está nervosamente cansado

desse jogo. Seu organismo, já abalado pelos excessos da juventude e portador dos estigmas da guerra, deve pagar o preço desse permanente combate físico e moral.

Com o tempo, efetivamente, o homem se tornou sombrio. A maioria de suas biografias remonta sua mudança de humor à morte de Arnaldo, em dezembro de 1931. Mais que o choque afetivo provocado pelo falecimento de seu irmão mais novo, essa morte privou o ditador da única pessoa na qual teve absoluta confiança, o único, além de Margherita Sarfatti, com quem podia se deixar levar e ter alguns momentos de autêntico relaxamento. A ruptura com a jornalista veneziana pouco tempo depois só fará aumentar a profunda solidão em que ele irá viver, inclusive durante sua longa ligação com Claretta Petacci. Certos antigos traços de caráter serão acentuados pelo recesso solitário do anfitrião do Palazzo Venezia: a desconfiança; o ceticismo; o desprezo pelos homens; a incapacidade de estabelecer com seus pares, e menos ainda com seus mais próximos tenentes, relações de amizade e confiança; um pessimismo profundo em relação ao mundo que o cerca. Então, ele resiste cada vez menos à sua paixão quase maníaca pelo detalhe. Quanto mais desconfia de seus auxiliares, mais tem necessidade de se envolver em tudo, controlar a estrita execução de suas ordens, examinar relatórios que tratam de pequenas questões provindos da polícia, da OVRA, dos *carabinieri*, dos prefeitos. As menores denúncias a respeito da vida privada ou da suposta corrupção de um hierarca, as mais anódinas escutas telefônicas são gravadas, classificadas, anotadas e cuidadosamente conservadas nos dossiês do secretariado particular – o que atualmente oferece à história uma mina de informações sobre suas relações com os pesos-pesados do partido.

Longe de alimentar uma desconfiança lúcida em relação a seu próprio julgamento, o pessimismo que impregna seus pensamentos e determina sua ideia da natureza humana conforta Mussolini em sua certeza de ser distinto do "rebanho," portador de um destino fora de série e investido de uma missão que só ele é capaz de cumprir. A adulação de seus próximos e o culto que se avoluma em torno de sua pessoa agem na mesma direção. Com o tempo, forma-se um vazio em torno dele, e cada vez mais ele tende a confiar em seu "faro" e em sua "estrela," e não em um exame racional das questões submetidas a sua decisão.

Resulta que Mussolini é ao mesmo tempo capaz de acumular uma infinidade de informações úteis sobre esta ou aquela questão e incapaz de decidir, salvo pelo *feeling*, em favor de uma ou outra das soluções propostas por seus colaboradores, sobretudo quando o dossiê comporta aspectos técnicos que requerem a opinião de experts: finanças, obras públicas, agronomia e, mais ainda, o caso dos armamentos ou da estratégia, com graves consequências em matéria de defesa e preparação da guerra. Persuadido de sua infalibilidade, governa por aproximação, como animal político habituado a todas as astúcias do ofício e especialmente bom em dominar os problemas internos. Para o resto, faltam-lhe saber separar entre essencial e acessório e dotar a célula governamental que ele dirige de uma equipe de especialistas (um estado-maior militar ligado a sua pessoa, por exemplo) em condições, diante das prolíferas comissões de experts da burocracia fascista, de assisti-lo em sua tarefa decisória.

O culto ao Duce

O que hoje sabemos sobre a personalidade profunda de Mussolini, sobre seu estado de

saúde, sobre os efeitos de uma enfermidade psíquica que o afasta da realidade concreta, alimenta seu interesse por minúcias e o impede de se consagrar inteiramente às questões das quais depende a sorte do país, o povo italiano ignorava quase totalmente em 1932-1934, quando começa o que De Felice chamou de "parábola descendente" do regime. E continuará a ignorar até o dia em que a guerra revelará o declínio físico e psíquico do Duce. A imagem que se impõe a todos até essa data é a que a propaganda fascista se empenhou em difundir *urbi et orbi* durante anos, e que faz do antigo professor romagnol um imperador romano dos grandes tempos: ao mesmo tempo chefe guerreiro, árbitro de facções, dono de um poder absoluto a serviço da maioria e pai da pátria dotado de uma *auctoritas*, de uma "graça" que faz dele um indivíduo sobre-humano.

Murado em sua solidão megalômana, Mussolini nada fez para desencorajar os organizadores do culto de sua personalidade. Emilio Gentile mostrou, em um maravilhoso livro publicado em 1995 – *Il culto del littorio* – que um dos principais mecanismos utilizados pelo fascismo no poder para obter a adesão das massas a seu projeto político foi a criação de uma religião patriótica, cuja origem deve ser pesquisada no "estado de efervescência coletiva" produzido pela guerra e que, em seguida à grande matança, começara a se introduzir no antigo espírito combatente e em movimentos como o arditismo e o futurismo. Essa religião, caracterizada por uma retórica sacralizante e uma liturgia inspirada no ritual católico, tinha seus oficiantes – os representantes da hierarquia partidária – seus mártires e seus santos: heróis da "guerra patriótica" e combatentes em camisa negra caídos durante as batalhas enfrentadas pelo esquadrismo. Tinha seus lugares de culto (as *case del fascio*, a Exposição da Revolução Fascista, inaugurada em 28 de outubro de 1932 para o *decennale*), suas vastas assembleias de crentes, sua simbologia encarnando a violência destrutiva e purificadora (o *manganello*, o fogo), o desprezo pela morte, a unidade da nação e da autoridade do estado (o feixe do lictor), seus ritos de iniciação e comunhão (apelo aos mortos, cortejos fúnebres, juramento fascista etc.). E, claro, tinha seu deus, a pessoa de Benito Mussolini.

Esse não desaprovou, dissemos, o culto de sua personalidade. Mas tampouco o inventou: à diferença do que se passou na Alemanha e na União Soviética, o culto do chefe se criou na Itália depois da aparição do mito mussoliniano e da institucionalização da religião patriótica pelo regime. Além disso, esse mito evoluiu muito com o tempo. Já para os socialistas de Romagna, e depois para a maioria revolucionária que triunfa no congresso de Reggio Emilia, Mussolini é o *Duce* – o "guia" – segundo uma tradição semântica própria à extrema-esquerda italiana, a personificação de um socialismo intransigente portador das esperanças do proletariado. Após a "traição" de 1914, tornado cabeça de chave do intervencionismo de esquerda, ele simboliza para os representantes dessa corrente o "novo homem," a geração de recusa da *Italietta* giolittiana, o porta-voz de todos aqueles para os quais a guerra representa a antecâmara da revolução.

Mas após o armistício não é sobre sua pessoa que se concentram as esperanças dos combatentes em busca de um herói nacional que personifique a "revolução italiana," mas sobre Gabriele d'Annunzio, mítico promotor das mais temerárias ações dos tempos de guerra e defensor intransigente da causa fiumiana. No *palmarès* das ações gloriosas, Mussolini está longe de ser o mais titulado e, entre os dirigentes do primeiro fascismo, numerosos são os que, à imagem de um Balbo ou de um Starace, poderiam contestar sua

liderança se a aptidão para dirigir o movimento se medisse em número de medalhas. Ele precisará esperar a constituição do Partido Nacional Fascista, em 1921, para ser reconhecido por seus pares como "*duce* do fascismo," e nessa data sua proeminência ainda se funda sobre suas qualidades de guia político, e não sobre uma ascendência carismática comparável à do Comandante. Somente após a eliminação de toda oposição, em 1926, consecutiva à promulgação das leis de "defesa do estado" e à sujeição dos últimos rebeldes esquadristas, ele será oficialmente entronizado pelos chefes do partido como "guia supremo" do fascismo – base de um mito que, na preocupação em manter o equilíbrio entre as ambições individuais, os hierarcas do regime serão os primeiros a subscrever.

Assim, o mito e o culto de Mussolini se desenvolveram por consenso, primeiramente no seio do partido, apoiando-se sobre a definição de *capo*, de "chefe," nas diversas versões da nomenclatura do regime; a última, que data de 1938, define-o como "o criador do fascismo, renovador da sociedade civil, Capo do povo italiano, fundador do Império." Em 1922, seis meses antes da Marcha sobre Roma, Camillo Pellizzi, para quem "uma nação em marcha não se resume a um chefe," já escrevia, falando em seu Diário sobre o elo entre a figura aparentemente ordinária do dirigente fascista e uma história nacional considerada a longuíssimo prazo:

> Mussolini: velho legionário romano tornado camponês ou pequeno artesão da Romagna durante algumas dezenas de gerações; despertado por um frenesi inconsciente de poder; revolucionário das coisas e das massas; privado de interioridade; privado de emoções; (...) inimigo indiferente de tudo e de todos; indiferente a si mesmo; vontade irrefreável a serviço de um *fim*, de uma inspiração e uma necessidade espiritual que não são as suas, que não estão em sua alma. Sua alma não pode ser aquela de um vulgar camponês. Sua vontade é uma *ordem* que lhe é dada pela história da Itália.

Dez anos mais tarde, é um dos principais hierarcas do regime, Dino Grandi, prestes a deixar o ministério do Exterior, quem confia a seu Diário:

> A vida de um homem e a vida de um povo, sem poesia, não é vida. Mas a vida não é feita apenas de poesia. (...) Ele é o País. Que Deus proteja e guie verdadeiramente seus esforços. Nós, os homens comuns, nós passamos. Ele permanece. E a alegria de servi-lo, tê-lo servido e poder servi-lo novamente, lá onde ele quiser, é ainda a melhor recompensa.

Como o precedente, esse texto não é destinado ao público e, pois, conserva certa moderação, à diferença de milhares e milhares de declarações oficiais, discursos pronunciados pelos "homens de Mussolini" – grandes e pequenos chefes do partido único – artigos de imprensa e libelos de todo gênero que são o infatigável florilégio da apologética fascista. O tom é dado por Augusto Turati, secretário-geral do PNF de 1926 a 1930 e verdadeiro fundador do culto mussoliniano: "Não somente Mussolini é um capo, o único Capo. Aquele de quem emana todo poder. O piloto, único piloto, que nenhum tripulante pode substituir," mas, acrescenta em um texto datado de 1928, é "o mais belo, o mais forte, o melhor dos filhos" de nossa mãe Itália.

Não há um hierarca, grande ou pequeno, servidor incondicional ou crítico da política conduzida pelo ditador que, num momento ou outro, não tenha escrito sua estrofe hagiográfica. Os dossiês do secretariado particular são plenos dessas profissões de fé mussolinianas, mesmo quando se trata de personalidades tão pouco dóceis quanto Farinacci, Arpinati ou Balbo. Sem dúvida há nessa devoção ostensiva uma forte dose de espírito cortesão, de bajulação tática tendo por objetivo satisfazer ambições diversas. Mas isso explica apenas parcialmente o fenômeno. Mais decisiva é a natureza das relações quase clânicas que o "guia supremo" mantém com seus velhos lugar-tenentes.

Que Mussolini tenha conduzido sobre o terreno político, e não à frente de suas legiões, o combate vitorioso contra o regime defunto e contra as forças que o ameaçavam não o priva de sua aura de general vencedor. Passadas as incertezas e hesitações que caracterizaram sua conduta até o início de 1925, foram relações homem a homem fundadas sobre a fidelidade recíproca, a troca de serviços e a absoluta devoção do "vassalo" pelo "senhor" que se estabeleceram entre os antigos *ras* e o patrão da Itália fascista. Têm papel aqui, em indivíduos cuja experiência maior é aquela da guerra e do esquadrismo, todas as facetas de uma memória coletiva enraizada em dois milênios de história e na qual se misturam as imagens do *imperator* romano – general vitorioso levado ao poder por suas tropas – do cavaleiro medieval, do *condottiero* moderno e do chefe de bando das guerras do Risorgimento. A passagem pelas unidades de *arditi*, nas quais reinava esse espírito de clã e de devoção absoluta ao chefe, pesou fortemente nesse sentido, mesmo que, repitamos, o carisma mussoliniano tenha se alimentado mais de sucessos políticos que de virtudes e proezas bélicas.

Vimos o próprio Mussolini não deixar de plasmar sua imagem de "super-homem," modelo aos italianos da era fascista – modelo inigualável, é claro, mas para o qual deveriam convergir os esforços. A outros, no entanto, deveria caber a tarefa de instrumentar essa imagem e transformar o mito em objeto de culto absolutamente central na religião patriótica concebida pelos grandes sacerdotes do regime. Primeiro a Starace, principal organizador do culto, inventor notadamente do cerimonial que deveria acompanhar as aparições públicas de Mussolini, como a "saudação ao Duce," e de diversas instruções relativas à maneira de grafar, em todos os documentos públicos e em letras maiúsculas, a palavra *Duce*. Desde o início dos anos 1930, na linha do discurso pontifical sobre o "homem da Providência," rapidamente recuperado e amplificado pela propaganda fascista, assiste-se a uma heroificação e logo a uma santificação crescente do personagem. Não é mais somente o "homem que tudo faz" da revolução fascista, ao mesmo tempo pensador, homem de estado, legislador, escritor, artista, construtor de impérios e também trabalhador da terra, artesão hábil no manejo do ferro e do fogo, atleta excelente em todas as disciplinas do corpo; em suma, o gênio universal reunindo em si as virtudes e o carisma dos maiores heróis do passado: César, Augusto, Napoleão ou Garibaldi. É também e sobretudo o profeta, o apóstolo, o redentor, o representante infalível de Deus sobre a terra e, por que não, o próprio Deus. Não foi Asvero Gravelli, um dos primeiros dirigentes das vanguardas estudantis dos *Fasci* de combate, quem escreveu: "Deus e a história se chamam hoje Mussolini"?

Quem diz religião e culto diz também teologia e vulgata ensinada ao bom povo e, para começar, às gerações de jovens crentes. À escola de "mística fascista," fundada em 1930 por um grupo de universitários militantes, cabe o cuidado de teorizar a primeira, completamente orientada para a exegese do discurso mussoliniano e para a busca de uma

síntese entre religião fascista e religião católica. Ao catecismo ensinado em todos os níveis da "melhoria cultural" oferecida às jovens gerações – escola elementar, ensino secundário e universitário, *balillas*, juventude fascista, GUF etc. – cabe o de formar espíritos e corações na crença da infalibilidade do Duce e do caráter sagrado de sua missão terrestre. "O Duce tem sempre razão," proclama em seu artigo 8º o credo do jovem fascista, e em um texto de 1926, "A oração do pequeno italiano," cujo autor, Olindo Giacobbe, publicou uma *Vida de Benito Mussolini contada às crianças*, pode-se ler:

> Oh, Senhor, agradeço me teres feito nascer italiano, sobre a terra onde mais resplandece o sorriso de tua divina beleza! Tu, que fazes sair do coração de minha Pátria a luz de tua Igreja. (...) Aumenta, oh, Senhor, a potência de nosso Rei e enriquece sua coroa de novas joias. Guarda e protege a vida de nosso Duce e que tua graça o assista nas empreitadas mais audaciosas, para que possa bem conduzir a missão que Tu lhe confiaste no mundo. Amém!

Educação das massas e culto do Capo estão assim estreitamente ligados. Emilio Gentile mostrou que, para além de seus aspectos mais grotescos, esse culto tinha por função fazer com que cada indivíduo participasse da realização do projeto coletivo fascista, que se propunha a inventar uma nova civilização, moldar um "novo homem" de acordo com o modelo do mito vivo representado pelo "Capo fundador." A este, investido de atributos divinos, cabia suscitar uma nova fé capaz de "transformar as massas em uma comunidade moral organizada de maneira totalitária."

Como essa mensagem foi passada para uma população italiana fortemente ligada a sua fé católica e enquadrada por um clero atento a todo desvio espiritual? Primeiro, graças à aliança com a Igreja realizada em 1929. Se, para os dirigentes e intelectuais fascistas, Mussolini era o herói surgido da história nacional, para o homem das ruas ele era o "homem da Providência" assim chamado por Pio XI após a conclusão da Concordata. Evidentemente, essa expressão não tinha para o Papa o sentido de santificação do chefe do governo. Mesmo assim, ela lhe fornecia um tipo de unção religiosa que situava sua pessoa e sua ação na esfera do sobrenatural. É verdade que as relações entre o Papado e o estado fascista não foram sempre ensolaradas. Mas, desde que Mussolini não cruzasse as fronteiras do intolerável declarando-se chefe de uma religião pagã, a Igreja podia perfeitamente se acomodar ao status que lhe era implicitamente reconhecido pela fórmula pontifical: o de indivíduo excepcional enviado por Deus para afastar a Itália do espectro da descrença.

Para a massa dos italianos, nessa época ainda composta por uma forte proporção de habitantes rurais, o mito do homem providencial tinha um significado mais concreto: se enraizava em uma antiga prática de heroificação e santificação de guias populistas – pequenos nobres revoltados contra um barão tirânico, pandilheiros, justiceiros e outros "Robin Hoods" – cujo último representante fora Giuseppe Garibaldi. À exceção das grandes metrópoles industriais e dos campos "vermelhos" do norte e do centro-norte da Itália, onde a politização era bastante avançada durante a guerra e onde se sofrera particularmente o terror esquadrista, um fenômeno idêntico jogou a favor de Mussolini em seguida à Marcha sobre Roma. Para numerosos representantes das classes populares não afeitos às ideias socialistas, o vencedor dos "bolcheviques" surgira ao mesmo tempo como herói que soubera poupar a Itália dos sofrimentos da guerra civil, muralha

protetora contra um levante revolucionário antinacional e antirreligioso e guia saído do povo, defensor dos "pequenos" contra os "grandes": três antífonas da retórica populista, mas também três razões para que a maioria dos italianos considerasse Mussolini o "homem providencial."

O culto do Duce tinha por objetivo zelar por esse mito de homem da Providência, guia infalível investido de uma missão patriótica e justiceira cujo instrumento era a "revolução fascista" – ao mesmo tempo homem excepcional elevado ao comando graças a seus méritos e "filho do povo" que amava voltar às origens no contato permanente com as multidões italianas. Daí o cuidado de Mussolini em manter seu carisma, primeiro – notadamente durante os anos iniciais do regime – cruzando o país, do Brenner à Sicília e dos Alpes ocidentais ao Adriático, depois multiplicando seus encontros com a multidão durante as grandes comemorações patrióticas e as festas do regime. Sabiamente preparadas e orquestradas, essas diversas manifestações obedeciam a um ritual destinado a excitar a assistência, a suscitar emoção coletiva e entusiasmo. O evento – visita a uma cidade, travessia de uma província em trem especial, simples reunião ou parada reunindo dezenas de milhares de pessoas – era precedido de um anúncio, na imprensa e no rádio, às vezes com vários meses de antecedência. O cerimonial implicava que o Duce era longamente aguardado pela multidão – em parte espontaneamente vinda a seu encontro, em parte engrossada por elementos "institucionais": membros do partido e da Milícia, funcionários que receberam folga do expediente, crianças das escolas e dos liceus conduzidas por seus professores – sua aparição sendo antecedida por uma cena planejada pelos responsáveis locais do PNF e que comportava desfile, cantos, fanfarras e discursos. Durante os primeiros anos do regime, o contato com a multidão era obrigatório: ocasião para o ditador gozar a embriaguez da popularidade e para a assistência de se aproximar do chefe taumaturgo. Mais tarde, sem renunciar completamente a essa prática, Mussolini se empenha, durante as grandes reuniões fascistas, em manter certa distância entre si e a maré humana fanatizada por sua presença e seu verbo; não só porque os seguranças o pressionavam a limitar os contatos diretos com o público, mas também porque a deificação de que era objeto exigia sua aparição em postura majestosa, ao menos durante parte da cerimônia.

O caráter religioso das grandes celebrações patrióticas das quais Mussolini é o sacerdote maior não deve nos fazer negligenciar seu aspecto lúdico e festivo, outro recurso utilizado pelo poder para mobilizar as massas e fazer durar o consenso. Em um país no qual a arte lírica é rainha e onde a representação do sagrado se cerca de decorações resplandecentes, o que numerosos italianos apreciavam na liturgia fascista era seu caráter teatral, e o que os cativava no Duce era seu talento como tenor e ator. Eram os longos períodos declamados em voz possante do alto do balcão do Palazzo Venezia, os diálogos com a multidão herdados do ritual dannunziano, as fórmulas de impacto, as tiradas a *mezzo voce*, o gesto provocante que hoje faz sorrir, mas que é preciso saber situar em sua época e seu contexto. Era também a cenografia mais e mais sofisticada que cercava as imensas reuniões e paradas paramilitares: as doze orquestras em torno da piazza Venezia, os tambores e trompetes que anunciavam a chegada do ditador, os cantos fascistas entoados pelos camisas-negras, os intermináveis cortejos das organizações do partido seguindo a rua sagrada do regime, a *via dell'Impero*. É verdade que o sucesso do comício era garantido por uma claque profissional em posição. Quando o Duce se deslocava, vários trens de figurantes pagos o seguiam em sua viagem. Em cada etapa, eles

se misturavam aos passantes e, se necessário, davam o tom às reações do público. Mas seria realmente necessário? No apogeu do regime, e praticamente até a guerra, a veneração pelo herói e a paixão pela festa eram suficientes para acender o entusiasmo.

A imagética mussoliniana

Os encontros do "guia supremo" com a multidão constituem, por conseguinte, um elemento central da liturgia fascista, o meio mais eficaz de difundir entre as massas o culto do Duce, dando a cada um a possibilidade de vê-lo em carne e osso ao menos uma vez, eventualmente tocá-lo, conversar com ele, confrontar o modelo com a imagem reproduzida milhões e milhões de vezes sob as mais diversas formas.

O fascismo praticou uma "política da imagem" – Laura Malvano examinou suas diversas facetas – que, na Itália dos anos 1930 e em se tratando da imagem do ditador, assumiu um caráter absolutamente obsessivo. As artes plásticas colaboraram desde os primeiros anos do regime, em uma perspectiva geralmente lisonjeira para o ilustre modelo, mas que não excluía certa espontaneidade dos produtores de imagem nem o pluralismo de gêneros e estilos, em um fenômeno que, no conjunto, caracteriza a cultura da Itália fascista.

Curiosamente, as primeiras representações pintadas ou esculpidas de Mussolini se devem a artistas estrangeiros: o húngaro P.A. de Laszlo, autor de um "retrato de S.E. Benito Mussolini" exposto na segunda Bienal de Roma em 1923; a inglesa Nancy Cox-McCormack e o austríaco Giustinus Ambrosi, a quem se devem dois bustos clássicos em bronze datados do ano I da era fascista. Nessa época, as duas principais manifestações de arte contemporânea, as bienais de Roma e Veneza, ainda não tinham se tornado espaços de consagração da cultura oficial. Isso será diferente em 1925-1926, após a proclamação da ditadura e o registro dos artistas nas estruturas controladas pelo poder. É verdade que, no início de 1923, Mussolini declarara que "a arte pertence à esfera do indivíduo. O estado tem somente um dever: não sabotá-la, assegurar condições aos artistas, encorajá-los do ponto de vista artístico e nacional." Ele também criara, dois anos depois, um Instituto Nacional da Cultura Fascista, sob direção de Gentile e cujo objetivo fora fixado como "a fascistização íntima da cultura," prelúdio ao agrupamento, no ano seguinte, de intelectuais e artistas em uma das treze confederações estabelecidas pela lei Rocco e sua integração ao sistema corporativo.

Em 1927, podia-se ler num editorial da revista de Bottai *Critica fascista*:

> Por enquanto, o único grande artista do regime é seu fundador, Mussolini. Todos os discursos que pronunciou, todos os artigos e ensaios políticos que escreveu são suficientes para fazer dele nosso maior prosador contemporâneo. Em nossa opinião, a recente circular aos prefeitos constitui, do ponto de vista artístico, o mais notável trecho de prosa desses últimos anos, a obra-prima da literatura fascista.

Além da boa dose de espírito cortesão revelada pelo texto publicado em uma revista em princípio destinada aos intelectuais e cujo diretor posava como principal figura da corrente "liberal," ele demonstra que, menos de cinco anos após a tomada do poder, a

referência ao Duce se tornara o critério primeiro da cultura fascista.

Evidentemente, esse culto à personalidade nas artes e letras propiciava o desenvolvimento de um conformismo cultural cujo tom era dado pelo maestro do Palazzo Venezia, com o Duce criando e destruindo reputações ao sabor de seus caprichos, de seu gosto pessoal – longe de ser dos mais elevados – das pressões exercidas por "modernistas" e "tradicionalistas" e de seu desejo de promover um "estilo" adequado ao mesmo tempo à ideologia oficial do regime e à vontade de poder de seu chefe.

Nos mais de vinte anos da era fascista, a submissão dos artistas não produziu uma iconografia de mera reprodução serial comparável à suscitada pelas personalidades de Stalin, Mao, Kim II-sung e outros ditadores do século XX: ao mesmo tempo porque não é fácil submeter mais de dois milênios de cultura humanista à formatação ideológica e porque, mesmo durante sua fase de radicalização totalitária, o fascismo soube deixar aos artistas, por menos que gostassem dos motivos fixados pela propaganda, certa liberdade de escolha na maneira de tratar seus temas.

Logo, a iconografia mussoliniana se inscreve sob o duplo signo da proliferação de obras pintadas, esculpidas, modeladas e impressas nos mais diversos materiais, cujo objeto é a representação do Duce, e da pluralidade de gêneros e estilos. Com diferenças ligadas não somente à personalidade dos artistas, mas também à tendência dominante do momento, às vezes inclinada para a inovação e mesmo para a vanguarda, às vezes, ao contrário, tendendo para a direção desejada pelos grandes organizadores dos "costumes fascistas": Starace, Farinacci e outros críticos da modernidade "decadente."

É na estatuária que se devem pesquisar as obras que melhor respondem à função de celebração do culto mussoliniano. A via foi aberta em 1925 por Rodolfo Wildt, cujo célebre busto em mármore branco, além de dar lugar a inumeráveis cópias e imitações, será utilizado como ilustração de capa por diversos autores, como Margherita Sarfatti para sua biografia de Mussolini, *Dux*, publicada no ano seguinte. "A branca massa de largos ombros" – escreverá alguns anos mais tarde o crítico de arte Francesco Sapori – "é dominada pelo pescoço possante, o qual suporta a impetuosidade da cabeça, retesada por uma vontade imóvel, inspirada e inspiradora." O próprio Mussolini, segundo Marinetti, teria saudado com júbilo infantil essa marmórea transposição de sua vontade de potência: "Sim! Eu gosto! Sou eu! Eu me sinto assim! Eu me vejo assim!"

Na esteira dessa representação de Mussolini se precipitarão dezenas de artistas utilizando todos os recursos da gramática de temas e signos oferecida pela romanística clássica. O mercado é imenso, estimulado pela demanda de organizações locais do partido, municipalidades, corporações, administrações provinciais e centrais, reclamando cabeças e bustos do Capo, à qual respondem os ateliês de Cappelletti, Giuseppe Graziosi, Francesco Parisi e Giovanni Romagnoli ou escultores como Sodini, Parisi e Drei, para citar os mais conhecidos. Raros são os que se afastam dos cânones da estatuária mais banalmente conforme aos modelos clássicos para se aventurar na via de um hiper-realismo que salienta de modo quase caricatural certos traços da fisionomia mussoliniana – é o caso, por exemplo, de Gera e Feruccio Vecchi – ou para religar a figura do *imperator* ao mito do cavaleiro dos tempos modernos (o Mussolini aviador de P.G. Vangeni).

Encontra-se mais variedade na estatuária propriamente dita, representando o ditador em pé e, sobretudo, a cavalo, assim como nas cenas dos relevos erigidos pelo fascismo,

como "A Marcha sobre Roma," de Ercole Drei, que ornamentava uma das paredes exteriores do monumento a Michele Bianchi em Belmonte Calabro. Entre as obras mais célebres, é preciso citar a estátua equestre do Duce, executada de maneira clássica por Giuseppe Graziosi por ocasião dos Littoriali de Bologna em 1940; em um estilo mais moderno e mais contrastante, o Mussolini a cavalo de Romanelli, localizado sobre a torre da Revolução de Piacentini em Brescia; a alegoria futurista do antigo *ardito* Ferruccio Vecchi intitulada *L'Impero balza dalla testa del Duce* ("O império jorra da cabeça do Duce"), apresentada na Bienal de Veneza em 1940; ou ainda, em dimensões mais reduzidas, "O forjador da nova Itália," de Ludovico Schwarz (1939) e o curioso bronze de Giacomo Balla, datado de 1928 e intitulado "Eu vim dar um governo à Itália."

A pintura se prestando melhor à declinação de estilos, é a uma maior diversidade de temas e feitios que nos conduzem retratistas e pintores do cotidiano que introduzem em suas obras a figura do ditador. Aqui, se a inspiração na Antiguidade conserva partidários, notadamente para a decoração de certos edifícios públicos, o classicismo faz referência principalmente a uma "arte italiana" definida pela "limpidez da forma," pela "evidência da mensagem" entregue pelo artista, pela "simplicidade elementar" dos meios utilizados, e são os "grandes séculos" da Itália renascentista – *Trecento* e *Quattrocento* – que fornecem temas e modelos pictóricos. Mesmo quando há confusão voluntária de épocas, como no quadro de Primo Conti – *La prima ondata*, "A primeira onda" – no qual um Mussolini *condottiero* conduz em seu cavalo branco um exército de camisas-negras.

Outro traço de destaque da representação do Duce na estética pictórica fascista é a pregnância da corrente modernista, especialmente futurista, com predileção pela figuração do rosto, ou simplesmente do perfil, reduzido a seus traços mais significantes – a imensidão da testa, o olhar penetrante, o queixo voluntarioso – gênero no qual se destacam pintores como Cleto Capponi, Osvaldo Peruzzi, Tiziano Piccagliani, Romolo Fabjj, Cesare Andreoni e, claro, Prampolini, Sironi e Dottori, esse último autor de numerosos quadros e afrescos à glória de Mussolini, entre eles "O fundador do Império," apresentado à Quadrienal de Roma em 1939.

Na oposição dessa "vanguarda," de resto bastante presa a uma temática e uma estética já um pouco gastas no momento da Marcha sobre Roma, a corrente "realista," conduzida pelos tenentes de um fascismo "ortodoxo" e encarnada notadamente por Farinacci, também contribuiu para a heroificação iconográfica do ditador. Inclusive sob a forma metafórica adotada pelo pintor romagnol Luciano Riccheti, primeiro laureado do "prêmio Cremona" por seu quadro *in ascolto* que representa uma família camponesa "escutando" um rádio que, indica-se claramente, transmite um discurso do Duce, esse último surgindo visualmente apenas em uma imagem pregada à parede, emblemático de uma adesão ao regime confirmada pela presença, ao lado do pai, de um meninote em uniforme de *balilla* e, em segundo plano, do filho mais velho (ou genro) fardado como miliciano.

Ao lado dessa produção "nobre," destinada às elites ou à edificação das massas em contato com os monumentos públicos, a imagem do Duce é exposta em uma infinidade de canais a todos os membros do corpo social. As fotografias, cuidadosamente elaboradas, escolhidas e eventualmente retocadas pelo gabinete de imprensa do chefe do governo e depois pelo Minculpop, e finalmente difundidas aos milhões pela imprensa e em cartazes; a imagem animada dos *cinegiornali*; os "oito milhões de cartões-postais"

recenseados por Enrico Sturani; os selos, moedas e medalhas de todo gênero; as gravuras, decorações, impressões e decalques ornamentando objetos de toda natureza e todas as dimensões (copos, xícaras, pratos, cinzeiros, tecidos, papéis de carta) mostram essa ocupação multiforme do espaço civil pela imagem do guia supremo, assim como os *fumetti* (quadrinhos) e grafismos que ilustram capas de trabalhos, revistas e magazines.

Um bom exemplo dessa última categoria de suporte da mitologia mussoliniana é fornecido pela primeira página do suplemento ilustrado do *Corriere della Sera* de 3 de março de 1935. O Duce, em uniforme de oficial da Milícia, brande uma picareta com a qual pretende demolir o edifício vetusto situado sobre os fóruns imperiais de Roma. Para incrementar, o desenhista representou em primeiro plano dois operários que ajudam Mussolini em sua atividade de aterramento. Tudo está dito: o pertencimento do ditador ao mundo dos trabalhadores, seu interesse pelas atividades manuais e pelas tarefas mais ingratas, sua vontade de ter contato com os humildes, sua preocupação permanente em "trabalhar para o povo" e, enfim, seu status de "construtor" e restaurador do romanismo imperial. Tudo sintetizado em uma mensagem iconográfica direta, impresso em centenas de milhares de exemplares e difundido no mesmo número de residências modestas.

Muitos dos produtos culturais que testemunham a pregnância do mito mussoliniano desapareceram e são conhecidos apenas por relatos de segundo grau. Vários foram repertoriados em publicações especializadas, como o "Almanaque dos artistas," ou em inventários e catálogos das diversas exposições organizadas pelo regime: Bienais de Roma e Veneza, Quadrienal de Roma, Mostra del Novecento Italiano e, sobretudo, Exposição da Revolução Fascista, inaugurada em Roma, como se viu, em outubro de 1932 e que constituiu, primeiro no Palácio de Exposições da via Nazionale e depois na Galeria de Arte Moderna, o mais alto local de celebração do mito mussoliniano, ao mesmo tempo pela quantidade de obras e objetos que evocam a figura do ditador e pela cenografia centrada em sua pessoa, notadamente com a reconstituição dos dois primeiros escritórios do *Popolo d'Italia*: o da via da Cannobbio e o da via Lovani, em Milão.

A montagem do consenso

Mesmo no apogeu do fascismo, nem todos os italianos são adeptos fanáticos da religião nacional e seu sumo sacerdote. Mas existe, na maior parte do corpo social, uma adesão ao regime que varia de intensidade em função do status de cada categoria social e da evolução dos problemas internos e internacionais. Adesão oportunista, se se quer, que Mussolini se esforçará para transformar em consenso ativo pela via das instituições totalitárias e que deve sua extensão essencialmente à passividade de um povo ainda não familiarizado com a cultura da democracia liberal e ao qual o fascismo soube dar, ao menos até 1936-1937, satisfações ao mesmo tempo materiais e da necessidade de prestígio.

Daí a fraca representatividade dos opositores à ditadura – trate-se do antifascismo no exílio ou dos alguns milhares de militantes italianos engajados em uma resistência que só encontrará audiência interna depois do 25 de julho de 1943 – e a generalização de comportamentos conformistas que não eram exclusivos de desacordos pontuais com a política do regime. Como escreverá mais tarde Italo Calvino: "Entre o fato de julgar

negativamente o fascismo e um engajamento antifascista ativo havia uma distância que atualmente não conseguimos mais avaliar."

Seria essa relativa debilidade da oposição ativa ao fascismo o resultado de um sistema terrorista imposto aos italianos durante mais de vinte anos? De muitos pontos de vista, o processo de De Felice há um quarto de século comprovava esse postulado, parte da bagagem ideológica da esquerda marxista ou de tendência marxista, dominante nessa época na paisagem historiográfica italiana e incapaz de admitir que, diante de um regime "pilotado pelo capital," pode ter havido consenso ao menos passivo das massas, e de modos outros que por meio de um aparelho repressivo exercendo sua missão de maneira feroz.

Sejamos claros. O regime fascista foi severo com seus inimigos. Sua história começa e termina em episódios de extrema violência, e a chapa de chumbo que se abateu sobre o país a partir de 1926, uma vez promulgadas as leis de "defesa do estado," é bem real. No começo dos anos 1930, um momento no qual os relatórios endereçados a Mussolini pelo chefe da polícia Arturo Bocchini falam de agitação esporádica em certas cidades (especialmente Turim) provocada pela carestia de vida e pelo aumento do desemprego, e que rapidamente se torna ação clandestina conduzida pelos comunistas, avaliam-se as intervenções policiais em cerca de 20 mil por semana, para o conjunto do território, incluindo visitas a edifícios públicos e privados, perquirições e apreensão de armas e de material destinado à propaganda antifascista. De meados de 1930 ao fim de 1934, período que coincide, na Itália, com a fase aguda da grande depressão, a OVRA realizou cerca de 6 mil prisões, na maioria militantes do Partido Comunista Italiano e de Giustizia e Libertà, às quais se juntam as interpelações sobre via pública efetuadas pela polícia ou pelos *carabinieri* durante diversas agitações.

Essas prisões não davam lugar a um processo diante de tribunal especial, menos ainda a uma condenação, ainda que, até o início dos anos 1930, o número de citados condenados à pena de prisão (com duração média de pouco mais de cinco anos) tenha permanecido relativamente elevado: 219 em 1927, 636 em 1928, 159 em 1929, 519 em 1931. Ele cai em seguida para algumas dezenas por ano, antes de atingir um novo pico na véspera da guerra (310 em 1938, 365 em 1939), devido a um despertar do antifascismo ligado mais à Guerra Civil Espanhola que a um agravamento da repressão. As raríssimas sentenças de morte pronunciadas e executadas o foram em seguida a uma tentativa ou um projeto de atentado contra Mussolini (Michele Schirru, Angelo Sbardellotto) ou de ação terrorista de envergadura (Domenico Bovone). Quanto aos *confinati* nas ilhas ou regiões isoladas do Mezzogiorno, seu efetivo global se elevará, segundo uma estatística de dezembro de 1940 – 2.504 ainda privados de liberdade, dos quais 719 condenados "apolíticos" por delito de direito comum, máfia ou homossexualidade.

Assim, a manutenção oficial do estado de direito, uma das características do regime fascista, não protege seus supostos adversários contra eventuais represálias executadas por membros do partido ou da Milícia e geralmente acobertadas pelo poder. Mas essas ações punitivas jamais atingirão o grau de extensão e violência dos primeiros anos do fascismo. Trata-se mais frequentemente de espancamentos ou da administração de óleo de rícino a um indivíduo isolado que manifestou, por comportamento ou propostas, sua hostilidade ao regime ou a seu chefe. Testemunhos e relatórios da polícia demonstram, contudo, que esses acertos de conta podem chegar a linchamentos e, consequentemente, à

morte. De todo modo, são suficientes para manter no país uma ameaça latente de recurso à violência generalizada.

Mussolini também adota a prática de usar taticamente a lembrança do terror esquadrista para desencorajar eventuais opositores. No fim de 1929, tendo acabado de se instalar no Palazzo Venezia, ele lastima não ter "encostado seus inimigos no muro" depois da Marcha sobre Roma e acrescenta que ainda é tempo de retomar um velho instrumento: "Uma ferramenta," precisa, "pela qual vocês tinham muita simpatia, e talvez já tenham compreendido do que estou falando." A multidão escande: "*Il manganello! Il manganello!*," o que provoca esta saída: "Isso mesmo! Está um pouco empoeirado, mas basta tirar a poeira!"

Mas estamos longe do terror de massa e dos procedimentos de eliminação não somente dos adversários políticos mais determinados, mas também de fatias inteiras do corpo social, que caracterizam na mesma época os regimes hitlerista e stalinista. Totalitário por seu projeto de criação do "novo homem" e fascistização da sociedade civil, em um ponto essencial o fascismo italiano não responderá jamais à definição de totalitarismo de Hannah Arendt e colegas: não tentará desmantelar o que subsiste de estado de direito e não criará um verdadeiro estado policial.

Quanto a Mussolini, mesmo que se mostre inexorável ao executar os adversários que quiseram atentar contra sua vida, ele nada tem de tirano sanguinário. Mais o tempo passa, mais o regime tende a se radicalizar, mais o fosso que separa nesse ponto o Duce de Hitler, de Stalin ou até de Franco tende a se aprofundar e as intervenções do chefe do governo no domínio judiciário, com o intuito de remir penas ou conceder indultos, tornam-se mais numerosas. Apenas em 1938, mais de 500 condenados à reclusão ou ao confinamento foram assim libertados.

Na falta de um sistema de terror generalizado e exterminador, a ditadura mussoliniana conta, para moldar os espíritos e obter uma adesão ao menos formal das populações, com um aparelho de controle e propaganda que outros regimes imitarão e aperfeiçoarão, mas que foi a primeira a utilizar de maneira massiva e com relativa eficácia. Não é meu propósito descrever suas engrenagens. Gostaria somente de relembrar seus traços principais e, especialmente, na perspectiva biográfica que é o objeto deste livro, examinar o papel do Duce na instauração e utilização dessa ferramenta, entendendo que entra na problemática dessa questão tudo que foi dito a respeito do culto do herói e da política da imagem orientada sobre ele.

Foi no coração do dispositivo governamental que se organizou, em torno da secretaria de imprensa (Ufficio Stampa) do primeiro-ministro – portanto, sob domínio direto do Duce – o controle da informação. Atrás do homem político e de estado, restará sempre em Mussolini alguma coisa do jornalista de talento que foi durante mais de dez anos antes de ascender ao poder. Feito chefe do governo, ele passará boa parte de seu tempo a folhear e ler a imprensa nacional (até mesmo os boletins paroquiais) e internacional, a redigir artigos, demonstrar suas reações aos diretores dos jornais e ter com eles reuniões frequentes. Ele manteve o comando de seu caro *Popolo d'Italia*, ao qual é ligado por uma linha telefônica direta para comunicar suas diretivas. Logo, é como homem de imprensa perfeitamente treinado em todas as práticas do ofício que aborda, depois de sua instalação no Palazzo Chigi, o problema do status da informação no regime fascista, e é a seu gabinete de imprensa, constituído alguns meses após a Marcha sobre Roma, que é confiada a tarefa de observar e trabalhar a opinião pública.

A nomeação de Ciano, em 1939, para a direção do Ufficio Stampa e a transformação desse organismo em subsecretariado (1934) e depois em ministério da Imprensa e Propaganda indicam ao mesmo tempo a importância crescente que o controle da informação adquire junto ao poder e a preocupação de Mussolini em ver o lugar ocupado por alguém próximo durante a criação dos instrumentos que pretendem arregimentar os espíritos.

A partir de 1925-1926, as medidas adotadas contra a imprensa livre levaram à supressão de todos os órgãos de oposição e à sujeição de todos os grandes quotidianos nacionais – *La Stampa*, *Corriere della Sera*, *Giornale d'Italia* etc. – agora com direções e redações fascistas. Os jornalistas foram organizados num sindicato nacional fascista cujo secretário é Ermanno Amicucci. Ninguém é admitido nesse organismo sem ser titular da *tessera*, a carteira do PNF, e sem se mostrar partidário zeloso da ortodoxia fascista. Todos os diretores e redatores-chefes dos diários políticos são escolhidos nas fileiras do sindicato. Assiste-se, portanto, a uma verdadeira fascistização do pessoal de imprensa, considerado mobilizado a serviço do estado fascista e de seu projeto político, de acordo com os preceitos enunciados por Mussolini no discurso de 10 de outubro de 1928 diante de uma assembleia de editores de jornais:

> O jornalismo, mais que uma profissão, torna-se uma missão ao mesmo tempo importante e delicada, uma vez que, na época contemporânea, após a escola, que instrui as gerações vindouras, é o jornalismo que circula entre as massas e aí desenvolve sua obra de informação e formação.

Para dotar a imprensa italiana de profissionais preparados para essa missão, o regime cria numerosas escolas e cadeiras universitárias de jornalismo nas quais eram ensinadas – como em Perugia, onde doutrinavam Paolo Orano e Silvio Longhi – técnicas de comunicação e os fundamentos ideológicos do discurso de imprensa tal como os concebiam os dirigentes fascistas e o "guia supremo" da nação.

Assim, a imprensa se torna rapidamente um instrumento privilegiado de moldagem das consciências a serviço da empreitada fascista de integração das massas à vida nacional e de difusão do mito mussoliniano. Para tanto, o Ufficio Stampa, depois o ministério de Imprensa e Propaganda – que em 1937 se torna, sob a direção de Dino Alfieri, ministério da Cultura Popular – forneciam diariamente à imprensa as diretivas de ordem geral destinadas a filtrar as informações, selecionar as que glorificavam o regime e evitar a publicação de notícias "alarmantes," suscetíveis de prejudicar o moral da população. Isso ia da interdição de evocar o problema da cobertura metálica da moeda, em julho de 1935, à de publicar a fotografia do campeão do mundo de pesos-pesados Primo Carnera, nocauteado por um boxeador americano. Tudo que se relacionava à vida pública ou privada do Duce – relatórios de viagens e visitas, alusões à família e à saúde, relações com o soberano e com os hierarcas – era objeto de instruções estritas, o mesmo valendo para as fotografias nas quais figurava "o homem da Providência."

A dominação do regime sobre a imprensa não pretendia somente impedir toda forma de contestação, educar as massas apresentando-lhes uma visão magnificada das realizações do fascismo e contribuir para a moldagem do mito mussoliniano. Tratava-se igualmente de "distrair" os italianos de sua sorte cotidiana, convencê-los da aptidão de seus dirigentes em lhes dar ao mesmo tempo "pão e circo." Essa função lúdica era

classicamente assumida por uma gama de jornais e revistas destinados a todos os públicos – mulheres, jovens, *tifosi* do esporte-espetáculo – e pelos dois grandes meios culturais de massa dos quais a Itália fascista foi a primeira a testar o poder de mobilização: o rádio e o cinema.

Transformado em monopólio estatal por uma lei de 1927, mas gerido por uma sociedade de estatuto privado, EIAR – Ente Italiano Audizioni Radiofoniche – o rádio ilustra bem essa dupla preocupação do poder, uma vez que foi ao mesmo tempo o veículo de uma subcultura de vocação essencialmente recreativa – o esquete e as canções etas ocupavam lugar considerável – e de uma propaganda global orquestrada com palavras de ordem circunstanciais: "batalha do grão," campanha natalícia, "luta contra o desperdício," justificação da política colonial e estrangeira do fascismo etc. Deve-se notar, todavia, que essa "melhoria" dos espíritos por intermédio das ondas radiofônicas foi durante muito tempo confiada a especialistas do jornalismo falado. Os pesos-pesados do partido demoraram para se aclimatar ao novo instrumento de comunicação. O secretário-geral do Partido Nacional Fascista, Augusto Turati, e o grande inválido de guerra Carlo Delcroix estiveram entre os primeiros a arriscar, e Mussolini se aventura muito prudentemente em uma experiência que, para ele, começou mal. Em seu primeiro discurso radiotransmitido com a ajuda do procedimento instaurado por Marconi em novembro de 1925, dificuldades técnicas tornaram suas palavras quase ininteligíveis e foi necessário interromper a emissão por medo do ridículo. Depois, os portentosos discursos pronunciados na piazza Venezia ou alhures foram regularmente retransmitidos e difundidos por alto-falantes em todas as cidades da península.

Até a guerra da Etiópia, o número de domicílios com receptores permanece relativamente modesto. Contavam-se apenas 500 mil assinantes da EIAR em 1935, 800 mil em 1938 e 1,2 milhão no fim de 1939. Nessas condições, a organização da escuta coletiva era uma necessidade ainda maior porque permitia, em cada lugar de recepção, uma mobilização das massas que reproduzia a atmosfera excitante das grandes missas do regime. Em contrapartida, se soube rapidamente aproveitar a possibilidade de expandir a audiência de suas arengas, Mussolini se arriscou apenas duas ou três vezes a pronunciar alocuções especificamente destinadas ao rádio. De fato, ele não tardou a compreender que o bate-papo familiar, sem contato direto com a multidão – gênero no qual Roosevelt era excelente – não era seu forte.

O cinema

Em relação ao outro grande vetor de uma cultura de massa que ainda não dispunha da telinha, a história reteve a fórmula atribuída ao Duce: *la cinematografia è l'arma più forte* ("o cinema é a arma mais forte"), que resume a importância dada pelo regime à sétima arte como instrumento de propaganda e condicionamento dos espíritos. Em relação ao interesse pessoal de Mussolini pelo cinema, as opiniões divergem amplamente. Para Quinto Navarra, seu administrador do palácio, o Duce se interessaria por todos os aspectos da produção cinematográfica, e não apenas pelos *cinegiornali* Luce, que vigiava – assim como fazia com as fotografias publicadas pela imprensa – para que sua imagem fosse conforme ao modelo desejado.

> O cinema era a arte da qual Mussolini se ocupava com mais vontade. (...) Em villa Torlonia havia duas salas de projeção: uma na casa do Duce e uma nos locais que abrigavam os escritórios do Instituto do Cinema Internacional Educativo. Era nessa última que Mussolini tinha o hábito de ver vários filmes, que eram em seguida projetados nas salas públicas. (...) Por meio dessas projeções, e através dos frequentes contatos com Freddi, Forzano e outros diretores, o interesse de Mussolini pelo cinema aumentou mais e mais. Ele se interessava frequentemente pela vida da Cinecittà, recebeu atores de cinema, desejava ter informações sobre a atividade do Centro Experimental de Cinematografia, do qual quis inaugurar os novos endereços. (...)
>
> Esse constante interesse pelo cinema encontrou seu ponto culminante em sua ideia de "lançar" como estrela a irmã de Claretta Petacci. Como se sabe, foi ele quem encontrou seu nome artístico: Miria di San Servolo.

Essa imagem de um Duce cinéfilo não é confirmada por seu filho mais velho, ele mesmo desde a adolescência autêntico apaixonado pela tela e futuro profissional da sétima arte (como produtor, cenarista e crítico de cinema). Indagado por Jean Gili em 1979 sobre a finalidade da sala de projeção de villa Torlonia, Vittorio Mussolini explicou que seu objetivo era essencialmente a diversão. Mas, acrescenta,

> se meu pai via quinze minutos do filme, era muito, depois ia deitar. (...) O cinema era uma coisa que ele não alcançava. Evidentemente, era um homem que não tinha nascido com o cinema, tinha outros interesses, os livros, o teatro, o jornalismo, sua formação era outra. (...) No início dos anos 1940, meu pai não tinha mudado seus hábitos: via um pedaço do filme e parava. Acho que ele nunca viu um filme inteiro. Contrariamente ao que dizem, ele não era muito interessado por cinema, acho que não gostava muito.

Em quem acreditar? Que Mussolini deixasse frequentemente a sala de projeção de villa Torlonia ou que tenha, como afirmam outros testemunhos, dormido durante a sessão não demonstra necessariamente pouco interesse pela arte cinematográfica, mas sim o estado de esgotamento no qual se encontrava ao fim de longas jornadas de trabalho. Menos categórico quanto às motivações do Duce, o livro de memórias que Luigi Freddi escreveu após sua experiência como diretor-geral do cinema italiano de 1932 a 1939 mostra mais um Mussolini "bom público" que, duas vezes por semana, tomava seu lugar em uma das duas salas de projeção de sua residência romana para ver trechos de cinejornais e longas-metragens. A terça-feira de noite era consagrada aos documentários e aos *cinegiornali* Luce; as sextas à projeção de filmes de ficção que ele encomendara ou que Freddi lhe pedira para assistir, fosse para mantê-lo a par da evolução do cinema italiano, fosse para obter um último visto antes da exibição pública.

O julgamento soberano e inapelável do Duce constituía apenas o último estágio de um complicado sistema de censura organizado desde o início do regime pelo decreto-lei de 23 de setembro de 1923 e complementado ulteriormente por diversos textos que reforçavam o controle e limitavam o recrutamento de censores aos funcionários dos ministérios interessados (Interior, Corporações, Educação Nacional, Colônias, Imprensa e Propaganda) e aos representantes de organizações estreitamente ligadas ao

regime (PNF e GUF). Tudo isso para chegar a uma cerrada vigilância exercida por comissões que, até 1934, dependiam do ministério do Interior e, mais tarde, do Minculpop. Mas elas tiveram poucas ocasiões de exercer sua ação repressiva – no máximo alguns cortes e diálogos modificados – pois o controle essencial se efetuava no nível dos cenários e mais ainda no da autocensura, com os cineastas italianos se abstendo, quando mais não fosse por razões financeiras, de filmar longas-metragens que contrariassem minimamente as diretivas gerais do regime.

É bastante significativo que, de 1923, data de instauração do sistema censório, a 1939, um único filme italiano tenha sido interditado, e tratava-se de um filme cuja intenção era exaltar as virtudes redentoras do fascismo. *Ragazzo*, dirigido por Ivo Perilli – com cenário do chefe da Federação Fascista Romana Nino d'Aroma – contava, um pouco à maneira como Nicholas Ekk evocava em *Os caminhos da vida* o itinerário de jovens delinquentes reenviados ao bom caminho pelas organizações bolcheviques, a história edificante de um filho de operário, órfão de pai, recuperado pela juventude fascista após flertar durante algum tempo com a delinquência menor. O assunto não ensombrecia a glória do regime, muito ao contrário, mas, para realizar seu filme, Perilli tivera de filmar cenas "realistas" nos bairros populares de Roma onde proliferavam ainda a pobreza, o desemprego e a *mala vita*. Donde, em 1933, a hesitação da comissão de censura em dar seu visto e o recurso à arbitragem do Duce. Sua reação foi imediata: "Essas coisas," declara ele no segundo ano da era fascista, "não existem mais!" E *Ragazzo* foi vetado.

Não eram sempre considerações políticas que determinavam o veredicto do ditador. A maior parte dos testemunhos está de acordo em mostrar que as preferências do Duce em matéria de ficção cinematográfica eram as comédias. Os cinejornais da Luce o entediavam, como faziam com a imensa maioria do público italiano (saía-se frequentemente da sala, no meio da projeção, para fumar), o mesmo se passando com as obras de ficção cuja mensagem política era exposta com um peso que ele julgava contraproducente. Em contrapartida, a acreditar-se em Freddi, "ele se abandonava completamente a certos filmes cômicos, diante dos quais se tornava uma fração do grande público." É sem dúvida a razão que o leva a autorizar a projeção de *Tempos modernos*, de Chaplin, ao qual a comissão de censura hesitara longamente em dar seu aval.

Scarface, de Howard Hawks, não teve a mesma sorte. A censura reprovava o fato de o diretor ter representado na tela gângsteres de origem italiana, e Mussolini confirma seu julgamento proibindo a difusão do filme. Além disso, ele detestava o gênero, assim como filmes que tinham "cenas muito íntimas" ou, a partir de 1935, os que poderiam difundir no corpo social a ideia de uma possível "confusão de raças."

Seu comportamento de espectador-censor difere pouco, portanto, daquele do público pequeno-burguês, com quem partilha os preconceitos morais e raciais e o gosto pelo cinema de evasão. É esse tipo de filme que constitui o essencial da produção cinematográfica italiana no curso dos dez anos que precedem a guerra, e isso a despeito da forte dominação do estado sobre o meio, que começou a se manifestar sobre o cinema de ficção em 1934, com a criação, no seio do novo subsecretariado de Imprensa e Propaganda, de uma direção-geral para o cinema confiada a Luigi Freddi, ex-futurista feito redator do *Popolo d'Italia* e depois diretor do serviço de propaganda do partido. Sob o impulso de Freddi foi criado um setor estatal que está longe de abarcar a totalidade da indústria do filme, mas permite ao governo fascista intervir nos diversos níveis do

processo de produção e distribuição e exercer sobre ele uma influência não desprezível que se manifesta especialmente na fundação do Centro Experimental de Cinematografia, na instauração do Departamento Nacional para as Indústrias Cinematográficas (Enic) – filial do IRI – e na construção, financiada pelo poder público, dos estúdios de Cinecittà.

Essa progressiva captação da indústria cinematográfica pelo estado fascista – reforçada pelo dispositivo de ajudas e adiantamentos de receita que, em princípio, beneficiava as obras condizentes com os objetivos do regime – deveria ter facilitado a dominação ideológica do fascismo sobre o cinema de ficção. Ora, não foi assim. Sob a pressão da poderosa Federação das Indústrias do Espetáculo, viu-se, ao contrário, o ministro da Cultura Popular, Dino Alfieri, tomar o contrapé dos projetos ultradirigistas de Luigi Freddi e orientar o debate em um sentido que desemboca na lei de 16 de junho de 1938, a qual põe fim ao sistema de adiantamentos seletivos e estabelece um dispositivo de cotas calculado exclusivamente sobre as receitas do filme. Essa evolução consagra o triunfo dos industriais do cinema sobre o pequeno clã de tecnocratas partidários de uma cinematografia de estado.

Nesse debate, a posição de Mussolini caminhou na direção desejada pelos profissionais. A princípio porque se tratava da sobrevivência de uma indústria duramente abalada pela crise e que sofria diretamente os efeitos da concorrência estrangeira. No início dos anos 1930, a produção nacional representava a minoria dos filmes distribuídos na Península, o resto sendo quase que inteiramente constituído por produções americanas. Querendo impor ao público italiano – que adorava as comédias hollywoodianas e as superproduções de aventura – um cinema "fascista," essencialmente político e didático, arriscava-se ver minguar a produção nacional em benefício de uma produção estrangeira de sete a dez vezes mais abundante. O Duce julgava mais hábil, na expectativa de eliminação da concorrência estrangeira (ocorrida em 1939), deixar rédeas soltas aos interesses privados, tendo como contrapartida a certeza de uma produção asséptica que fornecia aos espectadores italianos uma imagem asseguradora e idealizada de seu país, sem deixar de satisfazer seu gosto pelos "telefones brancos" inspirados nos modelos americanos.

O conteúdo ideológico do cinema de ficção reflete exatamente essa escolha estratégica de Mussolini, cujo objetivo era oferecer aos italianos satisfações lúdicas, ao mesmo tempo em que lhes endereçava uma mensagem política suficientemente discreta para que o produto não fosse percebido pelo público como puro e simples instrumento de propaganda. Em uma produção nacional que não para de crescer a partir de 1937 (ela praticamente triplicará em três anos), a parte do cinema explicitamente política não ultrapassa 4% e concerne apenas cerca de trinta filmes durante todo o período fascista. Além disso, certos filmes repertoriados nessa categoria (*O esquadrão branco* de Genina, *L'Uomo della legione* de Marcellini etc.) se ligam mais à ideologia nacionalista ou colonialista "clássica" que aos ideais específicos do regime. Este, excluídos os afrescos históricos destinados a exaltar as grandes horas do passado nacional – como *Cipião, o Africano* ou *Giuseppe Verdi*, de Carmine Gallone – surgia somente em dez ou quinze filmes, entre os quais é preciso citar *Camicia nera* de Giovacchino Forzano, *Vecchia guardia* de Alessandro Blasetti, *Condottieri* do filonazi Luis Trenker ou *O cerco de Alcazar* de Augusto Genina.

Deve-se concluir que, no momento em que Mussolini e Starace se dedicam a promover o que De Felice chamou de "revolução cultural do fascismo," a qual se traduz

por um reforço da adequação e do doutrinamento do povo italiano, a mensagem ideológica difundida pelo cinema de ficção é, em 95% dos casos ou mais, uma mensagem "apolítica"? Certamente não. O regime, que tem muitas outras armas a sua disposição, inclusive no campo cinematográfico, com os *cinegiornali* e as montagens de propaganda do Instituto Luce, mostra-se muito satisfeito com uma produção que responde amplamente às aspirações da clientela pequeno-burguesa e concorre, como consequência, para a construção do consenso. Encontra-se, é certo, pouco heroísmo no cinema italiano dos anos 1930; poucas referências ao "novo homem" com o qual sonha Mussolini, a não ser em algumas produções fora de série, caras e nem sempre rentáveis. Mas tampouco se encontra crítica direta ou disfarçada ao regime. Quando isso acontece, é quase sempre fortuitamente (cf. o *Ragazzo* de Perilli) e, nesse caso, os organismos de vigilância estão lá para proibir o filme ou realizar os cortes necessários. O fato é raríssimo. Muitos interesses financeiros estão em jogo para que a autocensura não baste para apagar tudo que poderia desagradar aos funcionários do Minculpop e ao censor supremo de villa Torlonia.

Dessas diversas pressões, e da vontade claramente expressa por Mussolini, saiu um cinema conformista, representativo das ideias e dos comportamentos sociais de uma pequena burguesia que permanece muito ligada aos valores tradicionais. A família, o trabalho, o respeito às hierarquias sociais (com um eventual toque crítico à alta sociedade), uma moral sexual rigorosa e a recusa da desordem em todas as suas formas são seus ingredientes principais. Tudo isso se inscrevendo em um universo irreal, sem problemas, de onde são banidas todas as "taras" das sociedades "decadentes" e no qual reinam o otimismo e a harmonia entre as classes. Mais próximo do modelo hollywoodiano que do cinema názi, esse é o cinema que agrada ao mestre da Itália fascista – primeiro porque responde as suas próprias expectativas, depois porque Mussolini vê nele um instrumento capaz de concorrer ativamente para a manutenção da ordem e da coesão social.

A adesão dos intelectuais

A adesão do mundo cultural ao regime era uma questão particularmente importante para Mussolini. Viu-se que, com esse objetivo, o Duce e sua equipe multiplicaram as estruturas que se dispunham a controlar intelectuais e artistas: um Instituto Nacional Fascista da Cultura, uma confederação agrupando os representantes do mundo das artes e das letras, um Conselho Nacional de Pesquisa presidido por Marconi e depois pelo marechal Badoglio e, enfim, para coroar a obra, a Academia Italiana.

Em 1929 foi finalizado o projeto, concebido três anos antes, de constituir, sob a direção do estado, um organismo prestigioso consagrado à coordenação das atividades científicas e artísticas do país e à "preservação da cultura nacional." Em seu discurso de inauguração, Mussolini declarou que, "para fazer academias, e principalmente uma digna de Roma, da Itália e do fascismo, era preciso tempo: um longo período de preparação espiritual, política, administrativa." Na realidade, a instauração da Academia Italiana fora retardada por diversas circunstâncias, em particular pela recusa de Benedetto Croce em se associar à empreitada. A nova instituição abre suas portas a sessenta personalidades do mundo científico, artístico e literário: trinta que Mussolini escolhera entre os intelectuais

favoráveis ao regime e trinta designados por cooptação. O objetivo era facilmente perceptível: tratava-se não somente de recompensar os altos méritos culturais, mas também, e essencialmente, de neutralizar certo número de personalidades até então mornas em relação ao regime. A Academia Italiana conta entre seus membros com o dramaturgo Pirandello, o pai do futurismo F.T. Marinetti, os físicos Marconi e Fermi, o músico Mascagni (autor da ópera *Cavalleria Rusticana*), os arquitetos Brasini e Piacentini, o filósofo Giovanni Gentile, os escritores Antonio Beltramelli e Alfredo Panzini etc. Tinha por secretário-geral Gioacchino Volpe, o melhor dos historiadores fascistas, e por presidentes sucessivos Tittoni, Marconi, d'Annunzio e Federzoni. Muito mais que o das academias "clássicas" (a mais prestigiosa sendo a Accademia dei Lincei), o areópago de intelectuais devotados ao regime e amplamente remunerados por ele – em dinheiro (o provento de um acadêmico se elevava a 3 mil liras por mês), em honrarias e vantagens de todos os tipos – que constituía a Academia Italiana podia apenas reforçar sua ação – distribuição de prêmios; títulos e condecorações; depuração da língua, que Mussolini e Starace julgavam contaminada pelo vírus dos vocábulos estrangeiros; participação em todas as cerimônias e paradas do regime – o conformismo da *intelligentsia* fascista e a esclerose da cultura oficial. Em função do prestígio de seus membros, contudo, fascistas convictos como Pirandello ou simples *fiancheggiatori* (companheiros de jornada), tão prontos quanto os primeiros a manobrar a hipérbole, esse areópago contribuía para a difusão, entre o público cultivado, da imagem de um Duce "renovador da cultura nacional."

Uma das primeiras manifestações da adesão de uma parte da *intelligentsia* à causa fascista e à pessoa de Mussolini foi, em seguida a um colóquio ocorrido em Bologna em 1925 por iniciativa de Giovanni Gentile, a publicação do Manifesto endereçado "aos intelectuais de todas as nações," destinado a justificar, aos olhos da opinião internacional, as medidas de exceção de Mussolini depois do discurso de 3 de janeiro. Entre os signatários encontravam-se os nomes de Luigi Barzini, Francesco Coppola, Antonio Beltramelli, Enrico Corradini, Carlo Foà, Enrico Prampolini, Ugo Spirito, F.T. Marinetti, Curzio Malaparte, Mario Carli, Sergio Panunzio, Paolo Orano, Ugo Ojetti e muitos outros, entre os quais Luigi Pirandello, que, ausente da reunião de Bologna, pedira para ser associado ao documento.

Dias depois, saiu em *Il Mondo* a "resposta de escritores, professores e publicitários italianos ao Manifesto dos Intelectuais Fascistas," redigida por Benedetto Croce e assinada por homens como Giovanni Amendola, Luigi Albertini, Gaetano Salvemini, Luigi Salvarotelli, Arturo Carlo Jemolo, Gaetano Mosca, Luigi Einaudi e Arturo Labriola, para citar apenas os mais ilustres. Mais moral que político, esse contramanifesto se indignava principalmente de ver literatos e sábios se afastarem de sua missão, "elevar todos os homens e todos os partidos ao mais alto nível espiritual," e convidava os intelectuais a agirem como árbitros morais, defenderem a liberdade de expressão, condenarem todas as formas de violência e permanecerem em seus lugares, em suas mesas de trabalho, e não na arena do combate político.

Ainda que conservadora e mais preocupada com o status do intelectual na sociedade que com questões doutrinárias, a resposta de Croce traduzia um corte profundo na atitude da classe dirigente ante o fascismo e seu chefe; ou antes estabelecia uma clivagem provisória entre partidários e adversários da ditadura, já que, entre os signatários do contramanifesto, alguns se uniriam em seguida ao campo de incensadores do Duce.

Paralelamente, marcava uma ruptura inapelável entre as duas mais eminentes figuras da filosofia política italiana, Croce e Gentile: o primeiro relançado em direção à oposição legal e em breve submetido a todo tipo de incômodo (seu apartamento foi pilhado pelos esquadristas em 1926), o segundo elevado às nuvens pelo Duce e associado à redação do texto fundador da ideologia fascista.

A adesão de Giovanni Gentile ao fascismo fora para Mussolini um acréscimo considerável, do qual pretendia se servir para integrar a sua causa uma larga fração da *intelligentsia*. Efetivamente, o autor da *Teoria generale dello spirito come atto puro* não era um qualquer no mundo do pensamento. Nascido em 1875, ex-aluno da prestigiosa Escola Normal de Pisa, desde 1903 ensinara filosofia nas universidades de Nápoles, Palermo e Roma. Pelo viés da obra de Spaventa e de seu mestre Croce, sofrera intensamente a influência do idealismo hegeliano, opondo-se às doutrinas positivistas que reinavam no fim do século XIX em toda uma parte da *intelligentsia* europeia e colaborando em *Critica*, revista fundada no início do século pelo filósofo de Abruzzo. Em 1910-1911, Gentile começara a elaborar sua doutrina do atualismo, orientada sobre a ideia de que o "estado ético" devia permitir que o indivíduo se desparticularizasse e acedesse ao universal.

Engajado na ação militante após a guerra, partidário da instauração de um estado forte, capaz de superar a crise, prosseguir a obra de renovação nacional começada pelos combatentes e promover uma reforma fundamental do sistema educacional, Gentile não tardara a se aproximar do fascismo. Preocupado em aproveitar a influência da filosofia entre os intelectuais liberais e no conjunto do mundo universitário, Mussolini decidiu, logo em seguida à conquista do poder, fazer dele seu primeiro ministro da Instrução Pública, com a missão de realizar uma reforma total da instituição escolar, que sofrera apenas retoques depois da lei Casati, de 1859.

A reforma que Gentile fez adotar em 1923 se inspirava nos projetos que Croce não tivera tempo de concluir quando ocupara as mesmas funções no gabinete Giolitti, e o filósofo liberal aprovou as disposições daquele que, nessa data, ainda podia se dizer seu discípulo e amigo. A reforma conduzida por Gentile – que durante a elaboração do projeto se cercara de colaboradores não pertencentes ao PNF, como Giuseppe Lombardo Radice e Alessandro Casati, respectivamente diretor-geral da Instrução Primária e vice-presidente do Conselho Superior de Instrução Pública – era, em seu espírito, fundamentalmente conservadora. Reforçava as disciplinas tradicionais e as tendências seletivas e elitistas da escola italiana e anunciava uma sociedade hierarquizada e espiritualista, já distante das palavras de ordem contestatórias do primeiro fascismo. Isso não impediu Mussolini – que, no entanto, sofrera na juventude a verdadeira segregação existente entre os diplomados passados pela peneira do liceu ou da universidade e aqueles que, como ele, tiveram de se contentar com um curso "primário superior" – de proclamar que Gentile dera nascimento à "mais fascista das reformas" e defender seu ministro contra as críticas que não tardaram a se manifestar no seio do partido fascista.

O caso Matteotti poderia ter encerrado a carreira político-intelectual de Gentile definitivamente. Na verdade, foi o assassinato do dirigente socialista que, em 14 de junho de 1924, fez o filósofo e três ministros moderados porem seus cargos à disposição do Duce, na esperança de que um remanejamento do gabinete permitisse favorecer a "conciliação nacional." Substituído primeiro por Alessandro Casati, próximo do ministro demissionário, depois por Pietro Fedele, ao contrário resolutamente hostil a sua

reforma, Gentile não pôde impedir que ela fosse, a golpes de decretos e "retoques," esvaziada pouco a pouco de sua substância. Ele não obstante efetuaria um restabelecimento espetacular após o discurso de 5 de janeiro de 1925, tomando abertamente partido do chefe do governo, denunciando a "estúpida lenda de uma pretensa incompatibilidade entre inteligência e fascismo" e levando em seu rastro alguns batalhões de intelectuais que tinham até então se mantido em prudente reserva.

O congresso de Bologna e o Manifesto dos Intelectuais Fascistas publicado em 21 de abril de 1925 se inscrevem nessa perspectiva. Se tiveram por efeito imediato separar Gentile e Croce, eles marcaram principalmente o início da fulgurante ascensão do primeiro, em breve coberto de honrarias e rendas e considerado o pensador oficial do regime. Mas foi principalmente como organizador e animador de instituições culturais estreitamente ligadas ao regime que Gentile desempenhou papel importante, de meados dos anos 1920 ao início do decênio seguinte. Sobre o plano estritamente doutrinário, ele não tardou a sofrer a influência, ou melhor, a concorrência, de outros teóricos do regime, menos prestigiosos, menos adulados por Mussolini, mas sem dúvida mais representativos do que se tornaria o fascismo, uma contrarrevolução conservadora: homens como Federzoni e Rocco, antigos nacionalistas ligados ao fascismo, com os quais se esforçaria para rivalizar em ardor vitalista, o que o conduziria a justificar os piores excessos do esquadrismo e, mais tarde, escrever páginas grotescas sobre a sobriedade do "estilo fascista." Até lá, contenta-se em afirmar que, desde que "o fascismo é ação," ele não tem necessidade de "definir sua doutrina e fixar seu sílabo."

Ainda assim, foi Gentile o escolhido por Mussolini quando julgou necessário dar ao fascismo uma definição teórica digna de ser transmitida à posteridade. Em 1925, foi criado o Instituto Giovanni Treccani, com o objetivo de publicar uma monumental enciclopédia na qual todos os notáveis italianos dos mundos da ciência e da cultura foram convidados a participar. Gentile foi encarregado de coordenar os trabalhos e reunir as colaborações, o que fez sem se preocupar demais com a ortodoxia fascista dos autores convidados. Entre estes, raros foram os que, como Croce e Lombardo Radice, declinaram a oferta do diretor do Instituto Nacional Fascista da Cultura. A maior parte aderiu à empreitada com um entusiasmo afetado que pode ser visto, por exemplo, na carta que Giulio Natali enviou a Gentile em abril de 1925: "É com orgulho," escreveu ele ao redator-chefe da *Enciclopedia Italiana*, "que colaborarei com a grande obra que, dirigida por você, mostrará dignamente ao mundo civilizado a solidez e a seriedade da cultura italiana."

Em 1932, a *Enciclopedia Treccani* publicou em seu tomo XIV, sob a assinatura de Mussolini, o artigo "Fascismo." O texto compreendia duas partes: uma parte filosófica redigida por Gentile na qual o Duce fizera algumas correções e uma parte política e social da qual o Duce era o autor. O texto foi publicado um pouco mais tarde, sob a forma de um livro intitulado *La dottrina del fascismo*, acompanhado de notas e de uma breve *História do movimento fascista* de Gioacchino Volpe. O essencial da religião laica fascista estava exposto em umas trinta páginas que, durante muito tempo, foram consideradas exemplo da retórica mais vazia, mas que, como mostrou Renzo De Felice, justamente, a meu ver, constituem de fato "a chave mais autêntica e certa para compreender o totalitarismo fascista e suas especificidades."

O fato de que o Duce tenha escolhido Giovanni Gentile para dar forma a sua concepção do estado e da sociedade – um estado "considerado vontade ética universal" no

qual o indivíduo é chamado a se fundir, um estado "criador da nação" e "criador do direito," cujo princípio, "inspiração diretriz da personalidade humana reunida em sociedade, penetrou na alma e habita no coração do homem de ação, assim como no do artista, do pensador ou do sábio"; uma sociedade estranha à luta de classes, fundada sobre "a desigualdade indelével, fecunda, benfazeja dos homens" – testemunha sua própria evolução ideológica, e também a do movimento criado por ele, no sentido do abandono das posições esquerdistas do primeiro fascismo e da adoção das teses da revolução conservadora.

No momento em que é publicada *La dottrina del fascismo*, Gentile já deixou de ocupar uma posição hegemônica na paisagem cultural fascista. Não se pode ainda falar de desgraça – esta virá um pouco mais tarde – mas o redator-chefe da *Enciclopedia Treccani*, em desacordo com Mussolini a respeito da política religiosa do regime, vê decrescer consideravelmente sua influência sobre o poder e a *intelligentsia* italiana. A última manifestação dessa influência foi sem dúvida a sugestão, feita a Mussolini e aceita por ele em 1931, de exigir dos professores universitários que prestassem juramento de fidelidade ao Rei e ao regime fascista. Dos 1.200 professores afetados, somente 13 recusaram e foram imediatamente aposentados ou suspensos com indenização. Essa capitulação quase geral constituía para o regime um imenso sucesso. Evidentemente, faltava muito para que todos os que juraram exercer sua profissão e cumprir seus deveres acadêmicos "tendo por objetivo formar cidadãos eficazes, probos, devotados à pátria e ao regime" fossem fascistas de coração e convicção. Uns o fizeram por indiferença política, outros por achar que a natureza de seu ensino tornava o juramento vazio de sentido, outros ainda por razões puramente materiais. Pouco importa. Mussolini não tinha ilusões quanto à sinceridade da conversão do mundo universitário ao fascismo. Mas vindo de um meio composto de cultura liberal, a amplitude do consenso, ainda que puramente formal, servia consideravelmente a seu projeto de homogeneização das elites.

Por trás dessa aparente uniformização da *intelligentsia*, era de fato uma grande diversidade que reinava no mundo da cultura no apogeu da era fascista. Ainda uma vez, não se nivela facilmente um povo que deu à Europa e ao mundo uma parte imensa de seu patrimônio intelectual e artístico. Mussolini tem consciência disso e não procura aplicar ao pé da letra a "melhoria integral" dos espíritos louvada por Starace ou Farinacci. É verdade que, em matéria de política cultural, suas escolhas são submetidas a ventos contrários que, ao sabor da conjuntura, podem levá-lo a vias muito diferentes. De um lado, a influência de Bottai e, sobretudo, de Margherita Sarfatti – que muito fez para polir suas facetas mais ásperas e pô-lo em contato com intelectuais e artistas não completamente alinhados ao modelo dominante – o leva na direção do pluralismo e da modernidade; do outro, os tenentes da intransigência doutrinária insistem, ao contrário, em promover uma cultura "autenticamente fascista."

O alinhamento ideológico do qual o antigo *Ras* de Cremona fez seu cavalo de batalha antes da guerra era ainda mais difícil de implementar porque, entre os intelectuais que gravitavam em torno do poder ou pretendiam inspirar suas escolhas políticas e culturais, o denominador comum do radicalismo verbal recobria opiniões e comportamentos diversos aos quais Mussolini se acomodava, desde que não questionassem as bases sobre as quais repousava o consenso, seja levando longe demais a errância ideológica, seja sacudindo o conformismo moral e as convicções religiosas da maioria dos italianos.

De todos os caciques da *intelligentsia* fascista, Marinetti era sem dúvida o menos afastado das opções anarquizantes do primeiro fascismo. Isso não impediu o papa do futurismo, "sansepolcrista," co-fundador do *Fasci* milanês em março de 1919 e durante algum tempo hostil a Mussolini (que em 1920 o chamara de "palhaço extravagante"), de entrar, em 1929, para a nova Academia Italiana e portar, como seus confrades, a veste clássica e o chapéu de plumas dos altos dignitários da cultura oficial, nem de, em seguida, dar seu apoio à obra de "melhoria cultural" empreendida por Starace e comparsas. Mas verbo e gesto se mantinham na tradição do Manifesto de 1909. Marinetti, que em outra época exigira que o pontificado fosse banido e enviado para Avignon, suportou bastante mal a aproximação com o Papado e, mais globalmente, o aburguesamento do regime e seu alinhamento com as posições do conservadorismo. Se Mussolini continuou a suportar suas exuberâncias, foi porque apreciava a fidelidade de Marinetti e também porque o comportamento do escritor futurista estava de acordo com o que esperava dos italianos, trate-se de seu engajamento voluntário para a campanha da Etiópia em 1936 (aos sessenta anos!) ou de suas diatribes contra a *pastaciunatta*, acusada de ser nociva aos habitantes da península por desenvolver "esse ceticismo tipicamente irônico e sentimental que, mui frequentemente, apaga seu entusiasmo" (*La cucina futurista*, 1932).

Entre os intelectuais italianos que se aproximaram do fascismo por admirar seu niilismo purificador e antiburguês figuram o futurista Ardengo Soffici e Curzio Malaparte. O primeiro permaneceu até o fim fiel ao espírito do primeiro fascismo, aceitando, à diferença de Marinetti e por raiva do establishment, a aliança com a Alemanha hitlerista, a política racista do regime e, finalmente, o retorno às bases do esquadrismo proclamado pelos dirigentes da República Social. Atitude de repugnância e desespero que faz pensar naquela de um Drieu La Rochelle. O segundo teve um percurso mais sinuoso. Em 1921, voltando da Polônia, onde era adido da legação militar italiana, ele hesitou muito entre duas vias: a do fascismo ativista, ao qual se juntará somente no ano seguinte, e a do internacionalismo e comunismo. Se escolheu seguir Mussolini, foi porque sua sede de heroísmo, seu niilismo revolucionário e sua vontade de viver um destino "nietzschiano," ao modo do d'Annunzio da empreitada fiumiana, inclinavam-no muito naturalmente a se aproximar do esquadrismo. Desde essa época, contudo, a revolução pregada por Malaparte não tinha muita coisa a ver com a desejada por socialistas, sindicalistas revolucionários e "fascistas de esquerda." Antiburguês, esse filho de imigrante alemão, engajado voluntário aos dezesseis anos para combater na França com os voluntários garibaldinos, depois promovido ao posto de oficial nas tropas alpinas, queria-se igualmente antiproletário.

> Eu estava certo – escreverá ele de Caporetto – de uma revolução nacional iminente na Itália, pelas vias guerreiras, ou seja, pela infantaria; em outros termos, uma revolução de camponeses. (...) Uma revolução antiproletária, antiburguesa (...) uma reconciliação entre o espírito rural e o heroísmo do sangue nobre, um retorno antipolítico da Vendeia, um novo espírito natural e terrestre da Contrarreforma.

Revolução contra a ordem burguesa, portanto, mas com o objetivo bem preciso de restaurar a ordem tradicional, sacudida pelo capitalismo e pelo industrialismo, e com um

pensamento eminentemente reacionário que se unia ao de dois outros escritores fascistas: Ardengo Soffici e Giovanni Papini, o antigo redator-chefe nacionalista da *Voce*, tornado devoto, depois convertido ao fascismo no início dos anos 1930 após sua eleição para a Academia Italiana. Os três colaboraram ativamente na revista que Mino Maccari começara a publicar em 1924 e cujo título, *Il Selvaggio*, mostrava bem sua recusa da sociedade industrial e de todos os modernismos ideológicos e culturais. O "selvagismo," definido por Maccari como a resistência da tradição, "essa grande amiga e protetora dos povos," aos malefícios da modernidade, "uma farsa manipulada pelos banqueiros judeus, pederastas, aproveitadores da guerra, gerentes de bordéis," representava para a revista apenas um ramo da cultura fascista, aquele que se unia à tradição popular, provinciana e fundamentalmente contrarrevolucionária do "*antirisorgimento*." Ele traduzia no campo cultural algumas das aspirações do esquadrismo rural e se opunha a outra grande tendência, o modernismo fascista, encarnado no movimento do *novecentismo*, representado notadamente pelo escritor Massimo Bontempelli e por numerosos pintores, entre os quais de Chirico, Sironi, Morandi e o ex-futurista Carrà.

Entre o retorno à ordem tradicional reclamado pelos "selvagens" e a aspiração a uma nova ordem anunciada pelo *novecentismo*, Mussolini hesitava a se pronunciar, desejoso de ao mesmo tempo preservar as virtudes morais do mundo rural (cf. o "discurso da Ascensão," de 1927, no qual fizera a apologia das populações prolíficas da Basilicata) e fazer de seu país uma grande potência industrial. Durante os anos em que Margherita Sarfatti exerceu plenamente seu magistério sobre a cultura italiana, ele se inclinou mais para o *novecentismo*. Nessa época (segunda metade dos anos 1920), frequentava assiduamente o salão da jornalista veneziana, onde eram recebidos os representantes das vanguardas artísticas e literárias. Aí podiam ser encontrados tanto Maccari e Malaparte quanto Bontempelli, mas o espírito do lugar pendia claramente em favor dos modernos. Convidado por sua companheira a inaugurar, em fevereiro de 1926, a primeira *Mostra del Novecento* (Exposição do Século XX), o Duce pronunciou uma longa alocução, sem dúvida redigida por Margherita, na qual manifestava destacado interesse pela nova escola:

> Perguntei-me se os eventos que cada um de vocês viveu – guerra e fascismo – deixaram traços nas obras aqui expostas. O vulgar diria que não, porque, salvo o quadro *A noi!*, de estilo futurista, não há nada que lembre ou – infelizmente! – fotografe os eventos passados ou reproduza as cenas das quais fomos, em graus diversos, espectadores ou protagonistas. Mas a marca dos acontecimentos está aqui. Basta saber encontrá-la. Essa pintura, essa escultura, é diferente daquela que a precedeu imediatamente na Itália. Tem sua marca, comparável a nenhuma outra. Vê-se que resulta de uma rigorosa disciplina interior. Vê-se que é produto não de um *métier* fácil ou mercenário, mas sim de um esforço assíduo, às vezes angustiado. (...) De fato, o que atinge nas obras aqui expostas são esses elementos característicos comuns: a decisão e a precisão do desenho, a pureza e a riqueza da cor, a solidez plástica das coisas e das figuras. (...) Creio que serão numerosos aqueles entre vocês que, percorrendo as salas, compreenderão meu julgamento e acharão que essa primeira exposição testemunha com certeza, e da melhor maneira, o futuro da arte italiana.

Talvez essa benevolência (de resto provisória) manifestada pelo Duce em relação à

corrente "vintista" tenha levado Malaparte, decepcionado com a evolução do regime, a se afastar do fascismo. Permanece o fato de que, em seguida a um conflito com Balbo, ele teve de deixar a direção de *La Stampa* e se exilar na França, onde publicou, golpe após golpe, *A técnica do golpe de estado* – que lhe valeu os elogios do chefe de polícia Jean Chiappe – e *O homem Lênin*, proibidos um e outro na Itália e na Alemanha. De volta à Península, Malaparte foi condenado a cinco anos de *confino* nas ilhas Lipari por "atividade antifascista no exterior," mas, tornando-se protegido de Ciano, purgou apenas parte de sua pena. Desde 1937, encontra-se à frente de uma revista literária, *Prospettive*, na qual manifesta pelo regime os sentimentos mais conformistas.

Conformista ou contestatório, ao sabor de suas mudanças de humor, Malaparte não era muito apreciado por Mussolini. Já em 1923, convocado ao Palazzo Chigi, ele tivera de esperar um longo momento até que o Duce se dignasse a levantar os olhos em direção a seu convidado – tremendo de impaciência e certo de ser promovido a um cargo importante – antes de criticá-lo violentamente por ter ousado dizer publicamente que o mestre da nova Itália usava gravatas horrorosas. Mais tarde, como o escritor adquirira estatura internacional, suas relações se estreitaram um pouco, sem contudo se tornarem calorosas. Em 1935, o senador Agnelli pediu a Mussolini que "acabasse com o escândalo" que desonrava seu nome e sua família. Sua nora Virginia, viúva do herdeiro do império Fiat, ao qual dera sete filhos, conhecera Malaparte em Forte dei Marmi e se tornara sua amante. Privada de seus direitos parentais, a jovem também apelara ao Duce, o qual terminara por lhe dar ganho de causa, com a condição de que parasse de ver seu amante. Promessa não mantida, é claro, mas que revela a forte pregnância de um conformismo moralista do qual o ditador pretendia assegurar a perenidade ao menos formal. Aproveitando-se dessa atividade de censor, Mussolini encontrara a oportunidade de manifestar sua pouca simpatia tanto pelo industrial de Turim quanto pelo ex-diretor de *La Stampa*.

Tratando-se de intelectuais saídos da corrente nacionalista, seu alinhamento ao fascismo se efetuou desde os primeiros anos do regime, quando lhes pareceu evidente que "o fascismo se tornara estado e o estado se tornara nacionalista." Deve-se notar, contudo, que a adesão dos antigos mestres pensadores do nacionalismo de antes da guerra não foi tão imediata, tão entusiástica nem tão completa quanto a dos "políticos" do movimento, Federzoni, Rocco etc. Salvo talvez da parte de Corradini, que, na radicalização do regime em janeiro de 1925, publicou em *Gerarchia* um artigo que saudava no fascismo "a revolução evoluindo no interior da ordem estabelecida." Para Prezzolini, as razões de apoiar Mussolini eram fundadas menos sobre o parentesco ideológico com o fascismo e mais sobre o fato de que ele soubera impor sua lei a seus adversários, que eram também os dos nacionalistas. Papini, longamente indiferente ao fascismo, absorto que estava em sua conversão ao cristianismo militante, mostrou-se o mais ardente defensor do regime ao compreender que a fraseologia socializante dos primeiros tempos fora apenas um meio utilizado por Mussolini para promover o estado aristocrático com o qual sonhava. "O fascismo," escreveu em 1941, "rasgou as roupas que nos caíam tão mal, queimou as máscaras que dissimulavam nossa verdadeira face, encontrou e restaurou os princípios sobre os quais estavam fundadas nossas antigas repúblicas aristocráticas e nossos principados: a autoridade do estado e a unidade de comando."

O caso de Gabriele d'Annunzio é completamente diferente. Incapaz de esquecer que

durante vários meses exercera em Fiume os poderes de soberano absoluto, mortificado por ter sido relegado por Mussolini a um papel político de segundo plano, o comandante aderiu ao regime apenas da boca para fora e se fechou, até sua morte em 1938, em um mutismo altaneiro, saindo de sua reserva apenas para condenar os assassinos de Matteotti ou aprovar as empreitadas africanas de Mussolini. No resto do tempo, a estátua do Comandante se animava apenas para os gestos rituais de um cotidiano desencantado: a escritura de uma obra que já dera o melhor de si, algumas viagens, a recepção de visitantes vindos entreter o mestre em sua propriedade barroca do Vittoriale, perto do lago de Garda – um presente real do regime no qual d'Annunzio esperava seus hóspedes na proa de um navio de guerra, definitivamente encalhado sobre a grama do parque, e os saudava com tiros de canhão. Quando Fiume foi anexada à Itália, em 1924, o Rei, a pedido do Duce, fez do *condottiero*-poeta príncipe de Montenevoso.

Mussolini nutria pelo antigo ditador de Fiume sentimentos variados. Admirava tanto quanto invejava o herói e o escritor coroado de louros, mas sobretudo desconfiava dele. Todos os feitos e gestos do Comandante lhe eram escrupulosamente relatados pelo vice-questor Rizzo, um funcionário de polícia "em missão em Gardone Riviera" que conseguira ganhar a confiança de d'Annunzio e ao qual nada escapava do que se passava no Vittoriale. Nem uma saída do escritor fora dos limites da propriedade, nem uma diligência inabitual efetuada por ele ou por um de seus próximos, nem um visitante que não fosse logo assinalado ao secretariado particular do Duce. A intensa correspondência que os dois trocaram durante quase vinte anos mostra, porém, a grande familiaridade de suas relações. Eles se tratam de "tu." Eles se chamam de "querido companheiro." Suas cartas – que podem ser muito longas – terminam inalteravelmente com um fraterno "*Ti abbraccio*." Aquelas que o Duce envia ao poeta-combatente são impregnadas de certa deferência e às vezes obedecem a um curioso mimetismo, com Mussolini abandonando o estilo lapidar que usa a maior parte do tempo em suas relações epistolares com os membros de seu entourage para se lançar em vibrantes efusões líricas, não esperadas de sua pena.

Seguro de seu "direito de ascendência" e do imenso prestígio conferido por sua glória literária e militar, d'Annunzio não usa precauções de estilo em sua correspondência com o Duce. Suas cartas podem ser amigáveis, afetuosas mesmo, cheias de uma admiração aparentemente sincera pela obra realizada por ele. Mas também podem exprimir sem subterfúgios recriminações diversas, com d'Annunzio se queixando de ser submetido a uma vigilância desagradável quando viaja pela península, de não ter sido escutado nessa ou naquela recomendação ou ser considerado sem importância por certos hierarcas. "Na Itália de hoje," escreveu em agosto de 1926, "é possível que o ministro Belluzzo fale de corporações em Fiume sem fazer alusão, mesmo longínqua, à minha admirável experiência!" O escritor não se interdita nenhum assunto em sua relação epistolar com o número um do regime. Em março de 1926, por exemplo, ele se inquietou com os projetos de renovação dos bairros de San Giovanni e San Lorenzo, em Florença, e anunciou que se oporia com todas as suas forças à "ignóbil afronta" de que estava ameaçada a capital da Toscana. Mussolini suportou serenamente a tempestade, o que não era de sua natureza, e depois enviou ao escritor um telegrama assegurador: "Fique tranquilo. A Florença do belo San Giovanni, que também adoro, não corre nenhum risco. Entre dizer e fazer, está minha vontade."

Ele se mete pouco nos assuntos do estado, e menos ainda na política externa fascista.

Isso dá ainda mais peso a sua intervenção quando escolhe romper sua reserva habitual. Foi assim que, no outono de 1933, quando o Duce parecia hesitar entre duas políticas – uma voltada para os democratas, outra para a Alemanha hitlerista – d'Annunzio enviou a seu "caro companheiro" este apelo solene em favor da irmã latina:

> Esse belo nome que sempre te dou é fatal. Ele é *necessário*. Em outros termos, *ele não pode ser abolido*, nem mesmo por ti. Tu conheces as origens do sentimento sincero que nos une. Não poderia ignorá-las. Lembra-te das palavras que escrevi antes de partir para Fiume, breves como a morte, em face da morte. Foi nesse instante, como diziam os romanos, que nosso pacto foi *atingido*. Esse é um pacto de mútua liberdade. A noite passada, por um desses presentes súbitos que nos são dados às vezes pela amizade, mas jamais pelo amor – Eros e Anteros – parece-me que o pacto assinado há quatorze anos foi novamente *atingido*. (...)
>
> Em tua última visita, eu me permiti fazer alusão a tua atitude em relação à França. Respondeste de maneira fugidia e ambígua. Como deves ser em tua mesa do Palazzo Chigi. Eu amo, com um amor intelectual, a França das canções épicas, de François Villon, de François Rabelais, do Marne, do Marrocos... Para testemunhar esse amor, escrevi quatro livros no melhor francês da França. No último, declaro que os dois maiores escritores franceses, pela arte, pela técnica, pelo vocabulário e pelo estilo, são Brunetto Latini e Gabriele d'Annunzio. Nesse livro, não hesitei em olhar de frente nossas discordâncias tradicionais. (...)
>
> Não sei se tu sabes o que respondi ao convite para participar de uma cerimônia comemorativa em honra de Gallieni, que foi meu amigo, no teatro da Ópera, em presença de autoridades civis e militares. Escrevi que a França insolente e rabugenta começara a nos conhecer e estimar apenas após a fraternidade da guerra e nossa assinatura da paz em Paris na qualidade de vencedores. Eis, meu caro companheiro, documentos que dão a medida de minha "lealdade" e minha grande alma. Ao diabo a modéstia, exclamaria um toscano, fosse pagão, devoto ou um grosseirão. Depois dessa noite, sei que as hesitações e incertezas desse dia de amizade dão lugar agora a tua clarividência, e que afastarás firmemente esse camponês Adolf Hitler, com sua abominável cara manchada de uma cal indelével e da cola onde ele mergulhava seu pincel, com aquela vara comprida tornada hoje o cetro desse esfregão feroz e cheio de tufos, na raiz de seu nariz "názi." Sinto muito que tu estejas sempre longe de mim e que eu deva escrever em minhas páginas de "escritor público" essas palavras veementes que escrevo como irmão. Enfim, tu me compreendes e eu te compreendo. Eis o que quero dizer, formulado com brevidade cesariana: "a França não deve se desarmar; foi por ela que aprendi de cor algumas linhas da *Canção de Roland*." A Itália não deve se desarmar, mas sim multiplicar seu arsenal, custe o que custar. Leva em consideração o estado real de nossa aviação e te precipita ao resgate com teu vigor habitual.

Muitos intelectuais, enfim, aderiram ao fascismo apenas por oportunismo. Foi o caso de Luigi Pirandello, malgrado todo o esforço posterior feito pelo autor de *Vestir os que estão*

nus para justificar ideológica ou esteticamente seu engajamento. Até a Marcha sobre Roma, o dramaturgo siciliano se preocupou muito pouco com política, manifestando apenas alguma simpatia pelas tendências anarquistas dos *Fasci* de trabalhadores sicilianos, no início dos anos 1890, como mais tarde pelos intervencionistas militares do "maio radioso" (à exceção de d'Annunzio, que detestava). Isso nada tinha de contraditório com o fascismo. Daí a escrever, como fez Pirandello em *L'Idea nazionale* para o primeiro aniversário da Marcha sobre Roma: "Sempre tive a maior admiração por Mussolini e acredito ser uma das raras pessoas capazes de compreender a beleza de sua criação contínua da realidade" e procurar correspondências entre sua própria criação e a do Duce havia uma distância que o dramaturgo não teve nenhum problema em percorrer. Como recompensa, pôde gozar da consideração amigável do Duce, tão lisonjeado quanto ele mesmo por seu prêmio Nobel de 1934 e pelo sucesso internacional de sua obra dramática, mais bem-acolhida, é verdade, no exterior que na Itália.

O compromisso com os católicos

Depois dos acordos de Latrão, as relações com o Papado e com a Igreja italiana conheceram uma breve calmaria, como se pode perceber na leitura da correspondência entre o número um do regime e o padre Pietro Tacchi Venturi, secretário-geral da Companhia de Jesus. Desde 1924, este, que tinha com o chefe do governo relações bastante cordiais, servira de intermediário entre Mussolini e a alta hierarquia do Vaticano. Desempenhara papel importante na negociação dos acordos de 1929 e foi quem continuou a manter o contato direto entre Mussolini e Pio XI.

Uma leitura rápida das relações entre a Igreja e o fascismo no início dos anos 1930 – a que geralmente é feita – pode levar a ver na crise que opõe os dois poderes o resultado exclusivo da intransigência e do totalitarismo mussolinianos, em relação especialmente ao enquadramento da juventude. Mas as coisas não são tão simples. À preocupação do regime com um controle sem falhas sobre o espaço público e de dirigir o rumo de cada um responde, da parte da Igreja, a de voltar a ocupar posições abandonadas depois da ocupação de Roma pelos piemonteses e disputar o magistério das consciências com o estado totalitário. Desde que se trate só de exibir o caráter de religião de estado do catolicismo italiano ou de exigir do poder que faça respeitar os princípios de uma ordem moral adequada aos ensinamentos da Igreja, o compromisso funcionará de maneira quase correta. Em contrapartida, as coisas se estragarão quando as exigências dos dois protagonistas começam a tratar de questões concernentes à política ou à formatação ideológica dos indivíduos.

Em janeiro de 1929, portanto em um momento no qual a Concordata ainda não fora assinada, Tacchi Venturi fala a Mussolini do "vivo desejo" do cardeal Gasparri "de oferecer à Nação o crucifixo que será instalado na Câmara dos deputados." Ao Duce, ou a seus colaboradores, cabe o cuidado de estabelecer as dimensões, "a fim de que estejam em harmonia com as proporções da sala de sessões parlamentares." O cardeal secretário de estado se encarregará de fazer executar o trabalho por "um valoroso escultor de madeira, apto a efetuar uma obra extremamente cuidadosa." Atrás desse gesto, apresentado de modo benevolente pelo dignitário da Companhia de Jesus, está de fato a

Igreja católica, que opera seu retorno simbólico ao seio do estado italiano. Mussolini aparentemente não se pronuncia, e tampouco reage às observações do Papado algumas semanas mais tarde, relacionadas à aplicação, na capital, da circular endereçada aos prefeitos que tinha por objetivo a "luta contra a imoralidade." Escreve Tacchi Venturi:

> Vossa Excelência, sem dúvida já sabe da plena satisfação do Vaticano quanto à última circular aos prefeitos a respeito da luta contra a imoralidade e pela defesa dos bons costumes, pelo artigo publicado no dia 2 deste mês em *L'Osservatore romano*. É meu dever esta manhã desempenhar a honorável tarefa que me foi confiada ontem à noite por Sua Eminência o secretário de estado, o qual me pediu para fazer conhecer à Vossa Excelência a alta aprovação e a profunda gratidão que um documento assim sábio e necessário suscitou em Sua Santidade e em seu primeiro-ministro. (...) Nessa ocasião, Sua Eminência me pediu para assinalar à Vossa Excelência uma gravíssima desordem que faz obstáculo à realização dos objetivos sagrados perseguidos pelo governo.
>
> Os autointitulados *tabarins*, que Vossa Excelência sabiamente suprimiu, passou-se que, expulsos pela porta, voltaram pela janela, como se diz comumente. Explico-me. Queixas ouvidas frequentemente por Sua Eminência (...) contam que, em numerosos cinemas de Roma, entre as duas partes da projeção, surgem sobre a cena jovens dançarinas tendo por única vestimenta aquela da mãe Eva antes do pecado, à exceção de estreita faixa sobre as partes, em uma incitação mais que completa às impuras solicitações da concupiscência. Ora, como disse Sua Eminência, se o escândalo dos *tabarins* merecia, como o fez justamente o Duce, ser eliminado, com mais razão ainda deve-se impedir sua sobrevivência nos cinemas. Os *tabarins*, de fato, eram frequentados apenas por pessoas já corruptas, ao passo que, quando a produção é séria, são as boas famílias cristãs, preocupadas com a moralidade de seus filhos e filhas – aos quais se pode bem conceder uma honesta evasão – que vão ao cinema.

Como se vê, Mussolini não esperou as representações do cardeal secretário de estado para realizar, na perspectiva da "Concordata" com a Santa Sé, uma "melhoria moral" da qual os cinemas romanos serão os últimos a pagar o preço. Além disso, as exigências pontificais não o chocam tanto justamente porque coincidem com suas próprias inclinações, as errâncias de sua vida pessoal não sendo exclusivas de certa afetação de recato que – viu-se a respeito de seus gostos cinematográficos – é apenas o reflexo de seu meio e de seu tempo.

Sem tempestades, portanto, a respeito das *strip-teasers* romanas, nem, mais geralmente, de qualquer coisa que se relacione a uma ordem moral da qual a Igreja posa agora como guardiã vigilante. Eis um domínio no qual *César* não reivindica controle exclusivo porque o compromisso com a outra Roma serve a seu próprio desenho de homogeneização do corpo social. Em contrapartida, Mussolini reage com vigor assim que constata a menor usurpação de suas prerrogativas governamentais ou pressente qualquer ameaça a seu projeto totalitário.

Ora, as demandas que Pio XI e o cardeal Gasparri endereçam ao Duce por intermédio de Tacchi Venturi não se relacionam somente à questão dos bons costumes. Menos de duas semanas depois do caso dos cinemas romanos, o padre jesuíta é

encarregado de conversar com o dirigente fascista sobre um problema completamente diferente. A hora é de preparação das eleições para a Câmara, segundo o novo procedimento eleitoral (400 nomes escolhidos pelo Gran Conselho em uma lista de mil apresentada pelas corporações e por diversos outros organismos públicos). O Santo Padre, explica Tacchi Venturi, "exprime o vivo desejo de que as próximas eleições políticas tenham um significado, poder-se-ia dizer, plebiscitário, significando ao mesmo tempo a aprovação e a adesão ao Duce e ao regime instaurado por ele e do qual é o pivô." Mas a satisfação de Pio XI é muito diminuída pela composição da lista que deve ser submetida ao Gran Conselho:

> Resulta – precisa o dignitário da Companhia de Jesus – de fontes completamente seguras, que, dos mil nomes que devem ser apresentados ao Gran Conselho para a escolha dos 400 deputados, mais ou menos três quartos são indivíduos que, por seu passado público ou privado, por sua conduta moral atual ou por ambas as razões, não podem, em toda confiança, ser julgados dignos de representar uma nação católica, a qual, em virtude da nova Concordata, assume (mais do que fazia no passado, com apenas o Estatuto Constitucional) o caráter de um estado confessional.
>
> Daí surgiu uma delicada questão de consciência. Os eleitores católicos poderão aportar seus sufrágios a uma lista de deputados, isto é, legisladores, composta em sua maioria de candidatos incapazes de realizar a alta função que lhes é confiada e de fazer respeitar os princípios recentemente estabelecidos nas relações entre a Igreja e o Estado? Certamente não; porque não é permitido a um católico cooperar no que quer que seja com o mal. Existe, ao contrário, o dever de tender para o bem usando todos os meios legítimos honestamente a seu alcance. Mais, portanto, que contribuir com seu voto para a ascensão ao poder legislativo de uma maioria de homens que, *sem a menor preocupação com a conversão sincera, mas por pura e simples mudança de rótulo*, provêm de antigos partidos resolutamente hostis à Igreja, o eleitorado católico preferirá, como lhe ordena sua consciência, abster-se, mudo e silencioso, de tomar parte no voto. (...)
>
> Todos esses perigos, ainda é tempo de remediá-los: isso depende apenas do querer do Duce. Ele tem pleno poder para estabelecer uma lista de 400 nomes formando uma maioria sólida de homens livres de toda ligação com a maçonaria, com o judaísmo e, em uma palavra, com todos os grupos anticlericais.

A esse preço – é a conclusão da carta endereçada a Mussolini por Tacchi Venturi – o Duce mostrará mais uma vez que é de fato, como afirmou enfaticamente Pio XI, "o homem da providência de Deus."

Segue-se uma lista de "alguns candidatos de princípios saudáveis e conduta moral rigorosa a inserir, se já não está feito, na lista do colégio único" – 27 nomes no total, que o Papado teve a habilidade de escolher entre os militantes fascistas, na maior parte ex-combatentes condecorados (alguns são mutilados de guerra), mas de sentimentos católicos ostensivos. Cada nome é seguido de um breve currículo e uma menção justificando a demanda pontifical. Citemos, a título de exemplo, Pietro Agosti, candidato

em San Remo, do qual é dito que "seu concorrente é um valdense pelo qual os católicos se recusam a ser representados," ou Domenico Antonelli, candidato em Frosinone, para o qual a memória apresentada por Tacchi Venturi precisa que "os católicos da Ciociaria ficariam aflitos" se, em seu lugar, o Gran Conselho designasse "o israelita Achille Colombo."

Diante dessa ofensiva malmascarada pelo discurso lenitivo do emissário do Papado, Mussolini não podia ficar sem reação. Uma coisa era deixar tomar as medidas do crucifixo destinado à sala parlamentar ou poupar a juventude do espetáculo da nudez feminina, outra era autorizar a Igreja a interferir no processo de designação dos representantes da nação. O Duce não teria desejado se engajar imediatamente em uma polêmica com o Vaticano que a ala intransigente do PNF, constituída, à imagem de Farinacci, Marinetti e Rossoni, de antigos sindicalistas revolucionários, republicanos ou futuristas de convicção anticlerical, o teria incitado vivamente a criar. Durante o debate sobre a ratificação dos acordos de Latrão pela Câmara, no entanto, ele pronunciou, em 13 de maio de 1929, um discurso que estava longe das propostas conciliadoras apresentadas após a assinatura do tratado.

Definindo a maneira como via o papel da Igreja no estado fascista, Mussolini afirmou primeiro que a religião cristã, saída de uma seita semelhante a todas as que abundavam no Oriente na época de Cristo, devia sua expansão pelo mundo, para dar nascimento à igreja católica, à existência do Império romano. Ele fazia assim da universalidade católica uma simples consequência da conquista romana e subordinava sem ambiguidades a coisa religiosa à coisa política. Sobre essas bases, fez um histórico do poder temporal dos pontífices, mostrando que, se este existira, era porque os estados o haviam tolerado. "Nós não ressuscitamos o poder temporal dos papas, nós o enterramos." Ele retomou igualmente diversos pontos da Concordata com o intuito de limitar seu alcance. Enfatizou, por exemplo, que o estado se recusara a introduzir o ensino religioso na Universidade em nome do direito do estado fascista de fixar as regras morais: "O estado," explicou mais uma vez, "é católico, mas é fascista antes de tudo, exclusivamente, essencialmente fascista."

Outro sinal dado à hierarquia da Igreja foi sua recusa formal em retirar de Campo dei Fiori o monumento comemorando o suplício do "herege Giordano Bruno." Uma requisição idêntica, relacionada à estátua de Garibaldi erigida pela municipalidade romana no cume do Janicule, em face ao domo de São Pedro – verdadeiro desafio endereçado pelo estado liberal à Roma dos vicários de Cristo – recebe da parte de Mussolini, que pensava em edificar na proximidade dessa estátua um monumento a Anita Garibaldi, uma rejeição tão enérgica quanto a anterior. Gestos que foram saudados favoravelmente pelos laicos e pelos fascistas intransigentes, mas que tiveram por efeito suscitar a cólera de Pio XI.

Efetivamente, menos de vinte e quatro horas depois do discurso pronunciado na Câmara pelo chefe do governo, o soberano pontífice reagia com vigor. Recebendo no Vaticano os alunos do colégio de Mondragone, dirigido por padres jesuítas, declarou que a missão educadora pertencia essencialmente à Igreja e à família, não hesitando em reprovar o regime por querer moldar uma juventude de futuros conquistadores, o que não era compatível nem com o ensinamento da Igreja nem com a salvaguarda da paz. Quinze dias mais tarde, em carta ao cardeal Gasparri, respondeu ponto por ponto ao discurso do Duce, denunciando o caráter quase herético das frases relativas às origens do

cristianismo, afirmando a liberdade da Igreja e lembrando que, o catolicismo sendo a religião do estado, este não podia deixar espaço no domínio religioso para a plena liberdade de discussão ou consciência.

A troca de ratificações do tratado, que teve lugar em 7 de junho e foi saudada como evento histórico tanto pela imprensa fascista quanto pelos órgãos católicos, não deu trégua aos dois protagonistas na luta aberta que começara a opô-los e cuja questão principal era o enquadramento da juventude. Durante todo o ano de 1930, há enfrentamentos em discursos, proclamações, artigos e libelos de todo gênero, como aquele que o PNF publicara no ano precedente sob o título *Ignotus* e no qual eram denunciadas as pretensões da Igreja de monopolizar a educação dos jovens. Do lado do Papado e da hierarquia, acusava-se o regime de querer fazer desaparecerem todas as organizações sob direção da Ação Católica e suscetíveis, como o escotismo, de concorrer com as organizações fascistas.

Em 1931, a crise chegaria a seu ponto culminante. Depois dos ataques lançados contra a Igreja pelo secretário-geral do PNF, Giuriati, e da réplica de Pio XI sob a forma de carta endereçada ao cardeal Schuster, arcebispo de Milão, na qual reafirmava o direito da Igreja sobre a educação da juventude, Mussolini deixa se desenvolver uma campanha de violência contra os círculos da Ação Católica. Edifícios foram tomados de assalto e incendiados. Militantes da AC foram agredidos e molestados. Grupos de jovens esquadristas atacaram até mesmo as igrejas, profanando crucifixos e imagens pias. A redação do jornal *Civiltà cattolica* foi invadida aos gritos de "Abaixo o papa!," assim como a sede da chancelaria pontifical, que gozava contudo do privilégio de exterritorialidade. O Duce, retomando a política de dupla linguagem e dupla estratégia que adotara até 1926, não encorajou nem desencorajou publicamente esse retorno à força do terror esquadrista, mas não tomou nenhuma atitude para fazê-lo parar, aproveitando o clima de violência que seus discursos tonitruantes contribuíram para criar para tentar encerrar definitivamente o magistério exercido sobre os jovens pela Ação Católica. Em 30 de maio, ordenou, malgrado os protestos do Papado, a dissolução dos movimentos juvenis não afiliados às organizações fascistas.

O soberano pontífice respondeu com a publicação da encíclica *Non abbiamo bisogno*. Nesse documento, acusava o regime de querer monopolizar a educação da juventude para inculcá-la de uma ideologia pagã fundada sobre a sacralização do estado, violando assim os direitos naturais da família e os direitos sobrenaturais da Igreja. Denunciava, além disso, o teor do juramento solene que os jovens deviam fazer no momento de sua inscrição no PNF: "Juro executar sem hesitação as ordens do Duce e servir com todas as minhas forças, e se necessário com meu sangue, a causa da Revolução fascista." A referência ao sangue era um elemento essencial da liturgia fascista, e Mussolini não podia aceitar que ela estivesse ausente do engajamento dos jovens. Pio XI, por sua vez, achava que ela introduzia no juramento uma ressonância guerreira que contradizia a mensagem da Igreja. Consciente, todavia, das dificuldades da hora e da necessidade de pertencer ao PNF para assegurar o ganha-pão, autorizava os jovens a prestarem o juramento, com a condição de que fosse complementado por uma reserva mental assim formulada: "salvo as leis de Deus e da Igreja."

Nem o Duce nem o Papa desejavam pôr em causa o laborioso acordo estabelecido em 1929. Caminha-se, portanto, na direção de um meio-termo que, no conjunto, favorecia as exigências de Mussolini. Reorganizada pelo Papado e desembaraçada dos

elementos julgados hostis ao regime, a Ação Católica readquire seus direitos, com a obrigação de operar exclusivamente no quadro diocesano, fora de toda atividade política ou sindical. Os círculos juvenis podiam subsistir com a condição de não terem outra bandeira que aquela da nação e de renunciarem a suas atividades esportivas. Assim, o pior fora evitado. A crise de 1931 demonstrara a incompatibilidade fundamental entre a ideologia fascista e a doutrina da Igreja, mas também deixara claro que nenhum dos protagonistas desejava pôr fim a uma "Conciliação" que se revelava proveitosa para as duas instituições. Para concretizar uma aliança tática que, bem ou mal, duraria até a guerra, o Papa convidou o Duce para uma cerimônia no curso da qual recebeu a ordem da Espora de Ouro: em troca do que Mussolini ordenou que fosse erigida em sua cidade natal, Predappio, uma nova igreja paroquial dedicada a Santo Antônio.

Crise econômica e consenso social

Paradoxalmente, foi num momento em que a Itália era violentamente atingida pelos efeitos da crise econômica mundial que a adesão ao regime foi mais forte. Testemunha disso é o ardor com que os poupadores italianos, grandes ou pequenos, subscreveram, muito além do que lhes era demandado, os empréstimos do estado, todas as emissões devendo ser liquidadas ao fim de somente dois ou três dias, uma vez que o montante inicial do empréstimo fora amplamente ultrapassado. Sem dúvida havia nesse gosto pelos títulos públicos razões estritamente econômicas: a política monetária do governo punha os credores ao abrigo da desvalorização e reforçava o caráter seguro dos títulos do estado. Mas isso não é suficiente para explicar a amplitude do fenômeno, bastante motivado por um reflexo patriótico que se manifestaria com ainda mais vigor durante a guerra da Etiópia.

Estabilizando a lira, em 1927, em um nível elevado demais, o governo fascista estabelecera entre os preços italianos e os do mercado internacional uma disparidade que se agravaria bruscamente em 1929, com a queda das taxas mundiais. Os resultados quase imediatos foram queda das exportações, diminuição da produção e forte crescimento do desemprego. Tocadas ao mesmo tempo pela perda de seus mercados internacionais e pela contração do mercado interno, numerosas empresas faliram, pondo em dificuldade os bancos que, como o Banco di Roma ou o Banco Comercial, tinham investido pesadamente na indústria e nos serviços.

Mussolini, assim como a maior parte dos estadistas no resto do mundo, não tomou consciência imediata da gravidade da crise. É verdade que a Itália foi atingida mais lentamente e menos profundamente que outros estados. No início dos anos 1930, com efeito, ela continuava um país de pequenas empresas, com um setor agrícola pletórico e numerosas atividades artesanais. Certas regiões, principalmente no sul, viviam ainda em um quadro de produção para subsistência ou consumo em circuito restrito, no nível dos vilarejos, por exemplo. Esse caráter arcaico da economia italiana, as relações menos estreitas com o mercado mundial e o menor risco de contágio que disso resultava tiveram como consequência frear durante algum tempo os efeitos da crise. Foi por isso que o Duce teve a tendência inicial de minimizar os perigos, considerando, em discurso pronunciado em 1º de outubro de 1930, que ela poderia ter um papel benéfico de saneamento ao eliminar os "acrobatas da indústria e das finanças."

Cedo, contudo, foi necessário se render às evidências. Não eram somente os galhos mortos, os "doentes" e os "náufragos" da economia que estavam ameaçados de serem levados pela tormenta, mas também toda uma parte do tecido produtivo da nação no que tinha de mais saudável, e com ele categorias sociais que até então tinham dado seu apoio ao regime. Daí a escolha de uma política resolutamente intervencionista, para assegurar a salvação das empresas em dificuldades, mas ainda em um quadro de economia capitalista e respeitando os princípios monetários que permitiram, desde meados dos anos 1920, manter a lira em um nível elevado.

Para salvar do naufrágio as empresas mais ameaçadas, o estado fascista tinha necessidade de uma grande liquidez: isso no momento em que as finanças públicas deviam fazer face à diminuição das entradas fiscais e ao inchaço das despesas assistenciais e de luta contra o desemprego (durante o inverno de 1933-1934, foi necessário distribuir rações alimentares gratuitas para impedir que parte da população morresse de fome). O orçamento, equilibrado desde 1927, entrou novamente em déficit, de três e depois quatro bilhões de liras, a despeito do aumento dos impostos e da forte contenção de despesas. Para reduzir o "custo do estado," Mussolini decidiu diminuir em 12% o salário dos funcionários, impondo uma punção da mesma natureza aos emolumentos de ministros e subsecretários. Os salários privados foram igualmente revistos e rebaixados, o Duce justificando essa perda do poder de compra em um discurso na Câmara em maio de 1934: "Façam esse sacrifício," pediu ele ao mundo do trabalho, "porque ele permitirá prosseguir na batalha nos mercados internacionais. Ele fará florescerem nossas exportações. Ele continuará a assegurar seu trabalho e dará trabalho àqueles que não o têm."

Para travar a crise financeira, Mussolini podia apenas escolher entre duas soluções clássicas: deflação ou desvalorização. Em 1936, resolveria adotar a segunda – desvalorizando a lira em 41% em outubro – mas muito tarde para que essa medida, aliás insuficiente, pudesse sozinha reabilitar a economia italiana. Enquanto isso, perseguiu e reforçou as medidas deflacionárias adotadas em 1926 durante a "batalha da lira," medidas que, pesando sobretudo sobre as categorias sociais mais desfavorecidas, tinham popularidade entre os meios de negócios, mas comprimiam o consumo interno e, como consequência, agravavam a crise.

Em outubro de 1932, falando a uma grande multidão romana do balcão do Palazzo Venezia, como prólogo à comemoração do décimo aniversário da Marcha sobre Roma, Mussolini abordou pela primeira vez a natureza da crise. "Ou esta," declarou, "é uma crise cíclica *no sistema*, e ela se resolverá, ou é uma crise *do sistema*, e então assistimos à passagem de uma época da civilização para outra." Ele adotará a segunda hipótese no ano seguinte, em diversos artigos consagrados ao tema publicados nos Estados Unidos pela editora Hearst, graças à intervenção de Margherita Sarfatti. Comentando o livro de Roosevelt *Looking Forward*, Mussolini observou que, para o presidente americano, a crise era realmente uma "crise do sistema," uma crise da civilização que devia ser combatida como tal, ou seja, com meios inteiramente novos, e se congratulava com o fato de o pai do New Deal ter adotado uma aproximação que julgava – não sem forçar a mão – bastante próxima da sua.

Na realidade, a política econômica do fascismo não tinha grande coisa a ver com os princípios keynesianos que inspiravam a experiência americana. Ela localizava a intervenção do estado no centro do dispositivo chamado a favorecer a retomada, é

verdade, mas levando muito mais longe que Roosevelt a lógica dirigista e autárquica. As medidas da ortodoxia não tendo bastado para reerguer a moeda, e Mussolini querendo a todo preço manter a lira no nível fixado em 1927, é na via da autarquia que o Duce engajará seu país a partir de 1933.

Vê-se frequentemente na busca da autossuficiência uma escolha política destinada a preparar um país para a guerra, quando esta é julgada inevitável. Mas é preciso não tomar os efeitos pelas causas. Na Itália, como na Alemanha, a autarquia não buscava, ao menos não no início, a mobilização econômica "preventiva" da nação. Ela foi ditada aos dirigentes pelas circunstâncias, no III Reich pela penúria de capitais e pela impossibilidade de recorrer a uma inflação declarada, na Itália pela vontade de prosseguir a qualquer preço a política de prestígio monetário. Foi só depois que a lógica do sistema nutriu uma política exterior expansionista e agressiva.

Para começar, a Itália se fechou progressivamente ao mundo exterior. Direitos aduaneiros proibitivos atingiram todos os produtos julgados não vitais para a economia e a segurança do país. Foi instituído um rigoroso controle do câmbio, os italianos foram interditados de comprar títulos no exterior e estritos acordos de *clearing* foram negociados com países como a Romênia, a Bulgária e a Alemanha para permitir a manutenção de um mínimo de atividade comercial sem evasão de divisas. Com a Itália assim isolada do mercado mundial, o governo fascista se empenhou, em um segundo tempo, em reforçar seu domínio sobre a economia. Mas é preciso não se enganar sobre o significado desse fenômeno. Mussolini não se converteu de um dia para o outro às virtudes da estatização. Mais uma vez, foi a pressão das circunstâncias que ditou sua política, e foi por requisição do mundo dos negócios que seu governo decidiu finalmente criar institutos financiados pelo estado, destinados seja a substituir os bancos na distribuição de crédito (Istituto Mobiliare Italiano), seja a lhes fornecer a liquidez necessária à retomada de suas atividades (Istituto per la Ricostruzione Industriale, IRI). Pouco a pouco, contudo, para salvar as empresas em dificuldades, esse último foi levado a comprar parte importante de suas ações, tornando-se assim o que não era de modo algum destinado a ser: o organismo pelo qual o estado exercia, direta ou indiretamente, seu controle sobre as sociedades envolvidas. Para gerir esse enorme portfólio de ações, ele teve de criar toda uma série de *holdings* estatais: Finsider para o aço, Finmare para as sociedades de navegação, Fincantieri para os estaleiros etc.

Constata-se que, longe de ser rompida pela passagem de grande parte da indústria para as mãos do estado, a aliança entre o fascismo e os grandes interesses privados é reforçada pela crise. Ora, não se está vendo o estado aproveitar as dificuldades das pequenas empresas para favorecer um movimento de concentração que termina por dar à empresa mais poderosa a direção de todo o setor? Desse modo são constituídos, por exemplo, para benefício dos grandes grupos siderúrgicos, o Consórcio de Laminadores e o Consórcio Siderúrgico, cuja adesão é obrigatória. A solidariedade entre estado e capital é igualmente consolidada pela presença de representantes do governo designados pelo IRI nos conselhos de administração das grandes empresas, ao lado dos representantes dos grandes negócios. Assim, em vez de prelúdio a uma socialização qualquer, o IRI é, pela vontade do fascismo e de seu chefe, o traço de união entre o regime e os grandes interesses privados. Ele constitui um instrumento de controle da vida econômica pelo estado, mas também o canal pelo qual se exerce a influência dos grandes grupos industriais e financeiros sobre a política do governo. Nele, estão em

situação de controle recíproco e interesses solidários o regime fascista, a grande indústria e a alta finança.

Como, nessas condições, as classes populares e médias que pagaram o preço dessa política, em razão do desemprego, da compressão dos salários, do aumento do custo de vida e dos impostos, continuaram a apoiar o regime e confiar em seu principal dirigente? Nem a onipresença de uma propaganda que utiliza todos os recursos da comunicação moderna nem as rigorosas operações de controle mantidas pelo partido e pela polícia bastam para explicar um consenso que, ao menos até 1937, existiu incontestavelmente. Para a moldagem desse consenso contribuíram ativamente, como se viu, o culto ao Duce e à religião da pátria, os encontros "oceânicos" entre Mussolini e seu povo, assim como as satisfações do amor-próprio e da necessidade de prestígio trazidas pelos sucessos internos e externos. Mas é igualmente necessário levar em conta dados menos simbólicos que, no auge da crise, compensaram ao menos parcialmente seus efeitos desestabilizadores.

Primeira constatação: a Itália dos anos 1930 permanece um país rural. Em termos materiais, a população rural não se beneficiou muito da chegada dos fascistas ao poder. Retomando a política tradicional do estado liberal, o regime mussoliniano obrigou o campo a suportar o fardo da industrialização, esmagando as pequenas explorações sob o peso de leis fiscais excessivas e favorecendo sistematicamente os grandes proprietários, que se beneficiavam de subsídios do estado, importantes exonerações fiscais e uma política aduaneira adequada a seus interesses. Há certas medidas parciais, como a lei Serpieri, que, em 1934, presidiu a divisão de certos latifúndios, assim como a "melhoria" dos pântanos Pontis, seguida da distribuição de 60 mil hectares a 3 mil famílias de agricultores pertencentes, aliás, ao médio campesinato. Mas, no conjunto, a tendência foi de contração de rendas e salários.

De vários pontos de vista, portanto, o mundo rural foi dado como exemplo para os italianos, pois era detentor, aos olhos dos dirigentes fascistas, das virtudes essenciais da "raça": coragem física e moral, probidade, amor ao trabalho, disciplina, sobriedade etc. Foi ele que, durante a guerra, forneceu ao exército italiano seus combatentes mais valorosos. Mussolini, que cresceu no seio de uma sociedade fundamentalmente rural, concebe a sua imagem o "novo homem" fascista: uma espécie de Cincinato moderno, sempre capaz de trocar o arado pelo uniforme de legionário e depois retornar a suas ocupações rústicas. O populismo do Duce encontra aí seu terreno natural e os contatos que mantém com o campo surtem efeitos na adesão do mundo rural à religião fascista. O ditador se presta – e não apenas por necessidades de propaganda – a participar dos trabalhos e lazeres da gente da terra. Colhe e bate o grão. Canta e dança com os agricultores de Predappio. Exalta em seu discurso "o arado e a espada, ambos de aço temperado como a fé de nossos corações," celebra, em 1929, o ano de Virgílio, "poeta do Império e dos campos," e se entrega, saudado por seus corifeus com o título de "mais puro dos gênios latinos," a bucólicas efusões sobre o tema do pão: "Amem o pão, Coração da casa, Perfume da mesa, Alegria dos lares. Respeitem o pão, Honrem o pão, Não desperdicem o pão."

Se não percebem as intenções por trás desse discurso ruralista, o pequeno mundo do campo aprecia que o personagem quase divinizado que preside os destinos da nação se interesse por ele e não se repugna de dividir suas penas e alegrias. É por isso que, nas massas rurais, e particularmente na região rural meridional, o culto ao Duce encontra

seus praticantes mais zelosos, os mais prontos, igualmente, a aceitar a miragem da colonização.

Também o mundo dos operários é objeto de grande solicitude do ditador. Mussolini conservou de suas atividades anteriores certa simpatia pelos trabalhadores da indústria. Quando se dirige a eles, durante a visita a uma usina ou um discurso em Turim ou Milão, ele os chama de "camaradas operários." Os trabalhadores italianos no exterior se beneficiam igualmente da consideração do Duce e dos dignitários do regime. Quando Balbo chega a Nova York em 1933, depois do famoso voo transoceânico, exclama, em meio às aclamações de seus compatriotas: "É para vocês, operários, que se dirigem o orgulho e o amor do Duce. Sintam orgulho de serem italianos (...), sobretudo vocês, operários de braços incansáveis e corações simples. (...) Mussolini encerrou a era das humilhações. Ser italiano é um título honorífico." Essas palavras encontram certo eco em uma população que sofreu, e nessa data ainda sofre, várias humilhações (o caso Sacco-Vanzetti e a vaga de italofobia que o acompanhou ainda estão presentes em todas as memórias).

A esses testemunhos de reconhecimento e às satisfações do amor-próprio nacional do povo italiano em seu conjunto – trate-se da proclamação do Império ou das vitórias da *squadra azzura* no campeonato mundial de futebol – juntam-se concessões mais tangíveis. A despeito da crise, que se fez acompanhar, como vimos, por várias baixas autoritárias dos salários nominais, o poder de compra dos assalariados da indústria e do setor de serviços permaneceu mais ou menos estável. Grosso modo, ele se manteve no mesmo nível durante a maior parte da era fascista.

Por outro lado, embora o regime prive a classe operária dos meios de ação representados pelo direito à greve e pelos sindicatos livres para sufocar suas reivindicações em um sistema corporativista favorável ao patronato, ele simultaneamente desenvolve uma política e uma legislação social muito mais audaciosas que as do estado liberal. Além das que se endereçam à família, de vocação propriamente natalista, em 1928-1930 foram estabelecidas disposições para aumentar as pensões operárias, modificar as taxas de seguro-velhice e seguro-invalidez e garantir os assalariados contra acidentes de trabalho. Outros decretos criaram seguros contra a tuberculose e as doenças profissionais, todos obrigatórios, financiados pelas cotizações dos trabalhadores aos sindicatos fascistas, por sua vez reagrupados e federados por um Fundo Nacional de Seguro Social.

Mas, acima de tudo, o fascismo inovou com a criação do Dopolavoro. A primeira iniciativa visando a organizar os lazeres operários fora lançada em 1923 em Ponte all'Olmo, na província de Piacenza, pelo conde Bernardo Barbiellini Amidei, chefe dos fascistas locais. Após pilhar, em 1921, as sedes dos grupos socialistas locais, Amidei obtivera dos proprietários de terras da região os fundos necessários para constituir sindicatos fascistas nos quais foram empregados todos os "antigos subversivos" que aceitaram a lei do mais forte e aos quais foi confiada a tarefa de organizar "a assistência e a elevação social" dos trabalhadores. O movimento se expandiu rapidamente e, em 1926, foi criada a Opera Nazionale Dopolavoro, controlada pelos sindicatos oficiais e encarregada da assistência social e sanitária, da educação física, da formação cultural e artística e, mais geralmente, da organização dos lazeres populares. Todos, fascistas ou não, podiam se inscrever no Dopolavoro e até 1942 o número de "sem-partido" ultrapassa o de membros do PNF.

A inscrição dava direito a preços baratos em cinema e teatro, concertos, manifestações esportivas, assinaturas de jornais etc. Em 1935, estavam afiliados ao Dopolavoro 771 cinemas, 1.227 teatros, 2.066 companhias teatrais, 2.130 orquestras, 3.787 fanfarras, 6.427 bibliotecas, mais de 10 mil associações culturais e profissionais e cerca de 15 mil seções esportivas, reunindo 1.650.000 inscritos. Nessa data, ele constituía, de longe, a principal organização de lazeres populares do planeta, incluindo a União Soviética.

Foi nesse mesmo espírito de integração das massas pela organização do "tempo livre" que se instituiu em 1935, no âmbito da redução da semana de trabalho para 40 horas, o *sabato fascista*. Em princípio, a tarde deveria ser consagrada às reuniões, aos encontros esportivos, à educação política e ao treinamento paramilitar organizados pelo partido. A participação e o uso da camisa negra eram obrigatórios, mas ninguém se preocupava muito em fazer aplicar as regras. Os pais frequentemente se contentavam em enviar seus filhos aos locais de reunião de *balillas*, "pequenos italianos" e outros "vanguardistas" para gozar durante algumas horas dos raros momentos de intimidade permitidos por sua vida profissional e familiar. A partir de 1932, numerosas famílias lotavam as estações de trem desde a alvorada de domingo para aproveitar a oportunidade de deixar o universo urbano, beneficiando-se, graças aos "trens populares," de uma redução de 70% sobre as tarifas da estrada de ferro. Voltava-se para casa no último trem (os bilhetes eram válidos durante vinte e quatro horas, da meia-noite de sábado à meia-noite de domingo), depois de passar o dia no campo ou à beira-mar.

Globalmente, e é o que explica que a adesão das massas ao regime não tenha se desmentido durante a crise, não se vivia muito mal na Itália de Mussolini. A vida não era fácil para as classes populares, é verdade, mas nunca fora, e se seu nível de vida ainda era inferior ao de categorias similares em estados longamente industrializados, como França, Inglaterra ou Alemanha, a política social do regime permitia compensar em parte a estagnação do poder de compra. Além disso, o proletário italiano não pensava em reclamar porque o estado liberal não o habituara nem à abundância nem ao emprego comedido da força quando ele se revoltava para pedir pão. Na Itália dos anos 1930, como vinte ou trinta anos antes, a frugalidade era regra – o diarista ganhava entre 8 e 9 liras por dia, o operário de fábrica entre 300 e 400 liras por mês, enquanto o quilo da farinha e o da carne de segunda custavam respectivamente 3 e 7 liras. "Felizmente," declarou Mussolini ao evocar os primeiros efeitos da crise, "o povo italiano ainda não está acostumado a comer várias vezes ao dia e, tendo um nível de vida modesto, sente menos a penúria e o sofrimento." A reação dos italianos às sanções votadas pela Liga das Nações depois da agressão fascista à Etiópia ao mesmo tempo confirmaria esse julgamento e reforçaria o consenso em torno do ditador.

4

Árbitro da Europa

A nomeação de Dino Grandi ministro do Exterior e a saída de Mussolini dos três ministérios militares, em setembro de 1929, atendiam à preocupação do Duce em mostrar, ao menos por certo tempo, um comportamento internacional menos turbulento que o adotado desde sua chegada ao poder. O apoio ao revisionismo dos vencidos nas áreas do Danúbio e dos Bálcãs e as ações fascistas no Mediterrâneo Oriental e no Oriente Médio tiveram o efeito principal de aumentar a desconfiança dos velhos aliados, sem que a Itália conseguisse o menor retoque no status territorial dos tratados.

Mussolini não renunciara a seus objetivos revisionistas e expansionistas. Simplesmente se dera conta de que a agitação desordenada à que se entregara desde meados dos anos 1920 não lhe traria qualquer benefício enquanto franceses e ingleses conservassem posição hegemônica na Europa e além-mar. Depois de tentar em vão explorar-lhes as divergências no Mediterrâneo Oriental e no Oriente Próximo, só restava adotar um perfil discreto provisório e esperar que alguma mudança significativa do quadro permitisse reabrir a pasta de reivindicações italiana.

O crescimento do poder do nacional-socialismo, evidente depois das eleições de setembro de 1930, era precisamente um sinal de mudança radical, já que anunciava a chegada ao poder de uma força política que fazia da revisão dos tratados ponto essencial de seu programa e pretendia ter os meios de pôr fim à hegemonia franco-inglesa. No início dos anos 30, Mussolini certamente ainda não suspeita de uma aliança ítalo-alemã. Ele se congratula, é verdade, por ver uma das principais potências europeias na via traçada por ele em 1922, ainda mais lisonjeado pelo fato de Hitler não perder ocasião de afirmar que o considera seu "maestro." Mas não esquece a lição mortal da guerra, nem que entre os territórios reivindicados em *Mein Kampf* pelo chefe názi está o Alto Adige, dado aos italianos pelo tratado de paz mas majoritariamente germanófono e parte da visão pangermanista do Führer. Esquecesse, e os fatos lá estariam para lembrá-lo de que a absorção da Áustria pelo Reich – iniciada em março de 1931 com o projeto de união aduaneira austro-alemã – podia constituir para a Itália uma ameaça contra a qual convinha se precaver.

A perspectiva da chegada dos názis ao poder, entretanto, faz entrever uma redistribuição de papéis e forças da qual Mussolini pretende tirar partido, se não ligando a sorte de seu país à da Alemanha, ao menos aproveitando o fim da hegemonia franco-inglesa e a ameaça que o revisionismo hitlerista faria pesar sobre a paz e o status territorial imposto pelos vencedores de 1918 para se apresentar como mediador e fazer valerem suas próprias reivindicações. Nessa perspectiva, os anos 1930-1935 constituem para a Itália um período de espera durante o qual Mussolini se empenha em manter dois ferros no fogo: preparar seu país para uma nova fase de ativismo internacional e polir sua

imagem de árbitro da Europa.

Roma no centro do mundo

A permanente referência do fascismo à romanidade triunfante, assim como a ânsia de representação e prestígio, uma das chaves da política externa mussoliniana, incitaram o Duce a remodelar sua capital à imagem da cidade ideal e parcialmente fictícia da acadêmica cultura provinciana elaborada na época do iluminismo e que nutrira sua juventude romagnola.

Durante os anos 30, essa vontade de jogar, por razões a um tempo internas e internacionais, com o mito da romanidade determinaria também a política urbanística do regime e a verdadeira *mise-en-scène* preparada pelos grandes planejadores da liturgia fascista. Nesse domínio, contudo, como em muitos outros, a ruptura com o período liberal não é clara. Já na época de Crispi, e durante os quinze anos que precederam a guerra e foram dominados pela personalidade de Giolitti, a classe dirigente mostrara a preocupação de transformar a cidade provinciana dos papas em uma grande metrópole moderna, bordada de *palazzi* e enriquecida com edifícios monumentais destinados a afirmar a potência dos novos mestres da península: uns de vocação administrativa, como o Palácio da Justiça na praça Cavour, outros de vocação comemorativa, como o Vittoriano, erigido nos flancos do Capitólio para honrar o "pai da pátria," Vittorio Emanuele II, e cuja simbologia nacional e imperial prefigura, com algumas décadas de antecedência, a da Roma fascista.

Mas o regime fascista empreende a transformação da cidade em escala completamente diferente, recuperando espaços tradicionais de reunião, como a Piazza Venezia, ou criando novos espaços, mais grandiosos e adequados por suas dimensões e pelas dos edifícios e ornamentos monumentais que os decoram aos ideais de um regime para o qual o indivíduo existe apenas como componente intercambiável de uma comunidade que o extrapola. Mais ainda, talvez, que as imagens das grandes paradas fascistas conservadas pelos *cinegiornali* Luce, um passeio pelo bairro que atualmente se estende entre a piscina olímpica e a Farnesina (ministério do Exterior) ou na cidade-satélite de Eur, construída a partir de 1937 para uma exposição universal que deveria ocorrer em Roma e jamais aconteceu, demonstra a natureza das relações que Mussolini procurou conscientemente estabelecer com seus súditos.

Muito mais que as outras cidades da península, Roma foi o teatro de predileção da "fabricação do consenso," fundada aqui sobre a utilização seletiva da arqueologia e da história. Com efeito, evocar em Turim, Milão, Veneza ou Florença o mito já bastante velho da romanidade tinha poucas chances de encontrar eco entre populações cuja cultura se inscrevia em um *continuum* histórico no qual as sequências mais gloriosas não coincidiam com as horas de glória do Império pagão. Em Roma, no entanto, onde sobrevivera ao tempo o sentimento de uma capital de essência universal, a orquestração do mito não encontrava a mesma resistência e tinha audiência em todos os estratos da sociedade.

Ainda era necessário desembaraçar a cidade de tudo que, no curso dos séculos, presumivelmente "sufocara" o núcleo original, uni-lo às réplicas neoclássicas da urbe edificadas a grandes custos na periferia – Eur a oeste, fórum Mussolini (hoje *Foro*

italico) a leste – e, para isso, fazer sumirem pedaços inteiros da cidade, vestígios e símbolos de tempos considerados de obscuridade e decadência pelo Duce e pelos inspiradores do plano de 1931 que aceitaram servir a seus propósitos e dar vida a suas fantasias. Assim, uma parte inteira da Roma medieval e renascentista foi entregue à picareta dos demolidores para, como escreveu Antonio Cederna, "embalsamar a cidade."

Foi símbolo das opções ideológicas do ditador, portanto, a remodelagem da antiga capital dos papas, iniciada pelos piemonteses no fim do século XIX, objeto, depois dessa data, de numerosos e grandiosos projetos de ornamentação e à qual o poder fascista daria nova amplitude e, sobretudo, novo significado. Onde os urbanistas da Itália liberal se empenharam em edificar uma capital moderna segundo um modelo inspirado nas grandes transformações haussmannianas, os da "Terceira Roma" pretendiam uma erradicação forçada de tudo que lembrasse os "séculos da decadência." Encontra-se aqui um dos maiores pontos de ancoragem da ideologia totalitária fascista, não na versão ainda muito impregnada de cultura clássica que constituía o pensamento de Giovanni Gentile, mas na versão radical que lhe daria, no fim dos anos 1930, o inspirador (muito involuntário) da política racial do regime: Julius Evola. Para ele, a decadência do Ocidente não era produto exclusivo da derivação liberal e "iluminista" dos dois últimos séculos da era cristã, ou melhor, essa derivação era ela mesma o ponto de culminância de uma longa história que compreendia o fim da Antiguidade, a Idade Média e os tempos modernos, com a "idade de ouro" se situando no período dos indo-europeus e da formidável construção política e cultural constituída pelo Império romano. Se este desapareceu no século V de nossa era, estimava o autor de *Sintesi di dottrina della razza* – uma das obras maiores de Julius Evola – não foi por ter sido varrido pelas hordas bárbaras, mas por ser minado de dentro pelos efeitos subversivos da "mestiçagem" judaico-cristã.

Daí a necessidade de voltar, ao menos de maneira simbólica, a uma romanidade que os mais lúcidos dos dirigentes fascistas sabiam ser apenas metafórica, tanto era forte na Itália a pregnância da cultura católica, mas que Mussolini e Starace queriam erigir em modelo concreto e compulsório de transformação do corpo social e edificação do novo homem. Daí a exumação e restauração apressada de uma Roma antiga cuja encenação e instrumentação política implicavam que fosse desembaraçada de todos os estratos de civilização que quinze séculos de história haviam adicionado à herança romana. Mussolini teria desejado ver "se erigirem no deserto" os monumentos da antiga capital imperial. Não podendo dar vida a essa utopia, contenta-se em arrasar metade do *Centro storico*, sem a menor consideração pelas riquezas arqueológicas de tudo que não era *stricto sensu* mundo romano e pelos milhares de habitantes que o furor destrutivo dos "restauradores" da *Urbs* expulsa de suas casas, quando não condena os mais pobres à deportação para longínquas cidades de urgência (as *borgate*), apressadamente construídas em zonas ainda particularmente insalubres do *Agro romano*: verdadeiros guetos desprovidos do mais elementar conforto (as casas não tinham água nem banheiros) e que serviriam de escoadouro e refúgio para todos os excluídos da capital. Não foi nessa perspectiva que o delegado de Assistência Social e futuro governador de Roma explicou, no fim dos anos 1930, que os grandes trabalhos do centro histórico afetaram apenas "as famílias às margens da lei, indisciplinadas"? "Seria bom transferir tais famílias de comportamento irregular, de má-conduta moral (...) para terrenos pertencentes ao governo, situados na área rural e invisíveis dos grandes eixos de

comunicação."

Não é, portanto, apenas para fazer ressurgir um passado romano idealizado e fabricado, mas igualmente em nome da salubridade pública e da "decência" que Mussolini entregou a "Sua Majestade, a picareta" a colina de Velia e as antigas construções que ladeavam a basílica de Magêncio, testemunhas urbanísticas de épocas que não foram todas "decadentes," e isso para abrir, entre o Coliseu e a Piazza Venezia, a monumental via dell'Impero, destinada a se tornar a artéria sagrada do regime e acolher as grandes paradas militares fascistas, com essa "reabilitação" do coração da Roma republicana e imperial sendo apenas o aspecto mais espetacular da obra urbanística mussoliniana. Com efeito, não foram poupados pelo alvião dos demolidores o bairro Argentina, o Borgo, situado entre o Tevere e a praça São Pedro e destruído para dar lugar à simbólica e fria via da Conciliação, a área em torno do mausoléu de Augusto, a via Barberini, o corso Rinascimento nem o "bairro africano," para citar apenas os lugares mais diretamente afetados.

Essa reforma do espaço urbano que buscava exaltar a romanidade e, através dela, a vocação universal da Roma fascista – aliada, mas ao mesmo tempo distinta da Roma dos papas – teve em Mussolini seu verdadeiro mestre de obras. É bem verdade que o Duce não foi o único a querer alterar a estrutura da capital para transformá-la em vasta vitrine das realizações do regime.

Os trabalhos da comissão encarregada da elaboração de um novo plano de ocupação do solo – que lhe foi apresentado em 1930 e adotado no ano seguinte – atestam a convergência de ideias e interesses entre os representantes do partido fascista, da aristocracia romana detentora de grande parte dos terrenos, dos industriais da construção e dos arquitetos conservadores: Brasani, Piacentini e Giovannoni. Essa grande unanimidade revela igualmente o servilismo das elites – antigas e novas – ao poder e àquele que controlava suas engrenagens essenciais. De fato, uma vez adotado o projeto, raros foram, entre aqueles que o conheceram – arquitetos, historiadores, arqueólogos, jornalistas, acadêmicos, representantes do partido e da administração – os que ergueram a voz para criticar um detalhe apenas do programa urbanístico ao qual o Duce dera seu aval. Foi antes Mussolini quem, às vezes irritado com esse excesso de zelo ou por simples reflexo de bom senso, opôs-se à realização de certos planos; por exemplo, o de Giovannoni, que queria destruir e depois reconstruir em estilo "romano-babilônico" toda a zona entre o Corso e o Tevere ou, mais delirante ainda, o de Brasani, que queria desembaraçar o Panteão das ruelas que o cercavam.

A "Internacional Fascista"

Instalada a decoração, a ideia da universalidade de Roma, como capital ao mesmo tempo do Cristianismo e da nova religião civil, não tardaria a ser usada por Mussolini em uma perspectiva ligada a sua política externa.

Por vários anos, o Duce repetira que o fascismo não era artigo de exportação. Isso não o impedira de encorajar a formação de *Fasci* no seio das populações emigradas, com o duplo objetivo de enfrentar a propaganda dos *fuorusciti* e veicular nos países de acolhida a imagem de uma Itália moderna, disciplinada e pacífica. Mas essa propaganda permanecia relativamente discreta. Pouco a pouco, no entanto, Mussolini começou a se

interessar pelos movimentos que, inspirando-se mais ou menos nos ideais fascistas, nasceram não de iniciativas italianas, mas do desejo de imitar um modelo julgado mais eficaz e mobilizador que as clássicas formações de ultradireita nacionalista. Logo decidiu dar seu apoio a organizações que, não sendo propriamente fascistas, apresentavam semelhanças com seu movimento e podiam favorecer seus projetos diplomáticos. Foi o caso, como se viu, dos Heimwehren austríacos, mas esse exemplo foi uma ação isolada, não uma estratégia de conjunto.

Com a crise, essa atitude foi alterada. A proliferação na Europa e no resto do mundo de movimentos abertamente referidos ao fascismo não podia deixar Mussolini indiferente. Não era uma justificativa *a posteriori* de sua ação? Em todo caso, lisonjeava sua megalomania e não tardou a mudar seu comportamento em relação ao feito internacional do fascismo. Assinando para a *Enciclopedia Italiana* o artigo (redigido na maior parte por Gentile) sobre a doutrina fascista, escreveu: "Se cada século tem sua doutrina, parece, por mil indícios, que a do nosso é o fascismo" e, em outubro de 1932, falando em Milão nas cerimônias do *Decennale*, proclamou: "Em dez anos, pode-se dizer sem bancar o profeta, o mapa da Europa estará modificado. (...) Em dez anos, a Europa será fascista ou fascistizada."

Muitos anos antes dessa espetacular conversão do Duce à ideia de um fascismo universal com a Terceira Roma de epicentro, pequenos grupos de fascistas tomaram essa via, procurando na ampliação do fascismo pela Europa uma espécie de nova fronteira ou, ao menos, um contrapeso ao aburguesamento do regime e à banalização de seus objetivos. Um deles criara, em 1928, a revista *Antieuropa*, cujo título fora escolhido para manifestar a hostilidade dos fundadores à "velha Europa" do liberalismo e do capitalismo. Seu diretor, Asveror Gravelli, era um esquadrista de primeira hora. Membro do primeiro *Fascio* milanês, participara da expedição de Fiume e de numerosas ações punitivas contra os socialistas, entre as quais o famoso saque da sede de *Avanti!*. Em seguida, tornara-se um dos dirigentes da Opera Nazionale Balilla e se dedicara, como jornalista, à mobilização dos moços, fundando duas revistas: *Giovinezza* e *Giovane Italia*. Gravelli estava à escuta da juventude fascista e pôde desde cedo medir o impacto sobre os jovens da ideia de uma revolução fascista que ultrapassasse as fronteiras da Itália e desse ao regime mais fôlego.

Um homem como Gravelli, portanto, não esperara o sinal verde do ditador para falar de Internacional fascista. No fim de 1930, ele publicara na revista um artigo intitulado precisamente "*Verso l'Internazionale fascista*," no qual expunha as ideias do pequeno grupo que reunira em torno de si:

> *Antieuropa* é a vanguarda do fascismo europeu. Seu objetivo é unir os melhores elementos da Europa, encarnar as experiências do fascismo, alimentar o espírito revolucionário fascista e estabelecer a devoção à causa da ditadura europeia. (...) A conquista do poder na Itália foi só o início de uma ação europeia.

Propostas pouco ortodoxas durante a normalização interna e num momento em que o regime procura apresentar a seus parceiros europeus uma imagem de respeitabilidade. Mas que encontram eco favorável entre os jovens e nas fileiras de antigos esquadristas decepcionados com a derivação conservadora do regime. Não esqueçamos que, na Itália,

o primeiro fascismo não morreu com a fundação do PNF, a chegada ao poder de Mussolini ou a instalação definitiva da ditadura em 1926-1927. Permanece uma realidade subjacente, tolerado e periodicamente usado quando seu discurso ou sua ação podem ajudar o grupo dirigente a atingir seus objetivos. Foi o que se deu no fim de 1932, quando Mussolini percebeu que as ideias de Gravelli podiam servir para reforçar sua posição na Itália e fora dela.

O discurso do Duce em Milão em outubro de 1932 coincidiu com a publicação do primeiro número da revista *Ottobre*. O título fora escolhido para comemorar o aniversário da Marcha sobre Roma e o subtítulo, *Rivista del fascismo universale*, se refere ao projeto do fundador, outro senão Gravelli. Sucesso imediato e aparentemente ajudado por subsídios governamentais. Dezesseis meses após sua criação, *Ottobre* se torna jornal diário. No intervalo, a revista de Gravelli, assim como *Antieuropa*, acolheu em suas colunas numerosos representantes da ultradireita europeia (o inglês Mosley, o alemão Rosenberg, o francês Léon Daudet, o norueguês Quisling, o suíço Fonjallaz etc.), unânimes em considerar o modelo italiano a resposta mais bem-adaptada à crise que sacode o Ocidente. Também no fim de 1932, retomando o título de seu primeiro ensaio sobre o assunto, "Rumo à Internacional fascista," o diretor de *Ottobre* publica uma coletânea de seus artigos dos dois anos precedentes. "Ou a Europa velha ou a nova Europa," escreve. "Assinamos um novo pacto de fraternidade europeia e jogamos fora as velhas ideias. (...) O fascismo é o coveiro da velha Europa. Eis as forças da Internacional fascista." Ou: "É nosso tempo o tempo do panfascismo. Nenhuma força humana deterá as multidões em marcha antes que cheguem ao objetivo."

Eis, portanto, uma iniciativa ligeiramente marginal no início que o poder faz sua no momento em que ela lhe parece aumentar seu prestígio e validar suas escolhas na política externa. Em novembro de 1932, Mussolini reúne em Roma, sob os auspícios da Academia da Itália, um "congresso Volta" destinado a celebrar a posteridade científica do grande físico italiano. Göring, Schacht e Rosenberg ladeiam o romancista austríaco Stefan Zweig, os franceses Gaxotte e Daniel Halévy, o romeno Manoilesco e muitas outras figuras da direita intelectual europeia. Fala-se de política e de física, tanto da Europa ameaçada pelo comunismo russo e pelo materialismo inglês quanto das glórias científicas do passado sob a égide da Terceira Roma. Desse modo, o Duce pode medir a audiência de seu regime junto a uma fração importante da *intelligentsia* conservadora e reacionária do Velho Continente.

Entende-se que, nessas condições, o advento do nazismo seja saudado por Mussolini como sinal particularmente seguro do poder de contágio do fascismo. Não foi preciso muito tempo, no entanto, para que à euforia e ao sentimento de solidariedade exibidos pelo ditador latino se sucedesse certa inquietude. Incontestavelmente, em 1933 e 1934 houve numerosas manifestações de simpatia entre os dois ditadores: acolhida entusiástica de jovens fascistas por seus homólogos alemães, homenagens no congresso de Nuremberg de setembro de 1933 ao secretário-geral adjunto do PNF e ao ministro Bottai, recepção de Göring em Roma etc. Na realidade, essas manifestações cordiais mal dissimulavam a relativa frieza de Mussolini com o nacional-socialismo e seu chefe. Frieza em parte devida à doutrina racial do Reich hitlerista, pois a ideia de superioridade dos nórdicos irritava os italianos (foi severamente criticada por *Ottobre*), mas que se explica, sobretudo, pelo medo de uma expansão alemã na zona danubiana e pela preocupação de limitar o poder de atração do nazismo.

Em larga medida, foi essa a motivação de Mussolini para, no fim de 1934, lançar as bases de um organismo de coordenação entre os movimentos que se inspiravam no modelo italiano. Para isso, dispunha de vários instrumentos de grande eficácia. Na Itália, tinha o subsecretariado, depois Ministério, de Imprensa e Propaganda, que acabara de ser confiado a Ciano, o qual definia nestes termos os objetivos internacionais:

> Logo nascerá aqui uma organização que será a primeira do gênero na Itália. Tudo passará pelas minhas mãos. Nós falaremos ao mundo. É como mestres que faremos a Itália ser conhecida em todos os outros países. Usaremos o rádio, o teatro, o cinema. Naturalmente, usaremos a imprensa. Mas usaremos, sobretudo, os homens.

A partir desse organismo (que será mais tarde o ministério da Cultura Popular, ou Minculpop) e também, em menor medida, do ministério do Exterior, os fundos destinados aos movimentos fascistas europeus, à imprensa filoitaliana e aos políticos favoráveis a Mussolini são distribuídos nos países designados pelo Duce. Nestes são instalados agentes inteiramente devotados ao regime e altos funcionários dedicados às técnicas de guerra psicológica: Dino Grandi, embaixador em Londres, o cônsul Landino na embaixada da Itália em Paris e outros.

Além desses serviços oficiais, existem na maior parte das grandes cidades do mundo os Comitati d'Azione per l'Universalità di Roma (CAUR), que dependem de um organismo central cuja sede fica na capital italiana, o Istituto per l'Universalità di Roma. Nessa rede de associações culturais, feita no modelo da Aliança Francesa, reina um personagem vivaz, o general Coselschi, veterano da Grande Guerra, amigo de d'Annunzio e antigo membro das legiões fiumianas. Em 1919, ele fundou a Associação Nacional dos Voluntários de Guerra e depois aderiu ao fascismo, que fez dele conselheiro nacional e tenente-general da Milícia. Em junho de 1933, quando Mussolini cria os CAURs, Coselschi assume a direção do órgão.

Oficialmente, Coselschi, que passa a maior parte de seu tempo se deslocando entre as capitais europeias, visita as seções de seu Instituto e encoraja as iniciativas de dirigentes locais. Na realidade, faz contato com numerosos políticos, jornalistas, homens de negócios e intelectuais cujas simpatias pelo regime mussoliniano são conhecidas e assegura uma ligação discreta entre os movimentos de obediência fascista. Em dezembro de 1934, é ele quem anima o congresso internacional dessas organizações realizado em Montreux, na Suíça. Durante dois dias, houve conversações entre os líderes do fascismo europeu: o *franciste* Bucard pela França, o falangista Jimenez Caballero, o general O'Duffy pelos camisas-azuis irlandeses, Arnold Meyer pelo Front Negro Holandês, Quisling pelo Nasjonal Samling norueguês, no total treze países, além da Itália, estavam representados. Coselschi os assegura quanto às intenções de Mussolini – ele não pretende exercer qualquer hegemonia sobre os movimentos nacionais – e especifica que os CAURs estão abertos a todos os "espiritualmente orientados em direção aos princípios de uma renovação política, econômica e social fundada sobre o conceito da hierarquia do estado e o princípio de colaboração das classes." No fim dessa reunião discreta, os delegados decidem criar uma comissão permanente do fascismo universal ou, se se prefere, uma "Internacional Fascista."

O projeto ganha corpo. No fim de janeiro de 1935, alguns dos congressistas de

Montreux se encontram novamente com Coselschi, dessa vez em Paris. Ressurge a ideia da comissão permanente, mas não se cria propriamente uma organização internacional. Até o verão de 1935, trata-se da Internacional fascista em diversas ocasiões, sempre de maneira discreta. Então, bruscamente, cai silêncio sobre a organização fantasma. Não que a comissão tenha entrado na clandestinidade, simplesmente deixou de existir por duas razões. Primeiro, porque os motivos que levaram Mussolini a organizar em torno de si o fascismo internacional foram ultrapassados pela evolução do quadro: a ruptura do front de Stresa, a guerra da Etiópia e a intervenção na Espanha o inclinam a se reaproximar de Hitler e, nesse ambiente, ele não tem interesse em continuar uma empreitada que pode privá-lo das simpatias alemãs. Depois, porque Ciano julga a iniciativa de Coselschi pouco séria e não tarda a lhe cortar os meios. O genro de Mussolini foi levado a isso por um relatório muito crítico feito em 1935 pelo doutor Carlo Lozzi, seu ex-professor, sobre o congresso de Montreux. Para Lozzi, os delegados do fascismo europeu presentes ao colóquio do lago de Genebra não tinham, na maior parte, qualquer representatividade. "Nenhum interesse," escreveu, "por uma obra de doutrinação fascista, só pelas liras italianas."

Também pesou a atitude de Gravelli, verdadeiro iniciador da campanha do fascismo universal e que Coselschi eliminara da direção dos CAURs. O fundador de *Ottobre* denunciou em sua revista a inconsistência da organização iniciada em Montreux e Paris. Abandonada pelo poder, ela desapareceu em 1936.

Os laços entre os movimentos fascistas europeus e os serviços italianos foram pouco afetados por essas dissensões internas. Os relatórios que temos dos arquivos do Minculpop e dos ministérios do Interior francês e inglês não deixam dúvida. Roma financiava os discípulos estrangeiros do Duce. Em Londres, Grandi versa fundos regularmente para Oswald Mosley, fundador da British Union of Fascists. Em Paris, o cônsul Landini distribui subsídios aos neos-socialistas de Déat e Marquet, aos francistas de Marcel Bucard, mais tarde aos órgãos de imprensa do Partido Popular Francês de Doriot, *La Liberté* e *L'Émancipation nationale*. Na Áustria, a Heimwehr continua a fazer parte do orçamento dos serviços de propaganda italianos, e na Espanha José Antonio Primo de Rivera é igualmente retribuído.

O objetivo simplesmente mudou. Não se trata mais, para o chefe do governo italiano, de manter em sua vassalagem, por meio do comitê permanente, movimentos passíveis de atração para a órbita hitlerista. Por sua orientação antissemita, partidos como os do norueguês Quisling ou o do romeno Codreanu serão mais dia menos dia chamados a se alinhar com a Alemanha názi. Mussolini nada pode fazer, e sabe disso. Mas suas maiores preocupações estão alhures. O verão de 1935 coincide com a preparação do ataque à Etiópia. Mussolini multiplica as precauções diplomáticas, pois pressente sérias resistências das democracias e dos defensores da moral internacional. Acha útil manter nesses países um "partido italiano" que inclua, além dos pequenos núcleos de fascistas convictos, políticos e jornalistas dispostos a defender as posições italianas uma vez deflagrada a crise.

Além disso, é bem provável que a campanha pela universalidade do fascismo – mesmo se respondeu à expectativa de alguns intelectuais e da mocidade – tenha tido, por parte do poder, o objetivo principal de preparar terreno. Mussolini quer surgir aos olhos da opinião internacional como papa do fascismo mundial. Isso o lisonjeia incontestavelmente, mas, sobretudo, serve a seus desejos políticos ao ampliar sua

audiência no exterior. Daí a fazer triunfar o fascismo em outros países, notadamente na Inglaterra e na França, vai uma distância que ele não tem nenhuma vontade de percorrer. O fascismo permanece um nacionalismo, a justificação ideológica de uma política agressiva e conquistadora. Como tal, não tem interesse em favorecer nos grandes vizinhos da Itália o advento de um regime forte, capaz de unir e estimular as energias nacionais e criar obstáculos a seus objetivos. No máximo, Mussolini pode desejar, em uma perspectiva diametralmente oposta, que pequenos grupos devotados a ele criem entre seus adversários uma agitação geradora de instabilidade e desordem.

Tal é para o *deus ex machina* da diplomacia romana o sentido da subvenção aos fascismos nacionais no exterior. A ação provocadora dos francistas de Marcel Bucard em 1934-1935 e, mais tarde, a do CSAR de Deloncle, que fará o trabalho sujo do fascismo (como assassinar, em 1937, os irmãos Rosselli para os serviços italianos), inscrevem-se nessa linha. O mesmo vale na Inglaterra para os Black Shirts de Mosley. Mas em certos países muito fracos para terem uma política externa completamente autônoma e passíveis de se tornarem satélites da Itália, a eventualidade de um *putsch* fascista pode ser seriamente considerada em Roma. O importante apoio dado à Falange e a ajuda militar a Franco respondem a esse projeto.

Mussolini perante a opinião internacional

Os esforços do serviço de propaganda do regime para exportar uma imagem positiva da Itália fascista e de seu guia foram ainda mais compensadores porque boa parcela da opinião internacional estava afeita à ideia de aproximação com um país cujo principal dirigente barrara o caminho do bolchevismo, restabelecera a "paz social" e abrira a via da conciliação com a Igreja. É verdade que, no pior momento da crise Matteotti, raros teriam apostado no futuro do fascismo. Não que muitas vozes tenham se elevado – exceto entre os *fuorusciti* e nas fileiras da esquerda socialista e da democracia-cristã europeias – para denunciar o crime de estado contra o dirigente reformista. Mas a reação dos partidos democráticos italianos e da ala moderada do fascismo convencera muitos observadores estrangeiros do afundamento iminente do regime instaurado por Mussolini.

Com o discurso de 3 de janeiro de 1925 e a adoção, no ano seguinte, das "leis fascistíssimas," essas esperanças acabaram, e começou-se no exterior a olhar um pouco mais de perto a experiência italiana, seja para condenar seu caráter liberticida e repressivo, seja, ao contrário, para elogiar o dinamismo e a eficiência de um sistema que parecia responder às aspirações de parte das elites, havia muito em cata de uma "terceira via" entre liberalismo e comunismo.

Globalmente, a divisão de opiniões em relação ao fascismo coincide com a clássica polarização direita-esquerda. Não que na direita se seja majoritariamente favorável a um regime calcado no modelo italiano. Mas não objeta considerar a adoção ou adaptação de certos traços, como o sistema corporatista. E é bem-vindo o que no regime mussoliniano oferece uma solução para a crise e a "decadência" da democracia liberal. A esquerda, ainda que a maioria se situe no campo do antifascismo, não está ao abrigo de um contágio ideológico que afeta alguns de seus teóricos como o belga Henri de Man ou os franceses Déat, Bergery e Doriot.

Mais que o fascismo, é Mussolini quem fascina parte da elite europeia. O mito do homem da Providência ultrapassou as fronteiras italianas, veiculado e difundido pela imprensa e por uma literatura hagiográfica. Muitos jornalistas, escritores e celebridades de passagem por Roma ou vindos com o exclusivo objetivo de encontrar o ditador assediam seu secretariado por uma audiência. Nem todos têm acesso à Sala do Mappamonde. Os auxiliares do Duce fazem a triagem e ele escolhe com cuidado os convidados para um encontro de modalidade, data e duração calculadas de maneira a produzir o máximo efeito.

Algumas dessas entrevistas, por incluírem estrelas do jornalismo internacional, mereceram preparação particular. Foi o caso das que Mussolini concedeu em 1932 a Emil Ludwig, especialista em grandes personalidades políticas europeias e autor de um livro publicado às pressas e imediatamente traduzido em diversas línguas no qual desenha um retrato lisonjeiro do "mastro" da Itália fascista. Embora familiarizado com esse gênero de apresentação, Ludwig – judeu, pacifista que teve de se exilar na Suíça após o advento do nazismo – não soube perceber o quanto havia de conscientemente fabricado na atitude e nas posições de seu interlocutor. Ele nos descreve um Mussolini que o recebe quase sem preparação, improvisa sobre trechos de filosofia política encontrados em sua obra ou breves respostas a esta ou aquela observação sua, ao passo que tudo fora minuciosamente orquestrado por Mussolini, que lera a maior parte dos livros de Ludwig, especialmente as duas biografias de Napoleão e Bismarck. Durante as entrevistas, ele expõe sobre sua mesa, como se emprestasse desses autores um pouco de sua inspiração cotidiana, um Goethe e um Shakespeare, dos quais selecionara previamente algumas breves citações prontas para o uso. O charme funciona. A "simplicidade" de Mussolini e sua "cordialidade" inclinam Ludwig a tomar por verdade tudo o que o ditador lhe confia sobre si mesmo, sua juventude, sua política interna e externa, sua profunda ânsia de paz. Será preciso muito tempo para que a sedução deixe de cegar o hóspede do Palazzo Venezia. Quatro anos mais tarde, de fato, com a guerra da Etiópia recém-terminada, ele ainda evoca em termos lenientes sua ideia da política externa mussoliniana:

> A consequência mais importante dessa vitória, para mim, é que Mussolini terá a possibilidade, na guerra mundial que se aproxima, de permanecer neutro, porque já terá dado ao fascismo sua vitória; seu prestígio cresceu e ele é sensato demais para não aceitar a grande possibilidade oferecida pela neutralidade. Agora ele tem paz interna por vários anos. Por outro lado, a Europa reconheceu que estupendo diplomata tem diante de si em Roma. Ele conseguiu transferir para um país longínquo a mentalidade guerreira que contribuíra para criar e desenvolver e obter uma vitória com poucos riscos e perdas. Como os italianos não são os alemães, sua vitória não os deixará mais ávidos, mas os convidará ao repouso sobre os louros.

Emil Ludwig não é o único a considerar Mussolini uma das mais fortes personalidades de seu século, talvez o maior homem de estado vivo. Se o escritor alemão vê nele um personagem de estatura equivalente à de Stalin – para precisar em seguida que este não possui "a imaginação do italiano," sua "maleabilidade nem, sobretudo, suas qualidades magnéticas" – é ao principal artesão da revolução bolchevique que o compara, em 1932,

um cronista da *Tribune de Genève*: "Ele é único na história contemporânea. Lênin deu, é verdade, exemplo semelhante de energia e tenacidade. Mas faltava a esse eslavo a vontade equilibrada e o senso de realidade que fazem a força do ditador latino." E o *Sunday Times* proclama, mais ou menos na mesma época, que ele é "ao mesmo tempo Mazzini e Garibaldi, uma combinação sem precedentes."

Os políticos não ficam devendo cumprimentos ou gestos simbólicos que demonstram sua simpatia pelo Duce. Entre os estadistas ingleses, vimos que Churchill foi um dos primeiros a manifestar sua boa disposição e falar, mais tarde, de relações pessoais "amigáveis e fáceis" com um homem cujo único pensamento, declarou em 1927, é "o bem-estar durável do povo italiano." Duff Cooper não se mostra menos entusiástico, e Ramsay MacDonald, que criticara vivamente seu colega italiano quando estava à frente de um gabinete trabalhista (em 1923-1924, depois em 1930-1931), se diz conquistado pela cordialidade de Mussolini depois de sua viagem a Roma em 1933. Sinais de reconhecimento aos quais fazem eco os elogios de ilustres representantes do mundo intelectual, como Kipling e Bernard Shaw.

Isso não priva Mussolini da homenagem de adversários declarados da Inglaterra. O irlandês De Valera saúda um adversário do imperialismo inglês. No retorno da "mesa-redonda" em Londres em 1931 para discutir a sorte da Índia, Gandhi é recebido no Palazzo Venezia, depois em villa Torlonia, onde, fato extremamente raro, um concerto é organizado em sua homenagem e onde o apóstolo da não violência faz sua entrada precedido de sua inseparável cabra. "É um gênio e um santo," dirá Mussolini depois do encontro, que Gandhi qualifica de evento histórico.

Em fevereiro de 1934, outro adversário do imperialismo inglês – o sionista Chaim Weizmann – é admitido, em companhia da esposa, na audiência do Duce. Nessa data, Mussolini ainda não optara pela aliança alemã e seu interlocutor pensa menos nas diferenças entre a comunidade judaica da Palestina e a Inglaterra mandatária que na ameaça da política racial dos názis. É por essa razão que estimula Mussolini a "criar uma barreira contra a barbárie," aproximando-se de Londres e Paris. Curiosa troca de propostas durante a qual o Duce se declara favorável à criação de um estado judeu, reconhece que Jerusalém "não pode se tornar uma capital árabe" e, por fim, promete seu apoio ao dirigente sionista. É a última sequência do encontro que merece ser contada aqui, pelo que ensina da imagem internacional do ditador.

> *Weizmann*: Eu poderia pôr à vossa disposição uma equipe de químicos do mais alto valor, homens competentes, fiéis e leais que terão apenas um desejo: ajudar a Itália e prejudicar a Alemanha. Se preciso, encontraremos também o capital necessário.
>
> *Mussolini*: É realmente muito importante.
>
> *Weizmann*: Eu e minha mulher ficaríamos muito honrados com vossa fotografia.
>
> *Mussolini*: Vós a tereis amanhã durante o dia.
>
> *Weizmann*: Cuide-se. O senhor está com um ar extremamente cansado. Nós ainda precisamos do senhor.
>
> *Mussolini*: Muito obrigado. Como o senhor, ainda vou trabalhar por muito tempo.

Não é surpresa encontrar os admiradores mais ardentes de Mussolini nos países onde o regime era mais próximo da Itália fascista: o espanhol Primo de Rivera, o português Salazar, o húngaro Gömbös e o austríaco Dollfuss não perdiam ocasião de manifestar sua admiração pelo chefe do governo italiano, apoiados por bela parte de seus compatriotas. Em outubro de 1932, uma delegação húngara chefiada pelo ministro de Pekar foi recebida no Palazzo Venezia, portando 300 volumes com as assinaturas de dois milhões de cidadãos magiares que quiseram com esse gesto agradecer ao Duce "a amizade que tinha por seu país." Mais surpreendente é a consideração de que gozou o ditador italiano nos Estados Unidos durante os quinze primeiros anos da era fascista, da parte tanto de políticos e homens de negócios quanto de largos setores da opinião pública.

O tom foi dado, na metade dos anos 1920, pela publicação em inglês da biografia do Duce por Margherita Sarfatti. Vendida a um preço dez vezes superior ao da edição italiana, a obra ainda assim teve sucesso considerável. A personalidade fora do comum do dirigente fascista, quase assimilado a um herói de *western*, não era estranha a esse *scoop* editorial, mas a difusão do livro e seu eco midiático teriam sido sem dúvida mais modestos sem o apoio das redes relacionais que a jornalista veneziana mantinha desde antes da guerra com o mundo intelectual e a imprensa do outro lado do Atlântico. Margherita tinha entrada livre em numerosos gabinetes editoriais de grandes jornais americanos, em particular do grupo Hearst. Conhecia e frequentava vários redatores e correspondentes desses jornais na Europa. Foi-lhe fácil, portanto, promover seu livro e, ao mesmo tempo, seu herói, ao qual o diretor do escritório romano da United Press, Thomas B. Morgan, não tardou a propor uma colaboração contínua e generosamente remunerada. Não era a primeira proposta financeira que Mussolini recebia dos americanos. Ele não recusara – é, em todo caso, o que diz sua biógrafa e amante – as quase 300 mil liras oferecidas por uma empresa de cigarros que queria utilizar sua imagem com fins publicitários? Mas aceitou a de Thomas Morgan, que consistia em fornecer à agência americana uma série de artigos relacionados a sua vida pessoal, ficando a cargo da agência a difusão nos Estados Unidos. Morgan teria desejado que o Duce contasse sua infância, juventude e o início de seu engajamento político ou que comentasse a ação do governo fascista, mas Mussolini recusou: "Minha vida, não. Todo mundo sabe que sou filho de um ferreiro. A política, não. Ela é publicada diariamente. Vou contar como passo meus dias."

Assim, eles fecham acordo sobre um tema genérico, "Minhas vinte e quatro horas," o número de artigos assinados pelo ditador e as modalidades de edição. Mussolini forneceu ao jornalista americano um texto de base do qual este retirou a substância de uma dezena de *papers*, em seguida submetidos ao Duce e parcialmente revisados por ele, ou antes por Margherita Sarfatti, cujo papel nessa montagem foi considerável. Foi ela quem de fato negociou com Morgan o lado financeiro da transação e reescreveu os textos em inglês, idioma do qual Mussolini tinha apenas vagos rudimentos. Os dez artigos foram publicados nos Estados Unidos em janeiro de 1927, pela United Press. Mussolini contava seu dia a dia, falava de suas atividades gigantescas, seu regime alimentar, sua paixão pelo esporte, sua aversão ao álcool (a América estava em pleno delírio da lei-seca) e pela obesidade, sua admiração por Theodore Roosevelt, o homem do "Big Stick" etc. O sucesso da série foi tal que logo teve um editor canadense para um livro de boa vendagem.

Esse primeiro sucesso aguçou o apetite do ditador romano e de sua "agente," assim como o dos grandes chefes da imprensa do outro lado do Atlântico, a começar por William Randolph Hearst. Além de nutrir viva admiração pelo homem que a seus olhos encarnava a mais segura defesa do Ocidente contra a ameaça comunista, Hearst achava que um artigo ou uma série com a assinatura do Duce garantiriam resultado comercial aos jornais que o publicassem com exclusividade, portanto, não cabia economizar na remuneração. Margherita, por sua vez, empenhava-se em fazer subirem os lances, assegurando-se parte dos honorários recebidos pelo signatário e aproveitando sua posição de intermediária e co-autora para negociar a publicação de seus próprios artigos. Entre 1931 e 1934, dezenas de artigos, assinados uns por Mussolini e outros pela jornalista veneziana, mas essencialmente obra desta, foram publicados nos vinte e oito jornais da cadeia Hearst, atingindo milhões de americanos e difundindo uma imagem eminentemente favorável do Capo da nova Itália e de sua política.

Mussolini tinha certa fascinação pelos Estados Unidos, país onde viviam milhões de ítalo-americanos, para onde ele mesmo quase emigrara várias vezes e do qual admirava o dinamismo e a vitalidade. Ainda que condenasse o capitalismo selvagem sobre o qual a América fundara seu sucesso, achava que somente ela dispunha dos meios necessários para fazer o mundo sair da crise. E dos candidatos à presidência que disputavam em 1932 a sucessão de Hoover, o que lhe parecia mais bem-armado para atingir esse objetivo era Franklin Delano Roosevelt. Foi novamente por meio da rede de amigos e correspondentes americanos de Margherita Sarfatti que, durante o segundo semestre de 1932, momento em que a campanha presidencial estava no auge, ele pôde entrar em contato com o candidato democrata. Os dois trocaram mensagens das quais os arquivos não guardaram registro, mas que, de acordo com diversas testemunhas, são permeadas de grande cordialidade. A vitória de Roosevelt nas eleições de novembro foi saudada pelo Duce como "terceira via" entre as injustiças do capitalismo e a brutalidade do comunismo e, logo, como homenagem a sua própria política. De seu lado, o presidente americano se dizia muito interessado na experiência fascista, afirmando ao ministro italiano das finanças Guido Jung, em visita a Washington, que considerava Mussolini seu "único aliado potencial no trabalho para salvaguardar a paz mundial," e a Itália, "a única verdadeira amiga dos EUA na Europa." Aqui, como com Churchill e muitos outros políticos ocidentais, foi preciso tempo e que a Itália se comprometesse resolutamente com o campo hitlerista para que se apagasse a imagem de um Mussolini aceitável e, por que não, aliado das democracias nos confrontos internacionais, quer na luta contra Hitler, quer no enfrentamento de nova ofensiva revolucionária.

Na França, nem a classe política nem a *intelligentsia* – nessa data orientada à direita – nem a imprensa permaneceram insensíveis às sereias mussolinianas. A ação da grande colônia antifascista difundida pelas organizações políticas e sindicais de esquerda demonstrou para uma grande parte da opinião pública que o fascismo não se reduzia a trens no horário e escavações arqueológicas em Roma, que havia um preço a pagar pelo restabelecimento da ordem e de um sistema que aspirava a suprimir as lutas de classe, e o preço incluía a privação das liberdades, a eliminação de toda forma de oposição e objetivos que terminavam inelutavelmente em guerra.

Mas até a metade dos anos 1930 apenas uma minoria fortemente politizada à esquerda manifestou por Mussolini e seu regime hostilidade militante. A massa da opinião pública é indiferente ao que se passa do outro lado dos Alpes, considerando o

fascismo um produto não exportável para um país como a França, achando que Mussolini tem seus méritos por erguer uma barreira contra o comunismo e que só merecem ser condenados os excessos de seus partidários. À direita, do lado das ligas mas também das fileiras conservadoras clássicas, o discurso é mais claramente apologético, centrado na personalidade do Duce e chegará ao ápice durante a viagem a Roma do ministro do Exterior, Pierre Laval, em janeiro de 1935.

É preciso dizer que os serviços de propaganda da Itália fascista não economizaram recursos para criar na França – país que abriga perto de um milhão de italianos no início dos anos 1930, do qual ao menos trinta mil são refugiados políticos – uma rede de organizações dependentes dos consulados ou diretamente do PNF, às quais Mussolini deu a tarefa de transmitir uma imagem positiva da nova Itália. Os principais instrumentos dessa política são os *Fasci all'estero*, fasci constituídos no exterior. Dotados de recursos e de efetivos longe de simbólicos, eles existem na maioria das cidades – grandes ou pequenas – com colônia de *émigrés*, mais de 250 em 1938, um quarto das organizações desse tipo em todo o mundo. Exercendo sua atividade de propaganda nas *case d'Italia* (casas da Itália), os *Fasci* e os organismos que gravitam em torno deles (Balilla, Dopolavoro, grupos esportivos, círculos culturais, trupes teatrais) ajudam a criar em parte da população de *émigrés* e na opinião de muitos franceses a imagem de um Mussolini árbitro da Europa e artesão da paz interna, mas também, sempre que se atendam suas "legítimas reivindicações," um Mussolini garantidor da ordem internacional concebida pelos vencedores.

Não surpreende que o ditador fascista tenha conseguido fazer representar, na Paris do início dos anos 1930 – capital do antifascismo no exílio – uma peça de teatro assinada por ele sem que o evento suscitasse algo além de vagas recriminações da imprensa esquerdista. O evento é pouco conhecido e merece que nos detenhamos nele por um instante, pois revela um clima que, nessa data, está longe de ser desfavorável ao fundador dos *Fasci*. Foi em 1929, após ler *Napoleão*, de Emil Ludwig, que Mussolini teve a ideia de uma peça de teatro cujo tema seria a sequência final da era napoleônica. O Duce sempre tivera gosto acentuado pela arte dramática. Lembremos que ele tentara redigir esboços de tragédias e, durante a última fase de preparação da Marcha sobre Roma, passara todas as noites no teatro, em companhia às vezes de Rachele, às vezes de Margherita Sarfatti. Daí a produzir um texto completo respeitando as regras do gênero havia uma distância que não se sentia capaz de cobrir, por falta de tempo e competência. Para dar corpo ao projeto, teve a ideia de apelar para um profissional reconhecido, Gioacchino Forzano, dramaturgo e cineasta de renome (devemos a ele, entre outras, a célebre *Camicia nera*), que conhecera por intermédio de Gabriele d'Annunzio e ao qual enviou uma sinopse detalhada, pedindo-lhe para imaginar o móbil da peça e redigir os diálogos.

Indagado por Forzano sobre suas razões para centrar a proposta no fim da epopeia imperial, Mussolini teria respondido que desejava destacar o que Napoleão dissera em Santa Helena sobre os Estados Unidos e a Europa. Em alguns meses, a peça estava pronta. Forzano bordara sobre o cenário imaginado pelo Duce os quatro atos de um drama histórico intitulado *Campo di maggio*, que em sua versão francesa se chamou *Les cent jours*. Durante a redação da obra, os dois se encontraram várias vezes, trocando ideias, manifestando acordo ou desacordo sobre este ou aquele ponto, acrescentando ou retirando trechos da versão inicial. Mussolini fizera diversas correções a essa versão, mas

se recusou a admitir sua co-paternidade da peça produzida por Forzano e representada na Itália sob sua assinatura. Teria temido que um fracasso prejudicasse seu prestígio ou que, ao contrário, o sucesso da peça fosse atribuído ao medo do público.

O êxito de *Campo di maggio* nos teatros da Itália suscitou traduções e adaptações no exterior. Em Budapeste, a peça triunfa. Em Praga, ao contrário, as representações dão lugar a violentas manifestações antifascistas. Rapidamente, as propostas de contrato afluem de todas as partes, especialmente dos Estados Unidos e da América Latina. É claro que o segredo da co-paternidade não fora guardado por muito tempo. Forzano sentia algum remorso, tendo compreendido que o interesse do público internacional se devia mais à personalidade do "co-autor" que a sua reputação. Multiplicando os pedidos ao Duce, terminou por convencê-lo a fazer figurar seu nome na peça para representações em teatros estrangeiros.

Traduzida para o francês, a peça foi encenada pela primeira vez em novembro de 1931, no Théâtre de l'Ambigu, com o nome de Mussolini no cartaz e sua fotografia no programa, ao lado dos atores e de Forzano. A tradução fora de André Mauprey e a produção de Firmin Gémier, que desempenhava o papel principal. A escolha pode surpreender, já que ambos eram conhecidos por suas simpatias pela esquerda. Especialmente Gémier, que não somente era um comediante de reputação internacional, mas também, na direção de seu Teatro Nacional Ambulante, fora militante do teatro popular. Foram a "potência da peça" e sua "emoção" que, acreditando-se em Mauprey, entrevistado para *Candide* por Pierre Lazareff, teriam causado a adesão do precursor do TNP. É mais provável que tenham sido as perspectivas financeiras da operação que o levaram a aceitar a proposta de Fernand Rivers, diretor do Ambigu, e se comprometer com a promoção de um espetáculo inicialmente concebido pelo fundador do fascismo: não por preocupação de ganho pessoal, mas porque pensava assim obter subsídios para a Sociedade Universal do Teatro, que criara em 1926 e na qual investira parte de sua fortuna.

A escolha do produtor e do ator principal não foi deixada ao acaso. Gémier era socialista. Para seus amigos políticos, estava fora de questão que ele pudesse ajudar uma operação de propaganda fascista e, de fato, mesmo se interrogando sobre os motivos do ator e o significado da peça, a imprensa de esquerda não fez nenhum ataque frontal. Nas ruas, Fernand Rivers se precavera pedindo ao chefe de polícia Jean Chiappe, cuja simpatia pelas ligas era conhecida, para cuidar que nenhuma manifestação hostil atrapalhasse as representações. Chiappe se apresentou como garantidor da manutenção da ordem e afirmou aos organizadores julgar muito favoravelmente uma obra que glorificava um gigante da história junto ao qual um de seus bisavôs desempenhara papel ativo. Imediatamente, procedeu-se a uma pequena maquiagem de última hora, introduzindo na versão francesa da peça um personagem que encarnava o ancestral do chefe. Deliciado com essa homenagem, ele assistiu à *première* de *Cent Jours* acompanhado por um serviço de manutenção da ordem "discreto." Não houve incidentes.

Pode-se supor que o sucesso da peça se deveu mais à qualidade da produção e da distribuição de papéis – além de Gémier, que interpretava Napoleão I, dois dos papéis principais eram desempenhados por artistas célebres: Henri Beaulieu era Fouché e Suzanne Munte era Letizia Bonaparte – que à mensagem política dos autores. Além disso, o texto inicial fora bastante editado, suprimindo-se, com o acordo de Mussolini,

os trechos mais verborrágicos. Ainda assim, a adaptação de *Campo di maggio* continha certo número de tiradas que exaltavam o chefe carismático, os Estados Unidos da Europa moldados se necessário pela guerra e conduzidos por uma personalidade fora do comum, a adesão do povo ao regime instaurado pela força. O parlamentarismo era copiosamente fustigado, para grande satisfação de um público risonho e adepto dos temas da contestação das ligas. Desse modo, ouvia-se Napoleão responder a Fouché, falando da representatividade das assembleias parlamentares:

> Não, monsieur Fouché, o armeiro de Marselha que me envia cem fuzis, o pobre seleiro de Bolonha que dá oitenta selas para a cavalaria, os operários de Vesoul (...), esses negociantes que me deram 10 mil francos, os camponeses de Argonne que cavam trincheiras e não querem dinheiro (...), os soldados do 79º regimento que, para economizar cartuchos, querem atacar com baionetas, e essa mulher francesa que veio até mim estendendo o que eu achava ser uma súplica – eram suas economias que ela estendia, amarradas em uma fita vermelha da Legião de Honra. (*Mostrando a lista*.) Estes representam a pátria, monsieur Fouché. Não seus quinhentos advogados que quatro granadeiros poderiam fazer fugir a coronhadas.

A era Grandi

Confiando a direção da diplomacia italiana a Dino Grandi, em setembro de 1929, Mussolini – que exercera essa função por sete anos – quis passar a seus sócios europeus uma mensagem clara: a Itália, sem renunciar à revisão dos tratados e à redistribuição do butim colonial, aceitava se portar como potência responsável, respeitadora do direito internacional e desejosa do papel de árbitro na cena internacional. O homem que substituía o Duce no Palazzo Chigi não era diplomata de carreira, mas não lhe faltavam inteligência ou *finesse* e, sobretudo, ele tivera tempo, em quatro anos de subsecretário do Exterior, de aprender as regras do ofício e se familiarizar com os costumes do meio. Grandi, como se viu, antagonizava, por sua personalidade, a maior parte dos dirigentes fascistas. Como Ciano, frequentava os salões da moda e o mundo aristocrático. A imprensa inglesa o chamava de "hierarca no máximo da forma" e o establishment internacional o tinha por um dos seus. Em Genebra, onde representava a Itália na Liga das Nações, não teve problemas para se integrar à elite da diplomacia mundial.

Ao lhe ceder o lugar no Palazzo Chigi, Mussolini dissera: "Eis seu escritório. Eu me transfiro para o Palazzo Venezia. Mantenha-me a par dos principais acontecimentos. Você acumulará como delegado da Itália na Sociedade das Nações, mas não se deixe corromper pela pérfida atmosfera de Genebra." Na verdade, Mussolini conhecia bem a predisposição de seu colaborador – detentor, aos trinta e quatro anos, do mais prestigioso dos cargos ministeriais – para sofrer a atração do meio genebrino. Mas no momento em que o entronizou em suas duplas funções de ministro e chefe da delegação italiana na Liga, essa suposta permeabilidade de Grandi à ideologia da Liga servia a seus propósitos. O fascismo precisava, ao menos por certo tempo, dar-se uma imagem de respeitabilidade, e o antigo *Ras* de Bolonha reunia todas as características necessárias para ser seu propagador.

Assim, durante quase três anos Grandi terá a responsabilidade pela política externa fascista. Suas ideias são simples: política de boa vizinhança com a França, amizade com a Inglaterra, prudência com a Alemanha e a União Soviética, aceitação ao menos formal dos princípios proclamados em Genebra. Elas definem uma política de bom senso, moderação, "recolhimento," tempo para a Itália adquirir os meios para uma atuação internacional mais incisiva. No fundo, quando Grandi assume suas funções, elas nada contêm que possa irritar o chefe de governo, ele mesmo bem consciente da medíocre capacidade militar e financeira do país. Simplesmente, onde o inquilino do Palazzo Chigi vê uma política de longo prazo, o Duce concebe apenas movimentos táticos e enxerga mais uma vitrine atrás da qual a Itália se empenha em polir suas armas que uma adesão à nova ordem internacional.

O que Mussolini tenta é repetir, no campo internacional, a estratégia da cenoura e do porrete que empregara tão bem dez anos antes no plano interno: de um lado, o discurso leniente e pacífico de Grandi e destinado aos estados respeitadores dos tratados; do outro, as cintilações ameaçadoras do verbo mussoliniano, visando à mobilização das massas italianas e dos aliados potenciais do revisionismo fascista. "Pouco importa o que digo às minhas multidões!" – explicará um dia ao chefe de sua diplomacia. "Por que você acha que o fiz ministro do Exterior, senão para poder me exprimir aqui como bem quiser?"

Duplo discurso, portanto, mas que não recobre, ao menos não no início da era Grandi, duas políticas distintas. Durante mais de um ano, com efeito, embora suas propostas sejam diferentes, os dois atuam em consenso, num quadro internacional que é ainda o da era Briand-Stresemann e inclina as potências ao apaziguamento. Só com a explosão da crise, que, como se sabe, chega à Europa em 1931, e o crescimento do hitlerismo que pressagia grande mudança na Europa, Mussolini mudará de ombro seu fuzil e se oporá mais claramente a Grandi, cuja margem de autonomia – será preciso lembrar? – é extremamente reduzida.

Em janeiro de 1930, quando se abre a 58ª sessão do Conselho da Liga das Nações, é por sua voz que se exprime a diplomacia italiana, e pela primeira vez essa é a voz de um ministro fascista. Ora, as palavras de Grandi na tribuna de Genebra são de tom diferente daquelas de que faz uso o ditador. Grandi fala da vontade pacífica de seu país, de seu desejo de ver as nações europeias viverem em bons termos e da preocupação do governo de Roma em fazer vigorar uma política de desarmamento. Declarações calmantes, portanto, e que são retomadas pelo próprio Grandi quando se abre uma semana mais tarde, em Londres, a conferência sobre redução do armamento naval. O tratado assinado em Washington em 1922 pelas cinco principais potências navais do planeta fixara a proporção de encouraçados que os estados signatários podiam ter. O coeficiente 5 fora atribuído paritariamente aos Estados Unidos e à Inglaterra, contra 3 ao Japão e 1,75 à Itália e à França. Já em Londres, as discussões giram em torno das unidades ligeiras de superfície e dos submarinos e, embora os três maiores interessados tenham chegado finalmente a um acordo, a conferência termina em abril de 1930 sem que franceses e italianos consigam se entender.

O mesmo Aristide Briand que, em Washington, se mostrara conciliador com a Itália e assumira em 1925 a direção da política externa da França, em Londres se revela intransigente sobre a paridade naval com um país cuja vontade pacífica lhe parece duvidosa. Um verdadeiro diálogo de surdos entre a delegação francesa e a do governo de

Roma. A primeira insiste que a França tem três frentes marítimas para defender e não pode aceitar paridade com sua vizinha do sudeste. A segunda destaca o caráter absolutamente vital para a Itália da segurança de suas rotas marítimas e rejeita o pedido francês de um diferencial de 240 mil toneladas. Nem uma nem outra se afastam da posição inicial.

Na primavera de 1930, enquanto em Genebra Grandi se empenha em dissipar a impressão desfavorável causada pelo fracasso parcial da conferência de Londres, Mussolini inicia uma campanha ameaçadora em relação às democracias, particularmente a França. Em 11 de maio, em Livorno, proclama diante da multidão agitada:

> Não temos nenhum desejo de embarcar em aventuras temerárias. Mas aqueles que poderiam ameaçar nossa independência e nosso futuro não sabem a que grau de febre posso fazer subir o povo italiano. Não sabem a que altura posso erguer a nação italiana, no caso de a revolução dos camisas-negras ser interrompida. Toda a nação – moços e velhos, camponeses e operários, com ou sem armas – formará a massa compacta, o bólido humano que poderá ser lançado contra qualquer um.

Seis dias mais tarde, em Florença, diante de um "mar" de gente e depois de idênticas advertências pronunciadas em Lucca e em Pistoia:

> Existem, para além das fronteiras, seitas, grupos, partidos, homens que, organizados em uma cooperativa de exploração dos imortais princípios, não se recusariam a desencadear uma guerra contra o povo italiano. Cá os esperamos. (...)
>
> Quero afirmar, aqui e agora, que nosso programa será completado até a última tonelada e cada uma das trinta e nove unidades de batalha será lançada. A vontade do fascismo é uma vontade de ferro. É matemática. Nossa vontade não refuga obstáculos, ela os enfrenta. Tenho certeza de que o povo italiano, em lugar de permanecer prisioneiro do mar que em outros tempos pertencia a Roma, fará todos os sacrifícios possíveis. (...) Palavras são belas coisas, mas fuzis, canhões, navios, aviões são ainda mais belos. Na madrugada de amanhã, o espetáculo de nossas forças armadas revelará ao mundo a face calma e guerreira da Itália fascista.

Discurso de utilidade interna que parecia desmentir as palavras de Grandi diante do senado, logo em seguida à turnê incendiária do chefe do governo. Mas, repitamos, essa discordância aparente não traduz por enquanto divergência de fundo. Na partitura a duas vozes executada pelo Duce e seu ministro, nada é verdadeiramente improviso. Em Genebra, Grandi se dedica com certo sucesso a tranquilizar a comunidade internacional quanto às intenções reais da Itália. Em Roma, o Duce mobiliza a opinião pública sobre o tema da nação proletária que não tem medo dos ricos e está pronta a enfrentar o mundo inteiro se sua "independência" e seu "futuro" forem ameaçados. Com exceção da França e de seus clientes danubianos, com os quais existem reais objetos de confronto, ninguém na Europa atribui importância excessiva a suas ameaças.

Até o fim de 1931, Grandi terá alguma liberdade para levar adiante uma política que

não contraria – ao menos não ainda – o patrão da Itália fascista. Pacífica e moderada em sua formulação, essencialmente "genebrina," ela nem por isso deixa de se opor às empreitadas "hegemônicas" da França, com a delegação italiana resistindo, por exemplo, ao projeto Briand de União Europeia e apoiando na Liga as demandas alemãs de igualdade de direitos e revisão dos tratados. Mesmo em uma questão que envolve diretamente a segurança da Itália como o *Anschluss* (o projeto de união aduaneira austro-alemã assinado em março de 1931 pelo chanceler austríaco Schober e pelo ministro do Exterior do Reich Curtius), o inquilino do Palazzo Chigi se empenha em ter uma posição diferente da França.

Durante a conferência sobre o desarmamento em Genebra reunida em fevereiro de 1932, na qual estão representados mais de sessenta países, inclusive os Estados Unidos e a União Soviética, não afiliados à Liga das Nações, o chefe da delegação italiana sucessivamente manifestará a oposição de seu país ao plano Tardieu – que previa a arbitragem obrigatória da Liga e a criação de uma força internacional dotada de armamento pesado – apresentará seu próprio projeto de supressão total de artilharia pesada, tanques, encouraçados, porta-aviões, submarinos e aviões de bombardeio e apoiará a proposta do presidente americano Hoover. Interrompida em 21 de julho, a conferência retomará seus trabalhos somente no fim de agosto, quando a delegação alemã exige a abrogação pura e simples das cláusulas do Tratado de Versalhes que impõem à Alemanha o desarmamento unilateral. Grandi não terá ocasião de se manifestar sobre as exigências do Reich. Em 20 de julho, Mussolini lhe falara de seu desejo de retomar a direção da política externa – com Fulvio Suvich como subsecretário de estado – e enviá-lo a Londres como embaixador.

Um passo em direção à Alemanha

> Após dirigir por vários anos o ministério do Exterior, Grandi foi substituído. Por quê? Desde que começara a frequentar Genebra assiduamente, ele se mimetizou consideravelmente naquele ambiente pérfido. Sua linha era agora "da Liga." Ele sem dúvida adquiriu certo renome no mundo internacional. Visitou praticamente todas as capitais europeias, inclusive Ankara. É considerado homem de tendências democráticas, homem de direita na política externa do fascismo. Após o fracasso do Pacto dos Quatro, adotando uma política diferente da sua, um dia ele foi substituído, e o governo o mandou embaixador para Londres.

Assim se exprime Mussolini em sua *Storia di un anno*, publicada em 1944, na qual o Duce instrui o processo de seu antigo ministro, protagonista número um da conjura de 25 de julho. Que o requisitório tenha sido influenciado por esse evento, não há dúvida. Mussolini simplesmente se esquece de dizer que durante muito tempo Grandi foi apenas o executante fiel de uma política cujas grandes linhas eram fixadas por ele mesmo e que a imagem do inquilino do Palazzo Chigi – objeto de críticas reiteradas de certos hierarcas – era usada pelo ditador para compensar os excessos de um discurso de política externa de uso essencialmente interno. Os anos Grandi coincidem com o apogeu do regime e com o momento de melhor funcionamento dos compromissos sobre os quais ele

repousava: compromisso entre uma população que aspirava à paz e uma elite partidária que fazia do discurso guerreiro e da mobilização das massas em torno da ideia imperial a base de seu projeto totalitário.

Por três anos, Mussolini se movimentou habilmente nos dois registros, deixando a Grandi uma autonomia de discurso e comportamento que lhe permitia assegurar a relativa benevolência das democracias – especialmente a Inglaterra – e brandindo uma argumentação enérgica, adequada às expectativas dos altos dirigentes fascistas, desejosos, como Balbo, de ver a Itália ajustar sua política externa a uma ideologia que repudiava o pacifismo e o "liguismo" em vigor à margem do lago Leman. Se finalmente decidiu terminar a missão de Grandi, foi não somente porque a pressão dos hierarcas se tornou mais forte no Gran Conselho (em particular na sessão de abril de 1932), mas também por sentir que, em função da crise, alguma coisa mudava na Europa, no sentido de uma ruptura do equilíbrio entre as potências, e que a Itália podia tirar proveito desse eventual embaralhar das cartas.

O crescimento hitlerista na Alemanha parece ter motivado essa mudança de direção da diplomacia mussoliniana. As eleições de setembro de 1930 foram marcadas por um forte impulso do partido názi, que obteve 6,5 milhões de votos e 107 cadeiras no Reichstag. Derrotado por Hindenburg para presidente em abril de 1932, Hitler mesmo assim teve 13,5 milhões de votos, e nas legislativas de julho 14 milhões de alemães deram seu voto ao NSDAP Partido dos Trabalhadores Nacional-Socialista Alemão, o Partido Názi [NT: *Nazi, abreviação usual que significa nacional-socialista,* nationalsozialist*, nazi*]. Diante do que parece ser uma irresistível maré que levará o principal dirigente názi a primeiro-ministro, Mussolini se sente confortado em suas visões revisionistas. Ainda está longe de pensar em aliança com uma Alemanha que, sob a autoridade hitlerista, torna-se novamente potência militar de primeiro plano. Mas a vitória do nazismo e o rearmamento do Reich, que não tardaria a se seguir ao estabelecimento da ditadura, parecem-lhe de natureza a revolucionar a relação de forças na Europa em benefício dos estados contestatórios da ordem internacional imposta pelas democracias vitoriosas. Desse modo, a Itália poderia jogar com o novo equilíbrio das potências e fazer subirem as apostas na queda de braço entre os estados "satisfeitos," clientes ou aliados da França, e os países "revisionistas," de agora em diante agrupados sob o duplo patrocínio de Roma e Berlim.

O Duce está ainda mais inclinado a retomar o revisionismo ativo e adotar uma atitude benevolente em relação à Alemanha porque, a seus olhos, o sucesso de Hitler confirma o poder de atração do fascismo. Pois o Führer do Partido Názi não proclama desde novembro de 1922 sua admiração por Mussolini e sua vontade de ter em seu país um governo nacional inspirado no modelo fascista? Não citou o ditador italiano quando foi processado depois do "*Putsch* da cervejaria" e, em muitas aparições públicas, exaltando os feitos do fascismo? Essas homenagens a ele e ao regime que instaurou lisonjeiam Mussolini, e se entende que a chegada do Führer à chancelaria tenha sido aplaudida por ele com um entusiasmo partilhado pela imprensa fascista.

Encorajado pelo que apresenta como sinal da vocação universal do fascismo – tema do discurso de outubro de 1932 em Milão ("Em dez anos, a Europa será fascista ou fascistizada!") – Mussolini retomará a agitação revisionista à qual parecia ter renunciado dois anos antes, apoiando as reivindicações territoriais da Hungria, dando apoio financeiro e logístico aos nacionalistas croatas e macedônios e à Heimwehr austríaca e,

sobretudo, apoiando as exigências da Alemanha de restabelecimento de sua soberania e de igualdade de direitos em matéria militar. Jogando dos dois lados, afirma tanto que a política de revisão dos tratados tem o único objetivo de fazer à Europa "a imensa economia de uma guerra" quanto que a Itália é "um campo imenso onde milhões de homens treinam para a grande batalha que terá lugar amanhã ou nunca!"

O Pacto dos Quatro

Reforçado pela expansão internacional do fascismo, Mussolini surge no início de 1933 – a despeito de suas declarações tonitruantes – como árbitro de uma situação europeia em mutação. Se a Itália adotar concreta e definitivamente o lado dos vencedores ou o dos vencidos de 1918, o equilíbrio do Velho Continente será radicalmente modificado. Hitler tem perfeita consciência disso. Assim, depois de sua chegada ao poder, falando aos representantes da imprensa italiana, afirma com vigor seu desejo de ver Itália e Alemanha em "estreita amizade." Semanas mais tarde, abrindo em Berlim uma exposição de pintura italiana moderna, evoca a Göring – comissário do Reich para a aviação e ministro prussiano do Interior – as afinidades ideológicas entre fascismo e nazismo, enquanto prosseguem e se multiplicam os contatos pessoais entre os dois ditadores por intermédio do major Giuseppe Renzetti, oficialmente presidente da Câmara de Comércio Italiana de Berlim, mas de fato – e havia muito tempo – emissário particular do Duce junto à extrema direita alemã.

Em Paris, vê-se com certa inquietude esse início de idílio entre os dois ditadores. A Itália, que os estadistas franceses até então tiveram a tendência de considerar desprezível, passa a ser valorizada, inclusive nas fileiras da esquerda, de volta ao poder depois das eleições de 1932. Herriot e seus sucessores, Joseph Paul-Boncour e Édouard Daladier, tentarão retomar boas relações com a "irmã latina." Nessa tentativa de reaproximação, o papel principal será desempenhado por Paul-Boncour, não como primeiro-ministro – seu gabinete não durará mais que um mês – mas como ministro do Exterior dos quatro governos seguintes. Nada, é verdade, predispõe esse antigo advogado defensor dos sindicalistas, "socialista independente" e discípulo incondicional de Briand, à menor simpatia por Mussolini e seu regime. Alguns anos antes, ele chamara o Duce "César de carnaval." Mas os tempos mudaram e, lembra ele nas memórias publicadas depois da guerra, "em 1933 não havia escolha." É o que pensam igualmente Herriot e vários políticos pertencentes à esquerda e à direita moderadas, como Joseph Caillaux ou Henry Bérenger, inamovível presidente da comissão de relações exteriores do senado.

Herriot mostrou o caminho em um discurso no congresso radical-socialista de Toulouse, em novembro de 1932. "Nada pode ser mais infeliz," declarou o prefeito de Lyon, então na presidência do Conselho, "que a persistência de um mal-entendido nos opondo a um grande povo que entrou na guerra conosco e com o qual não fomos moralmente justos. Na origem desse mal-entendido, estiveram palavras imprudentes que não se tem o direito de dizer a um povo cujos monumentos aos mortos são tão numerosos quantos os que – *ahimé!* – fazem da França um calvário."

Contatos com a delegação italiana foram feitos em Genebra por René Massigli e, em dezembro de 1932, Henry Bérenger fora a Roma, onde encontrara diversas personalidades fascistas. O terreno, portanto, estava preparado para uma aproximação

direta de Mussolini, e foi nessa perspectiva que Paul-Boncour decidiu substituir o representante da França no Palazzo Farnese, Maurice de Beaumarchais, por seu "velho amigo" Henry de Jouvenel, senador de esquerda e partidário convicto de uma reaproximação com a Itália mussoliniana.

Jouvenel também fizera parte da delegação francesa na Liga das Nações e professava viva fé "liguense." Mas considerava a Itália peça essencial na ordem europeia. Não, como se disse, por afinidade ideológica com o fascismo ou admiração pelo Duce. Como muitos políticos de sua geração, ele achava que, mesmo com Mussolini havendo dado muito a seu país, as soluções a que recorrera não eram aplicáveis a um país como a França.

> A disciplina de produção – escreve no prefácio de um livro – a Itália estabeleceu. A crise de estado a Itália resolveu. O sindicalismo a Itália integrou a sua organização política. Se foi por vias diferentes das percorridas por nossos governos de ontem, hoje e amanhã, e ao preço de uma liberdade à qual nossa República está ligada, ainda assim as soluções do fascismo merecem a atenção respeitosa devida a toda obra positiva.

Desde o início, se acertara entre o ministro e seu embaixador que a missão deste não excederia a seis meses. A confiança de que Jouvenel gozava junto a Paul-Boncour e o fato de pertencer ao mundo político e não à carreira diplomática asseguravam ao novo embaixador relativa autonomia de movimentos, que ele se esforçaria para aproveitar iniciando um diálogo direto com Mussolini. Sua margem de manobra era reduzida. Paul-Boncour o encarregara de fixar com o governo de Roma "os princípios de um entendimento durável que associe por longo tempo os interesses dos dois países," mas aparentemente não havia grande coisa a negociar, uma vez que a França pretendia manter seus laços privilegiados com a *Petite Entente*, fazer observar o respeito absoluto aos tratados, opor-se a toda forma de revisionismo, assegurar a salvaguarda da paz pela aplicação pura e simples do *Covenant*, o Pacto da Liga das Nações e, claro, não fazer qualquer concessão substancial de seu patrimônio colonial. Permaneciam a questão do desarmamento e os problemas econômicos, que, na opinião de Paul-Boncour, podiam revelar pontos de convergência entre os dois países. Afinal, pouca coisa que apresentar a Mussolini, enquanto se desenvolvia na imprensa italiana uma violenta campanha antifrancesa motivada por uma declaração intempestiva de Herriot na comissão de relações exteriores da Câmara referente a um pretenso tratado ítalo-germano-húngaro.

Jouvenel teve de esperar várias semanas antes de encontrar os responsáveis pela diplomacia italiana, primeiro Suvich, depois o próprio Mussolini, que finalmente o recebe em audiência no dia 3 de março. Chegando ao Palazzo Venezia, o embaixador teve a surpresa de encontrar um interlocutor relativamente sereno, seguro de si e decidido a "pôr as cartas na mesa." "Não achei," escreveu Jouvenel, "que seria tão fácil." Em vez de abordar ponto por ponto as questões pendentes entre os dois países, o Duce convidava a diplomacia francesa para um acordo geral. Era preciso, disse, "distender nossas relações (...) reaproximar nossos pontos de vista sobre a organização da Europa." Entre a aliança – "cuja natureza divide a Europa mais que a une" – e a "agradável vizinhança," por que não escolher a via de um "entendimento político"? Um pouco aturdido, Jouvenel não opõe "qualquer contradição" à longa peroração do ditador, "primeiro para não

interrompê-lo, depois para não dar, naquelas circunstâncias, o menor pretexto ao chefe do governo italiano para se lançar na direção de Hitler e da Alemanha." Fala-se do Corredor, de Dantzig, das fronteiras da Hungria, da Áustria, da Albânia. Está-se de acordo em que "é preciso primeiro trabalhar o entendimento." Mussolini conclui: "Evitemos antes de tudo que as pequenas nações façam com que disputem entre si as grandes, já demais sacrificadas por interesses que nem sempre as concernem diretamente."

O véu sobre o que passava pela cabeça de Mussolini foi retirado apenas quinze dias mais tarde. Aparentemente, foi durante um fim de semana em Rocca delle Camminate, em 4 de março, que ele esboçou as grandes linhas de seu projeto de "Pacto dos Quatro," apresentado no dia 9 aos membros do *Gran Consiglio* e adotado no mesmo dia. Tratava-se, grosso modo, de substituir o sistema de segurança coletiva, caro à organização genebrina, por um diretório das quatro principais potências europeias: Inglaterra, França, Itália e Alemanha. Era a restauração de "Concerto das Nações" que presidira, durante a maior parte do século XIX, os destinos do Velho Continente. Era, sobretudo, introduzir no regulamento das relações internacionais o princípio da revisão dos tratados, claramente evocado no artigo 2º do projeto mussoliniano, sob a cobertura da Liga das Nações (o artigo 19 do *Covenant* estipulava que, a convite da Assembleia, os membros da Sociedade poderiam proceder a "um novo exame dos tratados tornados inaplicáveis"). Era nesse ponto que as posições francesa e italiana mais divergiam, assim como na questão da igualdade em matéria de armamento introduzida no artigo 6º. O inglês MacDonald partilhava das reticências dos franceses, ao passo que Hitler, ao contrário, declarava-se favorável a um projeto que von Papen chamou de "genial." Atribuiu-se frequentemente a Jouvenel a paternidade do Pacto dos Quatro. Ora, se é verdade que, ao conhecer as intenções do Duce, o embaixador multiplicou os pedidos para tentar tornar o tratado aceitável por seu governo, é a Mussolini que cabe a iniciativa do projeto. Além disso, o ditador italiano deixou bem claro o que estava em jogo no debate:

> Ou nos alinhamos dois a dois – declarou Mussolini ao diplomata francês – com Inglaterra e França de um lado, Itália e Alemanha do outro, contrapostos bloco contra bloco numa situação grave, ou nos entendemos a quatro para uma colaboração, e a Europa e o mundo começarão a respirar.

O embaixador não precisou de ajuda para pôr os pingos nos is. Viu que do destino da proposta mussoliniana dependeria o destino da Europa e da paz e que a chance para a França não viria duas vezes. Por ora, Mussolini se dizia hostil à política de blocos. Reconhecera que uma das justificativas para o Pacto dos Quatro era "manter a Alemanha de rédea curta" e impedir Hitler de anexar a Áustria. Para preservar o essencial não valia atender algumas reivindicações revisionistas? Foi o que o embaixador francês tentou explicar a seu ministro em um telegrama de 25 de março:

> Quando a França leva sozinha o peso de quatro nações das quais duas há muito desapareceram e duas triplicaram seu território e sua população, para que ela ponha a existência e o futuro dessas quatro nações sob a garantia das quatro grandes potências ocidentais facilitando os Estados Unidos da Europa, não será

> esse Pacto do interesse da França – garantidora única da paz entre Alemanha e Polônia, e entre Alemanha e Tchecoslováquia – e do interesse dessas quatro nações aliadas em perigo, mesmo ao preço de algumas concessões locais?

Na França não faltavam, à esquerda e à direita, políticos como Jouvenel, achando que um obstáculo à junção das duas ditaduras merecia algum desvio na intangibilidade das cláusulas territoriais dos tratados. Herriot era contra, mas Paul-Boncour, Caillaux e alguns do cartel das esquerdas eram favoráveis a um entendimento com a Itália. Em Roma, Jouvenel o tentava propondo a Mussolini retoques em seu projeto. A oposição viera inicialmente do Führer, que o Duce terminou por convencer e que aderiu ao pacto para agradá-lo, contra o conselho de Wilhelmstrasse. Mas houvera protesto geral dos poloneses e dos estados balcânicos aliados da França, ao qual a imprensa francesa fez eco. A Bélgica e a Turquia de Mustapha Kemal seguiram o exemplo do protesto, e o conselho da Petite Entente publicou uma declaração hostil ao projeto. O Quai d'Orsay, onde se ativava um *lobby* anti-italiano organizado por Alexis Léger e René Massigli, empenhou-se em frear as negociações, depois paralisá-las.

Finalmente, o ministério francês do Exterior elaborou um contraprojeto que esvaziava o plano mussoliniano de toda substância. Não se discutiam mais a igualdade de direitos para a Alemanha nem o "concerto europeu" para questões diplomáticas e coloniais. Apenas uma vaga declaração de intenções: os quatro signatários se comprometiam a uma colaboração para manter a paz, no âmbito da Liga das Nações. Não se podia dispor do território de nenhum estado sem seu consentimento e, em caso de revisão, a decisão seria tomada não pelos Quatro, mas pelo Conselho da Liga. Foi esse o texto rubricado em Roma em 7 de junho de 1933, com Mussolini fingindo considerar o pacto de sua iniciativa um instrumento de revisão gradual dos tratados. No mesmo dia, pronunciou no Palazzo Madama um vibrante elogio à França, acolhido, segundo Jouvenel, por ovações unânimes dos senadores.

Para Jouvenel, cuja missão terminara, a assinatura do Pacto dos Quatro teve ao menos o mérito de desanuviar as relações franco-italianas, o que motivara seu envio a Roma. De fato, ele iniciara entre os dois países uma *détente* que prosseguiria nos meses seguintes em negociações financeiras e coloniais, discussões sobre desarmamento e elaboração de um programa comum de política europeia. Aludiu-se à visita do primeiro-ministro Édouard Daladier a Roma, mas ele deixou o poder em outubro e foi substituído por Sarraut e depois por Camille Chautemps, antes de retomar o poder durante alguns dias, na véspera do levante de 6 de fevereiro de 1934. Desde o verão, o regime parlamentar francês entrara em uma instabilidade – a despeito da manutenção de Paul-Boncour no Quai d'Orsay – pouco propícia à busca de uma linha política contínua com um país com o qual a aproximação, desconfiavam muitos, favorecia o aumento de poder do "fascismo."

Além disso, o governo francês não esperou para tirar toda a credibilidade da ideia de que poderia ter comprado um seguro contra as ditaduras anunciando, no dia 8 de junho, aos dirigentes da *Petite Entente* e da Polônia que uma revisão das fronteiras sem o acordo da Liga das Nações estava fora de questão. A saída da Alemanha da Conferência de desarmamento, em outubro de 1933, e depois da própria Liga das Nações, cinco dias mais tarde, terminou por inutilizar o instrumento diplomático concebido por Mussolini. Decepcionado pela não ratificação do Pacto pela Inglaterra e pela França, declarou em

artigo de 31 de dezembro de 1933: "Na falta de revisão pelo Pacto dos Quatro, será Sua Majestade o Canhão quem falará."

O encontro de Stra e a tensão ítalo-alemã

Nas negociações do Pacto dos Quatro, Mussolini indicara aos representantes da Alemanha e da França que não desejava se engajar ao lado de nenhuma delas; para ele, sua posição de árbitro lhe permitia obter o máximo de ganhos na revisão dos tratados a ser feita mais dia menos dia, e cuja execução o acordo assinado em Roma pelos quatro "Grandes" deveria permitir de forma gradual.

Mas essa vontade de equidistância seria contrariada pela ameaça que a agitação dos názis austríacos fazia pesar sobre o futuro da pequena república danubiana, cliente e protegida da Itália fascista, e sobre a região de língua alemã do Alto Adige, cuja absorção continuava a fazer parte, mais ou menos explicitamente, do programa pangermanista de Adolf Hitler. Foi para se contrapor às intenções conquistadoras do Führer nessa zona até então sob influência italiana que, em 1933, Mussolini se empenhou em sua "grande política danubiana," declarando ao príncipe Starhemberg, chefe da Heimwehr e adversário resoluto do *Anschluss*: "A bacia do Danúbio deve ser a *hinterland* europeia da Itália, senão a Itália será forçada a desempenhar o papel insignificante de península na beira da Europa." Pela primeira vez desde 1926, e dessa vez sob o risco de ver o expansionismo hitlerista conquistar o passo austríaco às suas custas, o revisionismo fascista fixava objetivos precisos. Em março de 1934, o chanceler austríaco Dollfuss e o primeiro-ministro húngaro Gömbös foram à capital italiana e assinaram com o Duce os protocolos do acordo de relações econômicas entre os três estados, prevendo uma ajuda recíproca para o respeito de seus direitos e de sua independência.

A Itália agia, portanto, para constituir na área danúbio-balcânica uma clientela com os vencidos da guerra. Como a Albânia se tornara uma espécie de protetorado italiano, e Roma tinha relações estreitas com a Bulgária também afeita às teses revisionistas, constata-se que nessa época Mussolini praticamente fechou seu cerco ao novo estado iugoslavo, peça-mestre da Petite Entente. Ora, no momento em que sua política de desestabilização do sistema de alianças entre adversários instaurado pela França parecia triunfar, foi-lhe necessário, em face do perigo representado pela ameaça do *Anschluss*, se não efetuar uma inversão diplomática de 180 graus, ao menos dar uns passos a mais na direção dos ocidentais.

A admiração do Führer por seu homólogo italiano e a propaganda feita pela imprensa das duas ditaduras em torno das visitas de Bottai a Berlim e de Göring a Roma não foram suficientes para vencer as reticências de Mussolini em relação ao chanceler alemão e ao caráter racista de sua doutrina. A exaltação de Hitler da pretensa superioridade dos "nórdicos" o irritara francamente. A ponto de, em um artigo não assinado mas de autoria facilmente identificável do *Popolo d'Italia*, ele ter se deixado levar pela ironia e afirmado que os lapões, encontrando-se mais ao norte que todos os outros povos, deviam constituir a mais pura das raças. No mesmo espírito, em abril de 1933, ele recebeu o grande rabino de Roma, que viera lhe comunicar as preocupações dos judeus da Itália diante da perseguição a seus correligionários da Alemanha. A imprensa deu larga publicidade a essa visita, bem como à feita no ano seguinte pelo principal

representante do movimento sionista, Chaim Weizmann. Mas era sobretudo o projeto expansionista pangermânico dos dirigentes do Partido Nacional-Socialista que inquietava Mussolini. Desde o advento de Hitler, os názis austríacos, favoráveis ao *Anschluss*, estavam mais agressivos e lutavam abertamente contra o governo social-cristão de Dollfuss. Em agosto de 1933, Dollfuss encontrou o Duce em Riccione, na costa adriática, e recebeu dele promessa de ajuda para salvar a independência austríaca. Em outubro, quando o estadista austríaco foi ferido por um názi, Mussolini lhe enviou um telegrama de simpatia.

No início de 1934, ficou claro para o chefe do governo italiano que a Áustria – que ele considerava, como a Hungria, da esfera de influência italiana na Europa central – estava ameaçada de absorção pelo Reich. Em consequência, acolheu favoravelmente a radicalização autoritária do regime de Viena e as medidas adotadas por Dollfuss para lutar contra o terrorismo názi. Hitler, por seu lado, ficou furioso de ver seus partidários austríacos – incorporados administrativamente ao Partido Názi em 1926 – atingidos por interdições e perseguidos como vulgares criminosos comuns, com a bênção do Duce. Assim, encarregou von Papen, em visita a Roma no início de abril, de propor ao Duce um encontro em data de sua conveniência para tratar de desarmamento, das relações econômicas entre os dois países, da coordenação política da Europa Central e da "questão austríaca."

Mussolini aceitou sem entusiasmo e fixou data e local do encontro. Em 13 de junho, dirigindo seu carro e acompanhado de importante comitiva que incluía Suvich, Ciano e Starace, ele chegou a Stra, entre Pádua e Veneza, onde devia se dar a primeira entrevista. Para a ocasião, o Duce fizera mobiliar e equipar às pressas uma antiga habitação, villa Pisani, onde decidira se alojar, uma vez que fora posta à disposição do Führer a suíte real do Grande Hotel de Veneza. Na manhã do dia 14, ele foi ao aeroporto veneziano para receber o chanceler do Reich.

Os dois nunca tinham se visto e a surpresa foi imensa para os dois lados. Mussolini vestira um uniforme rutilante, de botas, barrete e todas as suas condecorações. Hitler viera à "paisana" envergando um impermeável bege justo e, segundo uma testemunha do encontro, parecendo "um operário com a roupa boa de domingo." Estava "muito pálido" e visivelmente emocionado quando apertou a mão do Duce, que mal disfarçava a pouca simpatia que lhe inspirava o hóspede. Durante o almoço em villa Stefani, os dois ditadores trocaram algumas poucas palavras antes da primeira entrevista. Mussolini não quisera intérpretes, para mostrar a seu interlocutor que dominava perfeitamente a língua de Goethe. Na realidade, e a despeito de seus reais esforços para se familiarizar com o alemão, ele não estava à altura de uma conversa cerrada de duas horas. Ele entendia ainda menos porque Hitler se lançou quase imediatamente em um louco improviso verbal, julgado "histérico" pelo anfitrião. No fim desse dilúvio logomáquico, Mussolini enviou seu hóspede a Veneza para uma visita comentada da cidade.

Expulsas da villa por hordas de mosquitos "grandes como codornas," no dia seguinte, as duas delegações se encontraram nos canais de Veneza para um almoço e o segundo colóquio, que, como o primeiro, deu-se sem intérpretes e foi um diálogo de surdos. O monólogo hitlerista tratou essencialmente da Áustria. O Führer não tinha intenção "imediata" de anexar o país, mas queria fazê-lo ouvir sua voz. Ele exigia a demissão de Dollfuss e sua substituição por um político "independente" que realizaria novas eleições, prelúdio à constituição de um governo no qual os názis seriam

representados. Casualmente, empolgado por seu próprio delírio verbal, Hitler mencionou desajeitadamente a superioridade das raças nórdicas e as origens parcialmente "negroides" dos povos mediterrâneos, o que enfureceu Mussolini. As distantes testemunhas da cena falaram mais tarde de gritos, ou melhor, "latidos," dos dois ditadores.

Evidentemente, a comunicação oficial falou, como é usual, da "cordialidade" do encontro e da "franqueza" com a qual os dois estadistas abordaram os grandes problemas da hora. Mas é com imenso alívio que, no início da noite, Mussolini se vê livre do Führer, depois de pronunciar na praça São Marcos um discurso essencialmente destinado a exibir para o visitante a fascinação que exercia sobre seu auditório, e no dia seguinte se separa dele no aeroporto de San Nicolò di Lido.

Liberado das exigências da etiqueta, o Duce se abandona entre seus próximos a um verdadeiro festival de invectivas contra o chefe do III Reich e contra a pretensa "raça de senhores." "Esse Hitler, que polichinelo!" – disse a Suvich no momento em que se afastava o avião do Führer. "É um louco, um obcecado sexual." De volta à Romagna, alguns dias mais tarde, confidenciou a um grupo de fascistas de Forlì: "Em vez de falar dos problemas atuais, Hitler em Veneza recitou de cor seu *Mein Kampf*, esse tijolo que nunca consegui ler!" Ou ainda, falando dos alemães: "Continuam sendo os bárbaros de Tácito e da Reforma, em luta perpétua contra Roma. Não confio neles."

Em Veneza, Hitler ficara em inferioridade ante seu colega latino, mas aparentemente sem rancor, considerando responsável por seu desconforto von Neurath, que o aconselhara a se apresentar ao Duce de casaca e calça listrada; jamais perdoará esse *faux pas*. Ao menos foi o que entendeu o major Renzetti em seguida às conversações de 14 e 15 de junho. O Führer teria dito ao emissário particular de Mussolini que estava "entusiasmado" com seu encontro com o Duce. "Homens como Mussolini," teria acrescentado, "nascem uma vez a cada mil anos, e a Alemanha pode se considerar feliz que ele seja italiano, e não francês." Relatadas ao Duce, essas palavras elogiosas só serviram para lisonjear sua inexaurível megalomania. O anúncio, dez dias mais tarde, da liquidação de Röhm, de von Schleicher e dos principais dirigentes da SA durante a "noite dos longos punhais" apenas confirmou a impressão de que a Alemanha era a presa da loucura sanguinária de um "degenerado mental" com o qual a Itália não tinha nenhum interesse em firmar contratos.

Foi nesse contexto tumultuado que se deu, em Viena, o golpe de 25 de julho de 1934. Názis austríacos tomaram a rádio e invadiram o palácio da chancelaria, ferindo mortalmente o chanceler Dollfuss e tentando instalar no poder o embaixador da Áustria em Roma, Rintelen, muito ligado aos meios de negócios alemães. Ainda que, no processo de Nuremberg, Göring e von Neurath tenham declarado que souberam do fato já consumado, há provas irrefutáveis de que Munique e Berlim estavam a par do *Putsch*, do qual o próprio Hitler certamente tinha conhecimento.

O *pronunciamiento* názi foi um fiasco. Os social-cristãos reagiram rapidamente e obtiveram do presidente da república a designação de Schuschnigg – monarquista muito malvisto pelos dirigentes do Reich – como primeiro-ministro. O *putsch* foi abafado na mesma noite, em grande parte graças ao adido de imprensa italiano Moreale, que fizera prevenir Starhemberg e ocupar a central telefônica da capital austríaca pelos Heimwehren. A notícia do assassinato de Dollfuss chegou a Mussolini quando visitava canteiros de obras públicas perto de Forlì. Ele partiu rapidamente para Riccione, onde estavam a

esposa e os filhos de Dollfuss, vindos para a estação adriática a convite do Duce para esperar o chanceler austríaco, com o qual Mussolini teria conversas políticas. Considerando a tentativa de *Putsch* uma afronta pessoal à qual Hitler não era muito estranho, decidiu mobilizar quatro divisões na zona entre o Brenner e a Caríntia, mostrando sua determinação de se opor, se necessário pela força, a uma intervenção armada da Alemanha. Em agosto, encontrou Schuschnigg em Florença, confirmou o acordo com seu predecessor e reafirmou energicamente seu desejo de ver a Áustria independente.

Hitler, furioso com o fracasso, renegou os názis austríacos. Ainda mais descontente porque o falhado golpe de Viena teve como efeito desfraldar sobre a Itália uma poderosa vaga germanofóbica. Os jornais, que até então haviam se exprimido com moderação sobre o nazismo e receberam ordens de não comentar a "noite dos longos punhais," tinham agora toda liberdade para falar da Alemanha hitlerista, e o fizeram com extrema violência. O próprio Mussolini declarou, em discurso pronunciado em Bari em 6 de setembro para a inauguração da "feira do Levante":

> Trinta séculos de história nos permitem olhar com piedade soberana certas doutrinas do lado de lá dos Alpes, sustentadas por um grupo que, por ignorar a escrita, era incapaz de transcrever os documentos de sua própria existência na época em que Roma tinha César, Virgílio e Augusto.

A reaproximação franco-italiana e a constituição da "Frente de Stresa"

O basta do Duce no Passo de Brenner teve grande repercussão na Europa, tanto na Alemanha, onde Hitler se viu sem um apoio internacional que algumas semanas antes parecia certo (ao menos até o encontro de Veneza), quanto no campo das democracias. Neste campo, visivelmente se prenunciava uma détente com a Itália cujo principal beneficiário poderia ser a França.

Desde que Louis Barthou sucedera Paul-Boncour na diplomacia francesa, no gabinete de Doumergue após o 6 de fevereiro de 1934, a prioridade da França era isolar politicamente a Alemanha. Implicava que o ministro retomasse, com uma *Realpolitik* o mais livre possível de considerações ideológicas e sentimentais, as negociações de seu predecessor tanto com a URSS, com quem um pacto de não agressão fora concluído em novembro de 1932, quanto com a Itália fascista.

Barthou, portanto, retomou sob sua responsabilidade o dossiê de reaproximação com Roma, suspenso pelo Quai d'Orsay depois do fim da missão Jouvenel e ao qual a ameaça de *Anschluss* conferia subitamente grande interesse. Foi levado a isso pelo embaixador da França em Roma, Charles de Chambrun. Temendo que Itália e Alemanha entrassem numa política de aliança, no início do verão de 1934 ele achou chegado o momento de a França dar um passo na direção de sua vizinha de sudeste. Em 14 de junho, no mesmo momento em que os dois ditadores se entregavam, em villa Stefani, ao combate oral de que falamos, Chambrun exprimia nestes termos seu desejo de ver o ministro deferir o projeto de viagem a Roma que os italianos reclamavam havia tempo e que o subsecretário de estado Suvich lembrara novamente algumas semanas antes:

> Por uma atitude dilatória prolongada, daríamos aos italianos a impressão de que nos desinteressamos por sua política e subestimamos sua influência, o que os levaria a estreitar com a Alemanha laços que se afrouxaram bastante no curso desses últimos meses. Dando à Itália prova de nosso desejo de entendimento e não lhe pedindo para praticar em matéria política uma abnegação que não é de seu temperamento, certamente ainda podemos, se não esperarmos mais, mantê-la numa direção que responde a nossas preferências.

Barthou, que não era filofascista mais do que não era filocomunista e separava totalmente as considerações da política interna das obrigações da diplomacia, concordava com a análise de seu embaixador. Também achava necessário "usar todos os meios para melhorar nossas relações com a Itália." Mas ao mesmo tempo o advertia contra uma excessiva precipitação, subordinando a resposta positiva ao convite para encontrar Mussolini em Roma ao exame dos resultados do encontro entre o Duce e o Führer em Veneza. Tratava-se não de uma recusa, mas de postergação; durante várias semanas, a questão permanece em suspenso.

Foi o evento na Áustria, no fim de julho, que levou o ministro francês a abandonar suas reservas e planejar para o fim do outono uma viagem à capital italiana destinada a acertar diretamente com Mussolini as questões pendentes entre os dois países. Acertou-se uma agenda de cinco pontos: armamentos, retificação da fronteira da Líbia, status dos italianos na Tunísia, Europa central e "eventual tratado de amizade." O exame desses pontos deu lugar a amargas discussões entre as chancelarias das quais os arquivos diplomáticos dos dois países conservaram vestígios, com a França pouco disposta a satisfazer as reivindicações coloniais da Itália e querendo ao mesmo tempo obter de Mussolini o compromisso de respeitar a independência da Áustria e aceitar "um *modus vivendi* durável entre a Itália e os estados vizinhos da Áustria, particularmente a Iugoslávia." Dito de outro modo, renunciar sem contrapartida verdadeiramente tangível a toda forma de revisionismo.

Para tentar resolver essa versão da quadratura do círculo fazendo coexistirem no mesmo sistema diplomático a Itália revisionista e sua rival adriática, o governo Doumergue pediu ao rei Alexander da Iugoslávia que fizesse uma visita oficial à França. Ora, em outubro de 1934, pouco depois de sua chegada à Marselha, o rei foi assassinado por separatistas croatas, membros da Ustacha. Barthou, que acompanhava o soberano, também foi morto pelos terroristas, que fugiram e se refugiaram na Itália, onde dois deles – incluindo Ante Pavelic, futuro chefe do movimento – foram presos em Turim. Embora jamais tenha havido prova da participação do serviço secreto alemão e da Gestapo nesse atentado, pesam fortes suspeitas. O crime aproveitava a Alemanha, inquieta com o projeto de pacto oriental do ministro francês, com a reaproximação franco-soviética e as primícias de uma aliança militar entre Paris e Moscou.

Mas foi sobre a Itália, no entanto, que caíram as suspeitas do governo francês, pois Mussolini se recusava a extraditar os autores do atentado de Marselha sob o pretexto de que eram "refugiados políticos." Nem a documentação sobre o assunto nem as investigações realizadas na Itália depois da guerra permitem concluir sobre qualquer cumplicidade do governo fascista nesse caso. De qualquer modo, ele resultou em um breve período de desacordo entre os dois países. A chegada ao Quai d'Orsay de Pierre

Laval, que desejava um entendimento com Mussolini e não insistiu na eventual responsabilidade italiana quando a questão veio à tona em Genebra, permitiu retomar rapidamente o diálogo.

Em sua passagem pela direção do governo em 1931, Laval já manifestara desejo de ver a França em relações amigáveis com a "irmã latina." Encarregado do Exterior depois da morte de Barthou, ele assumiu na totalidade a herança de seu predecessor. Não obstante, entre os dois dossiês preparados por esse último, aliança com a URSS e aproximação com a Itália fascista, ele privilegiaria o segundo, por motivos internos e razões de política externa. Nem nessa data nem mais tarde, Laval foi propriamente falando um "fascista." Mas, como muitos políticos da direita europeia – liberais ou conservadores – admirava em Mussolini, antigo socialista como ele, o homem que restabelecera a ordem em um país ameaçado pela anarquia e pelo bolchevismo. Além disso, achava que o entendimento com a Itália fascista era condição necessária à tranquilidade na Europa, pois levaria Hitler a um pouco mais de moderação. Sem ser adepto do nacional-socialismo, Laval desejava um desarmamento durável das relações franco-alemãs.

Em 13 de outubro, durante a missa em São Luis dos Franceses, Roma, para Louis Barthou, Mussolini, presente à cerimônia, declarou a Chambrun esperar confiante o evoluir da política de *détente* entre França e Itália. Preocupado em estabelecer contato direto com o Duce, segundo o método que inaugurara em 1931 com o alemão Brüning e com o presidente dos Estados Unidos Hoover, o ministro francês decidiu responder favoravelmente ao convite feito a seu predecessor para ir a Roma a fim de encontrar Mussolini e resolver o contencioso franco-italiano. Impôs somente duas condições: que se esperassem algumas semanas, o tempo de se dissipar "a emoção causada pelos eventos de Marselha," e que à "cooperação entre França e Itália pela paz" acompanhasse uma "aproximação entre Itália e Iugoslávia."

Nesse ponto, Mussolini não tinha intenção de ceder. Estava fora de questão, explicou a Chambrun, cumprir a requisição feita pela França enquanto o governo e a imprensa iugoslavos continuassem a responsabilizá-lo pelos eventos de Marselha. A "opinião pública" não aceitaria. Era importante, primeiro, que a paz se fizesse nos espíritos, e o melhor modo para isso era dar caráter concreto à aproximação franco-italiana. Depois, mas só depois, seria possível negociar com Belgrado. Para tentar desbloquear a negociação, Laval tentou *in extremis* uma diligência junto ao governo iugoslavo, pedindo "um gesto" para desarmar as reticências italianas. Não podendo obtê-lo, em 20 de dezembro resignou-se finalmente a abandonar essa condição prévia, restringindo-se a "fazer valer junto ao Monsieur Mussolini a necessidade desse tratado, não mais como condição da viagem, mas como sua consequência indispensável."

Ao receber em Roma o ministro do exterior francês, Mussolini estava consciente de que não obteria grande coisa em matéria de retificação das fronteiras da Líbia e da Somália Italiana e de que deveria fazer concessões a respeito do status dos italianos da Tunísia. Sobre a Áustria, ele não tinha mais interesse que seu futuro interlocutor em se comprometer numa ação conjunta em caso de agressão alemã, e, se o preço a pagar era que a Itália renunciasse a toda reivindicação revisionista nos Bálcãs e se tornasse, como desejava a França, "amiga da Iugoslávia e da Petite Entente," era necessária uma compensação de vulto lá onde o Duce já decidira agir: na Etiópia. No fim de dezembro de 1934, com efeito, quando Laval se preparava para pegar o trem para Roma, um

incidente mais ou menos provocado na fronteira entre a Somália e a Etiópia fizera cerca de trinta mortos do lado italiano e os preparativos de guerra estavam adiantados. O Duce ainda precisava fazer com que as potências coloniais aceitassem o princípio de uma ação militar contra o último território africano ainda não submetido à dominação europeia (com exceção da Libéria). Seria a visita do ministro francês, com muito a pedir e pouco a oferecer, uma ocasião para obter à força a adesão da França a seu projeto imperialista?

Na noite de 4 de janeiro de 1935, Laval foi recebido pelo ditador latino na estação Termini, em Roma. A multidão romana, controlada ou não pela propaganda fascista, deu-lhe uma acolhida calorosa e, sobretudo, entre os dois se estabeleceu visivelmente de imediato uma corrente de simpatia cujas razões foram evocadas em *Le Populaire* por Léon Blum, pouco suspeito de indulgência em relação a ambos:

> Os dois estadistas se reconhecerão à primeira vista. Para assegurar ao contato um caráter de "comunhão íntima," terão apenas de trocar memórias. Que estranho encontro, para dizer a verdade, e que jogo do destino! Eles são praticamente da mesma idade, têm mais ou menos a mesma origem, o mesmo passado, a mesma história. Os dois saíram de nossas fileiras. Os dois, para cavar mais rapidamente suas passagens, começaram pelo que se convencionou chamar *extremismo*, e o extremismo, em sua juventude, era o herveísmo, o sindicalismo revolucionário. Os dois apoiaram, contra os "reformistas" e os "parlamentares" de seus partidos, essas teorias de *ação direta* inspiradas em Proudhon, Bakunin, Georges Sorel, pinceladas ao mesmo tempo de terrorismo e anarquia. Mesmo ponto de partida, mesmos procedimentos para encurtar o caminho. Só que Mussolini, que tem mais audácia e um senso mais determinado de risco, destacou-se mais rápido, caminhou mais e chegou mais longe.
>
> Eles foram feitos para se compreender, e suas confidências não carecerão de sabor. Mas a questão do dia é saber se a antiga educação e ação terá deixado num e noutro a mesma *vontade pacífica*.

Permeadas por festividades diversas – almoço com o Rei, jantar no Palazzo Venezia com troca de brindes, recepção no Capitólio, visita ao Fórum e à villa Medici – as conversações foram intensas. Embora rapidamente se tenha chegado a um acordo sobre a Áustria e a Petite Entente, com Laval se contentando em salientar "o quanto um gesto da Itália seria oportuno," a discussão das questões coloniais foi muito tensa, em particular sobre dois pontos: as escolas italianas na Tunísia e as concessões na África Oriental. No fim das contas, e para resumir o conteúdo dos acordos, Paris obteve que fosse progressivamente encerrado o status privilegiado dos italianos da Tunísia. Os dois países concordaram em manter a independência da Áustria e a se consultar em caso de oficialização do rearmamento alemão. Em contrapartida, a França renunciava a seus interesses econômicos na Etiópia, abandonava parte das ações da estrada de ferro Djibouti–Addis-Abeba e cedia à Itália 114 mil km2 de territórios desérticos nos confins da Líbia, do sul tunisiano, do Chade e da Eriteia. A Mussolini que, debruçado sobre o mapa, reprovara a França por conceder a seus parceiros apenas "um pedaço de deserto no qual não há nem mesmo um carneiro," Laval teria respondido, mostrando com o dedo alguns oásis, que, claro, não se tratava de Roma nem de Aubervilliers (cidade da

qual era prefeito), mas, "mesmo assim, contava."

Parece estabelecido, qualquer que seja a importância que se atribua a esse gesto, que foi a maneira pela qual Laval evocou o "desinteresse" francês na Etiópia que desbloqueou a situação na noite de 6 de janeiro. De fato, teria sido durante a recepção oferecida no Palazzo Farnese pelo embaixador da França que – a se acreditar em sua versão dos fatos – os dois homens se retiraram para uma conversa *tête-à-tête*, na qual teriam decidido assinar os acordos no dia seguinte. Ora, ainda hoje é total a incerteza sobre o conteúdo, e mesmo sobre a realidade, desse colóquio a dois. No início de 1936, em plena guerra da Etiópia, Mussolini declarou que, em Roma, Laval lhe dera carta branca para a conquista militar do império do Negus. Em carta enviada ao ditador romano, Laval respondeu que a expressão "mãos livres," efetivamente empregada, aplicava-se apenas a uma eventual penetração *econômica* desse país pela Itália. Primeiro-ministro e dirigindo-se aos deputados durante o grande debate de política externa de 27 de dezembro, ele relembrou nestes termos a desistência francesa:

> Nada, nos acordos assinados com Roma no último 7 de janeiro, nem nas conversações que lhes precederam ou seguiram, poderia ser interpretado como de natureza a, não digo justificar, mas encorajar o recurso da Itália à guerra para fazer valerem suas queixas e seus direitos em relação à Etiópia. Eu não teria dado minha aquiescência a uma empreitada guerreira, mesmo longínqua, sem medir as consequências dramáticas que poderiam resultar para a paz na Europa.

Ainda hoje, a documentação acessível nos dois países deixa o historiador perplexo quanto ao grau da aquiescência do ministro francês. Citemos, por exemplo, em prejuízo de Laval, uma nota – não datada, mas provavelmente do fim de 1935 ou das primeiras semanas de 1936 – de Joseph Avenol sobre "os acordos de Roma." Secretário-geral da Liga das Nações, Avenol tinha pouca simpatia pelo homem do Quai d'Orsay. Então, é preciso considerar com prudência seu julgamento subjetivo desse último. O fato de que seu autor se encontrava no centro de uma rede de influências e informações, contudo, nos obriga a não recusá-lo sem exame, ainda mais porque coincide com testemunhos de personalidades pertencentes ao entourage do prefeito de Aubervilliers que eu mesmo recolhi no fim dos anos 1960.

> Ninguém conhecerá – escreveu Avenol – (salvo se for encontrada a versão italiana) a conversa final entre Laval e Mussolini nas seteiras do Palazzo Farnese. De que Laval recebeu a confidência dos projetos de expedição na Etiópia, não resta dúvida. Ele não poderia ter sido surpreendido: diz-se que mesmo antes de deixar Paris já estava pronto a admiti-los na massa das negociações. Foi ele além da assinatura oficial da renúncia econômica? É provável, mas com astúcias de companheiro: seja prudente, não precipite nada, veja como a paciência nos fez ter sucesso no Marrocos.

É, diria eu, a tese da "piscadela" ou do dar de ombros com os quais o ministro francês teria acolhido as confidências do Duce. Embora esteja de acordo com o que sabemos sobre a personalidade de Laval, é completamente contradita pelo que escreveu Alexis Léger sobre os acordos de 7 de janeiro em uma nota de 30 de dezembro de 1935:

> Procurar-se-á em vão – escreveu o secretário-geral do Quai d'Orsay – nesses documentos uma palavra na qual o governo italiano tenha podido encontrar o menor encorajamento para praticar uma política de guerra contra a Etiópia. (...) À margem da negociação oficial, o caso Etiópia foi abordado, com alguns detalhes, pelo ministro do Exterior e pelo chefe do governo italiano em somente uma entrevista, no Palazzo Farnese, após o jantar de 6 de janeiro. (...) O caráter amigável dessa conversa e a liberdade de tom que autorizava permitiram a M Laval exercer uma influência psicológica sobre M Mussolini e levá-lo a decidir malgrado as resistências dos funcionários do Palazzo Chigi.
>
> Ora, essa conversa teve duas testemunhas: o subsecretário de estado do Exterior, M Suvich, e o secretário-geral do departamento, M Léger. Ambos poderiam atestar que a discussão sobre a questão da Etiópia jamais saiu do terreno e dos limites em que os negociadores franceses o mantiveram sempre: os dos interesses econômicos. Foi sobre esse plano somente que se fez alusão à liberdade de ação reconhecida pela França à Itália. (...)
>
> A expressão "mãos livres" tendo ocorrido no curso dessa conversa, M Laval foi levado a brincar amigavelmente com seu interlocutor, nestes termos: "Olho para as suas mãos, elas são fortes. Espero que você não pretenda fazer mau uso delas." M Mussolini teria respondido no mesmo tom, cujo humor não excluía a gravidade do assunto, dizendo ter apenas intenções pacíficas em relação à Etiópia.

Esse documento não encerra o assunto, uma vez que se pode perguntar se Alexis Léger não acoberta seu ministro – os dois tinham excelentes relações desde 1931 – em um texto aparentemente solicitado pelo mesmo pouco antes de sua partida do Quai d'Orsay. Mas ele constitui mesmo assim um testemunho precioso sobre as circunstâncias e o tom da entrevista de 6 de janeiro. No conjunto, os historiadores franceses, biógrafos de Laval ou especialistas em relações internacionais, inclinam-se hoje pela tese da simples desistência econômica ou, quando admitem que o ministro possa ter conduzido alguma negociata de última hora – recusando-se, como escreveu jocosamente Léon Noël, a "voltar da feira sem ter vendido sua vaca" – concedem-lhe ao menos o fato de não ter premeditado um gesto em contradição com a política do governo francês e com o que ele mesmo afirmara desde o início das negociações.

Essa não é a opinião de Renzo De Felice. Referindo-se a um documento encontrado nos arquivos do ministério italiano do Exterior – o texto foi redigido em 4 de janeiro de 1935, nas duas línguas, e trata da desistência francesa da Etiópia – o biógrafo de Mussolini observa que, em virtude do artigo 2º do projeto estabelecido pelos representantes dos dois países, o governo francês se comprometia com a Itália "a não procurar nenhuma vantagem na Etiópia fora as de ordem econômica indicadas abaixo (a exploração da estrada de ferro Djibouti–Addis-Abeba), mesmo em caso de modificação do *statu quo* na região em questão." Para De Felice, está claro que, ao reconhecer a possibilidade de "modificação do *statu quo*," os responsáveis pela diplomacia francesa admitiam tacitamente seu princípio. Dito de outro modo, sem ser explicitamente encorajado a intervir militarmente na Etiópia, Mussolini não foi tampouco dissuadido de fazê-lo. O que, aos olhos do ditador, equivalia a um cheque em branco.

Que ele tenha ou não interpretado de maneira abusiva o "desinteresse" francês em nada altera os fatos: Mussolini assinou os acordos com Laval em 7 de janeiro de 1935 na certeza de que a França não lhe causaria dificuldades maiores no conflito por vir. Daí a pressa com que se empenhou, nas semanas seguintes, em concretizar a reaproximação com a república vizinha, propondo-lhe uma cooperação militar que aparentemente poderia terminar em verdadeira aliança. Decidido a preservar a influência de seu país na zona danubiana e, portanto, a se opor por todos os meios ao *Anschluss*, mas ao mesmo tempo já comprometido em um processo beligerante que deveria terminar na conquista da Etiópia, era-lhe necessário estar pronto o mais rápido possível. Oferecendo sua "amizade" à França, ao preço de exibir falsas boas intenções em relação a Belgrado e renunciar eventualmente (ou temporariamente) a suas pretensões revisionistas, ele pensava poder ao mesmo tempo conter as ambições hitleristas sobre o Danúbio e ter tempo de conquistar um império.

Em todo caso, menos de uma semana depois da assinatura dos acordos, o adido militar francês em Roma, general Parisot, foi contatado pelo marechal Badoglio, ao qual Mussolini confiara a tarefa de sondar os responsáveis franceses sobre uma colaboração militar entre os dois países. A questão foi debatida várias vezes no alto comitê militar e houve contatos entre os estados-maiores. O objetivo era que, em caso de mobilização alemã, França e Itália pudessem retirar suas tropas da fronteira comum. Mas, até meados de março, os políticos franceses se empenharam pouco em concluir um verdadeiro acordo com a Itália fascista. Mesmo Laval, não embaraçado pelos escrúpulos ideológicos de alguns de seus colegas, mas temendo arruinar definitivamente toda possibilidade de entendimento com a Alemanha, declarou, durante uma sessão do alto comitê militar, que era conveniente "não responder muito rápido aos avanços de Roma."

A decisão, tornada pública por Hitler em 16 de março, de restabelecer o alistamento e elevar a trinta e seis divisões os efetivos do exército alemão não modificou radicalmente a atitude do governo Flandin em relação à Itália. Ela teve, contudo, o efeito de suscitar uma reunião a três, realizada em Stresa, às margens do lago Maggiore, e que reuniu, de 11 a 14 de abril, Mussolini, seu chefe de gabinete, barão Aloisi, e o subsecretário de estado Suvich pela Itália; Flandin, Laval, Alexis Léger e Léon Noël pela França; Ramsay MacDonald, o ministro do Exterior, sir John Simon, e o secretário permanente do Foreign Office, sir Robert Vansittart, pela Inglaterra. As sessões tiveram lugar no palácio dos príncipes Borromeo, na Isola Bella, e ainda que oficialmente nenhum presidente tenha sido designado, Mussolini, na qualidade de dono da casa, foi encarregado de dirigir os debates. Das notas de Léon Noël desenha-se um retrato bastante vívido do Duce, mistura de surpresa, arrogância e admiração que trai, no fim das contas, certo fascínio pelo ditador:

> O Duce me surpreendeu por sua baixa estatura, que me pareceu um pouco inferior à média, e também por sua vulgaridade. Uma grande lúpia atraía o olhar sobre seu crânio poderoso, quase inteiramente calvo e, quando não, completamente raspado. Mas ele me atingiu mais pela lucidez de seu espírito, a clareza de suas opiniões, o autodomínio.
>
> Quando estava a sós com os delegados franceses, Mussolini se mostrava simples, natural e de bom humor: estávamos entre latinos, que se conhecem bem demais para empregar uns com os outros truques calculados e

perfeitamente inúteis. Na presença dos ingleses, o Duce não abandonava uma atitude oficial forçada.

Chegamos adiantados para uma sessão, e Mussolini conversava conosco sem arrogância. Anunciaram-lhe os ingleses. Imediatamente, sua fisionomia se transformou. Ele de certo modo projetou seu queixo para a frente e saiu a seu encontro através de uma sucessão de suntuosos salões, os joelhos duros, o ar conquistador e dominador de um *imperator*.

Seu domínio sobre as massas me pareceu muito forte.

A conferência de Stresa entrou para a história como o encontro das ocasiões perdidas. Mussolini viera com um duplo objetivo: obter a garantia de que estaria coberto em seu flanco norte quando decidisse o destino da Etiópia e, sobretudo, fazer com que as democracias ratificassem seu projeto de conquista, ao preço de deixar de ser o campeão do revisionismo europeu. Para isso, contava com os representantes da França, que tentara com a promessa de uma cooperação militar e dos quais esperava que conseguissem convencer seus colegas ingleses. Ora, tudo se passou diferente do planejado. Flandin e Laval não recusam os avanços do Duce, com a condição de serem seguidos por Londres, parceiro privilegiado com o qual se desejava uma união mais estreita. MacDonald e John Simon, por sua vez, aceitam se associar a seus interlocutores "apenas do ponto de vista moral," declarando terem "prometido à Câmara dos Comuns não assumirem nenhum compromisso."

Como os representantes da França estavam alinhados a uma delegação inglesa que Noël descreveu sem complacência – um MacDonald "cheio de si e vaidoso" (do qual Churchill dirá em suas memórias que "sua saúde, sua visão e suas faculdades mentais haviam começado a declinar"), um John Simon batendo "o recorde da hipocrisia e da duplicidade," um Vansittart "quase constantemente debruçado sobre seus papéis" – a conclusão da entrevista foi, se não um completo fracasso, ao menos a ausência de decisões concretas. Partiu-se com uma declaração das mais vagas e que muito decepcionou Mussolini. Da Etiópia não se falou nem nos debates oficiais nem nas raras conversas particulares entre os membros das três delegações. Simplesmente, durante a leitura da resolução final, no momento de mencionar a necessidade de "manutenção da paz," o chefe do governo italiano parou um instante e propôs acrescentar "na Europa." Não encontrou objeção e pôde acreditar que o silêncio de seus parceiros equivalia a uma aceitação de seus planos de conquista. Foi, aliás, o que disse a Grandi, depois de levar seus hóspedes ingleses à estação. Para Léon Noël, seguido por Duroselle, ingleses e franceses se abstiveram de refutar a adição desejada pelo Duce não para dar um sinal qualquer de aquiescência ao projeto imperialista que concebera, mas porque não o acreditavam capaz de levá-lo a termo. Nada é mais incerto. Os preparativos da guerra estavam avançados e eram suficientemente conhecidos dos diversos serviços de informação para que alguém pudesse se enganar sobre as reais intenções do Duce. Em sua preocupação de ficar em cima do muro, no entanto, os representantes das duas principais potências coloniais do mundo não tiveram a coragem nem de dissuadir Mussolini de declarar guerra a um estado membro da Liga das Nações nem de assegurar sua adesão ao respeito do *statu quo* europeu, jogando de forma transparente a carta da *Realpolitik*.

Dessa ambiguidade resultou o fracasso da "Frente de Stresa," cuja única realidade foi

mediática e que as sinuosidades da política inglesa conseguiram desmembrar alguns meses mais tarde, com a conclusão do acordo naval anglo-alemão que autorizava o Reich a construir uma esquadra igual a 35% da esquadra inglesa. Enquanto isso, Mussolini prosseguiu com sua pressão "amigável" sobre a França. Em junho, o general Gamelin – que em janeiro substituíra Weygand no comando do exército francês – foi a Roma, onde encontrou Badoglio. As conversas foram "cordiais e mesmo afetuosas." Mussolini, cuja decisão de "marchar com a França" fora "irrevogavelmente tomada," recebeu amigavelmente o chefe do estado-maior do exército francês, acompanhado de seu chefe de gabinete e do adido militar em Roma, general Parisot. Ele lhes confiou que chegara a hora de acertar suas contas com o Negus, mas que isso não impediria a Itália de "permanecer forte sobre o Brenner." Não se assinou propriamente um acordo, mas os militares franceses e italianos se entenderam em um auto prevendo que, em caso de ataque alemão na Bélgica ou sobre o Reno, a Itália enviaria nove divisões e aviões, enquanto a França expediria um corpo de exército se o assalto se desse na fronteira austro-italiana. No início do verão de 1935, Mussolini parecia acariciar um projeto de aliança que nada deixava entrever depois da chegada de Hitler ao poder, e que o início da guerra da Etiópia reduziria a pó.

5

Da Guerra da Abissínia ao Pacto de Aço

O início da guerra da Abissínia, no outono de 1935, constitui grande reviravolta na história da Itália fascista e das relações intraeuropeias. Para a Europa, representa o primeiro atentado perpetrado desde 1914 por uma grande potência do Velho Continente contra a independência de outro país, um desafio aberto ao espírito de Genebra e à Liga das Nações por parte de um estado fundador da instituição e com assento em seu Conselho. Para a Itália, a catarse de uma agressividade até então refreada, a revanche da "vitória mutilada" e a revelação da verdadeira natureza do fascismo nas relações internacionais, por seu alinhamento com as posições nacionalistas mais intransigentes. Qual o papel desempenhado por Mussolini nessa evolução? Foi ele motor ou simples executante de uma política desejada por esta ou aquela fração da classe dirigente e aceita pela maioria dos italianos? Havia alternativa às escolhas do Duce depois da proclamação do Império? Uma chance de ver a Itália se alinhar com as democracias para dar um basta às ambições hitleristas? Ou a aliança entre os dois nacionalismos totalitários do entreguerras era inevitável? A essas questões, segundo as fontes a que se referem ou os pressupostos ideológicos que podem orientar seu julgamento, os historiadores ainda não deram respostas consensuais.

Mussolini entre guerra e paz

É grande a distância aparente entre o homem que, em setembro de 1911, organizara em Forlì a luta contra a guerra colonial empreendida por Giolitti, apelando à greve geral e à sabotagem das estradas de ferro, e aquele que, um quarto de século mais tarde, está prestes a lançar seus exércitos contra um dos dois últimos estados independentes do continente negro para aí conduzir uma guerra de conquista. Como essa guerra deu lugar a episódios de extrema brutalidade, a tentação é forte para o biógrafo de procurar no passado de seu herói sinais de uma predestinação à violência que explicaria o pouco esforço feito pelo Duce para abrandar o zelo exterminador de seus soldados e o encorajamento dado a seus chefes para impor pelo terror a ordem imperial desejada pela "Terceira Roma." Muitos sucumbiram a ela e quiseram ver no Mussolini chefe de guerra de 1935 apenas o produto de uma personalidade desde a infância inclinada à "selvageria."

A explicação é breve. Por natureza – talvez – por imitação de seu pai – sem dúvida – pela impregnação de uma cultura camponesa que exalta os valores viris e também porque cresceu em uma Romagna rebelde e pronta a pegar em armas, o filho do ferreiro de Dovia é um homem violento. Um pouco mais violento que os outros, admitamos, na

escala do lugarejo onde fez seu aprendizado como "galo de briga." Mas nada disso o destina a flertar com a barbárie. A violência que o habita é a de seu tempo, seu meio, sua geração. Antes de 1914, ela se encarna nas lutas operárias e camponesas das quais participa, e coexiste com um pacifismo e um antimilitarismo militantes que também podem se exprimir de maneira brutal. Leitor assíduo de Nietzsche e Sorel, Mussolini não repudia a violência se por ela deve passar a ruptura com a Itália burguesa, conservadora, acovardada, denunciada por ele e seus amigos sindicalistas e socialistas revolucionários, assim como por seus adversários nacionalistas, futuristas ou republicanos.

A guerra fez o resto. Para numerosos representantes de suas diversas correntes – rapazes em busca de um romantismo fardado que lembra aquele dos soldados de Garibaldi, frequentemente voluntários, promovidos a oficiais, feridos, mutilados, citados, condecorados, às vezes transferidos a pedidos para o corpo de elite dos *arditi* – ela varreu os "preconceitos humanitários" adquiridos com a educação, quando não revelou instintos de dominação e morte até então reprimidos. Mussolini, que fez uma guerra honorável, mas não heroica, não pertence realmente a essa categoria de combatentes gloriosos que a "vitória mutilada" e a difícil reconversão à vida civil transformaram em candidatos às "aventuras viris." Mas, de volta do front, esteve desde cedo em contato com aqueles que os combates mais castigaram – grandes feridos ou mutilados – e, acabado o conflito, foi entre os *arditi* e os oficiais desmobilizados que recrutou seus primeiros e mais fiéis partidários. Foi por meio deles que a ética guerreira penetrou o jovem movimento fascista, antes de constituir o cimento ideológico do esquadrismo.

Ora, o que faz de Mussolini um chefe carismático, no sentido weberiano do termo, o que lhe valeu ser o *Duce*, o "guia," sucessivamente dos socialistas revolucionários, dos intervencionistas de esquerda e depois dos fascistas – antes de sê-lo do "povo italiano" – é sua aptidão em se identificar com uma causa, representar uma missão, exprimir os sentimentos de toda uma fração do corpo social. E seu sucesso após a guerra se deve ao fato de que, para muitos italianos, ele encarnou os sentimentos do mundo combatente.

Dez ou quinze anos após a Marcha sobre Roma, quando o regime há muito completou sua "normalização," a ética guerreira conserva lugar proeminente na doutrina e na práxis fascistas. E Mussolini – que de resto não é um tirano sanguinário – foi o primeiro a mobilizar seus mecanismos no momento em que iniciou o projeto de forjar um "novo homem" sobre o modelo do cidadão-legionário da antiga Roma. O objetivo não era apenas moldar pela militarização do corpo social uma população saudável, dócil, desdenhosa do conforto material e, portanto, pouco inclinada a formular reivindicações salariais ou outras, de todo modo desarmadas pela conjugação entre repressão e corporativismo, mas sim concentrar todas as energias em vista de uma prova de força da qual a nação sairia mais poderosa e a raça, "regenerada." Dito de outro modo, é evidente que, se a guerra engendrou o fascismo, este por seu lado alimenta, pela voz de seu Capo, uma vontade de poder e um apetite pelo domínio que levam a um afrontamento armado cuja perspectiva reforça as tendências totalitárias do regime.

Há assim uma lógica de radicalização da ditadura mussoliniana que se operará na segunda metade dos anos 1930 sob os efeitos da crise mundial, da aventura colonial, da imitação do modelo nacional-socialista e da decisão tomada pelo Duce de engajar seu regime em uma "revolução cultural" em completa ruptura com as inclinações e o comportamento das elites e dos magistérios tradicionais. Sob vários aspectos, essa lógica é portadora da guerra, termo de uma política que visa menos a modificar as relações

entre os indivíduos e os grupos sociais que a dar têmpera à "raça" e forjar um "novo homem," produto dos "costumes" e da cultura fascistas.

Ora, quanto mais se aprofunda o fosso entre as fantasias de Mussolini e dos dirigentes extremistas do fascismo, Starace, Farinacci, Pavolini, grandes organizadores do retorno à romanidade, e a sociedade italiana que sofre a radicalização do regime sem ser verdadeiramente tocada nem, sobretudo, transformada por ela, maior é a tentação para o mastro do poder de precipitar o país na guerra, a fim de que o povo italiano se encontre em uma situação que o obrigue seja a fortalecer na ação as virtudes marciais que o regime teria bem ou mal conseguido lhe inculcar, seja a adquiri-las debaixo de fogo, no terreno do enfrentamento armado. Estranha mistura de fatalismo e voluntarismo, de desprezo pelas massas e crença mágica em sua redenção pelo sangue derramado que o fascismo herdou da mística nacionalista e do delírio futurista dos primeiros anos do século, e da qual deverá assumir as trágicas consequências.

Disso resulta, nos anos que precedem a Segunda Guerra Mundial, um discurso de guerra que ocupa todos os espaços mediáticos controlados pelo poder e cuja função metafórica é mobilizar as energias da nação. Mussolini é seu principal propagador, mas não lhe detém o monopólio. Sem dúvida é ele quem dá o tom, quando fala da revisão dos tratados a ser realizada por "Sua Majestade o Canhão" ou dos "oito milhões de baionetas" prontas a serem lançadas contra os inimigos da nova Itália, ou ainda quando evoca, a partir de 1936, a inevitabilidade do confronto com as democracias. Mas, sob a influência do modelo, quantas vozes para retomar e amplificar as propostas do chefe do governo! E não somente na fração exagerada e germanófila do partido. E em muitos outros setores que o da classe política.

Evidentemente, discurso belicoso não é guerra. Não serão nem os publicitários oficiais do regime nem os futuristas convertidos em literatos de circunstância, como Ardengo Soffici, menos ainda o pequeno professor de vilarejo em camisa negra, todos adotando por conta própria a fraseologia mussoliniana, que iniciarão as hostilidades contra a França em junho de 1940. Mas suas litanias, conjugadas e reproduzidas milhares de vezes, obrigam o poder tanto quanto fazem eco às propostas do ditador. Não se mobiliza impunemente um povo durante décadas sobre o tema do "lugar ao sol" e da dignidade a conquistar pelas armas sem se ficar obrigado a harmonizar discurso e ato, quando são os imitadores alemães do fascismo que enfrentam nos campos de batalha os "ricaços" da Europa, sob o risco de ver o regime acabar em revolução ou no ridículo. Até o outono de 1935, as decisões de Mussolini na esfera das relações internacionais podiam ser conciliadas com um discurso marcial de uso essencialmente interno. A partir dessa data, a cultura de guerra desenvolvida pelo fascismo torna mais e mais improvável a adesão de Mussolini à política de Genebra e aos princípios defendidos pelas democracias. Nessa passagem de uma configuração a outra, é a guerra da Etiópia que determina a redistribuição de cartas.

O sonho imperial

Quando Mussolini chega ao poder, em outubro de 1922, faz apenas dez anos que a Itália liberal tomou posse da Cirenaica e da Tripolitânia, depois de uma guerra feroz durante a qual, para vencer a guerrilha, os italianos lançaram mão de uma repressão sanguinária e

de deportações em massa da população. Essa proximidade no tempo com a era da colonização selvagem (a conquista da Líbia é quase contemporânea da do Marrocos pela França) merece ser destacada porque relativiza duplamente a política colonial do fascismo. Com efeito, esta prolonga sem grandes mudanças aquela dos governos liberais e se inscreve em uma era da colonização europeia que, para infelicidade dos italianos, coincide com o florescimento de uma ideologia "da Liga" que não impedirá ingleses e franceses de conservarem ciumentamente seus impérios aumentados pelo butim dos vencidos (alemães e turcos), porém recusando à Itália sua parte no saque. O que no início do século constituía ainda o "fardo do homem branco" e o objeto de sua "missão civilizadora" se tornou, vinte ou trinta anos mais tarde e praticado com métodos mais ou menos parecidos, agressão contra um estado soberano, membro integral da sociedade internacional. O erro de Mussolini foi não ter percebido que, ao menos no nível dos princípios, o mundo mudara de época. O erro das democracias imperiais, não ter lhe mostrado isso claramente, em Stresa ou alhures.

A aventura etíope se inscreve em um projeto imperial que, desde a chegada de Mussolini ao poder, fora objeto de cuidados por parte do governo. Desde 1923, o Duce procurou na ação colonial uma forma de assumir a herança de seus predecessores nacionalistas e imperialistas, ao mesmo tempo que realizava, ao menos nesse domínio, a aplicação imediata de seu programa. Não é por meio da colonização que pode se operar nas mentes a assimilação entre a romanidade imperial, sobre a qual se apoia o dirigente fascista, e esses impérios modernos constituídos pelas potências europeias no século XIX, em uma partilha do mundo na qual o recém-unificado estado italiano ficou praticamente de lado? Mas antes de estender sua influência sobre parte do mundo mediterrâneo e ampliar seu modesto domínio africano, era necessário que a Itália consolidasse seu domínio sobre as regiões recentemente conquistadas da Tripolitânia e da Cirenaica. Foi a missão que Mussolini confiou, a partir de 1924, a dois dos quadrúnviros da Marcha sobre Roma, De Bono e De Vecchi, e que exigiu cerca de dez anos para atingir a pacificação quase completa dos dois territórios. Para levá-la a termo, foi necessário que os italianos dessem prova de certa rudeza, transferindo dezenas de milhares de nômades para campos de reagrupamento e retirando dos nativos uma parte das terras cultiváveis.

A segunda etapa consistiu em fazer da Líbia um laboratório da ação colonial fascista, e foi Balbo quem, destituído sem maiores cuidados de seu cargo de ministro da aeronáutica, recebeu em 1933 a missão de realizar essa tarefa. Sob seu impulso, terras foram distribuídas aos colonos, na maioria camponeses originários do Mezzogiorno, ao mesmo tempo que eram empreendidos grandes trabalhos de urbanismo, adução da água e construção ferroviária e rodoviária. Os primeiros resultados foram decepcionantes, mas o que Mussolini desejava acima de tudo era obter satisfações de prestígio e ocupar uma posição estratégica entre a Tunísia, dominada pela França, e o Egito, sob controle inglês. Ao que se aliava um elemento psicológico essencial para a fabricação do consenso: as compensações do amor-próprio fornecidas aos italianos por uma empreitada de colonização que, pela primeira vez desde a Unificação, permitia que modestos emigrantes se instalassem em um país no qual tinham a ilusão de serem senhores, e não mais um subproletariado explorado e humilhado. É desse modo que se explica em grande parte a popularidade da ação do fascismo na Etiópia.

Como, no entanto, as possibilidades de acolhida da Líbia permaneciam limitadas a

uma estreita faixa costeira, Mussolini pensou em estender a influência italiana sobre a maior parte da África oriental sem, contudo, desejar, ao menos não no início, conquistar a Abissínia, último estado independente da África afora a Libéria. Para favorecer a penetração italiana nesse vasto território cujos recursos, estimava-se, eram consideráveis, mas mal-explorados, e cujos espaços virgens e relativamente salubres dos altos platôs internos pareciam propícios ao estabelecimento de uma grande colônia de povoamento, o Duce reforçou as posições italianas nas duas pequenas colônias costeiras do mar Vermelho e do oceano Índico. Na Somália, os sultões que até então haviam escapado à autoridade da metrópole foram submetidos e, na Eritreia, foi construída uma estrada ligando o porto de Assab à fronteira etíope.

Sobre as razões que finalmente levaram Mussolini a transformar a penetração pacífica do Império do Negus em operação de conquista visando à anexação, as opiniões dos historiadores ainda divergem. Para a historiografia marxista ou sob influência marxista, durante muito tempo dominante no campo universitário e intelectual italiano e que conserva partidários entre os autores ingleses, as razões econômicas e os objetivos da política interna teriam sido determinantes na decisão de invadir a Abissínia no fim de 1935. Renzo De Felice fez uma análise dessa tese que destaca as consequências da crise sobre a economia italiana e as dificuldades encontradas pelo poder para manter seu domínio sobre as massas. Ele demonstra que, nessa data, os efeitos da Grande Depressão haviam perdido bastante de seu impacto e o consenso de que gozava o regime desde 1929 não fora prejudicado.

Aparentemente, duas motivações tiveram papel maior na escolha da política de conquista na África Oriental. De um lado, a ideia de que a Etiópia anexada poderia servir de suporte para o estabelecimento de um "Império" do qual o Rei da Itália teria a coroa, mas cujo verdadeiro fundador seria o chefe do governo: assim seria restabelecida a continuidade histórica entre a "Terceira Roma" e aquela dos Césares, entre o Duce e o conquistador dos gauleses. De outro, o fato – ao qual muitos italianos eram sensíveis – de que havia a derrota militar de Adowa em 1896 a vingar, e era chegado o momento de obter reparação por essa humilhação nacional.

Evidentemente, não faltavam obstáculos. A Etiópia era membro da Liga das Nações. Entrara em 1923 com o apoio da Itália e, até o início dos anos 1930, o governo fascista tivera relações muito cordiais com o *Ras* Makonnen, feito em 1930 imperador Haile Selassie. Mudar de política, quando um "tratado de amizade" fora concluído entre os dois países em 1928, exigia uma séria preparação psicológica que o próprio Negus ajudou indiretamente ao adotar medidas de represália contra os interesses italianos, julgados muito invasivos: recusa de concessão da estrada de ferro prevista pelo tratado anglo-italiano de 1925 (não assinado pela Etiópia), tratado de comércio com o Japão favorecendo a entrada de produtos nipônicos no país, preferência aos investimentos americanos sobre os italianos etc. Que Mussolini tenha encontrado apoio em certos meios de negócios que se declaravam vítimas de uma política de "ostracismo" não significa que o "grande capital" tenha exercido todo o seu peso na escolha do recurso às armas. Ao contrário, a maioria dos industriais foi hostil à guerra, que beneficiou somente certos setores da indústria pesada, ao passo que as sanções afetaram gravemente aqueles ligados ao comércio exterior.

Foi em 1932 que Mussolini começou a examinar a possibilidade de um conflito armado com o Negus. De Bono, então ministro das Colônias, foi enviado para a

Eritreia, oficialmente em visita de inspeção, de fato a fim de fazer um relatório sobre as medidas necessárias para fazer dessa colônia uma base de partida para a intervenção militar na Etiópia. Importantes fundos foram consagrados à modernização do porto de Massaua, à construção de estradas e de campos de aviação. O efetivo de regimentos suplementares recrutados entre os nativos – os *ascaris* – chegou a 60 mil homens e uma estimativa das forças necessárias para a guerra de conquista foi feita por De Bono. Acredita-se que Mussolini tenha falado de suas intenções a seu ministro das Colônias no fim de 1933, prometendo-lhe o comando das operações e fixando 1936 como data limite para a missão. A primeira alusão pública ao assunto foi feita em março de 1934. Discursando durante a segunda reunião quinquenal do partido, ele evocou a "expansão natural" e a "missão civilizadora" que a Itália podia reivindicar na África.

A multiplicação de incidentes de fronteira entre a Etiópia, de um lado, e a Somália e a Eritreia, do outro, terminou por fornecer a Mussolini o pretexto diplomático para uma operação armada. Faltava encontrar uma justificativa ideológica e "humanitária" que lhe permitisse tornar a empreitada imperialista aceitável aos olhos da opinião internacional – que seria a denúncia do caráter "feudal" e escravocrata da sociedade etíope – e preparar diplomaticamente a intervenção.

Nesse aspecto, a situação parecia favorável no início de 1935. Durante a viagem de Laval a Roma, Mussolini recebera garantias equívocas, mas que julgou suficientes, do desinteresse francês. Além disso, a participação da Inglaterra na "Frente de Stresa" permitia contar com uma atitude benévola do governo de Londres. Pois não aceitara antecipadamente a expansão italiana na região quando Chamberlain assinara um tratado com o Duce em 1925? Em Stresa, a delegação inglesa não evitara cuidadosamente citar a África oriental? Claro, Mussolini estava errado ao pensar que o silêncio era adesão a seu projeto expansionista. O gabinete inglês não levava a sério sua determinação claramente perceptível à simples visão dos efetivos militares italianos na Somália e na Eritreia. Ou talvez se iludisse achando que, obcecado pelo perigo alemão na fronteira do Brenner, o Duce não ousaria se lançar em uma aventura e empregar parte importante de seu exército longe da península. Deixara sem resposta a nota entregue no fim de janeiro pelo *chargé d'affaires* italiano em Londres, L. Vitetti, na qual o governo de Roma oficialmente avisava John Simon do acordo franco-italiano e participava o desejo de Mussolini de ver evoluírem "de maneira harmoniosa os interesses dos dois países na Etiópia."

Nesse jogo visivelmente codificado, Mussolini multiplicava os sinais de um ataque contra o Império do Negus, e a diplomacia inglesa fingia não percebê-los. Em Stresa não se tratara oficialmente da questão etíope, mas houve contatos informais entre o inglês Geoffrey Thomson e o italiano Guarnaschelli, ambos *experts* em problemas coloniais, e Guarnaschelli não escondera de seu interlocutor que, "ainda que não tivesse certeza do que ia pela cabeça do Duce," a possibilidade de uma ofensiva italiana depois da estação das chuvas não podia ser descartada.

Só em 15 de abril de 1935, portanto quatro dias após o encerramento da conferência de Stresa, Sir John Simon anunciou a Grandi a oposição da Inglaterra a uma ação militar contra a Etiópia. Os argumentos do chefe do Foreign Office, retomados quinze dias mais tarde por Vansittart em uma conversa com o mesmo Grandi, eram de que a opinião pública inglesa não aceitaria que o Duce desprezasse impunemente a lei internacional, e que o envio à África de parte importante do exército italiano enfraqueceria consideravelmente a coalizão anti-hitlerista no caso de o chanceler alemão executar seu

projeto de anexação da Áustria.

Sem dúvida, a diplomacia inglesa desejava fazer respeitar o *Covenant*, pacto da Liga das Nações, e a soberania de um estado membro dessa organização. Mas o fazia – como, aliás, os franceses – por puro cuidado em observar a lei internacional ou porque ela lhe permitia preservar sua posição dominante no Mediterrâneo e na África? Quanto à "coalizão anti-hitlerista," Londres dera suficientes provas de seu pouco entusiasmo em se engajar de maneira firme sobre o Danúbio ou o Reno para que se pudesse duvidar, em Roma, da validade desse argumento. A realidade é que a perspectiva de uma ocupação italiana na Etiópia implicava que a potência fascista poderia controlar, com o lago Tana, o regime do Nilo Azul e, assim, o ritmo das enchentes no Baixo Egito. Havia, além disso, o risco de um dia Mussolini pretender ligar, pelo Sudão, a Líbia e a África Oriental tornada italiana. Um relatório enviado ao chefe do governo em junho de 1935 pelo presidente do comitê interministerial encarregado de examinar as consequências de uma eventual ocupação da Etiópia pelos italianos – Sir John Maffey – disse que ela poderia ter como efeito uma ameaça séria ao Sudão, à Somália Inglesa e ao Quênia. De qualquer modo, claramente o governo inglês não tinha as mesmas razões que a França para se desinteressar pelo que se passava no Chifre da África.

César de capacete

A tensão ítalo-etíope se agravou bruscamente no fim de 1934, depois de um incidente em Wal-Wal. Esse posto italiano de fronteira situado no limite entre a Etiópia e a Somália Italiana e ocupado por uma guarnição de coloniais nativos foi atacado com metralhadoras e canhões. O assalto foi rechaçado, mas houve cerca de trinta mortos do lado italiano. Em seguida ao incidente, os dois países decidiram apelar à Liga das Nações, cada um responsabilizando o outro pelo ocorrido.

No conjunto, a Liga das Nações era mais favorável à Itália, e as tentativas de mediação sob sua égide se inclinaram inicialmente nessa direção. A organização internacional não ousava tomar abertamente o partido de um pequeno estado – que a Inglaterra já julgara indigno de ser admitido em seu seio – contra uma potência de primeira grandeza. Assim, como fizera antes no caso da Manchúria, empenhou-se em prolongar indefinidamente a situação. As duas grandes democracias que tinham poder em Genebra não tinham muita pressa em tomar uma decisão que podia afastá-las de seu parceiro de Stresa e se portavam como se reconhecessem certa legitimidade às reivindicações mussolinianas.

Em junho de 1935, Eden, ministro para as Relações com a Liga das Nações no novo gabinete presidido por Baldwin, foi a Roma e teve diversas entrevistas com Mussolini. As conversas foram tensas, pois o Duce mostrava viva antipatia por seu interlocutor, cuja frieza cortês lhe parecia dissimular um profundo sentimento de desdém pelo povo italiano e por ele mesmo. Lembrando ao dirigente fascista que a opinião inglesa dava grande importância à Liga das Nações, Eden propôs um meio-termo que permitiria salvar as aparências. A Etiópia cederia à Itália o vasto território desértico de Ogaden e, em troca, receberia da Inglaterra uma parcela da Somália Inglesa incluindo o porto de Zeila, que daria ao Negus uma saída para o mar. Mussolini recusou com altivez, afirmando ao ministro inglês que seu país não gastara bilhões de liras na

preparação de uma guerra justa contra um estado escravocrata para ganhar um deserto e "umas dezenas de palmeiras."

Nova tentativa teve lugar em agosto, franco-inglesa e apresentada por Laval. A posição das duas potências se aproximara no intervalo, e a proposta a Mussolini estava mais de acordo com suas aspirações. A Etiópia faria à Liga das Nações um pedido de assistência técnica para a organização administrativa e o desenvolvimento econômico do país. A Liga encarregaria dessa assistência a Inglaterra, a França e a Itália, deixando a essa última a maior parte da ajuda técnica: o que estabeleceria, com a cobertura da organização internacional e sob a forma de "mandato," um autêntico protetorado italiano sobre o Império do Negus. Este se apressou a rejeitar o projeto, assim como Mussolini, que, algumas semanas mais tarde, recusou o plano quase idêntico elaborado por um "comitê de cinco" composto por representantes da França, da Inglaterra, da Espanha, da Polônia e da Turquia.

Mussolini efetivamente desejava a *sua* guerra. Desde o início de 1935, duplicara os esforços para que tudo estivesse pronto em outubro, depois da estação das chuvas. O plano preparado no ano precedente, que subestimava muito a capacidade de resistência dos exércitos do Negus, foi substituído por um que incluía o envio de grandes reforços. Em 8 de março, em carta enviada a De Bono, encarregado local do preparo das operações, o Duce escreveu:

> Você pede três divisões para o fim de outubro. Tenho a intenção de enviar dez. Prevendo possíveis complicações internacionais (Liga das Nações etc.), é bom acelerar as coisas. Por causa de alguns milhares de homens que não estavam lá, fomos vencidos em Adowa! Jamais cometerei esse erro. Prefiro pecar pelo excesso, nunca mais pela falta.

Um mês antes, duas divisões destinadas à Somália e à Eritreia haviam sido mobilizadas, enquanto a classe 1911 era convocada e milhares de camisas-negras se alistavam nas unidades da Milícia que partiam para a África Oriental. No início do outono, três corpos de exército, dois italianos e um de *ascaris* – 200 mil homens em sete divisões, com 7 mil oficiais, 6 mil metralhadoras, 700 canhões e 200 carros de combate – estavam prontos para entrar em ação. Ao mesmo tempo, para enfrentar uma eventual extensão do conflito, a Itália procedia a uma gigantesca mobilização. As fábricas funcionavam dia e noite para produzir armas e munições. Multiplicaram-se as unidades aéreas e blindadas e foram postas em pé de guerra 19 divisões reagrupadas em quatro exércitos. No total, mais de 800 mil italianos em armas, aí incluídas as divisões de camisas-negras sob responsabilidade de oficiais da ativa. A desproporção com o exército etíope, relativamente pouco numeroso e totalmente desprovido de material moderno, era, portanto, considerável.

Se os ingleses acreditaram, ao menos até junho, que Mussolini não levaria ao fim a intenção demonstrada havia meses, foi por não verem o valor dado por ele ao jogo colonial, a seus olhos mais importante que a partida que ameaçava se disputar sobre o Danúbio no mesmo momento. Não só por se tratar da Etiópia e haver uma derrota histórica a vingar. A rigor, qualquer outro território ainda não ocupado pelos ocidentais poderia servir a essa função, já que parecia necessário ao Duce validar em uma empreitada comum, e ao preço do sangue derramado, essa comunidade da nação

transcendendo as clivagens sociais que o fascismo pretendera forjar e experimentar sem riscos excessivos a capacidade operacional de seu exército.

A guerra que se anunciava seria um teste para o próprio Mussolini, confirmando – ele estava convencido à força de ouvir boa parte do mundo fazer apologia de sua pessoa – seu gênio político e a infalibilidade de seu "faro." Seria assim um jogo, um imenso *Kriegsspiel* em tempo real conduzido do Palazzo Venezia e que deixava aos generais a responsabilidade tática da empreitada e, eventualmente, do fracasso. Durante toda a campanha, de fato, o Duce não renunciou ao papel de *deux ex machina* que já fora o seu no tempo da ofensiva esquadrista. Não visitou em nenhum momento os locais de combate e se contentou em seguir a evolução no mapa, dando sua opinião aos estrategistas e apressando os chefes militares, enquanto enfrentava a ofensiva diplomática dos franco-ingleses e seus clientes. Em contrapartida, aplaudiu entusiasticamente os hierarcas fascistas – e foram muitos – que se alistaram para a África, procurando a colheita barata de glória, medalhas e proventos ou buscando reviver a excitação heroica que conheceram nas trincheiras, e sentiu imenso orgulho de ver dois de seus filhos, Vittorio e Bruno, de respectivamente dezenove e dezessete anos, juntarem-se no front a uma unidade aérea.

Mussolini, portanto, desejou essa guerra. Ela é sua. De seu resultado dependerá o destino do regime. Se for vitoriosa – e como poderia não ser? – é sobre o Duce que se derramará toda a glória de uma conquista que enfim dará à Itália o império com o qual ela sonha há meio século e que a velha classe dirigente liberal não conseguiu lhe dar. Prisioneiro de sua megalomania, mas certo de cumprir uma missão que passa agora pelo fragor das armas, é como César de capacete que o Capo da Itália fascista se dirige, na noite de 2 de outubro, à multidão romana vinda em massa para ouvi-lo anunciar, do balcão do Palazzo Venezia, a iminência da ofensiva fascista:

> *Ascoltate!* – diz a voz do Duce, retransmitida para todas as estações de rádio da Itália. Uma hora solene soará na história da Pátria. Vinte milhões de homens estão reunidos nesse momento nas praças de toda a Itália. Jamais se viu na história do gênero humano um espetáculo assim gigantesco. Vinte milhões de homens: um único coração, uma única vontade, uma única decisão. Há meses, a roda do destino, sob o impulso de nossa serena determinação, dirige-se para o objetivo. Esperamos treze anos, no curso dos quais o cerco de egoísmos que sufoca nossa vitalidade se apertou ainda mais. Com a Abissínia, esperamos quarenta anos. *Ora basta!* (…)
>
> Na Liga das Nações, em vez de reconhecerem nossos direitos, fala-se em sanções. Às sanções econômicas, oporemos nossa disciplina, nossa sobriedade, nosso espírito de sacrifício. Às sanções militares, responderemos com medidas militares. Aos atos de guerra, responderemos com atos de guerra. Que ninguém pense em nos dobrar sem ter primeiro combatido duramente. Itália proletária e fascista, Itália de Vittorio Veneto e da revolução, levante-se! Faça com que o grito de sua decisão invada os ares e encoraje os soldados que esperam na África, que ele seja um estímulo para nossos amigos e um aviso aos nossos inimigos, em todas as partes do mundo: grito de justiça, grito de vitória!

Nessa noite, Margherita Sarfatti se encontra do outro lado da praça, na janela do palácio dos Seguros Gerais, de onde observa a multidão que aclama seu herói. Nessa data, já há muito a jornalista veneziana deixou de ser a favorita e confidente do Duce, do qual continua, contudo, admiradora declarada e incansável empresária junto às agências internacionais e aos magnatas da imprensa americana. Isso não a impede de ser lúcida. Margherita é judia. Está a par do que se passa na Alemanha depois que os názis se tornaram senhores do poder. Compreende que, ao entrar na aventura africana e assumir o risco de um conflito com as democracias, Mussolini dá um passo na direção de Hitler, provavelmente sem volta. Quando o ditador termina sua peroração e dezenas de milhares de camisas-negras e simples simpatizantes escandem sobre a praça Veneza e nas artérias vizinhas: "*Duce! Duce! Duce!*" – como é costume durante as grandes missas fascistas – a antiga companheira do ditador se volta para o jornalista Renato Trevisani, que a acompanhara, e declara em tom falsamente indiferente: "É o começo do fim." Surpreso, Trevisani pergunta: "Por que diz isso? Acha que perderemos essa guerra?" "Não, Renato," replica Margherita, "digo isso porque infelizmente nós a ganharemos... e ele vai perder a cabeça."

Genocídio racial?

Nem os diversos projetos de meio-termo elaborados em Genebra nem a tentativa de intimidação inglesa em setembro fizeram Mussolini recuar. A Inglaterra concentrou no Mediterrâneo uma esquadra de 800 mil toneladas, esperando que a ameaça fosse suficiente para deter a Itália. Mera gesticulação: o Duce sabe que se trata de navios velhos e que Laval segue a contragosto a iniciativa de Londres. Ele teme ainda menos uma intervenção inglesa porque foram publicados, no fim de junho, pouco tempo depois da visita de Anthony Eden a Roma, os resultados do Peace Ballot, uma pesquisa feita entre leitores de jornais a pedido da União pela Liga no qual se vê que, embora se dizendo favoráveis a uma ação enérgica da instituição genebrina, os ingleses afirmam antes de tudo sua vontade de paz.

Iniciada em 3 de outubro sem declaração de guerra, a campanha da Etiópia foi mais que um simples passeio militar. Já em fevereiro, debruçado sobre os planos elaborados pelo estado-maior, o Duce dera o tom falando de *guerra a fondo*. Havia-se mesmo pensado na utilização de armas bacteriológicas contra as populações etíopes, mas a opção não fora utilizada, sem dúvida porque apresentava tanto risco para o agressor quanto para o agredido. A infeliz experiência que levara ao desastre de Adowa em 1896 deixara traços na memória do alto comando militar: sabia-se que a Abissínia era um país de difícil acesso e que seus habitantes, ainda que desprovidos de armamentos modernos, eram combatentes temíveis. Assim, Mussolini deu a seus generais ordem de agir rápido, para não dar ao adversário tempo de se organizar e receber armas do exterior, nem às sanções votadas pela Liga das Nações tempo de dobrar a Itália.

As primeiras semanas da guerra foram de acordo com suas esperanças. A partir da Eritreia, De Bono ocupou em alguns dias uma série de cidades cujos nomes evocavam profundos ecos na Itália – Adowa, Aksoum, Makalle – e o mesmo número de lembranças de humilhantes derrotas do tempo de Crispi. No sul, partindo da Somália e desobedecendo às ordens de esperar, Graziani penetrou em Ogaden e Harrar.

Rapidamente, no entanto, a ofensiva tomou rumo imprevisto, com os etíopes opondo inesperada resistência aos exércitos fascistas, muito superiores em número, armamentos e meios logísticos. Levando-se em conta o contexto internacional, francamente desfavorável à Itália, Mussolini rapidamente perdeu a paciência e acusou De Bono de indolência e incompetência. Em 13 de novembro, ele o avisou de sua destituição e o substituiu por Badoglio.

O chefe do estado-maior do exército italiano encontrou uma situação difícil e decidiu fazer virem reforços, elevando a cerca de 500 mil homens o efetivo do corpo expedicionário. Em dezembro, quando a reorganização das forças fascistas ainda estava em curso e as condições climáticas haviam se deteriorado violentamente, os etíopes tomaram a ofensiva, obrigando o alto comando a recuar suas tropas. Não por falta de empregar, para vencer os soldados do Negus, os meios mais sofisticados (para a época) e mais bárbaros. No momento em que assumira suas funções como chefe do corpo expedicionário, Badoglio recebera carta branca para conduzir na Etiópia uma guerra de terror e extermínio. A palavra não fora pronunciada, mas os métodos utilizados para dobrar o adversário não deixam dúvidas sobre as intenções dos dirigentes fascistas. Tratava-se de obter uma vitória rápida, tão barata quanto possível em vidas italianas, e eventualmente abrir espaço para a colonização do país por importantes contingentes de habitantes rurais vindos, como na Líbia, das províncias meridionais da Itália.

Essa espécie de "limpeza étnica" *ante litteram* se inscrevia em uma campanha racista que não esperou a vaga antissemita do fim dos anos 1930 para se manifestar, mas adquiriu toda a sua amplidão com a proclamação do Império e, na própria Etiópia, serviu de legitimação à política repressiva do marechal Graziani e às medidas adotadas pelo "vice-rei" para impedir qualquer união com a "raça bastarda" dos amharas. Em todo caso, se fez tábua rasa de tudo que retardasse o avanço do exército italiano, e uso maciço da aviação e dos gases de combate.

Foi Badoglio quem primeiro exprimiu ao Duce o desejo de utilizar em grande escala essa arma proibida pelas convenções internacionais. Tratava-se, para o comandante em chefe, de responder pela dissuasão à "barbárie abissínia," e particularmente às mutilações de guerra infligidas aos homens do corpo expedicionário. Com aquiescência de Mussolini, o emprego de gás se generalizou, associado às metralhadoras e ao bombardeio de objetivos militares, unidades combatentes e civis.

Nesse jogo sem grandes riscos para os aviadores italianos, pois o exército do Negus não possuía caças nem verdadeira defesa antiaérea, os dois filhos mais velhos de Mussolini, seu genro e alguns dos hierarcas mais famosos, como Farinacci, talharam-se uma glória fácil, brincando de gato e rato com os infelizes etíopes que tentavam escapar, lançando bombas incendiárias sobre cidades e vilarejos e aspergindo gases tóxicos sobre as colônias de fugitivos. "Era um trabalho divertido, de efeito trágico, mas grande beleza," escreveu Vittorio Mussolini em um livro de memórias publicado em 1937. "É bem verdade," explicou em outra passagem da obra de grande sucesso traduzida desde a publicação em diversas línguas, que "o abissínio é um animal."

Foi durante as últimas semanas da guerra, com o exército italiano tendo retomado a ofensiva em fevereiro de 1936, que as operações adquiriram aspecto de verdadeiro genocídio, se com essa palavra se designa – como é hábito atualmente – uma ação visando a fazer desaparecer toda ou parte de uma população (etnia, classe, confissão religiosa). No início de abril, enquanto Starace, que também voltara ao serviço à frente de

uma coluna motorizada, incendiava os vilarejos conquistados e realizava execuções em massa, Badoglio lançava suas esquadrilhas de bombardeio sobre as unidades etíopes em retirada na região dos lagos Ashangi e Tana. Durante dez dias, a aviação italiana cobriu os soldados do Negus com bombas incendiárias e gás mostarda. Os feridos que se arrastavam até a beira do lago para se refrescar ou beber encontravam apenas uma massa líquida de iperita e morriam em meio a sofrimentos atrozes. Ciano e os filhos de Mussolini, designados estes para a 14ª esquadrilha e seu cunhado para a 15ª, participaram dessa demonstração das altas virtudes civilizadoras da romanidade.

As sanções

A Liga das Nações, já fragilizada pela agressão japonesa na Manchúria, não podia permanecer completamente passiva diante de uma violação do Pacto cuja vítima era um estado membro. Principalmente porque, como os interesses ingleses eram diretamente afetados pelo caso, os pequenos estados clientes do Reino Unido se mostravam determinados a apoiar a política inglesa mais enfaticamente do que o fizeram em relação à China em 1931. Além disso, começava-se a perceber, nas capitais dos países hostis à revisão dos tratados, que uma ação enérgica da Liga podia constituir um precedente apreciável nos casos, mais e mais prováveis, em que ditadores questionassem o status territorial estabelecido pelos vencedores.

Mesmo dispostos a considerar as reivindicações italianas, se fosse o preço de manter Mussolini no "front" anti-hitlerista, Londres e Paris deviam levar em conta essa evolução da opinião pública. Isso explica que, na primeira quinzena de outubro, um comitê especial compreendendo delegações da Inglaterra, da França, de Portugal, da Dinamarca, da Polônia e do Chile, e depois a Assembleia Geral (por 50 votos em 54 votantes), tenha declarado a Itália país agressor e decidido, em aplicação do artigo 16 do Covenant, infligir-lhe sanções econômicas definidas por um comitê de dezessete membros a vigorar a partir de 18 de novembro. Os estados membros deviam se abster de comprar mercadorias italianas, exportar para a Itália armas e produtos estratégicos ou dar crédito ao agressor para suas compras no exterior.

Rapidamente se tornou evidente que os políticos franceses e ingleses, que votaram as sanções sob a pressão de largas correntes de opinião, fizeram-no a contragosto e se esforçavam para reduzir seu alcance. Sobretudo Laval, a quem Mussolini informara, no fim de outubro, que, em caso de estrita aplicação do embargo, ele seria levado a se voltar para a Alemanha a fim de obter os produtos recusados pela França. O chefe da diplomacia francesa, agora também primeiro-ministro, era ainda mais sensível à ameaça de uma ruptura com Roma porque sofria no mesmo momento a pressão tanto de certos meios de negócios – especialmente os de Lyon e Marselha, particularmente implicados nas trocas com a Itália – quanto a das ligas, associações de antigos combatentes e da maioria dos jornais de direita.

O governo de Londres não se mostrava muito mais entusiástico. Baldwin e Eden eram favoráveis às sanções, mas o ministro das Finanças, Neville Chamberlain, era resolutamente hostil, como o herdeiro do trono, o príncipe de Gales, cuja simpatia pelo fascismo era conhecida. De seu lado, a Alemanha, os Estados Unidos e numerosos pequenos estados que não ousaram recusar o voto das sanções em Genebra – Bélgica,

Polônia, Tchecoslováquia e Iugoslávia, mas que não pertenciam ao campo revisionista – informaram a Mussolini que não aplicariam a decisão da Liga. A própria URSS, cuja admissão em Genebra era recente, declarou-se contra uma extensão exagerada das sanções. Foi ela que, durante toda a duração da guerra, garantiu o fornecimento de petróleo à Itália.

A maneira como as sanções foram aplicadas pelos estados que em princípio as haviam aceitado terminou por tornar a decisão da Liga inútil. Aplicadas com rigor, não poderiam ter sido suportadas por mais que algumas semanas pela economia italiana, ainda que, desde o início, tivesse sido excluído dos decretos o embargo de aço, ferro, cobre, chumbo, zinco, lã e algodão. Mas as únicas medidas suscetíveis de paralisar o corpo expedicionário italiano – fechamento do canal de Suez e embargo do petróleo – que dependiam amplamente da Inglaterra, não foram aplicadas, o que bem mostrava a vontade inglesa de não cortar seus laços com Roma.

As sanções tiveram como principal efeito reforçar o consenso em torno do regime e de seu Capo. Durante os seis meses que precederam o início da guerra, a despeito da intensa propaganda realizada pelos serviços de Ciano, a população italiana manifestara certa reserva aos projetos imperialistas de Mussolini. Os relatórios da polícia e as sínteses redigidas pelos prefeitos mencionavam "sinais de derrotismo," "difusão de falsas notícias" e mesmo "vociferações" contra o poder em numerosas províncias. Os italianos pressentiam que o envolvimento de seu país em uma iniciativa que afrontava os interesses das grandes potências coloniais podia terminar em uma conflagração geral cuja perspectiva amedrontava a muitos. Mesmo entre os camisas-negras, o entusiasmo estava longe de ser unânime, como testemunha, para citar apenas um exemplo, a carta "extremamente confidencial" enviada ao Duce por Farinacci em fevereiro de 1935. Evocando as dificuldades encontradas pelos dirigentes locais da Milícia para constituir as unidades que deveriam ser encaminhadas para a Eritreia ou a Somália, diz o ex-secretário do PNF:

> Independente da maturidade política dessas unidades, apresenta-se igualmente uma questão moral. Nesses batalhões não há só moços, audaciosos e prontos a tudo, há também os mais velhos, que têm uma família da qual são o único arrimo. É inevitável que, quando a ordem de partir se der, (...) muitos sejam os camisas-negras que vão pedir dispensa, comunicando seus problemas de família e de saúde.
>
> Já imagino, eu, que conheço você profundamente, sua reação de fúria: "Mas então pra que servem esses batalhões se, no momento de servir o país, eles criam mil dificuldades?" Mas, querido Presidente, como não admitir que uma coisa é uma guerra de defesa ou uma guerra na Europa, e outra é uma empreitada colonial que se passa longe e que a viagem, o clima, as doenças, tornam – ao menos na imaginação das famílias – mais difícil e mais preocupante?

Ora, essas reticências foram subitamente varridas nas primeiras semanas do conflito, consequência, claro, do imenso esforço de propaganda empregado pelo regime, mas também da real adesão das massas aos temas desenvolvidos por Mussolini em seus discursos: a "guerra dos pobres, deserdados, proletários" contra "o front do

conservadorismo, do egoísmo e da hipocrisia"; a "guerra de libertação e civilização" contra um regime "feudal e escravocrata"; o retorno da latinidade triunfante que imporia a "pax romana" em toda a área mediterrânea. Para além dessa retórica, havia em numerosos italianos o sentimento de poder aceder, graças à empreitada colonial, a um destino melhor – seja porque o Eldorado africano verteria suas supostas riquezas sobre a Itália, seja porque ofereceria aos candidatos à emigração possibilidades de estabelecimento e, assim, maior dignidade social.

Tanto as sanções quanto as vitórias militares exageradas pela propaganda fascista transformaram o que no início era apenas aceitação fatalista da guerra em uma poderosa vaga de exaltação coletiva. Nunca mais Mussolini suscitará em torno de si fervor patriótico tão intenso. Alguns representantes das antigas elites que se mantiveram na retaguarda, como Vittorio Emanuele Orlando, ou que condenaram a ditadura, como Benedetto Croce, declararam-se solidários ao governo, imitados por alguns líderes do antifascismo no exílio: Massimo Rocca, Mario Bergamo e Antonio Labriola. Refugiado em Bruxelas, este último escreveu ao embaixador da Itália na Bélgica: "No momento em que meu país se encontra comprometido em uma ação grave e difícil, mas gloriosa, permito-me assegurar Vossa Excelência de meus sentimentos de plena solidariedade por meu país, acima e além de minhas preferências políticas." E Sem Benelli, que se opusera vigorosamente ao regime depois do assassinato de Matteotti, declarou-se voluntário para a África Oriental.

Mais importante ainda, a indignação provocada pela quarentena imposta à Itália criou numerosas manifestações populares, algumas espontâneas, outras controladas pelo partido, todas reunindo multidões importantes. Multiplicaram-se igualmente as petições, na Itália e fora dela, entre os migrantes favoráveis ao fascismo ou temporariamente unidos a ele por reflexo patriótico. Dos países que acolhiam forte emigração italiana, especialmente os Estados Unidos, afluíram pedidos de alistamento no exército da África. Mas a demonstração mais espetacular de solidariedade com o poder foi a coleta de ouro e ferro. Às iniciativas particulares que emanavam de pequenos grupos sucedeu-se a organização pelo partido da recolha de objetos preciosos e metais indispensáveis às indústrias da guerra. O apogeu dessa campanha foi a *Giornata della fede* ("Dia das Alianças"), celebrada em 18 de dezembro e no curso da qual centenas de milhares de italianos doaram solenemente à nação suas alianças de casamento, recebendo em troca um pequeno círculo de ferro. Vittorio Emanuele e a rainha Helena, seguidos por outros membros da família real, dona Rachele e seu ilustre companheiro, os hierarcas fascistas ainda não enviados para o front, todos vieram depor sua oferenda diante do altar do soldado desconhecido, enquanto deputados e senadores se desfaziam de suas medalhas de parlamentares, aí incluídos oponentes do regime como Croce e Albertini. Pirandello ofereceu a medalha que lhe fora dada pelo júri de Estocolmo junto com o prêmio Nobel, e d'Annunzio, uma espada em cuja maça estava representada a cidade de Fiume. As viúvas e mães dos mortos na guerra se dirigiram ao Duce em delegação para lhe ceder as condecorações de seus maridos e filhos.

O clero não ficou à margem desse plebiscito vivo. Antes do início das hostilidades, Pio XI manifestara certa reserva à ideia de ver a Itália em uma empreitada de conquista. Exprimira sua preocupação diante das "nuvens ameaçadoras" que escureciam o céu. Mas não ofereceu seus bons ofícios para pôr fim à guerra nem protestou contra os métodos terroristas empregados por Badoglio para dobrar os etíopes. Uma vez conquistada a

vitória, associou-se à "alegria triunfante de todo um grande e bom povo, em face de uma paz que se quer fator eficaz e prelúdio da verdadeira paz europeia e mundial." No intervalo, seguindo o exemplo de monsenhor Giardina, bispo de Ancona, que dera o tom desde o fim de setembro, o clero católico se fechou em bloco em torno do governo. Em 28 de outubro, o cardinal Schuster, arcebispo de Milão, celebrou solenemente no adro do Duomo o aniversário da chegada de Mussolini ao poder, declarando que esse dia iniciara "um novo capítulo na história da Península e também da Igreja católica na Itália." No "Dia das Alianças," ele doou seu anel, e monsenhor Nasalli Rocca, cardeal-arcebispo de Bolonha e admirador declarado do Duce, deu seu colar.

A proclamação do Império

Desde o início das operações militares, foram mantidos contatos entre Roma e as capitais ocidentais. Os ingleses, principalmente, continuavam a negociar em segredo com Mussolini, que nada fazia para queimar as pontes e multiplicava as declarações e entrevistas à imprensa internacional afirmando que existiam numerosas "soluções possíveis" para o conflito. Em Londres, Grandi, muito favorável a uma solução negociada, prelúdio à reaproximação entre Itália e Inglaterra, esforçava-se para convencer o novo chefe do Foreign Office, Sir Samuel Hoare, do desejo de paz do Duce, enquanto em Paris Laval buscava uma solução que pudesse ser aceita por ele. Foi assim que nasceu o "Plano Laval-Hoare."

Sob a aparência de meio-termo, o projeto franco-inglês cedia ao ditador romano o essencial de suas exigências: Ogaden e a maior parte do Tigri, dois terços, pois, do território etíope. Em compensação, o que restaria da Abissínia depois dessa divisão leonina seria aumentado por uma fina faixa da Eritreia, incluindo o porto de Assab. O Império do Negus não teria escolha senão se tornar um protetorado italiano.

Mussolini, ao qual o plano Laval-Hoare foi transmitido em 11 de dezembro e que assim via adotadas suas próprias propostas, disse a Grandi que estava pronto a negociar sobre essas bases. Uma semana mais tarde, o Gran Conselho se pronunciou pela aceitação do plano, mas a reunião da instância suprema do fascismo ainda não terminara quando um telegrama de Grandi, encaminhado apressadamente ao Duce, anunciou que Samuel Hoare pedira demissão. Em 13 de dezembro, indiscrições da imprensa francesa, em função de vazamentos do Quai d'Orsay, tornavam públicas as grandes linhas do projeto. Violentamente atacado na Câmara dos Comuns, na qual conservadores, trabalhistas e liberais fizeram coro para denunciar a "transação untuosa" e a "paz da desonra" aceitas pelo ministro, Hoare teve de pedir demissão e foi rapidamente substituído por Eden, chefe da resistência a Mussolini. Na França, onde a clivagem de opiniões era mais acentuada, Laval ganhou apertado o debate de política externa realizado na Câmara no fim de dezembro, mas, para salvar seu governo, teve de se comprometer com os deputados a seguir a linha fixada pela Liga das Nações, abandonando o plano que elaborara com seu colega inglês, de mais a mais categoricamente rejeitado pelo Negus em 18 de dezembro.

Porém, ao fracasso das tentativas de conciliação não se seguiu, como se poderia esperar, o agravamento das sanções. Eden propôs o embargo do petróleo, mas somente para poder jogar sobre os outros países – entre os quais os Estados Unidos, onde as

companhias petrolíferas pressionavam os senadores – a responsabilidade pela não aplicação das sanções. Na França, Laval se deparara em janeiro com questões de política interna e, na expectativa das eleições de abril, o governo Sarraut não parecia disposto a assumir riscos.

É preciso dizer que, a partir de 7 de março, Londres e Paris foram completamente absorvidas pelo golpe hitlerista na Renânia. Se o desmanche da Frente de Stresa foi para Hitler uma circunstância favorável ao sucesso da ação, esta por seu turno prestou serviço a Mussolini obrigando as democracias a dispersar sua atenção, o que contribuiu também para paralisar a Liga. Nessas condições, a ofensiva dos exércitos italianos pôde prosseguir e adquiriu caráter decisivo no início da primavera. Addis-Abeba se encontrava pinçada entre as forças de Badoglio, no norte, e as de Graziani, no sul. Em 3 de maio, ameaçado de cerco, o Negus deixou a Etiópia em direção à Inglaterra. No dia 5, precedido por batalhões de ascaris, Badoglio fez sua entrada a cavalo na capital.

Na mesma noite, Mussolini anunciou a uma multidão de duzentas mil pessoas a vitória dos exércitos italianos. Quando surgiu no balcão do Palazzo Venezia em uniforme de comandante-geral da Milícia, a assistência lhe fez uma longa ovação, só parando de clamar "*Duce! Duce! Duce!*" após um sinal imperativo de seu ídolo, e foi em meio a um profundo silêncio que ele começou a falar, escandindo as sílabas e elevando o tom lentamente para aumentar a tensão:

> No curso dos trinta séculos de sua história, a Itália viveu numerosas horas memoráveis, mas a de hoje é certamente uma das mais solenes. Anuncio ao povo italiano e ao mundo que a paz foi restabelecida. Não é sem orgulho e emoção que depois de sete meses de ásperas hostilidades pronuncio essa grande palavra. Mas é absolutamente necessário acrescentar que se trata da nossa paz, a paz romana, que se exprime nesta simples, irrevogável, definitiva fórmula: a Abissínia é italiana! Italiana de fato, porque ocupada por nossos exércitos vitoriosos. Italiana de direito, porque com o gládio de Roma é a civilização que triunfa sobre a barbárie, a justiça que triunfa sobre a arbitrariedade cruel, a redenção da miséria que triunfa sobre a escravidão milenar.

Quatro dias mais tarde, depois de aprovar no *Gran Consiglio* o decreto que colocava a Etiópia "sob a soberania plena e inteira do reino do Itália" e conferia ao rei e seus sucessores o título de "Imperador da Abissínia," o Duce anunciou ao povo italiano, convocado a todas as praças da península, "o renascimento, depois de quinze séculos, do Império Romano."

Momento de apogeu para o regime e para seu chefe. Em Roma, uma imensa multidão começara a se concentrar no fim da tarde, tão perto quanto possível do palácio presidencial. Por volta das 22h, o Gran Conselho e o Conselho de Ministros chegaram à Piazza Venezia iluminada, na qual se alternavam hinos patrióticos executados por uma dezena de fanfarras e "*Duce! Duce! Duce!*" exclamados pela claque do partido. Mussolini fez sua aparição às 22h30, saudado por salvas de trompetes, rapidamente assumindo a pose imperial que lhe era habitual. O queixo projetado à frente, as mãos pousadas sobre a balaustrada do balcão, os olhos semicerrados, começou a falar lentamente, sem procurar disfarçar a emoção. A peroração foi breve, interrompida a cada duas ou três frases pelas aclamações da multidão.

A Itália possui enfim o seu Império. Império fascista, porque leva as marcas indestrutíveis da vontade e da potência do Littorio romano, porque esta é a meta para a qual, durante quatorze anos, foram concentradas as energias transbordantes e disciplinadas das jovens e galhardas gerações italianas. Império de paz, porque a Itália deseja a paz para si e para todos e só se decide pela guerra quando é forçada por imperiosas e incoercíveis necessidades da vida. Império de civilidade e de humanidade para todas as populações da Etiópia.

É da tradição de Roma, que, após haver triunfado, associava os povos ao seu destino. (...) O povo italiano criou o Império com seu sangue. Ele o fecundará com seu trabalho ou o defenderá com suas armas contra quem quer que seja.

Nessa certeza suprema, erguei bem alto, legionários, os estandartes, o ferro e o coração para saudar, após quinze séculos, a reaparição do Império sobre as fatídicas colinas de Roma. Sereis vós dignos dele?

(*A multidão prorrompe num imenso clamor: "Sim! Sim!"*)

Esse brado é como um juramento sagrado que vocês prestam diante de Deus e diante dos homens, na vida e na morte! Camisas-negras! Legionários!

Saluto al Re!

O discurso encerrado, o Duce recuou rapidamente para a Sala do Mappamondo, onde estavam reunidos seus mais próximos colaboradores, entre os quais Margherita Sarfatti. Para os que presenciaram o evento, foi uma verdadeira cena da *commedia dell'arte* representada sob seus olhos. No balcão, para onde foi chamado não menos que quarenta e duas vezes, um Mussolini radioso, tomado pela embriaguez popular; nas coxias, um Duce de humor sombrio, murmurando que era insuportável ter de dividir esse triunfo com o Rei, que ele era o único a merecer o título de "Fundador do Império" com o qual o Gran Conselho acabara de coroar o soberano, depois acolhendo com falso calor os diplomatas dos países que não aderiram às sanções. A cortina só baixou um pouco depois da meia-noite sobre um Palazzo Venezia deserto e uma praça na qual *carabinieri* e milicianos fascistas mandavam embora as últimas testemunhas da festa.

Ciano nas relações exteriores

Partilha das honrarias com o soberano à parte, Mussolini tinha todas as razões para estar satisfeito. Jamais o consenso da nação fora – ou seria – tão forte quanto em seguida à vitória na África. Como durante sua nomeação para primeiro-ministro, quando, antes de tomar o trem para Roma, dissera a seu irmão: "Se papai estivesse aqui," – o filho de ferreiro, ex-professor, ex-imigrante que dormia debaixo das pontes de Lausanne não podia deixar de lançar um olhar sobre seu passado e se orgulhar do caminho percorrido. A confiança em sua "estrela" era outra vez confirmada, e de que maneira! Mas Arnaldo não estava mais lá para freá-lo em sua arrogância megalomaníaca. Rachele, que passara a noite de 9 de maio misturada à multidão da Piazza Venezia com seus dois filhos mais novos, encontrava-se muito desestabilizada pelo curso precipitado pela História para lhe fornecer os conselhos ditados por seu bom senso camponês, que de todo modo ele não

teria ouvido. Restavam os da lúcida Margherita, mas esta já perdera o essencial de sua influência sobre Mussolini. Nada nem ninguém, num entourage essencialmente de cortesãos inclinados a concordar com ele, podia impedi-lo de acreditar em sua própria infalibilidade.

Dois eventos de ordem pessoal marcaram profundamente a vida do ditador poucas semanas após a proclamação do Império. Em julho, as relações platônicas que tivera até então com Claretta Petacci viraram ligação amorosa que só acabaria em abril de 1945, em Giulino di Mezzegra. Como acabara de enfrentar uma prova dolorosa, talvez Mussolini sentisse necessidade de romper a solidão afetiva em que vivia desde a morte de Arnaldo e seu afastamento de Margherita. No mês de junho, sua filha mais moça Anna Maria teve um ataque de poliomielite que quase a matou. A garotinha se encontrava em Tivoli, para onde Rachele a levara a fim de cuidar de uma tosse rebelde, quando se manifestaram os primeiros sinais do mal, rapidamente seguidos de um início de paralisia nos braços e pernas. Mussolini, que nessa época ainda tinha de resolver o problema das sanções, abandonou imediatamente sua residência romana e o palácio presidencial para correr à cabeceira da filha.

As testemunhas descrevem um homem derrotado por esse golpe do destino, não compreendendo que sua plenipotência pudesse ser posta em xeque desse modo. "Jamais," escreveu Vittorio, "eu o vi tão fora de si. Ele estava como que alucinado." Nos oito ou dez dias em que Anna Maria esteve entre a vida e a morte, ele esqueceu os negócios do estado. Retomou o caminho de Roma somente quando os quatro médicos que se alternavam junto à criança lhe asseguraram que ela sobreviveria.

Mussolini quis manter em segredo a doença de sua filha, mas a notícia percorreu rapidamente a Itália. De todas as províncias da Península e do exterior afluíram, durante várias semanas, cartas e mensagens de compaixão pela jovem enferma e de devoção por sua família, presentes, medalhas pias, imagens de Nossa Senhora, conselhos e remédios caseiros, endereços de médicos e curandeiros, medicamentos expedidos por farmácias americanas ou japonesas. Rezou-se nas igrejas pela recuperação de Anna Maria. "Todos os italianos," podia-se ler no *Messagero*, "estão espiritualmente à cabeceira da garotinha enferma. Apoiam-na com seu amor ansioso e imploram por sua saúde e sua vida. Que Deus ouça esse voto ardente de todo um povo, elevando-se pela disciplina e fortalecido pela fé. Esta é a oração dos italianos pelo Duce."

No momento dessa fase penosa da vida do sogro, Ciano acabara de assumir suas funções no Palazzo Chigi. Essa promoção a ministro do Exterior estava no ar havia dois meses, e o genro do Duce fora discretamente avisado por Dino Alfieri quando ainda se encontrava na África Oriental. Confiando a esse jovem ministro de trinta e quatro anos a responsabilidade pela diplomacia fascista, Mussolini não agira por impulso. Queria, ao renunciar a três das cinco pastas ministeriais que detinha, mostrar uma página virada na história do regime e que, transformado no verdadeiro "Fundador do Império," chegara o momento de se alijar de parte de suas responsabilidades. Ainda assim, pretendia comandar a condução do Exterior, e para isso lhe era necessário um homem de confiança, fiel, ao qual pudesse confidenciar seus planos mais secretos. Porque desempenhara com talento sua missão de grande organizador da propaganda fascista, porque lhe tinha uma dedicação aparentemente sem limites e porque era "*della famiglia*," Ciano lhe pareceu o homem para a posição. Ao que se juntavam o desejo, enfaticamente expresso por este, de ter um papel maior nas cenas nacional e internacional e a

preocupação do Duce em recompensar seu genro por sua conduta "heroica" na campanha da Etiópia.

Com o tempo, a escolha se revelou desastrosa. O homem, como se viu, não carecia de inteligência nem de senso político, mas era superficial demais, sensível demais às honrarias, aos elogios e aos prazeres da *dolce vita* romana para ser levado a sério pelos chefes do partido ou por seus interlocutores estrangeiros. Os primeiros o detestavam e desprezavam, reprovando ao mesmo tempo seu avanço rápido demais e sua ausência de firmeza. Os segundos jogavam com sua propensão a mudar de opinião ao sabor das circunstâncias. Nem por isso sua influência sobre Mussolini foi menos considerável. É verdade que ele se privava de tomar iniciativas contrárias às orientações do Duce. Tinha por ele admiração demais e medo demais para assumir o risco de um conflito que sabia perdido de antemão. Mas soube assumir suficiente ascendência sobre ele para lhe fazer aceitar opiniões nas quais o velho leão não teria pensado espontaneamente.

Ciano teve a sorte de inaugurar seu cargo com um sucesso não atribuível a sua ação. A Assembleia da Liga das Nações recusou por 23 votos a 1 e 25 abstenções a resolução apresentada pelo Negus – que viera a Genebra para a ocasião e cuja presença na sala provocou violenta agitação, desencadeada pelos jornalistas italianos – solicitando que a conquista fascista fosse condenada pela organização internacional. Embora a anexação da Abissínia não tenha sido reconhecida de maneira oficial, em 4 de julho a Liga votou o fim das sanções por quase unanimidade.

Ao se instalar no Palazzo Chigi, o novo ministro do Exterior realizou uma importante "troca de guarda." Já na época de Grandi, numerosos diplomatas de carreira foram descartados em benefício de indivíduos mais moços e politicamente mais confiáveis. Com Ciano, a fascistização se acelerou. O papel do secretário-geral, determinante no tempo da monarquia liberal e que Mussolini bem ou mal respeitara, foi relegado ao segundo plano, enquanto o gabinete do ministro, povoado essencialmente por seus fiéis, recebia as missões mais importantes, entre as quais as relações com o serviço secreto. Em sua direção, os homens que se sucederam até 1943 – Ottavio de Beppo, Filippo Anfuso e Blasco d'Ajeta – tiveram praticamente status de vice-ministros, ao passo que o subsecretário de estado titular se via reduzido a um papel acessório. Aquele que Mussolini impusera a seu genro quando lhe confiara a direção do departamento, Bastianini, raramente manifestou desacordo com Ciano, que escreveu dele em seu Diário: "É um imbecil, mas fiel."

A reaproximação ítalo-alemã

"Ninguém pode me acusar de ser hostil à política pró-alemã" – afirmava Ciano em setembro de 1937 – "fui quem a inaugurou." E, de fato, foi considerável o papel do jovem ministro do Exterior nas decisões que conduziram Mussolini a ligar seu destino ao do Führer. Na origem da reaproximação entre os ditadores, contudo, há razões que mais se devem às circunstâncias, aos mecanismos internacionais e à natureza dos dois regimes que à ação conduzida pelo anfitrião do Palazzo Chigi.

Em 1936, como quarenta anos antes, a Itália se dividia entre duas vias de expansão. Ao iniciar as hostilidades na Etiópia, ela tacitamente renunciou à via danubiana e balcânica, que prevalecera até 1935, para escolher a expansão no Mediterrâneo e na

África, o que resultou em confronto com a Inglaterra, diretamente interessada no setor, e com a França, que de modo algum desistiria da solidariedade com os ingleses. Essa foi a lógica que levou Mussolini a se reaproximar da Alemanha e deixá-la estender sua influência na Europa central. Hitler compreendeu à perfeição e, durante a crise etíope, apoiou a política italiana, especialmente se recusando a aplicar as sanções. Isso lhe valeu uma atitude benevolente do governo de Roma no momento em que suas tropas reocuparam a Renânia.

Os interesses econômicos jogaram no mesmo sentido. Já muito importantes na véspera do conflito, os laços comerciais com o Reich se estreitaram com a recusa alemã em aplicar as sanções e com os acordos de *clearing* entre os dois países. Além disso, existe uma lógica de autarquia que inclina as potências que a adotam a orientar sua economia na direção da produção de armamentos e a praticar uma política externa agressiva. As solidariedades ideológicas, enfim, encaminharam-se na direção de uma aliança entre duas ditaduras que tinham em comum o fato de desprezarem as democracias, quererem criar obstáculos ao comunismo e não darem nenhum valor aos compromissos internacionais.

Essa aliança era inevitável? Provavelmente não, quando se avalia a situação da Europa não em 1936, mas dois ou três anos antes, no momento em que Mussolini ainda não decidira atacar a Etiópia. Nessa data, Inglaterra e França talvez tivessem podido dissuadi-lo da miragem africana, com a condição de pagar o preço: por exemplo, reconsiderando a maneira de operar a distribuição das colônias alemãs em seguida à guerra ou aceitando certos retoques menores no *status quo* territorial da Europa. Após o golpe de julho de 1934 em Viena, ainda é provável que Mussolini tivesse podido escolher outra via que aquela adotada um ano mais tarde. Em Stresa, nada estava decidido ainda, mesmo que os interlocutores do Duce não tenham indicado até onde podia ir seu "desinteresse" pela África oriental. Ora, nem Laval nem os delegados ingleses foram claros sobre esse ponto. Preferiram deixar a questão em aberto. Na Inglaterra, tentou-se acreditar que o ditador romano não iria até o fim em seu projeto de conquista, por falta de meios ou por medo de ver Hitler absorver a Áustria e estender sua dominação até o Brenner. Do lado francês, foi-se suficientemente longe nas conversas de estado-maior para que Mussolini pudesse acreditar que adquirira adiantada a fatura da "mão livre" na África.

A Inglaterra e a França poderiam ter agido de outro modo? Reconhecer que se preocuparam muito pouco com o direito dos povos quando dividiram – com outros – boa parte do planeta, e que a Itália, que chegara tarde na conquista colonial, também tinha direito a seu "lugar ao sol"? Que a "paz de Versalhes" não só teve por objetivo garantir a segurança dos vencedores e a perenidade de uma ordem internacional fundada sobre a justiça e a paz, mas também reforçara a posição das duas principais potências imperialistas e que, clamando pelo "respeito aos tratados," estas visavam acima de tudo a preservar suas aquisições? Não, sem dúvida, e não somente porque a ideologia "da Liga" servia de cobertura a sua política de poder, mas porque o mundo mudara depois do tempo das grandes empreitadas coloniais. Porque existia depois da guerra, no seio das elites políticas e da opinião pública, correntes que não teriam aceitado esse discurso e as equipes encarregadas do poder não podiam ignorar essa mudança nas mentalidades.

O erro dos ocidentais foi acreditar que era suficiente jogar com a ameaça hitlerista para convencer Mussolini a aderir ao princípio da segurança coletiva, ao passo que o Duce esperava que lhe fosse oferecida uma contrapartida tangível ao abandono de suas

posições revisionistas. Londres e Paris só podiam dar essa compensação à Itália alienando de maneira substancial seu próprio domínio colonial, liberando aos apetites fascistas um estado membro da Liga das Nações ou, no caso da França, renunciando à miragem da aliança pela retaguarda representada pela Petite Entente. Nenhuma dessas condições tendo se realizado, Mussolini se deixou naturalmente levar para onde lhe conduziam suas ambições conquistadoras, afinidades ideológicas entre os regimes fascista e názi e o empenho de seu recém-ministro do Exterior – dirigido mais pelo desejo de assegurar seu próprio prestígio ao conduzir uma "grande política" que por simpatia por Hitler e pelo nazismo.

No início do verão de 1936, numerosas razões empurravam Mussolini a se reaproximar da Alemanha. Primeiro a presença de Anthony Eden no governo inglês, claramente menos bem-disposto em relação a ele que Chamberlain ou Samuel Hoare. Mais ainda, na França, a chegada ao poder de uma maioria do *Front Populaire* eleita com um programa explicitamente antifascista. Entre o Duce e os dirigentes de Londres e Paris, as tensões se focalizaram sobre o reconhecimento da anexação etíope. Em setembro, a Liga decidiu conservar a cadeira dos representantes do Negus, o que levou à determinação italiana de abandonar seu lugar na Assembleia e sair da instituição de Genebra. De outro lado, se alguns estados, como a Alemanha, a Áustria, o Japão, a Hungria e a Suíça reconheceram formalmente a anexação, a França e a Inglaterra se contentaram com um reconhecimento factual, retirando suas legações diplomáticas junto ao Negus e acreditando simples cônsules junto às autoridades italianas de Addis-Abeba. Mussolini queria mais. Quando, em outubro de 1936, a França chamou de volta seu embaixador em Roma, Charles de Chambrun, ele exigiu que o novo embaixador fosse acreditado perante "Sua Majestade, o Rei da Itália e Imperador da Etiópia." Paris recusou e se contentou em designar um simples *chargé d'affaires*.

O principal efeito dessa guerrilha diplomática conduzida pelas democracias foi tornar Mussolini mais receptivo aos avanços de Hitler. No fim de março, ele enviou o chefe da polícia, Bocchini a uma missão na Alemanha. Oficialmente, tratava-se de contatar os principais responsáveis pela Gestapo a fim de coordenar a ação das duas polícias (em matéria principalmente de luta contra o antifascismo e prevenção do "terrorismo"). De fato, Bocchini devia sondar os dirigentes alemães e examinar sobre que bases poderia nascer um acordo entre os dois países. Suas conversas com Himmler foram julgadas muito frutíferas pelas duas partes. A chegada de Ciano ao Palazzo Chigi em junho de 1936, portanto, apenas precipitou uma evolução já em andamento. Mas foi sob sua influência que Mussolini decidiu, contra todas as expectativas, modificar radicalmente sua política danubiana e procurar uma solução para o problema austríaco que satisfizesse Hitler.

No contrapé das disposições que adotara em julho de 1934, o Duce convocou o chanceler Schuschnigg a Rocca delle Camminate e o aconselhou a resolver suas diferenças com o Führer. Sob sua iniciativa, para não dizer sob suas ordens, um acordo foi assinado em 11 de julho entre os dois estados germânicos: acordo pelo qual o Reich se comprometia a respeitar a plena soberania da Áustria e não exercer nenhuma pressão nos assuntos internos do país, o qual, em troca, reconhecia sua situação de "estado alemão" e prometia se inspirar nela para definir as grandes linhas de sua política internacional. Esse acordo ambíguo, tornado possível apenas pela mediação mussoliniana, punha fim às perseguições contra o partido austríaco e permitia a entrada

no governo de homens cujas simpatias hitleristas eram conhecidas. Estava aberta a via que, dois anos mais tarde, levaria ao *Anschluss*. Para Mussolini e Ciano, era o preço a pagar por uma colaboração política entre os dois países que a Guerra Civil Espanhola revelaria à Europa e ao mundo.

A Guerra Civil Espanhola

O levante militar de 18 de julho de 1936 não foi uma surpresa para Mussolini. Havia muito existiam contatos entre a extrema direita espanhola e os fascistas italianos. O general Primo de Rivera, que governara a Espanha de modo ditatorial entre 1923 e 1930, era grande admirador do Duce, e seu filho José Antonio, chefe da Falange, recebia importantes subsídios dos serviços de propaganda italianos. Antes de assumir seu posto como governador da Líbia, Balbo mantivera relações com oficiais aviadores antirrepublicanos. Em agosto de 1932, o governo de Roma aceitou fornecer armas ao general Sanjurjo para sua tentativa de *Putsch*, aliás fracassado, contra a República. Em março de 1934, enfim, Mussolini prometeu a um grupo de dirigentes carlistas financiar e armar a insurreição planejada com o intuito de restabelecer a monarquia.

Uma vez iniciada a guerra contra os republicanos, Franco muito naturalmente se voltou para o Duce a fim de obter a ajuda que precisava. Ciano, que serviu de intermediário, era favorável à requisição. Ele via em uma intervenção italiana na Espanha o meio de incitar a Alemanha a colaborar com o governo fascista: primeira etapa de um processo que devia terminar na conclusão da aliança com Berlim. Mussolini era mais reservado. Ele não queria se meter em uma aventura que parecia ter começado mal e agiu com reticência, negando várias vezes as prementes demandas de Franco. Ciano, não obstante, acabou por convencê-lo, usando como pretextos o interesse da Itália em assegurar posições sólidas no Mediterrâneo Ocidental e seu dever de barrar o caminho aos franceses e aos soviéticos, aliados naturais do governo da Frente Popular: tese que se tornaria o *leitmotiv* da propaganda fascista e serviria de justificativa à considerável ajuda militar que a Itália aportaria aos nacionalistas.

Um primeiro contingente de doze aviões foi enviado à Espanha no fim de julho, com o objetivo de escoltar os navios que asseguravam o transporte das tropas franquistas do Marrocos espanhol. A missão fora mantida em segredo, mas, em seguida a incidentes mecânicos, dois aparelhos tiveram de pousar no Marrocos francês, obrigando o governo italiano a derrubar a máscara. Mussolini hesitou em fazê-lo porque, em 24 de julho, uma primeira entrega de armas fora efetuada pela França em benefício das forças republicanas. Isso não o impediu de assinar em agosto o acordo de não intervenção proposto por França e Inglaterra, afirmando que seu governo não interviria no conflito espanhol, mas tampouco se oporia ao alistamento de voluntários e às subscrições públicas que pudessem ter lugar na Itália em favor da Espanha franquista. Para justificar essa atitude, usava como argumento a ajuda, nessa data puramente simbólica e muito hesitante, dada por Stalin aos republicanos.

Hitler procedeu da mesma maneira, mas sua participação na guerra da Espanha foi muito mais discreta, limitada ao envio de material de guerra e de uma unidade de 6.500 homens, a "Legião Condor," um corpo aéreo e suas unidades de apoio e algumas companhias de blindados. Essa intervenção, calculada com a máxima precisão, respondia

a objetivos complexos. Para Hitler, o caso espanhol constituía um bom meio de aumentar a solidariedade entre os dois estados totalitários, mas ao mesmo tempo oferecia à Alemanha a ocasião de volver as ambições do Duce para o Mediterrâneo Ocidental e aumentar sua própria influência na área danubiana.

Sem que houvesse ainda um acordo, já se desenhava uma divisão das zonas cobiçadas pelos dois ditadores. Abandonando a Mussolini o controle da bacia mediterrânea em troca de seu desinteresse pela zona danubiana – o que no médio prazo implicava que a Itália se alinhava em seu campo para impor sua vontade de expansão à Inglaterra e à França – Hitler estimava que cabiam ao Duce os maiores riscos e os fardos mais pesados na resolução do caso espanhol. De mais a mais, se os alemães se interessavam pela Espanha por razões principalmente estratégicas (a abertura eventual de um segundo front para a França em caso de confronto com essa potência) e econômicas (concessões mineiras ao Reich autorizadas por Franco), não pareciam ter pressa de ver os nacionalistas vencerem seus adversários republicanos. Hitler desejava que a guerra durasse tempo suficiente para que as forças enviadas pela Itália para o front ibérico estivessem ainda mobilizadas no momento em que efetuasse seu golpe – longamente programado – contra a Áustria. Não dissera ele a von Neurath, na célebre sessão de 5 de novembro de 1937 na chancelaria: "Do ponto de vista alemão, uma vitória completa de Franco não é desejável. Temos mais interesse em que a guerra se prolongue"?

Mussolini, ao contrário, desejava uma intervenção maciça de seu país na guerra civil espanhola. Seus objetivos eram diferentes dos do Führer, menos econômicos que estratégicos e psicológicos. Preocupado em dar conteúdo concreto a seus sonhos de império mediterrâneo e apoiado por Ciano, exigiu de Franco, em troca da ajuda às forças nacionalistas, uma "colaboração política" no Mediterrâneo Ocidental. Não foi prevista a cessão de bases navais e aéreas, mas desde o início do conflito os italianos se instalaram em Majorca e aí permaneceram durante toda a guerra. Ainda que o Duce tenha negado, para não alarmar a opinião inglesa de maneira excessiva, rapidamente se tornou claro que a Itália buscava assegurar, a partir das posições que ocupara na Espanha, bases de partida para uma eventual expansão no Mediterrâneo.

As preocupações do ditador italiano, no entanto, não eram todas de ordem ofensiva. Uma vitória republicana, além de tornar caducas as promessas de Franco, teria tido por consequência criar nessa parte da Europa mediterrânea um eixo Paris-Madrid explicitamente "antifascista" e determinado a resistir aos projetos expansionistas da Itália, talvez mesmo fornecer um trampolim aos adversários do regime para uma eventual operação de "reconquista" da península. Carlo Rosselli, um dos líderes do antifascismo no exílio, ele mesmo combatente e organizador dos primeiros voluntários italianos na luta contra o franquismo, proclamara desde o início da guerra: "Hoje na Espanha, amanhã na Itália."

Enfim, Mussolini viu na intervenção na Espanha, como na guerra da Etiópia, a ocasião de "dar têmpera à alma italiana," experimentar a eficácia dos armamentos utilizados por suas tropas e aumentar o prestígio de seu país e seu regime. Ele a tornou um assunto pessoal, no qual aparentemente a ideologia desempenhou apenas papel secundário. É verdade que, para unir em torno de si um amplo consenso nacional e internacional, o Duce não hesitou em denunciar o perigo "bolchevique" e brandir o estandarte da cruzada, o que lhe valeu – ainda que Pio XI tenha adotado uma atitude relativamente reservada – o apoio do alto clero e da maioria dos católicos. Mas a luta

contra o comunismo foi mais uma fachada e um álibi que a tradução dos sentimentos pessoais do ditador, que, de mais a mais, jamais desejou ver a Espanha dotada de um regime propriamente fascista.

Se Mussolini se comprometeu totalmente com a aventura espanhola, nem o povo italiano nem a massa de aderentes do Partido Nacional Fascista mostrou um entusiasmo comparável ao suscitado pela campanha da Etiópia. O nome *Corpo truppe volontarie* dado às forças italianas enviadas à Espanha não deve iludir – a maioria dos soldados foi designada oficialmente entre as unidades que combateram na África oriental. Mas o corpo expedicionário estava longe de ser simbólico. Em março de 1937, quatro divisões italianas estavam presentes na Espanha: três da Milícia e uma do exército regular, ou seja, cerca de 70 mil homens comandados pelo general Roatta, aporte não desprezível, considerando-se que, nessa data, Franco não conseguira alinhar mais que 250 mil homens. Juntavam-se a esse auxílio em efetivos o considerável fornecimento de material de guerra: 2 mil canhões, 10 mil metralhadoras, 250 mil fuzis, milhares de veículos e blindados ligeiros, assim como o apoio da aviação e da marinha italianas (90 navios de guerra, dos quais numerosos submarinos que atacavam sem aviso prévio e afundavam todo navio neutro suspeito de abastecer a Espanha republicana). Conjugada com aquela, modesta mas importante, do Reich, a ajuda italiana a Franco desempenhou um papel considerável na vitória das forças nacionalistas.

A guerra da Espanha não foi um passeio militar para os soldados de Mussolini. O apoio aéreo de que dispunha o exército republicano e a eficiência da artilharia antiaérea tornavam as decolagens dos aparelhos de bombardeio da aviação italiana infinitamente mais perigosas que na Etiópia. Também houve, por parte dos hierarcas, menos precipitação em se unir às esquadrilhas fascistas. Bruno Mussolini esteve entre os primeiros a se engajar para a Espanha, onde lhe foi confiado o comando de uma esquadrilha de bombardeio baseada em Palma de Majorca. Ele cumpriu numerosas missões no comando de seu S79, que lhe valeram uma segunda medalha de prata. Também enfrentou, em setembro de 1936, um combate aéreo contra o piloto americano Derek Dickinson, que comandava uma esquadrilha de caças republicana e lançara um desafio ao filho mais novo do Duce. O duelo teve lugar entre Palma e Castellon de la Plana, onde estava baseada a unidade comandada pelo americano. Esse último venceu por pouco, obrigando seu adversário a cortar o motor e agitar uma echarpe de seda em sinal de derrota, mas somente após ter sido ele mesmo atingido e ferido a mão. Uma espécie de empate, digamos, noticiado por jornais do mundo inteiro. Pouco tempo depois, Franco informou seu homólogo romano de que a participação de Bruno na guerra "não era mais necessária." Ele estava consciente dos problemas que a eventual captura do filho de Mussolini pelos vermelhos causaria ao poder nacionalista e pedia, para evitar que ele servisse de refém aos republicanos, que o jovem chefe de esquadrilha fosse chamado à Itália, requisição prontamente satisfeita pelo Duce, para grande melindre do jovem. Mussolini recebeu nessa ocasião uma mensagem enviada de Estocolmo por um grupo de mulheres suecas, redigida nestes termos:

> Milhares e milhares de mulheres sofrem, como dona Rachele, uma angústia mortal por seus filhos. Contudo, elas não podem repatriá-los como pôde fazer a esposa de Vossa Excelência, a qual, assim agindo, mostrou que condena a crueldade da guerra. É por isso que nos dirigimos ao senhor, a fim de que use

sua influência de chefe do governo italiano para fazer cessar o conflito espanhol que ensanguenta a Europa. Desse modo, os filhos de todas as outras mães poderão voltar para casa.

Em fevereiro de 1937, o exército italiano conheceu um primeiro sucesso, participando de maneira determinante da batalha de Málaga. Ciano, a quem Mussolini confiara a direção política da guerra, publicou nessa ocasião um comunicado napoleônico, anunciando uma ação próxima e "decisiva" na direção de Madrid. O engajamento teve lugar um mês mais tarde, em Guadalajara, a cinquenta quilômetros a nordeste da capital, e terminou em um fracasso doloroso para os 35 mil homens do general Roatta, apoiados por 15 mil nacionalistas, aos quais se opuseram, entre 7 e 20 de março, os cerca de 10 mil combatentes do exército republicano e de voluntários internacionais. Como se sabe, entre esses últimos se encontravam numerosos antifascistas italianos, membros de brigadas internacionais ou corpos constituídos pelo republicano Pacciardi e pelo principal dirigente do movimento Giustizia e Libertà, Carlo Rosselli.

No momento em que se desenrolava esse choque fratricida, Mussolini viajava para a Líbia. Devendo assistir às manobras da esquadra italiana e inaugurar a "litorânea," ele embarcara em Gaeta em 10 de março e foi a bordo do *Pola*, onde se instalara com sua comitiva, que recebeu as primeiras notícias inquietantes do front madrilenho. Os arquivos do secretariado particular guardaram numerosos telegramas enviados pelo general Roatta primeiro para o *Pola* e depois para Tripoli – onde, no dia 18, ele recebeu a "espada do Islã" das mãos dos principais chefes árabes. "Diga aos legionários," respondeu em 11 de março, "que acompanho de hora em hora sua ação, que será coroada de sucesso." Ora, uma semana mais tarde, o fracasso da ofensiva fascista se tornara patente e, no momento em que se preparava a contraofensiva republicana, Roatta enviou ao Duce uma série de comunicados nos quais expunha – fora de qualquer linguagem oficial – as razões que explicariam o que se devia considerar uma derrota dos exércitos italianos.

O chefe do corpo expedicionário fascista destacava primeiro as causas de fracasso não imputáveis aos soldados sob seu comando: más condições atmosféricas, "falta de cooperação das tropas espanholas, que deveriam atacar ao mesmo tempo que os italianos e não o fizeram," emprego pelo inimigo de tanques de fabricação soviética etc. Vinham em seguida certas considerações inesperadas sobre o valor do exército adversário, que compreende, explicava Roatta, "tropas internacionais compostas não de camponeses, mas de operários, empregados e similares, combatendo com maestria, sobretudo de maneira fanática e raivosa. A maioria é bem-comandada, mas, mesmo quando não é, isso não muda grande coisa, levando-se em conta as características individuais mencionadas acima."

Mas o general Roatta acentuou acima de tudo a natureza do material humano posto a sua disposição pelo alto comando e a mediocridade do pessoal de apoio. Não somente, explicou ao Duce, há a deplorar numerosos casos de deserção, abandono do posto e automutilação mas, de maneira geral, foram homens pouco treinados e desprovidos de qualidades guerreiras que tiveram de enfrentar os assaltos dos "vermelhos." Roatta descrevia especialmente sua "passividade," sua "credulidade," sua "impressionabilidade," sua obsessão com os ataques dos tanques russos e da aviação republicana e o fato de que não sentiam "nenhuma raiva do adversário."

Há nesse resumo do fracasso de Guadalajara o eco do que Farinacci dissera a Mussolini dois anos antes, durante as primeiras mobilizações da Milícia antes do conflito etíope. Confirmação no domínio militar da realidade observável em todos os níveis da militância e dos comandos camponeses: a dificuldade do regime em instalar uma nova elite, recrutada na geração do pós-guerra. Aqueles com os quais se podia contar eram ou fascistas de primeira hora, ex-combatentes em busca de glória suplementar, de um *revival* nostálgico das aventuras viris do esquadrismo ou de um soldo confortável – e estes haviam passado da idade para o rude trabalho militar – ou rapazes formados na escola das organizações paramilitares fascistas, fanaticamente devotados ao regime e a seu chefe, mas desprovidos de experiência de combate. Entre os dois, situava-se a maioria dos combatentes, na maior parte homens casados, pais de família, voluntários para uma campanha colonial relativamente fácil, não para uma reedição sangrenta da grande matança de 1915-1918.

A lúcida análise do chefe do corpo expedicionário italiano, confirmada pouco depois pelo relatório enviado a Mussolini pelo professor Chiurco, contrastava com os comunicados triunfantes dos representantes civis do poder, a começar por Ciano. Desde o início do conflito, este não cessara de proclamar, *urbi et orbi*, que a guerra seria breve e a vitória, fácil. Depois da batalha de Guadalajara, foi preciso abandonar as ilusões. Esperando um sucesso dos exércitos fascistas que lhe permitisse voltar ao primeiro plano – o que fez depois da tomada de Santander, em agosto de 1937 – adotou um perfil discreto, deixando ao sogro a tarefa de aprender a lição dada pelo evento e assumir sua responsabilidade. O que Mussolini, que regressou precipitadamente do Líbano, apressou-se a fazer, pedindo a Franco para retirar as unidades italianas do front madrileno: "Vá imediatamente até Franco – ordenou a Ciano em um telegrama datado de 22 de março – e o convide em meu nome a substituir imediatamente nossos legionários. Em caso de recusa, reservo-me a decisão a tomar." Recuo estratégico depois de uma batalha indecisa, mas que o ditador romano transformaria sem problemas em vitória, em um artigo não assinado (mas sobre cuja origem não há dúvidas) publicado em junho no *Popolo d'Italia*.

A intervenção na guerra civil espanhola custou caro à Itália mussoliniana: perto de 4 mil mortos, mais de 11 mil feridos, um pouco mais de 6 bilhões de liras em material bélico, dos quais somente uma parte seria reembolsada pelos nacionalistas. Mas ela permitiu testar novas tecnologias militares, principalmente no domínio aéreo, experimentar novos conceitos táticos e submeter várias dezenas de milhares de soldados à prova de fogo. Além disso, ocorrendo após os massacres gratuitos perpetrados na Etiópia pelos exércitos de Badoglio, confirmou o caráter feroz da guerra fascista, com pleno acordo do decisor supremo. É verdade que a guerra civil espanhola se desenrolou sob o signo global da selvageria e os próprios dirigentes fascistas foram às vezes tomados de horror pela amplitude da repressão nacionalista. Farinacci, que como se sabe não sofria de humanismo excessivo, foi o primeiro a pedir a Franco para limitar o número de execuções sumárias, e Ciano, no auge da batalha de Guadalajara, fez coro com o antigo *Ras* de Cremona para condenar a reação branca, julgada "desordenada, cruel e perigosa." Isso não impediu o mesmo Ciano de encobrir as ações terroristas realizadas em Majorca por um de seus mais fiéis tenentes, Arconovaldo Bonaccorsi, tristemente célebre sob o nome de "conde Rossi," cujos crimes (mais de 3 mil civis assassinados em alguns meses) inspiraram a Bernanos seu *Os grandes cemitérios sob a*

lua. Nem de apoiar, em junho de 1937, a eliminação dos irmãos Rosselli pelos homens de "La Cagoule" em Bagnoles-de-l'Orne.

E Mussolini? Não foi ele quem, antes da partida para a Espanha, confiou a Bonaccorsi – do qual pudera apreciar o ardor ativista quando esse advogado, fascista de primeira hora, semeou o terror nas ruas de Bolonha – a missão de "defender a civilização latina e cristã ameaçada pela súcia internacional"? O homem não é propriamente de natureza cruel, mas não se opõe à violência se por ela passa o cumprimento da missão da qual se crê investido. Essa violência era legítima quando se tratou, em 1920-1921, de impedir na Itália o caminho do inimigo interno; legítima é, quinze anos mais tarde, na escala da guerra civil europeia da qual o conflito espanhol é de certo modo a prolongação. Ao menos é nesses termos, resolutamente ideológicos, que o Duce legitima uma intervenção que respondia a outros motivos, notadamente sua preocupação de fazer da Itália uma potência hegemônica no Mediterrâneo, herdeira da dominação romana.

Teve também papel na inflexibilidade do personagem e em sua crescente insensibilidade ao sofrimento do outro – quando o outro é um inimigo declarado – o envelhecimento, a solidão na qual se instalou depois da morte de Arnaldo, o mal-estar criado pelo stress que acompanha o exercício de um poder ao mesmo tempo imenso e continuamente cobiçado pelos outros, o cinismo e o desprezo em relação aos homens que nutrem as baixezas cortesãs: em resumo, tudo que constitui a síndrome do ditador que tantos outros experimentaram antes dele. Ao que se une, assumindo parte cada vez maior no universo mental do dirigente fascista, o peso do modelo hitlerista, ontem alvo de deboches e hoje considerado exemplo.

Assim, é o mesmo homem quem, no crepúsculo da idade madura, pôde chorar ao saudar diante do Coliseu os legionários de partida para a Espanha e telegrafar a Ciano em fevereiro de 1939: "Estamos de acordo em que, se os prisioneiros espanhóis devem ser respeitados, é conveniente fuzilar imediatamente os mercenários internacionais. E, claro, em primeiríssimo lugar, os renegados italianos." O mesmo que a doença de sua filha Anna Maria mergulhou em depressão profunda e ordenou, em março de 1938, sangrentos bombardeios de represália sobre Barcelona, causando a morte de vários milhares de civis e a indignação do mundo inteiro (incluindo Franco).

Nascimento do Eixo

Ao orientar a diplomacia fascista na direção de uma política de preponderância no Mediterrâneo que Inglaterra e França dificilmente poderiam subscrever, a guerra da Espanha demoveu Mussolini definitivamente de suas antigas visões danubianas. O reconhecimento pela Alemanha da anexação da Etiópia e a fraternidade de armas no conflito espanhol estreitaram os laços entre os dois ditadores a partir de 1936.

Em setembro, a visita de Hans Frank, ministro sem carteira do governo názi, à capital italiana permitiu constatar a comunhão de visões ideológicas entre Roma e Berlim. Oficialmente, enfatizou-se a luta contra o bolchevismo, que Mussolini e Frank afirmaram condicionar a intervenção dos dois países ao lado dos franquistas. Mas, além desse discurso com pretensões defensivas, foi com um verdadeiro plano de partilha da Europa que o ministro alemão – encarregado por Hitler de sondar Mussolini – entreteve o dirigente fascista. Desse modo, o Führer informava Mussolini que considerava o

Mediterrâneo um mar italiano, implicando, em troca, que a Itália renunciava a vigiar as questões danubianas ou, dito de outro modo, que se absteria de interferir na Áustria quando soasse a hora do *Anschluss*.

Em outubro, Ciano foi à Alemanha em visita oficial, em sua primeira viagem como ministro do Exterior. Algumas semanas antes, fora convidado a uma viagem particular a Berlim a fim de assistir aos Jogos Olímpicos, mas declinara, temendo que sua presença fosse eclipsada pelo evento esportivo e pela grandiosa *mise-en-scène* à qual o poder názi o associara. Os alemães aprenderam a lição e receberam o genro do Duce com as atenções e a pompa de chefe de estado. Depois de uma série de encontros com os principais dirigentes do III Reich, Ciano assinou com von Neurath um compromisso que não constituía ainda uma aliança, mas constatava a identidade de visões dos dois países em face dos problemas europeus e comprometia os dois governos a se consultarem e coordenarem suas ações em política internacional. No retorno, em 24 de outubro, o ministro italiano foi recebido por Hitler no "ninho da águia" de Berchtesgaden. A conversa foi cordial. O Führer falou de sua profunda admiração por Mussolini, "o primeiro homem de estado do mundo, ao qual ninguém tem o direito de se comparar, mesmo de longe." Não se discutiu o *Anschluss* explicitamente, mas em dado momento Hitler conduziu seus hóspedes italianos a uma grande janela envidraçada da qual se podia entrever com binóculos a cidade de Salzburg, e se queixou de ser obrigado a ver desse modo sua própria pátria. Em seguida, entrou em violenta cólera contra os ingleses quando Ciano, que meditara seu golpe – o objetivo era impedir uma aliança anglo-alemã preparada por Ribbentrop que teria isolado perigosamente a Itália – entregou-lhe um dossiê compilado por Grandi: 32 documentos fotografados em Londres por agentes do serviço secreto italiano, e que, reunidos por Eden, continham julgamentos sobre os chefes názis, considerados "aventureiros perigosos."

De volta ao Palazzo Chigi, "com as mãos cheias," Ciano se empenhou em convencer o sogro do interesse para a diplomacia italiana em levar tão longe quanto possível a reaproximação com a Alemanha. Seduzido pelo fausto que os názis utilizaram em sua intenção, reforçado em seu filo-hitlerismo recente pelo entusiasmo de sua mulher – Edda também estivera em Berlim e fora acolhida "como uma rainha" (*dixit* Grandi) pelos dirigentes názis e pela população alemã – o genro do Duce estava tomado da ideia de um entendimento mais estreito com o Reich. Mussolini era mais reservado. Seus sentimentos em relação ao Führer não haviam mudado depois da entrevista de Stra, e, se ele efetivamente desejava manter suas relações com a Alemanha sob o signo do "entendimento cordial," ainda não pensava em assinar com Hitler um contrato formal. Considerava as prodigiosas manifestações de simpatia ao antigo inimigo um meio de pressão aos governos francês e inglês, de maneira a forçá-los a adotar uma atitude mais conciliadora com a Itália e dar seu aval à proclamação do Império. Sobre esse ponto, essencial para quem se interroga sobre os motivos que levaram Mussolini a finalmente pender para o lado da Alemanha, eu seguiria de mais boa vontade De Felice que o historiador alemão Jens Petersen, cuja explicação repousa principalmente sobre a ideia de uma perfeita solidariedade ideológica entre as duas ditaduras.

Tal é o significado um pouco ambíguo do discurso pronunciado pelo Duce em 1º de novembro de 1936 na praça do Duomo, em Milão. Após denunciar o caráter ilusório do desarmamento, da segurança coletiva e da paz "indivisível" e criticar vivamente a Liga das Nações, Mussolini evocou o entendimento recente com a Alemanha. "Essa vertical

Berlim-Roma," declarou, "não é um diafragma. É mais um 'eixo' em torno do qual podem se unir todos os estados europeus animados pela vontade de colaboração e paz." A palavra "Eixo" entraria na história para, mais tarde, designar a aliança entre os dois regimes totalitários, mas no momento revestia uma significação vaga o bastante para manter a via aberta a outras combinações. O resto do discurso era diretamente endereçado aos ingleses:

> A Itália é uma ilha imersa no Mediterrâneo. Para a Inglaterra (dirijo-me igualmente aos ingleses, que nesse momento talvez escutem o rádio), esse mar é uma rota, uma entre numerosas rotas, mais um atalho pelo qual o Império inglês atinge mais rapidamente seus territórios periféricos. Se para os outros o Mediterrâneo é uma rota, para nós italianos ele é a vida. Dissemos mil vezes, e repito diante dessa multidão magnífica: não temos a intenção de ameaçar essa via. Não queremos interrompê-la, mas exigimos, por outro lado, que nossos direitos e interesses vitais sejam igualmente respeitados. (...) Um confronto bilateral é impensável, menos ainda um confronto bilateral que se tornaria imediatamente europeu. Há, portanto, somente uma solução: o entendimento sincero, rápido, completo sobre a base do reconhecimento dos interesses recíprocos.

Pressionado pela opinião pública, o governo de Londres não permaneceu insensível ao apelo das bases e, em janeiro de 1937, concluiu com a Itália um *gentlemen's agreement* sobre a liberdade de circulação no Mediterrâneo, o respeito aos interesses das duas potências na região e a vontade comum de manter o *status quo* territorial na bacia mediterrânea.

Durante o verão de 1937, a preocupação de Hitler em desenvolver rapidamente todas as virtualidades do "Eixo" daria novo impulso ao teórico e retórico acordo do outono de 1936. Durante todo o ano de 1937 – relativamente calmo no campo das relações intraeuropeias – as visitas alemãs a Roma se sucederam. Göring veio em janeiro, von Neurath em maio, von Blomberg em junho. Para o Führer, tratava-se de multiplicar os sinais de interesse por seu colega latino e preparar a viagem que este faria no outono à Alemanha. Nessa data, a Itália mussoliniana conseguira adquirir peso nada desprezível na cena internacional. Estreitara os laços com a Áustria e com a Hungria e até mesmo assinara, em março de 1937, um acordo com a Iugoslávia, claramente filofascista sob o regime do regente Paul e do presidente Stojadinovic. O *gentlemen's agreement* com a Inglaterra lhe assegurava certa liberdade de manobra em relação à Alemanha e isolava ainda mais a França, que viu as tentativas feitas desde 1932 para estabelecer um *modus vivendi* com Roma arruinadas pela proclamação do eixo Roma-Berlim. Roma se apressara a aderir ao pacto anti-Comintern assinado em novembro de 1936 pela Alemanha e pelo Japão. Enfim, o infeliz episódio de Guadalajara digerido, a vitória na Espanha parecia ao alcance da mão: já se podia pensar em transferir parte do corpo expedicionário fascista para o sul da Itália, em razão do planejado ataque à Albânia.

Mussolini, portanto, tinha no bolso certo número de trunfos que lhe permitiam fazer subirem as apostas quando tomou o trem para a Alemanha em 23 de setembro, em companhia de Ciano, Dino Alfieri, Starace e várias dezenas de funcionários, *experts* e jornalistas. Hitler, que compreendera que seu correspondente italiano era sensível às

honrarias e à ostentação de poder, não economizou esforços nem despesas para impressionar favoravelmente seu hóspede. Foi a Munique para acolher o Duce e não o deixou um instante durante os cinco dias da visita, preocupando-se continuamente com seu bem-estar, inquietando-se de que pudesse pegar um resfriado, insistindo com o chefe do protocolo para que Mussolini não se queixasse de nenhum detalhe concernente tanto à decoração de seus apartamentos quanto à natureza das refeições que lhe eram servidas ou à duração das paradas durante a viagem que deveria conduzir os dois e suas comitivas de Munique a Berlim, via Mecklemburg e o Ruhr. Durante esse longo périplo em estrada de ferro, interrompido por breve estadia nos locais onde se desenvolviam grandes manobras da Wehrmacht e por uma visita às usinas Krupp em Essen – onde o Duce pôde avaliar a potência industrial e militar do Reich – os dois trens rodaram lado a lado, na mesma velocidade, simbolizando, segundo a fórmula empregada por um redator do *Popolo d'Italia*, "o paralelismo das duas revoluções." Em toda parte, multidões imensas e aparentemente entusiásticas foram reunidas para aclamar os dois ditadores.

A apoteose teve lugar em 28 de setembro, em Berlim. Desde a aurora, 800 mil pessoas se reuniram no Maifeld, perto do estádio olímpico. Ao longo do percurso do cortejo oficial, cerca de três milhões de alemães tomaram lugar, transportados por ônibus ou trem, vindos de todas as regiões do Reich. Quando os dois senhores penetraram o "Campo de Maio," por volta das 16 horas, uma imensa aclamação os acolheu. Hitler falou primeiro para apresentar seu hóspede ao "povo alemão" e exprimir sua alegria em receber "um desses homens solitários que não são somente protagonistas da história, mas fazem a história." Mussolini respondeu em alemão, com um discurso cuidadosamente preparado, mas que pronunciou em ritmo acelerado e teve muita dificuldade de terminar, pois durante a tempestade imprevista a chuva tornou praticamente ilegíveis as últimas folhas do texto – de modo que, para a massa de espectadores, o fim da peroração foi quase ininteligível. Nem por isso Hitler apreciou menos a tirada na qual seu comparsa afirmou enfaticamente que, quando o fascismo tinha um amigo, caminhava com esse amigo "até o fim."

Depois de assistir, no dia seguinte, a uma gigantesca parada militar, Mussolini pegou o trem para Roma. Na estação de Verona, encontrou d'Annunzio, vindo especialmente de Gardone para saudar "seu velho camarada." Foi o último encontro entre os dois outrora rivais na marcha para a ditadura. De volta à capital italiana, em 30 de setembro, o Duce teve de responder a uma manifestação "espontânea" dos romanos e pronunciou, malchegado ao Palazzo Venezia, uma breve alocução na qual reportou de sua viagem à Alemanha e de suas entrevistas com Hitler "uma impressão profunda e lembranças indeléveis."

O Anschluss

Durante as semanas que se seguiram à viagem à Alemanha, Mussolini e Ciano foram tomados por um verdadeiro frenesi germanófilo, considerando os projetos mais dementes: guerra preventiva contra a União Soviética (discurso de 28 de outubro de 1937); exigência de devolução à Alemanha de territórios africanos retirados pelo Tratado de Versalhes; bombardeio de surpresa da esquadra inglesa no Mediterrâneo; um depósito de armas na fronteira ítalo-francesa. Nesse contexto belicoso, uma série de

decisões foi tomada, testemunhando as veleidades agressivas da Itália: retirada do embaixador italiano de Paris em 30 de outubro; adesão ao pacto anti-Comintern e reconhecimento da soberania japonesa sobre Manchukuo em 6 de novembro; saída definitiva da Liga das Nações em 11 de dezembro.

Nas conversações entre Mussolini e os principais dirigentes názis, havia-se cuidadosamente omitido o Anschluss. Hitler sabia que esse era um ponto sensível em suas relações com seu amigo romano e pretendia levá-lo a progressivamente aceitar a ideia da eliminação da Áustria. De seu lado, Mussolini acabara por admitir que não podia ao mesmo tempo se prevalecer da amizade do Führer e se opor a ele em uma questão tão importante quanto a anexação ao Reich do pequeno estado danubiano. Desse modo, mesmo declarando-se oficialmente partidário da manutenção da soberania austríaca, durante suas entrevistas com os enviados do Führer ele cederia pouco a pouco, para finalmente reconhecer – no momento de assinatura com Ribbentrop do pacto anti-Comintern – que a Áustria era afinal uma região alemã e que a Itália não tinha vocação para guardar eternamente o que subsistira do Império Habsburgo. Desejava somente, e informou isso a seu interlocutor, que o caso não fosse resolvido sem que ele conhecesse previamente as intenções de Berlim.

Ora, no momento em que Mussolini aderia ao pacto tripartite, Hitler reunia na chancelaria os principais responsáveis pela política externa e militar do Reich para lhes informar os objetivos e o calendário da futura expansão, na primeira linha dos quais figurava a anexação da Áustria. O Duce não foi informado e, quando teve lugar em fevereiro a demissão dos últimos sobreviventes do antigo regime, von Fritsch e von Blomberg no exército, e von Neurath no Exterior, Ciano se regozijou abertamente dessa "marcha em direção à nazificação integral," afirmando que ela encontrava "sua justificativa mais sólida na identidade dos dois regimes." Confirmada por um telegrama no qual Mussolini se declarava satisfeito de ver seu comparsa investido do comando supremo das forças armadas alemãs, essa interpretação constituía para o Führer um encorajamento para aproveitar as boas disposições do governo italiano e agir.

A única intervenção de Mussolini foi o conselho dado ao chanceler Schuschnigg de não organizar um plebiscito sobre a independência austríaca que serviria de pretexto ao ultimato názi. Confiando na palavra de Hitler de nada fazer na zona danubiana sem se referir previamente a Roma, não empreendeu nenhuma diligência junto aos responsáveis pela diplomacia alemã nem tomou qualquer disposição de ordem militar suscetível, se não de intimidar Berlim, ao menos de obrigá-la a pensar em uma "compensação territorial" em favor da Itália.

A surpresa e a desilusão foram ainda maiores para Mussolini e Ciano. Quando, em 11 de março de 1938, o Duce recebeu uma mensagem do Führer avisando-o do *Anschluss*, as tropas alemãs já estavam em marcha para a fronteira austríaca. Estava-se longe da ação coordenada da qual se falara em todas as conversas com os responsáveis názis, e não havia qualquer compensação para a Itália fascista. Mais grave ainda: os motivos invocados por Hitler em sua carta a Mussolini – "os alemães da Áustria estavam sendo molestados e maltratados" – legitimavam de antemão futuras intervenções em estados nos quais existissem minorias de língua alemã. Ainda que em Berlim Hitler o tenha assegurado do contrário, o Duce temia que o Alto Adige se tornasse, no médio ou longo prazo, alvo das ambições hitleristas. É verdade que, para prevenir uma reação epidérmica comparável a que levara Mussolini a mobilizar várias divisões em 1934, o

Führer se apressou em confirmar sua intenção de respeitar "a impermeabilidade da fronteira do Brenner." Mas que peso podia ter a palavra de um homem que acabara de se esquivar de todos os seus compromissos? E, acima de tudo, essa declaração de última hora não constituía para os italianos uma concessão humilhante?

Mussolini engoliu o sapo com uma aparente atitude filosófica. A aceitação do *Anschluss*, contudo, representou para o chefe do governo fascista o fim da política seguida por quinze anos nas áreas danubiana e balcânica. Ao anexar a Áustria, a Alemanha assumia o controle da bacia do Danúbio e das vias de comunicação que drenavam em direção ao oeste o petróleo romeno, os cereais da Hungria, os minerais e a madeira da Iugoslávia. Hungria e Bulgária agora se voltariam naturalmente para Berlim, mais que para Roma, para expor suas reivindicações revisionistas. Mussolini o sabia, mas fizera sua escolha. Completamente absorto na realização de seu sonho de império mediterrâneo e africano, admitira finalmente que Inglaterra e França não o deixariam ocupar uma posição hegemônica nesse setor, nem mesmo ampliar à sua custa o modesto domínio colonial italiano. Se resolvessem fazê-lo, seria apenas sob a ameaça de uma guerra que a Itália fascista não podia enfrentar sozinha.

Nessas condições, só restava a Mussolini aceitar o fato consumado e suportar o infortúnio com serenidade, informando a Hitler que o governo italiano não tinha "nada mais a dizer sobre o *Anschluss*" e seguia os eventos "com absoluta calma." A aquiescência do Duce ao golpe foi relatada a Hitler num telefonema do príncipe de Hessen, marido da princesa Mafalda, filha do rei Vittorio Emanuele. Fora ele que o Führer encarregara de entregar a Mussolini a carta na qual anunciava sua decisão de "restabelecer a ordem e a lei em seu país natal." Quando, tarde da noite de 11 de março, o príncipe de Hessen informou ao chanceler do Reich que o Duce aceitara "tudo de maneira amigável," Hitler sentiu imenso alívio: "Diga a Mussolini," declarou a seu interlocutor, "que não esquecerei jamais o que ele acabou de fazer. (...) Jamais, jamais, o que quer que aconteça. Assim que o caso austríaco estiver resolvido, estarei pronto para marchar fielmente com ele, em qualquer ocasião. Seja o que for."

O abandono da Áustria às ambições conquistadoras do ditador názi não deixou de provocar certa agitação na Itália. O Rei manifestou descontentamento. A opinião pública, ou o que restava dela, não esquecera com que determinação Mussolini respondera em 1934 à primeira tentativa contra a independência da Áustria. Desse modo, ficou surpresa e desiludida diante da passividade com que o poder acolhera o anúncio do *Anschluss*. Os relatórios dos prefeitos informaram sobre reações de mau humor em muitos setores da população, incluindo as fileiras do PNF. Em Roma, por exemplo, um colóquio universitário sobre política externa deu lugar a uma manifestação antialemã da qual participaram numerosos estudantes fascistas.

Para acalmar essa oposição germinante, Mussolini fez votar pelo Gran Conselho, em 12 de março, uma moção que aprovava a atitude do governo e afirmava que o *Anschluss* correspondia à vontade do povo austríaco. Bottai demonstrou certa reserva, mas o único dos grandes hierarcas fascistas a expor claramente sua reprovação foi Italo Balbo. Quatro dias mais tarde, Mussolini pronunciou na Câmara um discurso um pouco constrangido no qual, sem nenhuma inibição, comparava a intervenção das tropas alemãs na Áustria à dos piemonteses nos outros estados italianos na época das guerras do Risorgimento, e que continha esta frase desiludida: "Quando um acontecimento é inevitável, é melhor que ocorra com você que malgrado você ou, ainda pior, contra você."

"Magnífico discurso," escreveu Ciano em seu diário. "Impressão profunda e definitiva. Eco incalculável."

Na esfera privada, no entanto, Mussolini reagiu com vigor às justificativas para o *Anschluss* dadas pelo Führer em nome dos "direitos" do germanismo. Mencionou mesmo a possibilidade de uma guerra contra a Alemanha no curso da qual coligaria a Europa se Hitler tocasse a fronteira do Brenner. Foi sem dúvida essa a razão pela qual, em abril de 1938, esboçou uma última tentativa de reaproximação com as democracias, assinando com a Inglaterra os "acordos da Páscoa" sobre a resolução do contencioso ítalo-inglês no Mediterrâneo, na África Oriental e no Oriente Próximo e mantendo conversações com o *chargé d'affaires* francês em Roma, Blondel.

Munique

No fim de abril de 1938, as inquietudes italianas a respeito da fronteira do Brenner se avivaram em seguida à agitação criada por parte da população alemã no Alto Adige. Ciano falou do assunto a Ribbentrop e propôs que os dois países assinassem um pacto de respeito recíproco das fronteiras, do qual um diplomata alemão diria que "parecia mais um tratado de paz com um inimigo que um tratado de aliança com um amigo." Mas a vinda do Führer à Itália, entre 3 e 8 de maio, fez passarem ao segundo plano as preocupações dos dirigentes fascistas.

Hitler chegou a Roma, na estação de San Paolo, em 3 de maio, com uma comitiva imponente, Ribbentrop, Goebbels, Hess, Himmler, Frank, Sepp Dietrich e uma multidão de colaboradores mais modestos e jornalistas uniformizados. O protocolo exigia que fosse recebido não só pelo chefe do governo, mas pelo soberano, a quem cabia a honra de receber e hospedar chefes de estado. O Führer ficou surpreso ao constatar que o homem que recebera em Berlim como um imperador da Roma antiga devia se apagar diante do "reizinho." Ele assumiu seu lugar ao lado desse último no carro que conduziu os dois ao Quirinal, onde ficou hospedado durante vários dias e no qual conheceu a hostilidade desdenhosa do soberano e da corte.

Vittorio Emanuele, que não gostava dos alemães e menos ainda dos názis, mostrou-se glacial com seu hóspede, o qual por sua vez não incluiu os moradores do Quirinal em suas conversas privadas com o Duce e outros dirigentes fascistas. Ele achou o palácio real "melancólico, desconfortável, parecido com um antiquário." Transportado em carruagem, ouviram-no perguntar raivosamente se a casa de Savoia tinha ouvido falar na invenção do automóvel. Não admitia aquele que considerava seu inspirador e *alter ego* relegado a segundo plano nas cerimônias oficiais.

O rei, como Mussolini quatro anos antes em Stra, achou Hitler repugnante. Descreveu-o como um degenerado mental e toxicômano e contava que, durante a primeira noite de sua estadia no Quirinal, o Führer acordara todo o palácio dizendo "precisar de uma mulher." O que foi tomado por manifestação de frenesi sexual surpreendeu camareiros e empregados ligados ao serviço dos hóspedes importantes, até que se compreendeu que se tratava de uma camareira: o mestre do Terceiro Reich não podendo dormir sem que antes uma representante do belo sexo arrumasse sua cama. Acabou-se por encontrar uma em um hotel vizinho.

Mussolini se sentia humilhado pela dessimetria entre seu status, restrito pela

existência do rei, e o poder ilimitado de seu homólogo alemão, ainda mais porque o Führer lhe surgia sob os traços de um personagem agitado, cujo físico se harmonizava mal com sua ideia do "novo homem" názi. Tampouco se absteve de espalhar alguns dos rumores que circularam por toda Roma durante a estadia do chanceler alemão, por exemplo, o de que usava rouge para disfarçar a palidez.

Essa guerrilha anedótica, por reveladora que seja dos pensamentos secretos de cada um, não faz esquecer o essencial. Em maio de 1938, em Roma, foi definitivamente selada a aliança entre os dois ditadores. Sem poder igualar o fausto de Berlim, Mussolini fez todo o possível para impressionar seu cúmplice: parada monstruosa na via dell'Impero diante de uma multidão de 300 mil pessoas, revista naval na baía de Nápoles com exercícios de mergulho efetuados pelos submarinos da marinha real, demonstração aérea, desfiles militares em "passo romano." Do mesmo modo, levou-se Hitler para passear em todos os altos lugares da romanidade triunfante, salvo na Roma cristã que Pio XI desertara por sua residência de Castel Gandolfo. Em 7 de maio, durante o banquete em honra da delegação alemã dado pelo Duce, Hitler pronunciou um discurso que se queria ao mesmo tempo lisonjeiro para seu anfitrião e assegurador quanto à questão do Alto Adige:

> Desde que romanos e alemães se encontraram pela primeira vez na história, dois milênios se passaram. Encontrando-me aqui, sobre a terra mais gloriosa da história da humanidade, sinto a fatalidade de um destino que, já há muito, não traçou limite distinto entre essas duas raças de altas virtudes e tão grande valor. Ele é o resultado de sofrimentos indizíveis para numerosas gerações. Pois bem, hoje, após cerca de dois mil anos, graças à vossa obra histórica, senhor Benito Mussolini, o estado romano ressurge de um passado longínquo em uma nova vida. É minha vontade inquebrantável e o testamento político que endereço ao povo alemão, que seja considerada intocável a fronteira dos Alpes como erigida entre nós pela natureza.

Em 9 de maio, Hitler e sua comitiva deixaram Roma em direção a Florença, onde Mussolini pôde enfim sentir-se em posição de igualdade com o chanceler alemão e onde a população se mostrou mais calorosa que na capital. No momento da despedida, na plataforma da novíssima estação construída sobre os planos de Michelucci, os dois trocaram um longo e efusivo aperto de mãos. "De agora em diante," declarou o Duce, "nenhuma força poderá nos separar."

Em Roma, mesmo entre cerimônias oficiais e passeios turísticos, tinha-se reservado um tempo para falar de política. Hitler não se deixara iludir pelo que lhe fora mostrado em matéria de ferramenta militar e sabia o que esperar em relação aos recursos reais das forças armadas italianas. Ainda assim, considerava melhor ter a Itália consigo que contra si, quando mais não fosse para prender parte do exército francês na fronteira dos Alpes e liberar seu próprio flanco sul. Desse modo, propôs a Mussolini uma aliança formal. Prudente, este começou por acolher de maneira evasiva os avanços do chanceler, reforçados pelos de Ribbentrop e do embaixador alemão em Roma. Nos meses que se seguiram, a diplomacia názi acentuou a pressão, prometendo não fazer valer a futura aliança em caso de conflito a respeito dos Sudetos. Mais e mais fascinado pela potência do Reich, Mussolini teria de boa vontade se deixado dobrar, mas era agora freado por

Ciano. Este começara a tomar consciência do preço que a Itália poderia ser levada a pagar pela aliança alemã e, depois do *Anschluss*, tentava deter seu sogro na via que poderia terminar em guerra. No fim de maio, assegurou o embaixador do desinteresse italiano na questão dos Sudetos, mas subordinou todo entendimento formal à entrada em vigor dos "acordos da Páscoa" com a Inglaterra. Pressionado por seu genro, Mussolini declarou que, antes de assinar o que quer que fosse, era importante "popularizar a aliança" – o que estava longe de ocorrer, a despeito do matracar da propaganda fascista.

Assim, o papel de freio agora desempenhado por Ciano era o principal obstáculo à aliança ítalo-alemã. Isso não impediu Mussolini, que de certo modo aceitara ser o brilhante segundo do Führer – desde que este não o tratasse como simples vassalo – de apoiar abertamente a reivindicação alemã nos Sudetos. Em setembro de 1938, à medida que a crise se tornava mais aguda, sua ação junto à opinião pública se fazia mais forte. Ele fez uma turnê de discursos pela Itália do norte (Trieste, Pádua, Treviso, Verona, Vicenza), aprovando as visões do Führer, declarando que todos os problemas de nacionalidade na Europa deviam ser resolvidos por plebiscito e excitando as massas ao proclamar que a Itália estava pronta para entrar na guerra ao lado da Alemanha, a fim de criar a "nova Europa."

Sem dúvida o Duce desejava que a Alemanha tivesse a última palavra na questão dos Sudetos, o que teria por efeito questionar o *status quo* territorial estabelecido pelos tratados, tornar mais fluida a situação europeia e abrir a via para uma expansão italiana na Europa meridional. Via na ação do chanceler alemão a política revisionista que perseguia em vão desde sua ascensão ao poder. Mas desejava que Hitler o conseguisse sem recorrer à força, consciente da fragilidade e da falta de preparo da Itália, que permanecia muito comprometida na Espanha. Foi por isso que, alinhado factualmente às posições de Ciano, não procurou uma aliança formal com a Alemanha. Suas fanfarronadas, seus discursos incendiários contra a França e a Inglaterra, seus apelos à guerra não eram mais que um blefe destinado a intimidar os ocidentais e fazê-los aceitar as exigências italianas. A Tchecoslováquia era para Mussolini apenas um alvo suplementar em suas cáusticas críticas às democracias.

O Duce estava em plena campanha de discursos bélicos quando, em 26 de setembro, França e Alemanha começaram a se mobilizar, e a Inglaterra pôs a esquadra em alerta. Corria o risco de ser vítima de seu próprio jogo, podendo apenas, em caso de guerra, entrar de mau grado no conflito ou perder prestígio e cair no ridículo diante da Europa. Assim, foi com alívio que aceitou a proposta, em 28 de setembro, do primeiro-ministro inglês Neville Chamberlain, de fazer o papel de mediador junto ao Führer para resolverem num encontro a questão tchecoslovaca.

A conferência, que reuniu os dois ditadores e os primeiros-ministros francês e inglês – Daladier e Chamberlain – começou em Munique em 29 de setembro. Mussolini, que nada tinha a negociar pessoalmente, foi na posição de árbitro da Europa. Amigo do Führer, cujas reivindicações apoiava, era também o homem que impedira a guerra quando tudo parecia perdido. De sua atitude dependia o destino da conferência. Se apoiasse a Alemanha, as democracias poderiam apenas se curvar, e nesse caso ele teria a possibilidade de reclamar compensações a Hitler. Se, ao contrário, apoiasse as democracias para reconstituir a "Frente de Stresa," a Alemanha deveria recuar. Ele estava comprometido demais em sua ligação com Berlim para não escolher a primeira solução, sem se preocupar imediatamente com compensações, e propôs como sendo seu um

meio-termo que Ribbentrop lhe submetera pouco antes e que satisfazia Hitler completamente.

Em seu retorno à Itália, Mussolini foi acolhido por multidões entusiastas, não como Capo de uma Itália prestes a combater ao lado do Reich hitlerista, mas como "anjo da paz," segundo a expressão de Filippo Anfuso, um dirigente fascista do entourage de Ciano. Em Verona e Bolonha, o povo se ajoelhava à passagem do trem que trazia o ditador de Munique a Roma. E durante todo o trajeto que o conduziu da estação Termini ao centro da capital, misturaram-se ao tradicional "*Duce! Duce!*" os gritos de "*Pace! Pace!*" O que confirmarão as numerosas cartas vindas de todas as regiões da península, para agradecer ao Duce por ter, como escreveu um operário milanês, "salvo em Munique toda a humanidade e particularmente nossa cara e bela Itália." O fundador do fascismo ficou mortificado com a exibição desses sentimentos pacifistas, em completa decalagem com o ideal guerreiro que acreditava haver insuflado em seu povo. Na mesma noite, a multidão invadiu a Piazza Venezia para aclamar seu herói e ouvi-lo dizer algumas palavras. O Duce acabou por se curvar de muita má vontade, e por pedido expresso de Starace, à exigência de seus fiéis, mas só após ter sido chamado uma dezena de vezes ao balcão e ter permanecido completamente silencioso a cada aparição.

As ambições conquistadoras do Duce

Depois da Conferência de Munique, Mussolini posa ao mesmo tempo como salvador da paz e aliado da Alemanha, potência revisionista por excelência. Seu prestígio é considerável e as próprias democracias o alimentam. Foi assim que, em 4 de outubro, o governo francês decidiu restabelecer laços diplomáticos normais com a Itália e acreditar, na pessoa de André François-Poncet, um novo embaixador "junto ao Rei da Itália, Imperador da Etiópia," reconhecendo assim a anexação de 1936. De seu lado, considerando que a retirada da Espanha de parte do corpo expedicionário italiano (cerca de dez mil homens) constituía um empenho de boa vontade da parte de Mussolini, a Inglaterra decidiu pôr em vigor o pacto da Páscoa. A diplomacia italiana se encontrava em posição favorável para obter uma "compensação" e foi para a França – cuja fragilidade fora avaliada em Munique – que ela se voltou para fazer valerem suas reivindicações.

O primeiro contato entre o novo embaixador e os dirigentes italianos foi positivo. O Rei se mostrou "extremamente amável e cortês," do mesmo modo que Ciano, e, na audiência oficial de 29 de novembro, o Duce rivalizou com eles em amabilidade. Portanto a surpresa e a irritação do morador do Palazzo Farnese foram ainda maiores durante as manifestações do dia seguinte no Montecitorio. O discurso – muito moderado – pronunciado por Ciano foi acolhido pelos membros da Câmara de *Fasci* e Corporações aos gritos de "Tunísia! Córsega! Djibuti!" Aos quais se juntaram, vindos de vários bancos, os de "Nice! Saboia!" rapidamente retomados por pequenos grupos de fascistas reunidos diante da sede do Parlamento e que apenas a polícia impediu de se manifestarem diante da embaixada da França.

O incidente era ainda mais grave porque teve lugar na presença de François-Poncet e Mussolini, que permaneceu "impassível" diante dessa explosão, fazendo apenas "um sinal para que não se prolongasse." A provocação era evidente, e o embaixador francês, que Georges Bonnet, nessa data encarregado do Quai d'Orsay, incitara à intransigência, não

se privou de dizê-lo a Ciano quando este o recebeu em 2 de dezembro no ministério do Exterior. Ciano se mostrou cortês, mas não disposto a pedir desculpas ao representante da França e nem mesmo a desaprovar enfaticamente os autores do escândalo de Montecitorio. Limitou-se a declarar que o governo italiano não podia ser responsabilizado pelos "gritos dos fascistas, tanto na sala de sessões do parlamento quanto nas praças públicas," e devia se limitar a "constatá-los como sinal preciso do estado de espírito do povo italiano," concluindo a entrevista ao explicar a seu interlocutor que era necessário reexaminar os acordos de 1935 relativos à Tunísia. François-Poncet teria saído (*dixit* Ciano) do Palazzo Chigi "pálido como uma folha de papel."

Que houve? Que parte teve Mussolini na preparação da manifestação "espontânea"? Durante muito tempo, achou-se que o Duce e seu genro tinham sido seus instigadores diretos, com o objetivo de impressionar o governo francês no momento em que este enfrentava graves dificuldades internas (greve geral lançada pela CGT, mas que de todo modo terminaria em completo fracasso). Desse modo, Mussolini teria procurado dramatizar a situação e mobilizar uma opinião pública já havia diversas semanas submetida à violenta campanha antifrancesa orquestrada pela propaganda fascista, tudo isso a fim de negociar em posição de força com a república vizinha e obter uma "gorjeta" substancial por seu papel em Munique. Atualmente, está-se mais inclinado a pensar que Mussolini e Ciano foram ultrapassados por certos elementos do partido, em particular por Starace, que, aparentemente ignorante das intenções íntimas do ditador ou em todo caso dos prazos fixados por ele, teria cometido um excesso de zelo ao incitar os deputados fascistas a se manifestarem.

Mas quais eram, de fato, as ambições de Mussolini na área de expansão tacitamente reconhecida por Hitler? No curto prazo, tratava-se essencialmente de obter da França uma mudança do *status quo* em relação a três pontos, mencionados numa carta endereçada a Grandi por Ciano, por ordem de seu sogro. A graduação da natureza das reivindicações era calculada: para Suez, eles se contentariam com uma baixa das tarifas comerciais da Companhia do Canal de maioria francesa; para Djibuti, "saída natural da Etiópia italiana," pedia-se um condomínio franco-italiano e a plena propriedade das estradas de ferro; para a Tunísia, enfim, desejava-se igualmente o estabelecimento de um condomínio que permitisse a extensão da colonização italiana e a manutenção da nacionalidade dos italianos instalados por muito tempo no país. Essa era a fatura que Mussolini desejava apresentar ao governo francês, e é pouco provável que o escândalo do Montecitorio tenha ajudado a obter um sinal qualquer de aquiescência. Tivesse essa esperança e seria rapidamente decepcionado. O incidente de 30 de novembro teve como consequência mobilizar a opinião pública francesa – houve numerosas manifestações anti-italianas em Paris e na província – e radicalizar as posições do governo. Em 13 de dezembro, Daladier declarou na Câmara que a França não cederia "nem um pedacinho de seus territórios à Itália, mesmo que disso resultasse um conflito armado," e no início de janeiro fez uma viagem à Córsega, à Argélia e à Tunísia que, para o primeiro-ministro, foi um verdadeiro triunfo. Em 17 de dezembro, uma nota de Ciano declarava que os acordos assinados em janeiro de 1935 por Mussolini e Laval estavam "historicamente ultrapassados."

É evidente que as reivindicações formuladas por Ciano em sua carta a Grandi constituíam para Mussolini apenas a primeira etapa de um programa de envergadura maior cujas grandes linhas conhecemos hoje e que relativiza fortemente a ideia que

frequentemente se faz da política externa fascista. Entre os critérios – pouco numerosos – que autorizam o historiador a procurar uma diferença entre o fascismo mussoliniano e o nacional-socialismo, há a relação dos dois ditadores com o futuro tanto do regime que haviam instaurado quanto do resto do mundo. Oposição clássica, quase banal, entre o nazismo milenarista e coerente, que fazia coincidirem profecia e história conforme o minucioso programa exposto em *Mein Kampf*, e o aventurismo fascista, mais respeitador do fato que da doutrina e, por resistente a todos os compromissos, menos tributário da ideia que fazia seu chefe do futuro da humanidade. Na verdade, as coisas não eram assim simples, nem a clivagem tão acentuada, ao menos nos anos que precederam imediatamente a entrada da Itália na guerra.

A história do futuro, tal qual a concebe Mussolini, comporta dois capítulos bem distintos. O primeiro definiu em grandes traços, e em uma perspectiva temporal relativamente curta, os objetivos da política externa fascista. Projeto expansionista clássico, menos completo que o de *Mein Kampf*, mas não desprovido de coerência. O segundo, ao mesmo tempo mais global e mais abstrato, mas de igual peso para as escolhas impostas ao regime, é uma avaliação da hierarquia dos povos e das nações no longínquo horizonte do século XXI. Utopia esboçada a duras penas em um livro cuja redação jamais foi levada adiante, mas do qual conhecemos os temas essenciais graças aos testemunhos concordantes de Nino d'Aroma e Ciano e da análise de Renzo De Felice.

Comecemos pelo programa de médio prazo do imperialismo fascista, exposto por Mussolini aos membros do *Gran Consiglio* na noite de 30 de novembro. Não existe ata da sessão, mas Ciano a resumiu em seu diário de maneira lapidar:

> Comunico-vos – teria declarado o Duce – os próximos objetivos do dinamismo fascista. Da mesma maneira que Adowa foi vingada, vingaremos Valona. A Albânia se tornará italiana. Ainda não posso nem quero dizer quando e como. Mas ela se tornará. Em seguida, para garantir nossa segurança nesse Mediterrâneo que ainda nos mantém prisioneiros, temos necessidade da Tunísia e da Córsega. A fronteira deve ir até o Var. Não reivindico a Saboia, já que ela se encontra fora do círculo alpino. Penso, em contrapartida, no Ticino, porque a Suíça perdeu sua força de coesão e está destinada a ser deslocada um dia, como serão muitos pequenos países. Tudo isso constitui um programa. Não posso indicar um fim temporal. Indico somente as orientações da marcha.

Algumas semanas após essa exposição, bastante próxima das reivindicações nacionalistas do fim do século XIX – mais exatamente na noite de 4 para 5 de fevereiro de 1939 – o Duce apresentou aos membros do Gran Conselho um programa muito mais ambicioso, destinado a fixar as orientações da política externa fascista "no curto, longo e longuíssimo prazo." Nada foi dito aos hierarcas sobre o significado dessas distinções temporais, e é provável que o próprio Mussolini tivesse apenas uma vaga ideia do calendário da conquista. O documento, do qual uma cópia foi enviada ao rei Vittorio Emanuele, oferece grande interesse, pois permite compreender o quadro geopolítico claramente delimitado no qual o Duce concebia o futuro da Itália fascista. Três pontos merecem destaque.

Para começar, o futuro da Itália não é no continente. A política italiana, declarou Mussolini, não tem e não pode ter objetivos continentais de ordem territorial na Europa,

com exceção da Albânia. Ruptura completa e aparentemente definitiva com um dos objetivos fundamentais do nacionalismo tradicional, e mesmo do revisionismo fascista, até 1936: o litoral adriático e a penetração das áreas balcânica e danubiana. Sem formular explicitamente, Mussolini reconhece a preponderância alemã na região e aceita tacitamente uma divisão de influência que limita, a norte e a leste, aquela da Itália do "arco alpino."

Segundo ponto, já esboçado na exposição de 30 de novembro: o Mediterrâneo é para a Itália uma "prisão" cujas "barras" são a Córsega ("uma pistola dirigida contra o coração da Itália"), a Tunísia (mesma fórmula aplicada à Sicília), Malta e Chipre. Essas barras devem ser quebradas.

Terceiro ponto, sem dúvida o mais importante, e novo em comparação ao programa minimalista de 30 de novembro: a "marcha para o oceano." Só são verdadeiramente independentes, explicou o Duce, "os estados que possuem costas oceânicas ou têm livre acesso aos oceanos." O que implica que a Itália se torne mestre das "sentinelas" erguidas pelas antigas potências coloniais nas saídas dos oceanos Atlântico e Índico.

Dos diversos artigos desse programa, dois podem ser realizados em um futuro relativamente próximo: o que se relaciona com a Albânia e o que oporá a Itália e a França – a mais "decadente" e vulnerável das democracias – derrotada em uma guerra ou simplesmente obrigada a negociar sob ameaça a cessão de certas possessões mediterrâneas. Muito mais longínqua é a possibilidade de um conflito aberto com a Inglaterra, e por consequência o livre acesso aos espaços oceânicos, objetivo último do fascismo nesse ponto de sua evolução. Como se pode ver, uma guerra vitoriosa das potências do Eixo contra as forças de Inglaterra e França não coincide nessa data – fevereiro de 1939 – com a concepção de Mussolini do futuro imediato da Europa.

Para além das portas da "prisão" europeia, franqueadas não se sabe em quantos anos ou décadas, Mussolini não diz quais serão as direções do expansionismo fascista. A Índia, cujas chaves serão detidas por mãos fascistas? A África? A América Latina? Ou ele se contentará em preservar o "lugar ao sol" reclamado pelo fascismo e adquirido à custa dos imperialismos declinantes? Em um caso como no outro – conquista ou conservação do *status quo* – quais serão os parceiros e concorrentes do Império italiano, disputando suas aquisições ou o objeto de sua avidez? Quem serão os fortes, os poderosos, os "grandes," e que relações manterão entre si em um mundo no qual as cartas terão sido redistribuídas?

Aqui intervém, aplicada no longo prazo, a utopia mussoliniana tal como surge no livro que o Duce não terá tempo nem paciência de escrever, mas do qual conhecemos as linhas diretrizes – reveladas em 1937 a alguns confidentes e familiares – e o título: *Europa 2000*.

O argumento se resume em poucas linhas. Interrogando-se sobre o futuro do Ocidente, e mais globalmente sobre o do planeta, Mussolini se declara convencido de que os estados-nação que dominarão o mundo no fim do século serão a Alemanha, a União Soviética, o Japão e a Itália. Os outros – ele se preocupa exclusivamente com países já industrializados e nem sequer imagina a emergência do que se chamará mais tarde de "terceiro mundo" – terão sido reduzidos a um papel subalterno, destruídos pelo vírus hedonista e pelo "ácido da corrupção judaica," trate-se das velhas democracias europeias, no fim de seu fôlego, ou dos Estados Unidos, que se transformaram num "país de negros e judeus, um elemento de desprezo para a civilização."

As razões que inclinam o ditador italiano a conceber essa futura hierarquia das

nações são "raciais" e demográficas. Seu peso, sua grandeza, o fato de figurarem ou não na lista das potências hegemônicas não depende nem da riqueza potencial de seu solo nem do grau de desenvolvimento de sua economia, mas sim da vitalidade física e moral das populações que a compõem e, principalmente, de sua capacidade de crescer quantitativamente. Veremos no próximo capítulo as consequências desse postulado para a evolução do regime e o reforço do totalitarismo.

O ponto sem volta

Como não podia satisfazer imediatamente suas ambições mediterrâneas e africanas, no início de 1939 Mussolini procurou uma compensação que pudesse convencê-lo de que não se tornara simples instrumento da diplomacia alemã. Em 6 de dezembro de 1938, com efeito, Ribbentrop declarara a Georges Bonnet que a Alemanha não fora informada das reivindicações italianas à França e não pretendia apoiá-las. Foi por essa razão que ele decidiu transformar o semiprotetorado exercido pelos italianos na Albânia em pura e simples conquista. O desmembramento da Tchecoslováquia e a ocupação de Praga pelas tropas názis em 15 de março de 1939 lhe forneceram a ocasião. Novamente, Hitler avisou seu comparsa apenas quando o fato já fora consumado. "O Eixo – escreveu Ciano em seu diário – funciona somente em favor de uma das partes. Isso inquieta e humilha o povo italiano. É preciso lhe dar uma compensação: a Albânia."

Em 7 de abril, Sexta-Feira Santa, a Itália enviou um ultimato ao rei Zogu I, acusando-o de trair a confiança italiana e não levar em conta os interesses econômicos da península. Simples cortina de fumaça, destinada a legitimar o golpe. No mesmo dia, as tropas italianas invadiram o território albanês. Zogu fugiu e, em 8 de abril, a Albânia foi declarada protetorado italiano. Alguns dias mais tarde, uma assembleia de notáveis ofereceu a coroa da Albânia ao rei Vittorio Emanuele e, em 16 de abril, a união ítalo-albanesa foi proclamada.

O êxito dessa operação de conquista, efetuada a baixos custos e com a cumplicidade benevolente do Führer, assinalava um ponto de não retorno na evolução da política externa fascista. Até essa data, Mussolini hesitara muito em concluir uma aliança formal com a Alemanha. De um lado, sentia-se inclinado a fazê-lo por razões claramente ideológicas e porque apenas com o apoio do Reich poderia fazer triunfarem suas reivindicações. Do outro, temia se ver arrastado contra sua vontade a uma guerra europeia para a qual a Itália não estava pronta, e tinha de levar em consideração as reticências causadas pela perspectiva de uma aliança com a Alemanha názi em amplos setores da opinião pública, entre os representantes dos meios dirigentes tradicionais e até no seio da hierarquia fascista.

Assim, durante vários meses, o Duce bordejaria ao sabor de ventos contrários, ora querendo se aliar a Hitler de maneira formal, ora pensando em uma reaproximação com as democracias. Mesmo após ordenar a Ciano, em 1º de janeiro de 1939, o início das negociações com Berlim para a conclusão de um tratado de aliança, ouviu atentamente as propostas de Chamberlain e de seu ministro do exterior, Lord Halifax, durante sua visita à Roma alguns dias mais tarde, os dois se declarando dispostos a retomar a amizade tradicional entre Itália e Inglaterra. Nem mesmo com a França as pontes estavam completamente queimadas. No início de fevereiro, Daladier enviou à capital italiana um

emissário, Paul Baudouin, com a missão de sondar os dirigentes italianos sobre a extensão de suas reivindicações. Baudouin foi recebido por Ciano e conduzido ao Palazzo Venezia, onde Mussolini teria feito – ao menos foi o que afirmou em seu relatório – demandas extremamente moderadas: uma zona franca em Djibuti, a recompra da estrada de ferro de Addis-Abeba e a manutenção do status dos italianos na Tunísia. Mas as entrevistas vazaram e a imprensa francesa de esquerda se apropriou do caso e obrigou Daladier a suspender as negociações.

A agressão alemã à Tchecoslováquia e a anexação da Boêmia causaram viva indignação na Itália, inclusive nas fileiras do partido fascista. Quatro dias após o "golpe de Praga," Ciano escreveu no diário:

> Os eventos dos últimos dias mudaram completamente meu julgamento sobre o Führer e sobre a Alemanha: ele é desleal e falso. Nenhuma política pode ser conduzida com ele. A partir de hoje, trabalho junto ao Duce por um acordo com as potências ocidentais.

Efetivamente, desse momento em diante, o genro do Duce se empenharia em reprimir uma aliança que lhe parecia ao mesmo tempo perigosa e contrária à vontade da maioria dos italianos. Como se viu, Ciano nunca fora e jamais seria fascista convicto. Suas estreitas relações com numerosos representantes do establishment romano – majoritariamente hostil à Alemanha názi – não o inclinavam a prosseguir na via para a qual fora um dos primeiros a conduzir Mussolini. Mas não era o único entre os dirigentes fascistas a trabalhar nesse sentido. No próprio seio do Gran Conselho, De Bono não escondia sua desconfiança em relação ao Reich e Balbo se declarava contrário a um acordo que pudesse reforçar em Hitler a ideia de que os italianos tinham vocação para "engraxar as botas" dos alemães.

Mussolini se encontrava profundamente isolado diante dessa revolta geral, e os raros apoiadores da aliança alemã se encontravam na ala intransigente do partido unida em torno de Farinacci. Embora seus "feitos" na Abissínia e na Espanha tenham contribuído para seu retorno às boas graças, o Duce ainda desconfiava de seus rompantes, e o antigo *Ras* de Cremona exercia sua ascendência apenas sobre uma minoria de militantes e dirigentes do PNF. Nessas condições, como explicar que o patrão da Itália fascista, que agora só confiava realmente em Ciano, tenha decidido não levar em consideração as reticências das instituições tradicionais (o Rei, a hierarquia católica, tendo em sua direção o cardeal Pacelli, eleito papa com o nome de Pio XII, a maioria dos chefes militares) nem as de uma ampla fração da nova elite fascista? Sem dúvida contribuíram para essa escolha o envelhecimento, a enfermidade psicológica e afetiva e a confiança inquebrantável em sua "estrela" e em seu "faro" ou a incapacidade de julgar por critérios realistas e um fatalismo que crescera com a idade, ao mesmo tempo em que diminuía sua aptidão para não cair na armadilha das lisonjas cortesãs.

Mas, principalmente, havia o medo de ter o Führer contra si. Mussolini escolhera se reaproximar da Alemanha porque temia que seu país ficasse completamente isolado na Europa mais que por desejo de obter, graças ao peso da aliança alemã, as "gorjetas" que Hitler o deixasse embolsar. Teoricamente, ele ainda podia voltar atrás, como desejava Ciano, e se virar, como fizera alguns anos antes, na direção das democracias ocidentais. Depois que Daladier afirmou que a França não cederia um milímetro de seu patrimônio

territorial e colonial, no entanto, era muito tarde para mudar de política e "ir a Canossa." Além disso – este talvez seja o ponto essencial – havia o respeito pela palavra empenhada no "juramento" berlinense, uma espécie de senso mafioso de honra que fazia Mussolini dizer: *Non siamo puttane!* ao mesmo tempo que afirmava cinicamente que sua única moral nas relações internacionais era a do sucesso.

Finalmente encarregado pelo Duce de iniciar as conversações preliminares com os alemães para uma aliança militar, Ciano informou os interlocutores de que seu país estava determinado a assinar um acordo, com a condição expressa de que a guerra não começasse antes de 1943. Esse período de "paz preliminar" permitiria à Itália concluir a pacificação da Etiópia e da Albânia, construir seis encouraçados, fazer retornarem da França um milhão de italianos emigrados (apenas alguns milhares responderam ao apelo da "circular Ciano"), deslocar a indústria da planície do Po para o sul e, finalmente, organizar a Exposição Universal de Roma, prevista para 1942 e que ajudaria a economia italiana e levaria o prestígio do regime a seu apogeu, fechando o balanço do *ventennio* fascista.

Em 6 de maio, durante seu encontro com Ciano em Milão, Ribbentrop respondeu a essas pretensões de maneira ambígua. Declarou que o Führer estava decidido a nada fazer sem antes falar com seu aliado e a não declarar a guerra antes de 1942. Mas antes, precisou o ministro alemão, era preciso que a questão de Dantzig fosse resolvida. Informado por telefone sobre a evolução das conversações, Mussolini tomou uma decisão precipitada – motivada pela irritação causada pelo anúncio, na imprensa francesa, de violentas manifestações antialemãs em Milão – que desconcertou Ciano: deu-lhe ordem de tornar pública a notícia da assinatura iminente de um pacto entre as duas ditaduras, esperando impressionar as democracias e terminar com os rumores sobre a desintegração do Eixo.

Absolutamente desestabilizado por essa brusca decisão, Ciano demonstrou inacreditável leviandade ao deixar os alemães prepararem sozinhos o projeto do pacto, que teria caráter abertamente ofensivo. O artigo 3º, ao estipular que, no caso de uma das partes contratantes se encontrar implicada "em complicações guerreiras com uma ou várias potências," a outra parte "se colocaria imediatamente como aliada a seu lado e a apoiaria com todas as suas forças," punha a Itália à mercê de uma guerra declarada pelo Führer. A única cláusula redigida pelos italianos, a pedido do embaixador Attolico, relacionava-se com a fronteira do Brenner, cuja intangibilidade foi reconhecida por Hitler.

O Pacto de Aço foi assinado em 22 de maio de 1939 em Berlim, por Ribbentrop e Ciano, na presença de Hitler e Göring. Nada estipulava que o Reich deveria esperar três anos para começar a guerra, como Mussolini tivera a ingenuidade de acreditar. O artigo 2º falava de consultas em caso de ameaça à paz, é verdade, mas nenhuma cláusula tornava o estado de beligerância dependente do acordo entre as duas potências signatárias, e o artigo 3º previa explicitamente a entrada automática da outra parte na guerra. Durante a reunião exploratória de 6 de maio, Ciano informara Ribbentrop das condições italianas, mas o ministro alemão teve o cuidado de distinguir entre uma "guerra generalizada na Europa" e um "conflito localizado" com a Polônia a respeito de Dantzig – distinção ainda mais ilusória porque supunha nula e não existente a garantia dada à Polônia pelos franco-britânicos.

Ora, o equívoco não foi mencionado durante a assinatura do pacto. Hitler calou

sobre o problema, e Mussolini se deixou embalar pela ilusão de uma pausa que o ditador názi não tinha a intenção de respeitar. Menos de três meses se passariam antes que fosse obrigado a assumir as consequências de sua imprudência.

6

A Radicalização do Regime

De Felice fala em "outono fértil do fascismo" para qualificar o período que separa a proclamação do Império da entrada da Itália na guerra. Período de crise, sem dúvida, ligada mais aos eventos externos e às escolhas autárquicas feitas por um Mussolini que envelhecia do que aos efeitos prolongados da depressão mundial, mas um período de profunda transformação do regime no sentido de um totalitarismo até então fragmentário cujo objetivo era adequar o conjunto do corpo social ao modelo concebido pelo grupo dirigente. Ainda hoje, a opinião dos historiadores sobre a interpretação dessa mutação não é unânime: para uns, resultado de uma evolução endógena da própria natureza do regime; para outros, consequência das opções voluntaristas do Duce para "inverter o curso da história" ou do alinhamento puro e simples com o modelo hitlerista. O que quer que seja, Mussolini e as decisões que toma, sozinho ou de comum acordo com seus principais tenentes, estão no centro da "revolução cultural" do fascismo.

A ofensiva antiburguesa

A virada totalitária que os dirigentes fascistas impõem a seu país a partir de 1936 tem sua origem e sua justificativa na adoção por Mussolini de uma visão do futuro da qual não subestima as incertezas. É nesse sentido que a utopia de *Europa 2000*, que, como vimos, esboçava os objetivos de longo prazo da diplomacia fascista, constitui material importante da ideologia mussoliniana. Define – e não só em política externa – o horizonte do fascismo e lhe assinala um objetivo maximalista, que é fazer com que a Itália figure na lista das grandes potências do terceiro milênio. Mas, ao mesmo tempo, considera que esse "encontro com a história" está inscrito no presente, por pouco que o fascismo e seu chefe ponham o país nos trilhos.

Com efeito, o que constata Mussolini na leitura dos números fornecidos pelos demógrafos do Instituto de Estatística em 1936? De todos os grandes povos "civilizados" – leia-se os que realmente contam no turbulento jogo das relações internacionais – somente alemães, russos, japoneses e italianos conhecem expansão demográfica e estão, como consequência, destinados a um futuro de grandeza. "Os povos em flor – escreve o Duce no *Popolo d'Italia* – não temem o amanhã. (...) Felizes as nações que têm e mantêm o magnífico segredo dessa arma silenciosa e invencível, boa ao mesmo tempo para a guerra e a paz." Os outros estão irremediavelmente fadados ao esgotamento, à senilidade e à decadência.

Ora, Mussolini, que esquadrinha as estatísticas, não pode ignorar que o caso da Itália não é assim tão assegurador quanto o dos três outros grandes estados totalitários.

Em dez anos, sua taxa de natalidade caiu cinco pontos, a despeito dos esforços do regime para estimular casamentos e nascimentos. Não é esse o início do processo que conduziu as velhas nações industriais ao declínio demográfico irreversível? Mussolini não evita a questão. Ao contrário, multiplica as intervenções nesse sentido, sob a forma de notas e artigos publicados anonimamente no *Popolo d'Italia* ou de instruções aos arautos normais da boa palavra fascista. E busca uma explicação que possa se encaixar em sua visão do mundo e da história.

A mais evidente, que já usara dez anos antes no "discurso da Ascensão" e nas primeiras medidas natalistas, é a explicação dos germes da decadência portados pela civilização industrial. Em 1927, Mussolini convidara os italianos a seguirem o exemplo dos habitantes da Basilicata – a região de mais alta taxa de natalidade da Itália porque não contaminada pela modernidade – e se declarara pronto a, se necessário, fazer da Itália um país rural. No fundo, na polêmica cultural que opunha "bárbaros" e "modernistas," os primeiros agrupados em torno de Mino Maccari e sua revista *Il Selvaggio* – na qual colaboraram Ardengo Soffici, Papini e Malaparte – os segundos alardeando com Massimo Bontempelli o *novecentismo* e a herança futurista, ele estava, sem dizer, do lado dos adversários da industrialização. A escolha nada tinha de surpreendente, uma vez que se inscrevia em uma visão da história que, de um lado, aparentava-se àquela da revolução conservadora e, do outro, fazia referência à romanidade. Do mesmo modo que o Império Romano nutrira seu impulso vital com as virtudes de seus camponeses-soldados, a nova Itália encontraria o seu num retorno às origens tonificantes do ruralismo.

Mas o fascismo caminhara na direção oposta no fim dos anos 1920. Não havia contradição no ditador ao querer fazer da Itália uma grande potência, em uma época em que potência se media em milhares de toneladas de aço, pontos de crescimento e capacidade de enfrentar uma guerra moderna, ao mesmo tempo que procurava restaurar as estruturas de outra era? Entre o retorno à ordem tradicional apregoado pelos "selvagens" e a aspiração a uma nova ordem anunciada pelo *novecentismo*, Mussolini foi obrigado a escolher, provavelmente contra sua própria inclinação, apoiando a segunda contra o primeiro, da mesma maneira que escolhera reforçar as tendências industrialistas e monopolistas da economia italiana em detrimento dos outros setores e categorias sociais.

Em 1936, quando se encontrava envolvida – pela vontade de seu guia – em uma partida diplomática que tinha todas as chances de terminar em guerra, não se imagina de que modo a Itália poderia recuar. Mussolini pode escrever no *Popolo d'Italia*: "Em todos os centros tocados pela decadência da civilização industrial e urbana, há mais caixões que berços, a moral declina e a raça se torna senil. A força demográfica da Itália está sempre no campo." Mas não pode ir na contracorrente de uma evolução que faz coincidirem potência e modernidade, força das armas e industrialização, destino manifesto dos povos e domínio de tecnologia avançada.

A explicação tropeça em um ponto essencial. A civilização industrial e a urbanização, às quais é imputado o arqueamento demográfico de certos países, não têm as mesmas consequências em todos os lugares. A Alemanha, o Japão, a própria URSS, potências hegemônicas do futuro, são grandes nações industriais e urbanizadas cuja população continua a crescer em ritmo acelerado. É necessário concluir que sua superioridade nessa matéria se deve a qualidades biológicas e antropológicas ausentes nos habitantes da

península? Isso Mussolini não pode de modo algum admitir. Não fazem parte de seu universo mental, nutrido por referências tradicionais e por uma cultura espiritualista, a ideia de uma inferioridade qualquer do povo italiano nem um racismo fundado principalmente em critérios biológicos. Ele estima que é preciso buscar alhures a causa das falhas demográficas de seu país: nos desvios de uma marcha histórica cujo final pode ser modificado.

O drama da história contemporânea da Itália não está, aos olhos do ditador latino, na industrialização em si, efetuada como na Alemanha, por iniciativa e em benefício exclusivo de uma burguesia nacional cujos traços específicos não foram destruídos, o germanismo, o apego aos valores tradicionais, individuais e coletivos. Reside mais na alteração do clima moral que acompanhou as transformações da economia. Porque o processo de industrialização foi durante muito tempo impulsionado e controlado do exterior e, com o capital e a tecnologia vindos de fora, penetraram as ideias e os hábitos dos burgueses "cosmopolitas." Porque a nova classe dirigente italiana se adaptou, desde o século XVIII, a esses modelos "subversivos," principalmente o francês, liberal, individualista e hedonista. E aí perdeu sua alma e as virtudes que fazem grandes os povos.

Não é, portanto, a natureza da raça que está em causa, mas o enfraquecimento das elites que brotaram sobre o húmus do capitalismo selvagem. Em todos os lugares onde este triunfou sobre as antigas estruturas, eliminando os valores, as hierarquias tradicionais, triunfaram com ele o individualismo burguês, o egoísmo de classe, a recusa do esforço e do sacrifício pessoais, a aspiração à felicidade, ou melhor, ao bem-estar material e ao prazer; em suma, todos os ingredientes de uma filosofia hedonista cuja consequência principal é – no sentido estrito do termo – a adoção de um comportamento malthusiano. Daí a ideia de que é preciso romper de maneira radical com esse modelo estrangeiro e corruptor sobre o qual se construíra no passado a *Italietta* da época giolittiana. É necessário que a Itália mude de história, que encontre o fio de seu próprio futuro e sua própria cultura. E também que as antigas elites sejam substituídas por uma "aristocracia do espírito," saída diretamente do povo e, como ele, detentora da força viva da nação.

Esse discurso populista e antiburguês, opondo o egoísmo senil dos ricos à saúde moral e ao instinto de vida das classes populares, tampouco era novo. Simplesmente deixara de nutrir a retórica dos dirigentes fascistas empenhados em encontrar um compromisso durável com os representantes das grandes forças conservadoras: Igreja, monarquia, propriedade latifundiária, grande burguesia comercial, exército. A partir de 1936, ele entra novamente em alta e em pouco tempo adquire uma amplitude e uma intensidade que jamais conhecera até então.

Por mais que, para muitos, a constatação do encolhimento demográfico de seu país explique essa mudança de atitude do Duce, ela não diz tudo. Ao mesmo tempo que avalia a falência de sua política natalista, Mussolini aprende amargamente a lição dada pela evolução recente do regime e se interroga sobre suas chances de sobreviver a seu próprio desaparecimento. São pequenas. Na verdade, nenhuma ameaça séria, interna ou externa, pesa imediatamente sobre o fascismo. Fabricado ou não, o consenso jamais foi tão forte quanto em seguida à proclamação do Império. Com o caso etíope resolvido, nada impede a Itália de retomar o diálogo com as democracias, como desejam as antigas elites e uma boa fração do establishment fascista, o que, aos olhos do Duce, comporta tripla

ameaça. Significaria ao mesmo tempo renunciar aos objetivos maiores da diplomacia mussoliniana, repor a Itália na órbita política e cultural das velhas potências dominantes e, acima de tudo, criar uma desmobilização progressiva dos espíritos, talvez para a liberalização do regime desejada por parte daqueles que contribuíram para sua instauração. Daí a necessidade de Mussolini erradicar essa deriva conservadora, esse emburguesamento do fascismo que, após sua morte, levaria ao puro e simples retorno ao passado, de radicalizar o regime, enraizá-lo duravelmente no país, dar à sociedade italiana um movimento irreversível, impedindo às antigas elites a possibilidade de reconquistar suas posições perdidas. A virada totalitária dos anos 1936-1938, a escolha da aliança alemã e o recurso a uma mitologia futurista cujo objetivo é manter o país em permanente estado de tensão derivam dessa opção inicial.

Mussolini instrui esse processo contra a burguesia italiana com mais ardor por jamais ter se identificado com ela. Saído de um meio modesto, alimentado pela cultura revolucionária, tendo vivido a segregação humilhante do colégio, os estudos truncados, o desemprego intelectual, o exílio forçado na Suíça e os anos de vacas magras, conservou pelos ricos uma animosidade e um espírito de revanche que o tempo e as compensações do poder não fizeram desaparecer. Compartilha esses sentimentos com numerosos velhos fascistas cujo percurso e cultura política são semelhantes aos seus. Como eles, acha que, em 1922, a burguesia aderiu majoritariamente ao fascismo apenas pela preocupação tática de preservar seus privilégios e seu poder econômico, sua adesão ao regime é superficial e o espírito burguês constitui um obstáculo à realização da "revolução fascista." "Não nego," declarou em 1934, "a existência de temperamentos burgueses, mas não aceito que possam ser fascistas. O credo do fascismo é o heroísmo; o do burguês, o egoísmo. Contra esse perigo, há somente um remédio: o princípio da revolução permanente."

O mito do "novo homem"

Para Mussolini, o porvir da Itália como potência hegemônica do futuro, de peso comparável ao da Alemanha, do Japão e da URSS, passa, portanto, pela ruptura com a ordem burguesa, considerada um desvio da história italiana, a captação da energia vital acumulada pelas massas no curso do processo unitário em benefício de uma classe estranha à essência da raça; em suma, uma traição ao Risorgimento.

O pequeno grupo reunido em torno do guia supremo deseja a substituição do indivíduo decadente, moldado por mais de um século de cultura "humanista" e burguesa, por um "novo homem," definido pelo que Starace chamará de "modos fascistas." Daí resultam as opções totalitárias dos últimos anos do fascismo ou, se querendo, a "revolução cultural" que Mussolini tenta impor a seu país e seu povo, com o objetivo de quebrar a hegemonia das antigas elites. Escolhas antiburguesas que devem se religar às perspectivas revolucionárias do primeiro fascismo. Conhecem-se as manifestações mais espetaculares e mais grotescas dessa revolução cultural, da qual o próprio Mussolini deu o tom em seu discurso de 25 de outubro de 1938, qualificando de "potentes socos no estômago" da burguesia italiana as medidas adotadas pelo Gran Conselho: a substituição, na linguagem cotidiana, da forma polida da terceira pessoa, *lei*, "bom para um povo de lacaios," por *tu* e *voi*, e a introdução do passo de ganso, rebatizado "passo

romano," nos desfiles militares.

Mencionaremos mais tarde o terceiro "soco no estômago," que não se presta à derrisão: o anúncio da legislação racial. Restemos ainda um instante no domínio do burlesco, com este extrato do discurso, no qual o Duce se empenha em legitimar com argumentos históricos a adoção do passo de parada:

> O povo hoje o adora. Mas a burguesia o detestou. (...) Não sabia que foi inventado por Eugenio de Savoia e adotado por todos os exércitos. (...) Falou-se que era parecido com o "passo de ganso." Primeiro, não é verdade. Em seguida, supondo-se que fosse verdade, há um fato curioso: o povo italiano é talvez o único povo da Terra que tem o ganso em sua história. Todos os historiadores de Roma o atestam, havia um acantonamento de romanos no Capitólio. Ora, o ganso assegurava melhor guarda que os cachorros. Além disso, o ganso era dedicado a Juno, e portanto um animal altamente respeitável, e é muito normal que o ganso tenha acordado os romanos, que talvez estivessem fatigados e dormissem. Foi assim que o Cônsul venceu os gauleses (hoje franceses) e impediu que atingissem o cume do Capitólio. Todos os que viram nosso passo de parada e o passo de parada alemão puderam constatar que há entre eles uma diferença essencial.

A diferença essencial não parece ter sido claramente percebida pela massa de italianos, menos permeáveis que no passado à pesada pedagogia de seu guia. E se a campanha anti*lei* encontra certo eco – inclusive entre escritores como Vittorini, Quasimodo, Pratolini e Savinio – é um fiasco a guerra aos vocábulos de origem estrangeira recente, ou presumidos como tal, banidos do léxico oficial porque reveladores de tendências "cosmopolitas" da burguesia. Mas, acima de tudo, zomba-se dos exercícios de "modo fascista" exigidos dos hierarcas. Em junho de 1938, durante a reunião em Roma do diretório nacional e dos *federali*, os dirigentes do partido devem se submeter a três provas esportivas: salto em distância com trampolim, equitação e natação. Mussolini assiste às competições e Starace participa delas. Em setembro do mesmo ano, decide-se que todos os funcionários deverão usar uniforme de serviço com insígnias correspondentes a seu posto. Enfim, durante as paradas do regime, vê-se que o Duce e os hierarcas passam revista à Milícia em "acelerado," o que, levando-se em conta a idade e as condições físicas de certos dignitários, não deixou de produzir efeitos cômicos.

Para além dessas manifestações bufas, vividas como tal por um número crescente de italianos, existe a vontade de romper, pelos "modos fascistas," com o modelo "negativo" encarnado pelas antigas elites e substituí-lo pelo "novo homem," dinâmico, viril, decidido, eficaz, heroico, pronto a todos os sacrifícios, endurecido por uma educação espartana e pelos efeitos sublimados do rigor autárquico – o discurso sobre as virtudes redentoras das privações e da dor faz parte do meio ideológico desse tempo – totalmente submisso ao estado e a seu chefe. Até aí, nada de muito original. O ideal permanece classicamente aquele do camponês-soldado que deu a Roma seu império sobre o mundo. Aquele, igualmente, do herói saído do povo, em luta contra o patriciado decadente das cidades medievais como surge, desenhado em grandes traços, no filme de Luis Trenker – *I Condottieri* – um dos monumentos do cinema fascista de imediatamente antes da guerra. Da mesma maneira, o que representa no imaginário dos dirigentes fascistas a

"nova civilização" (*Nuova Civiltà*) da qual ele é presumivelmente o promotor, senão uma espécie de *digest* inflado dos grandes séculos da italianidade – a República pura e dura, vitoriosa sobre os mercadores cartagineses, o apogeu da *pax romana*, o *Quattrocento* – à imagem desse urbanismo neoclássico cujo sincretismo pesado triunfa sobre o Foro italico e sobre o subúrbio da EUR [*Esposizione Universale Romana*]? Onde está o futurismo nisso tudo?

Está em uma aceitação seletiva da modernidade. A Itália do ano 2000 não se parecerá com a Basilicata dos anos 1920. Na época do discurso da Ascensão, Mussolini estava bem perto de dar razão aos turiferários da "Contrarreforma" e ao Malaparte de *Italia barbaba* e de *L'Arcitaliano*. "A Revolução fascista – escrevia então Malaparte – é um processo de revisão total dos valores civis, culturais, políticos e espirituais, uma crítica objetiva e radical à forma atual da vida civil, a tudo que é moderno." Dez anos mais tarde, o Duce se inclina mais para o lado do *novecentismo* e de Marinetti, o qual, lembre-se, antes da guerra desejava a edificação sobre os canais "enfim aterrados" de Veneza, "essa velha alcoviteira curvada sob seu pesado xale de retalhos," de uma grande cidade "industrial e militar." É verdade que Mussolini não aprecia todas as exuberâncias do antigo papa futurista, mas acha que o discurso e o comportamento de Marinetti (voluntário para a Abissínia em 1936, com sessenta anos) combinam com o "estilo fascista" que ele e Starace querem imprimir na nova Itália. A exaltação da velocidade, das belas máquinas (o avião, o carro de corrida), das armas de destruição em massa, já presente no *Manifesto* de 1909, encontra eco amplificado e renovado na retórica da "revolução cultural" fascista.

Tudo isso permanece muito vago e, finalmente, muito negativo. No fundo, a "nova civilização" da era mussoliniana se define mais como a imagem invertida do que é chamada a destruir – a ordem burguesa, os modelos senescentes oferecidos pelas democracias moribundas – que por um projeto coerente e estruturado.

Visionário do futuro, o Mussolini de *Europa 2000*? Digamos antes o criador tardio de uma mitologia elementar, com o objetivo de manter seu povo no estado de tensão necessário à sobrevivência do regime. Para além desse projeto conservador, não se tem certeza de que ele tenha acreditado na possibilidade de dar nova têmpera à raça. Sim, há a juventude, portadora das esperanças de regeneração do fascismo e objeto de todos os seus cuidados. Mas e o presente? E o homem italiano do fim dos anos 1930 que – todos os testemunhos confirmam e Mussolini não tem ilusões a respeito – aspira à paz e a uma melhoria razoável de seu destino? Quais as chances de vê-lo transformado pelas instruções delirantes de Starace? A não ser que a guerra, essa "barricada da revolução," concentre bruscamente as energias para, enfim, fazer nascer a "mentalidade autárquica," a "raça espiritual" e a "nova aristocracia do espírito" que o secretário-geral do partido e o Duce não cessam de evocar, a partir de 1938, em seus dramáticos apelos à nação italiana.

Na decisão de entrar na guerra, em 10 de julho de 1940, além do fato de dar ao fascismo a chance de quebrar em um único golpe as "barras da prisão mediterrânea" para aceder aos espaços oceânicos e atingir muito mais cedo que o previsto os objetivos maximalistas de Mussolini, há o desejo dele de que seu povo dê um decisivo salto qualitativo na via da nova civilização. Esperança irrisória de mudar o homem com um gesto mágico. Onde fracassaram até então a educação, a propaganda e os modos fascistas, a ética da dor que nutre o fato guerreiro pode ainda modificar o curso das coisas no sentido desejado pelo fascismo e por seu chefe. Mussolini tem 57 anos em 1940. Está

esgotado e sabe que o tempo não está do seu lado. Para enraizar seu regime, não pode esperar as novas gerações forjadas pela revolução cultural do fascismo. A guerra lhe oferecerá a oportunidade, provavelmente única, de uma brusca mutação da qual surgirá, ou ao menos é o que acredita, o novo homem, armado para assumir o destino hegemônico da Itália.

Crise do consenso?

Acentuando os fundamentos antiburgueses da "revolução cultural" fascista e o laço que a une à preparação e ao início da guerra, Renzo De Felice questionou o esquema proposto pelos marxistas e aceito por muitos historiadores: de que o endurecimento do totalitarismo, a militarização da sociedade e a agressividade da política externa que levaram a Itália a entrar na guerra europeia estavam diretamente ligados à crise e resultavam de uma escolha deliberada do capitalismo italiano.

Em 1938, o capitalismo italiano é, sob vários aspectos, um capitalismo de estado, e são os detentores das alavancas de comando do estado que tomam as decisões essenciais. Isso não significa que os financistas e grandes patrões da indústria estejam marginalizados. A forte concentração que acompanhou o salvamento da economia italiana pelos poderes públicos pôs a produção sob controle de pequeno número de grupos, tendo na direção de cada um deles uma personalidade notável. Agnelli, Falck, Pirelli, Cini, Volpi, Conti e Donegani dominam os diversos ramos da indústria e têm assento, ao lado de representantes do estado e do partido, nos conselhos de administração das empresas controladas pelo IRI: 80% das construções navais, 77% das fundições, 67% dos materiais ferrosos, 50% do aço e dos armamentos e 22% da produção mecânica.

É evidente que influenciam a decisão nos seus setores, talvez até a política econômica e financeira do governo. Daí a imaginar que estão na origem das orientações do regime em política externa – que o "grande capital" quis a guerra para conquistar mercados ou atenuar os efeitos da depressão mundial – há um passo que não pode ser dado levianamente. Ligados ao mundo político dirigente, ao qual escolheram associar seu destino em 1922, os capitães da indústria e das finanças se beneficiaram de alguns efeitos da política de armamentos e de certas escolhas autárquicas feitas por Mussolini. Mas não as decidiram. Mui frequentemente, elas lhes foram impostas por considerações ideológicas ou de política internacional que iam de encontro a seus interesses. Foi nesse sentido a afirmação do ministro de *Scambi e Valute* Felice Guarneri, feita a Ciano em 1938: "A política monetária e de câmbio é dominada pela política externa e sofre suas variações. É a razão pela qual o verdadeiro dirigente da política de câmbios e valores é você." Contra sua vontade, os industriais tiveram de se curvar às imposições da autarquia e aceitar a canga do controle do câmbio, com o sistema de cotas afetando importações e exportações, e uma série de regras concernentes à produção.

Merece igualmente exame a ideia de que a adoção pelo poder fascista de uma política de armamento e contração autárquica foi consequência direta da crise. Em 1936, o pico da crise fora ultrapassado havia pelo menos dois anos. Já perceptível em 1934, a retomada se acelerou graças à guerra da Abissínia e – paradoxalmente – à política de sanções aplicada à Itália pela Liga das Nações, com a produção nacional tendo de substituir a oferta de produtos estrangeiros. Após o fim do embargo, o volume de trocas

aumentou tanto na entrada quanto na saída. Embora Mussolini tenha se oposto até então a toda e qualquer desvalorização da lira – cujo valor fora "definitivamente" fixado em 1927 – em outubro de 1936 foi obrigado a se decidir por uma redução de mais de 40% cujo efeito foi precisamente estimular as vendas para o exterior. A crescente intervenção do estado na vida econômica, a política de recuperação de terrenos pantanosos e de grandes obras iniciada no fim dos anos 1920 e seguida até a guerra (eletrificação de parte da rede ferroviária, urbanismo e valorização da romanidade, construção da primeira rede rodoviária europeia de alta velocidade), o crescimento do gasto público e o uso "keynesiano" do déficit orçamentário (limitado por um aumento dos impostos que atingia particularmente os patrimônios) contribuíram, em graus diversos, para a retomada.

Certos setores, especialmente o da agricultura, cresceram menos, a despeito dos esforços do governo para desenvolver a colonização de terras recuperadas e valorizar certas zonas exploradas de maneira extensiva pelos latifundiários.

Se a economia italiana conseguiu atravessar a crise sem maiores prejuízos, o efeito da depressão sobre muitas categorias sociais não foi tão facilmente superado. O desemprego permaneceu alto: entre 600 mil e 700 mil, com ligeira diminuição na véspera da guerra com a ida de dezenas de milhares de colonos para a Líbia e o envio de trabalhadores agrícolas para a Alemanha. O nível de vida caiu. Os aumentos de salário – um por ano entre 1936 e 1940 – não foram suficientes para compensar o grande aumento dos preços. No conjunto, os operários, especialmente os da grande indústria, mantiveram ou melhoraram suas posições, mas os camponeses, particularmente os *braccianti*, foram os grandes perdedores da política econômica adotada na metade dos anos 1930 pelo regime mussoliniano.

Foi menos a persistência do desemprego e o aumento do custo de vida, dois males que os italianos já enfrentavam na era liberal, que o drástico racionamento imposto pela comissão central de autarquia que levaram parte da população a se afastar do fascismo. A partir de 1938, a palavra de ordem dada ao partido é mobilizar a sociedade na perspectiva de uma guerra que Mussolini acredita longínqua, mas inevitável. Revezando-se com o guia supremo e seu principal tenente, Starace, os dirigentes fascistas exaltam em seus discursos as virtudes da "frugalidade romana" e a grandeza do sacrifício cotidiano. No ano seguinte, a autarquia adquire aspectos dementes: proibição de beber café, de servir nos restaurantes mais de 50 gramas de pão e de exportar alimentos, supressão da venda livre de carne, limitação dos jornais a quatro páginas nas quintas e sextas-feiras, fechamento à meia-noite de cafés, restaurantes e locais de diversão e racionamento de combustível a particulares a trinta litros por mês. A Itália é submetida, em plena paz, a uma economia de guerra.

A que ponto esses atentados às condições de vida da população italiana erodiram um consenso que conhecera o zênite após a guerra da Etiópia? Comprovada pelos relatórios e notas endereçados ao ministério do Interior por prefeitos e pela polícia, e pelas memórias de contemporâneos – a tendência é afastamento da população do regime e de seu chefe. Mas a intensidade do refluxo varia por categoria social.

Curiosamente, se o fascismo, cuja massa militante era da classe média e conquistou o poder com o apoio da classe dominante após ter eliminado ou desmantelado as organizações operárias, é entre as classes dirigentes que a desafeição é mais manifesta. As críticas ao regime raramente levam à verdadeira oposição política, e na maioria das vezes

poupam o chefe de governo. As dificuldades e os defeitos do sistema são imputados ao partido, seus dirigentes nacionais e locais, em particular Starace, considerado responsável e símbolo de tudo que é negativo no fascismo. Aqui também há nuances no afastamento dos diversos estratos da burguesia. Embora todos sejam afetados pela erosão do consenso, alguns o são mais que outros. Próxima do poder e beneficiando-se da retomada de prestígio fornecida pela instauração de um estado forte, a burguesia funcional permanece favorável ao fascismo. O mundo dos notáveis está mais dividido, diante de uma radicalização totalitária do regime que, a termo, ameaça a autonomia local e a influência tradicional de seus representantes. Mas, sobretudo, é nos meios de negócios que, a partir de 1937, aparece um descontentamento cujas razões são ao mesmo tempo econômicas e psicológicas. O grande patronato industrial e o mundo das finanças que, em troca da paz social e de vantagens diversas, até esse momento serviram lealmente à ditadura, começam a acusar o Duce e seus principais executantes de uma política econômica suicida ao isolarem a Itália do mundo exterior, reduzirem sua autonomia em benefício do estado e dos sindicatos e, principalmente, desenvolverem uma retórica antiburguesa e anticapitalista tão virulenta quanto a dos socialistas revolucionários de antes da guerra. Pois não é uma das figuras mais ilustres do patronato italiano, o industrial Ettore Conti, que, em seu *Dal taccuino di un borghese* se queixa de ver a si mesmo e a seus colegas serem considerados "plutocratas, esfaimadores do povo, reacionários" e se inquieta com o possível advento de um "socialismo de estado"? Indubitavelmente, Mussolini não está errado ao estabelecer uma relação entre o espírito da burguesia – no qual condena o individualismo hedonista e "decadente" – e os "modelos externos" que nutrem a cultura e as ideias de importante fração das elites tradicionais, nas quais a francofilia, a anglofilia ou a admiração pelo modelo econômico americano se adaptam mal à orientação pró-alemã impressa pelo ditador a sua política externa. A aliança com Hitler, longe de suscitar a adesão de todos os hierarcas do partido – Balbo, Grandi e, no fim, o próprio Ciano lhe são hostis – encontra nesse meio seus principais detratores.

O afastamento das massas é menos evidente. Embora uma fração das camadas médias urbanas se queixe dos efeitos da autarquia – aumento do custo de vida, falta de certos víveres, medíocre qualidade dos produtos de substituição – e da pressão fiscal que pesa particularmente sobre as categorias intermediárias, ela não recrimina Mussolini diretamente, endereçando suas críticas aos "chefetes" do partido e da Milícia. Os relatórios de prefeitos e da polícia, as cartas interceptadas, as escutas telefônicas, as súplicas enviadas ao secretariado particular do Duce fervilham de queixas – fundamentadas ou não – sobre a corrupção dos hierarcas e dos dirigentes do PNF, sua moral duvidosa e o abismo entre um discurso oficial chamando ao sacrifício e ao ascetismo do povo e o apetite da elite partidária por vantagens.

A atitude do mundo operário é mais complexa. A crise, o desemprego, o achatamento do poder de compra e as restrições (menor acesso ao "mercado negro" que as outras categorias) sem dúvida alimentaram um mal-estar social que acentuou ainda mais a degradação das condições de trabalho (horários, ritmo de produção) em muitas fábricas e o aumento dos encargos sociais. Mas não foi nesse setor que a crise do consenso se mostrou mais acentuada. Em sua maioria, os operários haviam aderido ao fascismo apenas da boca para fora. Seu comportamento revelava mais resignação e oportunismo que aprovação entusiástica, e conhecera altos e baixos. No início dos anos

1930, as dificuldades ligadas à crise provocaram certa agitação nas regiões industriais com a qual o poder se inquietara, mas nunca o descontentamento se traduzira em levante do antifascismo militante.

Como explicar que a deterioração das condições de vida do mundo operário tenha provocado em suas fileiras apenas manifestações pontuais de mau humor? Sem dúvida o matracar psicológico serviu para alguma coisa. À força de ouvir o Duce e seus principais tenentes desenvolverem uma temática anticapitalista e antiburguesa e proclamarem que o futuro do regime estava no "povo," alguns seguramente terminaram por acreditar. Mas, acima de tudo, esse discurso populista não era inteiramente vazio de conteúdo. Foi acompanhado, no próprio seio do partido e dos sindicatos fascistas, de uma ação de "mudança social" e de "redução da distância entre as classes." O surgimento, nos anos antes da guerra, de uma nova "esquerda" fascista que de certa forma levou ao pé da letra a retórica antiburguesa do ditador caminhou ainda mais nessa direção, por reunir essencialmente a nova geração e, por isso, beneficiar-se de certa benevolência por parte de um homem que construíra sua visão do futuro sobre a juventude.

Ora, a constatação do aburguesamento do regime e a vontade de retorno às origens do primeiro fascismo não concerne só aos pequenos círculos da juventude estudante cuja história Ruggero Zangrandi retraçou em sua "longa viagem através do fascismo." Ganhou os sindicatos fascistas, também afetados por forte renovação dirigente e pela chegada aos postos de comando de certo número de militantes moços saídos do mundo operário. Iniciou-se assim, em 1937-1940, uma reaproximação com os sindicatos fascistas. É verdade que estes não tinham grande liberdade de manobra: o papel que lhes fora designado pelo poder não foi modificado. Mas, ao menos, foram levados a assumir suas responsabilidades, tratando-se, por exemplo, da denúncia de infrações às convenções coletivas ou do apoio a certas reivindicações dos trabalhadores. Mesmo nos meios antifascistas clandestinos reconhecia-se que eram numerosos os operários que, mesmo conscientes dos limites de sua ação, viam nesses sindicatos o único instrumento de defesa de seus interesses. De fato, sua ação permitiu obter do patronato e do poder certo número de medidas sociais: o reconhecimento e a reintegração dos delegados sindicais nas fábricas, a adoção de nova legislação de assistência, a melhoria das pensões por invalidez e velhice, a extensão da segurança social a novas categorias de trabalhadores, o aumento das alocações familiares e dos prêmios de casamento e nascimento.

O resultado foi o relativo reaquecimento das relações entre o regime e parte do mundo proletário urbano, o que explica por que tantos operários pegaram sua carteirinha do partido quando este decidiu, em dezembro de 1939, reabrir as inscrições ao Partido Nacional Fascista para ex-combatentes, e por que um funcionário de polícia servindo em Milão escreveu, em abril de 1940, sem dúvida exagerando a situação na capital lombarda:

> A classe operária é talvez a mais tranquila. É quem se ocupa menos de política. A classe dos empregados o é igualmente. Os eternos descontentes são, na maioria, proprietários de casas e terrenos, comerciantes e industriais.

Ao menos tão "tranquila" quanto as classes populares citadinas era a massa rural que, é preciso lembrar, constituía mais da metade da população italiana. Nesse setor, e mais na metade sul do país e nas regiões montanhosas do centro e do norte, o isolamento relativo

no qual vivia o mundo camponês, o arcaísmo das estruturas agrárias, o peso das tradições e a persistente influência de notáveis e padres faziam com que se distinguisse mal o fascismo do regime precedente. As preocupações cotidianas permaneciam as da época liberal, talvez mesmo do tempo dos estados pré-unificação. Era lá que o mito mussoliniano, sob sua forma mais elementar e mais estreitamente ligada ao fenômeno religioso de "pai do povo" e "homem da Providência," estava mais bem-integrado à mentalidade coletiva. Era dessas regiões que afluíam os testemunhos mais numerosos da devoção popular, e que viriam, até o extremo fim do regime, as últimas manifestações de um fervor alhures extinto.

No total, uma erosão incontestável do consenso estabelecido depois da paz com a Igreja, um mal-estar difuso nutrido pelo medo da guerra e pelo pé atrás sobre a aliança alemã, mas que afetava as antigas elites mais que as massas, as velhas gerações mais que as novas, e gerava em muitos italianos uma rabugice dirigida mais contra a hierarquia partidária que contra o homem do Palazzo Venezia.

Mussolini, de fato, fora poupado desse desamor em relação ao regime. O mito do Duce conservava sua força, a despeito do que se podia saber de seu estado de saúde e das errâncias de sua vida sentimental. É verdade que o carisma do ditador não era mais tão poderoso sobre seus colaboradores mais próximos. Os "diários" e as "memórias" de vários deles – Ciano, Grandi, Bottai, De Bono e Bastianini, entre outros – estão repletos de anotações que traem real incompreensão em relação ao personagem que Mussolini se tornara na véspera da guerra. Mas o homem das ruas, ainda que sorrisse das "boas histórias" a respeito dos amores do Duce, só o via através de imagens escolhidas e retocadas com perícia pelos serviços de propaganda. E essas imagens continuavam a inculcar nas mentes a figura emblemática do herói multidimensional: grande homem de estado, estrategista de gênio, espírito aberto a todas as disciplinas intelectuais, atleta de destaque em todas as práticas do corpo, operário, artesão, trabalhador da terra, artista.

Mussolini velava com cuidado escrupuloso pela preservação dessa imagem, escolhendo as fotografias e as sequências de *cinegiornali* destinadas ao público e zelando pela cenografia de suas aparições na tela. Dispondo, com o partido, a polícia, os prefeitos, os *carabinieri* e sua secretaria particular, de imensa rede de informações, mantinha-se a par dos menores tremores da opinião pública e se empenhava, tanto quanto possível sem mudar as regras do jogo, em ajustar sua política à demanda social: autorizando, por exemplo, um aumento de salários. Quando teve consciência de que Starace, sempre servidor leal de sua política, tudo somado, nada fizera além de dar conteúdo concreto a seu projeto totalitário, tornara-se a *bête noire* dos italianos, e que sua presença na direção do partido corria o risco de prejudicar sua própria imagem, destituiu-o sem qualquer consideração e o substituiu por Muti.

Mussolini e o funcionamento do estado totalitário

A realização do programa mussoliniano, concebido em uma perspectiva futurista e milenarista, passava por uma autêntica fascistização da Itália, transformada em poucos anos em país totalitário, no sentido lato do termo. Por muito tempo, a historiografia clássica reteve desse totalitarismo à italiana apenas o que tinha em comum com seu homólogo názi – partido único, enquadramento das massas em organizações

paramilitares, chefe carismático todo-poderoso, uso obsessivo da propaganda, um sistema repressivo, aliás muito mais suave que o modelo hitlerista – ou o que apresentava de mais caricatural. Renzo De Felice, e sua contribuição foi essencial, mesmo que hoje seja questionada, valorizou o que constituía, a seus olhos, a especificidade do totalitarismo mussoliniano: a politização exagerada da sociedade civil par a par com uma despolitização crescente do estado. Diferindo dos totalitarismos hitlerista e stalinista que tenderam, o primeiro, a nulificar o estado ou ao menos subordiná-lo estreitamente ao partido e, o segundo, a considerá-lo uma estrutura contingente, teoricamente destinada a desaparecer, o fascismo italiano, ao contrário, teria se identificado fortemente com o estado destinado a absorver o partido e todas as suas funções.

Na expectativa desse "enfraquecimento" do partido único, o Duce, se não tivesse tido de levar em conta o peso de certos hierarcas pouco dispostos a ceder seu lugar aos tecnocratas, teria de boa vontade governado com um gabinete de diretores-gerais de administração, tão grandes eram seu pessimismo sobre a natureza dos homens e sua desconfiança desencantada do oportunismo da burocracia. Foi, aliás, o que tentou fazer entre janeiro e maio de 1941, após ter enviado para o front greco-albanês os dirigentes fascistas de departamentos ministeriais. É verdade que as disfunções da máquina governamental e os veementes protestos dos interessados o levaram a encerrar a experiência tão logo acabou a "campanha da Grécia," mas nada indica, explica De Felice, que renunciara a sua ideia e não pensava em retomá-la em momento menos difícil.

Enquanto aguardava a "despolitização do estado" de acordo com sua ideia do totalitarismo fascista, Mussolini se contentou em reforçar seu próprio poder e instaurar os primeiros elementos do dispositivo que organizaria sua sucessão. Com efeito, o problema do após-Mussolini começara a se apresentar nos meios dirigentes, e o principal interessado estava mais preocupado do que deixava entrever a seu entourage. Quanto ao nome do eventual sucessor, a questão parecia resolvida depois que o Duce, em seguida à guerra da Etiópia, confiara a seu genro a direção da diplomacia italiana. Desse modo, Ciano estava claramente designado como delfim potencial do ditador. Mas ainda era necessário, de um lado, que os chefes históricos do fascismo, na maioria hostis ao jovem ministro e invejosos da ascensão fulgurante proporcionada por seu status familiar, homologassem a decisão após a morte do ditador e, do outro, que os procedimentos constitucionais, que reconheciam ao soberano papel eminente na designação do chefe do governo, a permitissem.

Sob vários aspectos, foi para liquidar essas hipotecas e adquirir os meios necessários para designar seu sucessor – ou permitir ao Gran Conselho fazê-lo após sua morte – que Mussolini se fez conceder, em março de 1938, em seguida a um voto "espontâneo" da Câmara dos Deputados e do Senado, e em conjunto com o Rei, o grau de "primeiro marechal do Império." O caso fora cuidadosamente preparado por um pequeno círculo de dirigentes fascistas, na primeira fila dos quais figuravam os dois Cianos – Costanzo, o pai, então presidente da Câmara, e Galeazzo – e o secretário do partido, Achille Starace. Encarregado da presidência do Senado, Federzoni pretendeu em seguida que ele e os senadores tinham se mantido à parte do "complô," mas sua versão dos fatos é pouco crível. Se é exato que a iniciativa partiu da Câmara, cuja sessão extraordinária fora convocada por Starace, e que os deputados, após votarem por aclamação a proposta apresentada por Constanzo Ciano, partiram em delegação ao Palazzo Madama para convencer os senadores a seguirem seu exemplo, estes, que tinham acabado de aclamar o

Duce e de registrar em ata seu discurso sobre as perspectivas das forças armadas, não se fizeram de rogados para confirmar o voto de seus colegas. É claro que uma fração da classe política estava a par do que ocorreria, e os dirigentes do partido haviam feito o necessário para que nenhum parlamentar fascista faltasse ao chamado.

O que estava em jogo nessa partida codificada? Mussolini nunca tivera paixão por honrarias. Depois da proclamação do Império, o Rei lhe oferecera um título de nobreza que ele recusara, declarando não pretender negar suas origens plebeias. Não foi, portanto, para acrescentar uma linha a sua titulação que se fez conceder o posto de primeiro marechal do Império. Porém, já comandante-geral da Milícia, presidente da Comissão Suprema de Defesa e titular, desde 1933, dos ministérios da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, o comando supremo dos exércitos não lhe era indiferente. Desde 4 de fevereiro de 1938, Hitler era comandante das forças armadas do Reich: sua anunciada vinda a Roma certamente apressara as coisas, pois o ditador romano se preocupava em não acrescentar aos constrangimentos protocolares resultantes da prerrogativa real a humilhação de se encontrar na posição que fora a do Führer durante o encontro de Stra em 1934.

Contudo, muito mais que questões de precedência e prestígio, o que estava em jogo era a própria relação entre a monarquia e o poder fascista. Mussolini mantivera-se até então em prudente reserva em face da instituição monárquica. Não há dúvida de que tinha a intenção de se desembaraçar dela, mas pretendia escolher o momento certo. Na primavera de 1938, a conquista da Etiópia e seu reconhecimento pelas potências eram fatos consumados, a vitória na Espanha parecia definitiva, talvez tivesse chegado a hora de iniciar a ofensiva contra o trono. Numerosos eram os que, na cúpula da hierarquia fascista, impeliam-no a cruzar o Rubicão, os mais determinados sendo Starace e Galeazzo Ciano, sobretudo o segundo, que, preocupado com a sucessão, via com olhos favoráveis a eliminação da hipoteca real. Mas o Duce ainda hesitava. É claro que Vittorio Emanuele o incomodava, e ele sabia que um dia ou outro seria necessário pôr fim à "diarquia." Mas a opinião pública não lhe parecia madura para proceder sem danos à operação. Aceitando dividir com o soberano o "primeiro marechalato do Império," ele geria as frações do corpo social que permaneciam ligadas à instituição real e ao soberano, ao mesmo tempo que dava um passo na direção desejada por Starace e Ciano.

Vittorio Emanuele, que não era bobo, não se deixou iludir. Assim como os dirigentes fascistas que desejavam essa solução, entrevia o momento em que Mussolini, cujo título de "*Duce* do fascismo," ligado não mais somente a sua pessoa, mas a sua função, adquirira há pouco caráter constitucional (em todo caso reconhecido como tal pelos juristas fascistas), se veria de certo modo levado – nas palavras de De Felice – "a essa espécie de Olimpo que, espera-se, o afastará do exercício do poder" e desse modo abriria espaço a seu sucessor na direção do governo. Reagiu com extrema vivacidade ao anúncio da votação das duas câmaras e manifestou insistente mau humor em relação a Mussolini, chegando ao ponto de ameaçar não assinar a promulgação da lei. Como o Duce pediu ao presidente do Conselho de Estado para se pronunciar sobre a legitimidade do texto em questão, e este concluiu por sua perfeita conformidade com a Constituição, ficou-se por aí, mas o episódio suscitou no soberano um rancor tenaz. "Nesse momento," escreveu Mussolini mais tarde, "Vittorio Emanuele jurou vingança."

Outra importante reforma institucional teve lugar no início de 1939. A Câmara dos Deputados, que a reforma radical de 1928 colocara sob estreito domínio do partido, mas

cujo recrutamento conservava caráter eletivo, foi suprimida e substituída por uma nova assembleia: a Câmara de *Fasci* e Corporações. Desde a metade dos anos 1930, Mussolini manifestara a intenção de substituir por uma assembleia de dignitários fascistas aquilo que considerava uma herança do antigo regime. No fim de 1936, o *Gran Consiglio* decidiu criar uma comissão sob a presidência de Costanzo Ciano e da qual faziam parte Starace, Solmi, Bottai e Lantini, para formular a composição e o funcionamento da nova câmara. Os principais artigos da reforma foram adotados pelo Gran Conselho em março de 1938, quase ao mesmo tempo que era conferido ao Duce o título de primeiro marechal do Império e aprovado o novo estatuto do partido.

A lei de 19 de janeiro de 1939 instituía um sistema representativo muito diferente daquele ao qual o *Statuto* de 1848 dera nascimento. A característica essencial da Câmara de *Fasci* e Corporações era o fato de os indivíduos que a compunham não serem mais eleitos, tornando-se membros da nova assembleia apenas por pertencerem a outros órgãos colegiais do regime: o Conselho Nacional do Partido, composto por seu secretário-geral, membros de sua diretoria nacional, inspetores, *federali* e presidentes de associações nacionais de mutilados, inválidos de guerra e ex-combatentes, e o Conselho Nacional de Corporações. Mussolini e os membros do Gran Conselho participavam a título pessoal.

A Câmara, cujo efetivo era variável, tomava um caráter permanente, não estando submetida a renovações periódicas. Assim que um membro se encontrava, por qualquer razão, afastado do cargo em virtude do qual fora chamado a participar, devia ceder a cadeira a seu sucessor, o que punha o conjunto do sistema nas mãos do Duce, ao qual, em última instância, cabia confirmar ou recusar todas as nomeações efetuadas no seio do partido.

Na aparência, portanto, as coisas eram simples. Desde o fim de 1925, todos os poderes estavam concentrados por Mussolini. Duce do fascismo e Capo inamovível do partido, no qual nomeava e revogava o secretário-geral sem ter de se referir a quem quer que fosse, era ao mesmo tempo "chefe do governo, primeiro-ministro e secretário de estado." Responsável apenas perante o Rei, "propunha" a esse último a nomeação e revogação de ministros. Na verdade, era ele mesmo quem procedia às designações, solicitando apenas a aprovação formal do monarca. Além disso, tinha, como se viu, o hábito de colecionar carteiras ministeriais, e não era raro vê-lo monopolizar seis ou sete das mais importantes. Por fim, ao mesmo tempo que dividia com o soberano o direito de indulto e o caráter quase sagrado conferido aos dois pela aplicação da pena de morte a qualquer um que atentasse contra eles, Mussolini possuía a iniciativa das leis e o direito de legislar por decreto.

É obrigatório daí concluir, como certos historiadores e teóricos políticos, que o sistema político fascista se reduzia ao "mussolinismo" ou, se preferindo, a uma forma de ditadura pessoal de tipo clássico, ao mesmo tempo dotada de imensos poderes e incapaz de impor o primado do partido sobre o estado e realizar a integração da sociedade ao estado ou, dito de outra forma, de dar corpo ao programa totalitário? Trabalhos recentes – especialmente os do historiador italiano Emilio Gentile – revelam uma realidade um pouco mais complexa, na qual a questão fundamental são as relações de força entre o ditador e o Partido Nacional Fascista.

As duas outras instituições que, na Itália dos anos 1930, teriam podido se opor a Mussolini ou, ao menos, impor limites a seu poder foram perfeitamente dóceis. A

"diarquia," como se viu, funcionou sem maiores conflitos até a crise final de julho de 1943, com o Rei acabando sempre por aceitar as iniciativas do Duce, e o exército não abandonou sua atitude submissa, dividido entre sua fidelidade à Coroa e a tendência de parte de seus comandantes a jogar com as possibilidades de promoção oferecidas pela cumplicidade partidária. Ficou rigorosamente sujeito ao regime e a seu Capo, que não hesitava em destituir seus mais altos comandos – De Bono no início da campanha da Etiópia, Badoglio após a desastrosa campanha da Grécia, e Graziani em seguida à derrota na África – e impor suas diretivas estratégicas.

Permanece a questão do partido e seu papel durante o *ventennio* fascista. Por muito tempo, pensou-se que, embora tenha tido papel considerável na fase de consolidação da ditadura, depois de 1925 o Partido Nacional Fascista servira essencialmente de correia de transmissão para as ordens do Duce e instrumento de controle da sociedade italiana, em particular graças à organização, em seu seio, de um verdadeiro exército de fiéis, a Milícia, que podia a qualquer momento ser mobilizada para manutenção da ordem interna, antes de participar – na Etiópia e depois na Espanha – de operações militares fora da península. O próprio De Felice, para quem o fascismo constitui um fenômeno composto não redutível à ditadura pessoal de seu fundador, sustentou a tese da liquidação política do partido depois da passagem de Farinacci pela secretaria-geral do PNF, considerando uma diferença entre a versão italiana do totalitarismo e os regimes hitlerista e stalinista.

Essa interpretação, que destaca a crescente marginalização política do partido, é hoje parcialmente contestada por historiadores e teóricos políticos que veem no partido fascista uma função mais determinante no regime, como agente da fascistização da sociedade civil e instrumento de mediação social, via uma representação política que a submissão das assembleias parlamentares não suprimiu.

Se para Emilio Gentile, a quem se devem os trabalhos mais esclarecedores sobre o papel do Duce e do partido no sistema político fascista, a partir de 1926 houve personalização do poder e subordinação do partido ao estado, isso não significa que a organização partidária cessara de existir politicamente. Nem que Mussolini, como ele mesmo afirmou em 1929, tenha desejado vê-la desaparecer:

> Os que levantaram uma hipótese tão insensata são inconscientes, traidores ou vindicativos que gostariam de destruir o Partido Nacional Fascista que fez a revolução, e privar o regime de uma força espiritual para lhe deixar somente forças materiais. (...) Não se trata de saber se o partido deve existir ou não, porque se o partido não existisse, eu o inventaria, e o inventaria como é o Partido Nacional Fascista: numeroso, disciplinado, ardente e de estrutura rigorosamente hierárquica.

Com efeito, Mussolini precisava do partido para manter a ordem, enquadrar o corpo social, fazer penetrar por capilaridade a ideologia e as instruções do regime na massa de italianos, manter o mito e desenvolver o culto de sua própria pessoa. Foi o partido que fez a ditadura evoluir na direção de um "cesarismo totalitário" organizado em torno da figura carismática do "guia da nação." O "mussolinismo," portanto, é inseparável da organização política que fundou e constitui a base sobre a qual se edificou seu poder.

> Nos regimes totalitários de partido único – escreve Emilio Gentile – nos

> quais o partido não foi criado do alto, mas constitui um movimento de massa autônomo que dá nascimento ao regime, caso do fascismo, a "personalização do poder" é um fenômeno que deriva do partido único quando emerge em seu seio, devido a sua força pessoal e/ou por razões funcionais, um indivíduo dominante. Em situações desse gênero, mesmo privado de vontade política autônoma, o partido permanece o detentor dos poderes de controle e organização da sociedade, com vistas à instauração da experiência totalitária, no sentido de que não pode ser eliminado sem pôr em perigo o próprio poder do ditador.

Isso posto, é preciso evitar considerar a ação do partido fascista o resultado de decisões mais ou menos autônomas sobre as quais o chefe do governo teria tido pouca influência. Até a derrocada de 1943, essencialmente devida à derrota militar, Mussolini controlou todas as engrenagens do partido. Como os hierarcas de todos os postos eram nomeados por ele, por iniciativa do secretário-geral, ele pôde, segundo seus caprichos, proceder às "trocas de guarda" e dispensar tantos "federais" quanto julgou útil. No cargo desde 1931, o secretário do partido, Achille Starace, foi aposentado oito anos mais tarde sem a menor consideração pelo trabalho realizado por esse grande ordenador dos "modos fascistas." Por meio de nomeações ao comando do PNF e das corporações, o Duce exerceu, além disso, um controle mais e mais cerrado sobre as assembleias deliberativas: a Câmara de *Fasci* e Corporações, da forma mencionada acima, e o Senado, composto por membros vitalícios, mas sobre o qual o poder exercia sua autoridade por meio da União Nacional Fascista do Senado. Para Didier Musiedlak, que examinou essa questão em uma notável tese, embora esse crescente domínio do poder central sobre as assembleias tenha se traduzido na "despolitização" do trabalho parlamentar, com mais e mais frequência no seio de comissões e tratado de maneira técnica, ele não suprimiu a discussão, ou mesmo os debates contraditórios. Mas, como destacou Bottai, o confronto de pontos de vista podia se operar apenas em limites ideológicos muito estritos, definidos pela equipe dirigente e, em última análise, pelo próprio Mussolini.

A "estratégia de expansão" do PNF e a fascistização da sociedade italiana

No fim de 1939, o Partido Nacional Fascista representava uma força considerável no papel: mais de 2,6 milhões de inscritos nos *Fasci di combattimento*, cerca de 8 milhões de moços nas diversas seções da *Gioventù Italiana del Littorio – Balilla, Piccole Italiane, Avangguardisti, Giovani Fascisti* – mais de 100 mil membros dos Grupos Universitários Fascistas, 800 mil mulheres nos *Fasci femminili*, 4 milhões nas organizações do *Dopolavoro*. Ao menos um italiano em quatro participava de alguma organização do partido único. Não que fossem todos fascistas convictos. Mesmo com as purgas frequentes, as fileiras do PNF estavam povoadas de oportunistas em todos os níveis da hierarquia partidária. Ainda assim, o núcleo duro do partido constituía uma potência mobilizável a qualquer momento e à qual Mussolini confiara uma dupla missão: transformar a adesão passiva das massas em consenso ativo e forjar o material humano de que o Duce precisava para "fazer a história."

A primeira tarefa exigia que o Partido Nacional Fascista estendesse a influência e o controle sobre o maior número possível de instituições e organizações, ou que estivesse em posição hegemônica tanto no campo político-administrativo quanto nos setores ainda não conquistados da sociedade civil. Essa "estratégia de expansão" nem sempre coincidia com os intentos de Mussolini, que pretendia se manter mestre do jogo e desconfiava das tendências anexadoras de um partido cujas principais engrenagens controlava, é verdade, mas cujo domínio sobre o aparelho do estado queria limitar. Daí sua prudência ao abrir as portas da burocracia aos membros da organização fascista e sua preocupação em governar com a administração, sem, contudo, poder impedir que ela fosse pouco a pouco infiltrada pelo partido. É evidente que a vontade de "despolitização do aparelho do estado," segundo De Felice um dos traços essenciais do "mussolinismo," encontrou resistências intensas que obrigaram o Duce a se adaptar, renunciando a continuar a experiência de governo "técnico" empreendida no início da campanha da Grécia, em 1940.

Em contrapartida, foi com a bênção do ditador que, desde o fim dos anos 1920, o partido iniciou uma política de conquista da sociedade civil, assegurando-se o controle direto dos sindicatos ou pura e simplesmente anexando as organizações de massa até então sob tutela da administração. Foi o caso da *Opera Nazionale Dopolavoro*, que em 1932 passou do ministério das corporações para o partido, e da *Opera Nazionale Balilla*, encarregada da arregimentação de crianças e adolescentes, que em 1937 Starace subtraiu do controle do ministério da educação nacional e fundiu em uma organização única da juventude diretamente dependente do PNF.

O objetivo dessa tomada de controle da sociedade civil pelo partido único fascista fora claramente fixado no novo estatuto do partido, adotado em abril de 1938. Tratava-se de assegurar "a defesa e o reforço da revolução fascista" e realizar a "educação política dos italianos" – "fascistizar" a sociedade. Projeto seguramente totalitário, que confiava ao partido, concebido como "aristocracia do comando," a tarefa de forjar o "novo homem" e transformar as massas compostas de indivíduos "atomizados" em uma comunidade orgânica unitária integrada ao estado, o que supunha a fusão do privado no público e a submissão total do indivíduo à coletividade. As grandes missas fascistas, com seu caráter lúdico e litúrgico, assim como os esportes de massa e as atividades de lazer do Dopolavoro, visavam, por meio da socialização "fascista" dos indivíduos, a uma politização da sociedade civil.

A outra tarefa do PNF era formar uma nova classe dirigente, capaz de substituir as elites da Itália liberal e assegurar a perenidade do regime. Ora, na véspera da guerra, o partido fascista estava longe de ter dado ao mundo esse "exército de verdadeiros crentes" que Mussolini esperava que ocupasse os postos de comando da nova Itália. Os militantes de primeira hora e os de segunda geração, quando não tinham dado as costas ao regime ou desaparecido, dividiam-se entre nostálgicos do fascismo intransigente, cujas esperanças frustradas eram encarnadas por Farinacci, e oportunistas, prontos a ligar seu destino ao do establishment e partilhar com ele as prebendas do pós-fascismo. Quanto às antigas elites, embora em sua maioria tenham aderido ao fascismo e ocupem posições dominantes no aparelho do estado, na pilotagem da economia e no mundo da cultura, não romperam com o espírito e as práticas da burguesia, cujo caráter dissolutivo é energicamente denunciado por Mussolini e Starace. No fim dos anos 1930, os quadros do partido e das organizações anexas não têm muito mais que 200 mil pessoas, entre as

quais numerosos indivíduos de qualidade medíocre e fiabilidade incerta. E a reserva é de uma exiguidade extrema. O chamado às armas, em 1940, de milhares de hierarcas locais e nacionais, frequentemente saídos do primeiro fascismo e, portanto, pertencentes à fração mais militante e experiente do movimento, apresentará imensos problemas de substituição às instâncias dirigentes do Partido Nacional Fascista.

Quer se tratasse de oferecer aos principais organizadores dos "modos fascistas" o material maleável do qual sairia o "novo homem" ou de moldar uma nova elite, era para a juventude que se voltavam os olhares do ditador latino. Só ela, porque crescera sob o fascismo no culto da pátria e de seu "salvador," podia aos olhos deste assegurar, mesmo após sua morte, a sobrevivência do regime. Daí o cuidado do regime na fascistização das novas gerações e a escolha de retirar as organizações da juventude do ministro da educação para confiá-las ao Partido Nacional Fascista. Nessa ótica, em outubro de 1937, foram reagrupadas no seio da *Gioventù Italiana del Littorio*. Todos os inscritos – praticamente todos os jovens, mais de 8 milhões com idades entre quatro e 21 anos – deviam prestar juramento de defender com seu sangue a causa da revolução fascista. A organização era de tipo militar. Sob as ordens de Starace, comandante-geral da GIL, assistido por um chefe e um subchefe de estado-maior, todos os comandantes dos grupos masculinos pertenciam à Milícia. O objetivo era formar uma juventude sadia, corajosa, disciplinada, habituada aos exercícios corporais, fanaticamente devotada ao regime e à pessoa do Duce, e também selecionar aqueles que, por suas qualidades de inteligência e caráter, estavam destinados aos postos de responsabilidade. Para esse fim, a GIL dispunha de seus próprios colégios: dois para os órfãos de guerra, duas "academias" de educação física, uma de esgrima, um conservatório de música, dois de especialização militar, dois navais e um de aeronáutica, três para a formação de professores. Os jovens fascistas podiam seguir a formação em cursos de política para "promover o preparo daqueles que formarão a direção da Nação fascista do amanhã."

Essa formatação totalitária da juventude não era muito compatível com um sistema educacional regido pela reforma Gentile, que tivera a ambição de criar uma escola seletiva de ensino de alta qualidade cultural e fundado sobre as ciências humanas clássicas, uma escola de classe, concebida para a burguesia liberal e adequada aos valores e às necessidades dessa categoria social. Nada disso condizia com o desejo de homogeneização do regime e com a retórica antiburguesa com que Mussolini nutria seu discurso. Desde o início dos anos 1930, o Duce achou que a reforma de Gentile não respondia mais à "revolução fascista" nem ao crescimento da população escolar. Era conveniente, portanto, modificar o conteúdo ideológico do ensino e adaptá-lo à demanda social (preocupação de ascensão da classe média) e às perspectivas do mercado de trabalho.

Até 1935, foram feitas reformas parciais que não mudavam a economia de conjunto do sistema. Em 1930, o governo decidiu pela adoção, nas escolas elementares, de um novo e único livro de *Textos*, aprovado pelo estado e cujo uso se tornaria obrigatório no ano seguinte. No liceu, as instruções ministeriais impunham aos professores a introdução de lições especiais para exaltar os fastos do regime e difundir as palavras de ordem do Duce. Mas essa sucessão de comandos, aplicada em um sistema educacional globalmente mantido, não era suficiente para modificar o espírito tradicional. A universidade, sobretudo, foi objeto de ofensivas destinadas a fazer penetrarem o espírito e a ideologia do regime em um mundo que – do lado tanto dos professores quanto dos

estudantes – era afeito ao modo de pensar e aos valores do establishment. Não faltam exemplos dessa "melhoria" da cultura universitária. Em 1927, foi criada em Perugia uma faculdade "fascista" de ciência política, experiência estendida em seguida a todas as universidades, com as cadeiras de estudos fascistas e direito corporativo se tornando verdadeiras escolas teóricas de fascismo. Em março de 1930, Augusto Turati, secretário-geral do partido, abriu na universidade de Roma um ciclo de conferências sobre a "História da Revolução Fascista." Em Pisa, Giuseppe Bottai, então ministro das corporações, deu uma série de aulas sobre o tema "Da revolução francesa à revolução fascista."

Uma primeira mudança drástica teve lugar em 1935, com a chegada ao ministério da educação do ex-quadrúnviro De Vecchi: um fascista duro cuja ação consistiu em centralizar sua administração, reduzir ainda mais a autonomia de diretores de escola e professores e introduzir cursos de cultura militar nas escolas primárias e nos liceus. Mas seria sobretudo a reforma preparada e adotada em 1938 por Bottai que consagraria a ruptura com a escola elitista da era liberal. Pode parecer surpreendente que Mussolini tenha escolhido o mais "liberal" dos dirigentes fascistas para suceder a De Vecchi e incluir a instituição escolar no processo global de fascistização. Mas em sua revista *Critica fascista*, o antigo ministro das corporações mostrara suas diferenças com os partidários de uma educação "monolítica," incapaz, a seus olhos, de preparar a nova elite dirigente para as tarefas futuras. Considerando a questão da juventude o problema central do fascismo, propunha um sistema educacional flexível e liberal para não sufocar as virtualidades criativas das novas gerações e salientava os riscos de esclerose que uma formação dogmática criaria para o futuro. Feitas em 1936, essas considerações defendiam a inteligência e o espírito crítico no momento em que a ideologia oficial do regime valorizava princípios radicalmente contrários: fé, disciplina, recusa do intelectualismo e do racionalismo "burgueses." É natural que na época elas tenham sido rejeitadas por Mussolini em nome da coesão orgânica do regime.

Mas foi a Bottai que confiou, no ano seguinte, a tarefa de reformar a escola em sentido totalitário, considerando que se ele tinha uma abordagem diferente da sua e da maioria do grupo dirigente fascista, ao mesmo tempo tinha uma visão clara sobre a maneira como poderia se realizar o controle totalitário do estado sobre a sociedade civil. Bottai não era liberal por princípio, mas por preocupação tática de conseguir a adesão do maior número possível de italianos – e principalmente de jovens – ao projeto totalitário do regime. Os dois não estavam, portanto, em desacordo, como mostram as palavras pronunciadas em 1937 pelo novo ministro da educação nacional aos professores de Ferrara:

> O fascismo que durará, o fascismo que ultrapassará o curso de nossas vidas, o fascismo que perpetuará através dos anos o nome e a glória de Mussolini, cabe a vocês moldá-lo, e vocês o moldarão na consciência, nas almas, nos corações das crianças da Itália.

Na *Carta della Scuola* aprovada em outubro de 1938 pelo Gran Conselho, estavam os princípios que presidiram a reforma escolar preparada por Bottai. O primeiro dos 29 artigos desse documento afirmava sem rodeios seu caráter totalitário:

> Na unidade moral, econômica e política da nação italiana, que se realiza integralmente no estado fascista, a escola, fundamento da solidariedade de todas as forças sociais, da família às corporações e ao partido, tem por tarefa formar a consciência humana e política das novas gerações.

Adotada em 1939, a reforma Bottai foi instaurada somente a partir do ano escolar 1941-1942, um ano antes da queda do regime. Assim, é impossível medir seus efeitos sobre a população em idade escolar. Pode-se apenas reter suas intenções, que caminhavam no sentido da "revolução cultural" do fascismo. Para além do caráter prático da reforma, que introduzia o trabalho manual nos programas sob a forma de estágios efetuados por estudantes e formandos em empresas e explorações agrícolas e instituía uma "escola média inferior" – correspondente ao primeiro ciclo do secundário – uma espécie de tronco comum de três anos com ensino de latim para todos, o essencial residia na vontade de instaurar uma verdadeira educação popular de massa e, sobretudo, romper com a cultura burguesa. "Era necessário – escreve De Felice – que a escola exprimisse, em todos os níveis, não uma cultura *fascistizada*, mas uma cultura real e completamente fascista, e conseguisse fazer com que os jovens agissem como fascistas desde seu primeiro contato com a realidade extrafamiliar."

Na cúpula do dispositivo que visava a moldar a nova elite dirigente se encontravam os GUFs, os Grupos Universitários Fascistas. Na véspera da guerra, eles reuniam mais de 100 mil estudantes e se consagravam à preparação militar e à formação ideológica e intelectual da juventude universitária. Desde sua fundação, em março de 1920, constituíam, por meio de seus organismos de imprensa, um polo de discussão e reflexão crítica no interior do fascismo, tolerado pelo poder. Mussolini nutrira por eles uma longa desconfiança por pertencerem ao mundo dos privilegiados e intelectuais. Mas com o tempo, e sob influência de Bottai, tomara consciência das vantagens que o regime podia tirar do não conformismo dos GUFs, que tinha mais de um ponto em comum com o discurso mussoliniano que fustigava o conservadorismo covarde da burguesia e o egoísmo da classe capitalista. Na verdade, as críticas visavam não só aos representantes da classe dirigente tradicional. Endereçavam-se também aos que haviam aderido ao fascismo por oportunismo ou, fascistas de primeira hora, renunciaram a seu fervor juvenil para aproveitar em paz as honrarias e prebendas que o regime generosamente lhes prodigalizara. Em um caso como no outro, filiavam-se no campo dos que clamavam pela "revolução permanente" e pelo retorno às origens do primeiro fascismo.

Como essa crítica ao fascismo em vigor provinha dos que estavam incumbidos de fornecer ao partido e ao aparelho de estado seus dirigentes mais dinâmicos e competentes, ela coincidia com a preocupação de Mussolini em conduzir "uma revolução dentro da revolução." Ainda era necessário que o movimento impulsionado pelos GUFs pudesse ser controlado e dominado. Nessa perspectiva, foram criados os *Littoriali della Cultura e dell'Arte*, espécie de estágio anual que dava lugar a concursos organizados em torno de temas cuidadosamente preparados durante o ano. De 1934 a 1939, essas competições culturais, recheadas de recompensas, estimulariam, no seio da juventude intelectual fascista, qualidades de reflexão e criatividade aplicadas à doutrina, à cultura, à análise do fenômeno corporativista. A relativa liberdade de expressão concedida pelo poder aos jovens que frequentavam os *Littoriali* permitia aos membros da direção fascista sentir o pulso da nova geração e selecionar os futuros dirigentes do partido.

A política de arregimentação e formatação totalitária da juventude não podia deixar de afrontar violentamente a hierarquia católica e o Papado. Mais que as medidas raciais adotadas contra os judeus e a reaproximação com a Alemanha názi, que mereceram, é verdade, severas críticas do papa, foi a queda de braço iniciada pela Igreja com o objetivo de preservar sua influência sobre os jovens por meio de organizações filiadas à Ação Católica que provocou, em 1938-1939, uma grave crise entre os dois poderes.

A política de conciliação com a Igreja, que fora um dos objetivos maiores do Duce no fim dos anos 1920, dez anos mais tarde não tinha mais a mesma importância. Mesmo que, por motivos táticos, Mussolini tenha dado a sua vida pessoal uma conformidade aparente às exigências da religião, ele não era católico fervoroso, longe disso. O velho fundo de anticlericalismo que nutrira sua cultura política quando era jovem fora apenas provisoriamente reprimido e só esperava a ocasião de ressurgir. Os valores cristãos, se antes puderam se entender com um fascismo conservador, respeitoso da moral tradicional e dos direitos da família em matéria de educação, surgiam agora como obstáculo à radicalização totalitária do regime e à criação do "novo homem."

Para além do simples conflito "territorial" opondo o estado fascista à hierarquia católica a respeito do controle das organizações da juventude, perfilava-se uma oposição irredutível entre a concepção mussoliniana do que devia ser a cidadania futura e a doutrina da Igreja, considerada "perniciosa" pelo ditador pois, ao pregar a renúncia e a humildade, contribuía tanto quanto as práticas hedonistas da burguesia para "desvirilizar" o povo italiano.

Ao mesmo tempo, Mussolini não tinha a ingenuidade de acreditar que poderia, de um dia para o outro, afastar os italianos da religião de seus pais. Ciano escreveu em seu diário que o Duce considerava o combate dos názis contra o catolicismo "idiota e inútil," quando mais não fosse porque tornava o Eixo impopular junto às massas católicas italianas. Dessa forma, mais que uma batalha frontal contra a Igreja cujo resultado era incerto, ele preferiu conduzir uma guerrilha cujo alvo principal era a Ação Católica, deixando às organizações fascistas o trabalho de multiplicar vexames, intimidações, ameaças e violências contra ela.

Mas, no início de 1938, a tensão chegara a tal ponto que Pio XI julgou útil endereçar a Mussolini uma advertência, por intermédio do padre Tacchi Venturi. Nela, o soberano pontífice alternava cenoura e porrete, declarando-se pronto a procurar com o Duce uma "solução amigável satisfatória," ao mesmo tempo que, de maneira alusiva, fazia pairar sobre os dirigentes fascistas a ameaça de excomunhão. O tom geral era suficientemente firme para que Mussolini compreendesse que o papa não recuaria diante de nada para defender a Ação Católica. A batalha se apresentava ainda mais difícil para o Duce porque, aos protestos pontificais concernentes a essa organização, juntaram-se rapidamente os relacionados com a evolução racista do regime. Quando Hitler foi a Roma, em maio de 1938, o Papa adotara uma postura francamente hostil: o Vaticano permanecera fechado, e ele se recolhera a Castel Gandolfo. Durante o verão, fez diversos discursos nos quais eram denunciados o nacionalismo excessivo do regime, as primeiras disposições antissemitas e o próprio conceito de desigualdade racial. Temendo uma ruptura que lhe alienaria ao menos parte dos católicos, Mussolini preferiu recuar, deixando a Starace a tarefa de encontrar o presidente da Ação Católica, Lamberto Vignoli, e negociar, em agosto de 1938, um *modus vivendi* que, no conjunto, confirmava os acordos de 1931. O Papado, que saía provisoriamente vitorioso da prova, comprometia-

se não obstante a refazer os estatutos da Ação Católica e despolitizá-la. A morte de Pio XI, em 10 de fevereiro de 1939, e a eleição, em 2 de março, do cardeal Eugenio Pacelli, considerado mais bem-disposto que seu predecessor em relação ao regime e à aliança com a Alemanha, marcariam o desanuviamento das relações entre o estado fascista e o Papado.

Mussolini e os judeus

Tão importante quanto a submissão intelectual e moral da juventude e significativa do desejo de ruptura que caracteriza o fascismo de imediatamente antes da guerra é a política de "defesa da raça" inaugurada em 1938 pelas disposições adotadas contra os "não arianos," em oposição às práticas de tolerância em vigor até então.

A Itália não conhecera no século XIX, como outros países europeus – inclusive os de cultura liberal, como a França – o antissemitismo de massa. Existiam, como em toda parte, preconceitos antijudaicos na consciência e no inconsciente coletivos, mas não eram diferentes dos que se aplicavam ao Outro, quem quer que fosse. Parece mesmo que, no imaginário do italiano do norte, a imagem do judeu livorniano ou romano tinha uma conotação menos negativa que a do napolitano ou calabrês. Antissemitismo propriamente dito, quando existia, era circunscrito a setores minoritários. Podia-se, assim, distinguir um antissemitismo religioso (tema do judeu "deicida" e inimigo da Igreja) e clerical (tema do judeu aliado à maçonaria e à monarquia piemontesa) e um antissemitismo político, tão marginal quanto os outros, que se dividia entre um pequeno número de sindicatos revolucionários (tema do capitalista cosmopolita) e a legião não menos dispersa de gurus do nacionalismo: Oriani, Corradini e Giovanni Preziosi, entre outros; esse último – padre que deixou a batina – sendo antes de 1914 a figura mais representativa de um antissemitismo que devia infinitamente menos à cultura italiana que aos ideais e às fantasias importados da França ou de alhures.

Até a Marcha sobre Roma, o fascismo teve com o mundo israelita uma relação complexa. Na verdade, as duas famílias ideológicas no seio das quais as tendências antissemitas começaram a se manifestar – sindicalismo revolucionário e nacionalismo – formavam os dois componentes maiores da aliagem fascista, e isso não podia deixar de ter influência sobre a evolução do primeiro fascismo, ou ao menos sobre o discurso produzido por ele. Percebido na imprensa fascista da época – especialmente em pequenos jornais como *L'Assalto*, *Balilla*, *Audacia* – e nos escritos de certos intelectuais fascistas ou de tendências fascistas, como Ardengo Soffici ou Malaparte, esse discurso portava sem nenhuma dúvida traços antissemitas que De Felice, na obra pioneira que consagrou a essa questão, teve talvez tendência a minimizar. Admitamos simplesmente que, salvo exceções, não havia a virulência do discurso antissemita em vigor em outros países europeus, a começar pela França, nem, sobretudo, o mesmo eco na população.

Tratando-se de Mussolini, é evidente que ele não tinha originalmente – e não terá após sua chegada ao poder – verdadeiras prevenções antissemitas. Nutria mesmo (um pouco como de Gaulle) certa admiração pelo povo judeu. O velho fundo de antijudaísmo tradicional do qual era portador não teve consequências práticas. Não o impediu de colaborar em publicações dirigidas por judeus, ter amigos e colaboradores de confissão israelita nem manter durante vinte anos uma ligação amorosa com uma judia, Margherita

Sarfatti. Jamais assumiu o caráter racista "biológico" que quiseram lhe atribuir, depois de 1938, os apologistas da "defesa da raça." Do mesmo modo, até 1936-1937 não teve significação política. Mussolini jamais partilhou das teses de Preziosi (pelo qual não tinha nenhuma simpatia) e outros turiferários italianos e franceses do antissemitismo renhido. Isso para o comportamento dos fascistas em relação aos judeus.

Em sentido inverso, podem-se notar os seguintes pontos. Há certo número de personalidades israelitas entre os primeiros financiadores do fascismo: o *commendatore* Elio Jona, o banqueiro Giuseppe Toeplitz, alguns grandes proprietários da região de Ferrara que apoiaram os esquadrões de Balbo. Podem-se recensear ao menos cinco judeus entre os "sansepolcristas" de 23 de março de 1919 e no mínimo três judeus no martirológio da "revolução fascista." Duzentos e trinta israelitas receberam o brevê atestando sua participação na Marcha sobre Roma e, no fim de 1922, ao menos 750 tinham carteirinha do PNF. Essas constatações não alteram o fato de que, uma vez dissipados os equívocos e as ilusões do primeiro fascismo, numerosos foram os judeus italianos que se juntaram às organizações antifascistas. Simplesmente, elas permitem avaliar que não existia nessa data, no seio do movimento fascista, verdadeiro clima antissemita. Se havia antissemitismo em suas fileiras, era em indivíduos isolados.

Após a ascensão do fascismo e até a virada de 1935, as relações entre, de um lado, a comunidade judaica italiana e o movimento sionista e, do outro, Mussolini e o grupo dirigente fascista conheceram altos e baixos. Um período difícil para começar, de 1922 a 1926, marcado por campanhas de imprensa antissemitas motivadas, entre outras razões, pela presença de numerosos israelitas nas organizações antifascistas, sem que se possa, contudo, falar de verdadeiro excesso: nada diferente, em todo caso, do que se passava no mesmo momento em um país de democracia liberal como a França. Ligeira melhora em seguida, de 1927 a 1932, caracterizada pelo estabelecimento de boas relações entre o Duce e as principais personalidades do judaísmo italiano, pela reaproximação entre o governo fascista e os meios sionistas – Chaim Weizmann foi recebido pelo Duce pela primeira vez em 1926 e ficou com a impressão de que o ditador não era hostil à ideia sionista – pela retomada da adesão ao fascismo por numerosos judeus italianos (cerca de 5 mil adesões entre outubro de 1928 e outubro de 1933, ou seja, perto de 10% da população judaica da Itália) e, enfim, pelas propostas apresentadas pelo Duce durante suas entrevistas com Emil Ludwig. No livro que daí resultou e que foi publicado por Mondadori em 1932, antes de ser traduzido para diversas línguas, o racismo era condenado sem reservas pelo anfitrião do Palazzo Venezia e definido como uma estupidez. "O antissemitismo," disse Mussolini, "não existe na Itália. (...) Os judeus italianos sempre se comportaram bem como cidadãos e sempre combateram bem como soldados."

Os anos 1932-1935 conheceram o apogeu dessas boas relações. Dos dois lados não se escondia a satisfação e não se economizavam manifestações mútuas de simpatia, à exceção de pequenos núcleos fascistas agrupados em torno de Farinacci e Giovanni Preziosi e sua revista *La Vita italiana* ou de publicações como *Antieuropa*, de Gravelli, ou *La Nobilità della stirpe*, de Stefano Maria Cutelli, todas de circulação reduzida. No plano internacional, Mussolini continuava a julgar o racismo com severidade e a manter boas relações com Weizmann, recebido com sua esposa, como se viu, em audiência privada no Palazzo Venezia e atendido em seu pedido de uma foto autografada do ditador.

Como se passou, em poucos anos, dessa relação pacífica à perseguição racial de imediatamente antes da guerra? Como Mussolini, que até então se declarara chocado pelo racismo e tinha – taticamente, é verdade – bom relacionamento com o sionismo, pôde tão rapidamente dar o tom de uma campanha antissemita que culminou, em 1938, com medidas discriminatórias contra a comunidade judaica? Porque foi a conversão do Duce ao racismo e ao antissemitismo que levou a guinada do fascismo em direção à costa tumultuada da "política racial."

Aparentemente, as obrigações da política externa e a mudança radical que se operou nesse terreno em 1935-1936 pesaram fortemente sobre a atitude de Mussolini em relação aos judeus. Estes, contudo, foram credores no consenso que, como vimos, conheceu seu apogeu durante a guerra da Etiópia. Numerosos foram os voluntários para a África, ao ponto de o ministério da Guerra e a União da comunidade judaica entrarem em acordo para criar um rabinado militar. Muito grande, igualmente, foi a adesão ao "Dia das Alianças" e à oferta de ouro para o financiamento da guerra. A vitória e a proclamação do Império foram saudadas com entusiasmo pela imprensa judaica e celebradas nas sinagogas como nas igrejas. Em contrapartida – e este é um fato novo – as relações até então muito boas entre o sionismo e o governo fascista começaram a se deteriorar, por três razões concomitantes: a reaproximação com a Alemanha, a busca de um *gentlemen's agreement* com a Inglaterra fundado sobre o reconhecimento dos interesses das duas potências no Mediterrâneo e o abandono pela Itália de sua política de penetração no Egito e na Palestina e, enfim, a aproximação da Itália – e da Alemanha, aliás – com o mundo árabe. Orientação simbolizada pelo gesto de Mussolini ao brandir, em 18 de março de 1937, a "espada do Islã" em Tripoli.

Em resumo, a carta sionista, que Mussolini conservara no jogo com o único objetivo de constranger os ingleses, deixara de ter valor no momento em que ele se preparava para jogar com as da aliança alemã e da aproximação com os árabes. A partir daí, o Duce – que procurava boas razões para justificar seu alinhamento à política hitlerista – não perderia a ocasião de generalizar certas posições antifascistas assumidas, durante as guerras da Etiópia e da Espanha, por personalidades e organizações judaicas estrangeiras, ainda que bastante isoladas, para proclamar que a "internacional judaica," aliada aos inimigos do fascismo, estava em guerra contra ele.

É claro que havia outros motivos na escolha de Mussolini e do grupo dirigente fascista por uma política de "defesa da raça." É preciso notar, antes de tudo, que esta não começou com as medidas antissemitas adotadas em 1938 pelo governo fascista. Os primeiros alvos, desde o início da guerra da Abissínia, foram as populações da África oriental: eritrianos, somalianos e, acima de tudo, abissínios. Assim, a imprensa fascista, o discurso dos hierarcas, os comentários dos *cinegiornali* pululam de afirmações racistas em relação aos autóctones, considerados seres inferiores e selvagens com os quais a "raça italiana" devia evitar se misturar. Sintomática é a interdição feita por Mussolini aos soldados italianos de cantarem a célebre canção *"Facetta nera bell'Abissina"* ("Carinha preta, bela abissínia"), considerada uma incitação ao "madamismo," a união com as mulheres nativas e, daí, à mestiçagem. As medidas coercitivas não tardaram a se seguir. Em abril de 1937, um decreto real estabelecia que todo italiano que tivesse relações seguidas com uma mulher etíope estava sujeito à pena de cinco anos de prisão. Sua aplicação deu lugar a interpretações muito diversas segundo os tribunais envolvidos e, sobretudo, não impediu soldados e colonos italianos de manterem relações sexuais com

mulheres negras. Mesmo que se tenha instituído o "bilhete amarelo" (*il foglio giallo*) incitando os culpados a obedecerem à lei sob pena de perseguição ou proposto, como o secretário do *Fascio* de Addis-Abeba, Guido Cortese, importar da Itália vários milhares de mulheres brancas destinadas às casas de prostituição da África oriental, o madamismo continuou a prosperar sob os céus abissínios.

A pouca pressa demonstrada pelos colonizadores em transformar hábitos que remontavam à conquista da Eritreia no fim do século XIX não significa que eles tenham se mantido surdos a todas as propostas apresentadas pelos defensores da "higiene racial" nem às que os incitavam a se comportarem como "senhores" nos países conquistados. O próprio Mussolini dera o tom ao declarar em diversas ocasiões que considerava os ingleses colonos-modelo, por terem sabido manter distância dos nativos. Ele desejava que os italianos de partida para a África se inspirassem nesse exemplo, a fim de instaurar no Império o "prestígio da raça": palavra de ordem que se tornaria antífona da política fascista de colonização, antes de inspirar a lei de 29 de junho de 1939, que instituía nos territórios de ultramar o "delito de atentado contra o prestígio dos italianos," sujeito a pesadas penas de prisão. A verdadeira selvageria, por parte tanto de militares e fascistas quanto de numerosos colonos não inscritos no PNF (na maioria camponeses originários do Mezzogiorno), que se seguiu à repressão da população negra de Addis-Abeba depois do atentado contra o marechal Graziani em 19 de fevereiro de 1937 diz bastante sobre o impacto da campanha de ódio racial lançada alguns meses antes pelas autoridades italianas. Vários milhares de pessoas "passadas nas armas," nas palavras do "vice-rei" Graziani, ou massacradas durante as caçadas nas ruas da capital etíope, dezenas de representantes da *intelligentsia* abissínia assassinados, jogados no rio que atravessa a cidade ou em poços nos quais os cadáveres eram queimados com petróleo: no total, entre 5 e 6 mil vítimas segundo as fontes italianas, 30 mil segundo as fontes etíopes examinadas por Fabienne Le Houérou no livro originado de sua tese, *A epopeia dos soldados de Mussolini na Abissínia, 1936-1938*. Quatro dias após o atentado, Mussolini telegrafou a Graziani: "Eliminar todos os suspeitos sem fazer investigações."

"Defesa da raça," "higiene da raça," "prestígio da raça," eis, portanto, as fórmulas em curso no mais alto nível da hierarquia fascista muito antes de ser adotada a legislação antissemita. O que significa que o terreno fora preparado para que a opinião pública não se surpreendesse demais com a reviravolta efetuada pelo poder fascista em relação aos judeus da Itália, uma pequena comunidade de cerca de 47 mil pessoas, essencialmente reunidas em cidades como Livorno, Ancona, Ferrara e Roma. O discurso racista, como funcionara por dois anos contra as populações nativas do Império, com sua argumentação centrada na desigualdade dos povos, na suposta relação entre mestiçagem e decadência das sociedades humanas e na necessidade de preservar a "pureza" da raça, estava de acordo com os princípios enunciados pelos promotores da "revolução cultural fascista." Bastava substituir negro por judeu para que, no espírito de parte da população italiana, se impusesse a ideia de segregação contra o mundo israelita.

Em busca de uma interpretação plausível para o "declínio" demográfico de seu país, o Duce, como foi mostrado, via nesse fenômeno a consequência do hedonismo ambiente, que lhe parecia ligado à persistente influência dos costumes da burguesia sobre o conjunto do corpo social. Mas faltava uma pedra ao edifício para que a explicação não tivesse nenhuma falha e pudesse ser usada para satisfazer as massas: essa pedra era a "judaização" das sociedades ocidentais, as mesmas, assegurava, cuja cultura servia de

modelo às antigas elites dirigentes, nutrindo seu individualismo, intelectualismo e cosmopolitismo. Agindo desse modo, não fazia mais que resservir uma argumentação que, desde o fim do século XIX, estava no coração do antissemitismo europeu. Mesmo assim, temperada à moda mussoliniana, ela constituía elemento central na construção do edifício totalitário.

Resta examinar o problema do eventual contágio do modelo názi em um Mussolini que, depois de sua viagem triunfal à Alemanha em 1937, devotava ao Führer uma admiração certamente não desprovida de inveja e rancor, mas seguramente profunda. Uma coisa é certa: não foi sob pressão alemã que o Duce escolheu se introduzir na via do antissemitismo de estado. Ciano não formula nenhuma antífrase quando escreve em seu Diário, em 3 de dezembro de 1937: "Os judeus me cobrem de injúrias anônimas, acusando-me de haver prometido sua perseguição a Hitler. Falso. Os alemães jamais nos falaram disso." Tivessem falado e o Duce, com toda a verossimilhança, teria reagido com vigor, considerando que o governo fascista não tinha de obtemperar a uma instrução externa. Mas nem Hitler nem qualquer dos dirigentes fascistas precisou correr esse risco. Foi por sua própria iniciativa que Mussolini se pôs na órbita da política názi em matéria racial. Sua única preocupação foi tornar essa escolha aceitável pelos italianos, como fizera com o "passo romano," ligando-a à "revolução cultural" fascista e a uma tradição "italiana" e "romana" completamente ilusória.

É verossímil que, ao se alinhar desse modo com a Alemanha názi, além de achar que estava dando mais coerência ao projeto totalitário fascista, Mussolini tenha querido dar a Hitler um penhor sobre questão relativamente pouco incômoda para a Itália, mas fundamental para o chefe do III Reich. Ainda era necessário fazer essa mudança ser aceita por uma população, e mesmo por uma base militante, que a questão "judaica" até então não preocupara muito. Mussolini foi auxiliado nessa tarefa pelos representantes da ala intransigente do partido e por intelectuais devotadamente submissos ao regime. O chute inaugural da campanha antissemita foi dado em julho de 1938, com a publicação no *Giornale d'Italia* de um artigo anônimo que será conhecido como "Manifesto dos sábios" e que, redigido por um grupo de universitários – antropólogos, psicossociólogos, patologistas etc. – sob a égide do Minculpop e com o pleno acordo de Mussolini, alinhava certo número de proposições sobre "problemas raciais": "As raças humanas existem; há raças inferiores e superiores; o conceito de raça é puramente biológico; os judeus não pertencem à raça italiana etc." A despeito dos sinais que, no curso dos dois anos precedentes, teriam podido alertar os mais clarividentes dos membros da comunidade israelita – repetidos ataques de certos jornais fascistas, manifestação antissemita na cidade de Ferrara, certas propostas apresentadas por hierarcas em altas posições – a maioria dos judeus italianos ficou estupefata diante de uma declaração de guerra tão violenta quanto súbita.

Starace deu enorme publicidade ao "Manifesto" e encarregou o Instituto Fascista de Cultura, o Partido Nacional Fascista, os GUFs – que deviam se mostrar particularmente agressivos na denúncia do "perigo judeu" – e os "sábios" de difundirem entre a população o novo conceito racista do poder. Para escapar à acusação de imitação servil do nazismo, Mussolini o apresentou como complemento da política demográfica que perseguia desde a metade dos anos 1920 e, em 1º de setembro de 1938, criou o Conselho Superior para a Demografia e a Raça. Preocupado em acentuar a autonomia ideológica do fascismo, distinto da doutrina hitlerista por sua concepção "espiritualista,"

procurou o concurso de intelectuais capazes de teorizar a distinção entre o antissemitismo italiano e seu homólogo názi. Mas foi preciso esperar 1941 para que o filósofo Julius Evola fornecesse, com sua "Síntese das doutrinas raciais," uma teoria que respondia a suas expectativas, uma vez que se fundava mais sobre a obscura ideia de "raça interior," "raça do espírito," que sobre critérios biológicos e antropológicos. Mas nem por isso deixava de conduzir a uma visão hierárquica dos povos, na primeira fileira dos quais Evola e seu discípulo todo-poderoso situavam a "raça ario-romana," destinada a se tornar – regenerada pelo fascismo e pela prova da guerra – uma das "raças-guias" da humanidade.

As medidas discriminatórias não tardaram a se seguir ao "Manifesto dos sábios." Começaram por interditar a inscrição nas escolas dos filhos de judeus estrangeiros, depois se procedeu à expulsão dos que entraram na Itália depois da guerra, os mais numerosos sendo os que haviam deixado a Alemanha e a Áustria em função da perseguição názi. Todas as naturalizações concedidas a judeus depois de 1919 foram revogadas e os desnaturalizados tiveram de deixar o país. Vem em seguida o turno dos judeus de nacionalidade italiana, identificados como judeus em virtude de critérios que se referiam ora ao pertencimento religioso, ora à "raça," e que os dispositivos adotados em novembro de 1938 tornavam de um dia para o outro cidadãos de segunda classe. Estavam excluídos do ensino, de academias, institutos ou associações científicas, artísticas ou literárias e do exército. O casamento entre italianos e "não arianos" foi proibido, o direito de possuir bens imobiliários e dirigir empresas foi submetido a estritas limitações, o acesso à função pública e o pertencimento a organizações mistas como o IRI totalmente proibido. Bottai, encarregado da educação nacional – e que, a despeito de sua reputação de "liberal," foi um dos hierarcas que se aplicou com mais zelo à política de "defesa racial" – acrescentou medidas específicas: os alunos judeus foram excluídos das escolas públicas e enviados para escolas especiais, dotadas de pessoal judeu. Nos estabelecimentos escolares italianos e nas universidades foram interditados os livros de autores judeus e as obras comentadas por judeus.

A memória coletiva – na Itália, mas também alhures – reteve a imagem de uma resistência passiva da população e da administração às medidas adotadas pelo governo fascista. Ora, estudos recentes e trabalhos em curso – os da historiadora francesa Marie-Anne Matard, por exemplo – conduzem à revisão parcial dessa ideia. Se é verdade que o regime, até a derrocada em 1943, demonstrou certo comedimento em sua política de segregação racial – multiplicando, por exemplo, as isenções por feitos de guerra ou participação na "revolução fascista" – e que a população italiana em seu conjunto aderiu pouco ao intenso matracar midiático orquestrado pelo partido e pelo Minculpop, a imagem de uma Itália crítica, opondo sua força de inércia às ordens do poder é excessiva. Nas fileiras fascistas, raros foram os que – como Balbo, De Bono e Federzoni durante a sessão do *Gran Consiglio* na qual foi examinada a "Carta racial" – ousaram elevar a voz para manifestar seu desacordo com o guia supremo. Centenas de dirigentes e militantes que manifestaram solidariedade com os judeus foram excluídos do partido. A administração seguiu, no conjunto, as instruções de sua hierarquia, aplicando ora com rigor (como em Trieste), ora de maneira mais suave a legislação antissemita aprovada por quase unanimidade pelas duas câmaras e assinada pelo Rei.

Quanto a Mussolini, cuja responsabilidade pessoal na adoção pela Itália de uma política de exclusão racial que preparou o terreno para as deportações exterminadoras do

tempo de guerra é total, sua preocupação em fornecer garantias a Hitler ao duplicar, ao menos verbalmente, as propostas de seu homólogo názi surge nessa confidência de Ciano em 12 de novembro de 1938: “O Duce está cada vez mais exaltado contra os judeus. Ele aprova incondicionalmente as medidas de represália adotadas pelos názis. Diz que, em uma situação análoga, faria ainda mais.”

8

Último Ato

Os italianos souberam oficialmente da "defenestração" do Duce pelo rádio na mesma noite em que ele foi preso, um pouco antes das 23 horas. O comunicado anunciou a demissão do *"Cavaliere"* Benito Mussolini, a designação do Marechal Badoglio para chefiar o novo governo e o prosseguimento da guerra sob o comando supremo do Rei. Mas nada foi dito sobre o sequestro do ditador, como também nada constou a respeito nos jornais do dia seguinte. Lendo-se a primeira página de *La Stampa* ou da *Gazetta del Popolo*, é como se ele jamais tivesse existido.

À noite, a multidão romana tomou as ruas da capital e logo em seguida foi imitada pela população de outras cidades. À estupefação e à incredulidade das primeiras horas sucedeu uma imensa explosão generalizada de alegria, um pouco atenuada pelo anúncio da continuação da guerra. Começaram a ser destruídos os símbolos fascistas, derrubados ou quebrados os bustos do ditador e as águias. Em Milão, os manifestantes percorreram a cidade em caminhões, cantando *Bandiera rossa*. Na Piazza San Silvestro, em Roma, pequenos grupos de jovens invadiram o palácio Marignoli, sede dos escritórios de correspondentes da imprensa, e o saquearam.

O fascismo afundara na indiferença geral. Ninguém entre os militantes mais fanáticos pensou em resistir e mobilizar a Milícia. Após mais de vinte anos de ditadura e retórica totalitária, o regime ruiu como um castelo de cartas. Os camisas-negras evitavam aparecer. Os chefes ainda fiéis a Mussolini ou partidários da aliança com a Alemanha tinham fugido, a exemplo de Pavolini, ex-ministro da cultura popular, que tinha se refugiado na embaixada alemã antes de escapar de avião para a Alemanha. Entre as poucas vítimas dessa primeira onda de repúdio ao fascismo, estava Manlio Morgagni, diretor da agência de notícias Stefani e fascista de primeira hora, que se suicidou, e Ettore Muti, que foi abatido um mês mais tarde pelos carabineiros em Fregene. Entre os demais dirigentes fascistas que não se alinharam de imediato com o novo regime, poucos foram incomodados. Senise, que retomou seu cargo na chefia da polícia, apenas deteve e pôs na prisão alguns deles, Starace, Buffarini Guidi, Interlandi, Polastrini e até o general Cavallero, poupando Scorza e Galbiati, o secretário-geral do PNF e o chefe de estado-maior da Milícia.

Por maior que fosse a alegria popular e grande a satisfação das antigas elites, nem todos os italianos festejaram o afastamento do Duce. São muitos os testemunhos sobre o descontentamento principalmente dos jovens, diante do fim do mito. Giorgio Soavi em obra publicada em 1974, relembra o desespero de um moço de dezenove anos ao ouvir o anúncio da "demissão" do Duce:

> Não compreendi. A notícia me surpreendeu e entristeceu. Nasci e cresci com

> a crença em Mussolini, acreditava realmente ser um dos melhores entre os jovens que o apoiavam e aqui estou a lamentar, porque me sinto em meio a um terremoto.

Ou o de Carlo Mazzantini, dois anos mais novo, ao qual devemos um belo livro sobre o exército de adolescentes que combateram pela República depois do armistício de 8 de setembro, que fala da "sensação física do desabamento de um mundo, aquele em que tinha nascido e do qual nada sobrou: nem fronteiras, nem referências, tampouco uma expectativa de substituição. A morte do planeta."

De Ponza ao Gran Sasso

Enquanto tratavam de destruir sua efígie em bronze e mármore, o ditador deposto era levado no máximo sigilo de um lugar para outro. Depois de uma breve passagem no quartel de Podgora dos *carabinieri* no bairro de Trastevere, foi transferido no fim da noite para a escola de *carabinieri* na Via Legnano. Não lhe deram tempo para entender que a "residência particular" para onde tinham prometido levá-lo talvez o lembrasse das prisões de sua mocidade. Por volta das 23 horas, recebeu a visita do coronel Tabellini com um major médico que o considerou "muito abatido, cansado, com olhar inexpressivo e fortes dores estomacais." À 1h30 da madrugada, foi acordado pelo general Ernesto Ferrone, portador de uma carta assinada por Badoglio, mas parcialmente de autoria do rei, na qual o marechal assegurava a seu predecessor que as medidas adotadas respondiam ao interesse do governo por sua pessoa e que estava "pronto para expedir as ordens necessárias" para que fosse escoltado "até a localidade de sua conveniência."

A essa mensagem, por ele classificada como "a maior perfídia da história," Mussolini respondeu de imediato que agradecia ao marechal as atenções que houvera por bem lhe prestar e que desejava ser levado à Rocca delle Caminate. Disse que estava satisfeito por ter o governo decidido prosseguir com as hostilidades e terminou "fazendo votos para que sua missão fosse coroada de êxito." Acreditaria ou não na sinceridade de Badoglio e do Rei? É possível, considerando seu abatimento físico e moral. Mas não teve muito tempo para se interrogar a respeito. Na noite de 27 de julho, um oficial o informou da ordem de partida. No pátio do quartel um carro o esperava, a bordo o ex-inspetor Polito, agora general de brigada ("para equivalência de posto," explicou a Mussolini) e "chefe da polícia militar do comandante-supremo" graças aos novos patrões da Itália. Embora as cortinas do carro estivessem baixadas (mas não os vidros), o prisioneiro percebeu que a viatura não se dirigia para a Via Flaminia, mas para o sul. "Houve contraordem," explicou-lhe Polito, quando Mussolini indagou sobre a mudança de itinerário. E, de fato, foi a Gaeta que o carro chegou por volta das 22 horas, onde o esperava a corveta *Persefone*, de partida para a ilha de Ponza.

Ponza era uma colônia penitenciária para onde o fascismo mandava adversários políticos condenados ao *confino*. Explicaram a Mussolini que era medida para protegê-lo, que a população da Romagna estava muito hostil, seria perigoso instalar-se na Rocca e, de qualquer modo, seria uma breve estada. Na verdade, Badoglio e sua equipe temiam que os alemães tentassem libertar o ex-ditador e reconstituir, sob sua chefia, um governo fascista. Pensou-se seriamente até em eliminar Mussolini. Na viagem por mar, um

"empurrãozinho" seria suficiente para "resolver o problema," teria dito Badoglio ao general Polito. Mais tarde, o próprio Badoglio, segundo consta, sugeriu ao almirante Maugeri uma solução um pouco mais sofisticada: um avião com o ex-ditador a bordo sofreria uma "pane" ao largo da costa argelina, dando aos aliados a oportunidade de capturá-lo sem que se pudesse dizer que fora entregue pelo novo governo italiano.

Mussolini ficou em Ponza até 7 de agosto, modestamente instalado em "uma casa esverdeada, meio escondida pelos mastros de uns veleiros em reparo." A notícia de sua chegada percorrera a ilha antes mesmo que a *Persefone* lançasse âncora, e logo que ele desembarcou pôde ver que "todas as sacadas e janelas estavam tomadas de curiosos com binóculos e lunetas." Entre os "curiosos" alguns antifascistas bem-conhecidos, inclusive o antigo deputado socialista Zaniboni – que fora condenado em 1927 a uma longa pena de prisão por tentativa de assassinato contra o Duce – e Pietro Nenni, que fora companheiro de cela de Mussolini em Forlì uns trinta anos antes e que escreveu:

> Ironia do destino. Há trinta anos, estávamos juntos na prisão. Unidos por uma amizade que parecia desafiar o tempo e as vicissitudes da vida e fundada em nosso comum desprezo pela sociedade burguesa e pela monarquia. Hoje, aqui estamos os dois, um e outro confinados na mesma ilha. Eu, por decisão dele, e ele por decisão do Rei e de sua camarilha da Corte, dos militares e dos homens de negócios que se aproveitaram dele contra nós e contra o povo e que hoje se livram dele na esperança de sobreviver à ruína do fascismo.

Foram dias de melancolia e solidão, que Mussolini passou lendo *La vita di Gesù* [*A vida de Jesus*], de Giuseppe Ricciotti, e traduzindo para o alemão, pelo que retinha na memória, algumas das *Odi barbare* [*Odes bárbaras*] de Carducci. Em 29 de julho, "comemorou" seu sexagésimo aniversário comendo dois pêssegos. Vários de seus carcereiros, oficiais e suboficiais carabineiros achavam que seria o último, tal era o sofrimento que demonstrava dia e noite. Todas as testemunhas concordam que estava profundamente deprimido. Considerava-se "politicamente morto." Em 14 de agosto, depois de ter conversado com Polito, que lhe transmitiu algumas notícias sobre o que tinha acontecido na Itália após 25 de julho, ele anotou em seu diário: "Cheguei a duas conclusões: primeira, meu regime está destruído; segunda, meu afastamento é definitivo... O instinto, o instinto infalível, me diz que minha estrela se apagou para sempre." Separado da família e do povo italiano que tanto amara quanto desprezara, e da querida Claretta, só desejava uma coisa, regressar a Romagna natal e lá terminar tranquilamente seus dias.

O serviço de informações do exército italiano não ignorava que, desde que tomara conhecimento do ato de estado contra seu aliado, Hitler dera ordem para duas operações; uma (o *plano Student*) para se apoderar de Roma, e outra (o *plano Eiche*) para libertar o Duce. Em 26 de julho, chamou a Rastenburg o capitão austríaco das SS Otto Skorzeny e lhe confiou a missão de libertar "seu amigo e fiel companheiro de luta." Skorzeny se pôs em campo junto à divisão paraquedista do general Student na Itália, a fim de organizar um destacamento de uns trinta "*commandos*" para executar o *plano Eiche*.

Considerando a ilha de Ponza muito vulnerável se Hitler executasse o plano, o governo Badoglio decidiu transferir Mussolini para La Maddalena. Foi despachado para Ponza um contratorpedeiro tendo a bordo o almirante Maugeri, que embarcou o

prisioneiro e sua escolta de oitenta *carabinieri* e rumou para a pequena ilha junto à Sardenha onde o Duce permaneceu pouco menos de três semanas.

Entrementes, o governo tomou uma série de medidas para desmantelar as instituições fascistas. O partido foi dissolvido, assim como a câmara dos *Fasci* e das corporações, o Grande Conselho, as confederações sindicais e o tribunal especial. A milícia foi absorvida pelo exército e formou-se uma comissão para investigar o enriquecimento ilícito de personalidades do regime. Mas o desmanche das estruturas não foi além disso. O novo grupo no poder entendeu que não podia se privar dos instrumentos que lhe permitiriam manter o governo com real poder. Não suprimiu a censura e conservou a quase totalidade do pessoal administrativo.

O governo estava longe de satisfazer a expectativa dos antifascistas mais moderados. Excluindo tanto os conspiradores de 24 de julho quanto os antigos líderes liberais, Badoglio formou um governo de "técnicos" fiéis à monarquia. Ao fascismo plebeu sucedeu um regime autoritário e conservador, satisfazendo o desejo dos elementos mais reacionários da velha classe dirigente. Muitos acharam que, sem o apoio das massas e de grande parte da burguesia que esperava uma renovação política, o governo não resistiria muito tempo à tormenta.

Na expectativa, adotou uma série de gestos simbólicos procurando desacreditar o ex-ditador. Alguns dias após o golpe, a imprensa foi autorizada a publicar sua ligação com Claretta Petacci. Foi assim que Donna Rachele soube do romance que já durava mais de sete anos e sobre o qual a arrumadeira da Villa Torlonia, Irma, lhe forneceu os detalhes. Seguiu-se a publicação das cartas de Mussolini para sua amante, no *Popolo d'Italia*. Assim, os italianos puderam constatar que o "super-homem" que dirigiu por mais de vinte anos os destinos da nação podia exibir as fraquezas de um colegial, sensibilizar-se diante das lágrimas de uma pequena burguesa e assinar os bilhetes com o nada marcial diminutivo "Ben." As cartas foram recolhidas pela polícia na Villa de la Camillucia, em Roma. Claretta e seus parentes só foram presos em 12 de agosto, em Meina, em cumprimento a uma ordem pessoal de Badoglio. A moça foi posta na prisão de Novara com condenados comuns, e seu irmão Marcello levado para o forte Boccea, na vizinhança de Roma.

Em 28 de julho, a Villa Torlonia foi ocupada por um destacamento militar. Vittorio, que ocupava um prédio no fundo do parque, conseguira escapar na mesma noite em que o pai foi preso ao volante de sua Fiat *Topolino.* Romano e Anna Maria, filhos mais moços do casal Mussolini, estavam em férias em Riccione. Portanto, Rachele estava sem companhia da família na Villa Torlonia quando Polito chegou para conduzi-la de carro para Rocca delle Caminate, acompanhada por um coronel dos carabineiros. A viagem foi ruim, não pelo cansaço da viagem, mas porque, mal trancadas as portas, o ex-comissário a tratou de "tu" e tentou intimidades que ela teve grande dificuldade para repelir. A presença do motorista e do coronel dos carabineiros, que estavam no banco da frente, provavelmente constrangidos com a situação, obrigaram-no a conter seu entusiasmo. Em Rocca, a esposa do Duce reencontrou, ao lado dos filhos, um pouco de sua serenidade habitual, mas conservou do episódio lembrança suficientemente amarga para se queixar, alguns meses mais tarde, junto às autoridades policiais da República Social.

Na Maddalena, dias longos e monótonos, entremeados de breves conversas com seus carcereiros e com Don Capula, religioso sardo com o qual logo simpatizou, Mussolini recebeu de Hitler um presente de aniversário, a edição completa em 24

volumes da obra de Nietzche, com dedicatória de seu homólogo nazista e acompanhada de uma carta amistosa do marechal Kesselring. O Führer quis mostrar que não o esquecera e, de fato, enquanto o Duce se distraía com as poesias do filósofo alemão em sua juventude, Otto Skorzeny se preparava para a missão.

A primeira tentativa falhou e por pouco não custou a vida ao capitão názi. Disfarçado de marinheiro e acompanhado por outro oficial das SS, fez um reconhecimento inicial na ilha, a fim de localizar a Villa Weber, onde Mussolini era prisioneiro, e avaliar o valor da unidade encarregada de protegê-lo. Em 18 de agosto, os dois cumpriram a segunda fase da missão, desta vez a bordo de um avião de reconhecimento Heinkel, que foi localizado pelos caças ingleses e abatido sobre o mar. Skorzeny e os homens da tripulação conseguiram chegar a um escolho e sobreviver até a chegada de socorro. Em Rastenburg, onde foi novamente recebido por Hitler e pelos principais chefes nazistas, Skorzeny expôs o plano que concebera a fim de libertar Mussolini, implicando o emprego de uma força militar de considerável valor. O Führer aprovou-o, mas quando os "commandos" chegaram a La Maddalena, o antigo ditador não estava mais lá. Um hidroavião viera buscá-lo em 28 de agosto para conduzi-lo, através do lago de Bracciano, para um hotel ao pé do Gran Sasso d'Itália, o pico mais alto dos Abruzzos. Em 6 de setembro, foi transferido de carro para o Hotel de Campo Imperatore, a mais de 2.000 metros de altitude, uma espécie de ninho de águia onde só se podia chegar por uma péssima trilha pela montanha ou por funicular. Foi lá que Mussolini soube, dois dias mais tarde, pelo rádio, que o governo Badoglio tinha assinado o armistício.

O resgate

Já decidido a abandonar a guerra, mas ao mesmo tempo desejoso de não provocar reações violentas dos alemães, o governo Badoglio adotou, de 25 de julho aos primeiros dias de setembro, uma política ambígua, multiplicando declarações de lealdade à Alemanha e ao mesmo tempo buscando contato com os aliados.

Hitler não estava alheio a este jogo duplo e foi por não ter a menor confiança no Rei e em seu novo primeiro-ministro – ambos conhecidos, sobretudo este, por seus sentimentos antialemães – que determinou planejar secretamente as operações *Student* e *Eiche*, preparando-se para, no caso de defecção italiana, submeter a península a terríveis represálias. Por idêntica razão, ordenou, em 27 de julho, a *Operação Alaric*, a travessia dos Alpes por diversas divisões estacionadas na Áustria. Em consequência dos primeiros incidentes entre soldados italianos e alemães em Gorizia, Reggio, Modena, Tolmino, e com o objetivo oficial de estabelecer um mínimo de coordenação entre os dois exércitos, foi acertado um encontro de cúpula em Tarvisio: Ribbentrop e Keitel pelo lado alemão, e os generais Guariglia e Ambrosio, respectivamente ministro do exterior e chefe do estado-maior geral, pelo lado italiano. A reunião se resumiu a vagas garantias oferecidas por ambos os lados em atmosfera muito tensa, e o mesmo aconteceu no segundo encontro que reuniu em Bolonha, em 15 de agosto, Rommel, Jodl e Roatta.

Era evidente que os italianos procuravam ganhar tempo. Tinham, na verdade, começado conversas com os aliados, d'Ajeta em Lisboa, Berio em Tanger e principalmente Castellano em Madrid. Foi lá que aconteceu a cartada decisiva. Os anglo-americanos informaram ao enviado do governo italiano as cláusulas militares da

capitulação, finalmente assinadas em Cassibile, perto de Siracusa, em 3 de setembro. Decidiu-se que o anúncio oficial do armistício ocorreria no dia 8. Nesse dia, os aliados deviam desembarcar ao sul de Roma e lançar uma divisão aerotransportada nas vizinhanças da cidade. Mas tiveram que desistir das duas operações: o desembarque inglês foi realizado, mas bem mais ao sul, em Salerno, e o assalto aerotransportado foi neutralizado porque os alemães tinham se apoderado de todos os aeródromos da região romana.

No último instante, Badoglio e o Rei pediram novo adiamento, mas Eisenhower recusou. Em 8 de novembro, às 18 horas, o chefe do governo – que até o último minuto assegurou aos dirigentes nazistas que os rumores sobre uma paz em separado eram manobra dos aliados – anunciou o armistício. Aconteceu nas piores condições. Os alemães tinham preparado bem seu golpe. Em pouco tempo, dezoito divisões da Wehrmacht e das SS ocuparam o norte e o centro da península até Roma, onde a resistência foi mais intensa, antes de se lançarem para o sul. Particularmente onde houve reação italiana, ocorreram massacres. Na ilha grega de Cefalonia, após uma semana de duros combates, os alemães fuzilaram todos os oficiais aprisionados e concentraram quase cinquenta mil soldados sobre pontões flutuantes em uma zona minada, onde morreram vítimas de explosões. Apenas a maior parte da esquadra conseguiu escapar ao desastre e se refugiar em Malta ou em portos da Argélia.

Na manhã de 9 de setembro, um comboio partiu do Ministério da Guerra pela estrada XX Settembre, deixando Roma e levando a família real, membros do governo e altas autoridades. Destino: o sul. Objetivo: manter à testa do país um governo legítimo, a fim de prevenir um retorno do fascismo pela força. Esta é, pelo menos, a interpretação dos que derrubaram Mussolini para o fato. Para a maior parte dos italianos, foi uma fuga, um abandono diante da brutal invasão do país pelo aliado traído, uma iniciativa vergonhosa cuja lembrança influiu muito nos acontecimentos do pós-guerra. Pois não tinham o Rei, comandante supremo das forças armadas, e os principais chefes militares abandonado a capital sem deixar ordens precisas para os comandantes de unidades? Na expectativa do ajuste de contas, ninguém – nem os alemães – se preocupou em deter os fugitivos. Chegando a Pescara, embarcaram na noite seguinte em uma corveta da marinha sob o comando do almirante de Courten, chefe do estado-maior e ministro da marinha, que os conduziu a Brindisi, onde, após alguns dias de incerteza, Badoglio decidiu fixar a capital.

Na noite de 7 de setembro, os alemães descobriram onde Mussolini estava, graças a uma mensagem ao chefe de polícia vinda de L'Aquila. Senise Kappler, que chefiava a Gestapo em Roma e conhecia o código empregado pelo ministério do interior, não teve dificuldade em decifrar o texto e imediatamente alertar Skorzeny. Em Campo Imperatore, o Duce soube pelo rádio que fora assinado o armistício. Ao que parece, recebeu a notícia com indiferença. Mas mostrou-se preocupado com a cláusula do texto da capitulação italiana que previa sua entrega aos aliados, declarando para os que o guardavam que estava decidido a não se deixar ser apanhado vivo pelos aliados. Acreditava, em particular, que, se fosse capturado pelos americanos, seria "mostrado" ao povo "como um espetáculo de circo." Segundo depoimento de vários de seus guardas, Mussolini tentou se matar na noite de 11 para 12 de setembro, cortando as veias com uma lâmina de barbear.

Os alemães continuavam se preparando para libertar o Duce. Hitler queria seu

aliado a qualquer custo, a fim de formar um governo vassalo do Reich, e esperava uma libertação de caráter espetacular para a propaganda názi. Decidiu, então, montar uma dupla operação: uma unidade de paraquedistas, comandada pelo coronel Mors, partiria do vale utilizando a trilha e o funicular, outros "commandos" voariam com Skorzeny de Pratica di Mare em planadores para pousar no hotel.

A ação teve lugar na tarde de 12 de setembro. Às 14 horas, enquanto os homens do coronel Mors tomavam a base do funicular, planadores repletos de paraquedistas aterrizaram bem ou mal no terreno acidentado à frente do hotel. Quando Mussolini foi levado para Campo Imperatore, o inspetor de polícia Giuseppe Gueli e o tenente Faiola dos carabineiros, diretamente responsáveis por ele, tinham recebido ordem para não deixá-lo cair vivo nas mãos dos alemães. Mas, nesse meio-tempo, cessara toda a resistência em Roma. Os alemães tinham ocupado a maior parte da Itália e o chefe de polícia, Carmine Senise, decidiu não cumprir a determinação de Badoglio que previa a eliminação física do antigo ditador. Mas, para se resguardar, mandou ao administrador de L'Aquila um radiograma para ser transmitido a Gueli no Gran Sasso, no qual, em termos sibilinos, o recomendava a agir "com grande prudência." O policial, que já decidira poupar a vida do prisioneiro, e o tenente Faiola, que compartilhava da ideia, logo interpretaram assim, e ninguém deu ordem de fogo contra os atacantes, quando Skorzeny e seus comandados assaltaram o lugar.

Os alemães tinham tomado suas precauções. Levaram com eles um general italiano, Fernando Soleti, que concordara em acompanhá-los para "evitar derramamento de sangue." Tão logo seu planador tocou o solo, ele correu para os compatriotas gritando: "Não atirem! Não atirem!" Mussolini, ouvindo o ronco dos motores dos aviões-rebocadores foi para a janela a fim de ver o que estava acontecendo e repetiu: "Não atirem! É um oficial italiano!" Rapidamente Skorzeny e seus homens ocuparam o hotel, desarmaram os italianos, que não opuseram qualquer resistência, e obteve a rendição do coronel que comandava os carabineiros. O SS austríaco tomou a posição de sentido à frente de Mussolini e disse: "Duce, aqui estou a mando do Führer. O senhor está livre!" Foi um momento de forte emoção. Os dois se abraçaram, e a cena se repetiu alguns minutos depois, quando Mors e seus homens, por sua vez, chegaram ao hotel depois de se apoderarem do funicular.

Faltava evacuar o prisioneiro. Não foi a parte mais fácil da operação. A rota terrestre era muito segura, resolveram fazer decolar de Campo Imperatore um avião de observação Fieseler-Storch, pilotado pelo capitão Heinrich Gerlach, ás da aviação alemã e piloto pessoal de Kesselring. Gerlach tinha conseguido, com dificuldade, aterrizar na exígua faixa plana de terra em frente ao Hotel de Campo Imperatore, mas decolar era proeza muito mais difícil, ainda mais perigosa porque Skorzeny, um gigante pesando mais de cem quilos, tinha de ir junto de qualquer forma. Gerlach começou recusando-se a assumir o risco. Mas acabou cedendo à pressão de Skorzeny, ciente de que, se fracassasse, teria que enfrentar a fúria do ditador nazista. Lançou seu avião com potência máxima em direção ao precipício no limite do estreito platô onde estava pousado e literalmente o arremessou no vazio, só recuperando o controle do aparelho depois de uma queda de várias centenas de metros. Hora e meia depois, os três aterrizaram em Pratica di Mare. Lá, embarcaram num Heinkel que os levou a Viena, onde chegaram ao cair da noite.

Todas as testemunhas, alemãs e italianas, salientam que foi um Mussolini desgastado, deprimido e irreconhecível que tinha sido libertado pelos paraquedistas de Mors e Skorzeny. Este o descreveu como "gravemente doente, talvez definitivamente liquidado." Rudolf Rahn, que representava o governo do Reich em Vichy e mais tarde em Salò, e que o encontrou em sua passagem por Munique, descreveu um homem "abatido e cansado, bem consciente da situação desesperadora em que estava." Um carabineiro que o viu embarcar no Storch de Gerlach disse o quanto ele parecia velho e frágil, com um casacão sobrando no corpo, o chapéu de aba larga sobre os olhos, rosto encovado e sombreado por uma barba de vários dias.

Todos viam sua carreira política encerrada e que ele teria preferido ficar no Gran Sasso, "admirando o voo das águias," em vez de voltar à atividade em condições que mal podia imaginar. Ainda em Campo Imperatore e, pouco antes da decolagem do Storch, o operador da UFA o informou das atualidades alemãs, e ele simplesmente murmurou: "Façam comigo o que quiserem." Mais tarde, em Viena, quando Hitler ligou para ele no Hotel Continental para cumprimentá-lo, agradeceu quase secamente, acrescentando: "Estou cansado, muito cansado. Preciso repousar." Tinha vontade principalmente de "se reencontrar consigo mesmo," de voltar a Rocca delle Caminate e ao seio da família. Tinha-o dito a Skorzeny no voo para Pratica di Mare, mas as ordens eram precisas: Hitler o esperava em Rastenburg, e naquele momento toda a família do Duce estava na Alemanha, pronta para recebê-lo. Na manhã do mesmo dia em que foi libertado, os soldados alemães tinham invadido a propriedade de La Rocca, neutralizado a pequena guarnição de *carabinieri* e retirado em um caminhão a esposa do Duce e os dois filhos que lá estavam.

No dia 13 de setembro, Mussolini deixou Viena para Munique, onde Rachele, Romano e Anna Maria o esperavam no aeroporto. Estava melhor, e Rachele ficou animada ao vê-lo caminhando em sua direção, "com o passo vivo de sempre." Suas primeiras palavras: "Pensei que não fosse mais te rever." Enquanto esperavam o avião que levaria o Duce imediatamente à Prússia Oriental, o casal se retirou para a sala do comandante da base para conversar. Rachele viu que o marido ignorava muito do que vinha acontecendo na Itália desde 25 de julho. Quando lhe perguntou o que pretendia fazer, houve uma espécie de recuperação de combatividade e amor-próprio, e ele respondeu que tinha decidido "não mais renunciar à ação e fazer todo o possível para salvar o povo italiano."

As condições meteorológicas eram más, e a partida para o QG de Hitler foi adiada para o dia seguinte. Enquanto esperavam, os Mussolinis foram luxuosamente hospedados em um hotel na Karlsplatz, onde ele estivera em sua primeira visita à Alemanha, em setembro de 1937. Apenas seis anos tinham se passado desde aqueles dias triunfais, e tantos contratempos ocorridos para a Itália, para o mundo e para o herói deposto. Rachele praticamente ordenava que se metesse no chuveiro, depois de tirar as meias que estavam "coladas nos pés" e a roupa de baixo suja e rasgada que um marinheiro lhe dera durante a travessia de Gaeta a Ponza!

Edda foi ver o pai na manhã seguinte. Os Cianos também se encontravam em Munique. Depois de se esconderem algum tempo em Roma e tentarem obter com os

alemães um visto de entrada para a Espanha ou a América do Sul, tinham caído na armadilha que Hitler preparara. Foi-lhes oferecido um avião para Madrid, mas viram-se sob vigilância názi na capital da Baviera. Edda, cuja simpatia por Hitler era de conhecimento geral, pensou em sensibilizar o Führer. Foi à Prússia Oriental para encontrá-lo, mas nem suas súplicas nem os acessos de ira, tampouco a proposta que fez aos dirigentes názis de espalhar na América Latina as libras esterlinas falsas que a SS tinha fabricado deram resultado com o chanceler. Só lhe restava esperar que seu pai quisesse defender os Cianos junto aos alemães e foi com este objetivo que o visitou na manhã de 14 de setembro. O encontro foi tempestuoso. Insuflado por Rachele, que não perdoava o genro pela traição de 24 de julho, Mussolini não quis fixar uma data para o encontro pedido por Galeazzo. Primeiro, devia se encontrar com Hitler. Melhorado o tempo, o avião partiu para Rastenburg.

Foi recebido horas depois no QG do Führer pelo dono da casa e por Vittorio. À vista do pai "pálido e doentio," este sentiu "pena e raiva." Hitler tinha lágrimas nos olhos e apertou efusivamente as mãos de seu hóspede. Declarou: "hoje é um grande dia para o povo alemão e para os italianos honrados." O Duce foi menos entusiasta. Sabia que devia sua liberdade e mesmo a vida a Hitler, sentindo-se humilhado ao oferecer a seu parceiro o espetáculo de um vassalo alquebrado, totalmente dependente de seu senhor e constrangido por ele a vir ratificar em seus próprios domínios o compromisso assumido em outros tempos em Berlim.

Sem demora, os assuntos importantes. Logo no primeiro encontro com o Führer, Mussolini viu que podia sepultar seu projeto de voltar a Rocca delle Caminate. Os testemunhos sobre a longa conversa privada mantida pelos dois não coincidem. As duas versões mais confiáveis são a de Goebbels em seu Diário e a de Carlo Silvestri, antigo jornalista do *Avanti!*, ao qual Mussolini concedeu umas trinta entrevistas entre dezembro de 1943 e abril de 1945. Na quarta, de 9 de dezembro de 1943, recordando a primeira troca de pontos de vista com o Führer, Mussolini relatou:

> Entrei, Hitler me abraçou, mas quase morri quando pôs de lado as delicadezas e começou a falar sobre a situação italiana. Sentia-me cansado, deprimido e acreditava estar com câncer (…) sem vontade de falar, discutir, só de descansar. Em vez de falar, apenas ouvi o Führer. Sua argumentação era: "Não há um dia a perder. É indispensável que logo amanhã você faça um pronunciamento pelo rádio afirmando que a monarquia está deposta e que o estado fascista italiano está de pé, um estado no qual todos os poderes devem se concentrar em sua pessoa, garantindo assim – nenhuma outra garantia é possível e aceitável – a plena vigência da aliança entre Alemanha e Itália". Tentei convencer o Führer a me dar alguns dias para refletir, mas sua voz abafou a minha e, elevando o tom, ele me disse: "Já refleti bastante. Você deve reafirmar a validade da aliança de nossos países, aliança que não foi desfeita, mas traída, e se proclamar Duce. Assim, como eu, você será ao mesmo tempo chefe de estado e de governo, e este governo deverá estar constituído em uma semana."

Não houve unanimidade sobre um governo italiano autônomo presidido por Mussolini. Keitel e Rommel preferiam a Wehrmacht no governo do país, mas Himmler não teria polícia suficiente para "governar pela força." Goebbels achava que um Quisling resolveria

e queria punir os italianos com severidade: "Perderam a honra. Não se pode descumprir a palavra duas vezes em um quarto de século sem perder para sempre a honra política. (…) O Duce entrou para a história como o último imperador romano, mas por trás de sua figura imponente estava um povo boêmio a se decompor." Para os pangermânicos viscerais, que já sonhavam em ver o Reich até o Sul do Tirol, o Veneto e o Trentino, a solução era um governo fantoche, como o de Quisling na Noruega, a alternativa menos ruim, sem dúvida. Não faltavam entre os hierarcas refugiados na Alemanha depois do 25 de julho candidatos ao papel de "guia," a começar pelo mais názi entre eles, Roberto Farinacci. Mas a decisão era de Hitler, e se este efetivara a libertação do Duce era porque tinha a intenção de vê-lo no papel que lhe reservara.

Ainda faltava ver se o principal interessado não se furtaria ao dever. Mussolini não parecia querer se engajar numa empresa para a qual não estava motivado para levá-la a bom termo. Portanto, não quis tomá-la, preferindo entrar aos poucos com seu peso na nova configuração das relações ítalo-germânicas. Hitler já não falava mais como aliado, mas como senhor, ditando a seu vassalo as medidas que deviam ser tomadas para ajustar contas com os "conspiradores" e "traidores." Ciano era o principal alvo, porque aos olhos do Führer era "quatro vezes traidor" – "de sua Pátria, do fascismo, da aliança com a Alemanha e da família." "Se estivesse em seu lugar – disse a Mussolini – talvez nada me impedisse de fazer justiça com minhas próprias mãos. Mas, admito, é preferível a condenação à morte na Itália."

Para finalmente arrancar a decisão de seu hóspede, Hitler foi bem claro. Ou o Duce aceitava as rédeas de um novo governo, ou ele poria em execução o plano concebido logo após o 25 de julho.

> Apelei para todos os recursos da dialética – explicou Mussolini na entrevista com Silvestri em 9 de dezembro – a fim de persuadir o Führer a não insistir em me fazer chefe do estado e do novo governo. Já tinha renunciado a qualquer ambição pessoal e, além disso, já não acreditava numa possível ressurreição do fascismo. Se Badoglio e a monarquia resolvessem assumir a responsabilidade de desencadear uma guerra civil, eu não queria ser parte disso. Mas o Führer respondeu: "Vou ser bem claro. A traição italiana, se os aliados soubessem explorá-la, poderia ter provocado o desmoronamento da Alemanha. Devo aplicar uma terrível e exemplar punição, a fim de intimidar entre nossos aliados quem fique tentado a imitar a Itália. Suspendi a execução de um plano pronto em todos os pormenores pela única razão de poder libertá-lo e impedir que fosse entregue aos anglo-americanos, como Badoglio pensava em fazer. Sua libertação é a libertação do povo italiano. Se a operação de Campo Imperatore não tivesse êxito, minha vingança teria sido inexorável. Meu plano na verdade previa a completa destruição de Milão, Gênova, Turim e outros centros menores do norte de Itália. Além disso, todas as regiões sob controle da Wermacht se tornariam zonas de ocupação, com o agravante de os italianos serem considerados traidores passíveis de punição. Se o senhor me desapontar, vou dar ordem de execução do plano punitivo. (…) A Itália setentrional terá o mesmo destino da Polônia se o senhor não aceitar a reafirmação da vigência da aliança entre Alemanha e Itália assumindo a chefia do estado e do novo governo. O Conde Ciano não lhe será entregue, será enforcado aqui mesmo na

Alemanha."

Ante essa ameaça de "polonização" da Itália, Mussolini não teve escolha senão submeter-se ao desejo do Führer. Na ânsia de justificação, houve uma tendência posterior a valorizar em excesso o papel de "escudo" do povo italiano que tinha sido levado a desempenhar. Mas sua capitulação diante de Hitler não se explica só pelo temor que lhe infundiam os alemães, pelo cansaço, ou por uma espécie de aceitação fatalista das regras fixadas pelo chanceler, como quer demonstrar toda uma tradição historiográfica, principalmente a anglo-saxônica. Esses motivos certamente existiram, porém, não mais do que aqueles que estimularam o orgulho e o sentimento de honra com relação à sua conduta perante o aliado. Mas parece que na realidade o fundamental foi a percepção de que não havia outra coisa a fazer para evitar o pior descrito por Hitler. Mussolini aceitou o que exigiam. Prometeu até dar o comando supremo do exército ao marechal Graziani, que detestava. O único ponto em que Hitler concordou em aceitar um pouco de autonomia foi o nome a ser dado ao novo regime. O Führer desejava chamá-lo "República Fascista Italiana," mas o Duce se opôs , considerando que o fascismo estava "ultrapassado."

O início da "República Social"

Os encontros de Rastenburg duraram dois dias. Sobre a última conversa, a rádio alemã transmitiu um comunicado anunciando o nascimento da "República Social Italiana." Mussolini reassumia "a direção do fascismo na Itália" e a secretaria provisória do "Partido Fascista Republicano," nova denominação do Partido Nacional Fascista, era confiada a Alessandro Pavolini. O Duce determinava que todas as autoridades destituídas pelo "governo da capitulação" reassumissem imediatamente seus cargos e que os membros do partido apoiassem o exército alemão "em sua luta contra o inimigo comum."

Esta última disposição abria as portas à guerra civil. Dava a entender que o partido se mobilizaria não só contra os exércitos aliados, mas contra os inimigos internos do fascismo, encorajando todos os que, movidos pelo desejo de vingança, sonhavam reviver as incursões punitivas dos bons tempos do esquadrismo. A ocasião se ofereceu dois meses mais tarde, quando, após o assassínio do comissário da federação de Ferrara, Igino Ghisellini – um moderado cuja atitude desagradava profundamente os partidários da linha dura – os fascistas da cidade, com ajuda de militantes vindos de Verona e Pádua, massacraram uma dezena de antifascistas, tomados como reféns e mortos em plena rua a tiros de metralhadora.

Depois de se despedir do Führer, Mussolini voltou a Munique, onde a família estava havia uma semana reunida no Karl Palast, suntuosa construção neoclássica onde Ribbentrop deixara todo um andar à sua disposição. Lá estavam não apenas Mussolini e seus filhos, mas também o casal Ciano e seus três filhos. Vittorio descreveu detalhadamente o espetáculo surrealista do clã depois da tormenta, reunido todas as noites para o jantar: a ampla sala de jantar, as enormes janelas, os tapetes "sobre os quais os criados vestidos de branco se deslocavam silenciosamente," o patriarca "na cabeceira da mesa, no lugar de honra," quase sempre calado, "o laço da gravata mal-arrumado."

Ciano, com quem o Duce "conversara longamente e já tinha perdoado," ficava à sua direita, "sempre distante," de "roupa cinza-claro," "bem-penteado, mãos cuidadas e unhas feitas." Os oficiais e diplomatas alemães que vez ou outra apareciam à porta entreaberta proporcionavam segurança para que o ditador pudesse jantar tranquilamente na companhia do homem que merecera toda a sua confiança e o traíra. Mesmo Vittorio, que nunca gostara muito de seu cunhado, achava que "ele não tinha uma noção exata das consequências do que tinha feito." Rachele era a única que se recusava a perdoá-lo.

Em 18 de setembro, pela primeira vez após sua prisão, Mussolini se dirigiu aos italianos do estúdio da rádio de Munique. Não foi o primeiro a falar. Entre os que tinham escapado do 25 de julho, Pavolini, Preziosi e Farinacci falaram antes pela rádio alemã, tentando mobilizar a massa militante. Mas quem o ouviu? Mais ainda, quem reconheceu o líder inflamado por trás daquela voz trêmula e que mal se escutava, detalhando os diversos episódios de sua "defenestração" e seu cativeiro, proclamando os princípios republicanos defendidos por Mazzini e declarando, em conclusão: "Camponeses, operários, pequenos empregados, o estado que emergirá desta luta gigantesca será vosso e, como tal, vós o defendereis contra todo aquele que sonhar com um passado abolido de uma vez por todas?"

Faltava fazer o essencial: organizar um governo, estruturar um novo exército e determinar a "capital" da República Social Italiana. A primeira tarefa foi naturalmente cumprida por Pavolini, ex-ministro do Minculpop, que Mussolini tinha escolhido para secretário do partido. A partir de 17 de setembro, Pavolini ficou em Roma, acompanhado por seus dois principais auxiliares, Ferdinando Mezzasoma e Francesco Barracu. Com alguns milicianos, apoderou-se do Palazzo Wedekind na Piazza Colonna – ex-sede do partido – logo transformado em *bunker*. Um enorme retrato do Duce foi colocado na fachada, assim como uma bandeira italiana com um buraco no centro, exatamente onde até então ficara o brasão da família real. Em seguida, Pavolini saiu à caça, a fim de recrutar membros para o futuro gabinete. Não foi fácil. Muitos nomes de proa tinham fugido da capital. Os que permaneceram e foram convidados para um ministério balançaram entre o desejo de finalmente desempenhar um papel político – muitas vezes gente escolhida na falta de outros melhores – e a angústia de se meter em uma aventura inútil. Pavolini apelou para todos os instrumentos: lisonja, interesse e até ameaça. Chegou a chamar a SS para que algumas autoridades recalcitrantes fossem à força ao palácio Wedekind.

O número um do partido não precisou de mais de cinco dias para organizar um governo constituído, é preciso reconhecer, por personalidades de segundo plano. Só o marechal Graziani, cuja presença fora imposta pelos alemães na condição de ministro da guerra e comandante supremo das forças armadas, e Buffarini Guidi, que retornou a seu cargo no ministério do interior, possuíam experiência. Em 24 de setembro, a lista de ministros foi anunciada pelo rádio: Antonio Tringali Casanova, antigo presidente do tribunal especial, na justiça; Mezzasoma na cultura popular; Pellegrini Giampietro nas finanças; e Carlo Alberto Biggini na educação nacional. Pavolini tinha status de ministro e dispunha de uma prerrogativa excepcional: para entrar em vigência, os decretos governamentais tinham que receber sua prévia aprovação. Vale dizer que a essência do poder estava em suas mãos.

No dia seguinte, Mussolini deixou Munique rumo à Itália a bordo de um avião de combate alemão, que pilotou em parte do voo. Primeira parada: Forlì, ou mais

exatamente Rocca delle Caminate, onde o Duce quis que se constituísse simbolicamente e pela primeira vez o conselho de ministros da República Social. Reuniu-se em 27 de setembro na "casa de campo" do ditador – que resistira razoavelmente à passagem dos militares – sob a vigilância do general da SS Karl Wolf, responsável supremo pela polícia alemã na Itália.

Entre os assuntos examinados na Rocca pela nova equipe dirigente, um dos mais urgentes dizia respeito à nova sede do governo. Os alemães desaconselhavam enfaticamente Roma, muito próxima da linha de frente e alvo de frequentes bombardeios aliados. O gabinete tinha rejeitado a sugestão de Mussolini de instalar sua capital em Bolzano, no Alto-Adige, ou em uma cidade da região da Venezia, pretendendo perturbar as pretensões de Hitler sobre estas duas regiões. Finalmente, teve de aceitar transportar seus pertences para Gargnano, pequena localidade à margem do lago de Garda, onde se instalou com seu séquito em 10 de outubro de 1943.

O "presidente da República Social" sempre detestara os lagos. A paisagem e o clima o deixavam melancólico. Também foi com certo mau humor que teve de se submeter às recomendações do Führer. Além disso, os alemães ocupavam as melhores casas e viam com toda a naturalidade seus "aliados" tendo de se acomodar em vagões-leito. Portanto, foi necessário requisitar novas moradias nas diversas localidades da região lacustre. Mussolini começou se instalando nas redondezas de Gargnano, em uma esplêndida "villa" de propriedade dos Feltrinellis, com seus aposentos particulares e o gabinete da presidência, este último posteriormente transferido para a Villa Orsoline, situada no centro da localidade. Logo os habitantes passaram a chamar esta última de "Palazzo Venezia," enquanto a propriedade dos Feltrinellis ficou conhecida como "Villa Torlonia." Os ministérios e os outros pesos pesados do fascismo republicano ficaram espalhados pelas outras localidades à margem do lago: Desenzano, Gardone, Manerba etc. O ministério do exterior, o Minculpop e a agência de notícias Stefani instalaram-se em Salò, insignificante capital da República Social italiana e que lhe passou a denominação que a história conservou.

O manifesto de Verona

Um dos principais problemas que o governo republicano teve foi a reorganização das forças armadas. Foi dada prioridade à Milícia, o "partido armado," sendo o comando confiado ao mais radical dos radicais, Renato Ricci. O Duce era a favor de forte politização do exército, mas Graziani, discípulo fiel das academias militares reais, tinha opinião contrária. Assim, chegaram a um meio-termo: o exército propriamente dito seria reorganizado em uma base tradicional, enquanto a Milícia, absorvendo o que restara dos *carabinieri*, seria transformada em Guarda Nacional Republicana, no modelo da Milizia Volontaria Sicurezza Nazionale–MSVN.

No fim de 1943, Ricci, que já fora chefe da superpolícia do partido, dispunha de um efetivo de 140 mil homens em todo o território. Em junho de 1944, foram criadas as *brigate nere*, "brigadas negras" que deviam enquadrar "todos os inscritos no Partido Fascista Republicano entre 18 e 60 anos que não pertencessem a outras forças auxiliares." Havia uma brigada por província, com um efetivo de 110 mil homens, sob o comando direto de Pavolini. Tal como a Decima Mas do príncipe Junio Valerio Borghese (cerca

de 10 mil homens) e a Legião Autônoma Ettore Muti (2.300 homens baseados em Milão), a guarda nacional foi empregada especialmente na luta contra os *partigiani*.

Graziani teve mais dificuldade para organizar e equipar um exército regular. Inicialmente, porque não se apressou na organização de centros de recrutamento. Em seguida, porque os alemães preferiam empregar os italianos como operários nas fábricas do Reich do que como soldados. Como, segundo Keitel, "o único exército italiano que não trai é o que não existe," não se apressaram em fornecer armas. Apesar disso, Graziani conseguiu, depois de meses, quatro divisões – San Marco, Monterosa, Littorio e Italia – que foram treinadas na Alemanha. De volta, ficaram completamente inativas, e os soldados, desmoralizados e no fundo pouco desejosos de combater ao lado dos alemães, começaram a desertar em massa. No fim de 1944, as divisões tinham perdido entre 20 e 25% de seus efetivos.

Em novembro de 1943, o primeiro congresso do Partido Fascista Republicano se reuniu em Verona. Reunião curiosa, em que se misturavam e confrontavam tendências opostas do fascismo e que lá estavam principalmente para clamar por vingança, para pedir a cabeça dos traidores e desde logo a de Ciano. Dominaram a cena os sobreviventes do esquadrismo, fascistas envelhecidos na lida que acreditavam reviver a época das expedições punitivas. Quando alguém anunciou a morte de Ghisellini, todos se levantaram clamando: "Para Ferrara! Para Ferrara!" Mussolini não se alterou. Talvez pensasse que não seria capaz de controlar aquela assembleia tumultuada e indisciplinada, sobre a qual comentaria mais tarde com Giovanni Dolfin, seu secretário, que era "uma bagunça, nada mais."

> Tagarelice confusa, poucas ideias claras e precisas. Manifestação das tendências mais estranhas, algumas chegando às raias do comunismo. Todo mundo quer exigir a abolição pura e simples do direito de propriedade! Vendo isso, poderíamos nos perguntar por que lutamos por vinte anos contra os comunistas! No que tange a esses "esquerdoides," hoje poderíamos chegar a um congraçamento geral, até mesmo com eles.

Apesar disso, o Duce não ficou satisfeito por ter de fazer o secretário-geral ler uma mensagem, por ocasião da abertura do congresso. Tinha intervindo diretamente na confecção do "manifesto" de dezoito itens, que foi aprovado pelos delegados em 14 de novembro e cujos dois outros redatores tinham sido Pavolini e o antigo comunista arrependido Nicola Bombacci. Previsto para se constituir em lei básica do novo regime, o texto estabelecia uma espécie de compromisso entre as inclinações socialistas do último e as teses corporativistas de Pavolini. Reconstituiu-se, dessa forma, a miscelânea de ideologias que alimentara o primeiro programa dos *Fasci* em 1919: mistura de nacionalismo, populismo, socialismo libertário e mazzinismo. Um "sansepolcrismo" corrigido pela experiência no poder, mas mesmo assim preocupado em conjugar nação e revolução.

Depois de convocar uma assembleia constituinte – "poder soberano de raiz popular" e "síntese de todos os valores da nação" – que proclamaria a queda da monarquia e designaria o "Capo da República" (eleito em seguida por cinco anos pelo povo), e afirmar o "direito de controle e de atribuição de responsabilidade pelos cidadãos," o manifesto formulava fundamentos vagos de uma república social para "a abolição do

capitalismo interno e a luta contra as plutocracias mundiais." Regime baseado no trabalho, que não garantia a propriedade privada, salvo na medida em que não atentasse contra as "características pessoais e morais das outras pessoas," reconhecia determinadas nacionalizações e expropriações de terras, cogestão nas empresas, participação dos trabalhadores nos lucros. Regime baseado na personalidade do Capo – que não foi mencionado no texto – mas igualmente no partido, "verdadeira plêiade de combatentes e seguidores, guardiã do espírito revolucionário."

No outono de 1943, o inimigo número um de Mussolini não era mais o socialismo, mas o capitalismo que o traíra e, sobretudo, a burguesia, que responsabilizava pelo naufrágio da Itália. A inflexão já acontecera bem antes, no auge do poder e da glória, quando tinha conduzido o fascismo pela via totalitária que ele considerava a única forma de assegurar perenidade histórica. Apelando para a volta às origens do sansepolcrismo, pensava, conforme o texto do 18º e derradeiro item do manifesto de Verona, em injetar no fascismo um sopro renovador e, quem sabe, dar-lhe outra expressão que não a meramente retórica: o partido não deve apenas "andar na direção do povo," deve estar "com o povo."

De que mais Mussolini poderia ainda tentar convencer os italianos naquele fim de ano de 1943, numa Itália dividida em duas, refém da miséria, bombardeada, à beira da guerra civil e sob a selvagem repressão dos alemães? A maioria dos que vieram se juntar a ele após sua libertação era de velhos companheiros dos primeiros dias, fiéis aos ideais do fascismo antiburguês, além dos jovens crescidos à sombra dos *Fasci* e que tinham por horizonte cultural e ideológico apenas o que lhe fora transmitido pelo regime. Convém lembrar que desde 1936 fora nessas duas categorias e faixas etárias que o fascismo recrutara a maior parte dos voluntários mais decididos para combater na Espanha. A maioria dos filiados ao partido, movidos muitas vezes por mero oportunismo, mostrava-se menos disposta a responder aos apelos. Fenômeno idêntico ao que ocorreria sete anos mais tarde, quando já não havia o consenso que por muito tempo sustentara o poder de Mussolini. O Duce bem que tentou dar consistência ao projeto social apresentado em Verona. Ao criar, em janeiro de 1944, o ministério da economia corporativa, confiado ao engenheiro químico Angelo Tarchi, com a missão de "implantar, a qualquer custo, a socialização da indústria italiana," o Duce não conseguirá convencer o mundo operário de que apenas aplicava o programa que sempre fora o seu. Acreditava realmente na iniciativa? Parece que sim. Em Gargnano, Mussolini vivia em uma espécie de redoma. Isolado do mundo, privado de um poder que exercera soberanamente por vinte anos, sempre atormentado por sua infelicidade e sem compreender que o fascismo caíra por outras causas que não a sabotagem das antigas elites e do grande patronato. Esquecia que o fascismo chegou ao poder e se manteve graças ao compromisso assumido pelas classes dirigentes inicialmente com o setor agrícola e depois com o mundo dos negócios, a corte e as autoridades militares. Tudo isso fora esquecido, sepultado, estranhamente fora de seu universo mental, ao mesmo tempo que ressurgiam convicções antigas. Certamente, uma ilusão de volta às origens.

A nostalgia socializante do Duce não realizaria o que vinte anos de ditadura não conseguiram fazer. Se acreditasse nisso, os fatos lá estavam para desmentir. Em 12 de fevereiro de 1944, estourou como uma bomba a notícia de que o gabinete tinha aprovado um "esquema de decreto legislativo sobre a socialização das empresas, elaborado, de acordo com diretriz do chefe do governo, pelos ministros da economia corporativa, das

finanças e da justiça." Porém, o ano todo de 1944 Mussolini teve de batalhar para conseguir a promulgação, diante da resistência dos industriais lombardos, de grupos suíços que detinham um terço do capital investido na indústria do norte da Itália (principalmente no setor hidrelétrico) e, por fim, do ministério alemão que cuidava da produção industrial, temeroso que as nacionalizações levassem à paralisação de setores essenciais à produção de guerra. Com relação ao mundo operário, a reação não foi nada positiva. Sob a forte influência do movimento de resistência que tomou conta de todo o norte do país e sobretudo dos comunistas, multiplicaram-se as questões trabalhistas a partir de novembro de 1943 e, em março do ano seguinte, houve a greve geral nitidamente política.

Entre o vaudeville e o drama

Em Gargnano, Mussolini reencontrou Claretta Petacci. Durante as semanas passadas na prisão de Novare, a jovem teve um diário em que relatava sua dor por ter sido separada do amante. Posta em liberdade em 17 de setembro por ordem do general Wolf, ela correu para se juntar a ele assim que ele se mudou para Gargnano, instalando-se em Gardone, primeiro numa casa próxima do Vittoriale de D'Annunzio, villa Fiordaliso, e depois em villa Mirabella. Após sua libertação, o Duce não tivera pressa de rever sua companheira. Não foi a seu pedido que o chefe da polícia alemã libertou e depois levou Claretta a Gardone, mas aparentemente por intervenção pessoal do Führer. Com que objetivo? Talvez para se procurar um meio de pressão suplementar sobre seu aliado ou, como sugere Paolo Monelli, "porque agora via esse amor com olhos românticos, e não gostara de saber que Mussolini pretendia abandonar sua amante depois de ela ter passado tanto tempo na prisão por sua causa."

Fosse como fosse, assim que soube que Claretta estava em Gardone, o Duce foi a villa Fiordaliso. As coisas não eram muito fáceis. Primeiro porque Mussolini não podia se deslocar sem informar o tenente alemão que comandava o destacamento da SS encarregado de sua "segurança." E, sobretudo, porque Rachele agora vigiava de perto seu volúvel esposo. Ela fora a última a saber de sua ligação com a bela romana; agora que sabia, não tinha a intenção de afrouxar o controle.

Daí a atmosfera de vaudeville em torno do clã Mussolini. Com a cumplicidade de seus guarda-costas, Mussolini secretamente deixava villa Orsoline, onde se encontravam os "gabinetes do governo," para ir de carro a Gardone. Em sua ausência, o veículo que servia a seus deslocamentos oficiais permanecia bem à vista diante da porta principal. Em Gardone, aonde geralmente chegava no fim da noite, o ditador apanhava a jovem em seu carro e o casal partia para um breve passeio ou para algum refúgio discreto, conhecido apenas por eles e pelo motorista.

Nem sempre tudo se passava assim tão facilmente. Rachele tinha seus informantes. Interrogava os empregados e assediava Dolfin, secretário particular do marido, precipitando-se em cóleras homéricas ao menor sinal de infidelidade. Benito se enrolava em explicações tortuosas, depois explodia por sua vez, quando não capitulava em campo aberto diante da inflamada romagnola. Um dia, ela foi a villa Fiordaliso. Fez-se acompanhar de Buffarini Guidi, que conhecia Claretta e teve de conferenciar longamente com o oficial alemão responsável por sua segurança antes que os portões fossem abertos.

A conversa entre as duas mulheres durou cerca de três horas e foi pontuada por gritos, lágrimas e ameaças. Segundo Rachele, Claretta teria desmaiado várias vezes, cabendo ao infeliz Buffarini a tarefa de reanimá-la.

As coisas se complicaram ainda um pouco mais com a chegada a Gargnano de Elena Curti. A jovem de 21 anos era filha de Angela Curti Cucciati, que Mussolini conhecera em Milão em 1921 e em seguida se tornara sua amante. Angela era casada e a criança nascida um pouco mais tarde podia tanto ser do signor Cucciati quanto filha natural do dirigente fascista, sua semelhança com este falando a favor da segunda hipótese. Angela e Benito jamais se separaram realmente. O Duce não deixava de visitá-la quando ia a Milão, e ela fazia o mesmo quando viajava para Roma. Como Claretta, ela tinha o privilégio de ser recebida na saleta do Zodíaco, o que, como é fácil imaginar, provocava intensas reações na favorita titular. Em 1942, Mussolini persuadiu Angela a se instalar na capital com a filha, e durante mais de um ano ele frequentou o pequeno apartamento habitado pelas duas mulheres no bairro dos Pariolis tão assiduamente quanto a villa dos Petaccis em La Camilluccia.

Elena criara grande afeição por esse pai hipotético que às vezes chegava à via Porpora de maneira imprevista, durante a noite. Foi por isso que, após o retorno de Mussolini ao poder, ela escolheu o norte. Inicialmente seguiu o ministro da economia corporativa, Silvio Gay, até Pádua, depois partiu para o lago de Garda, onde encontrou emprego no secretariado de Pavolini. O Duce também era muito ligado a essa bela jovem com a qual aparentemente manteve apenas relações platônicas – o que não impediu o falatório no pequeno mundo da República de Salò – e que convidava uma vez por semana a villa Orsoline, para que ela lhe fizesse a leitura dos jornais e contasse as últimas da "corte." Até o dia em que, tomando conhecimento dessas visitas e com ciúmes dessa Elena mais jovem na qual rapidamente viu uma rival, Claretta exigiu que ela fosse demitida e enviada a Milão.

Com problemas de outra amplitude e sofrendo por ser de certo modo prisioneiro em seu reino – com sua guarda SS e a multidão de oficiais alemães a vigiá-lo e informar seus atos aos superiores – Mussolini suportava cada vez menos as turbulências domésticas e sentimentais. Verdade que recuperara forças depois de sua libertação, trabalhava e todos os dias recebia seus principais colaboradores em villa Orsoline, seguindo um ritual imutável que lembrava o do Palazzo Venezia. Até mesmo voltara a passear de bicicleta no parque da villa. Mas tudo isso era forçado, como se o Capo da República desempenhasse seu próprio papel e quisesse como que justificar sua sobrevivência. Nem por isso seu declínio físico e psicológico era menos patente para os próximos. Mesmo Dolfin, que fizera carreira como prefeito e até então tivera poucas ocasiões de encontrá-lo, ficou surpreso com a ruína do ditador:

> Sentado na modesta escrivaninha, Mussolini lê algumas cartas que retirou de uma pasta. Durante alguns minutos, parece não perceber minha presença, pois continua a percorrê-las página por página com extrema atenção, anotando cada uma delas com a ajuda de um lápis vermelho. Imóvel, espero suas ordens: vejo que seu colete está desabotoado, o cinto aberto. Ele deve sofrer muito. A mão esquerda não deixa seu estômago e o comprime. Está inquieto e nervoso. Usa óculos de armação negra, com longas hastes. Eles o envelhecem e lhe dão um ar ainda mais fatigado.

Nas semanas de antes do Natal, Mussolini teve de enfrentar um drama pessoal e familiar que deixou em segundo plano qualquer outra preocupação. O assunto era a cabeça de Ciano, reclamada com estridência pelos congressistas reunidos em Verona e que Pavolini – que fora seu amigo e lhe devia toda sua carreira – transformara em questão pessoal. Hitler também incitara seu cúmplice a eliminar Ciano, "quatro vezes traidor" aos olhos do chefe do Reich, e Goebbels batera na mesma tecla.

Mussolini sofria influências e obedecia a motivos contrários. Perdoara Galeazzo por sua aliança com os verdadeiros culpados de 25 de julho, Grandi, Bottai, Bastianini, e desejava que um evento qualquer permitisse salvar a vida do marido de Edda. Mas ao mesmo tempo não queria decepcionar Hitler, a quem devia o fato de estar livre e politicamente ressuscitado. Acima de tudo, sofria enorme pressão dos dirigentes do novo Partido Fascista Republicano, majoritariamente composto por militantes fanáticos que clamavam por vingança. Com a derrota militar e a marginalização de que era objeto por parte dos alemães, o Duce perdera muito de sua autoridade e seu carisma. Se quisesse reconquistar ao menos parte de sua influência junto aos dirigentes e militantes do partido-exército – única realidade tangível na fantasiosa República Social Italiana – seria necessário mostrar que ainda era capaz de decisões difíceis, de se comportar como César implacável ou mesmo simples patriarca da Roma republicana. "Quando o destino de Roma estava em jogo," disse a Edda, que viera pedir o perdão para seu marido, "os pais romanos jamais hesitaram um instante em sacrificar seus próprios filhos. Hoje, não se trata de um pai ou um avô: existe apenas o Duce do fascismo."

Rachele, cuja influência sobre o ditador jamais foi tão forte quanto em Gargnano, teve nesse caso um papel nada desprezível. Ela jamais gostara de Galeazzo, reprovando sua leviandade, seu esnobismo, sua afetação de grande senhor, suas amizades de dândi; em suma, ele era de um mundo diferente do resto do clã, e ela não o perdoava. Não fora favorável ao casamento de Edda com esse filhinho de papai que, como o pai, devia tudo ao fascismo e, segundo ela, visava apenas a uma carreira meteórica coroada pela sucessão do sogro. Assim, achava que os eventos de julho de 1943 lhe davam razão e que chegara o momento de pagar. A partir do momento em que encontrou Benito em Munique, e em seguida na Rocca e em Gargnano, não cessou de trabalhar nesse sentido.

No congresso de Verona, em novembro, decidira-se criar um tribunal especial para julgar e punir os autores da "maior traição da história italiana." O objetivo era claro e a sentença conhecida: trazer diante dessa instância e condenar à morte aqueles dos 19 membros do Gran Conselho que votaram a moção Grandi e que fora possível deter. Gottardi fora preso em Roma no fim de setembro; De Bono, Pareschi e Marinelli no início de outubro; Cianetti alguns dias mais tarde. Ciano, que ficara em Munique, esperou a autorização de seu sogro para tomar o avião que devia levá-lo à Itália. Mas quando, em 19 de outubro, a SS veio buscá-lo para o aeroporto e de lá para Verona, ele se viu na prisão, incomunicável como seus cinco colegas em uma cela do forte Calzi.

Como era de se esperar, o processo foi uma paródia: instrução feita às pressas, juízes escolhidos por Pavolini entre os fascistas "de lealdade comprovada," debates enérgicos em uma atmosfera de assembleia revolucionária diante de um público de camisas-negras que vociferava e proferia ameaças, ao ponto de várias vezes o presidente ter de fazer com que os acusados saíssem da sala sob pesada escolta. O essencial se passava alhures. Em Gargnano, Mussolini se atualizava de hora em hora sobre a

evolução do caso, mas nada fazia para "entravar o curso da justiça." Para ajudar o juiz de instrução – Vincenzo Cerosimo, que assumira a mesma função no primeiro tribunal especial – ele cedeu seus dossiês pessoais. Ao presidente do tribunal, Aldo Vicchini, declarou que este devia "cumprir seu dever" e "agir segundo sua consciência," sem nenhuma consideração pessoal, e ao novíssimo ministro da justiça, Piero Pisenti (Tringali Casanova falecera num ataque do coração), que afirmou não haver prova de colusão entre os membros do Gran Conselho, Badoglio e o Rei anterior a 25 de julho, respondeu: "Você é um homem da lei e vê apenas o lado jurídico do caso. Eu devo considerá-lo sob outro ângulo. A *raison d'état* vence qualquer outra consideração. É preciso ir até o fim."

Outros atores, e não dos menores, agitavam-se nos bastidores para salvar ou condenar Ciano e seus cinco companheiros. Pavolini e os seus multiplicavam a pressão sobre os juízes. Alguns haviam hesitado antes de aceitar o cargo que lhes fora confiado, tentando se precaver contra acertos de conta posteriores. Cerosimo, inicialmente designado promotor, conseguiu se esquivar suplicando a Mussolini que lhe confiasse uma tarefa menos ingrata, a de juiz de instrução. Os alemães, sobretudo, estavam ativos nos mais diversos níveis, e em sentidos, aliás, diferentes. Hitler, Goebbels e Ribbentrop queriam que os "traidores" fossem punidos. Mas o general Harster, chefe da Gestapo na Itália, e o próprio Himmler, ainda que perfeitamente indiferentes ao destino de Ciano, tentaram obter dele – enviando a Verona uma "espiã" de elite, Frau Beetz – em troca de sua liberdade, os cadernos contendo seu Diário e diversos outros papéis que Edda escondera em lugar seguro, documentos cuja publicação no exterior teria, segundo Ciano, revelado a responsabilidade do Reich no desencadeamento da guerra. Nos primeiros dias de janeiro de 1944, uma operação chegou a ser planejada, sem o conhecimento do Führer, para libertar o prisioneiro e conduzi-lo à Suíça com a família. Finalmente informado do caso, contudo, Hitler se mostrou inicialmente hesitante e depois se recusou a dar sua autorização.

O processo foi aberto em 8 de janeiro em Verona e concluído em três dias. No fim das deliberações, cinco dos seis acusados foram julgados culpados de traição e condenados à morte. Cianetti, que escrevera ao Duce no dia seguinte à reunião do Gran Conselho para dizer que retirava seu voto, escapou da pena capital. Uma coisa podia salvar Ciano e os quatro companheiros: o perdão do Duce. Era preciso que os recursos dos condenados chegassem até ele. Pavolini cuidou que o ditador não tivesse um gesto de fraqueza no último momento, o que implicava que outra pessoa assumisse em seu lugar a responsabilidade pela recusa: Mussolini teria o álibi de dizer, o fato consumado, que não recebera nenhum recurso dos condenados.

Pavolini e os seus passaram a noite procurando um civil ou militar que se prestasse à sinistra comédia. Encontraram de madrugada, o comandante Ítalo Vianini, oficial da Guarda Nacional, que, seguro de estar coberto pelas altas autoridades do estado, aceitou dar um "não" com sua assinatura no recurso dos cinco. Nada mais contra à execução da sentença, às 9 horas do dia 11 de janeiro, no stand de tiro do forte de San Procolo, nas cercanias de Verona, eles foram fuzilados pelas costas, com as mãos amarradas a uma cadeira, por um pelotão de milicianos fascistas.

Na opinião dos principais interessados, italianos e alemães, Mussolini teria podido a qualquer momento modificar o curso do processo que levou à execução de seu genro. Edda sabia disso e, entre duas estadas na clínica de Parma onde tentava recuperar um

pouco de equilíbrio e de forças, ela se esforçou de todos os modos para obter de seu pai uma intervenção em favor de Ciano, sitiando sua residência, assaltando-o com mensagens e telefonemas, tentando em vão interessar Rachele pelo destino do genro. Todas as desculpas, todos os subterfúgios foram utilizados para mantê-la afastada da sala do ditador. Depois do Natal, ela conseguiu forçar a porta e fez uma cena extremamente violenta que deixou Mussolini petrificado. Antes de bater a porta da villa Feltrinelli, chamou-o de louco e assassino. Disse que fora, de todos, a que mais ardentemente desejara a vitória dos alemães, mas agora tudo estava terminado: os názis resistiriam ainda durante alguns meses, mas a guerra estava perdida. A que serviria, nessas condições, a execução de Ciano? Foi o último encontro entre Mussolini e sua filha. Depois disso, todas as tentativas de Edda para reencontrá-lo foram rejeitadas, e foi por telefone, após saber por Frau Beetz que não havia mais chances de salvar Ciano, que ela gritou pela última vez seu desprezo e sua raiva. Antes de partir para a Suíça, em 9 de janeiro, enviou-lhe, bem como a Hitler, uma carta glacial na qual ameaçava revelar tudo o que sabia se seu marido não fosse libertado em três dias. Não houve resposta.

Durante todo o processo, Mussolini permanecera em seu *bunker*, à espera de não se sabe qual evento externo que poupasse a vida de Ciano sem que ele perdesse a dignidade aos olhos do Führer e dos fanáticos sectários do Partido Fascista Republicano. Passou a noite que precedeu a execução de seu genro acordado, em companhia de Rachele. Às 5 horas da manhã, telefonou a Wolf para comunicar sua "perplexidade" com a carta de Edda e pedir sua opinião. O general SS respondeu de maneira muito clara às perguntas feitas pelo Capo da República Social. Sim, a ordem do Führer era considerar o caso Ciano como assunto exclusivamente interno da Itália. Sim, se Mussolini pedia sua opinião pessoal, ele achava – "como camarada" e "de um ponto de vista alemão" – que era necessário permanecer inflexível. Sim ainda, a não execução da sentença prejudicaria gravemente a consideração que o chefe názi nutria por seu aliado. Mas cabia a Mussolini decidir. As autoridades alemãs na Itália não fariam isso por ele.

Para o homem de villa Feltrinelli, o processo de Verona se concluía, portanto, em drama familiar. Nas semanas após a execução da sentença, Mussolini se mostrou afetado pelo ocorrido. Não parava de falar no assunto, interrogando as testemunhas, inquirindo o diretor da prisão, o capelão Don Chiot e o general da Guarda Nacional, Montagna, para saber a maneira como os condenados haviam vivido seus últimos minutos. Evocando diante de Silvestri a trágica manhã de 11 de janeiro, foi com emoção, mas também com certo orgulho, que descreveu seu genro marchando para o suplício "com as mãos nos bolsos e um sorriso nos lábios," tomando seu lugar "tranquilamente na cadeira, como se estivesse simplesmente se pondo à mesa" e gritando "viva a Itália" no momento em que o oficial comandante do pelotão deu a ordem de abrir fogo.

Era a ruptura com Edda que lhe causava tormento. A condessa Ciano partira para o exílio e se refugiara com os filhos em um convento de Ingengohl, na Suíça. Corriam a seu respeito os rumores mais extraordinários. Dizia-se que enlouquecera após o anúncio da execução e estava internada em um asilo psiquiátrico perto de Berna. O Duce espreitava o menor indício que pudesse ser fornecido pela imprensa estrangeira e pelas rádios anglo-americanas e suíças. Finalmente, conseguiu saber onde ela estava e enviou para junto dela um velho padre, don Giusto Pancino, que encarregou de transmitir a Edda mensagens nas quais lhe falava de sua afeição e seu desespero. "Diga-lhe," respondeu ela, "que somente duas soluções poderiam reabilitá-lo aos meus olhos: a fuga

ou o suicídio."

A Itália em pedaços

Os primeiros meses de existência da República Social Italiana coincidiram com modificações na ordem política e militar que levaram a uma verdadeira cisão da Itália. Houve inicialmente a divisão do país em dois, de um lado a outro da linha de frente. Após a conquista da Sicília e o desembarque em Salerno, os aliados rapidamente progrediram em direção ao norte, ocupando Nápoles em 1º de outubro de 1943, sem, contudo, conseguirem ultrapassar a "linha Gustav" – vasto conjunto de fortificações apoiadas contra os Apeninos e que iam do Garigliano ao Sangro, onde o marechal Kesselring resistiria seis meses, rebatendo os ataques frontais de seus adversários e causando-lhes pesadas perdas, principalmente na região de Cassino.

Para desbordar suas posições, em janeiro os americanos desembarcaram em Anzio, sul de Roma, mas a resistência alemã e os contra-ataques não permitiram o avanço. Só em maio, graças às manobras audaciosas dos *tabors* marroquinos do general Juin, a "linha Gustav" pôde ser rompida, o que permitiu aos aliados entrarem em Roma em 4 de junho. Prosseguindo, atingiram Florença, onde a batalha durou 15 dias, a cidade libertada no início de setembro por uma ação conjugada das forças aliadas e grupos de *partigiani*. No fim do verão, a ofensiva foi detida na "linha gótica" (Pisa-Rimini) e recomeçou somente em abril de 1945.

Será, portanto, uma Itália dividida em duas que durante 18 meses enfrentará os horrores conjugados da guerra e da guerra civil. Em 13 de outubro de 1943, o governo Badoglio declarou guerra à Alemanha. Nos dois campos, soldados com o uniforme italiano combatem agora ao lado de um "aliado" que lhes fornece armas, equipamentos e provisões. Churchill, com efeito, não tem pressa de ver a Itália reabilitada para participar ativamente da última fase da guerra: primeiro porque ela deve pagar pela "punhalada" de 1940, em seguida porque a Inglaterra não tem interesse em que um país cujas ambições são rivais das suas erga a cabeça e conteste sua hegemonia. Não consente em aliviar o controle exercido pela comissão aliada sobre as zonas liberadas e não aceita ajudar a recuperação econômica do país.

A situação se complica com a aparição de um terceiro ator, cuja ação política e militar pouco a pouco assumiria importância decisiva. No outono de 1943, com efeito, numerosos oficiais e soldados que desejavam escapar da remobilização decretada por Mussolini constituíram, juntamente com comunistas e outros antifascistas, os primeiros grupos de *partigiani*, rapidamente acrescidos de todos os ameaçados pelas milícias do Partido Fascista Republicano ou pelo trabalho obrigatório na Alemanha. Em ligação com os anglo-americanos, que lhes forneciam armas, esses grupos fizeram sabotagem e guerrilha e seriam auxiliares ativos dos aliados na libertação do centro da Itália no verão de 1944, e mais tarde do norte. Nas cidades se organizaram, por iniciativa do Partido Comunista, os *Gruppi d'Azione Partigiani* (GAP), organismos clandestinos rigorosamente compartimentalizados que praticavam guerrilha urbana contra alemães e fascistas: atentados a bomba contra edifícios oficiais, execução de militantes fascistas, ataques contra milicianos e soldados alemães, sabotagem de instalações técnicas.

Para coordenar a ação da resistência, foi criado o Comitê de Libertação Nacional no

outono de 1943. Agrupava combatentes clandestinos pertencentes a todos os horizontes do antifascismo: liberais, radicais, socialistas e comunistas reunidos em torno de Nenni e Togliatti, e também membros do Partido de Ação de Emilio Lussu e Ferruccio Parri, em busca de uma terceira força entre socialismo e liberalismo. Foi sob a pressão desse comitê que, em abril de 1944, o Rei teve de substituir o gabinete de técnicos de Badoglio por um governo de coligação antifascista, mantido até a libertação de Roma sob a presidência de Bonomi, e depois Parri.

Surgiu o problema do futuro da Itália libertada. Reunidos em Bari em janeiro de 1944, os dirigentes da resistência exigiram a abdicação do Rei para sua entrada no governo. Houve forte reação de Churchill, achando preferível ter inimigos vencidos no governo da Itália a ter de tratar como aliado um governo de resistentes antifascistas. Afirmou não reconhecer outra autoridade além do Rei e de seu primeiro-ministro. A crise nas relações entre aliados e antifascistas italianos só foi resolvida pela intervenção de Togliatti. De retorno da URSS, o líder comunista propôs, por ordem de Stalin, adiar a questão institucional e constituir um governo de união nacional cuja tarefa seria ajudar a libertação do território. A "virada de Salerno" facilitou o meio-termo com os aliados desejado pelos americanos e ao qual Churchill finalmente aderiu. A monarquia não foi abolida, mas Vittorio Emanuele aceitou transmitir o poder ao príncipe herdeiro Umberto, nomeado lugar-tenente geral do reino, e retirar-se da vida pública uma vez Roma reconquistada.

Após a libertação de Roma, o Comitê de Libertação Nacional se instalou na capital e confiou ao Comitê de Libertação da Alta Itália (CLNAI), que se desenvolvera de maneira autônoma e tinha sede em Milão, a missão de coordenar as forças de resistência do território ocupado. Ao mesmo tempo, foi criado o Comando Geral dos Voluntários da Liberdade. Sua direção era composta de cinco chefes de *partigiani* que representavam as diversas formações políticas associadas aos comitês de libertação, assistidos, como conselheiros militares, por um comandante em chefe, o general da ativa Raffaele Cadorna – filho do chefe de estado-maior da Primeira Guerra Mundial – e por dois comandantes adjuntos: o comunista Luigi Longo e o líder do Partido de Ação, Ferruccio Parri.

No norte, portanto, a resistência possuía um rosto muito diferente da resistência romana. Era muito mais politizada, mais radical em seus objetivos. Não pretendia apenas libertar o território, queria uma transformação completa da sociedade. Sua guerra era revolucionária e patriótica, dirigida contra os fascistas republicanos e contra os alemães. O único resultado possível para o combate que se iniciara entre ela e a República Social de Mussolini era a eliminação de uma das partes.

A república de camisa negra

Nessa Itália dividida entre poderes concorrentes ou inimigos, que peso tinha o exilado no lago de Garda? O processo de Verona sem dúvida restituíra um pouco de seu prestígio junto aos fascistas republicanos, mas por quanto tempo? Suas hesitações e seu stress, tanto quanto as turbulências e os episódios burlescos de sua vida doméstica, fizeram a volta dos salões e escritórios nos quais se cruzavam funcionários, dirigentes fascistas e oficiais italianos e alemães, e a imagem do ditador se deslustrou um pouco. A de Pavolini, ao contrário, está no zênite entre os esquadristas que formam o núcleo do

fascismo republicano. O secretário-geral do partido não se aproveita disso para se apossar do poder – ainda não. Espera sua hora, consciente de seu carisma e de seu prestígio junto aos jovens.

Mussolini sofre relegado à posição de simples executante das vontades hitlerianas. Queixa-se com o embaixador da Alemanha, Rahn, e com outros senhores do Reich, sem outro resultado que vê-los se meterem cada vez mais nos assuntos internos da República, exigindo, por exemplo, serem consultados na designação dos prefeitos. Suporta mal o fato de ser vigiado, guardado por uma coorte da SS, obrigado a passar por uma central militar alemã quando quer telefonar, escoltado ou seguido no menor de seus deslocamentos, interditado de tomar banho nas águas do lago por "motivos de segurança." Seus nervos estão à flor da pele. Seus acessos de cólera, mais e mais frequentes e violentos, explodem por razões cada vez mais fúteis. Seu humor oscila subitamente entre a mais completa resignação e a revolta contra os "malditos alemães" que fariam melhor em "prender todos os italianos – e a mim em primeiro lugar – em campos de concentração."

Em março de 1944, Gustav Rahn informou a Hitler que o Duce desejava encontrá-lo o mais breve possível, a fim de resolver de vez a situação e obter maior margem de autonomia. Rahn teve a coragem de acrescentar que não somente era preciso receber Mussolini, mas também seria bom que ele não fosse embora de mãos vazias. "É nosso real interesse apoiar um pouco a independência italiana e atenuar, com algumas satisfações pessoais ou práticas, a recorrente tendência do Duce à depressão." Hitler aceitou o conselho e quando, em 22 de abril, Mussolini o encontrou no Schloss Klessheim de Salzburg, acompanhado por Graziani e pelo subsecretário do Exterior, Serafino Mazzolini, teve a surpresa de não se ver logo submerso em palavras por seu anfitrião. Hitler o deixou recitar um longo discurso em alemão que ele preparara com cuidados de bom aluno.

O Duce se queixou da sujeição do governo republicano. Este fazia todo o possível para ajudar a Alemanha, fornecer-lhe mão de obra e soldados, e em troca precisava mendigar equipamentos para um exército cujos meios estavam longe de se igualar aos dos *partigiani*. Graziani repetiu o mesmo argumento, mas nenhum obteve do Führer mais que vagas promessas. Mesmo assim, uma vez mais Mussolini voltou da Alemanha revigorado. Durante o jantar privado com Hitler na última noite, este fizera nova alusão às "aterrorizantes" armas secretas que em breve seriam utilizadas contra a Inglaterra, e, antes de voltar para Gargnano, o Duce teve o prazer de passar em revista os 600 oficiais e 12 mil homens da divisão San Marco, para os quais pronunciou um discurso racista e belicoso que lembrava as perorações triunfalistas que se seguiram à proclamação do Império:

> A vergonha da traição – declarou – só pode ser apagada pelo retorno ao combate contra o invasor que infecta o solo sagrado da Pátria. Para além do Garigliano estão os acampamentos não somente do inglês cínico e cruel, mas do americano, do francês, do polonês, do hindu, do sul-africano, do canadense, do neozelandês, do marroquino, do senegalês, do negro e do bolchevique. Vocês terão a alegria de abrir fogo contra essa balbúrdia de raças bastardas e mercenários que, na Itália invadida, não respeitam nada nem ninguém.

Mussolini sonhava com um exército equipado pelos alemães da cabeça aos pés. Vangloriava-se de poder levantar oito ou dez divisões que combateriam a seu lado nos fronts do Garigliano e do Liri ou, mais tarde, na "Linha Gótica." Ilusão compartilhada por certos jovens que, após o armistício de 8 de setembro, correram aos recrutamentos abertos pelos fascistas em Roma ou alhures, com a ideia fixa, como escreverá Carlo Mazzantini, de "morrer em Cassino." Recebidos o uniforme e vagos rudimentos de instrução militar, no entanto, foram enviados não para Cassino, mas para o norte, e com o objetivo não de parar os "invasores," mas de caçar outros italianos. Mesmo quando Kesselring intercedeu junto a Hitler para que duas das quatro divisões italianas treinadas na Alemanha fossem enviadas para a Itália, no verão de 1944, as tarefas assinaladas a essas unidades consistiam, de maneira mais ou menos exclusiva, na luta contra os *partigiani*.

Esse foi o papel a que os dirigentes e chefes militares do Reich relegaram o exército de Mussolini. Houve exceções, é verdade. A Decima Mas, a unidade do príncipe Junio Valerio Borghese – chefe dos comandos-suicidas da marinha italiana – por exemplo, foi engajada no início de 1944 contra as forças anglo-americanas desembarcadas em Anzio. Mas no conjunto, os soldados da República Social foram empregados contra o "inimigo interno." Mobilizados pelo partido, durante 18 meses os homens de Ricci e Pavolini caçariam *partigiani* e judeus, semeariam o terror nas zonas disputadas com a resistência, rivalizariam em atrocidade com a SS nas operações de represália contra as populações civis e eventualmente ajudariam a Gestapo, enquanto esperavam ser vítimas de uma guerra civil que faria dezenas de milhares de mortos e suscitaria nos dois lados muitos atos de barbárie.

Qual a responsabilidade do Capo da República Social nessa explosão de violência? Em relação às represálias do exército alemão, quer se trate do massacre das Fossas Ardeatinas, em março de 1944, em Roma – 335 reféns, dos quais 77 judeus destinados à deportação, foram friamente abatidos pelos SS de Kappler depois de um atentado a bomba executado pelos GAP – quer se trate dos perpetrados meses depois pela coluna do major Reder em Sant'Anna di Stazzema e Marzabotto (repetição italiana do vilarejo francês de Oradour cuja população, incluindo mulheres e crianças, foi exterminada em setembro de 1944), evidentemente não há responsabilidade. Obedecendo às instruções do Führer, Kesselring foi o único instigador dessas atrocidades. Mas Mussolini soube delas e nada fez para conter seus aliados. Em Roma, além disso, foi a polícia fascista subordinada a Buffarini Guidi que ajudou Kappler a preparar a lista de reféns.

Mais obscuro é o papel do ditador na ação contra os *partigiani* por parte das milícias e polícias paralelas que pulularam no tempo da RSI. As brigadas negras e a Guarda Nacional Republicana, que efetuavam as operações contra os *partigiani*, dependiam diretamente de Pavolini e Ricci, dois homens que o Duce via diariamente e que, mesmo com ampla autonomia, não podiam agir sem seu conhecimento. É evidente que a contraguerrilha comandada por eles era aprovada por Mussolini. Não pedira ele a Graziani, em junho de 1944, para envolver o exército regular nessas ações e coordenar as operações contra os "fora da lei"? "A organização do movimento contra o banditismo – declarou ao marechal – deve ser tal que atinja psicologicamente e aumente o entusiasmo em nossas fileiras unificadas. Deve ser a marcha da República Social contra a Vendeia."

Particularmente ambíguas foram as relações episódicas que Mussolini teve com o que a República Social possuía de mais odioso em matéria de repressão selvagem e

colaboração com os názis: a "legião autônoma móvel Ettore Muti," baseada em Milão e sob o comando de Francesco Colombo; o bando de assassinos, na maioria ex-condenados pela justiça libertados da prisão após 25 de julho, dirigido por Mario Carità; e, sobretudo, os ocupantes sádicos da pensão Jaccarino em Roma, e, depois, da tristemente famosa "villa triste" em Milão, onde os sicários de Pietro Koch torturaram dezenas de antifascistas até a morte. Oficialmente, o governo e a polícia não tinham ligações com essas organizações, cujos serviços os alemães utilizavam. Buffarini as protegia, assegurando sua manutenção e fornecendo a logística necessária ao cumprimento de sua sinistra tarefa. Somente o bando de Koch teria custado dois milhões de liras mensais ao caixa da República Social.

Que o Duce conhecesse todas as atividades dessas polícias paralelas, ou mesmo a existência de algumas delas, não foi confirmado. Trabalho sujo por pequenos grupos de capangas faz parte da ação de qualquer ditadura, e o fascismo não esperara sua instalação em Salò para recorrer a eles. Isso posto, acredita-se que Mussolini se serviu do bando de Koch essencialmente para missões de reconhecimento. Quando mediu o impacto das ações "contraterroristas" dessa oficina de torturadores sobre a população, bem como sobre certas personalidades milanesas que desejava conservar a seu lado (como o cardeal Schuster ou o decano da ordem dos advogados, Edoardo Maino), decidiu pôr fim a sua existência e encarregou o general Renzo Montagna, nomeado chefe da polícia em outubro de 1944 em substituição a Eugenio Cerutti, de prender Koch e seu bando. Outros grupos foram igualmente eliminados, para grande descontentamento da SS, que, no entanto, limitou-se a protestar com Buffarini, destituído por sua vez em fevereiro de 1945.

Último encontro com Hitler

No início do verão de 1944, deu-se, se não propriamente uma melhora na vida do Capo da República Social, pelo menos um alívio no estado físico e moral em que vivia desde o início da guerra. Certamente não foram notícias dos fronts que devolveram sua serenidade. Roma caíra em junho, dois dias antes de os aliados desembarcarem na Normandia; e dois meses mais tarde, os aliados libertaram Florença e Paris. Mas ele estava melhor. Ganhara peso. Suas cólicas eram menos frequentes, um pouco menos dolorosas. Ele retomava gosto pela leitura e pela escrita.

Em toda sua vida, Mussolini cultivara o gosto pela escrita jornalística que o fizera sair das sombras quando era apenas um membro comum do partido socialista da era giolittiana. Jornalista nato, jamais renunciara a escrever, mesmo sobrecarregado de atividades e obrigações diversas, durante toda a era fascista. Mas desde o início da guerra reduzira sua colaboração na imprensa do regime e, após sua libertação do Gran Sasso, ficou algum tempo silencioso. Só retomou o gosto pela escrita várias semanas após o processo de Verona, começando por fundar uma agência de notícias, a Corrispondenza Repubblicana, encarregada de publicar seus próprios escritos. Em seguida, redigiu uma série de artigos para o *Corriere della Sera* nos quais denunciava com virulência todos os responsáveis pela queda do regime e que foram reunidos no livro *Storia di um anno*. Colaborou igualmente em *Libro e Moschetto*, assinando seus textos com o pseudônimo stendhaliano Fabrizio del Dongo. Enfim, deu muitas entrevistas que lhe permitiram dizer

umas verdades aos "traidores" de 25 de julho.

A melhora de saúde se devia em parte ao tratamento de um médico militar alemão chamado Zachariae, enviado por Hitler, para quem, sendo o mal de provável origem psicossomática, Mussolini tinha necessidade de falar pelo menos tanto quanto de medicação. Ele também mudou a dieta e desaconselhou o leite, que era o essencial de sua alimentação.

Nem Paris nem Florença tinham ainda caído nas mãos dos aliados quando Mussolini deixou Gargnano para ir ao Reich, em 15 de julho, em um trem especial fornecido pelos alemães. Por três dias, inspecionou os acantonamentos das tropas italianas, a Divisão Alpina Monterosa em Munzinger, os *bersaglieri* da Divisão Italia em Paderborn, a Divisão San Marco em Grafenwoer e a Divisão Littorio perto de Heidelberg. A cada parada, fez um discurso marcial aclamado pelos regimentos em uniforme de desfile.

O trem se aproximava do quartel-general do Führer quando, subitamente, parou em campo aberto. Portas e janelas foram rapidamente fechadas. Baixaram-se as cortinas e foi pedido aos oficiais italianos que permanecessem em seus lugares. Um pouco mais tarde, chegaram as primeiras informações. Em Rastenburg, Hitler acabara de escapar de um atentado a bomba cujo executante fora o coronel von Stauffenberg, e os conspiradores da alta hierarquia militar alemã. Quando o trem chegou à estação de Görlitz, o Führer estava na plataforma com Ribbentrop, Himmler, Doenitz, Keitel e Bormann. A despeito do calor, envergava um capote preto, estava pálido, com o braço direito apoiado em uma echarpe. Caminhou ao encontro do visitante e explicou que acabara de explodir perto dele uma "máquina infernal."

Os sentimentos do Duce estavam divididos. De um lado, real compaixão por seu anfitrião, aumentada pelo medo inspirado pela súbita revelação da vulnerabilidade do poder hitlerista; de outro, não estava de todo descontente ao constatar – como diria mais tarde a Barracu, subsecretário da Presidência – que não era o único ditador "cercado por traidores." Hitler não lhe deixou muito tempo para se apiedar de seu destino. Ele tinha pressa em acertar as contas com os conjurados e ouviu atentamente as demandas de seu aliado relativas ao repatriamento das divisões fascistas estacionadas na Alemanha e à situação dos militares italianos internados após o armistício de 8 de setembro.

Na mesma noite, o Führer acompanhou seu hóspede à estação. Antes de deixá-lo, apertou demoradamente sua mão e disse: "Sei que posso contar com você. Peço que você acredite quando digo que o considero o melhor, talvez o único, amigo que tenho neste mundo." Dez anos após o encontro perdido de Stra, foi a última vez que os dois ditadores se viram.

Volta a Milão

Mussolini voltou revigorado da conversa com o Führer e confiante nas promessas feitas por ele. Mas logo perdeu as ilusões. Os alemães autorizaram duas das quatro divisões a voltarem para a Itália, onde formaram em julho, com três divisões alemãs, o Corpo de Exército Liguria, sob comando de Graziani. Mas em vez do front, como desejava ardentemente o Duce, foi para a zona alpina lutar contra os *partigiani*.

Mussolini protestou com o alto comando alemão, mas não foi ouvido. E não

dissuadiu os chefes da Wehrmacht e da SS de se entregarem a sangrentas represálias. Em agosto de 1944, depois de um atentado contra uma viatura alemã em Milão, os názis executaram 15 presos políticos, fuzilados por ordem da SS pela brigada Ettore Muti, depois expostos no piazzale Loreto, local do atentado. Mussolini, em seu retorno da Rocca delle Caminate, na Romagna enviou carta vigorosa a Rahn contra "a brutalidade e o desprezo pelo procedimento normal" que haviam presidido o massacre do piazzale Loreto, explicando ao embaixador do Reich que atos desses suscitariam hostilidade crescente aos alemães e arruinariam, por ricochete, seu próprio governo. "É necessário dar aos 22 milhões de italianos do vale do Po a impressão de que existe uma República, um governo considerado aliado, e que seu território não é *presa de guerra*."

O verão de 1944 – último verão de guerra para a Europa – chegava ao fim. As notícias dos fronts eram péssimas. No leste, os russos chegaram ao Vístula. No Ocidente, os aliados terminavam de libertar a França, e sua determinação não esmoreceu pelas armas "aterrorizantes" – bombas V1, V2, aviões a jato – que Hitler considerava decisivas. Na Itália, nova ofensiva inimiga fora bloqueada na Bologna, mas Forlì fora perdida, e La Rocca delle Caminate ocupada e saqueada pela população local. A hora não era para otimismos.

A proximidade de uma conclusão cada dia menos incerta incitava Mussolini a se distanciar dos alemães – como se esperasse que um pouco mais de independência nas relações do governo de Salò com eles pudesse suavizar o destino que os futuros vencedores reservariam aos chefes da República Social e a ele mesmo. Assim, começou a fazer reclamações mais enérgicas a Rahn e aos comandos alemães – sua intervenção após a matança do piazzale Loreto muito mais violenta que no massacre das Fossas Ardeatinas – mais preocupado em afirmar sua vontade de independência. Em fevereiro de 1945, demitiu Buffarini, protegido dos alemães e durante muito tempo protetor das polícias paralelas que serviam como auxiliares da SS. Ao saber que o censor da Rádio Milão se opunha à leitura do comunicado que ele mesmo redigira, explodiu: "Informe a esse alemão que, se o comunicado não for lido em uma hora, irei à rádio de Milão para ler eu mesmo, e veremos quem vai me impedir." "Ou os alemães confiam em mim e me deixam governar, ou não confiam, e então que se transforme a aliança em ocupação militar e eu seja preso em Dachau."

Foi sem dúvida por razões idênticas – afirmação de sua independência em relação ao Führer e preocupação em apaziguar os aliados na perspectiva do acerto de contas final – que, na mesma época, o Duce se empenhou nas medidas de nacionalização decididas em fevereiro de 1944 e em abrir a via para um pluralismo político orientado à esquerda. Nem tudo, porém, era oportunismo e camuflagem demagógica nessa escolha por um retorno acelerado ao fascismo populista e antiburguês de 1919. Achando que as velhas elites o haviam traído, Mussolini acreditou poder religar suas raízes esquerdistas a essa mistura de socialismo anarquizante, jacobinismo mazziniano e patriotismo que nutrira sua cultura política na juventude, do mesmo modo que à clientela popular que fora a sua trinta anos antes.

Se esta não compareceu, houve alguns que levaram a sério as palavras do Capo do governo e tentaram lançar com ele uma "ponte" entre socialismo e fascismo. O primeiro da fila, Edoardo Cione, era um jovem filósofo napolitano, discípulo de Benedetto Croce convertido ao socialismo, que tinha amigos nos dois campos. Um deles, Carlo Alberto Biggini, não era senão o ministro da educação da RSI. Foi por seu intermédio que

Mussolini conheceu Cione, do qual em outra época lera um livro sobre Croce e que lhe fora descrito como um antifascista idealista e inofensivo que sonhava em conciliar vermelho e negro. Chamou-o a Gargnano e o deixou expor seus planos.

Cione chegava em boa hora. A guerra parecia irremediavelmente perdida, e o Duce devia pensar na capitulação. Em vez de se render aos aliados, cujas intenções podia adivinhar, por que não negociar com os resistentes, seus adversários, sem dúvida, mas também seus compatriotas, uma transmissão do poder? Não começara ele a fazer contato com antigos socialistas, como Carlo Silvestri? Não tinha associado o ex-dirigente comunista Bombacci à redação do manifesto de Verona? O encontro com Cione se inscrevia na mesma estratégia.

Meses mais tarde, este constituiria o Reagrupamento Nacional Republicano Socialista, grupelho efêmero que reunia em torno de Cione alguns idealistas até então ausentes dos negócios políticos, fascistas em busca de reabilitação futura e pequeno número de ex ou pseudossocialistas. Os verdadeiros socialistas engajados nas fileiras da resistência permaneceram surdos aos apelos do filósofo napolitano. Dotado no fim de março de um órgão de imprensa, *L'Italia del Popolo*, o Reagrupamento encontrou apenas indiferença nas massas italianas e desapareceu com a República Social, não sem ser violentamente atacado pelos fascistas intransigentes.

Em setembro, pensou-se na transferência do governo para local mais seguro que Salò e na construção de um "reduto alpino" de última defesa. Pavolini pensou na Valtellina, ao norte de Como. Rahn teria preferido Friuli e a Carniola, temendo que a proximidade da Suíça fizesse os soldados preferirem o internamento em país neutro a um combate sem esperança. Outros dirigentes fascistas propunham o Alto Adige, mas Pavolini não queria enviar seus homens a uma região que obedecia a um *gauleiter* alemão. Não houve decisão, só se descartou um recuo para a Alemanha.

Em dezembro, Mussolini pensou em transferir seu governo para Milão. Até então, evitara ir à cidade origem de sua fortuna política e que amava, mas, diziam, tornara-se hostil. Mesmo no aniversário da Marcha sobre Roma, em 28 de outubro, recusara o convite para falar aos milaneses. Por que mudou de opinião em seis semanas? Em 16 de dezembro, quando fez sua entrada no teatro Lírico, onde se encontrava uma assistência numerosa e agitada, foi acolhido por imensa aclamação. Era a primeira vez que aparecia em público em Milão desde 1936, e foi o último discurso que pronunciou diante de um público assim vasto.

Foi o anúncio, no mesmo dia, da ofensiva lançada por von Rundstedt nas Ardenas ou o desejo de desafiar os alemães que o estimulou? O fato é que fez, como nos melhores dias, um discurso flamejante, interrompido pelos gritos e aplausos de seus fiéis. Velho ator reencontrando *seu* público após uma longa travessia do deserto, durante alguns minutos soube recriar a magia do verbo e do gesto que tanto inflamara as multidões. Evocou o imenso esforço que a Itália republicana fizera em sua luta contra as "plutocracias reacionárias." Declarou querer defender a planície de Po "com unhas e dentes." Denunciou mais uma vez os "traidores de 25 de julho." Sobretudo, falou do futuro da República Social, de sua vontade de aplicar o manifesto de Verona e dar ao regime os ideais revolucionários do fascismo original. Chegou a declarar que, se o partido único devia permanecer o "responsável pela direção global do estado," poderia ser fecundo, "em certo momento da evolução histórica da Itália," dar espaço a "outros grupos exercendo o direito de controle e crítica responsável."

Na saída do teatro Lírico, constatou que a população milanesa não fora completamente convertida ao antifascismo. Foi seu último banho de povo, mas com que júbilo mergulhou nele! Por dois dias percorreu a cidade em carro aberto, fazendo um discurso na Piazza San Sepolcro, na qual nascera o fascismo um quarto de século antes, e voltou para Gargnano, onde não se falou mais em transferir o governo para a capital lombarda. Passada a exaltação dessa breve chama, recaiu numa melancolia amarga, respondendo a um amigo que o felicitava por sua apresentação milanesa: "Que é a vida? Poeira e altares. Altares e poeira."

A derrocada

O lago de Garda é uma espécie de oásis mediterrâneo no flanco dos Alpes. Na maior parte do ano, reina um clima agradável, mas os invernos podem ser chuvosos e frios. O de 1944-1945 foi péssimo, como se a natureza se associasse à atmosfera de angústia e luto que cercava o governo fantasma da República Social. Enquanto os mais resolutos chefes fascistas, como Pavolini, ocupavam-se em reunir seus últimos partidários, os que haviam decidido ir até o fim da aventura mussoliniana, o velho ditador fazia o triste balanço de seu reinado. Pouco saía de Gargnano, passando a maior parte de seu tempo na Villa Orsoline a ler, escrever, classificar seus papéis e dar ordens contraditórias a seus subordinados. Às fases de excitação e esperança se sucediam momentos de depressão profunda. Em fevereiro de 1945, seu médico alemão o descreveu como "absolutamente privado de energia e inteligência," mas é verdade que os diagnósticos de Zachariae variavam às vezes ao sabor dos humores de seu paciente.

O dominante era o humor sombrio. Em março, recebendo a jornalista Maddalena Mollier, esposa do adido de imprensa alemão, que viera entrevistá-lo e fotografá-lo, ele se entregou sem reservas a uma verdadeira confissão na qual se misturavam descrédito de si mesmo e autocomiseração:

> Há sete anos, eu ainda era um personagem interessante. Agora, sou um defunto. O que você quer saber? Onde, meu Deus, você quer publicar uma entrevista com Benito Mussolini? Ainda se diz coisa demais de mim. Não vale a pena.

E pediu à jornalista que o artigo só fosse publicado depois de sua morte.

> A morte se tornou amiga, não me apavora mais. (...) Para mim, só se abrirão as portas da morte. E é até justo. Errei e pagarei, se esta minha pobre vida ainda paga alguma coisa. Nunca errei quando segui meu instinto; sempre, quando obedeci à razão. Sou responsável tanto pelo bem que fiz, que o mundo não poderá negar, quanto por minhas fraquezas e minha deposição. Sim, minha senhora. Acabei. Minha estrela já se pôs. Trabalho e me esforço, embora saiba que tudo é só uma farsa. Espero o fim da tragédia e – estranhamente desprendido de tudo – não me sinto mais ator, sinto-me o último dos espectadores.

Com outros interlocutores, recebidos em momentos de menor desânimo, falava mais serenamente dos erros passados. A Giovanni Preziosi, zeloso servidor da SS na aplicação da solução final, que Mussolini desprezava, mas a quem confiara a direção geral para a demografia e a raça, admitiu continuar "um velho socialista" e não ter compreendido a tempo que a Itália devia sua ruína à burguesia: "Stalin é o único homem que pode se apresentar com as mãos limpas ante o tribunal da história." A Bombacci, comunista arrependido, explicou que se aliara à Alemanha porque "a Alemanha de Hitler era fascista. Imensas multidões, desfiles deslumbrantes, atmosfera épica de vitalidade e glória militar. Tudo isso me cegou." Ao diretor do *Popolo di Alessandria*, Gian Gaetano Cabella, com o qual conversara longamente sobre jornalismo, disse que ingenuamente acreditara na inteligência das massas: "Nos diálogos que tantas vezes tive com as multidões, tinha a convicção de que os gritos que respondiam às minhas perguntas eram sinais de consciência, de compreensão; mas era histeria coletiva." A Francesco Coppola, enfim, que elogiava suas qualidades de estadista, respondeu um dia que o único verdadeiro homem de estado que a Itália conhecera desde a Unificação fora Giolitti. "Eu não sou um estadista. Sou um poeta."

Mas não se imagine que Mussolini passou os últimos meses de sua vida em um estado de prostração e autoflagelação. Houve altos e baixos, momentos de trégua e recaídas: períodos relativamente longos durante os quais, tendo recuperado as forças, queria mostrar a seus colaboradores e aos alemães que ainda era capaz de tomar decisões, destituir um ministro, um chefe de polícia, um diplomata, talvez mesmo enviar a Rahn ou a Wolf notas incendiárias. Sobretudo, conservava orgulho suficiente para só aparecer em público nos dias favoráveis, o que o obrigava mais que nunca a dominar-se.

O que dissera a Maddalena Mollier – ser apenas um espectador indiferente – era falso. Era sempre ator, ator permanecia, empenhando-se com zelo ridículo em desempenhar o papel de si mesmo, em vestir a toga de César, agora muito grande para ele. O resultado eram cenas tragicômicas, como a relatada por Carlo Mazzantini, um desses moços fascistas mal saídos da adolescência que a República Social convocara não para encontrar a "boa morte" em Cassino ou na Linha Gótica, mas para erradicar o "terrorismo vermelho." Em março de 1945, como um de seus membros conhecia a família do Duce, o pequeno grupo de milicianos ao qual ele pertencia foi recebido por Mussolini. Sequência surrealista que Mazzantini recorda nestes termos:

> Vestia um velho uniforme de oficial, sem insígnia de posto ou condecoração, tão usado que não parecia mais um uniforme militar e me fazia lembrar do aspecto dos soldados em fuga do 8 de setembro que voltaram para a Península naqueles dias de miséria, com uniformes rasgados dos quais tinham arrancado divisas, galões e insígnias de unidades. Uma única nota de cor estava presente: a fita vermelha do esquadrismo em volta da manga esquerda.
>
> Falava apressado, com a voz que conhecíamos e o tom peremptório feito de rápidas rajadas e curtas pausas que davam impressão de concisão e clareza.
>
> No fim de cada frase havia um silêncio, indicando que nada havia a acrescentar, destacado por uma rotação da cabeça e do olhar, como se esperasse o assentimento de um auditório imaginário. E, contudo, a impressão que tínhamos era de que desempenhava um papel no qual já não acreditava. Por trás de suas palavras, pressentia-se como que um vazio, como se ele tivesse

consciência – sem, no entanto, resignar-se a isso – de sua incapacidade de ter peso sobre a realidade, de se traduzir em fatos.

Eu olhava as sombrias expressões do rosto, a maneira de pousar as mãos sobre os quadris e jogar a cabeça para trás que mostravam ainda mais o trabalho implacável do tempo e dos eventos sobre sua pessoa e davam uma nota grotesca a toda a cena, e sentia crescer em mim, com uma espécie de insuportável mal-estar, uma onda de perguntas tão confusas quanto inquietantes.

Quem era aquele homem que falava como ele, que fazia os mesmos gestos que ele, como víramos mil vezes nos cinejornais, e não era ele? Claro que eu reconhecia seus traços, ainda que estivessem amarrotados pelos anos, seus gestos bruscos, esse hábito de contrair os lábios e relaxá-los após uma frase breve, mas como se tudo isso pertencesse a alguém que não somente eu não conhecia, mas que não se parecia de modo algum com o homem que eu construíra em minha imaginação.

Enquanto Mussolini abria a alma ou se ocupava no governo de uma república moribunda, os alemães havia semanas negociavam sua rendição. Desde o outono de 1944, houve negociações entre Wolf, Rahn e Dollmann, de um lado, e a Cúria romana e o arcebispo de Milão, monsenhor Schuster, do outro. Elas não levaram a nenhum resultado tangível. Em contrapartida, as que se desenrolaram na Suíça a partir de fevereiro de 1945 entre os emissários do Reich e os de Roosevelt (e depois Truman) e Churchill conduziram, após mil vicissitudes – Stalin se recusando a ratificar qualquer coisa que se parecesse com uma paz separada – a um acordo sobre a capitulação da Wehrmacht no norte da Itália. As negociações se deram no maior segredo, e Mussolini foi mantido completamente no escuro por seus aliados.

Enquanto os negociadores alemães e anglo-americanos examinavam na Suíça as condições de um cessar-fogo no front italiano, os exércitos aliados retomaram a ofensiva ao sul de Bologna. Uma primeira ruptura teve lugar em abril e, a partir do dia 20, os alemães começaram a recuar para o norte. No dia 23, o Po foi atravessado. No dia 24 começou, orquestrada pelo Comitê de Libertação Nacional da Alta Itália e pelo Corpo dos Voluntários da Liberdade, uma insurreição geral que em alguns dias se apoderaria das alavancas de comando em Veneza, Gênova e Milão.

Em 18 de abril, Mussolini deixara o lago de Garda pela capital lombarda, decidido a não mais retornar a Gargnano. Acreditaria em uma possível reação de seus partidários e aliados? Aparentemente, não. Após juntar seus papéis pessoais e mandar que os outros fossem jogados no lago, despediu-se de seus colaboradores, de alguns amigos e de sua irmã Edvige, declarando ao prefeito Gioacchino Nicoletti: "Não há mais nada a fazer. Acabou." E a Dinale, que lhe dizia "até logo": "Não. Não tenho mais ilusões. É adeus." Sempre esse gosto pelo gesto teatral e pela réplica patética, rapidamente desmentidos por uma frase que indicava, ao contrário, que ainda esperava um milagre: a arma absoluta prometida pelo Führer – no momento entocado em seu *bunker* berlinense à espera da chegada dos russos – a dissensão entre os aliados, o "despertar" do povo italiano prefigurado pela acolhida dada pelos milaneses ao discurso de 16 de dezembro, a conclusão de um acordo com os chefes da resistência que permitiria ao Duce ao mesmo tempo salvar sua vida e transmitir o poder aos dirigentes democratas, especialmente aos

socialistas. O fascismo cumpriria seu ciclo histórico: nascido do socialismo, retornaria ao socialismo.

Em Milão, Mussolini se instalou na prefeitura, na via Monforte, de onde, durante uma semana, trabalhou em duas frentes: o projeto do "reduto alpino," no sentido desejado por Pavolini – o governo optara, com efeito, pela Valtellina – e as negociações conduzidas por ele mesmo e por alguns ministros com vistas a um entendimento com o Comitê da Alta Itália e os Voluntários da Liberdade. Os principais intermediários eram o cardeal Schuster, o jornalista Carlo Silvestri e o industrial Gian Riccardo Cella, que comprara os escritórios e as impressoras do *Popolo d'Italia*. A entrevista decisiva teve lugar no arcebispado, na tarde de 25 de abril. A delegação fascista chegou primeiro, composta por Mussolini, Barracu, Cella, Bassi e Zerbino, aos quais um pouco mais tarde se juntou Graziani. Enquanto esperava pelos representantes da resistência, o Duce foi recebido em audiência privada pelo cardeal Schuster. A entrevista durou uma hora, durante a qual Schuster sondou o Duce sobre suas intenções, saudando sua determinação de salvar a Lombardia e o norte da Itália ao tomar "voluntariamente o caminho de Santa Helena."

Quando a delegação do Comitê de Libertação Nacional, composta pelo general Cadorna, o advogado democrata-cristão Marazza e Riccardo Lombardi, representante do Partido de Ação, chegou ao palácio, todos ficaram impressionados com a palidez e com a impressão de esgotamento na fisionomia do ditador. Depois de se avaliarem mutuamente, em uma atmosfera extremamente tensa, Mussolini foi o primeiro a falar, perguntando a Marazza o que ele tinha a propor. "Nada além da rendição incondicional," respondeu o delegado do CLN. Era preciso ser rápido, porque a ordem para a insurreição geral já fora dada. Mussolini queria garantias para os dirigentes fascistas e suas famílias. Isso poderia ser discutido, mas "somente após a rendição incondicional."

Um acordo parecia possível quando, subitamente, Graziani assumiu atitude obstinada, declarando ser o comandante supremo dos exércitos e pretender consultar os aliados da Itália antes de assinar o que quer que fosse. Fez-se entrar então o prefeito Bassi, que acabara de saber que já por vários dias os alemães negociavam com o CLNAI, notícia confirmada por Marazza e Schuster. Não havia, portanto, necessidade de se preocupar com eles: "Sempre nos trataram como escravos" – exclamou Mussolini, subitamente despertado de seu torpor, como se sob o efeito de uma ducha gelada – "e, por fim, eis que me traem. A partir desse momento, declaro retomar minha liberdade de ação." Depois, voltando-se para seus interlocutores: "Vocês terão minha resposta em uma hora."

A delegação fascista retomou então o caminho da prefeitura. Na escadaria, cruzou com Sandro Pertini, um dos principais dirigentes da resistência que, muito atrasado e subindo de quatro em quatro os degraus do palácio episcopal, não reconheceu o Duce. "Se tivesse certeza de que era ele," diria mais tarde o futuro presidente da República italiana, "eu mesmo o teria abatido com um tiro de revólver." No palácio Monforte, onde reinava uma atividade febril, Mussolini explodiu, acusando Cella e Zerbino de terem-no atirado em uma emboscada. Ele se ateve, sobretudo, ao general Wenning, que comandava o lugar e servia de bode expiatório aos pecados de todos os alemães. Zachariae, que estava presente, descreveu-o "pálido como a morte, o rosto extremamente contraído."

Ele acabou por se acalmar, mas que decisão tomar? Aos dirigentes fascistas que

desejavam resistir no bairro da prefeitura, Mussolini opôs sua recusa de colocar Milão sob fogo e sangue. Render-se incondicionalmente, como exigia o CLN? Mas o prefeito Tiengo explicou que os chefes da resistência esperavam a volta do ditador ao palácio episcopal para prendê-lo e conduzi-lo diante de um "tribunal do povo." Não haverá "um segundo 25 de julho," declarou Mussolini e, após fazer embarcar em um caminhão os dossiês confidenciais de seu secretariado e uma grande soma em dinheiro, deu a ordem de partir para Como, primeira etapa na estrada para a Valtellina.

O assassinato

Nos três últimos dias de Benito Mussolini e de sua companheira Claretta Petacci, o amante de "mistérios" históricos e casos macabros não sente falta do que satisfazer sua curiosidade. O "drama de Dongo" alimentou, com efeito, um filão inesgotável de obras e "testemunhos" confirmando ou contradizendo a vulgata elaborada depois da guerra. Ainda hoje, mais de meio século depois do evento que encerrou a última sequência da história do fascismo, muitas perguntas permanecem sem resposta e assim permanecerão por muito tempo. Nós nos ateremos ao essencial e às hipóteses mais confiáveis.

Enquanto os chefes da resistência, após saberem no palácio episcopal que seu ultimato fora rejeitado por Mussolini, davam a ordem para a insurreição geral, o Duce e sua comitiva rumavam para Como, primeira etapa de uma fuga que devia conduzi-los a Valtellina, onde se uniriam a uma coluna armada que reunia em torno de Pavolini os últimos combatentes da República Social. Além de Mussolini, seu filho Vittorio e Bombacci, que estava no mesmo carro de seu antigo colega – como vimos, ele também fora professor na Romagna – o comboio levava Graziani, Mezzasoma, Zerbino, Liverani, Tarchi, Barracu e Gatti. Claretta, que se unira a seu amante em Milão, seguia em um Alfa Romeo guiado por seu irmão Marcello.

Os hierarcas em fuga permaneceram apenas algumas horas em Como, onde Buffarini Guidi se juntou a eles. Rachele e seus dois filhos mais novos haviam chegado à cidade um pouco antes, mas Mussolini não pôde ou não quis encontrá-los, talvez por medo de enfrentar uma difícil cerimônia de adeus. Ele se contentou em enviar à esposa uma carta que não deixa dúvidas sobre sua visão do destino que lhe estava reservado:

> Querida Rachele
>
> Eis que chego à última fase de minha vida, à última página de meu livro. Talvez nós dois não nos vejamos mais, por isso te escrevo e te mando esta carta. Peço perdão por todo o mal que involuntariamente te fiz. Mas tu sabes que sempre foste a única mulher que eu verdadeiramente amei. Juro diante de Deus e de nosso Bruno neste momento supremo. Sabes que devemos ir para Valtellina. Tu, com as crianças, procura chegar à fronteira suíça. Lá terão uma nova vida.

Ao receber essa carta, Rachele tentou telefonar ao marido. Quando conseguiu, para uma brevíssima conversa, foi uma voz fatigada e resignada que ela ouviu responder quando citou todos os que estavam prontos a lutar por ele e pela Itália: "Não. Não há mais ninguém comigo. Até meu motorista me abandonou. Estou sozinho. Tudo acabou."

Dia 26, às 3 horas da manhã, os hierarcas retomaram a estrada para Menaggio, contornando a margem oeste do lago. Na realidade, Mussolini ainda não optara definitivamente entre o "reduto alpino" e a retirada para a Suíça, recomendada com insistência por Buffarini. A primeira solução exigia que os reforços anunciados por Pavolini pudessem se unir rapidamente à coluna de hierarcas. Ora, chegando a Como com duzentos carros, um pouco de artilharia e alguns blindados, o chefe das "brigadas negras" pôde apenas constatar a ausência do ditador. Partiu rapidamente para Menaggio, a fim de examinar a situação, mas deixou seus homens em Como. Com ele se encontrava a jovem Elena Curti.

Quanto à outra opção, a fuga para a Suíça, Mussolini foi tentado a tentá-la na aurora do dia 26, antes de deixar Como. Mas foi impedido, no momento em que seu carro partia, pelo tenente Birzer, chefe de sua guarda SS. Uma segunda tentativa teve lugar no início da tarde, em Grandola, perto de Menaggio, tão infrutífera quanto a primeira. Buffarini e Tarchi, em contrapartida, conseguiram escapar de seus anjos da guarda, mas foram presos antes de chegar à fronteira. Que, aliás, estava fechada: em Chiasso, Rachele e seus dois filhos foram obrigados a dar meia volta e retornar a Como.

Durante longas horas, os fugitivos esperaram em Grandola a chegada de Pavolini e seus camisas-negras. O tempo estava execrável. O rádio do hotel dava, entre trechos de música, notícias da insurreição e do avanço dos aliados. Para passar o tempo, Mussolini quis caminhar um pouco sob a chuva com Elena Curti, mas o espetáculo de seu amante conversando no jardim do hotel com a jovem ruiva que ela conseguira afastar em Gargnano desencadeou a fúria da Petacci. Durante a cena que se seguiu, Claretta tropeçou em um tapete e feriu o joelho. Tragédia, comédia, a história misturava uma vez mais os gêneros e os papéis.

Quando Pavolini chegou enfim a Menaggio, por volta das 4 horas da manhã do dia 27, o Duce e seus companheiros já estavam na cidade. Tirado da cama em pleno sono, o Duce constatou que o secretário do partido, que fizera a viagem em um grande veículo blindado, trazia com ele apenas uma dúzia de homens. Em Como, seus legionários haviam se recusado a ir mais longe e se renderam aos *partigiani* ou se dispersaram na natureza. Estava fora de questão pensar em uma resistência qualquer no imaginário "Reduto Alpino." A última chance de salvação para os fugitivos de Salò era chegar a Merano e, de lá, ao Tirol.

Ao mesmo tempo que Pavolini, chegara a Menaggio um destacamento motorizado de duzentos soldados alemães pertencente a uma unidade antiaérea e comandado pelo tenente Fallmeyer. Mussolini e sua escolta SS decidiram se unir a esse reforço inesperado e correr para o norte. Abandonando seu Alfa Romeo, o Duce tomou lugar no blindado de Pavolini, em companhia de suas duas musas, Bombacci, Barracu, o *federale* de Como Paolo Porta e outro fiel, Pietro Carradori, que carregava duas grandes sacolas de couro repletas de documentos das quais não se separara desde a partida de Milão.

Por volta das 7 horas da manhã, a coluna foi parada em Musso por uma barreira de *partigiani* pertencentes à 52ª Brigada Garibaldi. Após uma breve fuzilaria, iniciaram-se as negociações entre os alemães e o chefe da unidade, Pier Bellini delle Stelle, um conde florentino cujo nome de guerra era Pedro. Os alemães eram mais numerosos e muito mais bem-armados que seus adversários, mas já não tinham vontade de combater. O comboio teve de esperar seis longas horas antes que se chegasse a um acordo entre o comandante local da resistência e o tenente Fallmeyer: os *partigiani* deixariam o comboio

passar, com a condição de serem autorizados a inspecionar os veículos em Dongo para se assegurar de que não levavam italianos. Como último recurso, o tenente SS Birzer aconselhou o Duce a vestir um casaco da Luftwaffe e um capacete alemão e subir em um dos caminhões. O ditador não aceitou de bom grado esse último atentado a sua dignidade. Claretta e Elena tiveram de se revezar para convencê-lo a fugir em condições tão pouco honrosas. Mas, afinal, Napoleão não embarcara para a ilha de Elba em uniforme de general austríaco? Ele seguiu, portanto, o conselho de Birzer, abandonando seus companheiros aos *partigiani*. Claretta, que no último minuto quisera se juntar a ele no caminhão, foi impedida pelos alemães e obrigada a voltar para o carro de seu irmão, no fim da fila.

Para melhor enganar os homens de Pedro, o Duce se sentou no fundo do veículo e foram-lhe dados óculos escuros e uma metralhadora. Foi com esse equipamento que chegou a Dongo, vilarejo onde sofrera um acidente de moto muitos anos antes. Os *partigiani* pararam o comboio e começaram a inspecionar os veículos um a um. Quando chegaram ao quinto caminhão, um dos *maquisard*, Giuseppe Negri, acreditou reconhecer Mussolini no indivíduo enrodilhado sobre um banco, aparentemente adormecido e enrolado em um casaco alemão. Negri falou de suas desconfianças ao vice-comissário político da 52ª Brigada, Urbano Lazzaro, mais conhecido por seu nome de guerra: Bill. Como ele também reconheceu o ditador, fizeram-no descer do caminhão e o levaram à prefeitura de Dongo, à qual rapidamente chegaram seus companheiros, entre os quais Pavolini, que resistira com uma pistola e fora ferido quando tentava fugir pulando no lago. Claretta Petacci também estava lá, mas ninguém a identificara ainda.

Em Milão, onde os aliados exigiam que o chefe do fascismo lhes fosse entregue em virtude das cláusulas da convenção de armistício, a prisão do Duce foi comunicada aos membros do CLN na noite de 27 para 28 de abril. A partir desse momento, a história das últimas horas de Benito Mussolini se complica e obscurece, tão contraditórios são os relatórios e testemunhos fornecidos mais tarde pelos principais atores. A começar pelos relacionados com as deliberações do Comitê de Libertação. Sabe-se que a decisão de executar Mussolini foi tomada durante a noite, por seis ou sete homens que compunham um comitê insurrecional distinto do CLNAI e pertenciam às três formações de esquerda – Partido Comunista Italiano, Partido Socialista Italiano e Partido de Ação. Entre eles estavam notadamente Luigi Longo, Emilio Sereni, Sandro Pertini e Leo Valiani. Eles se encarregaram posteriormente de fazer ratificar a decisão pelo conjunto dos membros do Comitê de Libertação Nacional, mas na verdade a missão confiada ao "coronel Valério" fora trazer Mussolini a Milão vivo. É evidente que os comunistas desempenharam papel primordial nesse caso, inclusive o número um do partido, Palmiro Togliatti, que, mais tarde, na qualidade de secretário do Partido Comunista Italiano e vice-presidente do governo, declarou ter ordenado a execução de Mussolini e dos outros membros do governo republicano.

O encarregado da execução foi um antigo membro das brigadas internacionais, Walter Audisio – "Valerio" na resistência – contador na vida civil e que também pertencia ao estado-maior do movimento insurrecional. Ele partiu rapidamente para o lago de Como, portando um salvo-conduto oficial assinado por um capitão americano – agente de ligação aliado junto ao CLN – e outro documento de mesma natureza que lhe fora entregue pelo general Cadorna. Ambos os signatários estavam persuadidos de que a missão de Valerio consistia em apanhar Mussolini e seus companheiros em Dongo a fim

de que fossem entregues aos aliados, conforme os compromissos assumidos. Walter Audisio partiu por volta das 4 horas da manhã, acompanhado por outro alto graduado da resistência, o operário Aldo Lampredi (chamado "Guido"). Seu veículo era seguido por um caminhão com uma dúzia de *partigiani* sob as ordens de outro antigo brigadista da guerra da Espanha, Riccardo Mordini.

Enquanto isso, Pedro e seus tenentes, que não receberam nenhuma orientação dos chefes da resistência, mas temiam que seu prisioneiro lhes fosse retirado para ser entregue a algum expeditivo "tribunal do povo," tinham transferido Mussolini para Germasino, um vilarejo situado na montanha a três quilômetros de Dongo. Lá, ele foi encerrado em uma cela da caserna da guarda aduaneira e alimentado, antes que Pedro viesse vê-lo para perguntar se tinha algum desejo a formular. Mussolini lhe pediu somente para transmitir seu adeus a Claretta, missão da qual o chefe da 52ª Brigada se ocupou imediatamente. O resultado foi que a jovem, cuja identidade fora assim revelada, pediu para partilhar o destino de seu amante, e o fez com tanta insistência que o conde florentino aceitou levá-la a Germasino, para junto do ditador cativo.

Durante a noite, temendo que a presença de Mussolini no vilarejo já fosse conhecida por todos, Pedro decidiu transferir o casal para outro local. Tentou-se inicialmente transportá-los para uma villa na outra margem do lago, em Brunate, mas para isso era preciso passar por Como, e, quando o comboio se aproximou da cidade, os *partigiani* descobriram que ela estava ocupada pelos aliados. Pedro, que não queria nem confiar seus prisioneiros aos executantes de uma justiça expeditiva nem entregá-los aos aliados, mas sim conduzi-los às autoridades italianas para um processo regular, decidiu dar meia volta.

Por precaução, a cabeça do Duce fora envolvida em espessas bandagens, destinadas a fazê-lo passar por um *partigiano* ferido. No momento de embarcar, contudo, Claretta o reconhecera e saudara com um "Boa noite, Excelência" ao qual ele respondeu: "Por que você quis me seguir?" – "Porque quero que seja assim," disse Claretta, antes de entrar no veículo. Chovia. Após fazerem meia-volta, os veículos se dirigiram novamente para o norte, até Azzano, e depois ganharam uma pequena localidade chamada Giulino di Mezzegra. Um dos membros da escolta se lembrara de um casal de agricultores que alojara *partigiani* em sua casa. Mussolini e Claretta chegaram às 3 horas da manhã, exaustos e enregelados. Os De Marias (sobrenome dos agricultores) prepararam apressadamente um quarto sumariamente mobiliado onde eles passaram a noite em camas separadas, vigiados à distância por dois *partigiani* armados.

Em Como, aonde chegou com seus homens na manhã de 28 de abril, Audisio-"Valerio" se apresentou ao novo prefeito, Gino Bertinelli, a quem declarou ter permissão para levar Mussolini e os hierarcas para Milão. Teve de falar durante muito tempo: Bertinelle desconfiou que o personagem agitado que tinha diante de si pretendia ir a Dongo para dar aos prisioneiros um destino completamente diferente, e se manteve reticente, só aceitando liberar os dois coronéis *partigiani* e sua escolta ao ver o documento assinado pelo oficial americano. Mesmo cenário em Dongo, onde "Valerio" chegou por volta das 14 horas e teve uma dura altercação com o comandante da 52ª brigada. Quando soube que seu interlocutor viera para fuzilar o Duce, sua companheira e os outros prisioneiros e agia sob ordens formais do CLN, Pedro ficou ao mesmo tempo aturdido e fora de si. Como ordens são ordens, tentou apenas ganhar tempo ao dizer, sem revelar sua identidade, que estava de partida para buscar parte dos prisioneiros

na caserna de Germasino. Mas esquecera que dois dos dirigentes da brigada que o ajudaram a esconder Mussolini e Claretta na "casa De Maria" – Mario Moretti ("Pietro") e Luigi Canali ("capitão Neri") – eram zelosos militantes comunistas. Alguns minutos após a partida do conde Bellini, eles entraram com Valerio no "1100" preto no qual este último viera de Milão e pegaram a estrada para Giulino di Mezzegra.

Mussolini e sua companheira acordaram por volta das 11 horas da manhã. Depois de uma modesta refeição – leite, polenta e algumas fatias de salame – passaram o início da tarde conversando. Claretta se deitara novamente e dormia quando "Valerio" chegou à granja dos De Marias. Ele subiu as escadas, abriu a porta do quarto e, abruptamente, anunciou a Mussolini que viera para libertá-los. Durante um breve momento, o Duce acreditou que isso era verdade e se repetiria o feito de Skorzeny no Gran Sasso, dessa vez realizado por um de seus próprios fiéis. A ilusão durou pouco. Como Claretta se demorava a apanhar suas roupas de baixo e sua bolsa, Valerio ordenou que ela se apressasse, chamando-a de tu e dirigindo-lhe palavras ofensivas. Ao saírem da fazenda, foram conduzidos por uma trilha acidentada até o carro, que logo em seguida partiu em direção ao vilarejo.

A partir desse momento, os relatos divergem, começando pelos de Audisio "Valerio," que redigiu vários, todos contraditórios. Mais tarde, publicou um livro, *In nome del popolo italiano*, que durante muito tempo foi tido como versão oficial da execução, ainda que em numerosos pontos fosse desmentido por relatos de outros protagonistas dos eventos de 27 e 28 de abril de 1945. Segundo essa vulgata, o Duce e sua companheira teriam sido conduzidos pelos quatro ou cinco passageiros do Mille e cento até os muros externos de uma villa próxima a Giulino di Mezzegra. Passava um pouco das 16 horas e a chuva recomeçara quando os dois condenados foram retirados do carro e empurrados contra as grades de entrada de villa Belmonte, propriedade do engenheiro Bellini. Claretta vestira seu casaco de pele e chorava. O Duce, impassível, tinha o olhar perdido de alguém que nada mais espera e compreendeu, como escrevera a Rachele alguns dias antes, que "a última página de sua vida" fora virada. Dirigindo-se a ele, Claretta murmurou: "Você está feliz de que eu o tenha seguido até o fim?" Ele não ouviu ou não quis reagir. Em seguida, "Valerio" os teria empurrado em direção ao muro da villa, antes de pronunciar a sentença de morte: "Por ordem do comando-geral do Corpo dos Voluntários da Liberdade, estou encarregado de fazer justiça em nome do povo italiano." Ao menos é assim que o enviado do comitê insurrecional narra os fatos. Ele descreve uma Claretta correndo para sua arma a fim de impedi-lo de atirar, um Mussolini tremendo de medo, ele mesmo, "Valerio" apertando o gatilho de sua metralhadora, que trava, depois pegando uma pistola, que também trava, e enfim se apoderando da arma de Pietro, uma PM Mas 38 de fabricação francesa, com a qual consegue finalmente cumprir sua tarefa, o Duce caindo, crivado de balas, junto de sua companheira, também abatida pela rajada mortífera.

Dois homens guardaram os corpos enquanto "Valerio" voltava à toda pressa para Dongo a fim de executar a segunda parte de sua missão. A despeito dos protestos do prefeito e do chefe da 52ª Brigada, conduziu à praça do vilarejo os 15 hierarcas condenados à morte (número de reféns executados algumas semanas antes no piazzale Loreto, em Milão): Bombacci, Barracu, Gatti, Mezzasoma, Pavolini, Zerbino, Ruggero Romano, Paolo Porta, o reitor da universidade de Bologna, Goffredo Coppola, e alguns outros. Um pelotão de *partigiani* procedeu rapidamente à execução, seguida um pouco

mais tarde pela de Marcello Petacci.

As contradições e inverossimilhanças nas três versões dos eventos de 28 de abril de 1945 fornecidas por Audisio "Valerio," os detalhes ou as explicações contrárias de outras testemunhas – em particular Moretti "Pietro" – os numerosos e misteriosos desaparecimentos de testemunhas nos meses que se seguiram à eliminação do Duce, os relatórios dos peritos após as três autópsias realizadas no corpo de Mussolini, as primeiras conclusões do magistrado encarregado em 1947-1948 de investigar o caso do "tesouro de Dongo," tudo contraria o relato feito pelo principal protagonista da operação, a começar pelo fato de que teria sido ele o autor da rajada decisiva. As perícias balísticas revelaram notadamente que as balas que mataram Claretta foram disparadas por duas armas, o Mas 38 de Moretti, calibre 7,65mm, e uma pistola 9mm, e que, antes de ser assassinada, Claretta recebera pancadas no rosto com um objeto contundente. Deduziu-se pela provável existência não de um, mas de dois fuzilamentos: um quase acidental, na saída do carro, e outro diante das grades de villa Belmonte, para onde os cadáveres teriam sido transportados a fim de criar uma encenação macabra destinada à posteridade. Hipóteses, mas que nutriram imensa produção editorial e jornalística.

O debate foi relançado em 1995, em seguida à publicação de um ensaio de Renzo De Felice que provocou muito barulho na Itália, *Rosso e nero* [*Vermelho e preto*]. A polêmica suscitada por esse livro, uma das últimas produções do historiador romano falecido no ano seguinte, referia-se menos ao que era dito de essencial em relação à perspectivação da luta entre fascistas e antifascistas durante os dois anos que precederam a derrota do Eixo – disso e das conclusões que poderiam ser tiradas pelos adversários de um sistema político cuja legitimidade repousava sobre o mito da "Resistência das massas" já se tinha alguma ideia desde a publicação, em 1991, do livro de Cláudio Pavone *Una guerra civile* – do que às breves alusões feitas por De Felice às condições nas quais se operara a eliminação do Duce e de Claretta Petacci.

De fato, as revelações da biografia de Mussolini conduziam a uma interpretação diferente da prevalecente há meio século, a saber, que a execução do ditador fora um caso italiano, desejado exclusivamente pelos chefes da resistência interna, com o ato tiranicida coletivamente assumido de certo modo legitimando o regime construído sobre as ruínas do fascismo e as bases meio trincadas da monarquia piemontesa. Ao redigir o último volume (não concluído) de sua biografia, o historiador romano fez um reexame atento das fontes disponíveis e as conclusões a que chegou contradizem não somente a versão oficial do Partido Comunista Italiano, mas também todas as que atribuíam à resistência a iniciativa da execução.

Para De Felice, esta teria sido o resultado de uma ação clandestina conduzida pelo serviço secreto inglês, em ligação com a resistência local. Nas últimas semanas da guerra, os homens do Intelligence Service teriam se entregado a uma verdadeira corrida contra seus colegas americanos do OSS, o Office of Strategic Services, com o objetivo de fazer prevalecer a posição de Churchill sobre a de Roosevelt quanto ao destino reservado a Mussolini. Para o presidente americano (que, como se sabe, morreu em 12 de abril), o ditador italiano deveria ser submetido, como os criminosos de guerra názis, a um tribunal internacional e julgado como inspirador do fascismo europeu, ao passo que Churchill seria favorável à imediata eliminação do chefe da República Social. Ultrapassando a missão americana, que preparara a evacuação do Duce por via aérea após sua eventual captura, os agentes do IS teriam conseguido se infiltrar no grupo de

partigiani que realizara a prisão em Dongo e estariam, direta ou indiretamente, na origem de sua execução.

Para apoiar sua demonstração, De Felice citava certos documentos, testemunhos e "pistas" que contradiziam a versão oficial da morte do Duce, incluindo um parecer de autópsia que se referia a balas na nuca (e assim reforçava a tese da "dupla execução") e um relatório de 500 páginas redigido pelos agentes do OSS ao fim de sua missão.

Para concluir o áspero debate que seguiu à publicação de *Rosso e nero*, De Felice recebeu, como em 1975 com a intervenção de Amendola, um reforço inesperado com a publicação, no *Unità* de dezembro de 1995, de um artigo descrevendo documentos conservados nos arquivos do ex-PCI e que não concordavam com a versão fornecida por Valerio meio século antes. Distingue-se, entre outras coisas, uma imagem do Duce em face de seus executores que contrasta com aquela na qual estes queriam acreditar ("poltrão," "ser inferior" etc.) e mais conforme ao que sabemos do personagem. Mas isso, explicou De Felice, tem apenas interesse secundário, do mesmo modo que as circunstâncias exatas da execução. Essencial, a seus olhos, é o motivo do instigador ou dos instigadores da missão inglesa no norte da Itália na primavera de 1945. Sobre esse ponto, o historiador romano avançou hipóteses ousadas, reservando a apresentação das provas de suas afirmações ao último tomo de sua monumental biografia.

Como essas provas, supondo-se que existam, não puderam ser aportadas por De Felice, morto antes do fim de sua obra, podemos mencionar aqui apenas os indícios sobre os quais repousava seu raciocínio: uma série de testemunhos relatando o conteúdo da sacola que Mussolini tinha consigo no momento de sua prisão. Além dos documentos que atestavam a homossexualidade do príncipe herdeiro Umberto, o ditador teria tido o cuidado de trazer uma parte de sua correspondência com Churchill, incluindo duas cartas de 1939 particularmente comprometedoras para o estadista inglês. Na primeira, Churchill teria incitado o Duce a entrar na guerra ao lado de Hitler, com a intenção de contar com sua moderação na elaboração dos tratados de paz. Na segunda, teria proposto a Mussolini aliar-se ao Reino Unido em uma cruzada contra a URSS quando o conflito em curso estivesse terminado.

A morte de Renzo De Felice não permitiu saber se o *giallo* ("romance policial") revelado aos italianos pelo mais célebre de seus historiadores repousava sobre um fundamento histórico sólido. As pesquisas realizadas por seus alunos não permitiram levantar o véu sobre um mistério que permanece intacto, supondo-se que exista um e que De Felice não tenha se deixado enganar por ilusórias promessas de acesso a arquivos até então cuidadosamente secretos. Que o velho leão inglês tivesse todas as razões do mundo para não desejar uma exposição pública de suas relações passadas com Mussolini e de seus efusivos testemunhos de admiração por ele é uma coisa (aliás conhecida). Outra é afirmar que ele agenciou os agentes do Intelligente Service para evitar o processo público desejado pelos americanos. Deixemos, portanto, o exame da questão para os que fazem comércio dos enigmas da história e voltemos ao que pode ser comprovado: a última aparição do corpo de Mussolini diante da multidão milanesa, na manhã de 29 de abril de 1945.

Os cadáveres do Duce e daquela que escolhera morrer a seu lado permaneceram duas horas sob a chuva antes que um carro viesse buscá-los em Giulino di Mezzegra para levá-los a Dongo, onde foram jogados em um caminhão junto com os corpos dos outros hierarcas fuzilados. Na manhã do dia seguinte, foram depositados num canto do

Largo (*Piazzale*) Loreto, onde haviam sido executados e expostos os 15 reféns do mês de agosto, os corpos de Mussolini, Claretta, Pavolini, Barracu, Mezzasoma, Zerbino e Marcello Petacci, e um pouco mais tarde o de Starace, que acabara de ser preso e fuzilado na praça. A multidão que viera se convencer da queda, dessa vez definitiva, do fascismo aumentava de hora em hora, berrando e entregue a atos ferozes contra os cadáveres do Duce e de sua amante. Alguém colocou na mão do ditador, cetro derrisório, o cabo de uma bandeirola fascista. Um outro posicionou seu corpo sobre o de Claretta, ela mesma sobre as pernas de Marcello Petacci. Uma mulher atirou cinco vezes no cadáver de Mussolini para "vingar seus cinco filhos mortos." Para fazer com que a multidão recuasse e impedir que os corpos fossem completamente esmagados, os *partigiani* atiraram para o alto e jogaram água na multidão com mangueiras de incêndio. Um deles, contudo, uma espécie de gigante de braços musculosos e cobertos de sangue, ergueu os cadáveres um após o outro, enquanto a turba gritava seus nomes. Finalmente eles foram içados, pelos pés, à viga de um posto de gasolina. Mussolini primeiro; depois Claretta, cuja saia foi amarrada em torno de suas pernas nuas por um *partigiano*, sob os urros da assistência; e por fim os outros hierarcas.

O reinado terminava com a violência cega de uma multidão que perdera suas referências e sofrera os efeitos conjugados da guerra, da fome, do medo inspirado pelo ocupante e seus aliados *republichini*, horrores igualmente de uma guerra civil que, aqui, durara mais que alhures e fora particularmente mortífera. Trinta e seis anos antes, jovem líder do socialismo romagnol, Mussolini escrevera em *Il Popolo*:

> Minha noção da violência é simplista, ingênua, primitiva – tradicional, se se quiser. Para mim, a violência é uma manifestação física, material, muscular. As ideias, desde que permaneçam nas mentes e nas prateleiras das bibliotecas, são perfeitamente inofensivas. Só se tornam perigosas quando encontram homens que procuram traduzi-las em atos, converter o ideal em realidade. O enfrentamento entre concepções opostas da vida não pode ser agradável como uma discussão acadêmica.

——— 9 ———

Epílogo

REUNIDO EM MILÃO NO MESMO DIA em que se realizava o ritual macabro do Piazzale Loreto, o Comitê de Libertação Nacional da Alta Itália, pressionado por Sandro Pertini para avalizar a execução dos hierarcas, decidiu adotar e tornar pública a seguinte resolução:

> O Comitê de Libertação Nacional da Alta Itália declara que o fuzilamento de Mussolini e de seus cúmplices, ordenado pelo Comitê, é a conclusão necessária de uma luta insurrecional que assinala o renascimento e a reconstrução da pátria. O povo italiano não poderia reencontrar uma vida livre e normal – uma vida que o fascismo lhe recusou durante vinte anos – se o Comitê não tivesse dado essa demonstração de sua decisão férrea de tornar seu um julgamento já pronunciado pela história. Só ao preço dessa ruptura clara com um passado de vergonha e de crimes o povo poderia ter a certeza de que o Comitê de Libertação Nacional da Alta Itália estava decidido a avançar com firmeza na renovação democrática do país. (...) O fascismo é o único responsável pela explosão de ódio popular que, nessa única ocasião, degenerou em excessos, compreensíveis somente no clima desejado e criado por Mussolini.

Emitindo essa declaração, os responsáveis máximos da resistência afirmavam de modo solidário sua vontade de ruptura com o fascismo, o assassinato de Mussolini e de seus ministros, de certo modo, simbolizando o fim de uma época e a emergência de uma nova Itália, fundada sobre a aliança das forças que participaram da luta contra a ditadura. O destaque dado ao caráter "único" dos "excessos" cometidos pela multidão milanesa pretendia salientar o papel central que o governo da República Social, e principalmente Mussolini, tivera na tragédia da qual o povo italiano fora ator e vítima. Como se a eliminação física do ditador e a cerimônia bárbara do Piazzale Loreto pudessem de um golpe apagar as atrocidades da guerra civil e reconciliar os italianos consigo mesmos.

Pisoteando e mutilando o corpo e o rosto do Duce, tornando-o irreconhecível, reduzindo seu cadáver ao aspecto de um fantoche grotesco e obsceno, não foi um pouco como se os profanadores seviciassem a si mesmos? Claro que a multidão no Piazzale Loreto em 29 de abril de 1945 não era obrigatoriamente a mesma que havia aclamado Mussolini na saída do Teatro Lírico quatro meses antes. Admitamos que nela houvesse numerosos antifascistas desde muito tempo convencidos da perversidade do regime. E também algumas vítimas mais recentes da crueldade názi e republicana. Mas quem, nessa multidão heterogênea, em algum momento, três, cinco ou dez anos antes, não vibrara com os discursos triunfalistas do ditador? Antes de vir a se tornar (com Ciano e Starace, depois com Pavolini e alguns outros) "o homem mais odiado da Itália," acaso não fora a

ele que os italianos mais amaram? O corpo e o rosto sobre os quais se encarniçaram os justiceiros do Piazzale Loreto acaso não foram, durante vinte anos, objetos de culto e adoração em todas as camadas da sociedade? Não foi o carisma pessoal de Mussolini a pedra angular do consenso de massa? É de surpreender que, nessas condições, o César taumaturgo tendo traído as esperanças de seu povo e o conduzido à ruína, tenha sido contra a imagem concreta, palpável, do herói abatido que se focalizassem os atos profanadores?

Mas, uma vez destruída a imagem vivente do guia desencaminhado e vencido, que fazer de seus restos mortais? A exposição pública do corpo de Mussolini, seguida da difusão, em toda a Itália, das fotos tiradas em 29 de abril no Piazzale Loreto pelos melhores fotógrafos da imprensa milanesa – algumas reproduzidas até em cartões-postais, com expressa autorização do gabinete de propaganda do Corpo dos Voluntários da Liberdade – tinha, entre outros, o objetivo de atestar claramente aos olhos de todos que o tirano estava morto, e com ele morto o sistema político que havia conduzido à guerra e à ruína da Itália. Agora era necessário fazê-lo desaparecer, ou ao menos fazer com que a última morada do Duce não viesse a se tornar cedo demais um lugar de memória para os nostálgicos da ordem mussoliniana. Então foi desse modo que, tão logo retirado do Instituto de Medicina Legal da Universidade de Milão, local onde o doutor Caio Cattabeni procedeu à autópsia – cercado de jornalistas, *partigiani* e curiosos que nenhum serviço da ordem conseguiu fazer dispersar – o corpo do ditador defunto foi rapidamente transportado e enterrado secretamente no cemitério Musocco, em Milão.

Segredo de curtíssima duração: com efeito, em muito pouco tempo, o túmulo anônimo se tornou objeto de atos ultrajantes ou, ao contrário, de marcas de atenção piedosa por parte dos irredutíveis de ambos os lados. Até o dia em que, um pouco antes do aniversário de um ano da execução do Duce, um antigo funcionário da República Social, Domenico Leccisi, e dois outros jovens fascistas, membros como ele de um fantasma "Partido Fascista Democrático," entraram à noite no cemitério Musocco para exumar e sequestrar os restos mortais do ditador. Eles foram encontrados alguns meses mais tarde, após a prisão dos três neofascistas, escondidos em uma mala no mosteiro da ordem cartuxa de Certosa di Pavia, para onde tinham sido transportados por dois padres franciscanos.

Seguiu-se um longo período de segredo em nome de razões de estado e da circunstância de vínculos de política interna e externa impostas pela Guerra Fria. Por ordem do governo democrata-cristão, que não queria que se reproduzissem as profanações do cemitério Musocco nem, sobretudo, que a tumba do antigo ditador se tornasse local de culto para os nostálgicos do *ventennio* fascista, os restos mortais de Mussolini foram, com o acordo do cardeal Schuster, inumados em uma capela do convento dos capuchinhos de Cerro Maggiore, a vinte quilômetros de Milão.

Permaneceram 11 anos nesse retiro somente conhecido por alguns responsáveis políticos e um punhado de religiosos. Em 1957, o governo italiano julgou que os restos mortais de Benito Mussolini podiam ser devolvidos à família. Eles foram, conforme seu desejo, inumados no cemitério San Cassiano, em Predappio, sua cidade natal, durante muito tempo local de peregrinação e culto para os sobreviventes e os inconsoláveis torcedores, *tifosi*, da aventura mussoliniana.

Hoje, mais de meio século depois do metralhamento de Giulino di Mezzegra, os

visitantes são raros. Frequentemente, são admiradores estrangeiros do ditador morto, que, ignorando ou ocultando os aspectos mais odiosos do fascismo, querem ver em seu chefe apenas o homem providencial que soube poupar a Itália dos horrores do bolchevismo. Como essa *lady* inglesa que, em 1998, comprou um iate que pertenceu ao ditador para "agradar" os clientes de seu hotel.

Quanto aos italianos, eles bem ou mal acertaram suas contas com a história. Certamente, não perdoaram Mussolini por sua aliança criminosa com o diabo e pelo que dela resultou. Mas numerosos são os que, em seu julgamento do fundador do fascismo, reconhecem que ele não foi somente um oportunista hábil, pronto a tirar vantagem dos bons ventos que o conduziram ao auge do poder, que seu itinerário intelectual e político não foi o de um homem isolado e que, nos eventos que conduziram à guerra e à catástrofe final, toda uma geração, idólatra de seu "Guia" ou espectadora passiva de suas empresas megalomaníacas, esteve diretamente envolvida.

E eis-nos de volta à relação entre o homem Mussolini e seu contexto histórico. Para explicar sua ascendência sobre as massas italianas, principal razão de seu sucesso e da longevidade de um regime cuja queda resultou acima de tudo de erros tardios de política externa, não é suficiente evocar a personalidade do ditador, seu carisma, seus talentos como orador, sua aptidão para guiar as massas e forjar os instrumentos de seu próprio culto. Mais determinante é o elo que une seu próprio destino à história geral e da Itália contemporânea. Muito mais que outros candidatos potenciais à ditadura, como o aristocrático d'Annunzio, por exemplo, o filho do ferreiro de Dovia é produto de seu tempo, encarnando, pelo menos até a declaração de guerra de 1915, uma das faces ideológicas da Itália risorgimentista. Socialista à moda romagnola, ele pertence a essa corrente da ultraesquerda nutrida pelos ideais contrastantes do coletivismo libertário, do jacobinismo de tradição mazziniana e de um marxismo elementar. Filho do povo que subiu aos degraus mais altos da ascensão social, partilha com muitos moços de classe média um desprezo raivoso pela burguesia e pelo conservadorismo indolente da *Italietta* giolittiana. Nessas condições, deve-se pensar que os traços específicos de seu caráter – violência, ambição, autoritarismo – e as frustrações da juventude de certo modo predispuseram o chefe do socialismo romagnol a se tornar o que se tornou? Alguns de seus biógrafos não escaparam dessa armadilha e acreditaram ver no Mussolini do início do século a figura programada do tirano dos anos 1920 e 1930.

Ora, boa parte dessas características, e das que compõem sua heterogênea cultura política, Mussolini partilha com numerosos representantes de sua geração com os quais se engajará, em 1914, na campanha intervencionista, ponto de convergência de uma das veias do Risorgimento. Nada indica então qual será seu progresso ulterior. Excluído das fileiras do PSI, Mussolini permanece um socialista revolucionário para quem a guerra constitui o prólogo da grande mudança política e social. Se um dos numerosos estilhaços da granada de morteiro que o feriram gravemente em 1917 tivesse sido fatal, seria essa a imagem que ele teria legado à posteridade.

A história decidiu diferente. Com o fascismo em sua primeira versão, foi uma das potencialidades do Risorgimento que surgiu em seguida à guerra, rapidamente substituída pelo espírito da contrarrevolução. Mussolini foi o homem de uma e de outra: o responsável pela queda da classe política liberal que triunfara com Cavour e o salvador

da direção capitalista, isso em nome da nação e em benefício de uma nova elite saída das trincheiras, da qual ele mesmo foi a emanação e a figura emblemática.

A fortuna política do dirigente fascista está muito ligada a essa relação entre seu destino pessoal e aquele de uma clientela que, nutrida pela mesma cultura política, conheceu experiências – a começar pela guerra – e sofreu frustrações comparáveis às que ele mesmo viveu. Se isso pode explicar em parte a ascensão ao poder do fascismo em seguida à Primeira Guerra Mundial, permanece que a conquista do poder pelos camisas-negras foi resultado de um golpe ajudado pelos representantes do establishment e que se operou em um clima de terror contrarrevolucionário cujas principais vítimas foram os antigos companheiros do Duce.

Como um homem que para se impor recorreu desse modo ao terror conseguiu, alguns anos mais tarde, reunir em torno de si um consenso quase geral? Entre as razões que explicam essa adesão da grande maioria do corpo social a sua pessoa e a sua política, está em primeiro lugar o fato de que, após um longo período de turbulências, Mussolini trouxe paz civil aos italianos. É verdade que, como se viu, nem todos se beneficiaram da mesma maneira desse retorno à calma. Contudo, se a burguesia só teve a se felicitar – ao preço, é verdade, de sua abdicação política – pelas escolhas econômicas do regime e pela sujeição do movimento operário, o Duce e seu governo se empenharam em fornecer compensações às outras categorias sociais: para os representantes da classe média, possibilidades de ascensão social pela via das organizações do partido; para as camadas populares, uma legislação social avançada e a organização do "tempo livre;" a exaltação dos valores rurais para o mundo camponês; e, para todos, satisfações de prestígio ligadas à expansão do regime no exterior e aos sucessos da política interna. Sem esquecer o ponto essencial constituído, para os católicos, pela conclusão da paz com a Igreja. E, é claro, tudo que se relaciona com a eficácia do aparelho repressivo – no entanto, menos brutal que em muitas outras ditaduras – a formatação dos espíritos pela propaganda e a invenção de uma religião cívica construída em torno da figura quase divinizada do ditador.

Assim, durante uma década, estabeleceu-se uma espécie de *modus vivendi* ou, talvez melhor, um contrato tácito entre os italianos e seu *Duce*, seu "guia," com Mussolini se empenhando, como contrapartida às restrições impostas pela ditadura, em reunir seu povo num projeto social que transcendia as clivagens de classe, em inaugurar uma terceira via entre socialismo e liberalismo e, sobretudo, em fazer da Itália uma nação poderosa, temida, finalmente levada a sério por seus parceiros internacionais e capaz de desempenhar um papel de primeiro plano na cena mundial. Enquanto sua política foi coroada de êxito e ele obteve sucessos incontestáveis, tanto no plano interno quanto no externo, até a metade dos anos de 1930, ele pôde contar com a adesão, passiva para uns, entusiasta para outros, das massas italianas. As coisas começaram a se deteriorar quando, sob influência de seu aliado názi, quis radicalizar o regime e impor a seus súditos ideias e práticas que os afastavam radicalmente de sua cultura e seus modos de vida habituais.

Mas foi sobretudo a guerra, a derrota, com tudo que comportava em desilusões abissais para os que acreditavam na invulnerabilidade da cidadela fascista e nas declarações triunfalistas do Duce, que rompeu de um único golpe o elo entre o povo italiano e seu Capo, agora lastimável comparsa do Führer. Qual o significado da cena canibalesca do Piazzale Loreto, senão evidenciar aos olhos do mundo a ruptura irreversível?

Bibliografia

A bibliografia referente à Itália mussoliniana e a seu principal dirigente constitui um imenso oceano editorial. Limitamo-nos aqui aos livros essenciais e aos que foram utilizados para a elaboração desta biografia. Indicamos ao leitor que deseje um conhecimento mais aprofundado da questão a obra publicada pela editora Bonacci, em Roma:

De Felice, Renzo, *Bibliografia orientativa del fascismo*, 2 vols., Bonacci, Roma, 1991

Para uma leitura mais rápida em francês:

Milza, Pierre; Berstein, Serge, *Le Fascisme italien, 1919-1945*, Seuil, Paris, 1980. A última edição data de 1999 e tem uma atualização bibliográfica.

Obras gerais sobre a Itália contemporânea e o fascismo

Addis Saba, Marina, *Il Dibattito sul fascismo*, Longanesi, Milão, 1976

Berstein, Serge; Milza, Pierre, *L'Italie contemporaine. Du Risorgimento à la chute du fascisme*, A. Colin, Paris, 1995

Bianchi, Gianfranco, *Da Piazza San Sepolcro a Piazzale Loreto*, Vita e Pensiero, Milão, 1978

Carocci, Giampiero, *Storia del fascismo*, Garzanti, Milão, 1972

Catalano, Franco, *L'Italia dalla dittatura alla democrazia, 1919-1948*, 2 vols., Feltrinelli, Milão, 1972

Chabod, Federico, *L'Italia contemporanea, 1918-1948*, Einaudi, Turim, 1961

De Begnac, Yvon, *Palazzo Venezia. Storia di un regime*, La Rocca, Roma, 1950

De Felice, Renzo, *Le Interpretazioni del fascismo*, Laterza, Bari, 1969

De Grand, Alexander, *Breve storia del fascismo*, Laterza, Bari, 1983

Gallo, Max, *L'Italie de Mussolini. Vingt ans d'ère fasciste*, Perrin, Paris, 1964

Guichonnet, Paul, *Mussolini et le fascisme*, PUF, Paris, "Que sais-je?," 8ª edição, 1993

Mack Smith, *Italy. A Modern History*, Michigan, Ann Arbor, 1959

Milza, Pierre; Berstein, Serge, *Le Fascisme italien, 1919-1945*, Seuil, Paris, 1980

Montanelli, Indro, *L'Italia littoria (1925-1936)*, Rizzoli, Milão, 1979

Perticone, Giacomo, *L'Italia contemporanea dal 1871 al 1948*, Mondadori, Milão, 1948

Romano, Sergio, *Histoire d'Italie du Risorgimento à nos jours*, Seuil, Paris, 1977

Salvatorelli, Luigi; Mira, Giovanni, *Storia d'Italia nel periodo fascista*, Einaudi, Turim, 1964

Santarelli, Enzo, *Storia del fascismo*, 2 vols., Editori Riuniti, Roma, 1981

Vaussard, Maurice, *Histoire de l'Italie contemporaine, 1870-1946*, Hachette, Paris, 1950

Veneruso, Danilo, *L'Italia fascista (1922-1945)*, Il Mulino, Bolonha, 1981

Obras e Discursos de Benito Mussolini

Opera Omnia di Benito Mussolini, ed. Edoardo e Duilio Susmel, La Fenice, Florença, 1951-1963, 35 volumes + 1 volume de índice geral de nomes de pessoas e de periódicos e 8 volumes de apêndices (Volpe, Roma, 1978-1980)
Scritti e discorsi di Benito Mussolini. Edizione definitiva, ed. C. Ravasio e B. Damiani, Hoepli, Milão, 12 volumes

Biografias de Benito Mussolini publicadas antes de 1945

Aniante, Antonio, *Mussolini*, Grasset, Paris, 1932
Beltramelli, Antonio, *L'Uomo nuovo (Benito Mussolini)*, Mondadori, Milão, 1962
De Begnac, Yvon, *Vita di Benito Mussolini*, 3 vols., Mondadori, Milão, 1936-1940
Nanni, Torquato, *Benito Mussolini*, Libreria della Voce, Florença, 1915
Pini, Giorgio, *Benito Mussolini. La sua vita*, Cappelli, Bolonha, 1940
Sarfatti, Margherita, *Dux*, Mondadori, Milão, 1926

Biografias de Benito Mussolini publicadas após 1945

Brissaud, André, *Mussolini*, 3 vols., Perrin, Paris, 1983
De Felice, Renzo, *Mussolini*, Einaudi, Turim. t. 1, *Il Rivoluzionario (1883-1920)*, 1965; t. 2, *Il Fascista*, vol. 1, *1921-1925;* vol. 2, *1925-1929*, 1967; t. 3, *Il Duce*, vol. 1, *Gli Anni del consenso (1929-1936)*, 1974; vol. 2, *Lo Stato totalitario (1936-1940)*, 1981; t. 4, *L'Alleato (1940-1945)*: I *L'Italia in guerra (1940-1943)*, vol. 1, *Dalla guerra "breve" alla guerra lunga*; vol. 2, *Crisi e agonia del regime*, 1990; II *La Guerra civile (1943-1945)*, 1997
Dorso, Guido, *Mussolini alla conquista del potere*, Mondadori, Milão, 1961
Fermi, Laura, *Mussolini*, Bompiani, Milão, 1963
Giudice, Gaspare, *Benito Mussolini*, UTET, Turim, 1969
Hibbert, Christopher, *Benito Mussolini*, Longmans, Londres, 1962
Kirkpatrick, Sir Ivone, *Mussolini: Study of a Demagogue*, Odham Books, Londres, 1964
Lepre, Aurelio, *Mussolini l'italiano. Il Duce nel mito e nella realtà*, Mondadori, Milão, 1995
Mac Gregor-Hastie, Roy, *The Day of the Lion*, Coward-McCann, New York, 1964
Mack Smith, Denis, *Mussolini*, Flammarion, Paris, 1987
Monelli, Paolo, *Mussolini piccolo borghese*, Garzanti, Milão, 1959
Pini, Giorgio; Susmel, Duilio, *Mussolini. L'uomo e l'opera*, 4 vols. I *Dal socialismo al fascismo (1883-1919)*; II *Dal fascismo alla dittatura (1919-1925)*; III *Dalla dittatura all'Impero (1925-1938)*; IV *Dall'Impero alla Repubblica (1938-1945)*, La Fenice, Florença, 1963
Roux, Georges, *Mussolini*, Fayard, Paris, 1960
Spinosa, Antonio, *Mussolini. Il fascino di un dittatore*, Mondadori, Milão, 1989

Origens, juventude e formação

Alessi, Rino, *Il giovane Mussolini rievocato da un suo compagno di scuola*, Il Borghese, Milão, 1969
Bedeschi, Sante, *Anni giovanili di Mussolini*, Mondadori, Milão, 1939
Benedetti, Virginia, *Rosa Maltoni*, Gatti, Brescia, 1928
Bonavita, Francesco, *Il Padre del Duce*, Pinciana, Roma, 1933
Castellini, Francesco, *Il Ribelle di Predappio*, Mursia, Milão, 1996
Emiliani, Vittorio, *Il Paese di Mussolini*, Einaudi, Turim, 1984
Gregor, James A., *Young Mussolini and the Intellectual Origins of Fascism*, University of California Press, Berkeley/Londres, 1979
Preti, Luigi, *Mussolini giovane*, Rusconi, Milão, 1982

Mussolini socialista

Bozzetti, Gherardo, *Mussolini direttore dell'Avanti!*, Feltrinelli, Milão, 1979
Dalla Tana, Luciano, *Mussolini massimalista*, Guanda, Parma, 1963

Memórias e testemunhos

Balbo, Italo, *Diario*, Mondadori, Verona, 1932
Bottai, Giuseppe, *Diario, 1934-1944*, Rizzoli, Milão, 1982
Bottai, Giuseppe, *Diario, 1944-1948*, Rizzoli, Milão, 1988
Ciano, Galeazzo, *Diario, 1937-1943*, Rizzoli, Milão, 1999
D'Aroma, Nino, *Mussolini segreto*, Cappelli, Bolonha, 1958
De Begnac, Yvon, *Taccuini mussoliniani*, Franco Perfetti, Il Mulino, Bolonha, 1990
Dinale, Ottavio, *Quarant'anni di colloqui con lui*, Ciarrocca, Milão, 1962
Federzoni, Luigi, *Italia di ieri, per la storia di domani*, Mondadori, Milão, 1967
Giuriati, Giovanni, *La Parabola di Mussolini nei ricordi di un gerarca*, Laterza, Bari, 1981
Ludwig, Emil, *Colloqui con Mussolini*, Mondadori, Milão, nova edição, 1950
Mussolini, Edvige, *Mio Fratello Benito. Memorie, raccolte e trascritte da Rosetta Ricci Crisolini*, La Fenice, Florença, 1957
Mussolini, Rachele, *Benito il mio uomo*, Rizzoli, Milão, 1958
Mussolini, Rachele, *La mia vita con Benito*, Mondadori, Milão, 1948
Mussolini, Rachele, *Mussolini sans masque*, Memórias recolhidas por Albert Zarca, Fayard, Paris, 1973
Mussolini, Romano, *Benito Mussolini. Apologia di mio padre*, Collana di Studi Storico Artistici, Bolonha, 1969
Mussolini, Vittorio, *Due donne nella tempesta*, Mondadori, Milão, 1961
Mussolini, Vittorio, *Vita con mio padre*, Mondadori, Verona, 1957
Navarra, Quinto, *Memorie del cameriere di Mussolini*, Longanesi, Milão, 1946
Pirelli, Alberto, *Taccuini, 1922-1943*, Il Mulino, Bolonha, 1984

Rossi, Cesare, *Trentatré vicende mussoliniane*, Ceschina, Milão, 1958
Zachariae, Georg, *Mussolini si confessa. Ricordi del medico tedesco inviato da Hitler al Duce*, Garzanti, Milão, 1948

A família

Pensotti, Anita, *Rachele. Settant'anni con Mussolini nel bene e nel male*, Bompiani, Milão, 1983
Settimeli, Emilio, *Edda contro Benito*, Corso, Roma, 1952
Spinosa, Antonio, *Edda, una tragedia italiana*, Mondadori, Milão, 1995
Spinosa, Antonio, *I Figli del Duce*, Rizzoli, Milão, 1983

Mussolini e as mulheres

Bandini, Franco, *Claretta. Profilo di Clara Petacci e dei suoi tempi*, Sugar, Milão, 1960
Cannistraro, Ph. V.; Sullivan, Brian R., *Margherita Sarfatti. L'altra donna del Duce*, Mondadori, Milão, 1993
D'Aurora, Giorgio, *La Maschera e il volto di Magda Fontanges*, Cebes, Milão, 1946
De Vicente, Luigi, *Io son te*, Cebes, Milão, 1946
Gervaso, Roberto, *Claretta*, Rizzoli, Milão, 1982
Mariani, Marcello, *Il Romanzo di Claretta*, Mondini, Roma, 1946
Marzorati, Sergio, *Margherita Sarfatti: Saggio biografico*, Come, 1990
Melli, Giorgio, *Le Donne di Mussolini*, Astoria, Milão, 1960
Petacci, Clara, *Il mio diario*, Editori Associati, Milão, 1946
Rafanelli, Leda, *Una donna e Mussolini*, Rizzoli, Milão, 1975
Rovere, Franco, *Vita amorosa di Claretta Petacci*, Lucchi, Milão, 1946

Os homens de Mussolini

Alfassio Grimaldi, Ugo, *Farinacci il più fascista*, Bompiani, Milão, 1975
Ciano, Edda, *La mia testiomonianza*, Rusconi, Milão, 1975
Cova, Alessandro, *Graziani, un generale per il regime*, Roma, 1987
Fucci, Franco, *Emilio De Bono*, Mursia, Milão, 1989
Gatta, Bruno, *Gli uomini del Duce*, Rusconi, Milão, 1985
Guerri, Giordano Bruno, *Giuseppe Bottai. Un fascista critico*, Feltrinelli, Milão, 1976
Guerri, Giordano Bruno, *Galeazzo Ciano*, Bompiani, Milão, 1979
Guerri, Giordano Bruno, *L'Arcitaliano. Vita di Curzio Malaparte*, Bompiani, Milão, 1982
Guerri, Giordano Bruno, *Fascisti. Gli italiani di Mussolini. Il regime degli italiani*, Mondadori, Milão, 1995
Guerri, Giordano Bruno, *I Gerarchi del fascismo. Storia del ventennio attraverso gli uomini del Duce*, Mursia, Milão, 1992
Nello, Paolo, *Un Fedele disubbidiente. Dino Grandi da Palazzo Chigi al 25 luglio*, Il Mulino, Bolonha, 1993

Nozzoli, Guido, *I Ras del regime. Gli uomini che disfecero gli italiani*, Bompiani, Milão, 1972
Petacco, Arrigo, *Il Superfascista. Vita e morte di Alessandro Pavolini*, Mondadori, Milão, 1998
Petacco, Arrigo, *Il Comunista in camicia nera. Nicola Bombacci tra Lenin e Mussolini*, Mondadori, Milão, 1996
Rochat, Giorgio, *Balbo*, Utet, Milão, 1986
Segré, Claudio, *Italo Balbo*, Il Mulino, Bolonha, 1988
Spinosa, Antonio, *Starace*, Rizzoli, Milão, 1981

O mito e o culto de Mussolini

De Felice, Renzo; Goglia, Luigi, *Mussolini, il mito*, Laterza, Bari, 1983
Gentile, Emilio, *Il Culto del littorio*, Laterza, Bari, 1995
Simonini, Augusto, *Miti vecchi e nuovi in Benito Mussolini*, D'Anna, Messine, Florença, 1978
Villaroel, Giuseppe, *Realtà e mito di Mussolini*, Chiantore, Turim, 1938

A língua e o verbo

Bianchi, Lorenzo, *Mussolini scrittore e oratore*, Zanichelli, Bolonha, 1937
Ellwanger, Hermann, *Sulla lingua di Mussolini*, Mondadori, Milão, 1941
Giolino, Enzo, *Parola di Duce. Il linguaggio totalitario de Regime*, Rizzoli, Milão, 1994
Simonini, Augusto, *Il Linguaggio di Mussolini*, Bompiani, Milão, 1978

Mussolini e o regime fascista

Aquarone, Alberto, *L'Organizzazione dello Stato totalitario*, Einaudi, Turim, 1965
Gentile, Emilio, *La Via italiana al totalitarismo: il partito e lo stato nel regime fascista*, NIS, Roma, 1995

Relações de Mussolini com diferentes personalidades

D'Aroma, Nino, *Churchill e Mussolini*, CEN, Roma, 1962
D'Aroma, Nino, *Vent'anni insieme. Vittorio Emanuele e Mussolini*, Cappelli, Rocca San Casciano, 1957
De Felice, Renzo, *Mussolini e Hitler. I rapporti segreti (1922-1933)*, Le Monnier, Florença, 1983
Rizzo, Giovanni, *D'Annunzio e Mussolini. La verità sui loro rapporti*, Cappelli, Blonha, 1960
Susmel, Duilio, *Nenni e Mussolini mezzo secolo di fronte*, Rizzoli, Milão, 1969

Mussolini e a "política racial"

De Felice, Renzo, *Storia degli ebrei sotto il fascismo*, Einaudi, Turim, 1961
Fabre, Giorgio, *L'Elenco. Censura fascista, editoria e autori ebrei*, Silvio Zamorani Editore, Turim, 1998
Gedda, Luigi, *Constituzione e razza*, Tumminelli, Roma, 1938
Le Houérou, Fabienne, *L'Epopée des soldats de Mussolini en Abyssinie, 1936-1938*, L'Harmattan, Paris, 1994
Michaelis, Meir, *Mussolini e la questione ebraica*, Edizioni di Communità, Milão, 1982
Poliakov, Léon, *La Condition des juifs en France sous l'occupation italienne*, CDJC, Paris, 1946
Spinosa, Antonio, *Mussolini razzista riluttante*, Bonacci, Roma, 1994

Mussolini e a queda do fascismo

Bianchi, Gianfranco, *Venticinque luglio. Crollo di un regime*, Mursia, Milão, 1963
De Launay, Jacques, *Les Derniers Jours du fascisme*, Dargaud, Paris, 1968
Galbiati, General Enzo, *Il 25 luglio della MVSN*, Bernabo, Milão, 1950
Mourin, Maxime, *Ciano contro Mussolini*, Hachette, Paris, 1960
Pettaco, Arrigo; Zavoli, Sergio, *Dal Gran Consiglio al Gran Sasso. Una storia da rifare*, Rizzoli, Milão, 1973
Vaussard, Maurice, *La Conjuration du Grand Conseil fasciste contre Mussolini*, Del Duca, Paris, 1966

Mussolini e a República Social Italiana

Amicucci, Ermanno, *I Seicento giorni di Mussolini*, Roma, 1948
Anfuso, Filippo, *Da Palazzo Venezia al lago di Garda*, Il Mulino, Bolonha, 1957
Bertoldi, Silvio, *Salò. Vita e morte della Repubblica sociale italana*, Rizzoli, Milão, 1976
Deakin, W. Frederick, *L'Axe brisé*, tradução do inglês, Stock, Paris, 1962
Dolfin, Giovanni, *Con Mussolini nella tragedia*, Garzanti, Milão, 1949
Graziani, Marechal Rodolfo, *Una Vita per l'Italia. "Ho difeso la Patria,"* Mursia, Milão, 1986
Mazzantini, Carlo, *I Balilla andarono a Salò. L'armata degli adolescenti che pagò il conto della storia*, Marsilia, Veneza, 1995
Montagna, Renzo, *Mussolini e il processo di Verona*, Omnia, Milão, 1949
Pavone, Claudio, *Una Guerra civile. Saggio storico sulla moralità nella Resitenza*. Bollati Boringhieri, Turim, 1991
Rahn, Rudolf, *Ambasciatore di Hitler da Vichy a Salò*, Garzanti, Milão, 1950
Silvestri, Carlo, *Mussolini, Graziani e l'antifascismo*, Garzanti, Milão, 1949

Os últimos dias e a morte

Audisio, Walter, *In Nome del popolo italiano*, Teti, Milão, 1975
Bandini, Franco, *Le Ultime 95 ore di Mussolini*, Sugar, Milão, 1959
Bandini, Franco, *Vita e morte segreta di Mussolini*, Mondadori, Milão, 1978

Basi, Leo, *27 aprile 1945; dalle sette alle quattro*, Edizioni Realtà, Nápoles, 1968
Bellini delle Stelle, Pier Luigi; Lazzaro, Urbano, *Dongo: la fine di Mussolini*, Mondadori, Milão, 1975
Bertoldi, Silvio, *Piazzale Loreto*, Fabbri, Roma, 1983
Bisiach, Gianni, *Pertini raconta*, Mondadori, Milão, 1983
Buffarini Guidi, Glauco, *La vera verità*, Sugar, Milão, 1970
Cavalleri, Giorio; Giamminola, Anna, *Un Giorno nella storia – 28 aprile 1945*, Nodo Libri, 1990
Cavalleri, Giorgio, *Ombre sul lago*, Piemme, Casale Monferrato, 1995
Contini, Gaetano, *La Valiglia di Mussolini. I documenti segreti dell'ultima fuga del Duce*, Mondadori, Milão, 1982
Fortuna, Alberto, *Incontro all'Arcivescovado*, Sansoni, Florença, 1971
Lazzaro, Urbano, *Dongo. Mezzo secolo di menzogne*, Mondadori, Milão, 1993
Luzzatto, Sergio, *Il Corpo del Duce*, Einaudi, Turim, 1998
Petacco, Arrigo, *Dear Benito, caro Winston*, Mondadori, Milão, 1985
Saini, Ezio, *La Notte di Dongo*, Corso, Roma, 1950
Tombaccini, Simonetta, *Les Cent Jours de Mussolini*, France-Empire, Paris, 1981
Woller, Hans, *I Conti del fascismo. L'epurazione in Italia, 1943-1948*, Il Mulino, Bolonha, 1997; edição original: *Die Abrechnung mit dem Faschismus in Italien, 1943 bis 1948*, Oldenbourg, Munique, 1996

Mussolini e a política externa

Borejsza, Jerzy W., *Il Fascismo e l'Europa orientale. Dalla propaganda all'agressione*, Laterza, Bari, 1981
Burgwyn, H. James, *Il Revisionismo fascista, la sfida del fascismo alle grandi potenze nei Balcani e sul Danubio, 1925-1933*, Feltrinelli, Milão, 1979
Carocci, Giampiero, *La Politica estera dell'Italia fascista (1925-1928)*, Laterza, Bari, 1969
D'Amoja, Fulvio, *La Politica estera italiana dal 1914 al 1943*, Roma, 1963
Di Nolfo, Ennio, *Mussolini e la politica estera italiana (1919-1933)*, Cedam, Pádua, 1960
Lamb, Richard, *Mussolini e gli inglesi*, Corbaccio, Milão, 1998
Ledeen, Michael A., *Universal Fascism*, Nova York, 1972
Lowe, Cedric J., Marzari, Frank, *Italian Foreign Policy, 1870-1940*, Routledge and Reagan, Boston, 1975
Perticone, Giacomo, *La Politica italiana dal primo al secondo dopoguerra*, Giuffré, Milão, 1965
Petersen, Jens, *Mussolini e Hitler*, Laterza, Bari, 1975
Quartararo, Rosaria, *Roma tra Londra e Berlino. La politica estera fascista dal 1930 al 1940*, Bonacci, Roma, 1980
Rumi, Giorgio, *Alle origini della politica estera fascista (1918-1923)*, Laterza, Bari, 1968
Wiskemann, Elisabeth, *L'Axe Rome-Berlin*, Payot, Paris, 1950

Albertoni, A.; Antonini, E., *La Generazione degli anni difficili*, Laterza, Bari, 1962
Cannistraro, Ph. V., *La Fabbrica del consenso*, Laterza, Bari, 1975
Cederna, Camilla, *Caro Duce. Lettere di donne italiane a Mussolini (1922-1943)*, Rizzoli, Milão, 1989
De Grazia, Victoria, *Consenso e cultura di massa nell'Italia fascista*, Laterza, Bari, 1981
Gambetti, Fidia, *Gli Anni che scottano*, Mursia, Milão, 1967
Mafai, Miriam, *Pane nero. Donne e vita quotidiana nella Seconda Guerra Mondiale*, Mondadori, Milão, 1987
Montanelli, Indro, *L'Italia in camicia nera*, Rizzoli, Milão, 1976
Preti, Luigi, *Giovinezza! Giovinezza!*, Mondadori, Milão, 1964